

COLEÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

SIDNEY e BEATRICE WEBB

URSS

UMA NOVA
CIVILIZAÇÃO

1º VOLUME

Editorial **CALVINO** Limitada
RIO DE JANEIRO 1945 BRASIL

U R S S

UMA NOVA
CIVILIZAÇÃO

por

Sidney e Beatrice Webb

"Os Webb, Sidney e Beatrice, oficialmente Barão e Lady Passfield, são um casal extraordinário. Jamais conheci pessoas iguais, seja separadamente, seja na sua mais afortunada conjunção". *G. Bernard Shaw.*



Apresentados os autores deste livro mundialmente celebre, singela mas expressivamente por Bernard Shaw, resta-nos apenas informar ao leitor que URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, em 4 volumes, constitui verdadeira enciclopédia sobre o assunto. Depois da sua publicação, ninguém mais terá o direito, no Brasil, de dizer que não sabe como se faz ou se fez isto ou aquilo na URSS, como se resolveram tais ou quais problemas no país de Stalin, as marchas e contra-marchas dos dirigentes soviéticos em busca da perfeição, etc. Finalmente, esta obra estuda exaustivamente a construção e as varias transformações da vida sovietica na sua fase de transição de comunismo de guerra para a atual fase socialista, com uma riqueza de detalhes capaz de satisfazer aos espiritos mais exigentes. Cada volume

Nas Livrarias Cr\$ 25,00

Pelo Reembolso ... Cr\$ 26,00

COLEÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS, 12

U R S S

UMA NOVA CIVILIZAÇÃO

Título da edição norte-americana
SOVIET COMMUNISM
A NEW CIVILISATION

Edição de 1938

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa

Copyrigh de

Editorial Calvino Limitada

Rio de Janeiro — Brasil

SUMARIO

Parte I — A Constituição

CAPÍTULO I — A CONSTITUIÇÃO COMO UM TODO — Estudo preliminar — Declaração dos Direitos dos Trabalhadores e dos Explorados — Proclamação da União Soviética.

CAPÍTULO II — O HOMEM COMO CIDADÃO — Origem do sistema soviético — A base da pirâmide — As categorias de “privados” — Assembléias de vila — Debates políticos — Ação administrativa do *Selosoviet* (soviet de aldeia) — Salvaguardas administrativas — A vila e seu Poder Executivo — O soviet urbano — O processo de eleição — Como se realiza a eleição — Sugestões dos eleitores — Uma eleição em Moscou — A organização do soviet urbano — Moscou — Leningrado — A cidade e seus *rayons* — Os *subbotniki* nas cidades — Eleições indiretas — Como foi construída a pirâmide — O *rayon* — A *oblast* — As sete Republicas Federadas — A R.S.F.S.R. — A Republica da Ucrânia — As Republicas da Russia Branca e da Transcaucasia — Como se formou a União Soviética — A União Federal — O Congresso dos Soviets da URSS — Projeto de Reforma Eleitoral — Os órgãos do Congresso — O Comité Executivo Central (TSIK) — O Presidium do TSIK — O Conselho dos Commissarios do Povo (*Sovnarkom*) — O Conselho do Trabalho e da Defesa — Os Commissariados — Os Commissariados encarregados da Produção e do Comercio — Bancos e Caixas Economicas — Seguros — O Commissariado da Defesa — O Exercito como Escola — O Commissariado dos Negocios Exteriores — O Commissariado dos Negocios Interiores — A OGPU — A Suprema Corte da URSS — O Procurador — O Colegio dos Advogados — O problema das minorias raciais — Autonomia cultural — O advento do Federalismo — A Republica Tartara — A situação dos Judeus na URSS — A solução do problema — A manutenção da unidade — Novas bases estatais.

CAPÍTULO III — O HOMEM COMO PRODUTOR — *Seção I*

— Sindicalismo soviético — A história do sindicalismo na URSS — A estrutura do sindicalismo na URSS — As eleições sindicais na URSS — O Comité sindical de fábrica — Convenções coletivas na URSS — O Conselho Regional dos Sindicatos — O Conselho Sindical de República — O Congresso Geral de cada Sindicato — O Congresso Geral dos Sindicatos — Estruturas colaterais do sindicalismo na URSS — Os funcionarios sindicais — A transferencia do Commissariado do Trabalho aos sindicatos — O trabalho de escritorio do sindicalismo na URSS — Brigadas de Choque e Comités de Contabilidade de Custos — Associações profissionais no sindicalismo da URSS — O *Profintern* — Comparação entre o sindicalismo soviético e o da Grã-Bretanha. *Seção II* — AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES-PROPRIETARIOS: a) *A Oficina Autônoma* — As reuniões de associados — O Conselho Regional de *Incops* — O Conselho Geral das Cooperativas Industriais. b) *A Fazenda Coletiva* — O camponês improdutivo — A crise de produtos alimentícios — Aperfeiçoamentos experimentais — A prolongada discussão quanto às normas a adotar — A politica de coletivização universal — A luta pela eficiencia das *kolkhoses* — A magnitude do problema — A engrenagem estatal para o controle das fazendas coletivas: a) o novo Commissario do Povo; b) os novos departamentos da Agricultura; c) a fiscalização pelos Soviets de Aldeia. — A hierarquia sovietica domina a fazenda coletiva — As estações de maquinas e tratores — A hierarquia sovietica é reforçada pelo Partido Comunista — O trabalho das Seções de Execução de Normas — Houve fome na Russia em 1931-32? — A vida numa fazenda coletiva — A reunião dos associados — A administração de uma fazenda coletiva — Como se regularizam os litigios — A democracia na agricultura — A comuna — Hierarquia dos Produtores-proprietarios na agricultura — Os resultados em 1933. c) *Associações diversas de Produtores-Proprietarios* — *Kolkhoses* de pescadores — Cooperativas integrais — Invalidos de guerra. d) *Associações de produtores artisticos e intelectuais* — Trabalhadores artisticos e intelectuais — Pintores, fotógrafos, escultores e arquitetos. O mundo trabalhista na URSS.

CAPÍTULO IV — O HOMEM COMO CONSUMIDOR — A hierarquia do cooperativismo de consumo, na URSS, em 1935 — O Comité de Administração — A União de *Rayon* (União Distrital) e seu Conselho (*Raisoyus*) — A União Provincial (de *oblast*) ou de Republica, e seu Conselho

(*Oblsoyus*) — O Congresso Geral de Cooperativas de Consumo e sua Junta Central para a URSS e RSFSR (*Centrosoyus*) — Os resultados obtidos — Os rivais das cooperativas de consumo na distribuição a retalho — Recentes invasões das atribuições do movimento cooperativo de consumo — O princípio do auto-abastecimento — A amplitude do mercado.

CAPÍTULO V — ORIENTADORES PROFISSIONAIS — Como surgiu o Partido Comunista — A filiação ao Partido — As regras da Ordem — O significado da orientação — O grupo do Partido (antiga "fração") — O órgão primário do Partido (antiga célula ou núcleo) — A conferência distrital (de *rayon*) — O congresso de República — O congresso do Partido da URSS e da RSFSR — A autoridade central — O Comité Central — Os motivos da filiação ao Partido — O expurgo do Partido — Os resultados do expurgo de 1933 — A reorganização interna de 1934 — Os *Comsomols* — Os Pioneiros e Outubristas — O *Comintern* — A natureza do Partido Comunista — Por que, no Comunismo Soviético, a orientação nacional requer uma organização complexa.

CAPÍTULO VI — DITADURA OU DEMOCRACIA? — O que significa "Ditadura" — O Partido é ditador? — Stalin é ditador? — A Ditadura do Proletariado — A URSS é uma autocracia? Em benefício de quem age o Governo? Uma nova forma social?

APÊNDICE A PARTE I

- I. Diagrama da estrutura administrativa da URSS, acompanhado de quadros explicativos.
- II. Diagrama da estrutura política da URSS, acompanhado de quadros explicativos.
- III. Apêndice ao Cap. I — Declaração do Comité Executivo Central da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de 13 de julho de 1923.
- IV. Apêndice ao Cap. II — Poderes e funções autorizadas do Soviet de aldeia.
- V. Apêndice ao Cap. II — Secções e Comissões dos Soviets de cidade.
- VI. Apêndice ao Cap. II — Nota referente ao Commissariado de Inspeção dos Operários e Camponeses (*Rabkrin*, ou RKI).
- VII. Apêndice ao Cap. II — Organização interna do *Narkomat* das *Sovkhoses*.

- VIII. Apendice ao Cap. II — Organização interna do *Narkomat* da Agricultura.
- IX. Apendice ao Cap. IV — Relação dos 154 sindicatos entre os quais foram distribuídos em 1934 os associados dos 47 sindicatos de 1931.
- X. Deveres e funções dos Comitês de Fabrica.
- XI. Apendice ao Cap. III — Convenção coletiva (*Kol-dogovor*) da Fabrica de Tornos-Frezadores de Gorki, para o ano de 1933-34.
- XII. Apendice aos Caps. II e VI — A nova Constituição e resumo dos Direitos do Homem.

Parte II — Tendencias Sociais do Comunismo Sovietico

CAPÍTULO VII — LIQUIDAÇÃO DOS LATIFUNDIARIOS

E DO CAPITALISMO — A liquidação dos grandes proprietarios rurais pelo campesinato — A expropriação dos capitalistas — Guerra civil e intervenção — O Comunismo de Guerra — A Fome de 1921 — A Nova Politica Economica (NEP) — A perseguição à *Intelligentsia* — O processo contra o Partido Industrial — O processo contra os professores mencheviques — A attitude de Stalin — Julgamento dos engenheiros da Metro Vickers — O assassinio de Kirov — A liquidação dos *kulaks* — As atividades da Tcheka e da GPU — A organização da GPU — O trabalho construtivo da GPU — O Procurador da URSS — Tres revoluções numa só — Comparação com a Revolução Inglesa.

CAPÍTULO VIII — PRODUÇÃO PLANEJADA PARA O CONSUMO DA COMUNIDADE

— Como surgiu o planejamento — O episodio do controle operario — O Supremo Conselho Economico — O despontar de um plano geral — Exposição do planejamento por Krassin em 1920 — Desenvolvimento experimental do planejamento — O *Gosplan* como autoridade de planejamento — Como é feito o plano — O plano provisorio — O objetivo geral do planejamento sovietico — Coletivização e mecanização da agricultura — O coeficiente de aumento — Divisão da renda nacional entre o consumo corrente e a inversão de capital — Defesa Nacional — Desenvolvimento da educação tecnica — Saude Publica e habitação — Provisamento de reservas adequadas — Finanças — O plano final — Eficiencia de uma economia planejada — Resultados do planejamento — A discussão mundial sobre o Plano — A alegada impraticabilidade — A indispensa-

bilidade de um plano — O Plano impede as altas e baixas comerciais — A abolição do desemprego involuntário — A crítica do economista abstrato a uma Economia Planejada — Resposta comunista à crítica do economista — Como poderia ser derribado o Plano Geral — A lei das rendas decrescentes — “Mas o planejamento significa escravidão” — Controle pelos consumidores em lugar dos produtores — Controle pelos cidadãos, onde fallaram os consumidores — A suposta “coação ao consumidor” — Maior liberdade de escolha.

CAPÍTULO IX — EM LUGAR DO LUCRO — A magnitude da tarefa — A remodelação dos velhos incentivos — Não ha igualdade de remuneração — Como são fixadas as taxas do trabalho por peça — Fixadores de taxas de remuneração — A gradação dos salarios — Pagamento de acordo com o valor social — O mecanismo do arbitramento — A ameaça da concorrência estrangeira — O trabalho por conta propria, como alternativa do sistema de salarios — Trabalho individual por conta propria — Cultivo de lotes de terra — Trabalho por conta propria em *artels*, *fabris* (*Incops*) — Trabalho por conta propria nas fazendas coletivas (*kolkhoses*) — A complicada rede de acordos de abastecimento — O *Bazaar* (Mercado) — Educação socialista — *Shestvo*, ou patrocínio — Os *udar-niki* (brigadeiros de choque) — Brigadas de contabilidade de custos — *Subbotniki*, ou trabalhadores voluntarios — Uma obrigação universal — Uma comparação internacional — Honra e vergonha perante o publico — As ordens sovieticas do merito — Desmoralização em publico — Estimulo às sugestões e aos inventos dos operarios — A multiformidade das ocupações — A pratica da auto-critica — Avaliação universal — O aperfeiçoamento da contabilidade — Deficiencias e realizações comunistas — O custo arruinador da inexperiencia — A ineficiencia causada pela superposição do controle — Onde estão os capitães da industria? — O substituto da caça ao lucro — Continuidade de iniciativa e de aceitação de responsabilidade — Uma análise dos produtores.

CAPÍTULO X — A REMODELAÇÃO DO HOMEM — A Mulher — A Maternidade — A Infancia — Controle da natalidade — Controle do aborto — A criação da saúde — Como é administrado o Serviço de Saúde — Dotação orçamentaria da URSS para o Serviço de Saúde — A lotação do pessoal do Serviço de Saúde — Hospitais — Centros medicos — Centros de Saúde nas fabricas — Postos rurais de consulta — O Esquadrão Volante —

A Campanha contra a tuberculose — Sanatorios noturnos — Assistencia publica — Pesquisas medicas — Uma Cidade da Ciencia e Arte da Saude — O estabelecimento da seguranca economica — Como se desenvolve o Sistema de Seguranca Economica — Aspectos caracteristicos — Auxilio em caso de morte — Auxilio por enfermidade — Beneficios por invalidez e por velhice — Beneficios para a maternidade — Beneficios por desemprego — Outros beneficios do seguro social — Sanatorios e colonias de repouso — Credito pessoal — Imperfeições do sistema — Treinamento para a vida — Universalismo — Politecnização — A Organização do lazer — Cultura fisica — Cultura politica — Cultura artistica — Museus e galerias de pintura — Teatro e bailados — Musica — Literatura — Ferias e divertimentos — A significação da cultura — A civilização de todo um povo — Falhas da educação — A modificação do ambiente — O serviço de habitações — Planejamento sistematico de cidades — Serviços municipais.

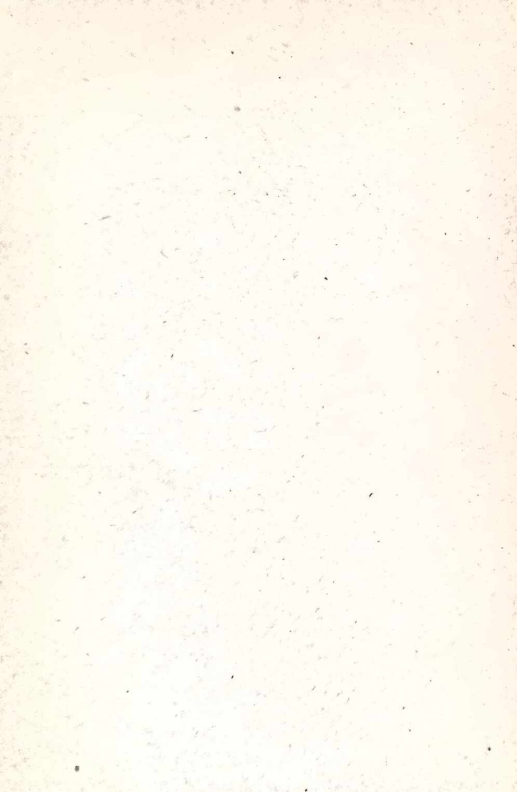
CAPÍTULO XI — A CIENCIA, SALVAÇÃO DA HUMANIDADE — A luta contra a natureza — A organização da pesquisa científica — Um Centro de Pesquisas organizado dentro do *Gosplan* — Diretrizes futuras do planejamento — Como se planeja e executa o trabalho de pesquisa — A Academia de Ciencias — A Academia Comunista — Participação popular nas pesquisas — O trabalho dos diversos Institutos de Pesquisas — Matematica e Fisica — Materiais e processos da produção de bens — Agricultura — Genetica — A luta pela saude — O Instituto Central de Roentgenologia — O Instituto do Cerebro, de Leningrado — O Instituto de Medicina Experimental, de Leningrado — O Instituto de Endocrinologia, de Moscou — A campanha contra o reumatismo — O Instituto Central Aero-Hidro-Dinamico — Expedições de exploração — Desigualdade no devotamento à ciencia — A ciencia do comportamento humano — A doença da ortodoxia — Anti-Deismo.

CAPÍTULO XII — A VIDA SÁ — Em busca da abundancia — Para toda a população — Com o industrialismo adiantado — Em igualdade social — A "Sociedade sem Classes" — Um ambiente obrigatorio — Proibições legais — Com Plano ou sem Plano — A liberdade dos ricos no ocidente — Onde está a liberdade? — Unidade de ação e aventura do pensamento — A solução do problema — A evolução da etica comunista — Não ha idéia de pecado

original — Não ha moral absoluta — A etica que surge da vida — O serviço constante da comunidade — O pagamento da divida para com a coletividade — A saude elevada ao maximo — Relações sexuais — Prostituição — O que "Não se Faz" — Aquisição pessoal — Os deveres do membro do Partido — A cada um segundo suas necessidades — Progresso da etica na URSS — O fenecimento do Estado — Medição e Publicidade — Tomada geral de contas — Organização da opinião publica — O Tribunal Popular — Rumos contraditórios nos assuntos estrangeiros — A revolução mundial — A Terceira Internacional — Exito inicial do *Comintern* — A China Sovietica — A reconstrução da Russia Sovietica — Conferencias internacionais — O socialismo num só país — O assunto da controversia — Os quatro argumentos dos trotskistas — Da guerra à paz — A tatica subversiva do *Comintern* — A nova orientação de 1935 — A Frente Unida, com orientação de cima para baixo — "Ordens de Moscou" — Uma Nova Ordem mundial.

EPÍLOGO — UMA NOVA CIVILIZAÇÃO? — A abolição da caça ao lucro — O planejamento da produção para consumo da comunidade — Igualdade e universalismo sociais — Um sistema representativo moderno — Os orientadores profissionais — O culto da ciencia — Anti-Deismo — O despontar de uma consciência comunista — Uma unidade sintetica — O Capitalismo em desintegração — O Comunismo Sovietico perdurará?

POST-ESCRITO DA SEGUNDA EDIÇÃO — A nova Constituição — O significado da nova Constituição — Os julgamentos por traição — O movimento estakhanovista — O exito da agricultura coletiva — A distribuição a varejo das utilidades — Moeda sovietica — O controle do aborto — Algumas criticas — Desigualdade de proventos — Burocracia — Repressão do pensamento independente — Uma nova civilização.



PREFÁCIO

Será talvez necessario explicarmos alguma coisa sobre este livro, seu objetivo e seu plano geral, e também sobre sua extensão. Não é facil apreciar-se a magnitude da União das Republicas Socialistas Sovieticas (cerca da sexta parte de toda a superficie terrestre do globo, com uma população se aproximando rapidamente de duzentos milhões) ou a variedade das suas diferentes raças e linguas, em número de cem ou mais e percorrendo a escala entre o barbarismo e um elevado grau de cultura. Sua estrutura orgânica é, sem duvida, a mais complicada de que a ciencia politica tem conhecimento. Pedimos ao leitor que contemple o mapa (no frontispício) e os dois diagramas (no princípio do Apendice da I Parte), apresentando com precisão as principais áreas administrativas e os principais órgãos do governo da URSS, desenhados especialmente pelo Sr. J. F. Horrabin, segundo informações do Sr. S. P. Turin e generosamente fornecidos como contribuição para esta obra. Esses diagramas, não obstante sua profusão de simbolos, nada mais podem fazer senão dar idéia inicial da complicação de uma federação dentro de outra e de camada sobre camada dos órgãos locais do governo e dos órgãos administrativos centrais. Além do que é indicado, entretanto, no mapa e nos diagramas da organização dos cidadãos, o leitor precisa ter a visão da organização, completamente diversa e não menos complicada, desses mesmos homens e mulheres, na produção da riqueza, quer como produtores independentes ou como assalariados em seus sindicatos, quer como grupos de coparticipantes na agricultura, na caça, na pesca ou na manufatura. Existe ainda uma terceira organização uni-

versal dos 40.000.000 de famílias na sua qualidade de consumidores, pela qual se tornam filiadas a uma hierarquia de umas 45.000 sociedades locais para a distribuição dos alimentos e de outras utilidades para a manutenção de seus lares. E temos que citar mais uma quarta organização, de caráter piramidal e também onipresente, a mais original e sui generis, e, segundo diriam alguns observadores, a mais significativa de todas, constituída pelo amplo quadro social daquilo a que denominamos de "Orientadores por Vocação", ou "Orientadores Profissionais".

Mas isso ainda não é tudo. O grau de complicação da estrutura administrativa, industrial e política da URSS apenas corresponde à magnitude, e à variedade das funções para as quais se elaborou a estrutura, funções essas que ultrapassam em objetivos e campo de ação as empreendidas conciente e deliberadamente por qualquer outra comunidade. E em cada departamento, estrutura e função elas se entrelaçam e se ligam a uma profusão de associações voluntárias e atividades individuais espontaneas para formar uma sociedade sumamente integrada, que constitui de modo definido uma síntese. Em toda a história social — essa "interminável aventura de governar os homens" — nunca houve outra experiência tão colossal e excitante. Precisamos de 900 páginas, constituindo os seis capítulos e os apêndices da I Parte e os quatro capítulos do princípio da II Parte para expor todo o emaranhado de estruturas e funções perfazendo aquilo que, somente por sua grandeza, é a maior organização social integrada do mundo.

Essa organização de massas, amplamente compreensiva e, ao que parece, hoje solidamente unida, é nova em folha; ainda não tem vinte anos e ainda se está desenvolvendo rapidamente. Somos de opinião que, se ela perdurar, deverá ser considerável o seu choque eventual sobre o resto do mundo. Seus objetivos são grandiosos e amplos. De que propósito se acham animados seus guias e dirigentes? Em que filosofia baseiam suas vidas? Em que motivos e instrumentos confiam para atingir seus fins? Que concepções originais da economia e da ciência política e que novas invenções de sistemas de produção de riquezas e de relações sociais estão sendo elaborados na União Soviética, onde, a propósito, dizem que, pelo moderno ajuste

de um abastecimento planejado a uma procura universalmente efetiva, eliminaram definitivamente o desemprego involuntário? Será verdade que esteja evoluindo, da incessante discussão pública dos milhões de adolescentes entre o Báltico e o Pacífico, um novo sistema de ética, com um código de procedimento surgindo da experiência real de uma vida social transformada? Estes assuntos são discutidos nos Capítulos XI e XII. Acrescentamos, finalmente, um curto Epílogo, levantando a questão de saber se o que o mundo está testemunhando atualmente na URSS não equivale a uma nova civilização, diferente de qualquer outra que haja existido até agora, e se ela é suscetível de propagar-se além de suas fronteiras atuais.

Mas por que empreender tão grande tarefa, qual a de uma descrição compreensiva de toda a ordem social da URSS? A resposta é que a experiência nos demonstrou que o primeiro passo no sentido de uma compreensão sensata do que está acontecendo na URSS é o quadro ser observado em seu conjunto. A princípio, pode parecer mais fácil que cada estudioso limite suas investigações à sua própria especialidade determinada e escreva uma monografia pormenorizada sobre o que se tem feito na URSS nos limites do setor dado. A não ser, porém, que a organização da União Soviética seja estudada em conjunto e enquanto não for feito esse estudo, adquirindo-se alguma compreensão inteligente de sua complicada estrutura e suas múltiplas atividades, de seu objetivo e seus propósitos, da direção que segue, de seus instrumentos e métodos e de sua filosofia, — nenhum julgamento satisfatório poderá emitir-se sobre parte alguma de sua obra. Nenhuma avaliação de suas realizações ou de suas deficiências na produção de riquezas ou no desenvolvimento artístico, na educação ou na medicina, na modificação do padrão de vida ou na revisão dos limites da liberdade, poderá ser feita de modo competente sem que se apreendam os princípios de multiformidade e de universalismo que percorrem a trama e a urdida de cada parte de sua contextura. O que tem significação é a vida do conjunto e não o fracasso ou o êxito de qualquer função isoladamente; e, acrescentemos, não tanto o que é, hoje, a massa em perpétuo movimento, como, sobretudo, saber-se de onde veio ela e para onde propende. E' por esta razão que nós,

mui ousadamente, fizemos a tentativa de organizar panoramicamente aquilo que se pode apresentar como a Planície da Eurásia, acreditando que o nosso estudo, por mais imperfeito que possa ser, auxiliará outros viajantes a encontrarem o caminho para trabalhos mais minuciosos de suas próprias especialidades pelos quais possam ser corrigidos, acrescidos ou substituídos os nossos rascunhos, necessariamente superficiais.

Ao contrario da expectativa geral, encontramos acessível e abundante o material para nossa obra. Não precisamos falar da enorme profusão de livros, em muitas linguas, desde 1917, dando impressões de turistas sobre a terra dos Soviets, juntamente com as narrativas de maior autenticidade dos correspondentes de jornais naquele país. Entre os estudos, de carater mais científico, de que nos pudemos utilizar consideravelmente para ampliar e corrigir nossas próprias pesquisas, temos de reconhecer que a sua esmagadora maioria cabe aos Estados Unidos. Segundo pensamos, isso não resulta somente do interesse por uma nova ordem social, maior naquele país do que na Grã-Bretanha, tanto assim que está atraindo milhares de emigrantes dos Estados Unidos; resulta igualmente do grande número de bolsas de estudo e matriculas em instituições de educação, que permitem aos pesquisadores científicos passar um ano ou mais na URSS para produzir valiosas monografias. Ainda são poucas as oportunidades desta natureza proporcionadas aos estudiosos britânicos.

Além da enorme quantidade de livros dando ensejo a descrições feitas por testemunhas oculares do que observaram na URSS, existe, ao alcance do estudioso que deseje trabalhar a sério, uma descomunal quantidade de documentos impressos, publicados pelo Governo Sovietico por intermédio de muitos de seus departamentos; pela antiga Academia de Ciencias e os mil e um institutos de pesquisas científicas, além das expedições de exploração por eles enviadas; pelos sindicatos operarios; pelas sociedades cooperativas industriais; pelo movimento cooperativista de consumo; por fim, porém não menos importante, pelo Partido Comunista. Essas massas de relatorios e estatísticas não são todas em russo, nem mesmo nas linguas das varias minorias

nacionais. Nenhum outro governo do mundo, provavelmente, publica tão grande massa de documentos em outras linguas, além da sua própria (principalmente inglesa, francesa ou alemã), quer como trabalhos de conferencias ou congressos, quer como decretos e codigos, discursos de seus principais estadistas, relatorios das descobertas feitas pelas expedições de exploração científica, ou, ainda, instruções a departamentos subordinados. Acrescenta-se a esses documentos a imprensa soviética, que é grande e vai crescendo cada vez mais, desde os jornais principais, como o *Pravda* e o *Izvestia* e as dezenas de seus imitadores locais, até as innumeráveis folhas de noticias e os jornais murais das fabricas e das minas, das fazendas coletivas e das instalações industriais e de escritorios do Estado, das municipalidades e das cooperativas. Para os que se interessam pela vida pessoal do cidadão soviético, existem novelas e peças teatrais, periódicos humorísticos e todas as variedades da exhibição da auto-crítica, que fazem as delicias dos russos. Nem os estrangeiros são esquecidos. A imprensa de Moscou publica órgãos diários e semanais, largamente distribuidos por toda a URSS, em inglês, alemão e francês. Essas publicações, como todos os jornais da URSS, são quase inteiramente cheias de informações sobre os feitos do Sovnarkom e do Comité Central do Partido Comunista, ou de descrições minuciosas do funcionamento de minas, campos petrolíferos, fabricas e fazendas estatais ou coletivas, estatísticas da execução do Plano Quinquenal e outras matérias instrutivas. Entrementes, as poderosas radio-difusoras de Moscou irradiam todas as noites coisas dessa mesma natureza, para o mundo todo, em nada menos de 14 idiomas europeus, além do Esperanto.

Embora tenhamos buscado a precisão em nossas fontes de referencias, não abusamos de uma bibliografia comprehensiva. Julgamos que seria mais útil para os estudiosos, que desejem aprofundar-se mais em qualquer dos topicos de que tratamos, darmos, em cada capítulo, uma relação das principais fontes de informações acessíveis aos estudantes britânicos ou norte-americanos (portanto, omitindo, em geral, livros existentes apenas em russo ou ucraniano, mesmo nos casos em que obtivemos para nosso próprio uso traduções de trechos importantes dessas obras).

Em todo o nosso trabalho, tivemos o valioso auxílio do senhor S. P. Turin, lente da Escola de Estudos Eslavonicos e do Oriente da Europa (School of Slavonic and East European Studies) e da Faculdade de Economia e Ciencias Politicas, da Universidade de Londres, o qual não só nos conservou permanentemente em dia com o que vai sendo publicado na URSS como também colocou liberalmente ao nosso dispôr muitas informações suplementares decorrentes de seu prolongado estudo de sua terra natal, antes e depois da Revolução. Sua recente obra, De Pedro o Grande a Lenine (From Peter the Great to Lenin), proporciona valiosa introdução histórica ao atual movimento trabalhista. O Sr. Turin habilitou-nos a evitar muitos êrros, sem participar, necessariamente, de nossos pontos de vista ou opiniões, e, de modo algum, é responsavel por nossos julgamentos ou generalizações.

Devemos mencionar também o auxílio que obtivemos do Dr. Julius F. Hecker, tanto por intermedio de seus livros Religion and Communism, Moscow Dialogues, Russian Sociology e outros, como pelas esclarecedoras discussões que com ele mantivemos em Moscou e Londres. Com efeito, devemos manifestar gratidão pelo continuo auxílio que recebemos, nos ultimos quatro anos, de amigos demasiadamente numerosos para citação nominal, cientistas e literatos, russos ou não, residentes na URSS e exilados de mais de uma geração e de todos os matizes de opinião. Em todas as ocasiões, notavelmente durante nossas visitas à URSS, as autoridades soviéticas responderam de boa vontade às nossas inumeráveis perguntas, dando-nos todas as facilidades para irmos a qualquer parte que desejássemos; para vermos usinas, fabricas e fazendas, escolas, hospitais e outras instituições, assim como para sermos admitidos em reuniões a que desejássemos comparecer. Colhemos muitas informações, não só de funcionarios como de sindicalistas, professores, engenheiros, médicos, camponeses e pescadores, não deixando de anotar devidamente o que nos foi informado por membros descontentes do escol intelectual (intelligentsia) e revolucionarios desgostosos, tanto de dentro como de fora da URSS.

O que procuramos apresentar é uma visão objetiva de toda a ordem social da URSS, tal como existe hoje, sem citar da his-

toria do passado mais do que o necessario para esclarecimento e com uma impressão inteligente da direção que essa ordem está tomando. Não hesitamos em criticar coisa alguma que nos parecesse merecedora de critica. Não temos a pretensão de ser isentos de partidario (e quem o é?), porem procuramos estar alerta contra nossas prevenções e empenhamo-nos no sentido da objetividade.

Não faltará quem pergunte, aqui e ali: Por que razão dois mortais idosos, ambos proximos da nona década, empreenderam trabalho de tamanho vulto? Receiamos que nossa presunção devesse ser atribuida ao desassombro peculiar à velhice. Em nosso retiro, tendo assegurado o pão de cada dia, nada temos a perder na aventura — nem mesmo nossa reputação, que naturalmente resistirá ou cairá sobre toda a nossa produção deste ultimo meio seculo, e a cuja carga um livro a mais não constitue diferença apreciavel. Por outro lado, tivemos um mundo a ganhar — um novo assunto a investigar; um novo circulo de relações estimulantes, de pessoas com quem discutir tópicos inteiramente novos, e, sobretudo, uma occupação diaria em conjunto, num companheirismo íntimo, para nos interessar, divertir e até estimular na ultima fase da jornada da vida. Esse mundo, nós o ganhamos e desfrutamos. Para empregarmos um termo teologico, este livro é para ser recebido como obra de supererrogação, o que, no nosso entender, quer dizer alguma coisa não solicitada, porem oferecida espontaneamente, que pode ser posta de lado ou criticada, mas que não invoca censura, ainda mesmo que a julguem (empregando as palavras de Steele) “um ato de tão grande supererrogação como o cantar sem ter voz”. Ou, fazendo uma comparação mais humilde, nossa obra pode ser considerada como algum pequeno objeto, dado, uma vez por outra, “de quebra” pelo vendedor, com um embrulho de compras que o freguês já pagou. Como tal, apresentamo-la sem acanhamento aos nossos leitores britanicos e norte-americanos.

No final da I Parte, o leitor encontrará uma tradução excepcionalmente precisa do texto completo da Nova Constituição de 1936, feita pela Sra. Anna Louise Strong, a quem somos gratos pela permissão que nos concedeu de transcrevê-la. Apresen-

tamos também um resumo, sob a forma de uma nova Declaração dos Direitos do Homem. No fim da II Parte, depois do Epílogo, acrescentamos um extenso post-scriptum, que trata das principais modificações da estrutura da União Soviética desde 1934/5.

SIDNEY e BEATRICE WEBB

PARTE I

A CONSTITUIÇÃO

“Por Constituição compreendemos, sempre que se fale com propriedade e exatidão, um conjunto de leis, instituições e costumes derivados de certos princípios estabelecidos pela razão... que constituem um sistema de acordo com o qual a comunidade estabeleceu que deve ser governada”.

HENRY ST. JOHN,....

(Primeiro Visconde de Bolingbroke
— *Dissertation on Parties*, 1733,
p. 108).

CAPÍTULO I

A Constituição em conjunto

A Constituição da União Soviética difere, ao que julgamos, de qualquer outra adotada nos demais países, durante os últimos séculos, devido à particularidade de não ser o produto de um estudo prolongado de juristas e filósofos políticos. Em tempo algum foi nela introduzida qualquer deliberação proveniente de uma Assembléia Constituinte. Não foi feito nenhum esboço ou plano quer no que se refere à Constituição em conjunto, quer no que se refere às relações entre varias partes. Até a sua mais preeminente característica — essa ampla base constituída por Conselhos locais, eleitos diretamente pelo povo e conhecidos sob a denominação de Soviets — foi estabelecida, como examinaremos no capítulo seguinte, sem que tivesse em vista transformá-la na base permanente de um governo estavel. E', de fato, difficil descrever de maneira comprehensivel essa Constituição, que está evoluindo constantemente, cujas partes não podem ser comprehendidas sem que tenhamos em mente o seu conjunto e que, no entanto, não nos é apresentada, em seu todo, através de qualquer publicação official. Assim, na União Soviética, o que o jurista do mundo occidental seria levado a considerar como a estrutura constitucional, isto é, a piramide dos Soviets, é apenas um fragmento da mesma e, segundo dizem alguns, não representa o mais importante deles. Seja por intermedio de disposições estatutarias, seja pela prática geralmente aceita, a Constituição soviética estabelece a mais ativa participação do povo em todas as atividades governamentais. Nestas, o homem não toma parte apenas como cidadão. Atua e vota também na sua qualidade de produtor. Atua e vota, além disso,

como consumidor. E, se levarmos em conta os milhões de indivíduos que fazem parte do disciplinado Partido Comunista, que exerce a verdadeira liderança entre as massas proletárias, encontraremos novamente esses cidadãos atuando e votando, agora investidos de uma qualidade, talvez a mais importante de todas. Assim, ao tratarmos da estrutura da U.R.S.S., devemos afastar total e permanentemente a idéia obsoleta, segundo a qual a Constituição de um país só pode existir através de resoluções legislativas ou outros documentos autorizados. Sabemos hoje que, em nenhuma nação, nem mesmo nos Estados Unidos, a sua Constituição é encontrada, na sua totalidade, em qualquer documento; da mesma forma que, em nenhuma nação, nem mesmo no Reino Unido, a Constituição é representada por um conjunto de leis não escritas. Aceitemos ou não o ponto de vista de Ferdinand Lassalle, segundo o qual a "verdadeira Constituição" de uma nação nada mais é do que "as relações existentes entre os diversos ramos do poder", o fato é que devemos incluir como parte da Constituição em vigor todas as leis que operem como tal. Além disso, no que diz respeito à U.R.S.S., precisamos compreender que não se faz ali nenhuma distinção entre o exercício do poder, que noutras nações se denomina poder legislativo e as outras atividades, que implicam atos executivos ou administrativos. Todos os órgãos administrativos, na U.R.S.S., podem exercer a ação legislativa. Todos eles têm liberdade de ação, dentro do âmbito de suas atividades, até onde não contrariem a ação ou decisões de uma autoridade superior. E' claro, pois, que qualquer deles pode ter suas resoluções vetadas por um órgão que ocupe lugar superior na hierarquia.

Poderíamos, portanto, aventurar-nos a fazer um resumo de tal Constituição, sem primeiro examiná-la em suas partes constitutivas? Essa análise, conquanto possa sugerir maior número de perguntas do que as respostas fornecidas, servirá para ajudar o leitor a compreender as páginas necessariamente detalhadas que se irão seguir. O governo que tem como centro o Kremlim, em Moscou, não é mais do que o vértice comum de meia dúzia de estruturas piramidais que cobrem toda a área da U.R.S.S., cada uma das quais se apoia, segundo um padrão

comum, sobre grande número de pequenas reuniões de cidadãos, que debatem seus problemas quase continuamente e realizam eleições diretas e periódicas dos seus representantes nos Conselhos primários. Cada uma dessas estruturas [forma-se através de estágios sucessivos dos referidos Conselhos, que governam áreas cada vez mais vastas, (sendo constituídos por eleição indireta) até um grupo que constitui o Conselho Supremo de determinada região. Essa meia dúzia de grupos culminantes, combinando-se de maneiras diferentes e por meio de consultas conjuntas, constitui a fonte de toda a autoridade governamental, quer legislativa, quer executiva.

Qual é, afinal, essa meia dúzia de estruturas piramidais? Há, em primeiro lugar, a hierarquia (*) de Soviets, vindo desde as vilas e cidades, através dos municípios (*rayon*) e das províncias (*oblast*) até o Congresso Geral dos Soviets da U.R.S.S., com seu Comité Executivo Central (*TSIK*) e seu Conselho de Comissários do Povo (*Sovnarkom*). Nessa hierarquia de Soviets é o cidadão, como tal, que se faz representar. Mas todos os cidadãos são também trabalhadores manuais ou intelectuais, havendo ainda o grupo dos fisicamente incapazes de realizar qualquer trabalho. Uma grande e crescente proporção desses trabalhadores percebe atualmente um certo salário, agrupando-se através de seus próprios sindicatos. Todos os trabalhadores fazem-se, pois, representar através da hierarquia sindical, igual-

(*) O uso que fazemos do termo "hierarquia" é preciso ser bem compreendido. Não há dúvida de que a sua primitiva significação implicava num certo sentido teológico relativo à "ordem celeste" ou, então, às ordens religiosas. Na Inglaterra, o termo passou a ser aplicado, desde muito tempo, a organizações não teológicas, mas envolvendo, quase sempre, o sentido de formação ou controle de cima para baixo. O uso desse termo, na lógica moderna ou na ciência contemporânea, não implica, porém, numa ascendência ou preeminência, mas simplesmente "num grupo de pessoas ou coisas arranjadas segundo uma certa gradação, ordens ou classes, umas sobre as outras; ou num sistema ou série de termos colocados em grupos sucessivos (como classes, ordens, generos, espécies, etc.) para fins de classificação." (*Novo Dicionário Inglês*). É' nesse sentido estritamente neutro de classificação, que usamos o termo neste livro.

mente baseada em inúmeros grupos locais. Os membros desses sindicatos — em numero de 154 — elegem seus representantes aos Conselhos que, numa escala ascendente, formam grupos centrais, que dão lugar, por sua vez, a uma assembléia suprema, o Congresso Geral dos Sindicatos, que age em nome de todos os assalariados empenhados na produção ou distribuição de mercadorias e serviços, quer manualmente, quer intelectualmente.

Há, entretanto, uma outra espécie de trabalhadores que não são remunerados por meio de salários ou ordenados, sendo proprietários, no todo ou em parte, individualmente ou em conjunto, dos instrumentos com que trabalham e do produto de seu trabalho. Esses produtores-proprietários, excluídos dos sindicatos, constituem varios grupos, sendo dois os principais. Esses dois grupos reúnem, porém, mais da metade dos produtores na U.R.S.S., desenvolvendo-se em estruturas piramidais, paralelas às dos sindicatos e dos Soviets, mas observando uma organização semelhante. Assim é que há milhões de trabalhadores chamados *kustar*, agrupados em *artels*, constituindo sociedades industriais cooperativas (*nicops*) que elegem seus Conselhos por município e por provincia e têm por cupula um corpo de delegados em Moscou. E há milhões de membros das fazendas coletivas (*kolkhosi* para se diferenciarem das *sovkhosi*, que são fazendas do Estado), cuja organização federativa está ainda em germe.

Todos esses produtores têm, entretanto, dois pontos comuns de contacto: sua cidadania, que se manifesta através dos Soviets, e seus interesses como consumidores. Consequentemente, a quase totalidade dos mesmos — mais de setenta milhões de adultos — agrupa-se em 45.000 diferentes cooperativas de consumo, sociedades nas quais seus membros elegem uma junta administrativa, ao mesmo tempo que se reúnem em associações municipais e provinciais, segundo o modelo comum das eleições indiretas e tendo como cupula a Junta Central de Centrosoyus que representa a totalidade dos consumidores espalhados através de toda a U.R.S.S.

Finalmente, existe a notavel organização denominada Partido Comunista, cujos três milhões de membros adultos, apoiados

por vastas associações juvenis, tais como os Pequenos Outubristas, os Pioneiros e os Comsomols, vivem intimamente ligados às grandes massas de cidadãos, produtores e consumidores, continuamente educando, inspirando, guiando e dirigindo o povo.

E' muito interessante examinar a organização interna do Partido, a qual segue o padrão comum observado pelas demais organizações, tendo por base as reuniões dos 130.000 órgãos primários, que dão origem, por eleição indireta, aos Conselhos municipais, provinciais e republicanos, por meio dos quais se constitue o Congresso Geral do Partido que, por sua vez, elege o seu Comité Central. Este atua por intermedio do seu Politbureau e seu Orgbureau, além do numeroso secretariado pelo mesmo indicado.

O que não pode ser claramente formulado é a maneira pela qual se realizam as constantes conferencias e consultas, que permanentemente se verificam entre os Conselhos intermediários e seus funcionarios, bem como entre os órgãos supremos centralizados em Moscou e seus líderes mais eminentes (*). Dessas consultas e conferencias é que dimana a corrente de ordens e diretivas necessarias ao governo de tão vasto país. A força indispensavel à sua administração é gerada nesses inumeraveis comícios de eleitores, produtores, consumidores e membros do Partido Comunista, os quais, por toda parte, constituem a base da estrutura constitucional da nação. Essa força é transmitida através da rede dos Conselhos, como através de um cabo condutor, afim de acionar, por onde passa, a maquinaria do governo nas vilas, cidades, municipios (*rayon*), provincias (*oblast*) e Repúblicas. Ao fenômeno desse fluxo de força, subindo atra-

(*) Será que não existe semelhante lacuna no conjunto de outras Constituições produzidas por cientistas políticos? Nem sempre é facil enquadrar nas normas constitucionais as constantes consultas que se verificam entre os diferentes ministerios, os varios departamentos e os numerosos funcionarios administrativos, o que não se dá apenas entre uns e outros mas tambem com o Banco de Inglaterra e com as poderosas organizações de empregadores capitalistas, que representam, segundo proclamam, toda a industria e todo o comercio; além disso, embora formalmente, ainda há consultas aos Sindicatos e Associações Cooperativas.

vês da multiforme organização das massas populares e transformando-se, no vértice da pirâmide, numa corrente de leis, decretos e diretivas, que descem novamente em direção do povo, é a esse fenómeno que se deu a denominação de "centralismo democrático".

Se tivéssemos de indicar a característica fundamental dessa complicada Constituição, que não encontra similar em qualquer outra conhecida pela ciência política, apontaríamos, sem vacilar, sua avassaladora multiplicidade de organismos. Esse fato foi mais de uma vez proclamado por Lenine como sendo um dos maiores méritos do comunismo soviético. A grande multiplicidade de organismos administrativos, segundo pensava ele, "é uma garantia de vitalidade; dá-nos a segurança de que nossos objetivos comuns serão alcançados plenamente. Quanto mais variada, melhor e mais rica for a experiência comum, tanto mais verdadeiras e mais rápidas serão as realizações do socialismo; tanto mais fácil será o trabalho prático. E só este será capaz de desenvolver os melhores meios e métodos de luta". (*)

Qual a razão de ser dessa multiplicidade? A resposta pode ser encontrada no fato de que a rede administrativa da U.R.S.S. tem de cobrir, necessariamente, uma porção de território muito maior do que o de qualquer país do mundo capitalista, onde muitas iniciativas são entregues a empresas particulares, que lutam entre si na corrida ao lucro. Essa total absorção de todas as iniciativas pelo Estado foi estabelecida na *Declaração de Direitos dos Povos Trabalhadores e Explorados*, redigida pelo próprio Lenine e que servia de introdução à Lei de 10 de julho de 1918 (**). Essa *Declaração* estabelecia que:

"1 — A Rússia é declarada uma República Soviética de operários, soldados e camponeses. Os Soviets ficam investidos de toda a autoridade local e central.

(*) Citado no discurso de Shverník, publicado no "IX Congresso Sindical", Moscou, 1933, p. 3.

(**) Lenine, naturalmente, tinha presente em seu espírito, ao encarecer o coletivismo, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, adotada pela Assembléia Nacional Francesa, em 1789, e que se apoiava no individualismo.

"2 — A República Soviética da Rússia fica estabelecida sobre a base de uma livre união de nações livres, formando uma Federação de Repúblicas Soviéticas.

"3 — Tendo em vista o objetivo fundamental de suprimir toda e qualquer exploração do homem pelo homem; de abolir para sempre a divisão da sociedade em classes; de eliminar energeticamente todos os exploradores; de levar avante a organização socialista da sociedade humana, obtendo a vitória do socialismo em todos os países; o Terceiro Congresso Pan-russo dos Soviets de operários, soldados e camponeses decreta o que se segue:

"a) — Afim de estabelecer a socialização da terra, fica abolida a propriedade privada da mesma; todas as terras passam a ser propriedade nacional, sendo entregues às massas trabalhadoras, sem qualquer compensação, na base de uma divisão equitativa, que lhes dê apenas o direito de uso sobre as mesmas

"b) — Todas as florestas, riquezas minerais do subsolo e águas, que tenham importância nacional, os rebanhos de gado e seus acessórios, da mesma forma que as fazendas-modelo e empresas agrícolas, passam a ser propriedade da nação.

"c) — Como primeiro passo no sentido da completa transferência de fabricas, oficinas, lojas, minas, estradas de ferro, bem como outros meios de produção e de transporte às mãos dos trabalhadores e camponeses da República Soviética; e afim de assegurar a supremacia da classe trabalhadora sobre a dos exploradores; o Congresso ratifica a lei soviética que estabelece o controle da industria pelos trabalhadores, bem como o que diz respeito ao Conselho Supremo de Economia". (*)

(*) *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, Nova York, 1929, pag. 81. Reproduzida no discurso de Molotov perante o Comité Executivo Central (TSIK) a 23 de janeiro de 1933, conforme publicou o *Moscow Daily News* de 29 de janeiro desse ano. Molotov afirmou que essa declaração de 1918 "havia sido escrita pelo próprio Lenine". Uma tradução francesa dessa *Declaração de Direitos das Classes Trabalhadoras e Exploradas*, ratificada pelo III Congresso Nacional dos Soviets, pode ser encontrada no livro *Une Legislation communiste*, de Raoul Lahry, Paris, 1920.

O segundo documento, dessa natureza, formalmente aprovado pelo Comité Executivo Central da recém-criada União Soviética, é mais longo do que o acima transcrito e pode ser lido no *Apêndice* existente no fim da I Parte. Foi êle endereçado, tendo em vista, sem dúvida, a *Declaração da Independência Americana*, "a todos os governos e povos da terra". Seu objetivo era anunciar ao mundo a formação do novo Estado federativo. "Desde o primeiro momento de sua existência — diz a imponente proclamação — as Repúblicas Soviéticas tornaram-se unidas pelos laços de uma íntima cooperação e assistência mútua que, subseqüentemente, assumiu a forma de tratados de aliança. A energia dos trabalhadores e camponeses uniu-os, num só bloco, para a defesa de suas necessidades comuns, para a sua luta contra os ataques das potências capitalistas e contra os ataques internos das forças anti-revolucionárias, inimigas da sociedade soviética. A solidariedade das massas trabalhadoras uniu-as na tarefa comum de estabelecer a cooperação fraternal entre os povos libertados. Unidas, elas emergiram da revolução proletária vitoriosa. Unidas, atravessaram a dolorosa experiência da intervenção e do bloqueio, saindo triunfantes dessa luta. Unidas, iniciaram a tremenda tarefa de restaurar a economia nacional sôbre a base de uma nova estrutura econômica da sociedade, depois de terem suportado calamidades sem precedentes.

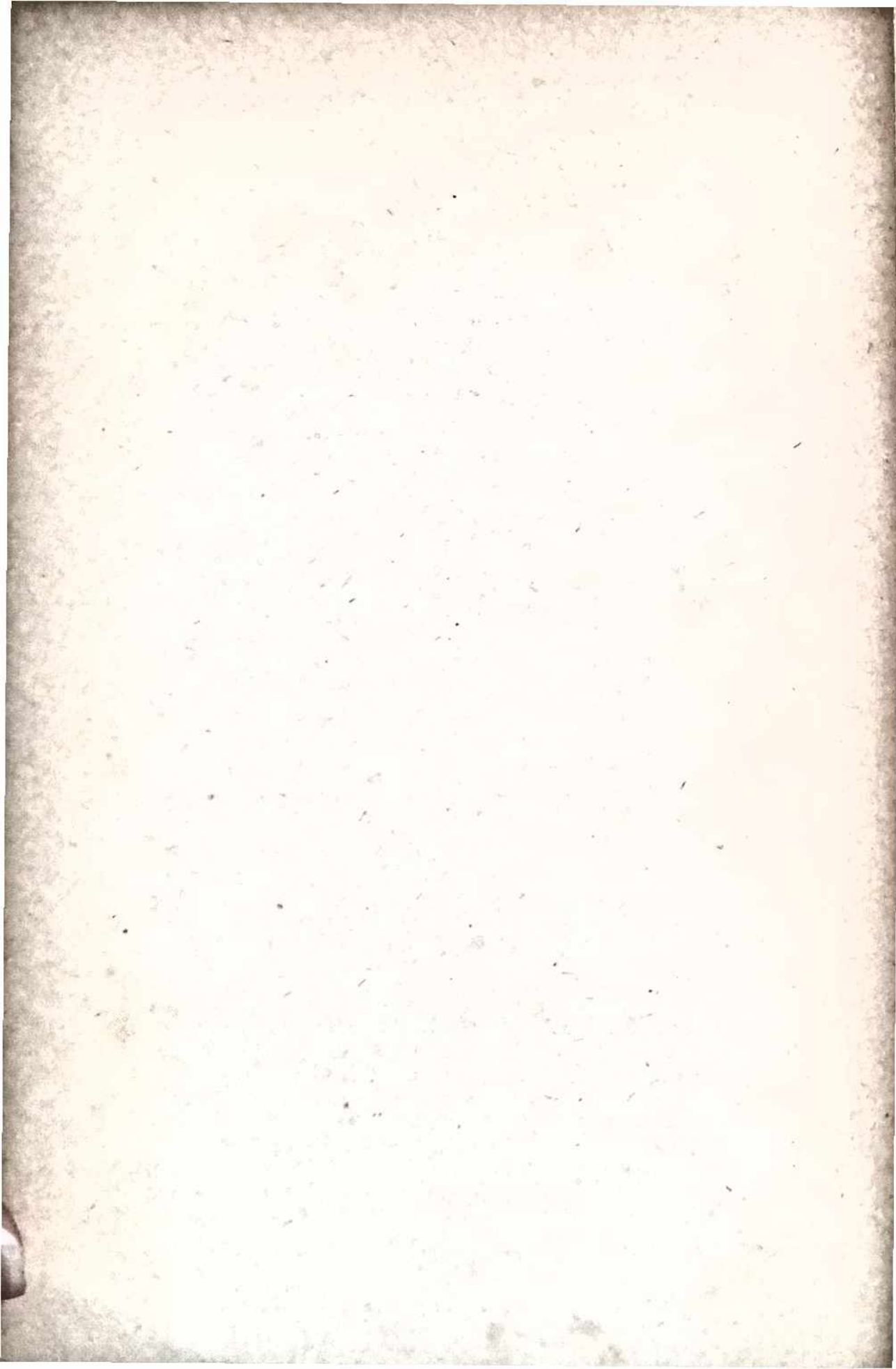
"Muito embora prestassem, uns aos outros, constante e fraternal assistência, pondo em jôgo tôdas as suas forças e recursos, as várias Repúblicas permaneceram, entretanto, por longo tempo, como Estados independentes, unidas apenas por tratados de aliança.

"Mas o posterior desenvolvimento de suas recíprocas relações e as exigências de sua posição internacional levaram-nas, agora, a se fundirem num Estado único."

Nos capítulos seguintes, procuraremos descrever as várias partes dessa Constituição, examinando a maneira pela qual a mesma se transformou, durante os últimos dezoito anos, na estrutura orgânica em que se somam os esforços de 170.000.000

de almas, que habitam a mais vasta área geográfica contínua, em todo o mundo, compreendendo a sexta parte da superfície terrestre do globo (*).

(*) Já constitui hábito na U.R.S.S. fazer referencia à sua área como sendo um sexto da superfície terrestre. No *Statistical Yearbook*, da Liga das Nações, a área da U.R.S.S. é dada como sendo de 21.176.000 Km.² (dos quais 5.999.000 estão no continente europeu). Nesse mesmo livro, a superfície terrestre é computada em 132.520.000 Km.², dos quais a U.R.S.S. compreende 15,981% ou, seja, pouco menos de um sexto (16,666%), porém muito mais do que um sétimo (14,285%). Não sabemos, entretanto, se todas as ilhas soviéticas do Oceano Ártico estão incluídas na estimativa do *Statistical Yearbook*.



CAPÍTULO II

O homem como cidadão

Neste capítulo, examinaremos a parte da Constituição da U.R.S.S. que diz respeito à pirâmide de Soviets e, tendo sido promulgada como a “lei fundamental” do novo Estado, foi interpretada por muitos comentadores como representando a totalidade da referida Constituição. O quanto é errado êsse ponto de vista e como essa interpretação pode conduzir a graves confusões, ficará patente nos capítulos a seguir.

A origem do sistema soviético

“O sistema soviético — definiram-no com exatidão — é uma dessas inúmeras criações do espírito humano que parecem dever sua existência a um feliz acidente histórico. O fato do mesmo ter conseguido sobreviver prova ter sido êle perfeitamente adaptado às necessidades da ditadura do proletariado, que constitue a base em que se apoiam a teoria e a prática do comunismo” (*).

A palavra *Soviet*, que originariamente significava qualquer espécie de Conselho, deve ser hoje compreendida como um Conselho de delegados ou deputados, escolhidos pelos trabalhadores das várias fábricas e outros estabelecimentos de uma cidade ou município; ou pelos soldados das várias unidades de um exército; ou pelos camponeses de uma vila, distrito agrícola ou comunidade; ou, ainda, por qualquer combinação desses grupos cons-

(*) *How the Soviets work*, por H. N. Braisford, Nova York, 1927, p. 57. Este livro, despretencioso e admirável ao lado de seu predecessor, *The Russian Worker's Republic*, Nova York, 1920, do mes-

tituintes. Sua mais evidente diferença de outra qualquer entidade política consiste em que os mesmos, confessadamente, excluem a representação de empregadores capitalistas, proprietários de terras, donos de lojas, qualquer pessoa, enfim, que não se ocupe num trabalho produtivo, mesmo quando pertençam à mesma tribu, raça ou nacionalidade e residam dentro da área considerada. Soviets dessa natureza foram espontaneamente organizados, em maio e junho de 1905, em Ivanovo-Voznesensk e Kostroma, afim de dirigirem as greves dos trabalhadores nas indústrias têxteis (*). Parece que foram os mesmos criados, na agitação do momento, devido, particularmente, ao fato de não existirem quaisquer sindicatos independentes e dignos de confiança. Esses órgãos da classe trabalhadora não se limitaram, porém, a dirigir a greve, assumindo algumas funções do decrépito governo local. Foi, entretanto, o Soviet formado em S. Petersburgo nesse mesmo ano de 1905 que deu orientação ao resto da Rússia. Na sua primeira reunião, a 13 de outubro, "representava apenas parte dos trabalhadores, compreendendo apenas as fábricas do distrito de Nevsky. Em seu nome, foi lançada uma proclamação que dizia: propomos que cada fábrica e cada oficina eleja um delegado por grupo de cem trabalhadores. Os delegados assim eleitos constituirão o Comité da fábrica. Os delegados de todas as fábricas formarão o Comité Geral de Trabalhadores de S. Petersburgo" (**). No decorrer dos dois meses seguintes,

mo autor, — conquanto existam agora livros mais eruditos e completos, — fornece ainda, resumidamente, os melhores instantâneos conhecidos sobre a vida na U.R.S.S.

(*) "Foi a maior greve que jamais se realizou na Rússia... Nessa ocasião, foi eleito o primeiro Soviet de delegados dos trabalhadores, na Rússia, entre os dias 15 e 18 de maio de 1905. Pela primeira vez, os trabalhadores apresentaram-se como classe conciente, livres da influência dos "democratas" como haviam estado desde o tempo de Gapon" (*Brief History of Russia*, por M. N. Pokrovsky, traduzida por D. S. Mirsky, Londres, 1934, (vol. II, pp. 153-154, 189-190).

(**) Ibid. p. 166. Podem ser encontrados detalhes na obra russa *On the History of Soviets of Workers Deputies in 1905*, por P. Gorin, 2.^a ed. Moscou, 1930. Ver também *From Peter the Great to Lenin*, por S. P. Turin, 1935.

Soviets semelhantes a êsse surgiram, em grande número, noutras cidades russas, desde Reval a Bakú. Mas a rápida repressão exercida pelo governo tzarista não permitiu que se realizasse o Congresso Nacional dos Soviets.

Essa repressão sumária não impediu, entretanto, que a lembrança do fato permanecesse no espírito das massas trabalhadoras. Quando, em fevereiro de 1917, o regime tzarista caiu, quase que devido somente à sua própria podridão, os trabalhadores das fábricas de Petrogrado formaram espontânea e imediatamente um Soviet, que não se restringiu unicamente às atividades grevistas, mas discutiu e votou sobre vários assuntos de interesse público. Êsse exemplo foi rapidamente imitado pelos trabalhadores de Moscou e pelos de muitas outras cidades industriais. Nessa ocasião, o Soviet de Petrogrado convidou os Soviets de todas as demais cidades a enviarem delegados para ser constituído um Congresso de Soviets, que indicaria um comitê permanente para atuar nos intervalos entre um e outro congresso. Esta seria, ao que parece, a base para um governo de trabalhadores com jurisdição sobre todo o país. Mas isso não pareceu possível de ser realizado por grupos cuja missão original era apenas a de orientar as greves. O Partido Bolshevique estava seguindo ainda as diretrizes do programa de 1903, que não havia sido revisto e, embora pregando o coletivismo no que se refere à economia, admitia, no terreno político, a simples substituição do governo tzarista pela modesta novidade de uma assembléia parlamentar nitidamente democrática (**). Lenine, é verdade, reconheceu imediatamente a importância dos "Soviets de deputados dos trabalhadores", tal como surgiram em 1905, e nos quais via "os novos órgãos do poder popular". No IV Congresso do Partido Social Democrata da Rússia, em abril de 1906, foi aprovada uma resolução, explicando que os Soviets, no processo da luta, deveriam transformar-se de "simples organiza-

(*) Esse programa estabelecia que "a primeira e imediata tarefa a ser enfrentada pelo Partido Social Democrata Russo era derrubar a Monarquia tzarista e estabelecer uma República democrática, cuja Constituição asseguraria o seguinte:

"a) — A soberania do povo, isto é, a concentração do poder su-

ções de choque em organizações para a *luta revolucionária geral*; que os mesmos representavam o "embrião do poder revolucionário", dependendo a "sua força e prestígio inteiramente da energia e sucesso da sublevação". Assim, de fato, os Soviets eram considerados por Lenine, até novembro de 1915, como simples "órgãos de rebelião" (*Obras*, vol. XVIII, p. 312). Parece haver, pois, algum fundamento na opinião de um sagaz historiador germânico, segundo o qual, embora Lenine tivesse previsto, com grande antecedência, a necessidade de transformar a revolução burguês-liberal numa revolução socialista e tivesse rapidamente reconhecido os Soviets como o instrumento para tornar efetiva essa transformação, apesar disso, somente em março de 1917, ao receber, na Suíça, as primeiras notícias autênticas sobre a revolução na Rússia, foi que ele (Lenine) fez uma feliz descoberta, convencendo-se de que o sistema de Conselhos (Soviets) de soldados, camponeses e operários constituía a expressão moderna da inevitável revolução democrático-socialista. Lenine reconheceu nos Soviets a existência, sob uma forma elementar, de um tipo inteiramente novo de governo, exercido pela classe trabalhadora, governo esse que só podia ser historicamente comparado com a Comuna de Paris (1897). O estudo, que fez, dos Soviets, convenceu Lenine de que tudo quanto Marx havia dito, em seu famoso ensaio sobre os aspectos políticos e constitucionais da Comuna de Paris, se applicava perfeitamente aos Soviets russos da revolução de 1917 (*).

premo do Estado nas mãos de uma assembléia legislativa, constituída de representantes do povo e formando uma Câmara.

b) — Sufragio universal, igual e direto para todos os cidadãos de ambos os sexos, com vinte anos ou mais de idade, em todas as eleições à Assembléia Legislativa e na formação dos órgãos de governo local; voto secreto; o direito de todos os eleitores serem também eleitos para qualquer instituição representativa; Parla-mentos bienais; pagamento de salarios aos representantes do povo".

(*) *Geschichte des Bolshevismus*, por Arthur Rosenberg, 1932, traduzida como *History of Bolshevism*, 1934, p. 87. Na terceira das *Cartas de Longe*, de Lenine, datada de 24-11-1917, ele discutia o papel dos Soviets como órgãos, não somente de rebelião, mas de democracia proletaria, como "o governo de Soviet de deputados

Eis porque, desde o momento de sua chegada a Petrogrado, Lenine começou a referir-se cada vez mais aos Soviets, não só como um meio de combate e contróle do Governo Provisório e não apenas como instrumento para a próxima derrubada do mesmo, mas também como base necessária de uma nova organização política. Parece, entretanto, que, justamente por ocasião da tomada do poder, em outubro de 1917, Lenine julgou conveniente que o Partido Bolshevique não eliminasse definitivamente o sistema parlamentar democrático, deixando-o subsistir como instrumento de administração do Estado socialista, que tinha em vista fundar (**). Isso, no entanto, não impediu que fôsse lançada a legenda "Todo poder aos Soviets".

Nessa altura, já Lenine se tinha tornado entusiasta do Soviet, por êle considerado não só como um "órgão de rebelião"

dos trabalhadores". (*Works*, vol. II da ed. inglesa, p. 35). Na quinta carta, afirmava que a próxima etapa da revolução devia consistir na transferencia do poder estatal a um novo governo que seria organizado segundo o modelo dos Soviets de Deputados dos Trabalhadores". (*Ibid.* p. 62 e também 99, 123 e 128, datada de abril de 1917).

(**) E' interessante notar que, em maio de 1917, ao receber um pedido para preparar "todo o material à disposição do Comité Central, relativo à revisão do programa do Partido", afim de ser o mesmo impresso — consistindo esse material, principalmente, dos proprios projetos apresentados por Lenine para o novo programa — ele manteve inalterada a proposta de uma simples e suprema Assembléia Legislativa, eleita pelo sufrágio universal e direto, em votação secreta, acrescentando apenas a representação proporcional e o direito da maioria dos eleitores cassarem o mandato de seu representante. A mudança de sua opinião é indicada apenas pela proposta por ele feita para que fosse incluída uma declaração estabelecendo que "todas as instituições parlamentares representativas deveriam, gradualmente, dar lugar aos Soviets de representantes do povo (de varias classes e profissões ou de varias localidades), funcionando tanto como órgãos legislativos como executivos." (O velho programa de 1903 e as emendas propostas por Lenine "escritas em maio de 1917", podem ser encontradas no vol. XX, livro I, da edição inglesa *Works*, de Lenine, p. 353. A revisão não foi feita até 1919).

ou um instrumento de revolução, mas também como "um passo em direção ao desenvolvimento da democracia". Apesar disso, os termos com que a êle se refere indicam que não tinha ainda, nesse momento, a visão perfeitamente clara do gigantesco edifício de governo que seria erigido sobre essa base (*). Enfim, quando a sublevação havia, praticamente, alcançado o completo sucesso e o Segundo Congresso Pan-russo dos Soviets já estava deliberando, ainda sob o troar dos canhões, foi decidido, por proposta sua, e por grande maioria, que o poder supremo seria confiado, não a uma assembléia parlamentar qualquer, mas ao próprio Congresso Pan-russo. No decorrer de uma sessão, que durou vinte horas, êsse mesmo Congresso nomeou "um governo provisório de operários e camponeses", que viria a ser conhecido

(*) As palavras de Lenine, a respeito, merecem ser citadas. "Os Soviets — diz ele — são a espinha dorsal do novo Estado, representando, em primeiro lugar, as forças armadas dos trabalhadores e camponeses, força essa que não viverá divorciada do povo tal como acontecia com o antigo exercito. Em segundo lugar, esses órgãos representam a conexão com as massas, com a maioria do povo, de maneira tão íntima, tão indissolúvel, que nada existiu semelhante aos mesmos no antigo Estado. Em terceiro lugar, pelo fato de serem eleitos, esses órgãos e os elementos que os constituem podem ser destituídos de acordo com o desejo do povo, sem qualquer formalidade burocrática, o que é muito mais democrático do que qualquer organização anterior. Em quarto lugar, representam eles uma firme conexão com as mais diversas ocupações, facilitando assim toda a especie de reformas radicais sem qualquer burocracia. Em quinto lugar, significam a forma de organização da vanguarda, isto é, dos elementos mais concientes, mais enérgicos, mais progressistas das classes oprimidas, por meio dos quais pode ser elevada, educada, e conduzida a massa gigantesca dessas classes que, até agora, haviam permanecido absolutamente à margem da historia. Em sexto lugar, eles tornam possível combinar as vantagens do parlamentarismo com as vantagens de uma democracia direta, isto é, unificar, através dos representantes do povo, as funções legislativas e executivas. Comparado com o parlamentarismo burguês, isso representa um passo à frente no desenvolvimento da democracia, tendo uma significação histórica de importancia mundial". (*Devem os Bolsheviques manter o poder Estatal?*, escrito durante outubro de 1917 e publicado no primeiro e único número da nova edição de *Prosveshchenie*, jornal mensal. Incluído em *Works*, de Lenine, vol. XXI, livro II, pp. 26-27, da edição inglesa).

sob o nome de Soviet de Comissários do Povo (*Sovnarkom*) e atuaria sob o contróle do Congresso e do seu Comité Executivo Central (TSIK). Foi aprovada também a proposta de Lenine referente à imediata conclusão da paz; a transferência das terras nacionalizadas, em usufruto, aos camponeses; a eleição de comités de trabalhadores em todos os estabelecimentos industriais; e uma resolução decidindo que a denominação do novo Estado seria: República Soviética da Rússia (*).

Durante os meses que se seguiram, o *Sovnarkom* de Comissários do Povo, sob a presidência de Lenine, governou o país, com grande energia, enfrentando grande quantidade de problemas, baixando inúmeros decretos e resolvendo pequenas e grandes dificuldades. Enquanto isso, alguns comissários do povo e vários pequenos comités discutiam diferentes assuntos e traçavam as linhas gerais de uma Constituição orgânica (**). Todos êsses problemas precisavam de ser ajustados e coordenados, tarefa que foi confiada, nos começos de abril de 1918, a uma comissão redatora de quinze membros, entre os quais se encontravam Sverdlov e Stalin, mas de que não participou Lenine. Quando o V Congresso Pan-russo dos Soviets se reuniu, em julho de 1918, o projeto assim preparado foi, sem maiores debates, imediatamente aprovado como a "lei constitucional fundamental" da República Soviética Federativa Socialista da Rússia (R.S.F.S.R.) Com algumas emendas de menor importância, essa lei fundamental permanece até hoje (1935) substancialmente inalterada. Em 1923, a parte substancial de suas disposições foi adotada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (U.R.S.S.)

(*) *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 52-53; *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, p. 18; *History of the Russian Revolution*, por L. Trotsky, vol. III, 1933, pp. 297-337; *La Révolution russe, 1917-1921*, por W. H. Chamberlain, 1935.

(**) Um sumário dos acontecimentos desse período, extraído principalmente de *Istoria sovietskoi Konstitusii e Osnovi sovietskoi Konstitusii*, ambos de G. C. Gurvich, é apresentado em *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, pp. 57-65.

A base da pirâmide

A estabilidade e a permanência de uma pirâmide dependem, essencialmente, da amplitude e solidez de sua base. Na U.R.S.S., o direito de voto atinge muito maior amplitude do que em outro qualquer país. O direito de votar, e, com êle, o direito de ser eleito, é baseado na participação ativa do indivíduo em qualquer trabalho útil, quer manual, quer intelectual. Isso não significa, entretanto, que sejam excluídos os que, pela idade avançada ou enfermidade, estejam impedidos de trabalhar. Todos os homens e mulheres, na U.R.S.S., que não estejam incluídos numa das categorias de indivíduos legalmente privados do voto, ao completar a idade de 18 anos adquirem automaticamente o direito de votar e ser eleitos para qualquer cargo (*). Qualquer pessoa que estude o sistema eleitoral de outros países, sentir-se-á chocado ante a amplitude dessa franquia eleitoral. Excetuados os incapazes de comparecerem às reuniões eleitorais, não existe praticamente qualquer dos impedimentos usuais ao direito de votar. Pelo contrário, de todos os outros sistemas políticos, a lei soviética não exclue do seu eleitorado os indivíduos que residam no território da União, só porque pertençam a uma nacionalidade estrangeira (**). Não há desqualificação eleitoral por motivo de sexo ou casamento; por analfabetismo ou incapacidade de falar ou ler qualquer idioma particular; por motivo de crença religiosa ou ausência dessa mesma crença. Não há também

(*) A idade mínima com que se adquire a cidadania em diferentes países, varia de 18 a 25 anos. Os únicos países, excetuada a Rússia, que permitem votar as pessoas que completaram 18 anos (mas apenas os homens) são a Turquia, a Argentina e (se casado) o México. A idade mínima, exigida para a elegibilidade, varia de 18 anos (apenas na Rússia) até 30. "Nenhum país pensou ainda em negar o direito de voto por motivo de idade avançada". (*Theory and Practice of Modern Government*, por Herman Finer, 1932, vol. I, p. 415).

(**) Veja-se, por exemplo, mais adiante, o caso de um cidadão americano votando numa cidade russa. Entre os membros, eleitos em janeiro de 1935 para o Soviet da cidade de Moscou, figurava um cidadão americano (um negro).

qualquer exigência referente a uma ocupação independente ou relativa ao tempo de residência, o que, noutros países, exclue a grande massa de soldados e marinheiros, empregados domésticos, moradores em hotéis e outras pessoas em trânsito. Os mesmos privilégios são concedidos aos que servem em qualquer ramo de serviço público, tais como soldados, policiais, carteiros e outros indivíduos que recebam ordenado ou pensão do Estado. Não há também desqualificação eleitoral por pauperismo ou pelo fato de se receber assistência pública de qualquer espécie; nem por insolvência; nem mesmo por condenação em virtude de ato criminoso, a menos que a privação dos direitos políticos seja claramente imposta pela sentença judicial. As pessoas exiladas ou recolhidas a estabelecimentos penais são, porém, desqualificadas durante o período de exílio ou detenção (*).

As categorias de "privados"

Por outro lado, em cada área eleitoral, é publicamente exposta uma lista de residentes locais, pertencentes a certas categorias especificadas, os quais estão privados não só do direito de votar e ser votados, como também das vantagens de pertencer aos sindicatos e às cooperativas de consumo. "As seguintes pessoas", estabelece a Lei Fundamental da R.S.T.S.R. (**)

(*) *As Instruções para as Eleições dos Soviets e Delegados aos Congressos*, datadas de 1.º de outubro de 1934 (publicadas no *Izvestia* de 5 de outubro de 1934) estabelecem, expressamente, no parágrafo final do Art. 14, que os estrangeiros trabalhadores têm direito a votar; e que os estrangeiros *especialistas* podem gozar do direito de voto, desde que sejam leais ao regime soviético.

(**) Lei Fundamental da R. S. F. S. R., ratificada pelo V Congresso, 10 de julho, 1918, IV seção, cap. LXIV; *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, pp. 31-34; *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 92. Este artigo foi ligeiramente modificado na sua redação em 1925 e 1929 (tornando-se o capítulo LXIX) ao ser publicado em francês, na U.R.S.S.: *La Federation soviétique et ses Républiques*, por André Pierre, Paris, 1932, p. 26; e no *Annuaire diplomatique* para 1933 (Moscou, 1933).

Os casos resolvidos estabelecem as seguintes categorias de "privados": "Fazendeiros, criadores de gado e mecânicos, que lancem

(que estabelecem o modelo para as leis de tôdas as Repúblicas constitutivas da União) "não têm nem o direito de voto nem o de serem eleitos, mesmo que estejam incluídas numa das categorias acima mencionadas (as das pessoas que gozam desse privilégio):

a) pessoas que empreguem outras, mediante salário, com objetivo de obter lucros;

mão de trabalho assalariado, numa extensão que amplia o seu negocio alem dos limites de simples trabalhadores; agricultores e criadores de gado, que sejam proprietarios de estabelecimentos comerciais e industriais tais como lojas e moinhos com equipamento motorizado, ou os que os dirigem mediante ajuda de terceiros, permanente ou periódica; pessoas que vivem do aluguel ou arrendamento de máquinas agrícolas complexas ou equipamento motorizado; proprietarios de grandes navios de pesca, que vivem do seu arrendamento; pessoas que emprestam dinheiro sob a garantia de máquinas ou outros valores; que cobram um aluguel sobre a terra, considerado pela comissão distrital de taxas como exorbitante; que vivem do arrendamento de pomares e vinhedos, com propósitos de exploração (fazendo-se exceção, quando a comissão de taxas não considere os alugueis demasiado altos); proprietarios ou pessoas, que vivam da exploração de empresas que distribuam trabalho a ser feito em casa, ou aluguem ou subaluguem essas empresas a terceiros; comerciantes particulares, empreiteiros e intermediarios, os que vivem de rendas ou sejam proprietarios de empresas com proporções de fabrica; antigos oficiais e funcionarios dos exercitos brancos e lideres de bandos contra-revolucionarios; todos os empregados e agentes da policia czarista, especialmente dos corpos de gendarmes e todas as pessoas direta ou indiretamente ligadas à antiga policia; ministros e funcionarios do velho regime; membros da familia imperial; antigos membros diretores de prisões; lideres da nobreza; antigos e atuais funcionarios dos cultos religiosos; pessoas exiladas, por necessidade administrativa, enquanto durar o exilio e os que tenham sido privados do direito de voto em virtude de processo judicial, bem como os que estejam cumprindo penas em prisões do Estado". (*The Soviet State*, por B.W. Maxwell, 1934, pp. 32-33).

A mais recente relação de categorias dos "privados" é contida em *Instruction for the Election of Soviets and Delegates to the Congress*, de 1-10-34, publicada no *Izvestia* de 5-10-34.

b) pessoas que vivam de rendas não provenientes de seu trabalho, tais como juros sobre capitais, rendas oriundas de empresas industriais, propriedade agrícola, etc.;

c) negociantes comerciais e agentes de negócios;

d) frades e clérigos de todas as confissões religiosas;

e) empregados e agentes da antiga polícia, das formações de polícia especial e da polícia secreta, bem como os membros da antiga dinastia reinante na Rússia;

f) pessoas legalmente reconhecidas como mentalmente desequilibradas ou imbecis, bem assim as que estejam sob tutela;

g) pessoas condenadas por crimes infamantes ou venalidade, durante o período fixado pela sentença, de acordo com a lei.

A percentagem de membros dessas categorias de pessoas privadas do direito de voto tem variado grandemente, de época para época e de localidade para localidade. Em dez distritos (*uezds*) de Pensensky, em 1922, nos quais havia 892.244 eleitores, a estatística revelou que o número de "privados" era de 9.186 ou seja cerca de 1 % do eleitorado. Entre eles havia 2.070 negociantes, 1.187 proprietários vivendo de rendimentos, e 581 empregadores, perfazendo um total de 3.838 (dois quintos das exclusões totais) "privados" por motivo de ordem econômica. Havia 1.814 padres e 1.420 antigos membros da polícia tsarista, perfazendo um total de 3.234 (um terço de exclusões) desqualificados em virtude da sua atividade profissional. Havia, finalmente, 1.750 excluídos por sentença judicial, devida a crime, e 564 por insanidade mental (*). Por outro lado, em Lenigrado, Kiev e Moscou, dez anos atrás, mais de 10 % do eleitorado estava incluído na categoria dos "privados".

Dentre os que haviam sido, anteriormente, excluídos do sufrágio, muitos morreram e outros readquiriram seus privilégios

(*) *Soviets, Congress of Soviets and Ispolkoms, being Material for the study of the Soviet Administration* (em russo), Moscou, 1924, p. 7.

por atos sucessivos de clemência. A princípio, a desqualificação era aplicada igualmente às pessoas que, em qualquer tempo, tinham pertencido a essas categorias, mas a que haviam deixado de pertencer, e também a suas espôsas, filhos e filhas. Mas foi sempre possível às comissões eleitorais locais excluir das listas de pessoas desqualificadas os filhos e filhas das mesmas, que conseguiram demonstrar estarem dedicadas a um trabalho socialmente útil e tivessem completado cinco anos de serviço. Leis mais recentes e instruções eleitorais ultimamente aprovadas concedem o privilégio do voto a pessoas de outro modo qualificadas e que tenham atingido a idade de 18 anos, a partir de 1925. As mesmas vantagens podem ser extensivas a pessoas de idade avançada, que tenham estado, por cinco anos, dedicados a um trabalho produtivo e socialmente necessário e tenham provado a sua lealdade ao regime soviético, ficando êsses casos à discrição da comissão local responsável pela direção das eleições, a qual prepara anualmente a lista de desqualificações (*). Diz-se que essas comissões locais se têm portado com razoável benignidade, sendo as partes interessadas tratadas de acôrdo com o que fazem jus pelos seus presentes méritos no que diz respeito ao trabalho socialmente útil.

O resultado disso é que o número de pessoas desqualificadas para fins eleitorais tem decrescido firmemente (**). As últimas estatísticas referentes aos "privados" são relativas às eleições

(*) De acordo com as *Instruções para a Eleição dos Soviets e Delegados aos Congressos*, datada de 1.º de outubro de 1934 (publicadas no *Izvestia* de 5 de outubro de 1934) ficou estabelecido que os antigos *kulaks* dedicados à indústria do ouro e da platina podiam readquirir os seus direitos ao voto após tres anos de trabalho produtivo; e, dentre eles, num prazo mais breve, os *udarniki*.

(**) Cuidadoso e recente inquérito a respeito dos casos resolvidos mostra que as seguintes categorias obtiveram a franquia eleitoral: pescadores e camponeses, que vendiam o produto de seu trabalho no mercado livre; proprietários de todas as espécies de empresas tais como fabricantes de produtos derivados do leite, etc., que não empreguem trabalho de terceiros ou não distribuam traba-

de 1931 que, segundo se afirma, abrangeram de 80 a 90 % de toda a U.R.S.S. Da população total, com idade acima de 18 anos, foi desqualificada uma percentagem de 3,9, contra 4,9 por cento nas eleições de 1929. Nas cidades, houve uma queda de 8,5 para 4,9 %, enquanto que nos distritos rurais esse decréscimo foi de 4,1 para 3,7 % (*). Cerca de 28,4 % desses "privados" nas áreas urbanas e 43,4 % nas áreas rurais eram pessoas maiores de 18 anos dependentes de maridos ou pais "privados". Esse decréscimo continua a verificar-se. Se contarmos por famílias, é de duvidar que essas exclusões, excetuados os insanos mentais e os prejudicados por sentença judicial, atinjam a média de 1 % das famílias nas áreas rurais e de 2 a 3 % nas cidades. "Em 1934 — declarou Molotov no VII Congresso de Soviets da União — havia 2,5 % de pessoas privadas do voto dentre a população total da U.R.S.S., o que representa um pouco mais de dois milhões. Compare-se esse número com o total de eleitores soviéticos, que atingiu, no último ano, a 91 milhões de pessoas". Dentro de mais uma década está previsto que, praticamente, todos esses "privados", em consequência de atividades atuais ou passadas, da mesma forma que seus filhos e filhas, terão desaparecido das

lho a ser feito em domicílio; mecanicos, que não empreguem trabalho de terceiros ou empreguem apenas dois aprendizes e um diarista, vendendo o produto de seu trabalho no mercado livre; pessoas que vivam dos premios de loterias do Estado, ou de juros de apólices do Estado, bem como de economias depositadas em Caixas Econômicas oficiais; pessoas que recebam auxilio de amigos ou parentes vivendo no exterior ou juros de seguros feitos no exterior; invalidados no trabalho ou na guerra, que estejam explorando pequenos negocios; guardiães, sineiros e outros modestos empregados em igrejas; e, por mais estranho que pareça, os membros titulares da mesma igreja; membros das profissões liberais que executem trabalho util ao publico, e aos filhos dos que foram destituídos, que tenham atingido à maioridade desde 1925, e possam ter estado, como menores, dependendo de seus pais, mas não estejam executando trabalho util, embora possam estar ainda vivendo com os pais. (*The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, p. 32).

(*) O quadro seguinte mostra a contribuição de cada categoria de "privados" para esses totais:

listas (*). O resultado final de tudo isso é a existência de um eleitorado colossal e sempre crescente que, em 1935, atingiu a cifra de 91 milhões de homens e mulheres, o que representa 55 % da população recenseada, eleitorado êsse, do qual 85 % comparecem às urnas, e está aumentando à razão de mais de dois milhões por ano (**).

Categoria	Percentagem total de desqualificações	
	Nas cidades	Nas áreas rurais
Empregadores	5,3	22,2
Rendas não obtidas por meio de trabalho	8,3	5,9
Negociantes	39,9	10,1
Clérigos	4,9	6,8
Antiga polícia	3,2	4,7
Insanos mentais	1,2	1,5
Sentença judicial	8,8	5,4
Dependentes com mais de 18 anos ...	28,4	43,4
	100	100

(Extraído de um relatório do Presidium do Comité Executivo Central (TSIK) do Congresso de Soviets da União, 1931; ver o sumário de Lazare Peper, no *American Science Review*, outubro de 1932).

(*) A exceção diz respeito aos sacerdotes. Não se pode prever se os mesmos desaparecerão da U.R.S.S. Nada se pode também prever quanto à possibilidade de uma mudança na política soviética, quando desaparecer completamente a intranquilidade a respeito da segurança do regime soviético.

(**) Depois de cada eleição geral, o Comité Executivo Central (TSIK) publica um relatório (*Ossnovnye itogi raboty Pravitelstva*). Os últimos totais (em números redondos) são os seguintes:

	Eleitorado	Votantes	Percentagem
1927	77.800.000	39.000.000	50,2
1929	81.300.000	51.600.000	63,5
1931	85.900.000	60.900.000	70,9
1934	91.000.000	77.000.000	85,0

Assembléias de vila

Muito embora as franquias eleitorais sejam as mesmas nas cidades e nas vilas, os processos eleitorais diferem necessariamente. Examinaremos, em primeiro lugar, as assembléias de vila, não só porque as mesmas compreendem três quartos da população total da U.R.S.S., mas também porque suas características são tipicamente russas.

As assembléias de vila representam, provavelmente, uma das mais velhas tradições das atividades públicas na Rússia. Tal como em vários outros países, foram elas as predecessoras das assembléias representativas. Tal como as assembléias paroquiais da Inglaterra, do século XV ao século XIX (*), as assembléias de vila, na Rússia, não parecem ter tido uma origem legal. Embora tenham sido legalmente reguladas e restringidas de tempos a tempos, tendo-lhes sido atribuídas também algumas funções adicionais, o certo é que nunca houve uma precisa e completa delimitação de seus poderes. No auge de sua força, nos fins do século XVIII, quando surgiu o Mir, podia discutir qualquer assunto de interesse local desde que não envolvesse "questões políticas". Podia traduzir o desejo da vila; dirigir qualquer ação, nos limites da vila, desde que fôsse aprovada pelos habitantes da mesma; redistribuir as terras; alterar as condições da enfiteuse; recolher contribuições pecuniárias de alguns ou de todos os habitantes; e até mesmo decidir sobre o exílio de algum recalcitrante para a Sibéria, decisão executada pela polícia czarista. Por outro lado, o Mir estava sujeito ao mais arbitrário controle por parte dos ministros czaristas. Seus membros, por exemplo, corriam o risco de ser punidos por funcionários ou juizes locais desde que estes julgassem suas "decisões fora da competência da assembléia". Além disso, em face de um *ukase* de 24 de dezembro de 1905, qualquer decisão tomada, após terem seus membros bebido *vodka*, podia ser declarada nula! (**)

(*) Ver *The Parish and the County*, por S. e B. Webb, 1907

(**) Do Mir só podiam fazer parte os cabeças de casal pertencentes à comunidade local, não sendo usualmente permitido às mulheres participarem do mesmo. Não podia o Mir indicar pessoas para a função pública, mesmo residentes no local.

Hoje, as assembléias de vila, na U.R.S.S., das quais fazem parte todos os residentes de ambos os sexos com mais de dezoito anos, desde que não estejam incluídos nas categorias de "privados", perderam alguns dos poderes do Mir, mas não estão agrilhoadas por qualquer limitação. Podem, agora, discutir qualquer assunto relativo ao govêrno, tanto local como central. Tratamos, aqui, apenas do que diz respeito à sua posição como base da pirâmide de Soviets. Além da assembléia poder reunir-se tôdas as vezes que quiser e ter a liberdade de discutir tudo quanto interessar aos seus membros, uma nova e importante função (desde que não possua menos de 300 membros) foi-lhe atribuída: a eleição trienal do Soviet da vila (*Selosoviet*). Essa eleição é dirigida por uma comissão eleitoral independente, cujo presidente é indicado, para cada área eleitoral, pelo Presidium do *rayon*. O presidente é assistido por dez membros nomeados pelo próprio Soviet da vila. A comissão fixa a data em que deve realizar-se a eleição; indica um presidente para cada assembléia; faz a revisão da lista de pessoas privadas do direito de voto, determinando que seja a mesma públicamente exposta; e providencia para que os eleitores sejam, com cinco dias de antecedência, pessoalmente notificados da eleição, afim de que seja alcançado o *quorum* de 40 % do eleitorado, evitando-se assim a transferência do pleito. O presidente da assembléia, que é assistido por dois auxiliares eleitos pela própria assembléia, anuncia o número total dos eleitos na área eleitoral, bem como o dos que se encontram presentes, de forma a demonstrar existir o *quorum* exigido e declara, finalmente, qual o número de pessoas que a assembléia deverá eleger. Esse número é fixado por lei, na proporção de um por cem habitantes e mais um por fração de centena redonda — aproximadamente um por grupo de cinquenta eleitores — mas com um mínimo de três membros. A disposição legal, que fixava um máximo de cinquenta membros, foi omitida nas instruções eleitorais de 1931 e 1934. Em aditamento, porém, um terço desse número deve ser eleito como "candidatos", isto é, substitutos ou alternantes. A assembléia eleitoral deve também escolher um comitê de revisão ou tomada de contas distinto do Soviet. Homens e mulheres são, então, indicados (por si mesmos ou por seus companheiros) algumas

vezes sem qualquer recomendação, mas muitas por meio de discursos de fluente eloquência, embora rudes. Em toda parte onde existe uma célula ativa do Partido Comunista, este prepara uma "chapa" dos seus candidatos, raras vezes constituída apenas de membros do Partido; estes são colocados à frente, segundo uma certa proporção com as vagas a preencher, sendo incluídos deliberadamente dez ou quinze pessoas a mais. Em certos casos, exceto nos distritos constituídos quase exclusivamente de granjas coletivas, verifica-se, antes da assembléia, uma reunião dos camponeses pobres (*bednyaki*), afim de que os mesmos realizem a escolha preliminar de seus candidatos. O voto é dado, segundo um costume de data imemorial, por meio da mão espalmada, num demorado processo que consiste em rejeitar um por um os candidatos não aceitos. Finalmente, os candidatos que tenham recebido o voto favorável da maioria da assembléia — tendo seu número ficado reduzido ao de lugares vagos — são submetidos à votação final, quase sempre unânime, e declarados eleitos pelo presidente. Ao que parece, o camponês russo jámais conheceu invenções tais como "representação proporcional", "segundo escrutínio" ou mesmo qualquer sistema de "votação exaustiva". Por outro lado, parece ter sido sempre permitido e constitui agora uma regra invariável, poder a assembléia eleitoral cassar o mandato de seus representantes, numa assembléia subsequente a que compareçam 40 % dos eleitores, substituindo-os, pelo resto do tempo de mandato, por qualquer nome da lista dos eleitos como "candidatos" ou substitutos, o mesmo se dando em relação aos que morrem ou renunciam ao seu mandato.

Debates políticos

Nesta altura, é bom lembrar que essas assembléias eleitorais são convocadas não só para eleger o Selosoviet (*), trienalmente, mas também umas seis ou oito vezes por ano. Essas

(*) A principio, a eleição do Soviet verificava-se anualmente. Passou depois a ser feita de dois em dois anos. Atualmente, a mesma faz-se trienalmente na vila, no *rayon*, *oblast* e na República. A cassação do mandato pode verificar-se, a qualquer tempo, pelo corpo eleitoral.

assembléias são realizadas, quase invariavelmente, durante a tarde, tendo, em geral, grande assistência, contando frequentemente com a mesma proporção de homens e mulheres. As discussões abrangem todos os assuntos de interesse público, sendo amplamente expressos os desejos locais. E tanta gente se propõe a falar que, muitas vezes, a assembléia tem que ser transferida para outra data. Podem ser aprovadas resoluções que são transmitidas a outras autoridades; mas a maior parte dos discursos são feitos para chamar a atenção da assistência e, especialmente, dos que foram ou pretendem ser eleitos para o Soviet, os quais devem estar presentes a fim de fornecerem informações ou responder a perguntas. A assembléia pode aprovar resoluções com o caráter de sugestões ou instruções sobre qualquer assunto, as quais são enviadas ao Soviet da vila ou a outra autoridade superior. Assim é que a assembléia poderá traduzir o desejo da vila a favor de uma casa pública de banhos ou de uma nova praça pública, bem como pela abertura ou fechamento de botequim para a venda de bebidas alcoólicas (*). Tudo isso concorre para tornar interessante a discussão. Sejam ou não postas em prática, essas resoluções têm que ser enviadas sempre ao Soviet do *rayon*, podendo ser também remetidas a outras autoridades. E a sua repetição na mesma ou noutras localidades adquire grande força.

Assim sendo, parece que a Constituição em vigor, na U.R.S.S., é vivificada por uma quantidade quase inconcebível de debates públicos realizados por cerca de dois milhões de pequenas assembléias locais, no decorrer de um ano. Quer consigam os oradores, que participam desses debates, atingir os seus objetivos, quer não, o que o observador político não poderá negar é não só a grande soma de educação política resultante dessas discussões, como também o sentimento que despertam no

(*) Disseram-nos que, em certo caso, tendo sido aprovada uma resolução mandando fechar um botequim onde era vendido o *vodka*, essa medida foi revogada na reunião seguinte a que compareceu grande maioria de mulheres. Não porque elas estivessem de acordo com a venda de bebidas alcoólicas, mas por julgarem que isso levaria os homens a caminharem ou enviarem a elas, mulheres, até a próxima vila, a 16 *verst* (1 *verst* = 1,066 metros), onde havia um botequim em que era vendido o *vodka*.

ânimo do povo, que se torna conciente de sua ativa participação no governo do país.

De nossa parte, não tivemos oportunidade de assistir a uma dessas assembléias eleitorais de vila; e, delas, só com muita dificuldade conseguimos uma descrição detalhada por testemunhas de vista. Mas a que se segue, escrita por um rapaz observador americano, fornece-nos um resumo que nos parece perfeitamente característico:

"Estive presente — escreve Karl Borders — a uma eleição realizada em Maslov Kut (*), em 1926, onde votei também (uma vez que todos os trabalhadores da região, acima de 18 anos, têm o direito de voto, quer sejam cidadãos russos, quer não). Logo que foi verificado haver maioria de eleitores presentes, a sessão foi aberta com um discurso feito por um dos organizadores da assembléia. Encareceu ele a necessidade de uma seleção rigorosa dos trabalhadores que iriam constituir o Soviet, pedindo, particularmente, que fôsse eleita alguma representante feminina. Numa reunião prévia, havia sido preparada uma lista completa dos candidatos aos trinta e seis lugares vagos, sendo essa "chapa" apresentada à assembléia. Mas a proposta, após ligeira discussão, foi quase unânimemente rejeitada, ficando decidido que seriam feitas novas indicações. Um a um, os nomes eram apresentados em voz alta ao secretário, que deles tomava nota. Algumas vezes, êsses nomes eram acompanhados de esclarecimentos mas, na sua maioria, todos os candidatos sugeridos dispensavam essa apresentação por serem suficientemente conhecidos. O desejo do votante, segundo velho costume na região, manifesta-se por meio da mão levantada. Cerca de cem anos atrás, o governo tsarista tentou introduzir a urna eleitoral nas assembléias de vila, mas os camponeses deram-lhe uma denominação jocosa, não a levando a sério. Os Soviets respeitaram os

(*) *Village Life under the Soviets*, por Karl Borders, Nova York, 1927, pp. 111-115. O autor é graduado por uma Universidade americana, tendo passado mais de um ano na Rússia, depois de longo contacto com elementos russos residentes em Chicago. Maslov Kut é uma vila no rayon de Archangelskoe, no norte do Cáucaso, com uma população de 3.600 pessoas.

velhos costumes da região e não procuraram introduzir novidades. É verdade que esse processo de votar abertamente denunciava a inclinação política dos eleitores. Mas, nesse caso, pareceu-me que o mesmo exercia muito pouca influência na atitude dos votantes. O pequeno bloco de camponeses ricos votou unido como um só homem. As poucas mulheres sustentaram enérgicamente os membros do sexo feminino que haviam sido indicados. A assistência inteira manifestou-se contra os candidatos apresentados pelos trabalhadores dos *sovkhosi*, refletindo claramente essa atitude as disputas sobre terras sustentadas nos tribunais durante muitos meses. Por longo espaço de tempo, os debates continuaram, à moda russa. Por vezes, um candidato era solicitado a subir à varanda do pátio, afim de que pudesse ser visto por todos. Um deles foi declarado muito jovem, cutros foram recusados por causa de seus apagados antecedentes políticos.

Os *kulaks* votaram firmemente contra as mulheres. Meu entusiasmo político desvaneceu-se após duas ou três horas. Mas os habitantes da vila passaram o resto desse dia a selecionar o número total dos candidatos e da comissão de contas que, segundo a lei, deve ser escolhida separadamente por ocasião da eleição geral. O resultado final mostrou que, dentre os trinta e seis membros eleitos para o Soviet, três eram mulheres, cinco comunistas e os restantes camponeses sem partido. No seu conjunto, fica-se impressionado com a "democracia essencial dessas assembléias, onde não se percebe a menor intimidação por parte das autoridades."

O número total de zonas eleitorais, que elegem Selosoviets na área rural, foi oficialmente anunciado, em 1931, como sendo de 71.780, ao mesmo tempo que o número de vilas e povoados acusava o total de 599.890. Isso quer dizer que, em média, oito ou nove dessas vilas e povoados faziam-se representar em cada Selosoviet. A vila, em algumas partes da U.R.S.S., tem comumente algumas centenas de habitantes, enquanto, noutras partes, chega a ter 10.000 habitantes (*). Mas é de

(*) "A população agrícola da U.R.S.S. localiza-se, principalmente, nas vilas. As fazendas isoladas são encontradas apenas nas regiões do norte e do noroeste da União. De um modo geral,

duvidar que, através de todo êsse imenso território, haja uma perfeita delimitação de todos êsses núcleos de população. Em qualquer ponto onde surja um novo povoado, numa parte inexplorada da floresta ou da estepe, seus habitantes, imediata e espontaneamente, começam a reunir-se para discutir seus negócios locais, podendo obter o seu reconhecimento como localidade eleitoral independente e eleger, assim, os seus representantes para o Selosoviet da área em que estão localizados. Essa é, na prática, o procedimento comum em relação aos povoados que se destacam da vila principal, porquanto a própria comissão eleitoral providencia espontaneamente para que as mesmas façam suas assembléias em separado e elejam sua quota de representantes no Soviet da vila. É essa a razão por que a R.S.F.S.R., que possui 53.000 Soviets de vila, ou, sejam, cinco sétimos do total, contava, segundo fomos informados, com 275.000 "cen-

nos distritos florestais do norte e noroeste da zona de terra negra. Nessa parte, a população localiza-se em fazendas isoladas ou em pequenas vilas. A média da população das vilas rurais, nessas regiões, é pequena: cerca de 100 habitantes; algumas, apenas 70 ou 90; e em outras entre 120 e 150. Mas na área da terra negra há poucas fazendas isoladas e as vilas são maiores. Aí o número de habitantes de uma vila varia entre 400 e 500. Na Ucrânia, entretanto, a vila típica tem de 1.000 a 2.000; de 2.000 a 5.000 e de 5.000 a 10.000 habitantes. As grandes vilas são a característica de toda a zona de terra negra, particularmente das regiões em que predomina a planície. As vilas, nas regiões colonizadas recentemente, tais como as da Sibéria ocidental, são, em geral, maiores, tendo de 1.000 a 2.000 habitantes. Entre as novas regiões colonizadas, somente nas secas estepes da Ásia central são comuns as pequenas vilas, talvez porque aí a população nativa é semi-nomade, tendo importância secundária o aumento das colheitas". (*Agricultural Russia and the Wheat Problem*, por Vladimir P. Timoshenko, Universidade de Stanford, Califórnia, 1932, pp. 33-41). Há pronunciada tendência para retirar da jurisdição dos Soviets de vila (*Selosoviets*) um número considerável de localidades mais ou menos industrializadas ou urbanizadas, já porque possuam grande proporção de trabalhadores assalariados, já porque sejam distritos suburbanos destinados a se ligarem muito rápido. Essas localidades passam a ter o seu Soviet por elas eleito, escolhendo seus delegados que são enviados diretamente ao Soviet do *rayon* (*ispolkom*) ou ao Soviet da cidade vizinha, na proporção de um por sessenta eleitores (o que corresponde a cerca de 115 habitantes).

tros eleitorais" em 1929 contra 207.000 em 1927. Esse número aumenta anualmente, acompanhando o constante crescimento da população. Assim sendo, pode-se presumir que, em todo o território da U.R.S.S., o número total de assembleias autônomas, elegendo simultaneamente os membros dos Soviets de vila, devia ser, em 1935, de 400.000 aproximadamente. Isso representa, sem dúvida nenhuma, a maior máquina eleitoral até hoje conhecida. O número total de membros eleitos para os Soviets de vila aumentou de 1.112.000 em 1927 para 1.510.800, em 1932. Em 1935, esse número devia ter-se aproximado de 2.000.000, o que representa uma extraordinária manifestação da opinião rural por meio da eleição popular direta!

Ação administrativa do Selosoviet

É muito difícil estabelecer e descrever, de acôrdo com o ordenado pelas leis inglesas e americanas, não só o grau exato de autonomia legal, como também a esfera de ação dos 7.000 Selosoviets existentes na U.R.S.S. Juntamos a êste volume um *Apêndice* em que se encontra a formulação de seus deveres legais (*).

O Governo Soviético julga não ser suficiente que os Soviets cuidem apenas de questões locais ou de importância somente para a vila. O mais recente decreto insiste em que cada Selosoviet deve também examinar e discutir problemas relativos ao *rayon*, à *oblast*, à República e até os de importância para o conjunto da U.R.S.S. Fica estabelecido, de maneira geral,

(*) Decreto de 7 de fevereiro de 1930, do T.S.I.K. da U.R.S.S., incluído num decreto da R.S.F.S.R., de 1.º de janeiro de 1931 e em decretos correspondentes das outras Republicas confederadas. Para uma impressão sumaria e segura ver *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, pp. 83-99. Note-se que uma nova eleição de todo o Selosoviet deverá realizar-se: a) — se mais da metade dos seus membros eleitos resignarem ou deixarem o distrito e se houver um número insuficiente de suplentes; b) — se dois terços de seus membros requererem nova eleição; c) — se o Selosoviet não seguir a política da classe proletaria ou ficar manifesta a sua inatividade. (Decreto de 1-1-1931).

que, dentro de seus limites territoriais, o Soviet da vila tem o controle da execução, por todos os cidadãos e funcionários, das leis e instruções do governo. O Selosoviet deve impedir qualquer interferência na execução das medidas tomadas pelo governo central ou na política adotada. O Soviet da vila pode, dentro de suas amplas atribuições, expedir decretos e impor penalidades e multas. Pode estabelecer tribunais com jurisdição sobre disputas a respeito de propriedade, condições de emprégo e pequenas ofensas. A mais interessante atribuição do Soviet de vila será, talvez, a multiplicidade de deveres que lhe são atribuídos no que diz respeito aos recém-criados *kolkhosi* ou fazendas coletivas, situadas dentro de sua jurisdição. O Selosoviet deve instruir, superintender, inspecionar, verificar as contas e insistir na observância de todas as obrigações e na obediência a todas as leis e regulamentos. Além disso, faz parte também dos deveres do Selosoviet observar o funcionamento das manufaturas do Estado e departamentos comerciais na área de sua jurisdição, bem como fiscalizar as cooperativas de consumo, afim de que os habitantes da vila não sejam impedidos de satisfazer as suas necessidades, o que concorreria para aumentar a receita dessas organizações em vista do maior volume das compras (*). Dentro dos limites da vila, não há praticamente coisa alguma que o Soviet não possa organizar, regulamentar ou prover, de acordo com as possibilidades orçamentárias: desde as estradas de rodagem e o fornecimento d'água, até a organização de clubes, escolas, teatros e hospitais.

(*) O comissario do povo para as finanças da R.S.F.R. — uma República com mais de cem milhões de habitantes, cargo esse desempenhado por uma mulher, Varvara Nikolaievna Yakovleva, — chamou a atenção, num discurso feito perante o Comité Executivo Central da R.S.F.S.R., para o *deficit* financeiro dessa República e insistiu sobre a necessidade, não de serem reduzidas as despesas públicas, mas dos departamentos de comercio do governo e das cooperativas de consumo dedicarem maior atenção aos desejos de seus fregueses, o que daria em resultado um aumento da receita publica. "Os Soviets locais — declarou ela — terão que fiscalizar com mais cuidado o funcionamento das organizações comerciais". (*Moscou Daily News*, de 20 de dezembro de 1933).

Para o leitor inglês, acostumado às estreitas atribuições conferidas à freguezia ou Conselho municipal, a extensão e multiplicidade de deveres atribuídos à autoridade local das vilas, nas florestas siberianas e nas estepes russas, poderão parecer absurdamente pretenciosas, tanto mais quando os juristas soviéticos dizem que, nos limites da vila, o Selosoviet é "soberano", o que significa dizer que tudo quanto ele faz é independente da sanção de qualquer autoridade superior antes de entrar em execução (*). Esse fato não dá, positivamente, a impressão de que o Governo Soviético tenha receio dos camponeses ou não tenha confiança na democracia. Nem tão pouco o governo regateia qualquer quantia necessária à elevação do padrão de vida das massas populares. Todos os departamentos públicos das capitais das Repúblicas, ou em Moscou, procuram de fato interessar os 70.000 Soviets de vila nas atividades públicas. Longe de pretender concentrar um máximo de autoridade nos Comissariados da U.R.S.S., ou nos órgãos semelhantes das várias Repúblicas federadas, a máxima iniciativa é concedida a cada um dos Conselhos diretamente eleitos pelas 70.000 vilas situadas entre o Báltico e o Pacífico, afim de que façam tudo quanto lhes seja possível em bem de si mesmas. O ponto de vista das autoridades centrais é o de que, somente pelos esforços conjugados dos órgãos locais — o que significa ativa participação do povo nas suas assembléias quase permanentes — é que se poderá vencer, *dentro de uma geração*, o atraso das populações rurais. O Governo da U.R.S.S. é, talvez, o único, entre todos os governos do mundo, que está resolvido a não transferir para um futuro distante a reforma social das populações camponesas.

Não se deve supor, naturalmente, que a enorme quantidade de deveres atribuídos, em 1930, aos Soviets de vila sejam, neste momento, rigorosamente observados pelos mesmos. Provavelmente, nenhum Selosoviet poderia, desde logo, enfrentar todos

(*) Ou, segundo a interpretação de um autor americano: "o Soviet da vila (Selosoviet) é o mais alto órgão de governo dentro dos limites de um determinado territorio". (*The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, p. 89).

os assuntos submetidos à sua autoridade e a maioria deles só poderá fazer muito pouco. Mas o que é significativo é o fato de poderem tomar a iniciativa, movendo-se livremente em qualquer dessas direções, e, mais ainda, o fato de estarem sendo frequentemente concitados a tomar suas próprias decisões. Por essa forma, até mesmo o mais retrógrado camponês da União Soviética está, gradualmente, adquirindo a consciência nítida de sua liberdade política.

Salvaguardas administrativas

Os estudantes de assuntos administrativos perguntarão, por certo, como pode o Governo Soviético permitir essa liberdade sem precedentes a 70.000 Conselhos de vila sem tomar medidas de segurança tais como inquéritos preliminares, limite máximo para as despesas locais, bem como certa restrição também nas exigências tributárias; sem mesmo uma comissão de peritos capazes de fiscalizar a contabilidade local e dispensando-se até a exigência de um relatório. E isso num país que se pensa estar nas garras da burocracia! A explicação de tudo isso pode ser encontrada nas características fundamentais do Soviet, que passaremos a examinar. A liberdade de errar é um princípio aceito, desde que êsse erro esteja sujeito a ser vetado e revogado por uma autoridade superior. Qualquer decisão tomada pelo Soviet de vila poderá ser, logo que conhecida, sumariamente vetada e revogada desde que tenha infringido qualquer prescrição específica estabelecida pela autoridade superior. Além disso, qualquer decisão do Soviet de vila pode ser vetada e revogada por uma autoridade mais alta como o *ispolkom*, ou comitê executivo do *rayon*, sendo encarada da mesma forma pelas autoridades superiores das Repúblicas federadas, desde que seja considerada incompatível ou inconveniente à política estabelecida por essas mesmas autoridades. Existe ainda outra salvaguarda. Conquanto haja apenas 100.000 células do Partido Comunista entre as 400.000 assembléias independentes que se realizam nas vilas e povoados (devendo haver, de fato, um grande número de "centros eleitorais" em que não toma parte um só membro do Par-

tido), apesar disso, a influência do Partido é muito profunda. A assistência do Partido não se faz esperar por muito tempo, sempre que um Soviet de vila dá sinais de se haver desviado do caminho certo; e os conselhos e instruções dados pelo inspetor ou outro funcionário (ou até por um visitante, membro do Partido) serão, caso desatendidos, apoiados e reforçados pela autoridade superior. Conquanto uma grande proporção das 400.000 assembleias eleitorais não sejam controladas pela presença de um só membro do Partido, é bastante significativo e mostra a popularidade do mesmo o fato de, entre os 59.797 Soviets de vila, eleitos em 1931, 35.151 terem escolhido membros do Partido para desempenharem a função de presidente, sendo este, sempre, membro também do Presidium local (*).

A vila e seu Poder Executivo

Tal como o Mir tinha o seu *starosta*, assim também o Selo-soviet tem o seu presidente e outros funcionários, além do secretário (que pode ser ou deixar de ser membro do Soviet), todos escolhidos pelo Soviet. Esses funcionários, em face de um recente decreto, devem ser nomeados na proporção de um para cada grupo de 75 residências nas áreas de coletivização completa e um por 50 nas de incompleta coletivização. São nomeados pelo Soviet, por um prazo de dois a três meses. Se forem membros de um *kolkhos*, ou fazenda coletiva, ou empregados em serviços públicos, recebendo ordenado ou salário, têm o direito de dispor de certo número de horas para o serviço público afeto ao Selo-soviet, sem perda de vencimentos ou salários. Outros podem receber pagamento por seu tempo de serviço, sendo a quantia fixada pelo Soviet. Para cobrir essa despesa, é cobrada certa taxa de todos os habitantes da vila que não estejam em condições de desempenhar funções públicas, seja pelo fato de

(*) Relatório da Comissão Eleitoral Central, da U.R.S.S., sobre as eleições aos Soviets em 1931, e a composição dos órgãos do poder, p. q. (em russo).

haverem sido desqualificados por sentença judicial, seja por estarem esperando julgamento por alguma falta criminoso. Os deveres desses funcionários consistem em manter a ordem pública; proteger a propriedade pública; manter em bom estado as estradas de rodagem; inspecionar os serviços de higiene; denunciar tôdas as violações da lei, executando as decisões dos tribunais da vila; e desempenhar quaisquer outras funções que lhes sejam atribuídas pelos Soviets.

O Soviet é obrigado, por lei, a escolher, ao mesmo tempo que o seu *ispolkom* (*), ou comité executivo, um certo número também de comissões para estudarem separadamente os vários assuntos a resolver, sendo ainda forçados a colocar, nessas comissões, grande proporção de outros habitantes da vila. Isso está de acôrdo com o princípio fundamental do comunismo soviético, segundo o qual deve participar do govêrno a maior proporção possível de elementos do povo. Compete aos legislativos das diferentes Repúblicas federadas estabelecer exatamente quais as comissões a serem nomeadas. Na R.S.F.S.P. ficou estabelecido que cada Selosoviet deverá organizar, pelo menos, sete comissões: para a agricultura, o trabalho e interêsses femininos, para a educação, o desenvolvimento cultural, as finanças, o comércio e cooperativas, e, finalmente, para a vida comunal em seu conjunto.

Nos numerosos povoados e colônias, independentes da vila principal, e que, tenham direito a eleger seus representantes no Soviet da vila, devem ser organizadas também comissões especiais do povoado. Além disso, os Selosoviets nomeiam comissões especiais para cuidarem das fazendas coletivas e coletar impostos, contratando, para isso, os serviços de especialistas tais como estatísticos, técnicos em colheitas, etc. Uma vez mais os decretos insistem sôbre o dever dos Soviets em concitar, persuadir e compêlir os trabalhadores apáticos, especialmente as mulheres, a se interessarem pelos negócios públicos, tomando parte nas comissões, comparecendo às assembléias e não faltando às eleições.

(*) Nas vilas maiores, onde o Soviet é composto de mais de quinze membros, ele nomeia um presidium ao invés de um *ispolkom*.

As assembleias nas vilas e povoados devem ser realizadas com intervalos de poucos meses. Três vezes por ano, o Soviet deve prestar contas de sua administração perante assembleias especialmente convocadas, às quais todos os eleitores são obrigados a comparecer.

A princípio, o Soviet de vila não possuía orçamento próprio; suas receitas e despesas faziam parte do orçamento do *volost* (hoje, *rayon*) (*). Agora, cada Soviet recebeu ordens para organizar seu próprio orçamento na forma prescrita pelas Repúblicas federadas. Na R.S.F.S.R., manda a lei que o orçamento da vila inclua as despesas do Soviet, feitas no cumprimento de suas funções ou deveres; e a simples relação de seus compromissos no que diz respeito à manutenção e reparação de toda a espécie de serviços públicos, dentro dos limites territoriais da vila, constitui uma advertência aos Soviets de quanto são diversos os seus deveres e funções. Sua receita provém de rendas produzidas por propriedades públicas locais, taxas e dívidas coletadas no território da vila, inclusive as taxas agrícolas e contri-

(1) Em 1925, em seis importantes distritos, apenas cerca de 13% dos Selosoviets tinham orçamentos próprios.

<i>Distrito</i>	<i>Número total de Selosoviets</i>	<i>Número dos que possuíam orçamento próprio</i>
Norte do Cáucaso	1911	252
Vladimirsk	1411	71
Stalingradsk	926	13
Briansk	598	66
Alemães do Volga	287	287
Dvinsk do Norte	236	18
	5369	707

(*Mecanismo dos Soviets Locais* (em russo), por A. Luzhin e M. Rezunov, do Instituto de Construção Socialista e Legislação Soviética, Academia Comunista de Moscou).

buições estabelecidas em virtude de acôrdo com o Estado, as Repúblicas federadas e fazendas coletivas; e, por último, os impostos lançados pelo próprio Soviet. Para que êstes se tornem efetivos é necessária, porém, a aprovação da maioria de uma assembléia especial a que compareçam, pelo menos, 50 % de todo o eleitorado. Êsses impostos são lançados com mais freqüência, segundo fomos informados, para a construção e manutenção de instituições educacionais, culturais e de saúde; o melhoramento das comunicações rodoviárias; instituições agrícolas e veterinárias; proteção contra o fogo; banhos públicos e fornecimento de água; a criação de um novo cemitério; e para pagar a um vigilante noturno designado para a vila. A informação que nos foi dada é de que o número de Soviets de vila, que empreendem grandes obras locais, bem como as rendas e despesas extraordinárias dos mesmos, na U.R.S.S., estão aumentando anualmente de maneira vertiginosa (*).

Na União Soviética, é mais importante a maneira pela qual é conduzida a vila do que a linguagem da lei. Não poderíamos resumir com mais clareza a organização e as atividades do Soviet de vila do que citando por extenso um discurso pronunciado por M. I. Kalinin, presidente do Comité Executivo Central (*TSIK*) da U.R.S.S., perante uma conferência dos presidentes de Soviets de vila das províncias ocidentais da R.S.F.S.R., em 1933. "Não é fácil tarefa — declarou êle — conduzir um Soviet de vila. Deveis sempre lembrar-vos que, por um lado, o Soviet de vila é um órgão de govêrno, um órgão que representa

(*) As atividades dos Soviets de vila têm sido estimuladas, desde 1933, por uma forma que ainda não ocorreu a nenhum ministro britânico responsável pelo desenvolvimento das vilas. Foi estabelecida uma competição entre os Soviets de vila pelo Comité Executivo Central da U.R.S.S., que reservou 50.000 rublos destinados a prêmios para serem distribuídos aos considerados mais ativos e capazes. O primeiro prêmio dessa competição deve ser concedido ao Soviet de vila que fornecer maior assistência ao Estado e às fazendas coletivas; que melhor organizar o trabalho em seus estabelecimentos; que atuar mais energicamente entre os camponeses; e cujas granjas produzirem os melhores resultados na campanha de sementeira da primavera e na época da colheita.

o governo da vila; e, por outro, o Soviet de vila é um órgão eletivo, que representa os trabalhadores da vila. Sobre vossos ombros, na qualidade de presidentes dos Soviets de vila, recaem, pois, tarefas duras e difíceis.

“A maior dificuldade consiste em que muitos de nossos Soviets de vila se dedicam com mais ardor às atividades administrativas. Um presidente de Soviet de vila, que seja fraco, procura fazer tudo através de ordens administrativas; e, quanto mais fraco fôr, tanto mais freqüentemente lançará mão desse método. Por outro lado, quanto maior fôr o desenvolvimento político de um presidente de Soviet, tanto maior será sua autoridade perante os fazendeiros individuais e coletivos, recorrendo com menos freqüência aos métodos administrativos e ao emprego de processos coercitivos.

“Tomemos um exemplo. O presidente de um Soviet de vila baixa uma ordem oficial, dizendo que, em determinado dia, todos devem comparecer a uma reunião afim de realizarem certo trabalho de interesse social. Tais ordens, tanto podem ser dadas por um forte presidente de Soviet de vila, como por um presidente fraco. Em ambos os casos, essas ordens se apresentam, no papel, sob a mesma forma, assinadas pelo respectivo presidente. Mas, no caso de um bom presidente, êsse pedaço de papel servirá apenas para informar a todos os cidadãos quando e onde se deve realizar a reunião. O bom presidente terá já organizado os seus homens e feito todos os preparativos antecipadamente. Sua ordem oficial servirá, portanto, apenas para anunciar uma resolução que todos já conhecem. A ordem somente serve para dar o sinal de partida, para entrar em ação. É uma espécie de trompa de caça, ou de uma ordem de ataque num exército. Tôdas as unidades recebem o sinal de partida e todo o exército se move como um só homem. Assim é que as coisas se passam, quando o presidente de Soviet conhece o seu ofício. Sua ordem, quando chega aos ouvidos de seu auditório, êste já está pronto para recebê-la. O povo sabe, de antemão, o que deve ser feito e reúne-se afim de fazê-lo.

Mas, que se dá, quando o presidente é fraco? Nesse caso, o seu primeiro passo é dar a ordem. Um edital é afixado anun-

ciando a mesma. E os cidadãos, ao lê-la, começam a perguntar de que se trata, e qual é a melhor maneira de proceder.

"Torna-se claro, pois, que, no primeiro caso, a ordem será cumprida prontamente, porque as massas já foram preparadas pelo método soviético, pelos métodos do Partido. No segundo exemplo, nada havia sido feito antecipadamente, a ordem de execução foi a primeira providência tomada e, naturalmente, tudo se fará desordenadamente. Serão necessárias ordens mais severas, sendo indispensável, às vezes, recorrer a medidas administrativas.

"É essa a diferença. O primeiro método distingue-se do usado no Estado capitalista burguês pelo fato de ser o método soviético. Nossas ordens, nossos decretos, se os examinarmos externamente, poderão parecer-se com as ordens de qualquer governo municipal de um país capitalista. Mas o trabalho preliminar, a preparação do povo, essa é a essência do regime soviético. Esse trabalho é realizado nos nossos comícios comunistas, nas assembléias do Partido, nas assembléias de cidadãos ativos, assembléias gerais e outras reuniões semelhantes.

"Não preciso penetrar mais a fundo neste ponto. Vós o conheceis perfeitamente. Nêle está contida a essência de nossa democracia. A democracia soviética não se expressa por meio de nossos decretos. A democracia soviética traduz-se através dessa ampla atividade por meio da qual tôdas as decisões são produzidas pelas massas, criticadas centenas de vezes pelos fazendeiros coletivos e pelos simples camponeses, sob todos os seus aspectos. Nisso consiste a diferença e reside tôda a dificuldade no trabalho dos líderes do Soviet de vila" (*).

*O Soviet urbano (**)*

As comunidades urbanas, em número de mil aproximadamente, requerem, como é natural, suas autoridades executivas, essencialmente diferentes das que atuam nas 70.000 áreas em

(*) *Moscow Daily News*, 22 de setembro de 1933.

(**) A constituição e organização do governo da cidade, com os decretos que os regulamentam, são estudadas, para citar apenas

que se agrupam cerca de meio milhão de vilas, povoados e colônias. Mas, tanto os Soviets das cidades como os das vilas têm uma característica comum: a de serem os únicos órgãos de governo, na U.R.S.S., diretamente eleitos pela totalidade dos habitantes locais. Uns e outros constituem a larga base da pirâmide por meio da qual todos os cidadãos expressam a sua vontade e o seu desejo.

O processo de eleição

O Soviet da cidade é eleito em assembléias eleitorais abertas e relativamente pequenas, de maneira muito semelhante à em que se escolhe o Soviet de vila. Mas as assembléias eleitorais, que se realizam nas municipalidades urbanas, da U.R.S.S., diferem essencialmente das assembléias de vila. Quando, em 1905, não se sabe por sugestão de quem, os trabalhadores dos principais estabelecimentos de Leningrado, quase que simultaneamente, realizaram assembléias no interior de suas fábricas para escolher seus delegados e organizar os Soviets que dirigiriam a greve geral, foi inventada a forma de organização — sem precedentes em outro qualquer país e, naquele tempo, extralegal — que viria a ser, em razão da crescente influência do proletariado das cidades, a pedra fundamental do comunismo soviético. Essas assembléias eleitorais de fábrica (que são secundadas por outras assembléias destinadas à discussão de problemas cultu-

obras em inglês, em *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, pp. 48-82; e em *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, pp. 663-687. Muitas informações complementares quanto à administração municipal encontram-se em *The Socialist Reconstruction of Moscow and other Cities in the U.R.S.S.*, por L. M. Kaganovich, 1931, 125 pp. e *The Construction of the subway and the Plan of the City of Moscow*, pelo mesmo autor, 1934, 58 pp. Uma descrição detalhada da organização municipal de Moscou e Leningrado é feita nas páginas 52-54. O decreto de 20 de janeiro de 1933, definindo a Constituição e os poderes do Soviet urbano, juntamente com a reprodução completa da sua discussão na terceira sessão do Comité Executivo Central (TSIT) e uma explicação popular dos termos do decreto, foram publicados num panfleto (em russo) intitulado *Os deveres do Soviet urbano à luz do novo decreto*, por A. Kisselev, 64 pp., Moscou, 1933.

rais e industriais) têm por base a profissão e não os limites territoriais. Os eleitores são convocados para comparecer à eleição, não como residentes na cidade, ou em seus bairros, distritos e freguesias, mas somente pela função que desempenham na fábrica ou outra instituição qualquer. Se o estabelecimento tem grandes proporções, pode haver assembleias separadas de seus vários departamentos, divisões, brigadas ou grupos de trabalho (*). Quando muito pequeno, reúne-se, para fins eleitorais, com outros pequenos estabelecimentos de caráter semelhante. Os que trabalham em instituições ou fábricas particulares, logo que tenham atingido a idade de dezoito anos, seja qual for sua condição quanto a salário, habilidade ou sexo (o gerente, os técnicos, os operários qualificados, os médicos e enfermeiras da fábrica e até os cozinheiros), comparecem à mesma assembleia. É preciso notar que não se trata, neste caso, da representação dos sindicatos. Todos os que trabalham têm o direito de voto e de serem votados na eleição para o Soviet da cidade, sem que seja levado em conta se pertencem ou não a qualquer sindicato. As fábricas e outros estabelecimentos ou instituições, de caráter urbano, mas situados fora dos limites da cidade, elegem seus representantes no Soviet como se estivessem localizados dentro da área da mesma (**).

(*) A grande fábrica de tratores de Stalingrado, em 1932, possuía 130 de tais grupos eleitorais que, segundo se dizia, eram frequentados por mais de 95% dos empregados ali. Por outro lado, o *Narkomindel* (departamento do governo de Moscou, que corresponde ao Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra), reúne-se, para fins eleitorais, não somente com o *Gosbank* (semelhante ao Banco da Inglaterra) e varias outras repartições mas também com uma cooperativa para conserto de relógios. Entretanto, apesar das pequenas fabricas ou instituições poderem reunir-se em assembleias eleitorais, cada estabelecimento escolhe seus representantes no Soviet, sem que haja interferencia de outros estabelecimentos presentes à mesma. Assim é que, no exemplo acima citado, os funcionarios do *Narkomindel*, embora não constituindo um grupo suficientemente numeroso para organizar uma assembleia propria, escolhem um representante e um suplente ao Soviet da cidade, alem de dois representantes e um suplente ao Soviet do *rayon* (distrito).

(**) Em 1929, o numero de cidades era dado, oficialmente,

Assim, em contraste flagrante com o corpo eleitoral da Europa ocidental e da América, a unidade eleitoral nas comunidades urbanas da U.R.S.S. é sempre representada por uma assembleia de pessoas relativamente pequena: em geral, constituída por algumas centenas e raramente excedendo de mil indivíduos que, onde quer que residam ou seja qual fôr a sua situação, atividade industrial ou habilidade, *se reúnem habitual-*

como sendo de 704, enquanto que outros centros industriais de tipo urbano atingiam a cifra de 478; em 1931, esses números eram representados, respectivamente, por 730 e 530. E' necessario assinalar que tem havido, nos anos mais recentes, especialmente em consequencia da abolição da antiga divisão denominada *Okrug*, uma nítida tendencia a incorporar na área da cidade grande número de vilas circunjacentes, todas possuindo o seu *Selsoviet*, mas que enviam delegados, não ao Conselho do *rayon* mas ao Soviet da cidade. Por exemplo: a área em que está localizada a cidade de Dnieprostroi (que podia perfeitamente denominar-se *Electropolis*), com 270.000 habitantes e está rapidamente dobrando esses algarismos, é presentemente governada por 62 Conselhos de vila, que elegem representantes ao Conselho da cidade onde tomam lugar ao lado de representantes diretamente eleitos pelos trabalhadores da parte urbanizada. Em consequencia disso, foi proposta a criação de seis distritos urbanos, cada um possuindo o seu Conselho diretamente eleito, ao lado de um Conselho eleito indiretamente e destinado a controlar a área toda. Soubemos, incidentemente, que, no Medio Volga, em 1930, cinco cidades, possuindo entre 50.000 e 200.000 habitantes, incorporaram a si nada menos de 229 *Selosoviets*, compreendendo 1.185 vilas e povoados, o que elevou a população dessas cinco cidades de 513.000 para 950.000 habitantes.

Nome da cidade	População (em milhares)	População das vilas (em milhares)	Total	Numero de Selosoviets	Numero de vilas e povoados
Samara ..	176	68	244	37	193
Orenburg ..	123	102	225	65	364
Penza	92	106	198	52	278
Ulyanovsk.	72	105	177	52	205
Syzran ..	50	55	105	27	145

(Do artigo *A liquidação dos "Okrugs" no Medio Volga em Soviet Construction* (em russo), (Ns. 10 e 11, 1930).

mente em seu lugar de trabalho. Os empregados de todos os estabelecimentos, quer de indústria manufatureira, quer de mineração, os serviços de transporte ou de distribuição, educacionais ou médicos — o teatro, o hospital, a universidade, o banco e o escritório governamental — são encarados da mesma forma para fins eleitorais.

O número de representantes a serem eleitos foi fixado numa lei de 25 de outubro de 1925, segundo uma escala complicada, variando, de acôrdo com a população da cidade, em proporção ao número de eleitores com direito a comparecer às assembléias eleitorais. Assim, tomando apenas alguns exemplos dessa escala, nas cidades, cuja população não exceda de 1.000 habitantes, cada assembléia deve eleger um delegado por quinze eleitores legalmente qualificados; em cidades, cuja população não exceda de 10.000 pessoas, um delegado por cinquenta eleitores; em cidades, que não excedam de 100.000, um delegado por 150 eleitores; em Leningrado, um delegado por 400 eleitores; e, em Moscou, onde existe grande proporção de trabalhadores de escritório, um delegado por 400 trabalhadores de escritório (*). Esses números variam de eleição para eleição, de acôrdo com o aumento da população e o número de estabelecimentos, de forma a manter o número de representantes dentro de cifras razoáveis.

Devemos acrescentar que foram tomadas providências para cõlher, separadamente, os votos e ouvir a opinião de eleitores não pertencentes a fábricas, escritórios ou instituições. Essa categoria de pessoas compreende os inválidos para o trabalho e homens ou mulheres aposentados por idade avançada ou enfermidade; as domésticas que não trabalham em fábricas, escri-

(*) Lei de 24 de outubro de 1925; *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, pp. 53-63; *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Bat-sell, 1929, p. 672. Em face das *Instruções Eleitorais da R.S.F.S.R.*, publicadas em outubro de 1934, as cidades, que tenham entre 400.000 e 450.000 habitantes, devem eleger, ao seu Soviet, um delegado por grupo de 400 a 500 eleitores. Em Moscou e Leningrado, o Soviet urbano deverá ter um delegado por grupo de 1.500 eleitores.

tórios ou instituições e outros empregados em serviços domésticos; trabalhadores independentes, de ambos os sexos, tais como certas espécies de reporteres de jornal e correspondentes de jornais estrangeiros (*); autores, dramaturgos e compositores musicais não empregados sob regime de salários, artistas independentes e pesquisadores científicos de toda espécie, bem como os remanescentes da sociedade individualista, tais como condutores de carros, engraxates, vendedores ambulantes, lavadeiras e costureiras. Para todos esses, em cada centro urbano, realizam-se muitas assembleias distritais, algumas vezes uma em cada rua, com poderes idênticos aos das assembleias de cidadãos que trabalham em fábricas ou instituições de qualquer espécie. Nas grandes cidades, esses eleitores "não organizados" atingem a cifra de dezenas de milhares, sendo que, em Leningrado e Moscou, chegam mesmo a centenas de milhares. Dessa forma, as assembleias eleitorais, convocadas para que seja ouvida a sua opinião e colhidos os seus votos, têm que ser realizadas em todos os cantos da cidade, em número de várias centenas.

Como se realiza a eleição

Na U.R.S.S., é bom recordar, não há partidos políticos no sentido em que esse termo é empregado noutros países. Consequentemente, não há nenhuma atividade partidária na eleição dos Soviets. A apresentação dos candidatos é feita verbalmente, seja por eles mesmos ou por seus amigos e admiradores, havendo sempre uma competição considerável e, comumente, não pequena rivalidade. Há, naturalmente, uma "chapa" ou lista de candidatos recomendados pelos membros locais dessa associação de camaradas que se denomina Partido Comunista.

(*) Entre esses, porém, somente aqueles cuja atitude seja, "provemente, da mais perfeita lealdade para com o Governo Soviético". Nesse caso, a franquia eleitoral é conferida por decisão do Soviet urbano, não sendo feita nenhuma concessão no que se refere à lista de pessoas eleitoralmente desqualificadas. (*Instruções Eleitorais para a R.S.F.S.R., 1931, p. 13*).

MEMBROS DO LENSOVIET E DOS RAYSOVIETS

(Deputados eleitos pela população não organizada nas assembléias de 1930-1931):

GRUPOS DE POPULAÇÃO	NÚMERO DE ELEITORES	ELEITOS										TOTAL
		PARA O "LENSOVIET"					PARA O "RAYSOVIET"					
		Total	Homens	Mulheres	Membros do Partido	Não pert. ao Partido	Total	Homens	Mulheres	Membros do Partido	Não pert. ao Partido	
Domésticos	222.396	251	56	195	120	131	516	122	394	230	286	767
Artesãos indepen- dentes	801	3	3	—	3	—	5	4	1	2	3	8
Camponeses	720	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—	1
Inválidos	21.949	30	26	4	23	7	46	35	11	24	22	76
Membros de coo- perativas indus- triaais	55.183	89	81	8	84	5	205	142	63	141	64	294
Outros	2.020	—	—	—	—	—	9	4	5	8	7	9
Total	303.069	373	166	207	230	143	782	308	474	405	377	1.155

Eis aqui um quadro interessante que dá uma idéia das varias categorias desses eleitores, o numero de representantes por eles eleitos e a proporção de membros do Partido e de pessoas, não pertencentes ao mesmo, eleitas para o governo de Leningrado. (*Gorodskoy Soviet na Novom Etape* (Nova Etapa do Soviet Urbano), (em russo), Moscou, 1932, pg. 126

"RAYONS"	Número de eleito- res que to- maram parte na eleição	ENTRE ELES					
		Homens	Mulheres	Operarios	Emprega- dos de es- critorios	Domésti- cas	Outros
Vassileostrovsky ..	111.085	60.201	50.884	57.332	20.167	21.126	12.460
Volodarsky	108.419	64.448	43.971	64.231	22.997	16.006	5.185
Vyborgsky	130.012	80.793	49.219	87.569	12.929	11.321	18.192
Moskovsky	83.904	49.440	34.464	59.787	10.786	7.818	5.513
Narvsky	141.449	89.451	51.998	102.055	24.630	10.659	4.105
Oktyabrsky	117.300	57.230	60.074	32.094	26.628	26.203	32.375
Petrogradsky	122.536	53.334	69.202	55.983	22.355	29.502	14.696
Smolninsky	258.445	130.974	127.471	82.829	98.755	53.692	23.169
Total	1.073.150	585.871	487.279	541.880	239.247	176.327	115.696

Lensoviet significa: autoridade municipal para toda a cidade de Leningrado; *raysoviet*: autoridade para cada um dos bairros em que a cidade é dividida. Note-se o grande número de domésticos não submetidos ao regime de salários. O quadro acima, fornecido aos autores deste livro pelo Presidente do Soviet da cidade de Leningrado, apresenta outros detalhes a respeito dos eleitores de cada um dos Soviets de *rayon* (distrito ou bairro) nas eleições de 1931.

Nessas listas, são incluídas, muitas vezes, pessoas não pertencentes ao Partido, podendo haver outras listas.

O que os observadores estrangeiros geralmente não compreendem é que se verifica, em cada eleição, não apenas uma assembléia eleitoral mas (como acontece comumente nas eleições de vila), várias e sucessivas assembléias em cada uma das áreas eleitorais, nas quais os candidatos são escolhidos, discutidos e sucessivamente eliminados ou mantidos até a assembléia final, quando é feita a última votação. Esta, a única decisiva, é geralmente unânime (ou, mais estritamente, o que na Inglaterra se denomina *nemine contradicents*), fato êsse que tem levado muitas pessoas à crença de que não há uma escolha real por parte do eleitorado. Pelo contrário: êsse procedimento indica que há rigorosa seleção preliminar, por meio da qual os candidatos menos populares, em votações sucessivas, vão sendo eliminados.

Sugestões dos eleitores

Há, além disso, outra função das sucessivas assembléias de eleitores, em cada unidade eleitoral, que é encarada, segundo pensamos, com muita razão, como sendo de não menor importância do que a escolha dos membros do Soviet. Trata-se da aprovação de resoluções, sob a forma de instruções ou, melhor, de sugestões, feitas aos deputados a serem eleitos, ao Soviet em seu conjunto ou, mesmo, a autoridades superiores. Essas sugestões podem ser propostas por qualquer eleitor mas, em geral, são apresentadas por grupos de eleitores e, muitas vezes, por aqueles que representam determinadas instituições ou fábricas. Nas grandes cidades, o número total de semelhantes resoluções aprovadas numa ou noutras das inúmeras assembléias de eleitores, atinge a milhares, sendo os assuntos de extrema diversidade. Variam êles, segundo a sua importância, desde os mais simples detalhes de administração e os mais insignificantes melhoramentos, até às medidas municipais de grande alcance político. Na aparência, nada é formalmente proibido, mas acreditamos que tudo quanto seja "anti-revolucionário" ou se oponha fundamentalmente ao regime comunista não seria apresentado

por qualquer opositor ou, se apresentado, não seria tolerado pela assembleia. Disseram-nos que as fábricas disputam entre si o direito de apresentar o maior número possível de sugestões de valor ou sugestões que possam contar com o apoio da maioria da assembleia. Disseram-nos também que as resoluções adotadas, até as que, embora não aprovadas, tenham contado com grande número de votos, são cuidadosamente levadas em conta pelas autoridades; e as que, com maior frequência, são propostas, levam o Soviet ou outra autoridade qualquer a tomar certas medidas para remediar o que é considerado como uma necessidade amplamente sentida ou revela um desejo popular.

É difícil ao estrangeiro imaginar a extensão com que o eleitorado aproveita essa oportunidade para dizer aos seus delegados o que devem fazer! Felizmente, o Secretário do Comité do Partido Comunista, em Moscou, fez-nos ampla análise dessas sugestões. "Durante as eleições ao Soviet de Moscou, em 1931 — declarou L. M. Kaganovich — nada menos de cem mil sugestões foram apresentadas, constando de assuntos como: habitação e projetos urbanos, 10 %; fornecimento de alimentação, 18 %; transportes urbanos, 11 %; educação, 16 %... As principais exigências eram: 1.º, transformação dos trustes de habitação em cooperativas (276 projetos, 290.000 eleitores); 2.º, eliminação do analfabetismo (90 grandes projetos); 3.º, introdução de métodos politécnicos em todas as escolas (3 grandes projetos); 4.º, aumento do número de pequenos armazéns (295 projetos, 400.000 eleitores); 5.º, melhoria da qualidade do pão (313 projetos); 6.º, aumento do número de hospitais (210 projetos); 7.º, bons transportes para os locais de trabalho noturno (80 grandes projetos); 8.º, organização de meios de transporte a trabalhadores e empregados, para a entrega de combustível e para o serviço da população em geral (80 projetos); e 9.º, permissão e facilidades na permuta entre trabalhadores empregados em empresas similares, com o propósito de ficarem residindo os mesmos em pontos mais próximos aos seus locais de trabalho. A maior parte dessas sugestões já foram realizadas (*).

(*) *The Socialist Reconstruction of Moscow and other Cities in the USSR*, por L. M. Kaganovich, Moscou, 1932, pp. 78-81.

Há, entretanto, através de tôdas as atitudes e, ao que parece, na inumerável quantidade de discursos, uma completa ausência de oposição sistemática e uma certa harmonia quanto aos programas a que os candidatos hipotecam a sua lealdade. O que se verifica, na verdade, é a manifestação geral do desejo de uma real eficiência na construção do Estado socialista, assinalando-se as realizações e as deficiências de certos departamentos. A êsse respeito, a luta eleitoral, nos Soviets, assemelha-se, a nosso ver, às verificadas na Inglaterra e nos Estados Unidos, em tempos passados, antes de se haver desenvolvido o sistema de partidos; um estado de coisas que ainda permanece na Grã-Bretanha, em quase tôdas as freguesias, em muitos dos distritos rurais e urbanos e algumas municipalidades menores, ainda não alcançadas pelas organizações partidárias nacionais ou deliberadamente excluídas destas. O que é notável, nas eleições soviéticas, é a ausência do que, nos Estados Unidos e na Inglaterra, se denomina

O mesmo discurso especifica também uma dúzia de exigências concretas apresentadas durante as mesmas eleições. Entre elas, as duas primeiras eram: "1.^a — os banhos publicos funcionarem permanentemente das 9 às 21 horas; ser estabelecido um dia para o banho das crianças; serem organizados banhos especiais para crianças; instalação de lavanderias mecanicas junto aos locais de banho, de forma a que as roupas dos banhistas pudessem ser lavadas enquanto os mesmos se banhassem e 2.^a — construção de novas linhas de transporte urbano; em cada ponto de parada dos veículos urbanos, um perfeito horario indicativo do movimento dos mesmos; linhas de veículos expressos, correndo da periferia para o centro, sem paradas; permitir-se às crianças, com menos de quinze anos, entrarem nos veículos pela plataforma da frente; introdução, no tráfego, de onibus de dois andares". (*ibid.* p. 79). E' preciso notar que as assembléias de vila também são prolíficas em sugestões. Um relatório, abarcando grande número de vilas da R.S.F.R., excluindo Moscou e Leningrado, durante a campanha eleitoral de 1931 e as que a sucederam nos dois anos seguintes, até janeiro de 1933, mostra que foram apresentadas para mais de 26.000 propostas e exigências concretas. Dessas, afirma-se que mais de 17.000, ou, seja, cerca de 60%, foram mais ou menos efetivadas (*Produção em Massa dos Soviets, no terceiro e quarto anos do Primeiro Plano Quinquenal* (em russo) pp. 25-26, pelo Departamento de Informações do Presidium do Comité Executivo Central da R.S.F.R.).

luta partidária, é a intensidade do interesse público por elas provocada, a extensão das discussões que se verificam e a altíssima percentagem de eleitorado que comparece às mesmas. Disseram-nos, por exemplo, não existir, na U.R.S.S., essa coisa a que se denomina uma eleição não disputada, tanto para o Soviet da cidade como para o da vila (*).

Uma eleição em Moscou

Podemos citar, como exemplo notável dessas eleições soviéticas (embora não constitua regra geral nas pequenas cidades) a da escolha do Soviet da Cidade de Moscou e dos Soviets de seus oito distritos, em 1931. Havia 2.542 membros (e substitutos para casos de impedimento) (**), a serem eleitos para os órgãos governamentais dessa cidade, que possui uns três milhões de habitantes. O número total de homens e mulheres, indicados,

(*) Os leitores ingleses devem saber que, no Reino Unido, grande maioria de eleições para Conselhos de freguesia, não são disputadas; das eleições para os Conselhos de distritos rurais, considerável proporção não é disputada; as dos Conselhos de distritos urbanos, muitas não são disputadas. O mesmo se verifica em relação às eleições para os Conselhos urbanos num considerável número de bairros dos burgos municipais; para os Conselhos de condado na maior parte dos distritos rurais; assim como em muitas áreas eleitorais de Londres. Até mesmo para a Câmara dos Comuns há sempre certo número de distritos eleitorais em que não há disputa de votos. Na U.R.S.S., isso seria considerado gravemente anti-democrático, bem como socialmente prejudicial.

(**) Constitue praxe, na U.R.S.S., serem eleitos, especialmente para os órgãos de maior importância, não somente o número prescrito de representantes populares, mas também certo número de substitutos ou suplentes (não excedendo de um terço dos representantes) que possam, automaticamente, preencher o lugar dos membros efetivos nos casos de qualquer impedimento destes. Esses substitutos têm o direito de assistir às assembléias do órgão eleito, embora não possam votar; suas despesas de viagem até o local da reunião não são por eles custeadas; podem ser consultados e dar conselhos, sendo-lhes permitido emitir voluntariamente a sua opinião.

mais ou menos formalmente, não estava registrado mas deveria atingir muitos milhares. A percentagem total de votos obtidos do eleitorado foi de 94,1, o que nos parece uma cifra incrível, a julgar pelo que se passa na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos (*). O mais interessante, porém, é o esforço feito, não só para educar os eleitores, mas também para induzi-los a votar. Durante vários dias, a cidade apresentou aspecto semelhante ao das cidades britânicas nos últimos dias de uma eleição fortemente disputada. Havia a mesma artística ostentação de cartazes impressos e ilustrados. Havia brilhantes letreiros luminosos e grupos estatutários em gesso, onde eram postos em evidência certos *slogans* eloquentes. Além de inúmeras pequenas assembléias nas fábricas e instituições de toda espécie, havia grandes assembléias em todos os cantos da cidade, abertas a todos os cidadãos, nas quais os candidatos apresentavam seus programas. As realizações e projetos dos vários departamentos da administração municipal eram examinados. As deficiências e os erros cometidos não se escondiam, mas eram francamente admitidos

(*) A explicação dessa percentagem aparentemente impossível de votantes pode ser encontrada no fato de não haver, sob o regime soviético, como já foi explicado, nenhum obstáculo ao voto popular universal, tal como um registo de eleitores sempre mais ou menos sedição. No Reino Unido, ninguém pode votar numa eleição, a menos que seu nome esteja incluído num fichário, que só se completa uma vez por ano, sob condição de estar residindo em determinado lugar durante três meses e de haver o eleitor completado o seu vigésimo primeiro aniversário dezessete meses antes da data da eleição! Grande percentagem de eleitores podem morrer ou mudar-se do distrito, ao passo que os recém-vindos e os que tenham atingido a idade eleitoral, em geral não podem votar. Nos Estados Unidos, conquanto o processo de organizar esse fichário seja diferente do usado no Reino Unido, os efeitos são semelhantes pelo fato de se proibir de votar a uma larga proporção de pessoas com mais de vinte e um anos. Na U.R.S.S., o homem ou mulher, que tenha completado dezoito anos na data da eleição e trabalhe em determinada fábrica ou instituição, pode votar imediatamente. As estatísticas mostram que a percentagem média de votantes em relação ao eleitorado, em todas as cidades da U.R.S.S., é de 84%. Na várias Repúblicas federadas, varia entre 70,9 na do Uzbekistan e 90,6 na da Ucrânia.

e criticados. Perguntas eram respondidas e registradas as queixas. Havia grandes passeatas através das ruas, com bandeiras e bandas de música. Em tôdas as fábricas e oficinas, escolas ou colégios, hospitais ou instituições de outra natureza eram feitos apelos aos eleitores para que não deixassem de votar. Contaram-nos que alguns estrangeiros perguntavam, admirados, a razão de tanta agitação, quando nenhuma causa partidária estava em jogo. A resposta era que o regime soviético se baseava na participação de todos na administração da coisa pública — participação que se verificava por meio de inteligente compreensão da função do Estado como um todo, razão pela qual votar a favor dêste ou daquele candidato era um ato importantíssimo. “Tal é — declarou alguém — a democracia soviética, agora em seu décimo quarto ano. Esta é muito mais real do que a democracia parlamentar existente noutras terras”.

Finalmente, entre os 2.542 representantes eleitos quer para o Soviet da cidade, quer para os Soviets distritais, verificou-se que 604 eram mulheres; 358 médicos, engenheiros ou funcionários de escritório; e o resto, cêrca de 1.400, trabalhadores manuais. Aproximadamente dois terços do total eram membros do Partido Comunista ou candidatos a essa qualidade ou, então, pertenciam à Liga da Juventude Comunista (*Comsomols*); o têrço restante era constituído pelos “sem-partido”, isto é, que não tinham ligação com a organização dominante (*).

Não se pode negar, por conseguinte, que os membros do Partido Comunista, juntamente com seus membros em quarentena (candidatos), bem como a Liga da Juventude Comunista (*Comsomols*), constituem o centro dos “ativistas”, a cujo zêlo e diligência se deve a “vitalidade” das eleições. Nas eleições de 1931, em Moscou, foi graças a êles que dois terços dos candidatos que resistiram até a votação final, pertenciam à todopoderosa organização do Partido. E foi, por certo, intencionalmente que deixaram lugar para uma substancial minoria de

(*) Extraído de um artigo *The Soviet Electors*, por D. Zaslavsky (de Moscou), em *International Press Correspondence*, 1931, pp. 90-91.

elementos não pertencentes ao Partido. Os Soviets nunca são compostos inteiramente de elementos dóceis ao governo. Há, na verdade, constantes queixas sobre a quantidade de oposicionistas e até contra-revolucionários, que conseguem introduzir-se nesses Conselhos, especialmente nas áreas rurais, e, a tal ponto, que chegam mesmo a entrar a sua eficiência "na construção do Estado socialista". Mas, apesar de tais pessoas poderem tornar-se candidatos, pleitear os votos de seus amigos e até assegurar a sua eleição, não podem, contudo, apresentar-se como oposicionistas à ordem de coisas estabelecida, nem proclamar sua preferência por uma política diferente. Quando (como acontece nos distritos rurais e até nas cidades (*)) eles conseguem maioria e provocam perturbações, costumam ser eliminados numa eleição posterior.

Vamos agora acrescentar às considerações anteriores a descrição de uma eleição prévia realizada, em Moscou, numa fábrica textil, e da maneira pela qual foram escolhidos seus

(*) O número total de membros do Partido Comunista, nos Soviets de vila, segundo relatório da época, atingia, em 1932, a uns 15% (225.582 membros do Partido, sobre um total de 1.510.800), o que representava um aumento em relação à 1927, quando essa proporção era de 10% aproximadamente (116.774, sobre 1.112.000). Em 1935, o seu número era de 18,9% (236.853, sobre um total de 1.252.134). O número de membros dos Soviets urbanos (dos quais existem hoje mais de mil) era, em 1932, de 166.900 contra 122.572 em 1927. A proporção de membros do Partido era, - pois, exatamente, de 50%, tendo o seu número aumentado, em cinco anos, de 64.927 para 82.952. Pouco mais de 2/5 desses vários totais eram representados por trabalhadores manuais assalariados, sendo os restantes 3/5 representados por funcionários de escritório de vários matizes, engenheiros e outros técnicos, bem como alguns médicos, jornalistas e advogados. Em 1935, as proporções de membros do Partido e de *Comsomols*, nos Soviets urbanos, eram de 43,1% e 11,2% respectivamente. É necessário acrescentar que as mulheres fazem parte de quase todos os Soviets, tanto rurais como urbanos. Em 1932, segundo o mesmo relatório, a sua proporção era de 21% aproximadamente, isto é, 316.690, contra 14% em 1927, ou sejam 151.298. Em muitíssimos casos, as mulheres são eleitas para a presidência do Soviet.

delegados ao Soviet da cidade de Moscou e do *rayon*. Essa descrição foi feita por um experimentado publicista inglês que, por mais de uma vez, visitou a U.R.S.S. Essa investigação verificou-se em 1926, antes do primeiro Plano Quinquenal, na ocasião em que era tentada a Nova Política Econômica, quando muitos trabalhadores estavam sendo explorados pelos pequenos empregadores particulares (capitalistas) e se procurava acoadamente colocar os desmobilizados do Exército Vermelho e outros, que não haviam conseguido obter trabalho, durante esse recuo temporário e parcial aos empreendimentos de iniciativa particular. "Sobre as paredes da fábrica, quando a visitei, alguns dias antes da eleição, tinham sido pregadas duas listas de candidatos, pretendentes aos lugares no Soviet de Moscou e a outros Soviets menos importantes. Havia também listas menores de suplentes, destinados a substituir os membros eleitos em caso de morte ou ausência prolongada destes. A fábrica tinha o direito de eleger um delegado por grupo de 600 trabalhadores. Ao todo, podia escolher catorze membros. Havia, porém, uma singularidade nessa lista: ela continha quinze nomes. Encimava-a o nome de Lenine. Este havia sido seu membro nos últimos anos de sua vida e, assim, era prestada esta homenagem à sua memória. Esses homens que ririam, por certo, diante da concepção ortodoxa de imortalidade, consideravam o seu herói, já morto, como vivendo ainda através de suas obras e no coração de seus discípulos. Isso fez-me pensar nos pescadores gregos das ilhas do mar Egeu, que ainda hoje se saúdam uns aos outros, depois de uma tempestade, com estas palavras tradicionais: "Alexandre vive e reina". Abaixo do nome de Lenine, vinha o de Rykov, seu sucessor na presidência do Conselho de Comissários (gabinete russo). Essa fábrica havia sido pioneira na luta revolucionária e, por isso, reivindicava a honra de eleger o presidente efetivo do Soviet local, na qualidade de seu membro mais antigo. Os nomes restantes eram todos de trabalhadores ou ex-trabalhadores da fábrica. Dentre eles, segundo se podia verificar pela lista, sete pertenciam ao Partido Comunista; um à Liga da Juventude Comunista e os seis restantes eram elementos "sem Partido". Três dos catorze candidatos eram mulheres.

"Ali estava, pois, a lista oficial, contendo uma pequena maioria de comunistas professos, lista essa apresentada aos eleitores para a sua aprovação final. Não havia outra lista. Mas, por que processo havia sido essa organizada? O primeiro passo a dar pelos membros do Soviet anterior (*), que desejem ver renovado o seu mandato, é apresentar um relatório sobre as suas atividades. Realiza-se, então, uma assembléia do Conselho de Trabalho (ou comitê de fábrica) a que comparecem também os 300 delegados, representantes dos pequenos grupos em que se organizam as varias categorias de trabalhadores. Nessa reunião, apresentam-se nomes e verificam-se amplos debates sobre as realizações e a representação de cada um. Feito isso, cada um dos nomes é submetido à votação. Dessa forma, a primeira lista oficial é organizada, sob a supervisão do comitê de fábrica. Em seguida, a mesma lista é apresentada a assembléias especiais constituídas pelas várias equipes de trabalho da fabrica, podendo aí ser modificada. Isso feito, essa lista selecionada é submetida, pelo comitê de fabrica, ao julgamento de uma assembléia em que tomam parte todos os trabalhadores da fábrica. Nessa assembléia geral é ainda possível, pelo menos teoricamente, ser vetado algum nome da lista e apresentado outro para substituí-lo. Mas os eleitores raramente se valem desse direito, pela simples razão de que, graças ao processo de eliminação preliminar, por meio do qual a lista é organizada, esta corresponde, no seu conjunto, ao desejo geral dos eleitores. O que êstes fazem, nesse caso, não é traçar as linhas gerais da política nacional, nem escolher diretamente os seus legisladores. Tratam apenas de escolher cidadãos, dignos da sua confiança, e que possam manter a máquina administrativa em funcionamento eficiente, de forma a serem atendidas as necessidades da população laboriosa. Assim sendo, a atmosfera reinante nessas eleições e, na verdade, durante os debates que se verificam nos proprios Soviets, é estranhamente alheia à "política", tal como esse termo é interpretado nas democracias ocidentais. Trata-

(*) As eleições eram anuais; agora realizam-se trienalmente (1935).

se de uma grande família que, animada de um propósito honesto, se reúne, nessas ocasiões, para prover à administração de sua propriedade comum.

A fábrica edita o seu próprio jornal, *O Acicate*, distribuído quinzenalmente e inteiramente escrito pelos trabalhadores sob a orientação da célula do Partido ali existente. As idéias por ele defendidas durante a semana das eleições constituem talvez a melhor amostra que se poderia encontrar da política soviética tal como o trabalhador médio da cidade a compreende.

"O jornal começa por um artigo de fundo em que todos os eleitores são concitados a tomar parte nas eleições: "Camaradas, lembrai-vos sempre da advertência de Lenine. Já é tempo de todas as criadas, até mesmo as cozinheiras, tomarem parte no governo da Rússia. As tarefas que temos pela frente são representadas pelo trabalho pratico de construção de casas e aumento da produção. Temos ainda que enfrentar muitas dificuldades e, por isso, a Rússia precisa de todos vós. Se vos sentirdes em dificuldades, escolhei elementos ativos para o Soviet, afim de que possam melhorar vossa situação. Sois responsáveis pela vossa propria sorte. Não procureis transferir para outrem o trabalho que nos compete. Sêde corajosos, escolhendo conscienciosamente os homens que deverão executar as idéias de Lenine e ficai certos de que, assim, vossas dificuldades se desvanecerão e a pobreza desaparecerá".

"A parte principal de toda a literatura referente às eleições consistia de um relatório oficial do Partido Comunista, analisando o trabalho realizado no ano anterior pelo Soviet de Moscou. Afirmava-se que o Partido havia cumprido as suas promessas. A produção industrial aumentara, tinham sido melhoradas as condições de vida dos trabalhadores e energicamente conservada a unidade que deve existir entre operários e camponeses.

"A parte final desse documento proclamava que êsses resultados eram devidos à participação das "grandes massas" (uma frase russa característica) nas funções de governo, 'coisa que só é possível sob o regime soviético'.

"Um relatório semelhante do Soviet de bairro era vasado, em grande parte, no mesmo estilo. Continha, entretanto, uma referência ao lado estético da vida: haviam sido plantadas muitas árvores para embelezar as ruas. Esse relatório registava grande número de intimações a pequenos empregadores particulares (kustari) por infração do código de trabalho. O resto das notícias referentes à eleição compreendia relatórios de alguns dos membros do Soviet que haviam terminado seu mandato.

"N.º 1 (mulher) era responsável pela fiscalização das casas destinadas aos velhos pensionistas. Ela havia conseguido aumentar de meia libra a ração diária de pão branco dos mesmos, tendo providenciado para que fossem fornecidas refeições melhores aos pensionistas fracos. Manifestava-se preocupada pelas condições existentes na Bolsa de Trabalho; muitos soldados desmobilizados do Exército Vermelho não conseguiram arranjar trabalho durante dois anos; alguns trabalhadores desmaiavam enquanto esperavam ser atendidos na Bolsa; o atual gerente não era o homem talhado para esse posto.

"N.º 2 (homem) ocupava-se com questões de educação e insistia em que se devia dar sempre preferência aos filhos de operários.

"N.º 3 (mulher) afirmava que, em consequência de sua fiscalização sobre dezoito escolas, as despesas com alimentação, por mês e por aluno, havia subido de quinze para vinte e três rublos.

"N.º 4 (homem) trabalhava no departamento de saúde. Advogou a instalação de um dispensário para moléstias venéreas e o aumento do número de leitos tanto para adultos como para crianças. Era encarregado da remessa de crianças para o sanatório de Yalta, na Criméia, tendo conseguido abrir um dispensário adicional para tuberculosos. Conseguiu instalar uma oficina doméstica para as crianças vadias (esses pobres garotinhos eram, na sua maioria, órfãos, em consequência da guerra civil e da fome, os quais, durante certo tempo, vagavam pelas cidades). Insistia também para que um trabalho menos monó-

tono (costura de modas ao invés da de sacos) fosse permitido às mulheres que se achavam internadas por se entregarem à prostituição.

"N.º 5 (mulher) insistia para que a roupa de cama, no hospital de molestias de olhos, fosse mudada quinzenalmente, ao invés de mensalmente.

"N.º 6 (homem) denunciou muitos casos em que pequenas oficinas particulares estavam forçando meninos com menos de dezoito anos a trabalhar mais de oito horas; os empregadores foram processados.

"N.º 7 (mulher) inspecionara cinco fábricas, tendo encontrado uma em que não havia enfermaria. Os seus operarios tinham que caminhar sete *versts* até a mais próxima. Fôra corrigida essa falta" (*).

A organização do Soviet urbano

O processo de eleição adotado, desde o principio, para escolha do Soviet urbano — a indicação de um ou mais delegados por empresa (mesmo as menores) — deu a esse organismo um caráter totalmente diverso do que possuem os Conselhos municipais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Em qualquer grande cidade da URSS, o Soviet urbano é composto de consideravel massa de delegados masculinos e femininos, cujo total não é fixado, podendo seu numero aumentar em cada eleição de acordo com a continua multiplicação de estabelecimentos de toda especie. Acrescentando-se a esses uns 33% de suplentes que têm o direito de comparecer às reuniões, acontece que o *plenum* do Soviet urbano pode contar com a presença de centenas e, no caso de Leningrado e de Moscou, com mais de dois mil deputados. Tão numeroso organismo tem, necessariamente, que transferir seus poderes e funções a um comité executivo, o qual, por sua vez, é muito numeroso para exercer a função

(*) *How the Soviets Work*, por H. N. Brailsford, 1927, páginas 34-40.

executiva e, portanto, confia as tarefas diárias a um *presidium* composto de mais ou menos doze membros sobre os quais recaem os deveres da administração quotidiana da cidade, dedicando todo seu tempo e atenção aos problemas municipais.

Por outro lado, ainda em contraste com as municipalidades ocidentais, não existe, nas cidades da URSS, quase nada que se assemelhe a esse corpo de funcionarios permanentes a quem compete conduzir a administração municipal. Não havendo tal quadro de funcionarios (o que só agora está começando a aparecer na URSS) o Soviet urbano tem aplicado na mais ampla escala o principio da participação de todo o povo nas funções de governo, o que constitue uma característica peculiar ao comunismo sovietico. O Soviet urbano tem a faculdade de nomear um numero sempre crescente de comités, cada um dos quais compreende uma pequena proporção dos membros eleitos ou suplentes, aos quais se juntam um numero indefinido de voluntarios escolhidos entre os cidadãos "ativistas" de ambos os sexos e das mais variadas condições sociais. Cada um desses comités compreende grande numero de membros: ocasionalmente, algumas centenas e, em Leningrado e Moscou, chegando mesmo à casa dos milhares. Todos eles dedicam horas, cada semana, à realização gratuita de certas tarefas administrativas, grande parte das quais seriam realizadas na Inglaterra ou nos Estados Unidos por um quadro remunerado de inspetores, funcionarios, investigadores, coletores e não sei que mais.

E' necessário esclarecer, que a organização dos Soviets urbanos é ainda incipiente, classificando-se por ordem de importancia, desde o de Moscou e Leningrado até os da mais primitiva organização, nas pequenas cidades. "O decreto de 1925 e a legislação subsequente estabeleciam seis comissões permanentes, a saber: economia comunal, questões orçamentárias, educação, saúde publica, cooperativas comerciais e inspecção operaria e camponesa. Outras comissões podem ser nomeadas pelo Soviet local, de acordo com as suas necessidades. Na maior parte dos Soviets urbanos há dez ou mais comissões adicionais denominadas: administrativa, cultural, sanitaria, judicial, de co-

mercio, de segurança social, etc. Os deputados podem escolher a comissão em que preferem trabalhar; mas, em certos casos, são indicados para comissões independentemente de escolha sua.

Contentemo-nos com a descrição dos de Moscou e Lenigrado.

Moscou

O *plenum* do Soviet da cidade de Moscou compunha-se, em 1934, de 2.206 membros, eleitos trienalmente, além de meia dúzia de outros do *presidium* e mais 450 substitutos eleitos. Desses, 1.750 eram membros do Partido, enquanto que cerca de 900 eram "sem-Partido". Esse *plenum* reúne-se dez ou doze vezes por ano (*). Um Comité Executivo (*Ispolkom*) de 50 membros é eleito por ele e pode ser convocado, com intervalos irregulares (três ou quatro vezes por ano), sempre que um assunto especial requeira a sua atenção. Mas o executivo municipal é, de fato, o *presidium* de quinze membros, com seis

(*) "A diferença entre o nosso Soviet e os Conselhos municipais das democracias burguesas consiste em dois fatos: 1.º) No Soviet são os homens e as mulheres trabalhadores que se fazem representar por seus camaradas de trabalho e não os nobres, industriais, banqueiros e proprietários ou seus lacaios; 2.º) A função dos dois organismos é muito diferente. O Soviet é uma organização legislativa em permanente funcionamento, que controla e fiscaliza não somente as empresas pertencentes à cidade mas também todas as outras atividades econômicas que se verificam nos limites de seu território. Muito se tem feito, nos anos mais recentes, no sentido de modificar o funcionamento dos Soviets. As secções dos Soviets são organismos que controlam e dirigem os vários ramos da atividade urbana. O trabalho deve ser elevado a um nível mais alto. As sessões plenárias meramente formais são ainda amplamente realizadas pelos Soviets: essa prática deve ser interrompida." (*The Socialist Reconstruction of Moscow and Other Cities in the URSS*, por L. M. Kaganovich, Moscou, 1931, pp. 78-79).

substitutos, eleito pelo Comité Executivo (*Ispolkom*), sujeito à aprovação do *plenum* e que se reúne regularmente, quase todas as semanas. Praticamente, todas as decisões importantes são tomadas pelo *presidium*. Em alguns assuntos de especial importância o *presidium* consulta o Comité Executivo que, por vezes, examina e estuda a matéria durante vários meses (*). Usualmente, as decisões do *presidium* são enviadas diretamente ao *plenum*, sendo por este ratificadas quase invariavelmente, ainda que, muitas vezes, depois de largas discussões.

A maioria dos membros do *plenum* fazem parte das comissões que supervisionam os vários ramos da administração municipal. Todos os membros são obrigados a servir, pelo menos, numa comissão, de acordo com sua escolha. O numero dessas comissões é ilimitado, variando segundo as necessidades populares. Em 1934, havia vinte e oito dessas comissões, dedicadas respectivamente ao estudo de finanças, educação, teatros e cinemas, saúde, distribuição de alojamentos, projetos de construção, commercio e reabastecimento, armazens municipais, granjas municipais, planejamento urbano, construções, aquecimento, policia, bombeiros, justiça, arquivos, estatística e varias outras coisas. Ao lado dessas, havia ainda meia duzia de outras encarregadas do controle dos trustes ou Conselhos aos quais está confiada a administração de empresas municipais de transporte, drenamento, ferrovia subterranea, licenciamento de automóveis e administração de apartamentos. Cada comissão tem um numero de membros, que varia cerca de 40 até três ou quatro vezes esta cifra. Todas se reúnem cerca de uma vez por mês, mas cada uma eleje um *bureau* de poucos membros, que se reúnem uma vez de cinco em cinco dias.

(*) Foi o que se verificou com o projeto relativo ao *metrostoi*, a vasta rede ferroviaria subterranea, que foi submetido a estudos durante muitos meses.

Leningrado

O Soviet de Leningrado, que funciona no Instituto Smolny, famoso por sua historia revolucionaria, possui maior numero de membros do que o de Moscou. Seu *plenum* é composto de mais de 3.000 deputados, eleitos trienalmente, e conta com cerca de 1.000 substitutos. Tem um *presidium* de 17 deputados e oito suplentes, que se reúnem quase todas as semanas. Diferentemente de Moscou, Leningrado não tem Comité Executivo (*Ispolkom*), dirigindo-se o *presidium*, em todos os casos, diretamente ao *plenum*. Há cerca de 30 comissões, entre as quais se distribuem os membros do *plenum*, de acordo com sua escolha. No verão, essas comissões reúnem-se uma vez por mês, mas, no inverno, apenas três vezes dentro do periodo de dois meses (*).

E' necessario acrescentar que, em Moscou e Leningrado, bem como em outras cidades, os deputados e suplentes eleitos para o Soviet municipal pelas varias brigadas, grupos e oficinas de uma grande fábrica, organizam, por vezes, uma comissão extra-legal, que toma a seu cuidado especial os interesses de todos os trabalhadores engajados na mesma fábrica, assim como os de suas familias. Essa comissão providencia sobre os problemas de habitação, sobre assistencia médica, feriados e diversões, instalação de creches, de jardins de infancia e de escolas. Examinam toda a sorte de queixas e criticas. E' interessante notar que suas atividades não se limitam apenas aos assuntos submetidos ao governo municipal. Elas invadem a esfera de ação do comité da fábrica, com o qual, entretanto, a comissão coopera sem fricções. Investiga as razões dos fracassos e desperdícios na produção. Faz pressão para que haja continuidade e maior rendimento do trabalho. Examina as causas de falta ao trabalho e as queixas contra o gerente. Atua, enfim, na fábrica, como uma força complementar, que visa a maior satisfação e eficiencia do conjunto.

(*) Ver o quadro que se segue.

DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DO SOVIET DE LENINGRA-
DO, DE ACORDO COM A SUA FUNÇÃO SOCIAL 1934)

"Lensoviet"	Total	Funções sociais														
		Número total de traba- lhadores	Entre eles:		Empregados de escritório	Estudantes	Domésticas	"Kustars"	Camponeses	Exército vermelho	"Kompolits"	Desempregados	Inválidos	"Udarniks"	Outros	
			Operarios industriais	Empregados na ad- ministração e insti- tuições publicas, por eleição e por Udar- nichestvo												
Deputados ..	2.282	1.524	810	714	391	89	121	—	—	28	120	2	7	1.718	—	
Suplentes ...	1.202	685	510	175	223	62	156	—	—	25	40	1	4	872	6	

DISTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DOS SOVTS DE RAYON DE LENINGRADO

(Dados de 1931)

Funções sociais

Funções sociais													
Deputados:	Total	Numero total de trabalhadores	Entre eles		Empregados de escritorio	Estudantes	Domésticas	"Kustars"	Camponeses	Exército Vermelho	"Kompolits"	Desempregados	Invalidos
			Trabalhadores na industria	Empregados em instituições publicas e na administração por eleição									
Vassileostrovsky	454	262	218	41	109	39	32	—	—	12	—	—	—
Volodarsky	478	370	287	83	51	8	34	—	2	13	—	—	—
Viborgsky	598	373	315	58	158	44	23	—	—	13	—	—	—
Moskovsky	347	231	156	35	80	7	10	—	—	18	—	—	1
Nevsky	563	421	325	56	101	6	23	—	—	3	—	—	9
Oktyabrsky	512	208	149	59	185	47	31	2	1	29	—	—	—
Petrogradsky	412	194	166	26	137	20	38	1	—	21	—	—	—
Smolinsky	1.078	659	277	262	334	72	71	6	—	37	—	—	—
Total	4.442	2.618	1.933	682	1.165	243	262	8	3	133	—	—	10
Suplentes:													
Vassileostrovsky	164	87	87	—	33	13	22	—	—	9	—	—	—
Volodarsky	172	113	96	17	27	6	19	—	—	7	—	—	1
Vyborgsky	192	121	111	10	37	18	16	—	—	—	—	—	—
Moskovsky	129	82	81	1	31	1	8	—	—	6	—	—	1
Nevsky	214	149	126	23	38	4	16	—	—	—	—	—	7
Oktyabrsky	164	68	48	10	59	13	24	—	—	10	—	—	—
Petrogradsky	152	90	81	9	30	—	24	—	2	6	—	—	—
Smolinsky	346	158	114	41	119	17	43	—	—	9	—	—	—
Total	1.533	858	744	114	374	71	172	—	2	47	—	—	9

A cidade e seus "rayons" ()*

Mas não pára aí a complicação de toda a estrutura municipal. Em quase todas as cidades, que possuem uma população de 100.000 habitantes e, noutras poucas, por especial autorização do Comité Executivo Central (TSIK) da Republica federada, Soviets podem ser eleitos pelos varios *rayons* em que a cidade é dividida para esse propósito. Assim é que Moscou tem 10 Soviets de *rayon*, Leningrado: 8, Bakú: 7 e Gorki (antiga Nizhni-Novgorod): 8. Em alguns casos (como em Gorki) um ou outro desses *rayons* pode incluir novos distritos industriais que se desenvolvam fora dos limites da cidade. Noutros casos, segundo o principio da autonomia cultural, o *rayon* pode ser constituído, dentro da area da cidade, por determinado grupo racial ou "minoría nacional". As eleições para o Soviet de *rayon* são completamente independentes das do Soviet urbano, mas segundo as mesmas normas; e, por conveniencia, verificam-se no mesmo periodo da campanha eleitoral e, muitas vezes, no mesmo dia. E' permitido à mesma pessoa ser eleita simultaneamente para o Soviet urbano e para o do *rayon*, embora não seja essa uma pratica corrente. O Soviet de *rayon* é encarregado pelo Soviet urbano de executar certos detalhes da administração municipal, especialmente o que diz respeito ao controle e gerencia das instituições locais e da higiene local. Cada Soviet de *rayon* escolhe o seu proprio *presidium*, constituído de poucos membros, e organiza varias comissões, para funções específicas, exatamente como se dá com o Soviet urbano (**). Suas finanças fazem parte do orçamento do Soviet urbano. Esse controle financeiro implica na sua subordinação àquele organismo, pelo qual é, portanto, controlado. A competição dos diferentes *rayons* entre si, afim de obter aprovação para os seus vários projetos em favor de melhoramentos locais, provoca acaloradas discussões tanto no *plenum* como no *Ispolkom*

(*) *Rayon*: bairro ou distrito.

(**) Ver o quadro às paginas 88 e 89,

E' conveniente esclarecer que, embora tenham sido realizados grandes melhoramentos, há grande soma de insatisfação no que diz respeito à administração dos Soviets dos *rayons* urbanos e de suas comissões. Kaganovich não pôde deixar de declarar publicamente, em 1934: "os Soviets distritais estão trabalhando ainda fracamente no melhoramento dos seus distritos; não sentiram ainda que são os verdadeiros chefes do seu distrito, no mais completo sentido da palavra. Tarefa importantíssima é manter o Soviet distrital intimamente ligado à massa da população a que o mesmo deve servir. Em cada esquina do distrito deve haver um chefe, que conheça todas as necessidades locais e com elas se preocupe diariamente. Deve haver um chefe que preste a máxima atenção à boa ordem de sua rua e de sua casa; um chefe que, sendo profundamente dedicado à sua comissão, à sua rua, esteja resolvido a lutar contra a desonestidade, a má administração doméstica, a falta de asseio e a incultura. Para que o Soviet de Moscou e os Soviets distritais possam dar início a essa grande tarefa, é claro que devem ser criados Soviets sub-distritais. Os distritos, que possuem 400.000 habitantes, são demasiadamente grandes; cada um constitui uma verdadeira cidade. E' difícil conhecer as necessidades de tão vastos distritos, administrando-os de um só centro. Se houver Soviets sub-distritais, compreendendo varias ruas, se os deputados aos Soviets e os chefes das comissões trabalharem ativamente nos Soviets sub-distritais, lutando em favor da sua rua, da sua calçada, do pateo de sua casa, o progresso de Moscou será bem rápido (*).

Os "subbotniki" nas cidades

Os Soviets urbanos e, nas cidades maiores, o Soviet de *rayon*, coadjuvados pelas numerosas comissões por eles nomeadas, são impotentes, muitas vezes, para realizar a vasta tarefa que lhes é imposta pela administração municipal, desprovida da

(*) *The Construction of the Subway and the Plan for the City of Moscow*, por L. M. Kaganovich, 1934, pp. 56-57.

quantidade necessária de trabalhadores competentes e remunerados. Essa deficiência é remediada, até certo ponto, pela energia dos *subbotniki* (voluntários dos sábados) que, conforme descreveremos em capítulo posterior (*), oferecem gratuitamente o seu trabalho para realização de uma tarefa que, de outra forma, não seria levada a efeito. Calcula-se que, além dos operários assalariados efetivos, cerca de 50.000 cidadãos participam permanentemente da administração municipal de Moscou e de Leningrado (**).

Eleições indiretas

Ao descrever os fundamentos básicos da hierarquia soviética, realizamos tarefa um tanto longa, mas relativamente fácil. Muito mais difícil será descrever, ou mesmo compreender exatamente, a complicada edificação política erigida sobre esses fundamentos. Os primeiros Congressos, perante os quais os Comissários do Povo prestaram contas de seus atos e fizeram seus discursos, eram constituídos de delegados provenientes de certo número de Soviets de vila e de cidades, que ainda podiam comunicar-se com a capital. A guerra civil devastava o país, estando o governo revolucionário adstrito a um território relativamente estreito, entre Moscou e Leningrado. Esse território

(*) *Em lugar do Lucro*, Capítulo IX da Parte II.

(**) É preciso esclarecer que os membros do Soviet urbano e de *rayon* não recebem pagamento por essa função. A maioria deles, recebendo ordenados ou salários em seus empregos, têm direito a se afastarem por algumas horas, sem perda de vencimentos, faltando ao trabalho sempre que o exijam seus deveres na administração municipal. Os que não recebem salário ou ordenado (tais como os artesãos independentes) podem receber uma compensação pela "perda de tempo", de acordo com o que for estabelecido pelas autoridades do Soviet. As domésticas, amparadas por seus maridos, continuam como tal e são consideradas (como os que recebem salários e ordenados) como "afastadas do serviço" sempre que o exija o seu dever na administração municipal, o que delas é exigido como parte do trabalho social que devem prestar todos os cidadãos leais.

não era apenas restrito em virtude de se encontrar politicamente separado da Ucrânia e da Transcaucasia: dependia, a cada mês que se passava, durante dois anos, dos sucessos variáveis do Exército Vermelho em sua luta contra os vários Exércitos Brancos, subsidiados e fortalecidos pela ajuda que lhes davam meia dúzia de governos estrangeiros: munições, oficiais e reforços de tropas. Quando, porém, já nos fins de 1920, quase todo o território que hoje constitui a URSS ficou livre dessas forças hostis (*), Lenine e seus correligionários defrontaram-se com um problema gigantesco: o estabelecimento de um governo estável sobre esse vasto território, que se estende desde o Báltico ao Pacífico e do Oceano Ártico ao Mar Negro, com mais de cem milhões de habitantes, dois terços dos quais não sabiam ler; território sobre o qual se misturavam muitas raças diferentes, línguas e religiões, inclusive numerosas tribos nomades e bárbaras, que não possuíam qualquer espécie de linguagem escrita e algumas das quais estavam ainda no estado mais primitivo. Mesmo que os bolsheviques fossem partidários entusiastas do liberalismo ocidental, com seu Parlamento eleito por sufrágio direto e universal, semelhante Constituição política seria evidentemente impraticável pelas grandes hordas heterogêneas com que teriam que lidar. Mas a verdade é que os bolsheviques acreditavam fervorosamente na possibilidade de basear a sua Constituição, não sobre a massa anônima de enormes corpos eleitorais, mas em grande número de pequenas assembleias de camaradas associados pelo trabalho, nas quais poderia haver íntima discussão dos assuntos por que o povo se interessa e sobre os quais tem os seus pontos de vista pessoais. Nessas assembleias, o povo poderia escolher, para representar os seus desejos, delegados por ele, de fato, conhecidos. Somente por esse meio, segundo acreditava Lenine, poderiam essas "vilas" surdas e comunidades primitivas aprender a arte do governo representativo e, ao mesmo tempo, constituir um Estado unitário. Muitas pessoas pensavam, a princípio, que seria suficiente organizar uma

(*) Os japoneses só evacuaram Vladivostock em 1922 e a parte norte da ilha Sakalina, em 1925.

Republica federal de Soviets urbanos e de vila, a ser governada por um Congresso Panrusso de delegados ou deputados eleitos pelos inumeraveis Soviets espalhados através dessa enorme area. Isso foi, de fato, o que ficou estabelecido nas resoluções "sobre as instituições federais da Republica russa" adotadas pelo Terceiro Congresso Panrusso de Operarios, Soldados, Camponeses e Kazaks, em janeiro de 1918, como o plano geral em que se devia apoiar o Comité Executivo Central (*TSIK*) para elaboração "dos principios fundamentais da Constituição", que seriam submetidos ao seguinte Congresso Panrusso (*). Quando, entretanto, as comissões de redação se lançaram à tarefa, tornou-se evidente que semelhante concepção era demasiado simplista. Era absolutamente impraticavel representar diretamente, em qualquer congresso central, todas as pequenas assembléias organizadas numa area tão vasta, onde se disseminava uma colossal população. Além disso, a administração dos negocios provinciais, acarretando grande quantidade de detalhes, não podia ser feita através de Moscou. E ainda mais: inumeros distritos, tanto pequenos como grandes, defendiam energicamente a sua autonomia, o que era imperioso ser levado em conta. Entretanto, era não menos indispensavel estabelecer um governo supremo, com sufficiente força e estabilidade, quando mais não fosse para encarregar-se de assuntos tais como relações exteriores, defesa, transportes e comunicações, etc. Acima de tudo, os bolsheviques emprestavam excepcional importancia à sua con-

(*) *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 789. Pode-se considerar essa concepção, talvez, como influencia das idéias de Bakunin, segundo as quais, ao serem derrubados os governos de força dos Estados europeus, deveriam ser os mesmos substituidos pela união de associações livres formadas pelos trabalhadores de cada comunidade, as quais poderiam federar-se livremente em grupos, que tivessem em vista o mesmo objetivo. Fomos informados de que o Príncipe Peter Kropotkin, que regressou à Russia depois da revolução de 1917, e simpatizava com as idéias de Bakunin, como sendo o mínimo necessario para a organização governamental, formou em Moscou um comité de amigos seus afim de discutir a proposta de Constituição e seus pontos de vista influenciaram certamente outros elementos encarregados da redação da mesma.

cepção (nunca dantes levada em conta pelos especialistas em direito constitucional) de uma comunidade economica baseada na supressão do grande proprietario rural e do capitalista, bem como todas as formas de caça ao lucro. Esse objetivo só poderia ser alcançado por uma autoridade suprema e poderosa. Afim de harmonizar e atingir esse duplo objetivo, prolongadas consultas se verificaram antes mesmo que a primeira Lei Fundamental fosse aprovada em 10 de julho de 1918. E foram necessários ainda mais quatro anos de discussões e congressos para a aceitação de emendas e sugestões das quais resultou, em 1922-1923, em sua forma relativamente estavel, a Constituição da União das Republicas Socialistas Sovieticas.

A solução do difficil problema constitucional com que se defrontavam os bolsheviques foi encontrada, na primavera de 1918, através da adoção, por uma forma e numa escala jamais tentadas, do princípio da eleição indireta, o qual tem sido observado invariavelmente até os dias presentes (1935). Agora, porem, cogita-se de uma drástica alteração do mesmo. Conforme havia sido adotado em 1918, os Soviets, diretamente eleitos, alem de se encarregarem do governo de seus distritos, deveriam escolher delegados aos congressos de Soviets encarregados do governo de areas maiores. Cada um desses congressos de Soviets, alem de administrar os negocios de seu proprio distrito (quer fosse região, provincia ou departamento) deveria escolher delegados e assembléias ainda mais elevadas, encarregadas do governo de areas ainda mais vastas; e estas, por sua vez, enviariam seus representantes ao Congresso de Soviets da União, que seria a suprema autoridade governativa de toda a União Sovietica.

Isso pode parecer a um inglês ou americano um sistema por demais complicado para tornar efetiva a representação do "homem como cidadão". Mas há complicações muito maiores a serem ainda examinadas. A Constituição sovietica, como se verá, estabelece não só uma assembléia para o governo de toda a comunidade que vive sobre uma sexta parte da superficie total do globo, mas tambem uma hierarquia graduada de organismos governativos locais, ao mesmo tempo legislativos e executivos,

destinados à administração dos negocios peculiares a areas de diferentes tamanhos e diversas características. E, mais ainda, estabelece tambem uma serie de assembléias independentes, encarregadas do governo de areas, grandes ou pequenas (quer sejam tribus ou nações, Estados ou Republicas), habitadas por povos que se consideram nacionalidades diferentes. Assim é que se encontra, de fato, na URSS, a unica forma constitucional que conseguiu combinar, na mesma e unica hierarquia, órgãos de governo ao mesmo tempo local e central, órgãos tanto legislativos como executivos, Estados ao mesmo tempo unitarios e federados.

Como foi construida a piramide

Não é necessario importunar o leitor com o exame das sucessivas modificações verificadas desde 1918 nos detalhes dessa hierarquia indiretamente eleita. As autoridades do governo *tzarista*, quer fossem de *gubernia* (provincia), *zemstvo*, *uezd* (condado) ou *volost* (distrito rural), fizeram-se em pedaços aos primeiros golpes da revolução. Durante anos, reinou a desordem por toda parte. Cada Soviet, de vila ou de cidade, exercia os poderes que lhe aprouvesse e dirigia os negocios de sua area eleitoral conforme entendia. Gradualmente, porem, as coisas foram voltando à normalidade, graças à ação do governo central e dos sucessivos Congressos de Soviets da União. Nas cidades, foram estabelecidas autoridades municipais. O Soviet de vila (*Selosoviet*) substituiu inteiramente o *Mir*. As três velhas divisões do governo local *tzarista*, *gubernia*, *uezd* e *volost* foram substituidas por duas novas divisões organizadas, até certo ponto, sobre uma base economica e denominadas *oblast* ou *krai* (*)

(*) Os termos *oblast* e *krai* são applicados, indiscriminadamente, segundo o uso local. Disseram-me, entretanto, que, a rigor, uma *oblast* é um distrito recentemente estabelecido e não compreende nenhuma área autonoma. Sempre que uma área autonoma, povoada principalmente por uma minoria nacional, exista como que encravada no distrito, o termo apropriado é *krai*. O *krai* do Causo Norte compreende nada menos de sete áreas autonomas. En-

e *rayon* (*). Não menos importante, como se verificará dentro em pouco, era a política de autonomia cultural e, em todas as partes onde fosse praticável o auto-governo das numerosas nacionalidades diferentes disseminadas através do continente eurasiático. O que é interessante é que essas diversas espécies de organismos governamentais façam parte da hierarquia fundamental dos Soviets, resultando, em última análise, da mesma base de Soviets primários. A pirâmide política formada, por eleição indireta, sobre essa ampla base de uns 75.000 Soviets primários, diretamente eleitos nas cidades e vilas, apresenta finalmente não só um vértice supremo (congresso dos Soviets da União), como também certo número de vértices menores: os congressos de Soviets das Repúblicas autônomas ou *oblasts*, bem como os das sete (ou melhor, nove) Repúblicas federadas (**),

entre outras obras, em russo, podemos citar: *The Soviet State: the Origins and the Development of the Constitution of the URSS*, por V. I. Ignatiev, 1928, 146 pp.; *The URSS and the Union's Republics*, por S. A. Kotlyarevsky, 139 pp.; *The Soviet Autonomous Oblasts and Republics*, por K. Arkhipov, 123 pp.

(*) Havia, a princípio, uma outra ordem de Conselhos denominados *okrug soviet*, com autoridade sobre uma área que correspondia, mais ou menos, à do velho *volost* e no qual tanto o Soviet da vila como o da cidade se faziam representar. Isso foi considerado inconveniente, porquanto impedia o desenvolvimento do Soviet de *rayon* e exigia excessivo controle burocrático. Ficou, então, decidido pelo Comité Central do Partido Comunista, em decreto de julho de 1930, "liquidar" os *okrugs*, tendo os mesmos deixado de existir em outubro de 1930. Essa decisão foi ratificada pelo XVI Congresso do Partido (*Political Report to the Sixteenth Party Congress of the Russian Communist Party*, por Josef Stalin, 1930, página 125-129). Mas, na vasta área da URSS, essas modificações exigem tempo para se generalizar. Em 1934, existiam ainda em funcionamento 22 *okrugs*.

(**) São elas: a RSFSR (Rússia propriamente dita e Sibéria); a Ucrânia; a Rússia Branca; a Federação Transcaucasica (união de três Repúblicas: Geórgia, Azerbaijão e Armênia); Turquestão; Tadzhiquistão e Usbequistão. Um escritor esclarece que uma das particularidades da pirâmide soviética consiste em que o seu vértice supremo não é flanqueado por vértices menores e paralelos; estes ficam encerrados dentro do vértice supremo, a que servem de suporte e, além disso, esses vértices menores encerram, dentro de si,

das quais é necessário fazer uma descrição antes de examinarmos o governo supremo da União.

O "rayon" e a "oblast"

Há, pois, duas espécies de eleição de acordo com a organização constitucional do comunismo soviético: a escolha direta de representantes do povo, pelo sufrágio dos adultos, em assembleias abertas constituídas por camaradas de trabalho; e a formação, por eleição indireta, de baixo para cima, da série piramidal de autoridades superiores. Devemos observar, de passagem, que essas duas espécies de eleição se verificam através das quatro categorias em que se divide o sistema representativo do comunismo soviético, isto é: "o homem como cidadão", "o homem como produtor", "o homem como consumidor" e "o homem como super-cidadão, empenhado nas atividades de liderança".

Limitaremos, por enquanto, nosso estudo, à atuação do homem como cidadão, na série sucessiva dos Conselhos, desde o Soviet de vila ou pequena cidade (*), através do *rayon* e da *oblast*, bem como das Republicas autonomas e federadas, até a autoridade suprema do Congresso Geral de Soviets da União, com as duas Camaras de seu Comité Executivo Central (TSIK), seu gabinete de Comissarios (*Sovnarkom*) e seus vários outros ramos derivados.

outros vértices piramidais ainda menores. Só um quadro gráfico tornará possível ao leitor fazer uma idéa perfeitamente clara dessa constituição extraordinariamente complicada, o que não é possível conseguir-se por meio da palavra escrita (ver o diagrama no Apêndice da I Parte, segundo volume desta edição).

(*) Aumenta a complicação o fato de que os nomes da série de Conselhos e da sua área de jurisdição têm sido mudados no decorrer dos últimos anos. A nova divisão da URSS em *rayons* economicos foi considerada como uma necessidade imediatamente após o fim da Guerra Civil, mas só foi empreendida seriamente no ano de 1928, quando se tornou imperiosa em face do Primeiro Plano Quinquenal. Foi ela baseada na concepção de quatro tipos diferentes de *rayon*. Foram criados *rayons* industriais (como na provincia de

O "Rayon"

Entre os inumeráveis e aparentemente ilimitados poderes do Selosoviet e do Soviet da pequena cidade, há um dever predominante: o de eleger representantes do povo ao congresso do Soviet do rayon. Este, obedecendo principalmente à finali-

Leningrado e na bacia do Donetz, na Ucraina); *rayons* agrícolas (como na região da "terra negra", no medio Volga, na parte sudoeste da Ucraina e no Kazaquistão); *rayons* mistos, ao mesmo tempo agrícolas e industriais (como no Cáucaso Norte, no *krai* do Baixo Volga e na Criméia); e finalmente os *rayons* de industria madeireira (no norte da Asia). (Ler, a respeito, uma instrutiva secção, em russo, no *The Five-year Plan of the National Economy Construction of the URSS*, vol. III: *The rayon Division's of the Plan*, 1929). Dessa forma, a divisão administrativa do tempo do Tzar, que compreendia 56 *gubernia* (provincias), 476 *uezd* (cantões ou condados), e 10.606 *volost* (distritos rurais), foi reorganizada e transformada em 100 *oblasts* (ou *krais*) e cerca de 3.000 *rayons*. Planejou-se um Conselho intermediário de *okrug*, entre o rayon e o *oblast*, que se abandonou em 1930. Esta reorganização está quase completa, e, para clareza, limitaremos nossa descrição ao novo sistema geral, embora o antigo continue a existir provisoriamente em alguns lugares.

Com a abolição da *okrug*, as cidades, que possuíam mais de 50.000 habitantes e algumas outras de grande importância industrial, foram, nas seis menores Repúblicas federadas, desmembradas do rayon e diretamente subordinadas no *Sovnarkom* (gabinete) e ao *TSIK* (comité executivo) das Repúblicas federadas em cujo território estavam situadas. Na RSFSR, entretanto, essas cidades maiores estão também subordinadas ao comité executivo (*ispolkom*) da *oblast*. As outras cidades com população inferior a 50.000 habitantes permanecem submetidas ao rayon, mas gozando de autonomia muito maior do que a concedida às vilas. Essas cidades podem, por exemplo, fixar os impostos locais e fazer os seus próprios orçamentos, que são aceitos pelo Soviet local, sendo apenas submetidos ao *ispolkom* da *oblast* através do *ispolkom* do rayon. Desejando informações mais completas sobre a constituição do governo local, na URSS, o leitor poderá consultar os próprios decretos, que se acham, aliás, resumidos em *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, cap. VII *Provincial Government*, pp. 100-108. Ver também *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, cap. XI *Local Administration*, pp. 663-687, que não fornece, com clareza, as transformações mais recentes.

dade economica, é constituido por certa area em que fica compreendido certo numero de vilas adjacentes bem como pequenos nucleos de população intercalados entre as mesmas. A extensão geográfica e a população do *rayon* diferem muito, de acordo com certas circunstancias locais, podendo ser modificadas, de tempos a tempos, por decreto de autoridades superiores (*). Pode, pois, compreender qualquer numero de vilas, desde algumas duzias até muitas dezenas, alguns logarejos dependentes e até uma ou duas cidades e pequenos grupos urbanos. O Soviet de cada uma dessas unidades elege anualmente um ou varios representantes para constituirem o congresso de Soviets do *rayon*, reunindo-se o mesmo no centro principal da região.

Na RSFSR e na Ucraina, o Soviet de vila elege esses delegados na proporção de um por 300 habitantes. Os Soviets das pequenas cidades e dos grupos urbanos, na area do *rayon*, elegem seus delegados na proporção de um por cada unidade de 60 eleitores desses Soviets (o que corresponde aproximadamente a 120 habitantes). Assim, como é facil de compreender, o numero total de membros do congresso de Soviets do *rayon* não pode ser fixo, variando de acordo com a população local. Esse congresso elege um presidente e certo numero de membros que formarão o *presidium* e tambem um comité executivo permanente (*ispolkom*) cujo numero não pode exceder de 45 membros e mais um terço desse total representado por suplentes.

Se quisermos saber quais são os poderes e os deveres que competem ao congresso de Soviets do *rayon*, encontraremos as mesmas dificuldades com que nos defrontamos no caso dos Soviets de vila. A relação desses poderes e deveres, conforme foi expressamente estabelecido no decreto de 1.º de janeiro de 1931, da RSFSR, é, na verdade, muito semelhante à dos Soviets de vila e publicada em Apêndice ao 2.º volume. Esses poderes e deveres compreendem, numa escala descendente, desde as mais elevadas considerações e discussões de assuntos politicos e ad-

(*) Atualmente, os 3.000 *rayons* devem incluir, em media, cerca de 23 Selosoviets e, talvez, uma pequena cidade, com uma população media de cerca de 45.000 habitantes.

ministrativos da URSS (nos quais o congresso de Soviets do *rayon*, tal como o Soviet de vila, é instado a tomar parte), até os minimos detalhes administrativos. Não se deve supor, no entanto, que todos esses assuntos são amplamente debatidos nos 3.000 congressos de Soviets dos *rayons*, como não são também nos Soviets de vila cujo numero atinge a cerca de 70.000. Mas, em contraste frisante com os limites estreitos e as funções exatamente definidas dos organismos de governo local, na America e na Inglaterra, não há, praticamente, nada que esse congresso, tal como o Soviet de vila, não tenha o direito de discutir, uma vez que o assunto possa interessar aos habitantes da area sob sua jurisdição. Por outro lado, e ainda em contraste com o que se passa na America e na Inglaterra, o congresso de Soviets do *rayon*, bem como o Soviet de vila, não tem base legal sobre que se apoie para opôr-se à vontade de qualquer autoridade administrativa superior. A qualquer momento, suas decisões podem ser rejeitadas e seus atos anulados pelo congresso de *oblast*; ou pelo *ispolkom* (comité executivo de *oblast*); pelo congresso de Soviets da Republica ou seu Comité Executivo Central; pelo *Sovmarkom* da Republica autonomia ou federada em cuja area está ele situado; pelo Congresso de Soviets da União ou seu *TSIK* (Comité Executivo Central); e, finalmente, pelo *presidium* de qualquer desses organismos e pelo *Sovmarkom* de Comissarios do Povo da URSS.

Como se vê, o congresso de Soviets do *rayon*, tem uma esfera de ação praticamente ilimitada no que diz respeito à area de sua jurisdição, estando porem sujeito sempre à eventualidade de ver seus atos anulados, desde que contrariem a politica ou a vontade de qualquer autoridade que lhe esteja acima. Ele tem absoluta liberdade de participar do governo, sendo mesmo encorajado a fazê-lo da maneira que julgar mais conveniente; mas, ao mesmo tempo, é severamente advertido de que, caso "saia dos trilhos", seus atos podem ser anulados; e, se esse organismo local persistir no erro, será sumariamente dissolvido, sendo convocada uma nova eleição. Afim de que seja possível o exercicio dessa autoridade superior, todos os decretos das autoridades subordinadas (na verdade, os proprios detalhes de sua

atuação) devem ser enviados, sem perda de tempo, à autoridade imediatamente superior, bem como ao apropriado Commissariado da URSS. Tivemos ocasião de verificar que, na pratica, os congressos de *rayon* e seu executivo, bem como o Soviet de vila, erram mais comumente por falta do que por excesso de zelo; e essa drástica interferencia, de cima para baixo, conquanto se verifique sem hesitação, sempre que necessaria, não é muito frequente.

Em relação aos varios Soviets urbanos e de vila, dentro de uma certa area, o congresso de Soviets do *rayon* desempenha função de supervisão e de controle. Assim é que o congresso nomeia, para cada vila, o presidente da comissão eleitoral de dez membros, que tem por fim dirigir a eleição do Soviet de vila; organizar e dar publicidade à lista de pessoas excluidas do eleitorado; e indicar uma autoridade independente para fiscalizar as varias assembléias eleitorais.

Por outro lado, uma das funções essenciais dos 3.000 Soviets de *rayon* é a de concentrar num só corpo a representação de grande numero de Soviets de vila (por vezes mais de uma centena) de tal maneira que se torne praticavel a eleição de delegados ao Conselho imediatamente superior.

Os órgãos de administração local do congresso, que trabalham sob a supervisão e direção do *ispolkom* e do *presidium*, esses órgãos consistem em certo numero de comissões (seis dentre as quais são obrigatorias) (*), em que são incluídos alguns membros do congresso do *rayon* e do *ispolkom* juntamente com um numero variavel de habitantes locais, convidados pelo *ispolkom* a cumprir esse dever cívico. Fomos informados de que o objetivo da organização dessas comissões é associar às ta-

(*) A saber: 1 — Construção soviética e controle da execução; 2 — Industria, trabalho e abastecimento; 3 — Agricultura; 4 — Finanças e orçamento; 5 — Educação popular; 6 — Saúde Pública (Decreto da RSFSR, de 1.º de janeiro de 1931). A essas, foi acrescentada, para todos os *rayons*, com exceção dos menores, uma comissão encarregada do Plano Geral e subordinada à Comissão do Plano Estatal, que será descrito no capítulo sobre *Produção Planificada para o Consumo da Comunidade*.

refas do governo a maior quantidade possível das "massas operárias". Realizam-se assembléias nas varias fábricas e oficinas, clubes e salas de leitura, através de todo o *rayon*, a elas comparecendo membros do congresso de Soviets, da *militia* (polícia militar local) e da Córte de Justiça; aí também são alistados trabalhadores para tomarem parte nas comissões e são discutidos os "problemas concretos" relativos ao trabalho do congresso do *rayon*. As comissões obrigatorias são as que se encarregam da "construção sovietica e controle da execução"; "industria, trabalho e abastecimentos"; agricultura; saúde; educação; participação do *rayon* no Plano Geral e orçamento financeiro do *rayon*.

A comissão encarregada do Plano Geral está colocada de maneira muito interessante em relação ao Gosplan (Comissão do Plano Estatal), ao qual é subordinada. O plano nacional é baseado agora, em grande parte, sobre os planos traçados pelo *rayon*. Este tem que preparar, todos os anos, o seu plano preliminar, abrangendo todas as empresas compreendidas em sua area, levando em conta os dados economicos que lhe são fornecidos. Esse plano parcial é submetido a todas as empresas locais; quer de produção, quer culturais. Cada uma delas examina o esforço que lhe é exigido e o aprova ou apresenta uma contra-proposta. Tudo isso é, então, submetido às autoridades superiores afim de sofrer a necessaria revisão e ser finalmente transformado em lei (*).

Outra parte da administração do *rayon* que merece atenção é a que se refere às finanças. O congresso do *rayon* organiza, anualmente, o orçamento local, fixando a receita e a despesa para o ano corrente. Esse orçamento deve ser submetido ao *ispolkom* da *oblast*, afim de ser aprovado e incluído no orçamento desta, sendo depois incorporado ao orçamento da Republica e, finalmente, ao da propria URSS. Assim sendo, não há, tanto em principio como na forma, uma efetiva autonomia

(*) De uma publicação de V. Kuibyshev, chefe do Gosplan, em *Economia Planificada*, abril de 1931. Tratamos do assunto detalhadamente no capítulo intitulado *Produção Planificada para o Consumo da Comunidade*.

local em materia de finanças, em todos os graus da hierarquia, desde o menor Selosoviet até o Congresso de Soviets da RSFSR. Na prática, entretanto, existe uma grande autonomia financeira. Por exemplo: a despesa total, que pode ser realizada pela autoridade subordinada, conquanto possa ser restringida pela autoridade superior, não será aumentada senão por meio da exortação e da persuasão. Por outro lado, se uma autoridade subordinada resolver enfrentar despesas maiores por sua propria conta, é-lhe permitido acrescentar uma sobretaxa a um ou outro imposto lançado já sobre a coletividade pela autoridade superior.

Rigorosas disposições legais estabelecem que o *rayon* deve possuir um quadro de funcionarios efetivos e tecnicamente qualificados para dirigir meia duzia de departamentos administrativos. Por enquanto, só existe, de fato, na maioria dos *rayons*, apenas o esqueleto desse quadro, com um minimo de treinamento. Sua feição característica é a pronunciada juventude de quase todos eles, poucos tendo mais de trinta anos e contando com poucos anos de pratica administrativa. Fomos informados de que estão sendo estudadas medidas para o treinamento especial desses funcionarios.

A "oblast"

Acima dos congressos de Soviets do *rayon* e dos Soviets de pequenas cidades, e sobrepondo-se à antiga *gubernia* (provincia), existe, na RSFSR e na Ucraina, a autoridade da *oblast* ou *krai*. O congresso da *oblast* é constituído: por delegados eleitos pelo congresso de Soviets do *rayon*, representante dos Soviets de vila, na proporção (na RSFSR) de um por 12.500 habitantes (cerca de um por 7.000 eleitores); e também por delegados eleitos diretamente pelos Soviets das pequenas cidades (juntamente com os dos grupos urbanos, fabricas e fazendas coletivas situadas fora dos limites citadinos), na proporção de um delegado por grupo de 2.500 eleitores. Qualquer Republica ou area autonoma, dentro do territorio da *oblast*, tem o direito de eleger seus delegados proprios na proporção de um por 2.000 eleitores dos centros urbanos e um por 10.000 ha-

bitantes dos grupos rurais. Deve-se notar que o Soviet urbano goza do privilegio de uma representação desproporcionada (mais de duas vezes maior do que o das vilas rurais). Essa representação, desproporcionada em relação à população das cidades, não impede que a maioria, senão a totalidade dos congressos de Soviets da *oblast*, contenha muito mais representantes das vilas do que das cidades, isso porque a proporção entre o numero de habitantes da cidade e o das vilas é ainda de um para cinco ou seis.

A area de jurisdição do Congresso de Soviets da *oblast*, o numero de seus membros, bem como a natureza e a extensão de suas funções, diferem muito nas varias regiões do país e, ao que parece, estão ainda num periodo de ajustamento. A população das diferentes *oblasts* varia enormemente, indo mesmo de um a dez milhões. Na RSFSR, a media aproximada parece ser de quatro milhões. Se considerarmos as Republicas autonomas da URSS, que correspondem à *oblast* propriamente dita, veremos que sua população media é de cerca de um e meio milhão, enquanto que sua area media não anda em menos de 650.000 quilômetros quadrados. Por outro lado, a população media das catorze *oblasts* propriamente ditas vai alem de cinco milhões, conquanto a sua area media seja aproximadamente a mesma das Republicas autonomas (*). Na Ucraina, tanto a população como a area medias são menores. As cinco menores Republicas federadas não possuem *oblasts*, achando-se os congressos de Soviets dos *rayons* diretamente subordinados ao congresso de Soviets da Republica, ao seu comité executivo central e ao seu *sovnarkom*.

Há, na RSFSR, segundo verificamos, vinte e seis territorios classificados como *oblasts*, inclusive as doze Republicas au-

(*) Assim é que a República autonoma, na RSFSR, embora tenha uma grande área, é comparável, em população, aos seis mais populosos condados administrativos da Inglaterra. As *oblasts* da RSFSR, por outro lado, comumente ultrapassam em população aos condados administrativos mais populosos da Inglaterra e, algumas delas, até mesmo os da Irlanda ou o condado administrativo de Londres.

tonomas compreendidas dentro de seus limites, organizadas todas de acordo com o modelo constitucional das *oblasts*, exceto no fato de chamarem os chefes de seus departamentos ministeriais de Comissarios do Povo e, ao Conselho destes, de *sovnarkom*. Assim é que existem catorze novas *oblasts* a de Moscou, a de Leningrado, a area industrial de Ivanov, o territorio do Norte, o territorio Ocidental, a area central da Terra Negra, o territorio de Gorki (antiga Nizhni-Novgorod) o territorio do Ural, o do Norte do Caucaso, os dois territórios do Medio e do Baixo Volga, os dois da Siberia Ocidental e Oriental, e o territorio do Extremo Oriente. Ao lado dessas, estão as doze Republicas autonomas, a saber: a da Criméia, a Tártara, a dos Alemães do Volga, a de Kazak, a de Yakut, a de Kirghiz, a de Chuvash, a da Karelia, a de Buriat, a de Bashkir, a de Karakalpak e a de Daghestan. Em cada uma dessas divisões administrativas há um congresso de Soviets, que elege um executivo (denominado *istolkom* ou *sovnarkom*), responsavel por uma administração local extensa e variada.

Na Ucraina, as areas de algumas dessas *oblasts* são particularmente grandes, havendo em toda a Republica apenas doze regiões dessa classe (*). Mas na area industrial do Donetz a população é tão densa e tão grande a intensidade do trabalho, que todos os seus Soviets de *rayon* são considerados como um Soviet de *oblast*. Nas outras partes da Ucraina, o congresso de Soviets do *rayon*, de dois em dois ou de três em três anos, elege representantes seus ao congresso de Soviets da *oblast* na proporção de um por 15.000 habitantes, o que eleva o numero de delegados a varias centenas.

Onde quer que ele se constitua, o congresso de Soviets da *oblast* representa importante autoridade. Ele é, realmente, o órgão supremo de poder local, dentro da area de sua jurisdição, com uma autoridade que se estende a todos os assuntos de go-

(*) Nomeadamente, a de Chernigov, a de Kiev, a de Odessa, de Dniepropetrovsk, de Kharkov e de Vinnitsa, ao lado das quais podem ser colocadas a República Autonoma da Moldavia e, como explicamos no texto, todos os *rayons* independentes da Bacia do Donetz.

verno. Cumpre-lhe, entretanto, coordenar suas atividades com a política e a administração do comité executivo central (*VTSIK*) e com o *sovmarkom* da Republica federada, podendo o *sovmarkom* da URSS ou seu *presidium* opor-se ou anular, em caso de necessidade, o que tenha sido feito pelas autoridades da *oblast*. Tem o direito de controlar todas as instituições publicas existentes dentro de sua area, desde que não estejam submetidas à URSS; e, mesmo neste caso, tem o direito de fiscalização e de informar a respeito. Pode vetar qualquer determinação ou decisão dos Soviets urbanos, dos Selosoviets ou dos *rayons* compreendidos na sua area de jurisdição. Controla todas as eleições realizadas na *oblast*. E, finalmente, tem o direito de propor às autoridades da Republica federada a aprovação e promulgação de quaisquer leis e regulamentos que se façam necessários, relativos à *oblast*.

O congresso de Soviets da *oblast* faz sua reunião plenaria, usualmente, apenas uma vez por ano, elegendo então um presidente e seu assistente. Estes dedicam todo o seu tempo ao desempenho de suas funções. O *ispolkom* (comité executivo), também eleito nessa ocasião, e que é composto de cerca de cem membros, recebe uma quantia correspondente às suas despesas, além de um passe livre em todas as estradas de ferro da *oblast*. No das Republicas autonomas, o congresso de Soviets elege, ao invés de um *ispolkom*, um *sovmarkom* de Commissarios do Povo, que dirige os varios ramos da administração. Mas, em ambos os casos, o governo da URSS faz-se representar diretamente no executivo da *oblast* por funcionarios dos seus Commissariados do Povo para as Ferrovias, Correios e Telegrafos. O *ispolkom* da *oblast* deve exercer suas funções administrativas através do seu *presidium* e de quatro departamentos servidos por funcionarios especializados (um secretariado, um departamento de organização, uma comissão planeadora denominada *obplan* e uma "comissão de execução"). Mas o trabalho a ser realizado fica sob a direção de quinze ou mais chefias, entre as quais se podem mencionar: "um Conselho de economia popular"; de agricultura; de comercio, ou distribuição de utilidades; de finanças; de educação; de saúde; de bem-estar social; de assuntos militares;

de política; de arquivos; um departamento comunal; e um de justiça. Em muitas *oblasts*, a falta de um quadro eficiente de funcionários impôs a necessidade da nomeação de certo numero de condições, cada uma das quais é constituída de alguns membros escolhidos do congresso de Soviets e do *ispolkom* juntamente com alguns cidadãos ativos apontados pelo *ispolkom*. Cada uma dessas comissões fica encarregada da fiscalização e administração efetiva de um dos departamentos da *oblast*. É necessario esclarecer que, em materia de impostos locais e de orçamento da *oblast*, o seu *ispolkom* tem o direito de participar das discussões referentes ao orçamento da Republica federada e ao da propria URSS, em tudo quanto se refere à sua jurisdição.

As sete Republicas Federadas

A ordem de Conselhos que se seguem, acima dos da *oblast* (onde existam) e dos das Republicas autonomas, são os das sete Republicas constitutivas da URSS, a saber: a RSFSR, a Ucraina, a Russia Branca, a Federação Transcaucasica (compreendendo três Republicas federadas), o Turkmenistan, o Uzbekistan e o Tadzhhikistan, todas elas unidas por laços federativos, formando a URSS.

A RSFSR

A primeira e, por muitos motivos, a mais importante dessas Republicas, a Republica Sovietica Federal Socialista da Russia, conquanto expressamente qualificada como uma federação, sempre foi e ainda é, hoje, essencialmente, um Estado unitário. Não obstante o seu titulo e a expressa declaração do artigo primeiro da sua Lei Fundamental (1918), o que ficou por essa Lei estabelecido, sem que houvesse uma revisão posterior, foi uma hierarquia sovietica, ou piramide de Conselhos, segundo o modelo que repetidamente descrevemos. A RSFSR devia ter um supremo Congresso de Soviets de toda a Russia, constituido de deputados ou delegados eleitos pelos congressos pro-

vinciais de Soviets, de varias denominações; esses congressos provinciais seriam constituídos de deputados provenientes dos congressos de Soviets dos distritos, estes formados, por sua vez, de deputados eleitos pelos Soviets urbanos ou de vila, diretamente eleitos em numerosas pequenas assembleias de eleitores ligados pelo trabalho em qualquer estabelecimento industrial ou por serem vizinhos nas vilas rurais. Desde o vértice até a base dessa pirâmide de Conselhos, cada uma de suas ordens exerce completa autoridade sobre todas as que lhe estão abaixo, da mesma forma que fica inteiramente sujeita a todas que lhe estão acima. Este sistema de "centralismo democratico", conforme o denominam carinhosamente e é a característica fundamental do comunismo soviético, parece-nos nada ter de comum com essa restrita, porém inviolável autonomia, que constitue aquilo a que chamamos de federalismo (*).

E' natural, de fato, quão insignificante têm sido as modificações introduzidas, desde 1918, na estrutura constitucional da RSFSR, não obstante o desenvolvimento das Republicas autonomas e areas autonomas, dentro do seu territorio e a for-

(*) Nas discussões, que conduziram à formulação e à adoção da Lei Fundamental, durante a primeira metade de 1918, o *slogan* de "Todo o Poder aos Soviets" era tão insistentemente repetido, que o seu primeiro artigo teve de ser redigido de modo a afirmar que "a Russia é declarada uma República soviética de operarios, soldados e camponeses. *Esses Soviets ficam investidos de toda a autoridade central e local*". O Estado estabelecido como sendo a República Soviética da Russia, depois denominada RSFSR, foi concebido, pelo menos por alguns de seus mais enérgicos partidarios, como nada mais do que uma federação de todos os Soviets urbanos e rurais, através do país.

No artigo 10, fica de novo expressamente declarado que "toda a autoridade, dentro dos limites da RSFSR, será exercida pelo conjunto da população do país, *organizada através dos Soviets urbanos e rurais*" (Lei Fundamental da RSFSR, ratificada pelo V Congresso de Soviets Pan-russo, em julho de 1918, Primeira Secção, Capítulo I, art. 10; *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 81). Mas a Lei Fundamental, considerada em seu conjunto, estabeleceu, como estamos vendo, um Estado de caráter exatamente oposto.

mação da URSS, em torno e acima dela (*). Sua capital continua a ser Moscou, onde os departamentos ministeriais da RSFSR estão instalados lado a lado com os da URSS. O Congresso Pan-russo de Soviets só se reúne, agora, de tempos em tempos, comumente pouco antes do Congresso de Soviets da União, a que comparecem aqueles mesmos delegados. É ele constituído de delegados eleitos pelos congressos de Soviets das varias *oblasts* ou *krais*, das Republicas e regiões autonomas e das grandes cidades, na proporção de um por 125.000 habitantes de area rural e um por 25.000 eleitores urbanos (o que corresponde a cerca de 45.000 habitantes). O Comité Executivo Central (*VTSIK*) da RSFSR, hoje aumentado de 200 para 400 membros, só se reúne uma vez de três em três meses. O seu *sotmarkom* já não compreende os antigos dezoito Comissários do Povo, uma vez que todas "as questões de importancia nacional", especificadas nos arts. 49 e 50 da Lei Fundamental e referentes aos departamentos de relações exteriores, forças armadas, comercio exterior, industria pesada, exploração florestal, granjas do Estado, ferrovias e vias fluviais, correios e telegrafos, e as industrias de alimentação, tudo isso passou para a alçada da URSS. Esses departamentos são agora representados no *sotmarkom* da RSFSR apenas pelos delegados ou agentes dos Comissarios do Povo da URSS. Ainda, entretanto, no *sotmarkom* da RSFSR, oito Comissarios do Povo, dirigidos por um presidente e dois vice-presidentes. São eles: o Comissario do Povo para as Finanças, para o Interior, para a Justiça, para a Educação, para a Saúde, para o Bem-estar Social, para a Agri-

(*) Incidentalmente, é preciso notar que o territorio da Russia Branca e, portanto, o da URSS, foi reduzido, em virtude do tratado de Riga (1921), que pôs fim à guerra com a Polonia, sendo cedida a este país uma faixa de terra ao longo da fronteira soviética. Em 1929, o extenso mas escassamente povoado distrito de Tadzhikistan foi separado da RSFSR e elevado à categoria de República independente, federada à União Soviética, e tendo direito, como a RSFSR, a fazer-se representar com cinco membros no Soviet das Nacionalidades, participando das duas camaras do Comité Executivo Central da URSS.

cultura e para as Indústrias Leves, juntamente com o presidente do *Gosplan* da RSFSR.

Se nos lembrarmos que a população da RSFSR passa de cem milhões e seu território se estende desde o Golfo da Finlândia até o Oceano Pacífico, compreenderemos que, mesmo através desses nove departamentos, a tarefa administrativa é imensa. Os serviços civis da RSFSR talvez excedam, em número de funcionários, os quadros federais da URSS, pondo-se à parte as forças armadas e as representações nos países estrangeiros. Examinaremos as mais importantes características dessa vasta máquina administrativa, em capítulos posteriores. O *sovnarkom* da RSFSR acha-se ainda muito ocupado com o desenvolvimento da instrução e dos serviços médicos sobre a vasta área por ele controlada. Faz parte de sua enorme tarefa desenvolver o grande comércio a retalho em Moscou, Leningrado e Rostov, o que descreveremos mais adiante. Sua responsabilidade, no que diz respeito à distribuição da justiça, à prevenção do crime e à manutenção de prisões, em toda a área da RSFSR, será talvez circunscrita em face da criação, na URSS, do novo Commissariado do Povo para os Negócios Interiores.

Dessa forma, o observador não poderá deixar de notar que, à proporção que o governo local das cidades, das *oblasts*, dos *rayons* e dos Selosoviets, nos limites da RSFSR, vai crescendo em magnitude e atividade, os vários órgãos centrais da RSFSR, em Moscou, vão cedendo terreno a outros órgãos localizados nessa mesma cidade e pertencentes ao governo federal da URSS, que descreveremos posteriormente.

A República da Ucrânia

A segunda, em importância, dentre as sete Repúblicas federadas, que constituem a URSS e a única que, por sua magni-

(*) A agricultura tem hoje um Commissario do Povo junto à URSS, o que deu em resultado, tanto na RSFSR como nas outras Repúblicas federadas, reduzir consideravelmente a autonomia local dos Commissarios do Povo. Os departamentos do Commissariado do Povo para o Trabalho foram transferidos para a AUCCTU, deixando, pois, de haver Commissarios para o Trabalho.

tude, população, produtividade e aspirações, pode equiparar-se à RSFSR, é a da Ucrânia. Possui ela uma população de trinta milhões de habitantes (aproximadamente um terço da RSFSR), concentrada, na proporção de 150 habitantes por quilometro quadrado, sobre uma area equivalente à da Suécia, tendo sua linguagem propria, apreciavelmente diferente da lingua russa. Seu mais antigo centro cultural é Kiev, conservando suas velhas tradições de autonomia nacional. Conquanto essas tradições tenham sido interrompidas, durante seculos, pela tirania czarista, foi bastante uma pequena incitação por parte dos alemães, entre 1916 e 1917, para que uma grande porção de ucranianos se lançasse à luta, não somente afim de destruir o dominio russo, mas também (sob a expectativa simpatica das minorias ucranianas (tambem chamadas rutenas) na Austria, na Polonia e na Rumania, visando a implantação de uma Republica Ucrainiana independente. Esta foi proclamada em 27 de dezembro de 1917. Não houve, entretanto, até agora, oportunidade para a união politica de toda a raça ucraniana, um quinto da qual, fora da URSS, permanece espalhada por alguns paises vizinhos: Polonia, Tchecoslovaquia, Hungria e Rumania. Quando, entre 1917 e 1922, os exércitos estrangeiros e as quadrilhas de bandidos foram varridas dali, foi estabelecido, no territorio ucraniano, um governo razoavelmente bem organizado, segundo o modelo geral da hierarquia de Soviets, o qual estabeleceu uma aliança economica e militar com a RSFSR, formalmente anunciada em dezembro de 1920 e transformada em união federal, entre 1922 e 1923 (*).

A autoridade suprema da Ucrânia, é o Congresso de Soviet Pan-ucrainiano, que se reúne durante cerca de uma semana, de tantos em tantos anos, pouco antes do Congresso de Soviets da União. Consiste ele em cerca de mil delegados e suplentes, escolhidos pelo congresso de Soviets das suas seis *oblasts*, juntamente com os da Republica Autonoma da Moldavia e congressos de Soviets de todos os *rayons* da bacia do Donetz. Esse Congresso de Soviets Pan-ucrainiano faz e ouve discursos, aprova

(*) Ver: *National States and National Minorities*, por W. G. Macartney, 1934.

projetos de decretos e resoluções administrativas, que lhe são submetidos e nomeia um presidente para o Congresso Ucrainiano, um assistente, ao mesmo tempo que um Comité Executivo Central e um *sovmarkom* de Commissarios do Povo.

O Comité Executivo Central, com cerca de 400 membros, que recebem um passe livre nas estradas de ferro da Ucraina, reúne-se, em geral, durante 10 dias, de três em três meses, exercendo a autoridade suprema no intervalo das sessões, pouco frequentes, do Congresso Pan-ucrainiano. O Comité realiza, em geral, uma reunião imediatamente antes de cada sessão do Comité Executivo Central (*TSIK*) da URSS, afim de examinar os assuntos a serem discutidos e, se necessário, fixar a orientação política da Ucraina.

O *sovmarkom* da Ucraina é composto de um presidente, varios vice-presidentes e um secretario e Commissarios do Povo para as Finanças, para os Negocios Interiores, para a Agricultura, para a Justiça, para as Industrias Leves, para a Educação, para a Saúde e Bem-estar Social, alem de uma Comissão Planificadora, praticamente subordinada ao *Gosplan*.

Os Commissarios do Povo ucrainianos, diretamente encarregados das industrias, administram departamentos excepcionalmente trabalhosos. O desenvolvimento industrial da Ucraina, durante os ultimos anos, tem sido enorme, em quantidade e qualidade. E, conquanto a maior parte do trabalho coubesse primeiramente ao Supremo Conselho Economico da URSS, e, depois de sua abolição, aos Commissarios do Povo para as Industrias Pesada e de Alimentação, o governo ucrainiano manteve e desenvolveu algumas de suas proprias organizações industriais. Assim é que possui suas fundições e fábricas de maquinas, dirigidas de acordo com o Plano Geral, mas como empresas da Republica (*). O *sovmarkom* da Ucraina dirige, tambem, em suplemento aos esforços do Centrosoyus e ao crescente trabalho das Sociedades Cooperativas ucrainianas, um extensissimo

(*) Quando, em 1932, o Supremo Conselho Economico da URSS foi substituido pelo Commissariado do Povo para a Industria Pesada, para a Alimentação e para a Industria da Madeira, cuidadas disposições foram estabelecidas para garantir o controle do *sovmarkom* da Ucraina sobre as suas industrias proprias.

comercio de utilidades domesticas de toda a especie, através de relativamente bem fornidas lojas em Kharkov, Kiev, Odessa, Dnieprostroi e outras cidades.

Abaixo do Congresso de Soviets Pan-ucrainiano, com seu Comitê Executivo Central e seu *sormarkom* de Comissarios do Povo, escalona-se a conhecida hierarquia de Soviets das *oblasts*, *rayons*, cidades e vilas, segundo o modelo que já descrevemos. Devemos mencionar, porem, algumas peculiaridades da Ucraina. Suas vilas são, em geral, excepcionalmente grandes e populosas, contando muitas com uma população entre cinco e dez mil habitantes. Dessa forma, os eleitores têm que ser, muitas vezes, divididos em grupos para cada um dos quais se realiza uma assembléia afim de serem eleitos os membros do Soviet de vila (*Selosoviet*). Semelhantemente, conforme já mencionamos, os *rayons* da area densamente povoada da Bacia do Donetz possuem tão grande numero de eleitores e um governo local de tamanha importancia que são classificados e tratados como *oblasts*, elegendo, diretamente, delegados proprios ao Congresso de Soviets Pan-ucrainiano.

A Ucraina conserva, entre as suas elites intelectuais, um forte sentimento nacionalista, desenvolvendo energicamente a sua cultura propria, que é muito nacionalista na forma, conquanto comunista em sua essencia. Isso é feito através de livros, jornais, revistas e universidades. As autoridades da URSS respeitam, com muita sabedoria, as suscetibilidades raciais dessa importante Republica. Como concessão a essas suscetibilidades, é que ficou resolvido, em 1934, transferir a capital, que havia sido Kharkhov durante uma década, para a antiga metropole de Kiev. Mas, aconteça o que acontecer no terreno da ciencia e da literatura, o desenvolvimento industrial da Republica sofre influencia tão predominante da União e o Partido Comunista tem ali tanta forza que, apesar das repetidas tentativas feitas por emigrados refugiados em Paris e Praga para incitar seu povo à rebelião, é inegavel a influencia no sentido de uma unificação mais completa (*).

(*) A República Soviética socialista da Moldavia, situada à margem esquerda do Rio Dniester, que a separa da Bessarabia,

As Republicas da Russia Branca e Transcaucasica

Não precisamos entrar em detalhes a respeito da Republica Sovietica Socialista da Russia Branca (capital Minsk) na parte ocidental da URSS e limitando com a Letonia, a Lituania e a Polonia (*); ou a respeito da Federação de Republicas Sovieticas Socialistas Transcaucasicas, cuja capital é Tiflis, com suas três Republicas federadas, comprimindo-se entre o Mar Negro e o Caspio e limitando, pela parte sul, com a Turquia (**). Ambas têm governos organizados segundo o modelo comum, com

tornou-se República autonoma, ligada à Ucraina, em 12 de outubro de 1924. Essa comunidade exclusivamente agricola (capital Balta), com uma população de 600.000 habitantes sobre uma área de apenas 8.283 quilometros quadrados, poderá talvez ser considerada como a corporificação do protesto da URSS contra o gesto da Rumania, arrebatando-lhe a Bessarabia, que, segundo se espera, ha de um dia ligar-se à Moldavia, constituindo o que todos consideram uma comunidade única. Com esse objetivo, a República da Moldavia mantém um *sovnarkom* de Commissarios do Povo mas, sob muitos aspectos, é tratada como se fosse apenas uma *oblast* da Ucraina.

(*) A República Soviética Socialista da Russia Branca tem uma área de 126.790 quilometros quadrados (três vezes a da Suíça) com uma população que excede ligeiramente os cinco milhões, quatro quintos da mesma falando um dialeto russo-branco e contando com 10% de judeus. Sua Constituição é quase identica à da RSFSR com que estão coordenadas suas atividades.

(**) As três Repúblicas constitutivas dessa federação são: o Azerbarjan (capital, Bakú), que se transformou em República soviética em abril de 1920; a Armenia (capital, Erivan), que fez o mesmo em dezembro de 1920; e a Georgia (capital Tiflis) na qual foi estabelecido o governo soviético, pelo exército bolshevista, em fevereiro de 1921. A 19 de março de 1922, esses tres governos, fortemente influenciados pelo Partido Comunista, concordaram em unir-se, numa Federação Transcaucásica, tendo em comum um Presidente, um Congresso de Soviets, um Comité Executivo Central de 485 membros e um *Sovnarkom* de Commissarios do Povo. Cada uma das Repúblicas federadas possui também um governo proprio, que administra os negocios locais, mantendo a sua autonomia cultural, especialmente o uso de sua lingua nativa nas escolas, côrtes de justiça e departamentos públicos. A população dessa federação excede hoje seis milhões de habitantes, localizados sobre uma área montanhosa, quatro vezes maior do que a Escocia.

comitês executivos centrais e *sovmarkoms*, que administram os negócios locais. Ambas conservam fortes sentimentos de autonomia local, baseados em motivos raciais, linguísticos e históricos (especialmente no caso da Georgia). De acordo com essas tendências, é-lhes permitido viver, sem que sejam perturbadas, desfrutando a autonomia cultural que tanto valorizam. Ambas estão desenvolvendo suas indústrias, continua e extensamente, graças ao auxílio que recebem da União, sendo a sua agricultura dirigida segundo o Plano Geral da URSS. Enquanto isso, o Partido Comunista, essencialmente unitário, exerce por toda a parte sua poderosa influência no sentido de promover uma política econômica comum e desenvolver nas mesmas o sentimento profundo de que são partes constitutivas de um todo maior.

Como se formou a União Soviética

Depois da derrota final dos Exércitos Brancos e da retirada dos últimos contingentes enviados contra a Rússia pelas potências estrangeiras, era chegada a hora para o estabelecimento de um governo sólido para todo o território outrora dominado pelo regime czarista (*). Os governos capitalistas não haviam cessado suas hostilidades, após a retirada de suas forças, pelo que se tornava perfeitamente clara a necessidade da mais perfeita união para a defesa comum. A influência do Partido Comunista, largamente espalhado por toda a parte, atuava poderosamente com esse objetivo. Assim foi que, já em dezembro de 1920, Lenine e Chicherine, representando a RSFSR, haviam acertado com Rakovskii, presidente do *sovmarkom* ucrai-

(*) Os chamados Estados Fronteiriços (Estonia, Letonia, Lituania, Finlândia e Polónia) não foram incluídos na RSFSR, por terem sido declarados independentes em 1918. Por outro lado, a Bessarábia foi arrebatada pela România e, posteriormente, uma faixa de terra considerável, na parte ocidental da Rússia, foi cedida à Polónia, ao terminar a guerra em 1921 (Tratado de Riga, 1921). A Ucrânia, a Rússia Branca, a Georgia, o Azerbarjan e a Armenia estiveram, entre 1918 e 1921, por várias vezes, no gozo de uma independência nominal, sob a dominação de exércitos estrangeiros e do banditismo local.

niano e seu Commissario para os Negocios Exteriores, um tratado de aliança em que estavam contidas as linhas gerais da futura Federação. A Conferencia Internacional, para a qual o governo de Moscou havia accito alegremente um convite, estava prestes a reunir-se em Genova. Dessa forma, foram apressadamente realizadas negociações entre a RSFSR, a Russia Branca, a Federação Transcaucasica e a Ucraina das quais resultou que a delegação da RSFSR foi reconhecida como a representante de todas essas Republicas na Conferencia Mundial, podendo aprovar as propostas apresentadas que envolvessem interesses comuns. Os assuntos debatidos na conferencia de Genova, entretanto, foram de pouca importancia para o Governo Sovietico. Mas Chicherine teve oportunidade de concluir com a Alemanha, ante a consternação geral dos demais diplomatas, o importante Tratado de Rapallo, no qual apareciam, pela primeira vez, aquelas quatro Republicas sovieticas. Esse fato foi seguido, após varios meses de negociações, pelo acordo entre os quatro governos, em dezembro de 1922, para constituição da União de Republicas Sovieticas Socialistas. Ao realizar-se o X Congresso Pan-Russô de Soviets, inaugurado a 23 de dezembro de 1922, em Moscou, Staline comunicou ao mesmo haver recebido dos congressos de Soviets da Ucraina, da Russia Branca e da Federação Transcaucasica, uma declaração em que eram ressaltadas a necessidade e a vantagem de ser criada uma União Federal. Uma delegação especial, representando as quatro Republicas, foi nomeada para redigir o tratado necessário, sobre as mesmas bases do acordo com a Ucraina realizado em 1920. O projeto já tinha sido preparado. Três dias depois a "Declaração de União" foi formulada. Adotada pelo I Congresso de Soviets da URSS, foi proclamada pelo Comité Executivo que fora eleito por esse mesmo Congresso. Agora, o que faltava, era apenas uma Constituição formal. O novo Comité Executivo Central da União (TSIK) que era, de fato, dominado pelos membros componentes do Comité Executivo Central da RSFSR, preparou um projeto, onde nada mais se fazia senão reproduzir, para a União, o esquema de governo da própria RSFSR. Nessa altura, o Partido Comunista interveiu pu-

blicamente, apresentando uma proposta de muito maior alcance político. O XII Congresso do Partido estava em sessão (abril de 1923). Assim, o seu Comité Central fez sentir ao *presidium* do Comité Executivo Central da União (TSIK), que o projeto devia ser modificado. A Constituição proposta, dizia o Partido, não fornecia às três Republicas menores a suficiente garantia de que a autonomia a ser-lhes concedida seria protegida contra o predomínio da RSFSR. Além disso, segundo assinava Stalin, ela não procurava colocar sobre uma base genuinamente federal as Republicas e *oblasts* autonomas, que vinham sendo estabelecidas, dentro das fronteiras da RSFSR, para que nelas se grupassem as principais nacionalidades. O contra-projeto do Partido Comunista corporificava um novo ideal: o do "Estado Internacional" em contraste frisanter com os "Estados Nacionais" em que a Europa havia sido intencionalmente dividida no decurso dos ultimos quatro seculos e atingira seu *climax*, mais recentemente, na Italia de Mussolini e na Alemanha de Hitler. O projeto do Partido Comunista, que deu em resultado a atual Constituição Federal da URSS, parece-nos tão novo em seu espirito e tão promissor de consequencias importantes, que aqui transcreveremos na integra suas proposições fundamentais. Era essencial, segundo o ponto de vista do Partido:

"a) Assegurar, ao estabelecerem-se os órgãos centrais do governo da União, a igualdade de direitos e deveres de todas as Republicas, tanto no que diz respeito às relações de umas com as outras, como em face à autoridade central da União.

"(b) Estabelecer, no sistema de órgãos supremos da União, a representação de todas as Republicas e regiões, segundo um principio de igualdade, possibilitando a representação de todas as nacionalidades que vivem nesses territorios.

"(c) Organizar os órgãos executivos da União dentro de tais principios que fiquem asseguradas a representação real, nos mesmos, dos delegados dessas Republicas e a satisfação efetiva de todas as necessidades dos povos da União.

"(d) Conceder a essas Republicas a suficiente liberdade no que se refere à elaboração de seus orçamentos de forma que

as mesmas possam exercer a sua iniciativa no terreno administrativo, económico e cultural.

“(c) Constituir os órgãos administrativos dessas Repúblicas e regiões, com elementos que provenham, principalmente, da população local, melhor conhecedora de seus costumes, língua, necessidades, etc.

“(f) Elaborar um conjunto de leis especiais que lhes assegure o direito de usar sua língua nativa em todos os órgãos e instituições a serviço das minorias nacionais, leis essas que permitam processar e punir com absoluta severidade revolucionária, todos os violadores dos direitos nacionais e, em particular, os direitos das minorias.

“(g) Promover uma campanha educativa no seio do Exército Vermelho no sentido de serem cultivadas, entre os seus elementos, as idéias de fraternidade e solidariedade para com os povos que constituem a União; adotar medidas praticas concernentes à organização de exercitos nacionais; e, ao mesmo tempo, estar vigilante para que a estrutura defensiva da União seja mantida em perfeitas condições (*).

Um comité especial, no qual a R.S.F.S.R. tinha, apenas, 14 representantes entre os 25 que o compunham, elaborou sobre essas bases uma nova Constituição, em que foi adotado o plano

(*) *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, pp. 281-282; *Fifteen Years of Soviet Construction, 1917-1932* (em russo), 1932, p. 63. A novidade e a importancia dessa nova concepção, que examinaremos novamente no fim deste capítulo, são admiravelmente estudadas na obra notavel de Macartney, *National States and National Minorities*, 1934. Na parte final deste capítulo descrevemos, com alguns detalhes, os passos dados na URSS para estabelecer, sob o Estado Internacional, uma completa igualdade economica, social e política no seio de uma população de mais de 170.000.000 de individuos, compreendendo cerca de 200 raças diferentes apresentando quase todos os graus de desenvolvimento cultural: eslavos e teutões, grupados em seitas cujas doutrinas variam desde o cristianismo ao paganismo; escandinavos de todas as especies, compreendendo finlandeses e esquimaus; mongóis em todos os graus de civilização; judeus, sírios e ciganos; turcos e armenios; tribus siberianas e da Asia Central, com as mais variadas características: budistas, bahaístas, *shiuhis* e *sunnis* do Islam, animistas e feiticeiros.

de Stalin propondo a criação de um "Soviet das Nacionalidades", com uma representação da R.S.F.S.R. não maior do que a de qualquer outra República, federada ou autônoma, bem como representantes singulares de todas as áreas autônomas existentes nos limites das Repúblicas federadas. Ao mesmo tempo, a autonomia de todas as Repúblicas federadas ficava salva-guardada por meio de frases apropriadas, introduzidas no lugar conveniente. Esse projeto substitutivo foi aprovado pelo Comité Central do Partido Comunista e, depois de aceito em três outras capitais, aprovado, também, em Moscou, pelo Comité Executivo Central da U.R.S.S. (T.S.I.K.), a 6 de julho de 1923, entrando em vigor imediatamente e sendo, por fim, ratificado pelo Segundo Congresso de Soviets da União, a 31 de janeiro de 1924.

A União Federal

Chegamos, finalmente, aos órgãos administrativos centrais do gigantesco Estado soviético. Mas não conseguimos reprimir o desejo de fazer uma observação: essa constelação de sete estrelas, conquanto muito brilhante e poderosa, não é nem nunca foi uma federação em que seus participantes se mantivessem em perfeito pé de igualdade. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi uma sociedade organizada em bases leoninas. O que aconteceu em 1922 foi que a R.S.F.S.S., com uma estudada ostentação de forma federativa e uma genuína concessão de autonomia cultural, anexou virtualmente os três fragmentos restantes da Rússia Tzarista, que haviam sido libertados pelas forças bolshevistas (apoiadas por uma larga proporção, senão pela maioria do povo) da opressão das forças estrangeiras e dos bandos de malfetores. Esses territórios foram, pois, como que conquistados. A eles, acrescentaram três comunidades situadas na Ásia sul-oriental, sobre um vasto território com escassa população, que passaram a constituir também Repúblicas federadas (*). Devemos sempre lembrar-nos que o principal fator

(*) Foram elas: o Uzbekistão RSS (antiga Bokhara, capital Samarkand); o Turkomenistão RSS (capital Ashkhabad) e o Tad-

dessa transação política, a própria R.S.F.S.R., domina hoje um território que se estende do Báltico ao Pacífico, sobre uma área doze vezes maior que as outras seis Repúblicas federadas em conjunto e vinte e três vezes maior do que a maior de todas elas. Tem ela uma população duas vezes maior do que a das outras seis e três vezes maior do que a maior das mesmas. Possuía, naquela ocasião, um exército (e uma força de polícia) que podia sufocar qualquer tentativa levada a efeito nesses territórios para organizar ou manter um governo hostil ao de Moscou. Acima de tudo, possuía, por intermédio do Partido Comunista, nesse tempo concentrado principalmente na R.S.F.S.R., uma força política eficiente, capaz de dominar todo o país. Se levarmos em conta quão preponderante eram essas influências, os sucessivos tratados de aliança e toda a ostentação federativa realizados poderão ser considerados como coisas sem a menor importância, senão simplesmente ilusórias. Examinaremos, agora, até que ponto seria justo esse modo de pensar.

O Congresso de Soviets da U.R.S.S.

O organismo supremo da hierarquia soviética é o Congresso de Soviets da União, constituído por delegados de todas as partes da U.R.S.S. Estes são especialmente eleitos pouco antes desses

zhikistão RSS (capital Stalinabad), todas confinando com a Persia e o Afganistão. As duas primeiras foram formalmente admitidas pelo Congresso de Soviets da URSS, em maio de 1925 e a terceira, em outubro de 1929. A superfície dessas três Repúblicas é de cerca de um milhão de quilômetros quadrados, maior que a da Alemanha, Austria, Holanda, Belgica e Dinamarca juntas. Seus habitantes, somando hoje mais de sete milhões, são quase todos maometanos, mas *sunnis* ao invés de *shiahs* como os persas. Apesar dessa diferença de religião, porém, temia-se talvez que fossem levadas a unir-se com a Persia ou com o Afganistão. Por isso, foram feitos grandes esforços para fortalecer sua lealdade à URSS, com a qual se encontram hoje ligadas por estrada de ferro, por vias fluviais, por linhas aéreas e telegráficas, ao mesmo tempo que sua agricultura, sua indústria e seu comércio foram muito desenvolvidos (Ver um ótimo estudo a respeito em *The National Policy of the Soviet Union*, por A. Rysakoff).

mesmos Congressos que hoje só se reúnem de três em três ou de quatro em quatro anos. Esses delegados haviam sido escolhidos, até aqui, não somente pelos congressos de Soviets de cada uma das sete Repúblicas federadas, mas também, à razão de um delegado por 125.000 habitantes, pelos congressos de Soviets das Repúblicas e áreas autônomas localizadas nos limites dessas sete Repúblicas federadas; e, ainda, pelos Soviets das cidades mais populosas e pelos grupos urbanos, à razão de um delegado por 25.000 eleitores. O número de delegados varia, sendo mais ou menos proporcional à população recenseada. No Congresso realizado em março de 1931 o seu total (inclusive 833 suplentes) atingiu a cifra de 2.403, cerca de três quartos dos quais eram membros do Partido Comunista ou candidatos a essa qualidade. No Congresso seguinte, realizado em 1935, compareceram 2.200 delegados com voto decisório, os quais, somados aos suplentes, totalizavam uns 3.000 representantes populares. Desses delegados, 74 % eram membros do Partido, candidatos ou *Comsomsols*. As mulheres faziam-se representar com cerca de um sexto. Mais da metade de todos eles ali compareciam pela primeira vez. Essa enorme assembléia, constituída de delegados, que representavam dezenas de raças e falavam várias línguas diferentes, reunia-se apenas durante uma semana e, depois disso, renunciava o seu mandato, não tendo tempo sequer para fixar os nomes uns dos outros. Não lhe era possível, pois, exercer uma verdadeira atividade parlamentar, resolvendo detalhadas questões administrativas. De fato, o Congresso foi descrito por alguém como uma espécie de "pique-nique bienal" em Moscou, destinado a proporcionar um passeio aos representantes do povo eleitos em todas as regiões da U.R.S.S. e que tem, por isso, todas as suas despesas pagas por um fundo especial (*).

(*) Durante a realização do Congresso, em Moscou, tive ocasião de observar os delegados vindos desses distantes territórios em que se desdobra a URSS, quando os mesmos se achavam reunidos no Grande Teatro onde se realizam as assembléias do Congresso até que fique pronto o Palácio dos Soviets. Delegados da Mongólia, do Tadjik, do Bashkir, do Uzbek, do Yakut e de várias outras nacionalidades, representando povos de quase todos os credos, ali

Mesmo que isso fôsse verdade, não implica numa prova de que o Congresso carece de importância política. Pelo contrário, suas reuniões periódicas constituem uma das mais úteis disposições da Constituição da U.R.S.S. Muito embora uma reunião tão numerosa e heterogênea não tenha grande eficiência como poder legislador e não seja mesmo apropriada para debates construtivos, o simples fato de sua realização é um poderoso fator de unidade. Não se deve subestimar o fato de conseguir-se reunir umas três mil personalidades, provindas de milhares de cidades e vilas espalhadas através de toda a U.R.S.S., para que se divirtam uma semana em Moscou, cidade que muitas jámais haviam visitado e para fazer-lhes sentir que sobre seus ombros repousa toda a responsabilidade do governo. Esses delegados ouvem atentamente os longos discursos dos seus líderes políticos. Finalmente, os delegados aprovam unânimemente as linhas gerais da política e da legislação que lhes são expostas. Fazem, porém, muito mais do que isso. Provavelmente, nenhum observador estrangeiro permanece ali durante todas as prolongadas e, por vezes, acaloradas discussões que, por muitos dias, transformam o pique-nique num penoso exercício. Mas, felizmente, é feito um apanhado taquigráfico dos discursos pronunciados. No V Congresso Geral da União, em 1929, falaram sobre o relatório apresentado pelo Governo nada menos de 90 delegados; sobre o relatório conjunto do Comissário do Povo para a Agricultura, do *Zernotrest* (Truste dos cereais) e dos *sovkhosi* (fazendas de criação de gado do Estado), percorreram 40 delegados; sobre o relatório a respeito da organização das fazendas coletivas (*kolkhosi*), 41 delegados. No VI Congresso, em 1931, tomaram parte na discussão sobre o relatório geral do Governo, 57 delegados; sobre o relatório referente à situação e desenvolvimento provável da indústria, 31 delegados; e sobre o que dizia respeito às tarefas essenciais da agricultura em relação ao conjunto da

estavam lado a lado, em respeitoso silêncio, enquanto era tocada a *Internacional*. Mais tarde, aprovaram um voto unânime de confiança no Comité Executivo Central". (*Moscou, 1911-1933, por Allan Monkhouse, 1934, p. 135*).

"economia do povo". 40 delegados. O simples fato de que a nenhum delegado é negada a palavra, mesmo que não tenha o direito de voto, empresta a essa assembléia representativa uma inegável importância política.

Projeto de Reforma Eleitoral

A grande sensação do VII Congresso de Soviets da União, em 1935, foi a proposta apresentada por V. M. Molotov, presidente do *Sornarkom* da U.R.S.S., falando em nome do Comité Central do Partido Comunista, proposta essa que pleiteava uma reforma completa do sistema eleitoral. Numa época, dizia-se, em que a democracia se tornava cada vez mais desmoralizada, nos países capitalistas, a democracia soviética evoluía no sentido do máximo aperfeiçoamento eleitoral. O Congresso era, pois, convidado a substituir, nas eleições, "a desigualdade do voto, pela sua igualdade; a votação indireta, pela direta; e o voto a descoberto, pelo voto secreto". Segundo foi explicado, o *kulak* havia sido esmagado e os *kolkhosí* estavam vitoriosos. Assim sendo, a base da representação da vila e da cidade (até então apresentando a diferença de um delegado para 125.000 habitantes e de um para 25.000 eleitores) podia, sem perigo, ser igualada. "Todos os órgãos governamentais, desde os Soviets de vila e de cidade, até o Comité Executivo Central da União", deviam ser constituídos por meio de eleição direta. O direito dos eleitores a cassarem o mandato de seus representantes era necessário manter-se. As organizações não pertencentes ao Partido podiam participar da escolha dos deputados. Todas as eleições deviam realizar-se por votação secreta. Com essas importantes reformas, a evolução da democracia soviética seria completada. Esse projeto foi entusiasticamente aprovado pelo Congresso, tendo todos os seus delegados feito grande manifestação de apoio a Molotov. O discurso inaugural feito por este foi irradiado por mais de 60 estações para todos os recantos da U.R.S.S.; sendo captado por uns dois milhões de aparelhos receptores domésticos e reproduzido por muitos milhares de alto-falantes instalados em fábricas e oficinas, bem como nas ruas e praças

de tôdas as cidades. Assim, deve ter sido escutado por vários milhões de cidadãos (*).

A proposta foi imediatamente enviada, pelo Congresso e por unanimidade, ao Comité Executivo Central (*T.S.I.K.*), com instruções para que uma Comissão Constitucional preparasse o projeto do Comité Executivo, de forma a poder entrar em execução nas próximas eleições "dos órgãos soviéticos". No dia seguinte, essa Comissão Constitucional estava nomeada, sendo composta de 31 membros, sob a chefia de Stalin, e incluindo os sete presidentes das Repúblicas federadas, além de Kaganovich, Molotov, Litvinov, Radék, Bukharin e ainda certo número de outros líderes do Partido, representando todos os matizes de opinião. Em sua primeira reunião, a 7. de julho, a Comissão nomeou onze sub-comités para o estudo separado de cada assunto e um décimo-segundo, o sub-comité de revisão, composto dos presidentes de todos os outros, sob a chefia de Stalin.

Temos conhecimento de que o novo sistema eleitoral está sendo, neste momento (1935), ativamente elaborado pelos sub-comités da Comissão Constitucional. Mas nada se sabe ainda dos meios pelos quais serão dominadas as dificuldades existentes. O processo de eleição para os Soviets urbanos e de vila, para o *rayon*, para a *oblast* e para os congressos de Soviets das Repúblicas, terá que ser igual ao da escolha para o Congresso de Soviets da União. Mas não parece haver a necessidade real de uma perfeita identidade de processos em tôdos êsses casos. Será pôsto à margem o processo característico das pequenas assembleias de eleitores? No caso de ser necessário eleger diretamente alguns milhares de delegados ao Congresso da União, através de

(*) Informações transmitidas pelo telégrafo acusavam "boa recepção", dizendo que havia grandes multidões ouvindo atentamente a irradiação, em todas as partes. Os "trabalhadores das fabricas e oficinas de Moscou do turno da manhã e que não possuíam aparelhos de radio-recepção em suas casas, permaneceram nos seus locais de trabalho até a tarde, afim de ouvir os relatórios transmitidos do Kremlin (*Moscow Daily News*, 30 de janeiro de 1935).

distritos singulares, com uma população aproximadamente igual, tendo um eleitorado de 40.000 a 50.000 eleitores, os distritos eleitorais da zona rural deverão cobrir grande superfície, o que acarretará certas dificuldades à votação e à contagem dos votos. Mas, em Omeeesnsland e na Austrália Ocidental, semelhantes dificuldades foram perfeitamente resolvidas. Na U.R.S.S., pode ser transferida do inverno para o verão. Mais difícil deve ser a adoção do voto secreto. Não será fácil estabelecer o melhor sistema a ser adotado, tendo em vista um eleitorado que, dentro em breve, deverá atingir a cifra de cem milhões de indivíduos, espalhados por uma tão vasta superfície. Se fôr usada a cédula individual, a quantidade de papel requerida será considerável; e se, como sucede agora, tôdas as eleições forem arduamente disputadas, a tarefa da contagem de votos absorverá as energias de todos os funcionários locais. O mundo político deve observar, com interesse, esta colossal experiência eleitoral. No que nos diz respeito, não acreditamos que as futuras eleições, sob o sistema do voto direto, igual e secreto, venham a ser substancialmente diferentes das que se realizam segundo o princípio do voto indireto. O resultado principal deverá ser uma nova demonstração do apoio geral da população da U.R.S.S. ao regime dominante, cujas recentes realizações no terreno econômico e político se têm tornado um fato insofismável. Igualmente chocante deverá ser a demonstração de que o atual Governo Soviético não teme a opinião dos camponeses, dispensando os poderes ditatoriais conferidos por lei a Mussolini e Hitler.

Os órgãos do Congresso

Entre as decisões costumeiras do Congresso, a principal é a eleição do Comité Executivo Central (*TSIK*), ao qual são confiados todos os poderes legislativos e executivos até a reunião do seguinte Congresso da União. Esse organismo executivo é curiosamente constituído de duas Câmaras, que passamos a descrever em seus detalhes: uma, denominada "União dos Soviets", compreendia 607 membros em 1935 (437, em 1931), sendo eleita pelo Congresso proporcionalmente à população recenseada, à

razão de mais ou menos um deputado por 300.000 habitantes; e a outra, denominada "Soviet das Nacionalidades", composta de 150 membros, cinco dos quais representam os congressos de Soviets de cada República federada ou autônoma, e um delegado eleito pelos congressos de cada área autônoma (*).

No que diz respeito à distribuição de poderes entre o governo federal e os governos das Repúblicas constitutivas da União, pode parecer, à primeira vista, não existir praticamente coisa alguma diferente do que, em geral, existe nos demais Estados federados (**). De fato, compete à autoridade federal: 1 — as eleições exteriores (representação, tratados, declaração de guerra e de paz, alteração das fronteiras externas); 2 — forças armadas; 3 — transportes, correios, telégrafos e rádio; 4 — moeda e sistemas de crédito, pesos, medidas e estatística; 5 — empréstimos internos ou externos; 6 — concessão da cidadania; 7 — anistia geral; e 8 — um tanto ambigualmente, o que se denomina o estabelecimento de bases e princípios fundamentais no que se refere a códigos, civil e criminal, côrtes de justiça, educação, saúde pública, proteção ao trabalho, uso de terras, águas, depósitos minerais e reservas florestais. O que, porém, constitui uma novidade indistigável é (9) a atribuição ao Governo Federal de tudo quanto se refere à exportação e importação, da ou para a U.R.S.S., tornando-se assim o comércio exterior um monopólio do Estado; e (10) "o estabelecimento

(*) Na prática, segundo nos foi dito, a escolha desses representantes das várias partes autônomas da federação é feita algumas vezes pelo grupo de delegados vindos de toda a URSS e que se encontram em Moscou para tomar parte no Congresso da União. Cada uma dessas delegações nomeia para o Congresso o membro a ela pertencente a quem desejam eleger para a "União dos Soviets" (cerca de um quarto ou de um terço da delegação enviada ao Congresso). O Congresso elege, sem resistência, os delegados indicados por cada uma das Repúblicas.

(**) Bastell chegou até a afirmar que "As categorias de poder... declaradas como sendo da competência exclusiva da autoridade federal... enquadram-se perfeitamente na secção 8 do Artigo 1.º da Constituição dos Estados Unidos (*Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 284).

dos fundamentos e do plano geral, de toda a economia do povo da União", o que significa a organização coletiva de toda a produção e distribuição de utilidades. Estas duas últimas atribuições do Governo Federal não foram conquistadas, porém, à custa das Repúblicas federadas, que jámais tiveram tais poderes. Representam a desapropriação dos grandes senhores de terras e dos capitalistas que deixaram de controlar os meios de produção e distribuição. Esses poderes do Governo Federal, ao lado do enorme desenvolvimento das indústrias, durante a última década, aumentaram, além de qualquer expectativa, o predomínio da U.R.S.S. sobre todas as Repúblicas associadas.

O Comité Executivo Central (TSIK)

Os grandes poderes do Governo Federal, tanto legislativos como executivos, são divididos entre as duas Câmaras do Comité Executivo Central (TSIK), auxiliado por várias comissões por ele nomeadas; e, por outro lado, com o *sovmarkom*, ou Conselho de Comissários do Povo, por ele também nomeado, mas que desfruta de uma autoridade administrativa excepcional, razão pela qual exige um estudo especial.

O Comité Executivo Central, denominado usualmente TSIK, constituído pela União de Soviets e pelos Soviets das Nacionalidades, que são duas Câmaras distintas, é um organismo permanente, que funciona no intervalo entre dois Congressos e só se reúne três ou quatro vezes por ano (*), principalmente para

(*) Verificou-se que, dos membros do TSIK em 1933, 18,4% eram operários manuais de empresas industriais. Aproximadamente 1 ou 2% não são membros do Partido Comunista. Todos os seus componentes usam um emblema de prata e gozam do privilégio de possuir um passe livre para todas as estradas de ferro da União. Recebem, além disso, uma quantia correspondente a todas as despesas que fazem para comparecer às assembléias de Moscou.

Um membro do TSIK não pode ser preso ou processado sem permissão do *presidium* do mesmo. E' lhes permitido assistir a qualquer assembléia de qualquer órgão de governo da URSS e podem

discutir e ratificar os decretos e decisões elaborados pelo seu próprio *presidium* ou enviados pelo Conselho de Comissários do Povo da U.R.S.S. (*sovnarkom*), que corresponde aproximadamente ao Gabinete de Ministros das democracias ocidentais.

Sua agenda, que pode ser alterada pelo próprio comitê, é organizada pelo seu *presidium*.

Uma das funções do Comité Executivo Central, aquela a que deve a sua forma bicameral, parece ter perdido um pouco de sua importância. O Soviet das Nacionalidades é um organismo político único, constituído sobre a base da representação numericamente igual, não somente das 9 Repúblicas federadas (a Federação Transcaucásica sendo contada como 3), cuja população varia de um a cem milhões de habitantes, mas também das numerosas "Repúblicas autônomas", atualmente situadas dentro dos limites dessas Repúblicas federadas; e ainda de outras "áreas autônomas" (*oblasts* ou *krais*) que elegem, cada uma, um representante. As duas Câmaras desse organismo governamental têm direitos iguais no que se refere à legislação. Cada uma delas deve, separadamente, aprovar todas as novas leis. Em caso de desacôrdo, a disputa é submetida a um Comité de Conciliação, formado de um número igual de membros de cada Câmara, sob a presidência de um dos membros do *TSIK*, escolhido entre os componentes de qualquer das Câmaras. A decisão desse Comité é submetida a ambas as Câmaras e se qualquer das duas se recusar a aceitá-la, é considerada como rejeitada. Qualquer das Câmaras pode, entretanto, recorrer para o Congresso da União, cuja decisão é definitiva.

Assim sendo, não é sem razão que as duas Câmaras se reúnem separadamente e que, ao realizarem sessões conjuntas, votem independentemente. Uma assembléia conjunta é realizada para a eleição do *presidium* do *TSIK*, talvez o mais influente de todos os organismos constitucionais.

visitar qualquer instituição. Mas é-lhes vedado dirigir qualquer assembléia em favor do *TSIK* ou falar em seu nome, sem que tenha, para isso, a permissão do mesmo.

Acreditamos, porém, que a organização do *TSIK* em duas Câmaras não teve jámais como finalidade impedir a tendência crescente à centralização da autoridade ou a indisfarçável predominância da área (R.S.F.S.R.) dentro da qual estão situadas Moscou e Leningrado. Ele foi concebido, segundo se diz, pelo próprio Stalin como parte de um plano por meio do qual a Ucraina, a Transcaucásia e a Rússia Branca foram atraídas à federação. Com as medidas liberais que deram em resultado o reconhecimento da "autonomia cultural" e, em grande parte, do princípio segundo o qual era confiado o govêrno de cada localidade aos elementos pertencentes à raça que na mesma habitava, não houve mais disputas por motivos raciais ou de limites. Embora se verifiquem diferenças opinativas entre seus membros e surjam, por vezes, sérias dissensões entre as duas Câmaras do *TSIK*, é sabido que o Soviet das Nacionalidades nunca votou de forma diferente da União dos Soviets. Dessa forma, as assembléias conjuntas das duas Câmaras, com que terminam tôdas as sessões do *TSIK*, e que se caracterizam por uma votação unânime, tornaram-se puramente convencionais.

Seria, entretanto, grave êrro considerar o Comité Executivo Central como um simples órgão de ratificação. Ele desempenha, evidentemente, importante papel na discussão da política geral, ora por meio de críticas à ação executiva do govêrno, ora elaborando e aprovando novas medidas necessárias para enfrentar circunstâncias emergentes. Seus membros trazem informações de todo o território da U.R.S.S., tanto sôbre as necessidades como sôbre as opiniões locais, que influem no espírito das mais altas autoridades necessariamente residentes em Moscou. Se dermos crédito à tagarelice corrente, foram as discussões realizadas no *TSIK* que, por mais de uma vez, determinaram a mudança de uma linha política. Além disso, o *TSIK* desempenha importante papel na administração por intermédio de várias comissões por ele nomeadas e que lhe apresentam diretamente seus relatórios. Assim é que ele dispõe de uma Comissão Orçamentária, que investiga as finanças de tôda a U.R.S.S. e uma Comissão Eleitoral, que zela pela regularidade de tôdas as várias e repetidas eleições através da União. Dispõe de uma comissão

permanente encarregada do arquivo central e uma outra de problemas relativos à organização administrativa. Conta com um Comité de pesquisas científicas; uma comissão central de educação técnica e também um comité encarregado da educação superior, todos êsses órgãos cuidando da organização e da distribuição geográfica de universidades e outras instituições, que escapam necessariamente à autoridade das várias Repúblicas federadas e áreas autônomas, às quais ficaram subordinadas as questões de educação, obedecendo ao princípio da "autonomia cultural". Funções até certo ponto semelhantes foram confiadas a comissões denominadas, respectivamente, Supremo Conselho de Cultura Física e Conselho de Economia Comunal da União. Finalmente, há a Suprema Côrte da U.R.S.S., a que está subordinado o Departamento da Procuradoria, cujos deveres, ao que parece, incluem um mais amplo contrôlê das atividades da própria G.P.U., sôbre a qual voltaremos a falar. O conjunto de todos êsses departamentos, dirigidos por membros do TSIK e imediatamente responsáveis perante o seu *plenum*, constitue uma das mais importantes peças de todo o maquinismo estatal.

O "*Presidium*" do TSIK.

O *Presidium* do TSIK, composto de 9 membros do *presidium* da União de Soviets, 9 do *presidium* do Soviet das Nacionalidades e 9 eleitos em sessão conjunta dessas duas Câmaras, é o representante permanente do próprio TSIK. Por êle são escolhidos sete presidentes, um de cada República federada, que dirigem, sucessivamente, as sessões tanto do TSIK como do seu *presidium*. Todos os projetos de lei criando novos impostos ou aumentando os antigos são inicialmente submetidos a êsse órgão. Tôdas as decisões, que impliquem em alteração ou abolição de disposições regulamentares relativas aos TSIK ou seus *presidiums*, em qualquer das Repúblicas federadas, serão inválidas uma vez que não tenham a aprovação do *Presidium* do TSIK da U.R.S.S.

A Maquinária Federal

As relações constitucionais entre os órgãos centrais da U.R.S.S. (tais como o Congresso de Soviets da União, o Comité Executivo Central (TSIK) e o *Sovnarkom* de Comissários do Povo), e os vários governos das Repúblicas federadas, são, sob muitos aspectos, únicas no mundo. Em face da Lei Fundamental, a "soberania" das sete Repúblicas federadas não é apenas reconhecida pela U.R.S.S., mas também protegida pelo poder federal. Segundo estabelece expressamente a Lei Fundamental da U.R.S.S. (6 de julho de 1923), essa soberania só pode ser restringida "dentro dos limites fixados por esta Constituição e somente no que diz respeito a assuntos atribuídos à competência da União. *Além desses limites, cada República da União exerce independentemente a sua autoridade soberana...* Todas as Repúblicas da União têm o direito de reparar-se da mesma... e, para a modificação ou limitação desta disposição, é indispensável a aprovação de todas as Repúblicas que constituem a U.R.S.S. (*).

Segundo esses princípios, cada uma das sete Repúblicas federadas tem o seu congresso de Soviets, o seu Comité Executivo Central e seu Conselho de Comissários do Povo, sendo este a "autoridade suprema" dentro dos limites de seus territórios. Não pode haver, porém, Comissários do Povo para os Negócios Exteriores, para a Defesa, para o Comércio com o Exterior da U.R.S.S., para a Marinha Mercante, para os Transportes Fluviais ou Ferroviários, para os Correios e Telégrafos, isso porque semelhantes assuntos são da exclusiva competência da União. O que não é comum, sendo único talvez nas velhas e novas Constituições, é a disposição estatutária, segundo a qual, o gabinete de ministros (*sovnarkom*) de todas as Repúblicas federadas é obrigado a admitir, como seus membros, os agentes

(*) Capítulo I da Lei Fundamental da RSFSR, introduzido na da URSS e aprovado a 6 de julho de 1932. Ver *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 308; e pp. 297-298 onde aparece uma interpretação evidentemente errada desse Estatuto.

oficiais, delegados ou "plenipotenciários" dos Comissariados do Povo da U.R.S.S. para cada um desses departamentos exclusivamente federais, tendo eles "voto decisório ou simplesmente consultivo", de acôrdo com o que fôr determinado pelo Comitê Executivo Central da respectiva República federada. Há também uma representação exatamente semelhante desses comissariados da U.R.S.S. junto ao *sovmarkom* de cada uma das 15 Repúblicas autônomas. Na maioria dos casos, de acôrdo com o que nos informaram, o voto desses "plenipotenciários" é apenas consultivo.

Assim é que, na grande República Soviética Socialista da Rússia (R.S.F.S.R.), que tem mais de cem milhões de habitantes, tinham assento no seu gabinete de 25 membros, em 1935, não menos de 9 desses funcionários da U.R.S.S. Entre os 23 membros do gabinete da Ucrânia havia também 9 desses funcionários federais. No da Rússia Branca, havia 9 sobre 23. No da Federação Transcaucásica, com um total de 17 membros, esses funcionários da União, em número de 9, constituíam, evidentemente, a maioria (*). A função específica desses funcionários do Governo Federal é, sem dúvida, evitar que nada seja feito ou iniciado pelas Repúblicas federadas ou autônomas que possa entrar em choque com a política da União. Mas a verdade é que, na sua qualidade de membros dos *sovmarkoms* locais, eles não se limitam a essas questões específicas, tomando parte ativa nas deliberações do gabinete. Torna-se claro que a simples presença deles, em tais proporções, no gabinete, mesmo que fôsse com caráter consultivo, exerce necessariamente influência constante no sentido da unidade política e de ação sobre todo o território da U.R.S.S.

Essa interpenetração de funcionários do governo vai mais além, aliás. Em várias cidades da U.R.S.S., especialmente nas

(*) Nas tres Repúblicas federadas menores a representação da URSS é igualmente forte. No *Sovmarkom* da República de Uzbek, constituído de 23 membros, têm assento 9 delegados dos comissarios federais. No do Turkmenistão, há também 9 sobre um total de 23. No do Tadjikistão, há 9 sobre 22. Nas quinze Repúblicas autônomas, essa proporção numérica é semelhante.

que se localizam sobre uma fronteira importante e onde existem agentes consulares estrangeiros ou ainda nas em que há grande número de estrangeiros em trânsito, em tôdas elas se encontra um funcionário residente, representando o Comissário do Povo para os Negócios Exteriores (*). Evidentemente, a função principal dêsse "agente diplomático" é vigiar as atividades dos cônsules estrangeiros e prevenir as questões que possam surgir em relação ao tratamento dispensado aos nacionais de outros países. É muito interessante notar, entretanto, que êsses agentes oficiais da União tornam-se membros dos mais altos conselhos administrativos das cidades em que residem, o que é considerado como coisa perfeitamente natural. Assim é que o residente em Leningrado faz parte do *presidium* do comitê executivo do Soviet dessa cidade; e o que, até 1934, residia em Kiev, era membro do órgão correspondente da grande cidade. Em ambos os casos, tomam parte ativa nos trabalhos dêsses órgãos exercendo, naturalmente, grande influência em tôdas as deliberações das autoridades locais (**).

Da mesma forma útil no sentido de assegurar a unidade política e de ação tem provado ser a prática do que se convencionou chamar "diretório entrelaçado". Assim é que os sete presidentes do Comitê Executivo Central da U.R.S.S., que são,

(*) Esses agentes diplomaticos estacionam em Leningrado, Vladivostock, Alexandrovsk (Sakalina), Alma Ata e Khabarovsk, na RSFSR; em Kharkov e Odessa, na Ucraina; em Bakú, Batum e Eriuan, na Federação Transcaucásica; em Kerki e Kouchka, no Turkmenistão; e em Termez, no Uzbekistão. A esses foram acrescentados ultimamente os de Arkhanglsk, Blagovestchensk, Chita, Okla (Sakalina), Kamchatka e Verkhneindinsk.

(**) Existe ainda uma interpretação a ser mencionada. Nos órgãos executivos das *oblasts*, na RSFSR e na Ucraina, quer no *ispolkom* da *oblast* propriamente dita, quer no *sovmarkom* das Repúblicas autônomas, têm assento os representantes dos Comissários do Povo, da URSS, para os Transportes Terrestres (ferrovias) e para os Correios e Telegrafos. (Ver *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, p. 106). Funcionários igualmente importantes desses e de outros departamentos federais fazem parte de influentes Soviets municipais como o de Moscou e o de Leningrado, seja por eleição direta, na sua qualidade de cidadãos, seja por escolha do próprio *presidium*.

em geral, os mais influentes dos 27 membros do seu *presidium*, eram, em 1932, todos êles simultâneamente: ou presidentes dos Conselhos Executivos Centrais das várias Repúblicas federadas, ou dos *Sovnarkoms* de Comissários do Povo. Entre os restantes 20 membros dêsse todo-poderoso *presidium* central havia, na mesma data, seis Comissários do Povo das Repúblicas federadas. Dessa forma, nenhuma delas deixava de ter um influente representante no seio do mais importante órgão federal, sôbre cujo número total dispunham da metade. Esta situação permanece substancialmente a mesma, em 1935.

Existe ainda uma outra variedade dessa interpenetração de órgãos governamentais. De acôrdo com a Constituição aprovada, os vários departamentos públicos são classificados como "unificados" e "não-unificados", sendo cada República federada responsável pela sua administração, em face da sua "capacidade soberana". Os departamentos unificados são os que administram os setores da finança e da indústria leve, bem como o do recentemente criado Commissariado do Povo para as Fazendas Coletivas (*kolkhosi*), que congregam os remanescentes do campesinato independente. Para êsses departamentos, os Comissários do Povo da U.R.S.S., regra geral, não montam escritórios próprios, sendo forçados, por lei, a se valerem do quadro de funcionários locais, que são, naturalmente, nomeados e dirigidos pelos Comissários do Povo das diferentes Repúblicas federadas e autônomas, sendo responsáveis perante êsses mesmos Comissários. Afim de tornar efetiva essa disposição estatutária e fazer com que não se verifiquem choques, o Govêrno Federal estabeleceu uma convenção com as várias Repúblicas federadas e autônomas, de acôrdo com a qual o chefe do departamento local em questão (que pode ser ou não um residente ou natural do local) é sempre escolhido após consultas particulares entre os dois governos, de forma que cada um dêstes fique seguro de que o novo funcionário será fiel no cumprimento de seu curioso dever duplo (*). Uma convenção semelhante, embora

(*) E', até certo ponto, interessante esclarecer que há duas versões opostas a respeito dessa convenção não publicada. Por um

não tornada pública, diz-se existir em relação à nomeação do próprio Comissário do Povo, nomeação que exige a aprovação particular do Comissário da U.R.S.S., pelo menos no caso das Finanças.

Restam ainda os departamentos "não-unificados" que são, muito significativamente, os que dizem respeito à "autonomia cultural", coisa que as "minorias nacionais" mais se empenham em conservar afastada do centralismo usurpador e unificador da administração federal. Assim é que, sobre os departamentos de educação (*), saúde e assistência social, os Comissários do Povo das diversas Repúblicas federadas e autônomas exercem.

lado, diz-se que, ocorrendo uma vaga, a escolha feita pelo governo local era submetida à aprovação de Moscou. Por outro lado, diz-se que a escolha é feita pelo governo da União, que a submete à aprovação do governo local. Diz-se também que essas negociações não costumam ser realizadas sob sigilo absoluto.

(*) No que se refere à educação, conforme já foi mencionado, existe presentemente uma comissão encarregada das universidades e institutos técnicos superiores; outra de educação técnica em geral e uma terceira de pesquisas científicas, todas três nomeadas pelo Comité Executivo Central (TSIK) da URSS, e responsáveis perante ele, afim de resolver questões relativas à locação de novas instituições que escapam à competência das autoridades locais. Dois Comissariados "não-unificados" das Repúblicas federadas e autônomas foram ultimamente suprimidos. O encarregado do Trabalho foi transferido para o Comité Central dos Sindicatos da União e sua hierarquia de Conselhos trabalhistas locais. As atividades fiscais da Inspetoria de Operários e Camponeses foi também transferida para a hierarquia sindical. Mas as atividades disciplinares daí resultantes foram entregues a uma nova Comissão de Controle, responsável perante o *sovnarkom*. Dois outros Comissariados "não-unificados" das Repúblicas autônomas e federadas ou foram suprimidos ou submetidos a um maior controle federal. Foram eles o de Agricultura que foi transformado em departamento "unificado", subordinado aos novos Comissariados da URSS para as Fazendas do Estado (*soukhosi*) e para as Fazendas Coletivas (*kolkhosi*) juntamente com os remanescentes do campesinato independente. As atribuições do Comissariado para os Negócios Interiores foram parcialmente transferidas para o Comissariado dos Negócios Interiores da URSS e também parcialmente subordinadas a ele como departamento unificado.

pelo menos em teoria, uma autoridade absoluta, sujeita apenas, segundo o caso, ao seu *sovmarkom*, ao seu Comité Executivo ou, ainda, ao seu Congresso de Soviets. Tôdas elas, porém, devem levar em conta que o Governo Federal não pode ser embaraçado nas suas prerrogativas de formular os "princípios gerais" que regulam êsses assuntos, bem como de determinar a forma geral da organização econômica. A União não pode também ser perturbada nas suas atribuições legais de dirigir tôdas as indústrias nacionalizadas e o comércio exterior, as finanças, o lançamento de impostos, os transportes terrestres e fluviais.

É necessário acrescentar que, conquanto o Governo Federal, como já vimos, seja poderosamente representado no *sovmarkom* de tôdas as Repúblicas Federadas e autônomas, bem como em todos os departamentos "unificados" e em muitas de suas grandes cidades, os governos das Repúblicas federadas e autônomas não gozam, em face da Constituição, do privilégio recíproco de se fazerem representar formalmente, seja em Moscou, seja nas capitais das outras Repúblicas federadas. Tôdas as Repúblicas constitutivas precisam, de fato, manter escritórios próprios em Moscou, nos quais residem alguns funcionários seus, devido à necessidade de fazer inquéritos e relatórios a respeito de um setor qualquer da administração federal (*). Êsses agentes, no entanto, não têm funções definidas em face da Constituição e, ao que parece, não existem noutras capitais além de Moscou (**).

(*) Seus nomes estão inscritos no órgão oficial *Annuaire Diplomatique*, publicado em francês pelo Commissariado dos Negocios Estrangeiros (*Narkomindel*) da URSS. As 12 Repúblicas autônomas existentes no território da RSFSR devem ser igualmente representadas em Moscou, mas isso não é mencionado no *Annuaire*.

(**) Os autores, ao que parece, fazem aqui tremenda confusão. Pois já não foi exaustivamente explicada a maneira pela qual se constituem os órgãos do poder federal? O governo da União não é formado pelas mais representativas personalidades indiretamente eleitas pelas Repúblicas federadas? Como, pois, dizer-se que essas Repúblicas não são representadas no governo central da União? Salvo melhor juízo, caso houvesse representação formal dessas Repúblicas em Moscou e nas capitais umas das outras deixaria, então, de haver uma federação: seriam todas elas Repúblicas independentes. (Nota do tradutor L: C. A.).

O Conselho de Comissários do Povo ("Sovnarkom")

A maior parte da mais elevada tarefa executada é confiada, na URSS, pelo Comitê Executivo Central (TSIK), ao Conselho de Comissários do Povo (*Sovnarkom*), que dirige a ação dos principais departamentos do governo de forma bem semelhante à do Gabinete de Ministros nas democracias parlamentares. "Qual deve ser a nossa denominação?" — foi o que, segundo se diz, perguntou Lenine a Trotsky (*) quando, em outubro de 1917, achando-se de posse do poder, precisavam distribuir as várias pastas do governo. A designação de "ministro" foi rejeitada devido à sua associação com a autocracia czarista e com o parlamentarismo. A expressão "comissário do povo" pareceu-lhes mais aceitável e, após ligeira discussão, foi adotada, a princípio, para a RSFSR e, depois, sucessivamente, por todas as Repúblicas federadas, inclusive as Repúblicas autônomas. A mesma designação foi adotada, em 1923, para a URSS. Não se faz necessário descrever as repetidas transformações por que passaram em seu número e funções esses comissários do povo. No que se refere à URSS existem hoje Comissariados do Povo para os seguintes departamentos:

- 1 — Relações Exteriores (NKID).
- 2 — Defesa (NKOBORONY).
- 3 — Comércio Exterior (NKVNESHTORG).
- 4 — Comunicações (ferrovias) (NKPS).
- 5 — Indústria Pesada (NKTYAZHPROM).
- 6 — Transportes Fluviais (NKWT).

(*) "Ministro, não; é uma designação repulsiva. Devemos adotar o nome de comissário" — sugeriu Trotsky — "mas a verdade é que há grande número de comissários atualmente. Talvez 'comissário geral'... Não. Geral são muito mal. E que tal 'comissário do povo'? Isto sim... Parece estar certo". "E o conjunto do governo será o Soviet de Comissários do Povo — continuou Lenine. Está esplendido. É revolucionário". Esta anedota circula sob várias versões. Ver *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 544. *Lenine*, por Trotsky, p. 132; *My Life*, pelo mesmo, 1930, pp. 337-338.

- 7 — Correios, Telégrafos e Rádio (NKSVYAZ).
- 8 — Indústria da Madeira e Florestas (NKLES).
- 9 — Indústria Leve (NKLEGPROM).
- 10 — Agricultura (NKZEM) — acrescido à organização federal, em 1932, especialmente para as fazendas coletivas (*kolkhosi*), como complemento aos Commissariados para a Agricultura das várias Repúblicas federadas e autônomas.
- 11 — Fazendas do Estado (NKSOVKHOSI).
- 12 — Indústria Alimentícia (NARKOMPISHCH).
- 13 — Comércio Interno (NARKOMVNUTORG).
- 14 — Finanças (NARKOMFIM).
- 15 — Negócios Interiores (NARKOMVNUTDEL) (*).

Existem ainda meia dúzia de outros departamentos governamentais de grande importância, que se fazem representar no *sovmarkom* muito embora seus chefes não usem a denominação de comissários do povo.

Há, para começar (16), o Departamento de Negócios Administrativos, cuja função é providenciar para que tôdas as decisões do *sovmarkom* sejam rápida e cuidadosamente executadas (**).

(*) A lista acima é resultado de varias modificações. Assim é que, até 26 de novembro de 1932, havia um Commissariado do Povo para o Comercio Exterior e Interior, quando um decreto dessa data o substituiu por um Commissariado do Povo para o Reabastecimento e outro para o Comercio Exterior. Em 1934, o primeiro foi desdobrado, criando-se o Commissariado do Povo para o Comercio Interno a cujo cargo passou todo o comercio em grosso e a retalho. Da mesma forma, as atribuições do Commissariado do Povo para os Transportes foi desdobrado, a 30 de janeiro de 1931, transferindo-se o transporte marítimo e fluvial e seus portos e enseadas, para o Commissariado dos Transportes por Agua. Mais tarde, no mesmo ano de 1931, nova administração central foi criada para cuidar dos transportes rodoviarios da URSS, auxiliada por administrações centrais semelhantes em todas as Republicas federadas.

(**) Fomos informados de que não existe atualmente um Diretor de Assuntos Administrativos. Mas o Bureau de Administração foi expressamente encarregado de assegurar "a exata e oportuna execução" das ordens do *sovmarkom* por todas as instituições e funcionarios a elas pertencentes. (Decreto de 17 de fevereiro de

Segue-se a importantíssima Comissão do Plano de Estado (*Gosplan*), com um presidente e seis vice-presidentes, sendo representada no *sovnarkom* pelo seu presidente.

Há, ainda, o Conselho de Trabalho e Defesa (STO), composto de um presidente, três vice-presidentes e seis outros membros; e a Comissão de Execução desse Conselho, composta de um presidente, um vice-presidente e três membros. Ambos esses departamentos são presentemente representados no *sovnarkom* pelo seu comum presidente (Molotov).

Havia também, em 1934, várias outras comissões, com funções especiais, tais como: o Comité de Produção do Estado e o Comité de Arbitramento do Estado, a Junta Central de Transportes Rodoviários e outra para a Frota Aérea Civil, o Comité de Concessões e a Junta de Contrôlê da Rota do Mar do Norte. Algumas dessas comissões eram apenas temporárias. Não se faziam representar no *Sovnarkom*, podendo seus presidentes ser convocados quando os assuntos, que lhes eram afetos, entravam em discussão.

Finalmente, mas nem por isso menos importante, havia, até 1934, a Administração Política da União (a *Ogpu* ou GPU), cujo presidente efetivo, com sua autoridade imensa e quase incontrolada, nos limites da vasta esfera de seu departamento, podia ser considerado como membro facultativo do *sovnarkom*, porquanto comparecia às assembléias desse órgão sempre que desejasse fazê-lo. Essa situação foi regularizada em julho de 1934 com a criação do Commissariado do Povo para os Negócios Interiores da União (*Narkomvnutdel*), tendo o seu comissário um lugar no *sovnarkom*. Sob a sua direção, foi colocado o contôle e a orientação da *Ogpu*, que passou a chamar-se Departamento Geral de Segurança do Estado, ao lado de outros cinco departamentos gerais.

1924, do *Sovnarkom*; *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, p. 605). Não sabemos se o *sovnarkom* teria adotado a nova prática do Gabinete Britânico, desde 1914, de registrar as minutas até das mais secretas decisões.

Mencionemos, por último, a criação, em fevereiro de 1934, a pedido do Partido Comunista, para substituir a Inspetoria de Operários e Camponeses, de um novo e poderoso órgão do *sovmarkom* da URSS denominado Comissão de Contrôlo Soviético, composta de seis experimentados e fiéis membros do Partido, nomeados pelo Comité Central do mesmo. Seu presidente deve ser sempre um dos vice-presidentes do próprio *sovmarkom*. Essa comissão de Contrôlo Soviético é especificamente encarregada de verificar se todos os decretos e diretivas importantes do Comité Executivo Central (TSIK), estão sendo convenientemente postos em execução através de toda a URSS (*). Para esse fim, dispõe ela de inspetores, contadores e outros agentes, que deverão residir permanentemente nas várias Repúblicas, *krais* e *oblasts* da União, não sendo subordinados a nenhuma autoridade local. Deve ela agir em íntima ligação com a Comissão de Contrôlo do Partido, nomeada pelo Partido Comunista e destinada a aplicar sanções disciplinares aos membros do Partido, deixando ao *sovmarkom* e aos vários Commissariados do Povo a liberdade de fazer o que fôr considerado necessário para remediar os defeitos e deficiências encontrados (**).

Esse numeroso conjunto de ministros de Estado constitue atualmente o Conselho de Commissários do Povo da União (*sovmarkom*), que pode ser considerado como a mais alta autoridade da URSS, correspondendo aproximadamente ao Gabinete dos governos do mundo ocidental, uma vez que suas funções não são exclusivamente executivas, podendo expedir decretos sujeitos a ratificação pelo Congresso. De fato: na URSS, grande proporção da constante corrente de novos decretos (caracteristicamente legislativos e normalmente sujeitos à ratificação do Congresso de Soviets da União) traz a assinatura de Molotov, na sua qualidade de presidente do *Sovmarkom* da URSS. Muitas vezes, ao lado dessa, encontra-se também a de Kalinine, presi-

(*) Seu objetivo básico é a "verificação sistematica, concreta e eficaz da execução das mais importantes decisões do governo por todos os órgãos economicos e sovieticos".

(**) Ver, a respeito desse decreto, a *Pravda* de 28 de fevereiro de 1934.

dente do Comité Executivo Central (TSIK) do Congresso de Soviets da União; e, desde 1930, com muito mais freqüência, ao lado da de Stalin, secretário geral do Partido Comunista.

Esse órgão do governo, o *Sovmarkom* da URSS, ou um ou outro de seus comités, realiza quase diáriamente uma sessão no Kremlin, isso durante o ano inteiro. Suas verdadeiras deliberações acham-se rodeadas de um segredo que excede mesmo o do Gabinete Britânico. Nem mesmo um resumo dessas sessões é publicado. Com exceção dos seus decretos ou diretivas, determinando qualquer medida, o *Sovmarkom* da URSS não emite comunicado para o público ou para a imprensa. A bisbilhotice política, que predomina e viceja nos círculos diplomáticos e entre os jornalistas estrangeiros de Moscou, não encontra o menor estímulo por parte dos funcionários soviéticos de tôdas as categorias. Muito embora os correspondentes estrangeiros recebam, de quando em vez, uma comunicação de um ou outro comissário, ou de alguém em seu nome, os jornais soviéticos estão rigorosamente proibidos de dar curso a conjecturas políticas e de mencionar qualquer boato a respeito do que o governo está discutindo ou pretendendo fazer. Os correspondentes estrangeiros foram solicitados a conformarem-se com essas medidas. Por outro lado, quase todos os departamentos publicam seu jornal semanal ou mensal, sempre cheios de informações sobre os trabalhos de cada departamento. Tôdas as fábricas possuem o seu "jornal mural", escrito pelos próprios operários, contendo informações sobre a vida interna das mesmas. Além disso, em nenhum país do mundo os estadistas se mantêm tão intimamente em contácto com o povo: os jornais de mais larga circulação publicam por extenso tôdas as resoluções tomadas pelo Comité Executivo Central (TSIK) ou pelo *sovmarkom*, reproduzindo todos os seus detalhes financeiros e técnicos. E ainda mais: os jornais estão constantemente repletos de informações exaustivas, transcrevendo, na íntegra, longos discursos dos ministros, em conferências e assembléias de toda a espécie, sobre as dificuldades encontradas nas inúmeras realizações do governo, sobre os novos projetos a serem realizados e sobre o desenvolvimento geral do Plano Quinquenal.

A respeito do modo pelo qual a organização ministerial funciona realmente há muito poucas informações (o que, aliás, se passa em todos os países). Não é possível descrever as relações freqüentemente mutáveis que existem entre o *sovnarkom* e seu presidente (Molotov); ou entre ele e seus outros membros; ou entre o *sovnarkom* e o *presídium* do Comité Executivo Central (TSIK); ou entre o mesmo e outros órgãos importantes como a Comissão de Trabalho e Defesa (STO), da qual fazem parte Stalin, um outro importante funcionário do Partido e mais oito comissários do povo; ou o trabalho secreto da Comissão do Plano Estatal (*Gosplan*); ou a situação da Comissão de Política da União (*Ogpu*) sob a sua nova forma de Commissariado do Povo para os Negócios Interiores, com um novo Comissário. Deve-se observar que, entre os Comissários do Povo ou entre os membros do *sovnarkom* da URSS, não se encontra o nome de Kalinine, que funciona como presidente da URSS e assim é geralmente denominado. É a ele que os embaixadores estrangeiros apresentam suas credenciais, sendo, por certo, um dos mais influentes presidentes do Congresso de Soviets da URSS e do seu Comité Central Executivo (TSIK) e também do *presídium* dêste. Não se encontra também o nome de Stalin, que é o secretário geral do Partido Comunista, mas não desempenha outra função a não ser a de membro da Comissão de Trabalho e Defesa (STO), composta de dez membros. Em 1935, entretanto, Stalin foi eleito membro do Comité Executivo Central (TSIK) e também do seu *presídium*, tornando-se, ao mesmo tempo, chefe da comissão especial de revisão do sistema eleitoral. Menzhinsky, que foi, até a sua morte em 1933, presidente da *Ogpu*, conquanto não fôsse membro do *sovnarkom* tinha o direito de comparecer às suas sessões (o que fazia raramente) sempre que desejasse. Stalin e Kalinine, provavelmente, gozaram do mesmo privilégio, exercendo-o com maior freqüência. A harmonia entre tôdas essas personagens e a unidade de ação entre os departamentos por elas controlados, são mantidas comumente. Isso não quer dizer, porém, que não tenha havido, de quando em vez, sérias e prolongadas controvérsias públicas sobre assuntos políticos, dando em resultado transferências de funções e drás-

ticas exclusões de elementos do Partido. Sejam quais forem as mudanças de pessoas que possam ocorrer, nenhum observador atento poderá duvidar, no entanto, da estabilidade do govêrno como um todo e da continuidade de sua política fundamental, ao lado de uma notável capacidade para súbitas modificações na forma e nos processos de sua aplicação, de acôrdo com as lições da experiência.

Não precisamos examinar em seus detalhes a organização de todos os departamentos governamentais dirigidos e controlados pelos seus comissários. Uma das feições características da Constituição Soviética era, até 1934, o fato de cada comissário do povo ter, por lei, ao lado de um ou mais assistentes, um *colegium* de varias pessoas experientes com quem devia discutir confidencialmente todos os casos e propostas importantes (*). Essa providencia tinha por fim assegurar-lhe a possibilidade de levar em conta todas as considerações relevantes, obter o maximo de informações uteis e ouvir os melhores conselhos. Esses auxiliares do ministro, ao que parece, não eram sempre escolhidos por ele proprio ou particularmente submetidos à sua aprovação, mas nomeados pelo *sovmarkom*, talvez deliberadamente, para impedir excessiva independencia de ação. Em face de notavel disposição legal contida no decreto que regulamentava as funções do *sovmarkom*, o *colegium* tinha "o direito de apelar" para o *sovmarkom* de qualquer decisão do comissario "sem, contudo, suspender a execução da mesma" (**). Não sabemos se esse direito formal de apelo era sempre exercido ou quantas vezes o foi. Os membros do *colegium* podiam comumente representar o comissario ou substituí-lo no caso de se ausentar ou estar incapacitado por molestia.

Em 1934, o Comité Central do Partido Comunista resolveu que os *colegia* deviam ser dispensados e, assim, foram os mes-

(*) O *colegium* do Comissariado do Povo para o Comercio Exterior contava com mais de vinte membros.

(**) Decreto de 12 de novembro de 1923, do Comité Executivo Central (TSIK); *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, pp. 599-604.

mos dissolvidos, um a um, por sucessivos decretos do Comité Executivo Central, que levou a efeito, ao mesmo tempo, uma reorganização dos referidos Commissariados.

A autoridade do *Sovnarkom* da União e dos seus commissarios do povo estende-se sobre todo o territorio da URSS. No que se refere aos denominados *narkomats* federais (ou, como nós diríamos, ministerios) encarregados de assuntos tais como Relações Exteriores, Defesa, Comercio Exterior, Transportes Terrestres, Transportes por Agua, Correios, Telegrafos e Radio (e atualmente: Industria Pesada, Florestas e Abastecimentos), o seu numeroso quadro de funcionarios espalhados por toda a URSS, bem como os que são mantidos nos paises estrangeiros, são todos nomeados e dirigidos pelos varios Commissariados do Povo da URSS, perante os quais são responsaveis, não sendo levados em conta os governos das Republicas em cujo territorio servem. Alem disso, conforme já vimos, esses Commissariados do Povo enviam um representante seu ou plenipotenciario a cada uma das Republicas federadas e autonomas, o qual tem o direito de tomar parte no *sovnarkom* local, na qualidade de seu membro, com voto "consultivo" ou "decisorio", de acordo com o resolvido pelo Comité Executivo Central de cada Republica. O delegado assim nomeado pelo Commissariado da União, fica normalmente investido da direção e controle do funcionalismo local pertencente ao *narkomat* federal. No caso dos "*narkomats* unificados", que são hoje apenas três (Comercio Interior, Agricultura e Finanças) o Commissariado do Povo da URSS não dispõe, com exceção das pessoas empregadas nas numerosas empresas "nacionalizadas", de um quadro de funcionarios exclusivamente seu em qualquer das Republicas federadas e autonomas, podendo enviá-los, entretanto, em viagem ou para nas mesmas residir temporariamente. Assim é que, para as suas tarefas executivas nas varias Republicas federadas e autonomas, inclusive a RSFSR, ele tem que se valer do "quadro unificado", que é nomeado e controlado pelo correspondente Commissariado do Povo de cada Republica, mas dos quais se exige o cumprimento de quaisquer instruções recebidas do Commissariado do Povo da URSS. Afim de fazer com que o maquinismo funcione con-

venientemente, foi feita uma convenção particular entre os dois governos e que já analisamos em outro local: o chefe de cada departamento "unificado" e, algumas vezes, o comissário local, devem ser escolhidos e nomeados pelos dois governos, de comum acordo, afim de que possam ambos ter confiança na sua lealdade.

Os *narkomats* não-unificados são os encarregados de assuntos que envolvem a "autonomia cultural" das Republicas federadas. Para esses assuntos, que, por muito tempo, compreendiam a Justiça, Polícia (exceto uma esporádica intervenção da Suprema Corte da URSS e da *Ogpu*), Educação (*) e Saúde Pública, não existe nem Commissariado do Povo nem funcionalismo da União. Cada Republica federada e autonoma tem os seus proprios, sujeitos apenas à supervisão e controle do *sov-narkom*, do Comité Executivo e do Congresso de Soviets dessas mesmas Republicas. Não nos devemos esquecer, entretanto, que o Congresso de Soviets da União e seu Comité Executivo Central (TSIK) — não se mencionando o Comité Central do Partido Comunista — exercem grande influencia sobre os órgãos nominalmente independentes das varias Republicas federadas, pelo menos no que se refere às "linhas gerais" e aos "principios basicos" da legislação e da administração.

(*) No que se refere a universidades, institutos tecnicos superiores e à organização de pesquisas científicas, que não tenham apenas uma significação local, foi julgado conveniente, conforme já mencionamos, fornecer ao Commissariado do Povo para a Educação, na Republica federada e autonoma, a assistencia de tres comissões federais nomeadas pelo TSIK.

A situação, no que se refere aos Negocios Interiores, foi modificada, em julho de 1934, com a criação do Commissariado do Povo para os Negocios Interiores da URSS (*Narkomvnutdel*), que tomou a si muitas funções anteriormente exercidas pelos Commissariados locais de Negocios Interiores. Estes Commissariados foram abolidos em janeiro de 1931, tendo suas funções, em cada Republica federada, passado, temporariamente, para o *sov-narkom* local uma parte, e, outra, para um "escritorio geral da autoridade comunal". Essas funções foram finalmente assumidas, a partir de julho de 1934, pelo novo Commissariado do Povo para os Negocios Interiores da URSS.

Seria conveniente acrescentar que o *sovnarkom* da URSS costuma nomear comitês permanentes constituídos por seus próprios membros, muitas vezes com o acréscimo de algumas outras pessoas. O número, como também as atividades desses comitês permanentes, tem variado, no decorrer do tempo. Alguns deles tiveram sua existência prolongada, ocupando-se de um assunto após outro, muito tempo depois de haver alcançado o objetivo a que era destinado. Comitês dessa espécie tiveram grande evidência durante o período de comunismo de guerra, entre 1918 e 1921, tendo sua importância declinado à proporção que o sistema de administração foi-se tornando mais estável (*).

O Conselho de Trabalho e Defesa

O mais antigo dos comitês permanentes do *Sovnarkom* da URSS é, hoje, o Conselho de Trabalho e Defesa (STO) (**),

(*) O mais importante de todos era o Supremo Conselho Econômico que, de 1918 a 1932 teve a seu cargo a maior parte da tarefa de reconstrução industrial. A ele voltaremos em nosso capítulo posterior *A Produção Planificada para o Consumo da Comunidade*.

(**) Ver o decreto de 21 de agosto de 1923 do *sovnarkom* a respeito do Conselho de Trabalho e Defesa (STO) em *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, pp. 620-622; também referências incidentais em *Soviet Russia*, por W. H. Chamberlin, 1930, páginas 135-136; *Moscow*, 1911-1933, por Allan Monkhouse, 1934, página 184; *The Organisation of Economic Life*, por W. H. Chamberlin, em *Soviet Economics*, editado pelo Dr. G. Dobbert, 1933, p. 27. A competência do STO é assim definida: a) — O estudo e a realização prática, através dos órgãos apropriados, dos planos econômicos e financeiros da URSS; b) — O estudo de problemas concernentes à defesa do país e à execução de medidas tendentes a melhorar as suas condições militares; c) — O estudo das condições de vários ramos da vida econômica do país (finanças, indústria, comércio e transportes), que tenham significação nacional e o estabelecimento das medidas necessárias para facilitar o seu desenvolvimento; d) A direção dos Comissariados do Povo da URSS encarregados da economia do Estado e da defesa da República; e e) —

constituído pelo decreto do *sovnarkom* de 21 de agosto de 1923, "afim de realizar os planos economicos e financeiros da URSS, adaptá-los às condições economicas e politicas existentes e dirigir os Commissariados da União na esfera das atividades economicas e da defesa". Foi ele posto, desde o inicio, sob a chefia permanente do presidente do *sovnarkom* em exercicio nessa época. E' ele, essencialmente, um comité-conjunto, constituído pelos Commissariados do Povo encarregados principalmente dos assuntos referentes à defesa nacional e à ordem economica. Atualmente, é composto de uma duzia de membros, especialmente nomeados pelo *sovnarkom* e incluindo os Commissariados do Povo para as Finanças, para as Ferrovias, para a Agricultura, para o Abastecimento, para a Industria Pesada e para a Defesa; o presidente da Comissão do Plano (*Gosplan*); o assistente principal do Commissariado para as Finanças, que é também presidente do banco do Estado, e, finalmente, Stalin, secretario geral do Partido Comunista.

As resoluções do STO entram imediatamente em execução, mas devem ser logo enviadas ao *sovnarkom*, que tem o direito de suspender ou anular qualquer delas. Além disso, todos os membros do STO, como também qualquer Commissario do Povo da URSS, tem o direito de apelar para o *sovnarkom* dentro do prazo de três dias, e o *sovnarkom* de qualquer Republica federada pode também apelar sem limite de tempo.

Todo aquele que estudar o funcionamento do Conselho de Trabalho e Defesa concluirá, por certo, que suas funções foram decrescendo de importancia em face do desenvolvimento de outros departamentos originados, às vezes, em seu próprio seio. O Departamento do Plano Estatal (*Gosplan*), por exemplo, que estudaremos cuidadosamente no capítulo denominado *A Produção Planificada para Consumo da Comunidade*, foi originalmente nomeado pelo STO e regularmente instituido pela lei

A direção de Conselhos economicos (conferencias) das Republicas da União, das comissões permanentes e comités subordinados ao STO e o estudo de seus relatorios (conforme o estabelecido no Código de Leis, 1932, n. 15, art. 85, parte 1). (Decreto de 21 de agosto de 1923.

de 23 de agosto de 1923, tendo-se transformado num departamento gigantesco e virtualmente independente, representado pelo seu presidente no *sovnarkom* bem como no Conselho do Trabalho e Defesa. Por meio dos planos, continuamente melhorados, por ele submetidos à ratificação do *sovnarkom*, do Comité Executivo Central e do Comité Central do Partido, ele traça o caminho a ser seguido, anualmente, em todos os setores economicos da URSS. O STO ainda continua a ser nomeado anualmente, mantendo a sua grande influencia. Mas seus deveres, atualmente, ao que parece, consistem na solução de varios problemas não compreendidos na órbita dos Commissariados do Povo: nomeação de comités para o estudo de assuntos especiais e de importancia economica; atuar, de quando em vez, como arbitro ou mediador entre projetos em competição ou entre opiniões divergentes (*). Entre os mais trabalhosos de seus varios departamentos parece estar o Bureau de Invenções (BRIZ), encarregado de examinar o numero extraordinariamente grande de invenções e sugestões, bem como processos para melhorar a produção industrial e a administração, que lhe são submetidos por trabalhadores e funcionarios. Naturalmente, esse trabalho exige tempo e o seu exame deve ser, por vezes, superficial. Daí resulta grande quantidade de queixas e recursos mais ou menos formais de que o Bureau de Invenções (BRIZ) não deixa de tomar conhecimento.

(*) Em 1932, por exemplo, ele elegeu um comité para estudar o armazenamento de produtos agricolas, comité que devia dirigir a campanha em favor da acumulação de provisões agricolas, tarefa pela qual eram antes responsaveis os Commissariados encarregados de assuntos economicos. (*Organisation of Economic Life*, por W. H. Chamberlin, em *Soviet Economics*, editado por G. Dobbert, 1933, p. 27). Outros comités permanentes do STO podem ser mencionados, tais como: o encarregado do desenvolvimento das áreas sub-tropicais existentes na URSS; o das provisões de produtos agricolas (armazenagem); o da industria *kustar* e dos *incops*; o da padronização; o de fundos de mercadorias e regulamentos de comercio; o de reservas alimenticias; o de resolver as dificuldades no trafego de mercadorias; o de resolver a escassez de gado; o de elevadores para cereais; e o de estudar a adoção do sistema metrico.

Os Commissariados

Seu conjunto constitue o *sovmarkom* que, por um lado, estabelece a ligação com o Comité Executivo Central e com o Congresso de Soviets da União; e, por outro, com os governos das Republicas federadas, bem como com as Republicas e areas autonomas. O volume e importancia de suas tarefas tem aumentado, como é natural, com o desenvolvimento do industrialismo e do coletivismo entre o campesinato e os trabalhadores industriais. A vida de um Commissariado do Povo da URSS é de continuo labor e aborrecimentos na luta para vencer as dificuldades com que se defrontam todos os departamentos governamentais. "Diz-se, em Moscou, com muita frequencia, que há poucos commissarios cuja saude não tenha sido abalada em consequencia do excesso de trabalho" (*).

Noutros paises, os ministros, na sua maior parte, dispõem de tempo para divertir-se, frequentando festas da alta sociedade ou descansando em suas casas de campo, fazendo esporte e, por vezes, viajando. Tanto quanto nos foi possivel observar, o trabalho dos commissarios do povo da URSS é mais arduo e menos bem pago do que o dos ministros noutra qualquer parte do mundo.

Isso resulta, ao que parece, do fato de que o governo da URSS empreende uma tarefa jamais tentada por qualquer outro governo. Em todos os outros paises, os seus governos, embora interessados nesta ou naquela reforma que, de quando em vez, se torne necessaria, estão certos de que a sua responsabilidade principal consiste em manter o *status quo*. Nenhum governo,

(*) *Os Capitães da Industria Soviética*, pelo professor Heinrich Poppelmann, em *Soviet Economics*, editado pelo Dr. G. Dobbert, 1933, p. 81. O professor germanico acrescenta: "conjugado às privações". Os Commissarios do Povo, tal como os outros membros do Partido, têm que viver com simplicidade e parcimonia. Mas duvidamos que sua saúde se tenha ressentido por qualquer coisa que se possa chamar de privação. Teria sido insensatez e imprudencia do governo da URSS não providenciar para que seus ministros fossem convenientemente alimentados, vestidos e alojados.

a não ser o da URSS, jamais resolveu empreender a reforma completa da vida social e económica de toda a comunidade, inclusive a saúde física, os hábitos pessoais, as ocupações e, sobretudo, as idéias de milhões de indivíduos em cujo nome ele atua; em poucas palavras: a organização de uma nova civilização.

Não se faz necessário importunar o leitor com a descrição dos varios Commissariados. Mas, afim de estabelecer a diferença entre eles e os ministerios da Europa ocidental, somos compelidos a comentar as peculiaridades de alguns dentre eles.

Os Commissariados encarregados da Produção e do Comercio

A maior diferença existente entre o *sovnarkom* da URSS e os gabinetes dos países capitalistas está na natureza dos negocios com que lida. Nos países capitalistas, a quase totalidade da produção e distribuição das utilidades é dirigida por particulares, com o objetivo da obtenção de lucro, e não por departamentos publicos, que visam atender diretamente às necessidades coletivas. Na União Soviética, por outro lado, praticamente, a totalidade da industria pesada e a maior parte da industria leve, assim como a quase totalidade dos transportes e do comercio exterior são dirigidos por departamentos publicos, na sua maior parte organizados, controlados e dirigidos pelo Governo Federal (*).

Em face disso, os membros do *sovnarkom* da URSS ficam sobrecarregados de um trabalho de extraordinaria magnitude e variedade, com o qual não se preocupam os gabinetes ministeriais dos países capitalistas. Os comissários do povo da URSS são responsaveis, em conjunto ou separadamente, não

(*) As empresas das varias associações particulares de produtores-proprietarios, dedicadas à industria e à agricultura, bem como as sociedades cooperativas de consumo, são descritas nos capitulos relativos a esses assuntos. A extensão em que prevalece, na URSS, a atividade privada e a esfera de ação permitida ao comercio livre e à livre competição, são descritas no capítulo *Em lugar do Lucro*, IX, parte II.

apenas pelas ferrovias e transportes por agua, pelos correios e telegrafos, pela moeda e pelos impostos num territorio imenso, com uma população muito espalhada, mas tambem pela direção de dezenas de milhares de estabelecimentos manufatureiros, cinco mil ou mais fazendas do Estado (*soukhosi*); mil ou mais minas de carvão, minerio de ferro, manganês, chumbo e outros metais; gigantescas distilarias de petroleo, fundições de aço, estações geradoras de eletricidade, um consideravel comercio exterior, uma crescente marinha mercante e outras coisas mais.

Para a maior parte desse trabalho, que o mundo capitalista consideraria uma tarefa administrativa, oito Commissarios do Povo, depois de muitas e sucessivas transformações, são hoje designados. A totalidade das exportações e importações, de ou para o exterior da URSS, de utilidades, sejam elas quais forem, é dirigida pelo Commissariado do Povo para o Comercio Exterior (*Narkomvneshtorg*) que possui comissões a ele subordinadas ou (de acordo com as leis dos paises em questão) sociedades anônimas e uma perfeita rede de agentes comerciais através de todo o mundo. Grande parte do serviço de produção e distribuição de alimentos à população da URSS esteve, durante varios anos, subordinada ao Commissariado do Povo para os Suprimentos Alimentares (*Narkomfishch*). Este, porem, foi substituído por dois Commissariados do Povo: um para a Industria de Alimentação, encarregado não somente dos cereais, mas de todos os outros alimentos (bem como bebidas alcoólicas e fumo) que precisam ser preparados ou enlatados; e outro para o Comercio Interno, encarregado da organização e controle da distribuição de todas as utilidades em grosso ou a retalho. Há tambem um Commissariado do Povo para as Fazendas do Estado (*soukhosi*), que são administradas como se fossem fabricas de cereais, de linho, de algodão, de beterraba, de gado ou laticínios. As dificuldades encontradas em obter boas colheitas, especialmente no Caucaso Norte e em certas partes da Ucrânia provocou, em 1932, a subordinação dos sete Commissariados do Povo para a Agricultura nas sete Republicas federadas, a um Commissariado do Povo da URSS para a Agricultura (incluindo os *kolkhosi*, bem como a fiscalização dos remanescentes do campesinato in-

dependente) afim de organizar e dirigir uma violenta campanha entre os camponeses incompetentes, negligentes ou recalcitrantes, de um extremo a outro da URSS. As indústrias "pesadas", que incluem a mineração de carvão, turfa, linhite, ferro, manganês, chumbo e outros minérios; a extração de óleo e a transformação de numerosos produtos do óleo; a fabricação de aço e ferro gusa; e a manufatura de maquinismos de toda a espécie, foram colocadas sob o novo *narkomat* da Indústria Pesada (NKTYAZHPROM). As indústrias "leves", principalmente empenhadas na fabricação de utilidades domésticas, estão agora submetidas ao novo *narkomat* para a Indústria Leve (*Legprom*). Outro novo *narkomat* para a Indústria Madeireira dirige a exploração das florestas (*les*) que, segundo se acredita, pode ser economicamente combinada, em diferentes estações, com o trabalho agrícola das fazendas coletivas (*kolkhosi*); e esse mesmo Commissariado deve dirigir a manufatura de papel e outros produtos da madeira, bem como inúmeros artigos de mobiliário.

De acordo com as diretivas desses oito Commissariados do Povo e da Comissão do Plano Estatal (*Gosplan*), todos os numerosos estabelecimentos industriais (não incluídas as sociedades cooperativas de consumo nem os *artels* organizados em cooperativas industriais) são agrupados sob a direção de juntas administrativas denominadas, às vezes, trustes e, outras vezes, combinados (*). Essas juntas ou comissões são nomea-

(*) Chegamos à conclusão de que o termo "truste" é hoje comumente empregado na URSS para designar o que, entre nós, se denomina uma organização "horizontal", em que as fábricas e outros estabelecimentos, que produzem utilidades semelhantes, são unidos num só bloco para fins administrativos (gerência e vendas). O termo "combinado" parece ser usado para designar o que denominamos uma organização "vertical" na qual são reunidos os estabelecimentos que produzem artigos complementares uns dos outros: as minas de carvão, por exemplo, podem unir-se, por um lado, com a indústria madeireira produtora de suportes de madeira e, por outro, com as fundições de ferro e aço bem como as fábricas de vagões.

Uma boa fonte de informação a esse respeito é a publicação do governo inglês *The organisation of Foreign Trade of the URSS*, por G. Paton, C.B.E., 1931. Ver também *Fifteen Years of the Fo-*

das, em cada caso, pelo Commissariado do Povo. O caso mais comum tem sido o de uma junta composta de um presidente, um secretario e de três a doze membros, todos dedicando seu tempo total de trabalho aos seus deveres, que consistem, ao mesmo tempo, nos de um diretor e de um gerente numa importante companhia industrial da Inglaterra. O objetivo dessa organização tem sido o de entrosar, entre os membros de cada truste ou combinado (segundo foi informado a um investigador americano, em 1932), "um diretor "vermelho" um diretor tecnico, um diretor industrial, um diretor comercial e um diretor geral. Todos, exceto o diretor "vermelho" deviam ter experiência industrial (*)" que os qualificasse para a fiscalização e direção dentro de suas varias atribuições. Mas a forma exata dos trustes, bem como o seu grupamento sob determinados Commissariados, são frequentemente modificados, à proporção que a experiencia vai indicando defeitos de organização ou exige maior eficiencia.

As empresas industriais da URSS são, em media, muito maiores do que as dos outros países (mesmo os Estados Unidos), muitas delas contando para mais de 20.000 empregados e, algumas, mais de 50.000 (aproximadamente comparavel à Im-

reign Trade Monopoly of the URSS, por A. P. Rosenholz, commissario do povo para o Comercio Exterior, Moscou, 1933, 30 pp.

(*) *Russia in Transition*, por Elisha M. Friedman, 1933, p. 240. Stalin pensava que as juntas administrativas se preocupavam demasiadamente com os detalhes burocráticos, expedindo ordens escritas que se chocavam umas com as outras. Num discurso, que fez, em junho de 1931, numa assembléia de líderes industriais, dizia ele: "E' necessario que nossos combinados substituam a administração coletiva (*colegium*) pela de um só individuo. A situação presentemente é que, no *colegium* de um combinado, ha dez ou quinze homens, todos expedindo ordens escritas e travando discussões. Se continuarmos a administrar dessa maneira, camarádas, nada faremos. Devemos pôr um ponto final nessa atividade burocrática e adotar os métodos de trabalho bolshevistas, essencialmente praticos. Ponhamos um chefe e alguns representantes seus à testa dos nossos combinados. E' quanto basta para a sua administração. Os membros restantes do *colegium* devem ser enviados para as fabricas e oficinas" (*Novas situações, novas tarefas*, do Josef Stalin, 1931, p. 20).

perial Chemical Industries Limited ou à United States Steel Corporation). Cada combinado reúne certo numero de empresas que produzem para outras do mesmo combinado. Cada truste dirige certo numero de fabricas manufatureiras da mesma especie de utilidades, quer as de uma determinada região, quer uma grande quantidade espalhada através de toda a URSS. Cada truste ou combinado nomeia para cada fabrica um gerente geral, mediante aprovação do Commissariado do Povo e dos varios sindicatos trabalhistas; e, muitas vezes, designa para a empresa os tecnicos necessarios, tanto russos como estrangeiros. O gerente geral, muitas vezes denominado diretor, depois de algumas consultas aos seus funcionarios principais e aos comités de recrutamento, nomeia todo o pessoal da fabrica e, juntamente com os chefes de departamento, dirige o seu funcionamento, inclusive a de cada uma de suas seções complementares tais como a de assistencia medica, a cantina e o restaurante, que fornecem as refeições de todos. E (por um decreto recente) dirige tambem as antigas cooperativas de consumo, ligadas à empresa, e que fornecem, hoje, para uso dos empregados, toda a sorte de produtos agricolas, vendendo-lhes tambem quase todas as outras utilidades a eles necessarias.

No capitulo subsequente, sobre *A produção planificada*, faremos uma análise detalhada de como funcionam todas essas empresas governamentais. Mas devemos observar, nestas alturas, que todo esse vasto conjunto de empreendimentos, bem como sua organização e direção por uma hierarquia de juntas e diretores, não se apresentam aos olhos do homem de negocios americano como coisa tão nova e impraticavel quanto parece ao economista e ao banqueiro ingleses. Pode-se compará-las à extraordinaria organização de cento e tantos gigantes tais como a United States Steel Corporation ou a Imperial Chemical Industries, Limited. E a sua subordinação a uma suprema diretoria coordenadora de meia duzia de "superhomens" é muito semelhante ao que acontece em relação aos potentados de Wall Street. A novidade da organização economica da URSS encontra-se nos objetivos que tem em vista e não nos seus metodos de trabalho. O propósito fundamental do *Sovnarkom* de Comissa-

rios do Povo é prover ao bem estar de toda a coletividade, elevando continuamente o seu padrão de vida, e não o de assegurar determinada percentagem de lucro a uma pequena minoria.

A Comissão do Plano Estatal ("Gosplan")

A organização, que acabou por transformar-se num dos mais importantes departamentos do Governo Soviético, a Comissão do Plano Estatal, é resultado da concepção que teve Lenine de um vasto plano de eletrificação compreendendo todo o território da URSS. Este passou a ser o programa do governo, após sua aprovação pelo VIII Congresso de Soviets da União, em dezembro de 1920. Uma comissão, nomeada em abril de 1921, foi transformada, por decreto de 22 de dezembro de 1922, em órgão permanente, sob a denominação de Comissão do Plano Estatal; e, por outro decreto de 21 de agosto de 1923, sua jurisdição foi estendida a toda a URSS. Aquilo a que se denominava modestamente "algarismo de controle" do *Gosplan* deu lugar, em 1927, ao Plano Quinquenal de Produção para a URSS, sendo formalmente aprovado pelo XV Congresso do Partido Comunista e pelo Comité Executivo Central (TSIK), em 1928.

O *Gosplan*, composto atualmente de um presidente e mais sete outros membros ou assistentes, possui um quadro de estatísticos e técnicos que vai a mais de mil especialistas. Em todas as Republicas federadas e autonomas, nas *oblasts* e nas cidades com mais de 20.000 habitantes, existem Comissões do Plano, subordinadas ao departamento central de Moscou. Deixamos a descrição dessa forma unica de administração para a Parte II deste livro.

O Commissariado do Povo para as Finanças

Não pode haver duvida quanto à posição predominante mantida pelo Commissariado das Finanças na economia soviética (*);

(*) Dada a amplitude das fontes tributarias e dos recursos

mas não é fácil definir a referida posição dentro das concepções predominantes no mundo ocidental. O comissário do povo para as Finanças tem poderes relativamente semelhantes ao do Chanceler do Tesouro Britânico ou do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Mas a sua esfera de ação difere nitidamente da de qualquer dos dois. O enorme orçamento relativo à receita e à despesa por ele apresentado aos seus colegas de gabinete, inclui grande parte de rendas que não estão sob o seu controle direto. Grande parte dos impostos são até lançados e arrecadados, não por autoridades a ele subordinadas, mas por funcionários pertencentes aos departamentos de finança das Repúblicas federadas. Mais ainda: ele deve submeter sua proposta orçamentaria à consideração do presidente do Departamento do Plano, antes de apresentá-la ao *sovnarkom*. Essas diferenças essenciais na estrutura financeira soviética exigem uma análise detida.

financeiros da URSS, há muito poucas informações a respeito da verdadeira organização desses departamentos soviéticos. Entre os mais acessíveis aos estudiosos ocidentais, o mais importante trabalho é o intitulado *Soviet Policy in Public Finance, 1917-1928* por G. Y. Sokolnikov e outros, editado por L. Hutchinson e Carl C. Plehn, 1931. O estudo mais completo e sistemático é o fornecido em *Das Stenersystem Sowjet Russlands*, 1926, e *Die Finanz und Steuerverfassung des URSS*, 1928, ambos por Paul Haensel, do qual foi publicado um resumo crítico pelo mesmo, em 1930, sob o título *The economic Policy of Soviet Russia*. Ver também os artigos sobre *Taxation in Soviet Russia*, *Financial Reform in Soviet Russia* e *The Financing of Industry in Soviet Russia*, por Margaret S. Miller, em *Slavonic Review* de 1925, 1927, 1930, 1931 e 1932; *Russian Economic Development Since the Revolution*, por Maurice Dobb, 1928; *Currency Problems and Policy of Soviet Union*, por L. N. Yurovsky, 1928; *Die russische Währungsreform des Jahres*, 1924, por H. J. Seraphim, Leipzig, 1925; *Russian Currency and Banking, 1914-24*, por S. S. Katzenellenbaum, 1925; *Russian Debts and Russian Reconstruction*, por Leo Pasvolosky e H. G. Moulton, 1924. Informações detalhadas quanto a finanças podem ser encontradas em *Soviet Year Book* para 1930 (a última publicação em inglês) pp. 380-446; e nos volumes correspondentes anualmente publicados em russo. Uma boa descrição (em alemão) pelo próprio comissário do povo para as Finanças (G. F. Grinko) pode ser encontrada em *Das Finanzprogramm des URSS für das vierte und letzte Jahr der ersten Piatilelka*, Moscou, 1932, 62 pp.

A primeira peculiaridade do orçamento da União Soviética é constituída pelo fato de que o mesmo não se limita aos serviços públicos da União: inclui, em aditamento a cada departamento da administração federal, os orçamentos completos de todos os departamentos das varias Republicas federadas e autonomas, os quais ficam, assim, incorporados ao da União. Em certo sentido, na verdade, ele compreende e abrange muito mais do que isso, porquanto, muito embora o orçamento de cada Republica federada e de cada Republica autonoma não incluia, separadamente, todas as verbas das receitas e despesas de cada autoridade subordinada (*), (desde as areas autonomas e as *oblasts*, passando pelo *rayon* e indo até ao proprio Soviet de vila) o orçamento de cada Republica federada depende, na sua maioria, das finanças de todas essas divisões administrativas a ela subordinadas. Todas elas possuem ampla autonomia nos seus gastos locais em materia de educação e saúde, estradas, pontes e agricultura, reservando para si mesmas a maior parte das suas arrecadações. Mas dependem, principalmente, dos auxilios financeiros que lhe são concedidos, das percentagens sobre os impostos arrecadados e das sobretaxas que podem lançar sobre os mesmos, em seu beneficio proprio. Seus orçamentos devem ser aprovados pela autoridade imediatamente superior, visando sempre o seu equilibrio. Este, porem, só é conseguido, em geral, por meio dos auxilios já referidos, percentagens e so-

(*) Pelos decretos de 21 de agosto, 10 de outubro e 10 de dezembro de 1921, tentou-se separar os orçamentos das autoridades locais do referente ao governo central, adotando-se o principio de "cobrir as despesas locais com os recursos tambem locais". Pelos decretos posteriores de 25 e 26 de maio, 17 e 31 de agosto e 16 de novembro de 1922, as obrigações financeiras das autoridades locais foram mais claramente definidas. A 12 de novembro de 1923, pelas chamadas *Disposições Transitorias*, modificadas pela lei 29 de outubro de 1924 e pela decisão de 25 de abril de 1926, ficaram sistematicamente organizadas tanto a sua receita como a sua despesa. Mas o objetivo visado, que era o de assegurar o equilibrio orçamentario, só pôde ser atingido por meio de auxilios financeiros maiores, percentagens sobre impostos arrecadados e sobretaxas, com o que a maior carga continuou a recair sobre o orçamento das Republicas.

bretaxas lançadas sobre a receita total de toda a Republica. pouco mais da metade das despesas totais da RSFSR, da Ucrânia e de outras Republicas federadas são devidas a essas subvenções concedidas às autoridades locais que lhes são subordinadas (*). Assim é que, sobre o Commissariado das Finanças da URSS recai a responsabilidade final de todas as despesas publicas.

Esta ordem de coisas afigura-se ainda mais original ao observador ocidental pelo fato de que a URSS não dispõe de um funcionalismo propriamente seu nas inumeras areas de todos os Selooviets, *rayons*, cidades, *oblasts* e Republicas cujas necessidades financeiras, em ultima analise, vão recair sobre o seu orçamento. As finanças são assunto preponderante tanto entre os que dizem respeito à administração puramente federal (tais como ferrovias e comercio exterior) como os submetidos à administração exclusivamente local (educação elementar e higiene local). Por isso, as finanças estão entregues, em cada Republica federada a um Commissariado "unificado" nomeado pelo Commissariado do Povo para as Finanças da Republica e responsavel perante ele. A este cabe, porem, cumprir as instruções do Commissariado do Povo para as Finanças da URSS em tudo quanto for do interesse desta. Afim de que esse objetivo fosse alcançado sem atritos, foi necessario estabelecer, conforme já vimos, uma convenção, de acordo com a qual o chefe de cada Commissariado unificado só deve ser nomeado após mutuo entendimento entre os dois commissarios do povo aos quais esse funcionario tem que servir com simultanea e especial fidelidade.

E' necessario esclarecer, no entanto, que o Commissariado do Povo para as Finanças da URSS depende das varias Republicas federadas apenas quanto a pequena parte de seus recursos. Além dos impostos, ele dispõe de grandes receitas provenientes dos serviços ferroviarios, correios e telegrafos, os quais são dirigidos pelos seus colegas no *sovnarkom*. Tem tambem à sua disposição as enormes rendas procedentes das minas e

(*) Ver as estatisticas de 1924-1925 e 1927-1928, em *Soviet Policy in Public Finance*, por G. Y. Sokolnikov, 1931, pp. 405-406.

campos de petróleo bem como das gigantescas empresas industriais e de comércio. Essas verbas, sobre as quais lhe é necessário apenas chegar a um acordo com seus colegas encarregados dos vários departamentos administrativos, representam quantias muitas vezes maiores do que as obtidas pelos impostos diretos, tanto os lançados pelo Governo Federal como pelos governos locais.

Uma vez organizado o orçamento geral da União, ao qual se incorporam os orçamentos separados das várias Republicas federadas (trabalho esse realizado pelo Departamento de Orçamento do Commissariado das Finanças da URSS) não é o Commissariado do Povo para as Finanças quem dá a ultima palavra, quer sobre as verbas da despesa, quer sobre os impostos a serem lançados. O projeto orçamentario deve ser primeiramente submetido ao *Gosplan* (Comissão do Plano Estatal), que o examina detidamente tendo em vista as perspectivas economicas do ano a seguir-se. Por exemplo: tudo quanto fôr necessario para o bom funcionamento das varias empresas estatais precisa ser calculado levando em conta as disponibilidades existentes. O custo das importações indispensaveis deve ser coberto por uma exportação correspondente, o que acarreta uma redução na quantidade de utilidades que, não fosse isso, seriam absorvidas pelo mercado interno. "Este assunto — afirma-se autorizada-mente — é a causa, todos os anos, de frequentes e acaloradas controversias entre o *Narkomfin* (Comissariado do Povo para as Finanças) e o *Gosplan*, na ocasião em que estão sendo fixados os algarismos (*). O *Gosplan* tem atribuições para insistir em quaisquer modificações do orçamento por ele julgadas indispensaveis. Por ultimo, o orçamento é apresentado ao *sov-narkom* da URSS, que decidirá sobre qualquer diferença de opinião entre os Commissariados das Finanças das varias Republicas federadas, ou entre qualquer delas e o Commissariado para as Finanças da URSS. Finalmente, o orçamento da URSS, juntamente com os das Republicas federadas, que nele se acham

(*) *Soviet Policy in Public Finance*, por G. Y. Sokolnikov e outros, 1931, p. 338.

incorporados, será ratificado e transformado em lei pelo Comité Executivo Central (TSIK) da URSS.

Apesar de toda essa dispersão de poderes através de numerosas autoridades, o Commissariado das Finanças da URSS tem conseguido, durante os ultimos dezoito anos, grandes progressos na contabilidade, fiscalização e controle financeiros. As verbas orçamentarias, uma vez aprovadas, não podem ser destacadas sem autorização expressa da autoridade competente. E o estorno das mesmas só pode ser feito em casos excepcionais e apenas pela mais alta autoridade. E' rigorosamente observado o principio de que as rendas provenientes das varias fontes devem ser pagas ao Tesouro da URSS, subordinado ao Commissariado das Finanças, sendo o Tesouro tambem encarregado de pagar todas as despesas, tanto da União com o das Republicas federadas. Até onde é possível, insiste-se para que todas as receitas publicas sejam pagas numa das numerosas agencias do Banco do Estado. Para fazer frente a todas essas atribuições, o Commissariado das Finanças tornou-se um vasto conjunto de departamentos a saber: (1) o de Orçamento; (2) o da Moeda; (3) o de Rendas do Estado; (4) o de Impostos; (5) o de Economia e Finanças; (6) o de Ajuste e Controle; (7) o de Finanças Locais; e (8) o de Administração Central. Em complemento, o Commissário dispõe ainda (9) da Caixa Econômica do Estado; (10) do departamento de seguros do Estado (*Goss-trakh*), que segura contra a morte, contra o fogo, contra o grão, contra pragas da lavoura e do gado e contra a perda de mercadorias em transitio; e (11) uma repartição destinada a emitir notas do Tesouro e moedas, com suas oficinas de impressão e cunhagem.

Pouco temos a dizer sobre o sistema tributario propriamente dito. Como é natural, o mesmo é baseado não no principio da "igualdade de sacrificios", nem da renda maxima, mas no da "construção do Estado socialista", criando-se dificuldades às remanescentes empresas que têm por objetivo a obtenção de lucros (uma vez que as mesmas são encaradas como criminosas); e taxando, como já recomendava Jeremy Bentham, as rendas e heranças relativamente consideraveis, ao mesmo tem-

po que a massa popular vai sendo aliviada de toda a sorte de impostos. As principais tributações diretas são hoje muito poucas. A principal é uma taxa sobre a produção de todas as empresas industriais de certa magnitude, as quais são hoje todas de propriedade coletiva; e uma taxa semelhante sobre todas as empresas agrícolas, de acordo com a sua importância. Em ambos os casos, essa tributação procura favorecer as organizações coletivas e as empresas que a política do Estado julga ser necessário encorajar, em detrimento dos remanescentes camponeses ou produtores individualistas. Ao lado desses recursos principais de que dispõe o governo para obtenção de sua receita, existe ainda o imposto sobre a renda (*) e sobre as heranças, aplicado de maneira drasticamente progressiva e visando o mesmo objetivo anterior. A tributação indireta, inclusive a sisa (principalmente sobre as bebidas alcoólicas e o fumo), imposto aduaneiro (muito pequeno) e sobre transações legais, tem sido constantemente modificada no sentido de sua simplificação e (com exceção do açúcar) sua concentração sobre artigos de luxo e sobre utilidades não muito necessárias à massa popular (**).

(*) As percentagens do imposto sobre a renda são extremamente complicadas, variando não apenas de acordo com a renda, mas também segundo a categoria do contribuinte. As taxas mais baixas são as lançadas sobre os operários e empregados assalariados, que vão desde 80 kopecks por mês, até (para aqueles que ganham mais de 500 rublos por mês) 3½ rublos por mês sobre o excedente de 500 rublos. As taxas para as pessoas da "primeira categoria", inclusive autores, artistas e inventores, vão desde 1% até (sobre o que exceder de 20.000 rublos mensais), 38%. Na segunda categoria estão os *kustars*, que não empregam trabalho assalariado, dentistas, detentores de patentes, etc. Estes pagam desde 2½ por cento até (sobre o que exceder de 24.000 rublos mensais), 50%. Na terceira categoria estão compreendidos os *kustar* não filiados às cooperativas e que empregam trabalho assalariado; comerciante a retalho; o clero e outros que obtenham renda sem trabalho. Nesse caso, as taxas vão desde 5% até (para o excesso sobre 24.000 rublos mensais) 87% (Regulamento de 17 de maio de 1934 (em russo) publicado no *Economic Life* de 24 de maio de 1934). As rendas elevadas, são, naturalmente, muito raras, embora os autores populares, dramaturgos e cantores ganhem quantias muito grandes.

(**) O plano geral de tributação pode ser assim resumido:

Um assunto em que o Commissariado do Povo para as Finanças está livre de qualquer interferência por parte dos governos das várias Republicas federadas é o que diz respeito ao importante dominio da circulação monetaria e dos negocios bancarios, dispondo de um departamento destinado à emissão de notas e cunhagem de moedas. Não precisamos descrever os esforços que foi necessario fazer para reabilitar o rublo, completamente desvalorizado pelas ilimitadas emissões de papel-moeda durante a guerra civil. Sob a eficiente direção de G. Y. Sokolnikov, nomeado commissario do povo para as Finanças em 1924, o rublo reabilitou-se através do *chervonetz*, tendo attingido uma estabilidade que é hoje proclamada como superior à do dolar e da libra. Fato notavel e original é a politica sovietica de segregar a sua circulação de qualquer contacto com a de outros paises. Em face da legislação vigente, nenhum rublo ou *kopeck* pode sair da URSS nem vir do exterior para ela. Tudo quanto é comprado no exterior é pago em *valuta* obtida por meio de um determinado volume de utilidades exportadas, com o que se consegue em *valuta* a quantia devida no mercado externo. Por essa forma, as flutuações verificadas na circulação

1) — Os poderes para arrecadação de todos os impostos são confiados por leis baixadas em decreto do Governo Federal. 2) — Certos impostos são uniformes através de todo o país, mas certas taxas antigas, enraizadas nos costumes locais, são mantidas. 3) — As Republicas federadas têm permissão para: a) reter em seu proveito uma certa parte e até mesmo a quase totalidade de certos impostos coletados nos limites de sua área (o que se denomina o "processo das deduções") e b) lançar impostos suplementares sobre os impostos federais (processo das adiões). 4) — Certo número de impostos locais têm permanecido, com certas modificações, nos orçamentos dessas Republicas ou de suas subdivisões administrativas. Há, finalmente, os "empréstimos de auxilio", concedidos pelo governo central e pelas Republicas para certos empreendimentos tais como escolas. Ha tambem os empréstimos às industrias para o desenvolvimento da economia nacional, os quais podem ser considerados como despesas extragovernamentais, uma vez que ha poucos exemplos de semelhantes empréstimos em outros paises". (*Soviet Policy in Public Finance*, por G. Y. Solkonikov e outros, 1931, pag. 394. (Nota dos editores americanos).

monetaria de outros países não provocam perturbações na URSS, cuja economia só pode sofrer as influencias decorrentes das variações nos preços mundiais do petroleo, da madeira, das peles, do manganês e do trigo, artigos esses exportados pela URSS. A queda catastrophica nos preços dos tecidos, porque a produção japonesa fosse de custo mais baixo, já porque se verificasse uma desvalorização do yen, foi fenomeno que não perturbou o Governo da URSS, uma vez que este só compra os tecidos japoneses na quantidade que julga conveniente.

Bancos e Caixas Economicas

O monopólio pelo governo de todo o aparelhamento bancario da URSS facilita seu perfeito controle sobre a circulação monetaria e o crédito. O Banco do Estado da URSS (*Gosbank*), com suas milhares de sucursais através do país, tornou-se hoje o unico Banco em que as empresas industriais do Estado podem fazer operações financeiras. O *Gosbank* é obrigado, hoje, a limitar o aceite de cheques a descoberto ou outras operações de crédito, não só à verba total consignada a cada empresa, pelo Plano Geral, como também às operações separadas, que devem ser realizadas em cada secção do ano. Todas as vendas feitas por determinada empresa devem ser pagas não em moeda mas pela transferencia, feita pelo comprador para a conta corrente do vendedor, de um credito correspondente à compra realizada. No mesmo instante em que o Banco nota qualquer diminuição de receita ou qualquer excesso nos gastos, em desacordo com verbas consignadas no Plano Geral, isso deve ser comunicado ao *souvnarkom* que toma nota do fato imediatamente. Os demais Bancos com permissão para operar na URSS estão reduzidos a quatro, todos eles visando objetivos especiais: conceder créditos a longo prazo a empresas industriais do Estado e para obras de eletrificação; conceder créditos para melhoramentos agricolas aos *sorkhosi* e *kolkhosi* e para fazer face a transações financeiras resultantes do commercio exterior.

A Caixa Economica do Estado, contando com mais de 20.000 filiais e podendo ainda recorrer à agencia do correio

local nas cidades onde não haja sucursais da mesma, está também submetida ao Commissariado do Povo para as Finanças. O numero de depositantes e a soma total levada ao seu crédito aumentam anualmente. A economia popular, que montava, em 1934, a mais de mil milhões de rublos, pertencentes a vinte e cinco milhões de depositantes, é estimulada pelo pagamento de 8% de juros e pela isenção total do imposto de renda sobre tais depositos, da taxa sobre heranças e despesas de selo. O ativo total da Caixa Economica está aplicado em empréstimos do Governo Federal (*).

Seguros

Um dos mais uteis departamentos do Commissariado das Finanças da URSS, muito pouco conhecido no estrangeiro, é o de seguros, que constituem um monopólio do Estado. Na zona rural, o seguro de edificios, contra o fogo, de plantações, contra as tempestades de granizo, do gado vacum e cavalar, contra a molestia; em todos esses casos tem sido obrigatorio. Nas cidades, o seguro de edificios e seus utensilios, bem como o de mercadorias em transito, é facultativo. O seguro de vida é também feito facultativamente.

Afim de tornar a segurança economica da vila o mais perfeita possivel, o sistema de seguro compulsorio foi reformado, tornando-se muito mais amplo, por um decreto do *sovmarkom*

(*) A estatística seguinte é muito interessante:

Anos	Número de filiais e sub-agencias	Quantias depositadas (em milhões de rublos)	Número de depositantes (em milhares)
1929	20.364	315.8	7.172.1
1931	35.184	494.4	13.671.7
1933	57.556	974.0	23.903.3
1934	48.573	1.192.6	25.120.0

da URSS, em julho de 1934 (*). Nele, estabelece-se o seguro obrigatório da propriedade: plantações e provisões, nas granjas coletivas, e os equipamentos de caça e pesca nas cooperativas de produção das vilas. Todos os edifícios, equipamentos, ferramentas, meios de transporte, produtos agrícolas para consumo ou venda, matérias primas e mercadorias armazenadas, tudo isso deve ser segurado contra o fogo, inundações, terremotos, furações, raios, etc. As estufas devem ser seguradas contra tempestades de granizo; as sementeiras, pomares e vinhedos, contra tempestades de granizo, aguaceiros e tempestades; certas culturas especiais, contra os insetos e outras pragas da lavoura; as plantações de linho e canhamo, contra as secas; o gado, desde que tenha de 6 meses para cima, contra o risco de morte; cavalos, camelos, burros, mulas e rangifers, de um ano para cima, e o gado de *pedigree*, de seis meses para cima, contra o risco de morte; carneiros, cabras e porcos, desde os 6 meses, contra o risco de morte; instrumentos de caça, barcos e equipamento de pesca, contra qualquer espécie de danos, em serviço ou fora dele. Os membros da granja coletiva, os agricultores isolados, operários, empregados, comerciantes, podem segurar suas propriedades individuais e oficinas contra o fogo, a inundação, o terremoto, etc., tal como se dá com a propriedade coletiva, bem como suas colheitas, plantações, pomares, vinhedos, provisões, etc. Todas essas formas de seguros extraordinariamente amplos estão em vigor por todo o país, podendo ser adotadas em distritos onde não se tenham verificado. As colheitas para fins industriais e outros, além das relacionadas, podem ser seguradas contra riscos de qualquer espécie, bastando para tanto um acordo entre os governos das Repúblicas federadas e o *Gosstrakh* (Agência de Seguros do Estado). E' possível também conseguir um seguro em melhores condições contra a deterioração da

(*) Esse decreto pode ser encontrado em *Economic Life* (em russo) em 20 de julho de 1934; e em *Russian Economic Notes*, ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos, agosto de 1934. Apesar do monopólio governamental, as cooperativas de consumo têm permissão para organizar fundos próprios destinados ao seguro de suas propriedades contra o fogo.

qualidade do fumo e da *makhorka*, em consequencia de uma tempestade de granizo.

As propriedades pertencentes a *kulaks* e a individuos classificados na categoria III do imposto de renda, bem como a outros privados do direito de voto, não podem ser seguradas.

O decreto discrimina detalhadamente as importancias a serem pagas pelos agricultores e granjas coletivas, por onde se nota uma redução media de 7% sobre as taxas vigorantes em 1934. Os rebanhos novos, entre 6 meses e 2 anos, segundo a especie, são segurados independentemente de premio, da mesma forma o são as areas semeadas alem do que foi estabelecido pelo Plano. Como estímulo à criação de gado e para que seja aumentada a quantidade de produtos animais, é feita uma redução de 20% nos premios relativos a animais de raça e às fazendas dedicadas à criação de reprodutores. As coletivas, que disponham de serviço eficiente de proteção contra o fogo e se tenham distinguido na criação de gado selecionado, gozam de uma redução de 25 a 50% nos premios, de acordo com o seu equipamento. É concedida tambem uma redução de 50% aos camponeses que resolvam fundar uma nova povoação. Reduções especiais da totalidade ou de parte dos premios são concedidas aos agricultores coletivos ou individuais nos distritos de raças nomades ou semi-nomades do Turkmênistão, do Tadzhi-kistão, da Republica de Kazak e de Kirghiz, da *oblast* Kalmyk e do Extremo Norte. Redução semelhante é feita para certas classes de granjas coletivas, na sua qualidade de "herois da União", aos servidores do país tais como velhos militares e às familias dos que tombaram na luta contra o *kulak* ou de trabalhadores mortos em serviço. As granjas coletivas e os agricultores individuais, que tenham sofrido prejuizos em distritos onde não haja o serviço de seguros, podem obter reduções parciais nos premios, de acordo com as circunstancias, mas nunca excedentes de 90% sobre os premios.

Infelizmente, não dispomos de estatisticas recentes quanto ao total das propriedades seguradas por essa forma, mas sabe-se que seu numero cresce firmemente. O seguro obrigatorio dos imoveis pertencentes a camponeses, que existia desde muito

sob os *zemstvos*, compreendia em 1928 para mais de vinte milhões de casas de 302 rublos em média. Na mesma época, sessenta milhões de hectares estavam segurados contra o granizo e trinta milhões de cabeças de gado cornífero bem como nove milhões de cavalos contra molestias. Cerca de 12% destes, pertencendo a camponeses muito pobres, foram segurados com isenção do premio. Mais ainda: enquanto que o seguro contra fogo, ~~seguro~~ pelos *zemstvos*, exigia em média um premio de 1.08%, em 1914, o do governo sovietico, entre 1927-1928, era apenas de 0.07%. A soma total desses seguros compulsorios montava, entre 1928-1929, a mais de 11.000 milhões de rublos, a receita produzida pelos premios a mais de 109 milhões de rublos e os pagamentos totais, por prejuizos, a 95 milhões de rublos.

As varias agencias para seguro voluntario desenvolveram-se mais do que as dedicadas ao seguro obrigatorio. Os premios pagos a instituções de seguro voluntario contra o fogo, em 1927-1928, montaram a 57 milhões de rublos e contra danos a mercadorias em transito, a 71½ milhões de rublos. Os seguros de vida desenvolvem-se mais lentamente. Em 1925 havia 145.900 pessoas seguradas, com um total de 97 milhões de rublos; em 1928, havia 385.000, com um total de 214 milhões de rublos (*).

(*) Outro ramo da economia popular, amplamente difundido na Europa occidental, as chamadas "casas de prego" ou "monte-de-socorro", não ocupam lugar de evidencia na União Soviética. Disseram-nos que essas casas de penhor, remanescentes ainda do tempo do Tzar, existem apenas em cerca de vinte e seis cidades, sendo mantidas exclusivamente pelo Soviet urbano. Estão, hoje, nominalmente, sob a fiscalização do Commissariado das Finanças da URSS, mas não são olhadas com simpatia. Essas casas de prego, baseadas no principio da obtenção de lucros, precisam realizar, periodicamente, o leilão de objetos não resgatados pelos seus proprietarios. Isso acarreta, inevitavelmente, a existencia de uma classe de traficantes, cuja atividade consiste em adquirir tais objetos e vendê-los adiante, com certo lucro, atividade que tem, na URSS, certo carater criminoso. Por essa razão, as "casas de prego" ainda existentes encontram certa dificuldade em vender os objetos não resgatados. Os seus leilões são realizados, às vezes, no interior das grandes fabricas, onde os trabalhadores adquirem esses objetos para o seu uso pessoal. Segundo soubemos, as autoridades soviéticas esperam que as "casas de prego" desapareçam por dois motivos: primeiramente, devido à concessão de empréstimos pelas So-

O Commissariado da Defesa

Um dos Commissariados da URSS que, ao mesmo tempo, é semelhante e diferente dos ministerios correspondentes do mundo ocidental, é o encarregado das Forças Armadas. O Commissariado do Povo para os Negocios do Exercito e da Marinha (cargo ocupado sucessivamente por Trotsky, de 1918-1923; por Frunze, de 1923-1926; e por Voroshilov de 1926 em diante) é o chefe, não de um *collegium* comum, mas de um Conselho Revolucionario de Guerra, composto de dez membros, nomeados pelo *sovmarkom* e escolhidos dentre oficiais experientes nos varios ramos do serviço militar. Em 1934, de acordo com a decisão geral adotada no sentido de abolir os *collegia*, esse Conselho Revolucionario de Guerra desapareceu e, ao mesmo tempo, (talvez como uma atitude destinada a pôr em evidencia a conclusão de varios pactos de não-agressão), o Commissariado passou a denominar-se Commissariado do Povo para a Defesa (*). O Conselho Revolucionario de Guerra foi substituído por um Conselho Militar simplesmente consultivo, composto de 80 membros, cujas assembléias são presididas pelo proprio Commissário do Povo. Nesse conselho, estão incluídos os principais comandantes dos varios departamentos das forças armadas, inclusive o do Exercito do Extremo Oriente, o das Forças Aereas e o presidente da grande organização voluntaria denominada *Osoaviakhim*.

ciedades de Auxilios Mutuos (ver pp. 882-884) e, em segundo lugar, em face das numerosas lojas mantidas pelas municipalidades e que se destinam à venda de certos objetos de pouca procura mediante uma comissão de 25%. O costume de "pôr no prego" as vestimentas de inverno, ao chegar a primavera, afim de protege-las contra o roubo e a traça durante os meses de verão, poderá desaparecer mediante um sistema de armazenagem comunal.

(*) Decreto do Comité Executivo Central da URSS (TSIK) de 20 de Junho de 1934, em seguimento ao decreto de 15 de março de 1934, da mesma autoridade, sobre a organização do governo e das industrias; e as resoluções do XVII Congresso do Partido Comunista. O *Moscow Daily News*, de 22 de junho de 1934, fez significativos comentarios a respeito dessa transformação.

O Commissariado da Defesa dispõe naturalmente, de vasta organização através de todo o país, por meio da qual são mantidos, treinados e educados os novecentos mil homens anualmente convocados para o serviço no Exército, na Marinha e na Força Aérea. Nada podemos afirmar quanto à eficiência dessas três forças, submetidas a uma administração unificada. Os soldados, que tivemos ocasião de ver nas ruas, viajando por trem ou por navio, em acampamentos ou quartéis, apresentavam todos bom aspecto, parecendo-nos bem alimentados, bem uniformizados, disciplinados e inteligentes. Certos especialistas em assuntos militares consideram essas forças como bem instruídas, bem armadas e altamente mecanizadas. Alguns chegam mesmo a afirmar que a URSS está, pelo menos, tão preparada para a guerra como qualquer outra nação (*). A sua Força Aérea, ao que parece, é formidável, tendo atingido alto grau de eficiência.

O Commissariado da Defesa compreende duas divisões principais: uma administrativa e outra mais propriamente técnica. Essas divisões subdividem-se, por sua vez, em meia dúzia de departamentos independentes, cada um deles dirigido por um chefe de competência comprovada através de um longo tempo de serviço. O Commissariado é representado, nas várias Repúblicas federadas e autônomas, por agentes de sua imediata confiança.

O Exército como Escola

Uma das características, em virtude das quais as forças militares da União Soviética nos parecem diferir bastante das da Europa ocidental (bem como das do Japão) — caracteris-

(*) E' muito curioso o fato de que certos criticos da URSS, depois de afirmarem que tanto o governo como os trabalhadores russos têm demonstrado a mais completa incompetencia e ineficiencia na produção industrial, continuem a dizer que o exército da União Soviética, altamente mecanizado e cientificamente equipado, dispondo de enormes quantidades de automoveis e aeroplanos, bem como canhões e munições de toda a especie, tudo isso de fabricação nacional, esse exército atingiu tão alto grau de eficiencia técnica que constitue uma ameaça para o resto do mundo!

tica, aliás, que tem grande importancia para a coletividade, — é o papel por elas desempenhado no desenvolvimento cultural de todo o povo sovietico (*). O Exército Vermelho — segundo se admite oficialmente — não é apenas uma escola militar: é também uma escola de cultura". "O Exército Vermelho — diz-se também — é essencialmente uma escola de cidadania". Nada é mais chocante para um comunista do que a concepção de um exercito treinado apenas como força militar, divorciado da massa popular. Por isso, todas as providencias têm sido tomadas no sentido de evitar o desenvolvimento, no seu seio, do sentimento de casta militar. Todos os seus componentes, desde o marechal até o ultimo soldado, não se consideram independentes da massa popular, nem superiores a qualquer outra pessoa que trabalhe na industria, na agricultura, na medicina ou na administração civil. Durante o periodo em que prestam serviço militar, tanto os officiaes como os soldados suspendem temporariamente suas atividades nos sindicatos e associações de classe; mas, na qualidade de cidadãos, tomam parte em todas as eleições, escolhendo seus proprios representantes nos Soviets, onde quer que se encontrem estacionados. Organizam suas sociedades cooperativas, elegendo seus proprios comités de administração e filiando-se ao *Centrosoyuz*, que é o vertice de toda a organização. São todos encorajados a manter correspondencia com seus parentes, que ficaram nas cidades e aldeias de onde vieram; e podem, mesmo, exercer as funções de correspondentes locais da imprensa sovietica. Assim sendo, eles não só conser-

(*) Além do abundante material existente em russo, pode-se encontrar informações sobre o Exército Vermelho no *Military Yearbook of the League of Nations*, 1932; no capítulo intitulado "The Army", no *The Great Offensive*, por Maurice Hindus, 1933, pp. 222-234; no capítulo I *The Redarmist*, no *Making Bolsheviks*, por S. N. Harper, 1931, pp. 132-152; em *Eastward from Paris*, por Edouard Herriot, 1934, pp. 228-234; e, como trabalho de critica mais antigo, *La revolution russe*, por Henri Rollin, Paris, 1931, vol. II, pp. 133, 343, etc. Ver também os panfletos anônimos publicados em Paris, intitulados *Le soldat de l'armée rouge*, 1929; e *L'Armée rouge e La Flotte rouge*, este último com um Prefacio de P. Vaillant-Couturier, 1932.

vam sua qualidade de cidadãos, enquanto prestam o serviço militar, como se tornam mesmo cidadãos mais influentes. O camponês que esteja servindo ao Exército pode comparecer e presidir uma audiência. São muitos os casos em que um "homem do Exército Vermelho" (a palavra *soldado* não é usada) tem tido oportunidade de intervir em favor de seu pai ou de sua família, sujeita a alguma pequena injustiça por parte de funcionarios locais.

O Exército Vermelho, tal como as demais forças continentais da Europa, é recrutado por meio do serviço obrigatorio. Não é permitida, porem, a incorporação às suas fileiras de filhos da antiga nobreza ou da burguesia, só podendo prestar serviço os descendentes de operarios e camponeses. Apenas cerca de um terço dos elementos capazes são incorporados ao Exército Vermelho (*). O tempo de serviço, no Exército, é de dois anos, na Força Aerea de três anos e, na Marinha, de cinco anos. A conscrição militar é muito popular na URSS. Isso é devido, em grande parte, aos processos de propaganda usados pelo departamento encarregado do serviço de recrutamento. Anualmente, antes da epoca da conscrição, um comandante (a palavra *oficial* não é usada) é enviado à vila, onde convoca uma assembleia dos jovens em idade militar. Explica-lhes, então, numa atmosfera de perfeita camaradagem, o papel do Exército Vermelho, as condições do serviço e as vantagens educacionais oferecidas aos recrutas. Os jovens são convidados então a fazer perguntas que são respondidas pelo comandante com a máxima clareza e dentro de um espirito absolutamente fraterno. Daí resulta que, em contraste frisante com o que se passava nos tempos do tsarismo, os sorteados para o serviço são

(*) Os restantes prestam serviços nas milicias territoriais, conservando seus empregos e sendo incorporados, de quando em vez, por um periodo de algumas semanas. No decurso de cinco anos eles prestam serviço, dessa maneira, durante um periodo de oito ou dez meses. Ao serem assim convocados, sua situação civil é garantida, recebendo eles dois terços de seus salarios. Até a idade de 24 anos pertencem todos à reserva de 1.^a classe; e dos 24 aos 40 anos passam para a reserva de 2.^a classe, sendo somente convocados em emergencias extraordinarias.

incorporados sem relutância de sua parte e sem lágrimas de suas famílias. Muitos rapazes, não sorteados, apresentam-se para o serviço voluntariamente. Consideram as condições de vida no exército superiores às de outros trabalhadores tais como camponeses, mineiros e operários em geral. Os comandantes, e mesmo aqueles a que se poderia chamar oficiais não-comissionados, tratam respeitosamente os homens do Exército Vermelho. Todas as praças se tratam como iguais. Tanto nos acampamentos, nos exercícios, como em manobras, observa-se uma estrita disciplina e certas formalidades. Mas, fora do serviço, todos se reúnem em perfeito pé de igualdade, sentam-se uns ao lado dos outros nas casas de diversão, viajam juntos, jogam e tomam parte em representações teatrais. Muitas vezes, as esposas dos comandantes representam ao lado de praças simples. Para os homens do Exército Vermelho, o seu comandante é apenas um companheiro que possui conhecimentos especializados e, quando em serviço, desempenha a função de chefe, tal como o gerente de uma fábrica o faz no campo industrial.

Um exército nessas condições não poderia, provavelmente, alcançar a necessária eficiência militar a menos que todos os seus homens possuíssem um alto grau de educação. Por isso mesmo, na União Soviética, a educação das praças bem como de seus comandantes merece cuidados especiais. Em todos os centros militares existem clubes, escolas, cursos de conferências, bibliotecas, teatros e cinemas. O número total de volumes com que contam hoje as bibliotecas das forças armadas anda por cerca de vinte milhões. Se, por acaso, é incorporado algum jovem analfabeto, imediatamente lhe ensinam a ler e escrever, tanto na sua língua vernacula como em russo. Todos são obrigados a fazer um curso educativo que dura por todo o seu tempo de serviço e no qual lhes são ensinadas não apenas a geografia e a história, mas também a economia política e “a gramática política” (naturalmente o marxismo), o que é feito por instrutores especializados e treinados no sentido de fazer exposições interessantes e simples. Todos os homens aprendem a cantar e, aqueles que o desejam, a tocar um instrumento qualquer. Há certo número de jornais especializados para as forças armadas,

com uma circulação global de 250.000 exemplares. Os jovens incorporados podem realizar também um intensivo treinamento no que diz respeito às suas atividades profissionais, visto como o moderno exercito soviético, altamente mecanizado, lhes oferece todas as possibilidades. Além disso, uma vez que sob o regime soviético não há interesses particulares, as forças armadas são continuamente convocadas para prestar auxílio não só aos camponeses de determinadas localidades, mas também a toda a espécie de trabalhos industriais em que se faz necessário um esforço complementar e ainda em serviços de engenharia tais como estradas, pontes, ferrovias, reparações de edifícios, restauração de comunicações telegráficas e conserto de máquinas de toda a sorte. Incidentalmente, é necessário dizer-se que uma considerável atenção é dispensada à divulgação, entre os recrutados, da doutrina marxista ortodoxa. Há sempre uma ou mais células do Partido em cada unidade militar ou quartel, bem como um ou mais grupos da Liga da Juventude (*Comsomols*), cujo numero global sobe a mais de 10.000 (*).

Todos os anos, cerca de meio milhão de homens do Exército Vermelho, tendo completado dois anos ou mais de treina-

(*) Essas células agem ativamente "coordenando a atividade de 120.000 comunistas (isto é, membros do Partido) existentes entre os 562.000 homens do Exército Vermelho, total esse que hoje deve atingir a cifra de cerca de 1.000.000. A Liga da Juventude Comunista possui uma representação maior: 150.000. Entre o pessoal dos comandos superiores e entre os "agentes políticos" do Exército Vermelho, essa percentagem é maior. Todos os anos, varias dezenas de milhares de novos membros do Partido são recrutados nas fileiras no Exército Vermelho (*Making Bolsheviks*, por S. N. Harper, 1931, p. 135). Em 1934 a proporção de membros do Partido chegou a ser de 60% (*Eastward from Paris*, por Edouard Herriot, 1934, p. 231). Esses algarismos, entretanto, referem-se mais à categoria de oficiais. Entre os comandantes de regimentos a proporção de membros do Partido atingiu, em 1935, a 72%; entre os comandantes de divisão, 90%; e entre os comandantes de corpos de Exército, 100%. Entre os soldados rasos a proporção era de 49,3%. (Discurso de Tukhachevski, Assistente do Comissário do Povo para a Defesa, no VII Congresso da União, *Moscow Daily News*, 2 de fevereiro de 1935).

mento, voltam a seus lares e reassumem suas ocupações civis. Como existem na URSS umas 600.000 cidades, vilas e povoados, isso quer dizer que, durante a última década, uma media de três ou quatro desses homens retornaram a cada vila ou povoado entre o Baltico e o Pacifico; e cerca de quarenta à arca de cada Selosoviet. Esses jovens, quase todos com 20 anos aproximadamente, altamente instruidos e tendo adquirido habitos que lhes despertam o espirito de ordem e eficiencia, tornam-se facilmente presidentes de muitos dos 70.000 Soviets urbanos; delegados a congressos e conferencias; gerentes de sociedades cooperativas e granjas coletivas; e, em muitos casos, lideres influentes da coletividade local. Dentro de mais uma década, seu numero, em cada vila, deverá ser o dobro. Não se deve, pois, subestimar a importancia dessa corrente continua de sangue novo, através das *steppes* e das florestas siberianas, fortalecendo a unidade nacional, estimulando os camponeses e impregnando a totalidade do povo com a ideologia comunista.

O Commissariado das Relações Exteriores

O Commissariado das Relações Exteriores (*Narkomindel*), sucessivamente dirigido por Trotsky (1917-1918), por Chicherin (1918-1930) e, desde 1930, por Litvinov (que por muito tempo foi assistente de Chicherin), tornou-se gradualmente um vasto departamento, cuidadosamente organizado, podendo rivalizar com o de qualquer outro governo estrangeiro no que se refere à sua capacidade para dirigir e manter as relações internacionais do país com as demais potencias (*). O Commissariado

(*) Em consequencia do reatamento gradual das relações diplomaticas com outros governos, tornou-se necessario uma análise sistematica da posição da URSS que era, afinal, uma ilha isolada dentro do oceano capitalista. Isso foi amplamente estudado em dois trabalhos (o primeiro deles traduzido para o alemão) a saber: *International Law in the Transition Period, as the Basis for the International Relations of the Soviet Union* (1929), por E. A. Koro-
vin, professor da Universidade de Moscou; e *The Law as to Ambassadors and Consuls in the Soviet Union* (1930), pelo professor A. Sabanin, chefe da seção juridica do *Narkomindel*. Ver *Le Ca-*

do Povo possui ainda dois assistentes, tendo sido suprimido, em 1934, o seu *collegium*. Ao lado dos departamentos comuns de protocolo, de arquivo, de imprensa, de correspondência diplomática e do serviço consular (instalado, em 1934, em oitenta e seis cidades estrangeiras), existe ainda um departamento jurídico e outro econômico, os quais têm demonstrado ser muito vantajosos. Relações permanentes são mantidas com centenas de agentes diplomáticos nas cidades principais da própria URSS. Em constante ligação com as trinta embaixadas e legações nos países estrangeiros (*), há cinco departamentos separados encarregados das relações com determinados governos. Três desses departamentos lidam com as nações do mundo ocidental: o primeiro compreendendo a Polónia, os países do Báltico e os Estados escandinavos; o segundo compreendendo a Alemanha, a Tchecoslováquia, a Áustria, a Hungria, a Rumania, a Bulgária, a Jugoslávia e a Grécia; e o terceiro compreendendo o Império Britânico, a França, a Itália, a Espanha, os Estados Unidos e a América do Sul. Os outros dois departamentos lidam com os países do mundo oriental: o primeiro compreendendo a Turquia, a Arábia, o Iêmen, a Pérsia e o Afeganistão; e o segundo compreendendo o Japão, a China e a Mongólia.

ractère et la situation internationale de l'Union des Soviets, pelo professor Otto Hoetzsch, 1932, pp. 46, 49 e 103; *Die völkerrechtliche Anerkennung Sowjetrusslands*, por Peter Kleist, Berlim, 1934; e *The Soviet Union and International Law*, por T. A. Taracourgio, Nova York, 1935. Desde 1927, existe um *Annuaire Diplomatique* publicado pelo Commissariado das Relações Exteriores (*Narkomindel*), em Moscou, que fornece grande quantidade de informações muito úteis aos círculos diplomáticos. Uma interessante descrição do *Narkomindel* é encontrada em *The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, pp. 120-121.

(*) É necessário acrescentar que a URSS é hoje (1935) reconhecida *de jure* por todos os governos da Europa (exceto pela Suíça, Holanda, Portugal e Jugoslávia) e por todos os da Ásia (exceto o Iraque e o Sião), bem como pelos Estados Unidos. Dentre os países das Américas Central e do Sul, apenas o Uruguai entrou até agora (1935) em relações formais com a URSS.

O Commissariado dos Negocios Interiores

Em 1934, foi criado um novo Commissariado para os Negocios Interiores (*Narkomvnutdel*), destinado principalmente a desempenhar as funções até então exercidas pela *Ogpu*, que havia sido sempre um departamento federal. Essa transformação vinha sendo longamente estudada. Já em janeiro de 1931, assim se queixava um exilado ucraniano: "Moscou suprimiu os Commissariados de Negocios Interiores em todas as Republicas da União, alegando que *nas circunstancias do momento, tendo em vista a reconstrução socialista da economia nacional, esses Commissariados se haviam tornado excrescencias superfluas no organismo sovietico*". As atribuições dos Commissariados dissolvidos foram parcialmente confiadas aos "escritorios de economia comunal", aos Comitês Executivos Centrais das Republicas federadas, aos seus Conselhos de Commissarios do Povo e aos Commissariados do Trabalho e da Justiça (*). Essa situação permaneceu inalterada até a morte de Meuzhinsky em abril de 1934, quando a *Ogpu* deixou de ter existencia independente. Por decreto de 11 de julho de 1934 o longamente esperado Commissariado para os Negocios Interiores (*Narkomvnutdel*) foi criado com as seguintes atribuições: "garantir a ordem revolucionaria e a segurança do Estado; proteger a propriedade socialista; fazer o registo de atos civis (nascimentos, mortes, casamentos, divorcios) e proteger as fronteiras". O novo Commissariado é constituído de seis departamentos principais a saber: Departamento Central de Segurança do Estado; Departamento Central da Milicia Operaria e Camponesa; Departamento Central de Fronteiras e Proteção Interna; Departamento Central dos Campos de Trabalho Corretivo e Colonias de Trabalho; Departamento de Atos Civis e Departamento dos Negocios Administrativos (**).

(*) *Ukrainia under Bolshevik Rule*, por Issac Mazepa, em *Slavonic Review*, janeiro, 1934, p. 341.

(**) No que se refere ao decreto de 10 de julho de 1934, ver o *Pravda* de 11 de julho de 1934 e *Russian Economic Notes*, do Departamento de Comercio dos Estados Unidos, 30 de agosto de 1934.

E' mui difficil, sem uma observação criteriosa de conto se portará o novo Commissariado, apreciar a extensão e a natureza da transformação constitucional que se está efetuando. Pode-se, entretanto, assinalar, desde já, uma crescente centralização da autoridade no terreno administrativo. As Republicas federadas, bem como as municipalidades e outras autoridades locais vão cedendo ao Commissariado do Povo da URSS o controle e administração das *milicias* (*), isto é, do que na Europa e nos Estados Unidos se denomina: força policial. A direção dessas *milicias* é agora dividida entre o Soviet urbano e a nova autoridade federal. O mesmo pode ser dito a respeito do que se refere ao registo de nascimentos, mortes, casamentos e divorcios, que passou a ser função do Commissariado dos Negocios Interiores da URSS, muito embora o Soviet local compartilhe do serviço.

A "Ogpu"

A absorção pelo novo Commissariado do Povo para os Negocios Interiores, das funções da *Ogpu* que, até então, era diretamente responsavel perante o Comité Executivo Central da URSS (TSIK), não constitue um caso de centralização maior. Podem ser obtidas vantagens administrativas pelo fato de serem atribuidas a departamentos independentes do referido commissariado, funções distintas tais como sejam: garantir a ordem revolucionaria e a segurança do Estado; controlar as forças de policia locais, as guardas de fronteira e os campos de trabalho correcional, bem como as colonias de trabalho, tudo isso submetido antes à administração secreta da *Ogpu*. Mas, ao que parece, a mudança principal verificada em consequencia da absorção da *Ogpu* pelo novo Commissariado, consiste na transferencia de suas funções judiciais, de acordo com as disposições

(*) Já em 1933 assim se procedia: a concessão de autorizações de residencia (denominadas passaportes), em Moscou e algumas outras cidades, constitua atribuição da *milicia* que, para esse fim, estava submetida à *Ogpu*.

legais, para o departamento competente daquele novo órgão, ao qual devem ser submetidos todos os casos pendentes de exame e julgamento. Os casos submetidos ao Departamento de Segurança do Estado (antiga *Ogpu*) devem ser enviados à Suprema Côrte da URSS; enquanto que os casos de alta traição e espionagem devem ser remetidos ao *collegium* militar da Suprema Côrte ou aos tribunais militares competentes. A prova de que se tem em vista uma transferencia de atribuições, em grande escala, encontra-se no fato de haver sido muito aumentado o quadro de funcionarios da Suprema Côrte da URSS, bem como os das Supremas Côrtes das Republicas federadas e autonomas, das Côrtes regionais e dos tribunais militares.

Por outro lado, parece não haver uma firme intenção de separar as ações propriamente judiciais das administrativas. Uma Comissão Especial deverá ser organizada (embora submetida ao Commissariado do Povo para os Negocios Interiores). à qual, de acordo com disposições legais definidas, será atribuido o direito de aplicar, administrativamente, penalidades (que, aparentemente, não se podem denominar de sentenças judiciais) tais como: banimento para certas localidades dentro do territorio da URSS ou exilio para fora de suas fronteiras; e detenção, nos campos de trabalho correccional, por um periodo não excedente de cinco anos. E' de temer que essas disposições legais acarretem criticas no sentido de que foi apenas o nome da *Ogpu* que foi mudado! Seria melhor, porem, aguardar os resultados da ação que se desenvolverá em consequencia do novo decreto.

A Suprema Côrte da URSS

Vamos agora examinar o que, sob certos aspectos, é um dos mais importantes órgãos do poder federal, isto é, a Suprema Côrte da URSS, bem como o poderoso departamento da Procuradoria. Esse exame acarretará um estudo completo do sistema legislativo e judiciario do regime soviético (para o que nos minguia a competencia) bem como da concepção soviética no que se refere às prisões para criminosos comuns, instituições não punitivas, mas exclusivamente reformatórias. Na Parte II deste

livro, voltaremos a examinar as atividades da *Ogpu*, devendo nos contentar, por enquanto, com uma ligeira descrição da estrutura judicial da União Soviética (*).

A administração da justiça, da mesma forma que a prevenção do crime e a manutenção das prisões, não constitui, de acordo com a legislação soviética, atribuição propriamente do Governo Federal. Há, por isso, em cada uma das nove Repúblicas federadas (inclusive as três que fazem parte da Federação Transcaucasica), um Commissariado do Povo para a Justiça, tendo sob a sua direção um sistema de Côrtes, policia e prisões; uma Procuradoria com um amplo quadro de funcionarios; e ainda um departamento, com essa ou outra denominação equivalente, em cada uma das Republicas e areas autonomas, grandes ou pequenas. Mas, dentre as autoridades nomeadas pelo Comité Central Executivo (TSIK) e perante ele responsaveis, está a Suprema Côrte, que tem jurisdição sobre todo o territorio da URSS. Essa Suprema Côrte "tem poderes para rever... os julgamentos das Supremas Côrtes das nove Republicas federa-

(*) Uma excelente descrição sumaria da mesma pode ser encontrada em *The Russian Legal System* por D. N. Pritt, K. C., em *Twelve Studies in Soviet Russia*, editado por M. I. Cole, 1933, pp. 145-176; ver também o artigo de Pritt, *The Spirit of a Soviet Court*, em *The New Clarion*, 24 de dezembro de 1932. Um outro estudo é encontrado em *Justice in Soviet Russia*, por Harold J. Laski, 1935, 40 pp. O mesmo assunto é tratado detalhadamente em *Soviet Administration of Criminal Law*, por Judah Zelitch, do tribunal de Filadelfia (Pennsylvania University Press, 1931, 418 pp.). As leis civis podem ser encontradas em *Les Codes de la Russie Soviétique*, por J. Patouillet e Raul Dufour, 3 vols., 1923-1928 (Biblioteca do Instituto de Direito Comparado de Lyon); ou em *Das Zivilrecht Sowjetrusslands*, por Heinrich Freund, Berlim, 1924, ou em *Das Recht Sowjetrusslands*, por N. Timashew, N. Alexejew e A. Sawadsky (Tubingen, 1925). Esses esplendidos codigos, ao que parece, não atraíram ainda a atenção dos legisladores britânicos, mas ouvimos alguns juristas do continente referirem-se a eles com grande admiração. Na URSS, não se faz distinção entre Côrtes civis e criminaes e muito pouca entre processo civil e criminal. Um interessante sumario da historia das leis russas anteriores à revolução é encontrado no vol. I de *Les Codes de la Russie Soviétique*, por J. Patouillet e Raoul Dufour (1923).

das; pode interferir e resolver disputas entre as Republicas federadas (o que até então não se tem verificado); pode exercer seus poderes em certos casos raros em que se achem envolvidas pessoas de alta posição politica ou que exerçam cargos de excepcional importancia; e pode ainda, por intermedio de seu departamento militar, exercer sua jurisdição sobre oficiais de alta patente, bem como tem o direito de cassação sobre as Côrtes militares. A Suprema Côte não tem, a rigor, outra função judicial. Mas o seu *plenum* (isto é, sua assembléia geral), composto do seu presidente; do deputado-presidente; dos três presidentes departamentais; quatro juizes comuns da Côte, escolhidos para esse fim; e os presidentes das Supremas Côrtes de cada uma das Republicas constituintes, pode regulamentar e interpretar a lei e a legislação, exercendo também certos poderes limitados quanto à revisão tanto dos atos e decretos dos comités executivos centrais das Republicas federadas, como também das decisões de suas Supremas Côrtes" (*).

Os juizes da Suprema Côte, bem como os de todas as outras Côrtes da URSS não são, conforme acontece em outros países da Europa continental, escolhidos dentre os advogados profissionais, tal como acontece na Inglaterra. Sempre que a sua função tenha um carater permanente, pertencem eles, como em outros países europeus, ao que se pode denominar de Serviço Civil. Quase todas as Côrtes de primeira instancia, na URSS, são compostas de um juiz permanente, nomeado por um ano, com um salario mais ou menos equivalente ao que percebe um mecanico altamente qualificado; e de dois co-juizes (*narodnye zasedateli*, o que literalmente quer dizer: co-representantes do povo) escolhidos dentre um certo numero de pessoas, principalmente trabalhadores manuais, cuidadosamente instruidos sobre as suas funções judiciaes e que recebem apenas uma quantia correspondente à perda de salario por eles sofrida durante a semana de sua atuação como juizes. Conquanto, em teoria, esses co-juizes possuam os mesmos direitos dos juizes perma-

(*) A Côte de Cassação, que corresponde praticamente à nossa Côte de Apelação é composta de tres juizes permanentes.

nentes, seu verdadeiro papel vem a ser, na prática, muito semelhante ao do juri da Inglaterra (*).

É interessante verificar que esse mesmo princípio é adotado na composição da Suprema Corte da URSS.

Os juizes permanentes, inclusive o deputado-presidente e trinta outros, na qualidade de membros dessa Corte (e de maneira semelhante, os juizes das Cortes militares), são diretamente nomeados pelo *presidium* do Comité Executivo Central (TSIK), sendo escolhidos dentre pessoas no gozo de seus direitos eleitorais e qualificadas por sua cultura juridica e pelos serviços prestados na hierarquia judicial durante determinado periodo minimo. Mas não funcionam sozinhos. Em todas as Cortes de três membros, mesmo no julgamento de casos da maior importancia, um desses membros é leigo, muito embora esse co-juiz, no caso da Suprema Corte da URSS (assim como no da RSFSR) seja escolhido dentre um grupo de quarenta e oito co-juizes, selecionado pelo *presidium* do Comité Executivo Central. A Suprema Corte da URSS funciona sempre que é necessario, normalmente em publico (conquanto possa realizar sessões secretas, quando indispensavel); e não é só em Moscou

(*) *The Russian Legal System*, por D. N. Pritt, K. C., em *Twelve Studies in Soviet Russia*, editado por M. I. Cole, 1933, página 148. O Sr. Pritt explica que "a cassação consiste numa anulação, em consequencia de alguma irregularidade, sendo pois diferente da apelação, que vem a ser, em teoria, uma revisão de processo. Na URSS, tecnicamente, não existe apelação; mas é tão grande a amplitude da cassação que, tanto por definição quanto na sua applicação prática, a distincção é quase impossivel" (*ibid.* p. 148). "Ao lado da faculdade legal referente à cassação, as Cortes Superiores têm o poder de modificar ou anular as decisões erroneas das que lhe são subordinadas por meio da revisão. Em qualquer fase de um caso determinado (mesmo quando não seja possivel a cassação, por se haver esgotado o prazo, ou quando o caso tenha sido resolvido ha muito tempo pela Corte Inferior), o presidente ou o procurador de uma Corte pode solicitar à Corte inferior a apresentação do processo, examiná-lo e, se necessario, anular em parte ou no todo a decisão anterior... Esse recurso tem sido muito usado e tem conduzido, diretamente, à correção de vereditos errados ao mesmo tempo que, indiretamente, tem produzido maior eficiencia". (*ibid.* p. 153).

que a mesma pode reunir-se, mas também em qualquer parte que seja considerada conveniente, realizando-se então sessões especiais.

O Procurador

Ao lado da Suprema Corte de cada uma das Republicas federadas da URSS, existe um departamento desconhecido dos ingleses, isto é, o do Procurador. Esse Procurador que, em todos os países do continente, é um dos principais funcionarios do Ministerio da Justiça (na RSFSR tem a denominação de Deputado Commissario do Povo) recebe a denominação de Promotor Publico, confundindo-se também, até certo ponto, com o que denominamos Procurador Geral. Na RSFSR e outras Republicas federadas, onde tanto ele como o seu deputado são nomeados pelo *presidium* do Comité Executivo Central, sua função é a de "supervisionar, em beneficio do interesse publico, o funcionamento de todos os órgãos do governo, no mais amplo sentido da frase; e para que ele fique em condições de cumprir os seus deveres, é colocado numa posição que lhe confere uma independencia virtual em face de todos os departamentos" (*), muito embora seja mantida a sua subordinação ao Commissariado do Povo para a Justiça. Ele é responsavel (como nenhum funcionario o é na Inglaterra) pela eficiencia da legislação, tendo o dever de sugerir ao *sovmarkom* ou ao Comité Executivo Central qualquer modificação nas leis existentes. Cumpre-lhe exercer continua vigilancia (o que não acontece na Inglaterra) sobre as atividades de todos os juizes, funcionarios investigadores, advogados, policia local e outras pessoas ligadas à administração da justiça; cumpre-lhe ainda instituir ações legais contra os mesmos, quer administrativas, quer criminaes, sempre que isso for necessario (**). Ele pode intervir em ações

(*) *The Russian Legal System*, por D. N. Pritt, K. C., em *Twelve Studies in Soviet Russia*, editado por M. I. Cole, 1933, página 160.

(**) Uma das feições interessantes dos deveres do Procurador

civis sempre que julgar necessario afim de "salvaguardar os interesses do Estado e das massas trabalhadoras". Mas a maior soma de trabalho a ser realizado por esse amplo departamento é o que se refere à investigação, para fins de instauração do necessario processo dos casos de morte, danos ou destruição da propriedade, ou simples perdas pecuniarias, sempre que houver suspeitas de um grave desrespeito à lei. O sistema judiciario de todos os paises civilizados estabelece regras para as investigações dessa natureza, em parte para ficar assegurado que os criminosos sejam detidos e processados; em parte, afim de que se possa distinguir, na massa de casos triviais de agressão, pequenos furtos e contravenções, os elementos perigosos que carecem de um tratamento mais rigoroso. O sistema inglês constitue uma exceção, deixando essa função, em parte, às forças de policia locais (raramente especializadas em investigações criminais), e, em parte, caso possam elas fazer face às despesas, às proprias pessoas prejudicadas. Nas Republicas federadas da URSS, como na maioria de todos os paises, essa função compete ao Governo, através de um Departamento: o do Procura-

é a resultante de suas atividades no que se refere à administração das prisões. Cumpre-lhe verificar se as sentenças estão sendo observadas, se foram postas em liberdade as pessoas indevidamente detidas e se as prisões estão convenientemente administradas. Ele visita as prisões regularmente, pelo menos uma vez por semana, recebendo as queixas dos presos e investigando a respeito das mesmas. O público é sempre aconselhado a recorrer a essa poderosa organização, o que é feito, de fato, por todo o povo". (*ibid.* p. 160). Mais de mil visitas dessa especie foram feitas às prisões, em 1923 e 1924, pelos membros do Departamento do Procurador (*Soviet Administration of Criminal Law*, por Judah Zelitch, 1931, p. 124). Incidentemente, segundo fomos informados, essa inspeção permanente das prisões dá em resultado grande número de perdões e modificações de sentença. Cada Republica federada e autonoma tem, no seu orçamento, uma verba para as despesas com as prisões, a qual não deve ser excedida. Quando as prisões ficam cheias demais, essa verba ameaça estourar. O Procurador lança mão, então, de um expediente pratico recomendando a libertação de certo numero de presos dentre os que ele considera em condições de gozar tal favor.

dor (*). Em todos os casos de suspeita de certos crimes e sempre que fôr considerado necessario, o Departamento do Procurador pode fazer investigações, nas quais todas as pessoas capazes de fornecer informações importantes (quer sejam ou não suspeitas do ato criminoso) podem ser interrogadas em particular por um funcionario qualificado, que tem a denominação, na URSS, de investigador. Nessa fase, ninguém é acusado (muito embora uma pessoa sobre quem recaiam fortes suspeitas possa ser detida) e ninguém é, legalmente, compelido a responder perguntas, sendo-lhe facultado apelar, sumariamente e sem despesa, para o proprio Procurador, no caso de sofrer qualquer violencia por parte do investigador. Os inqueritos e interrogatorios são, em muitos casos, necessariamente prolongados (como aconteceu recentemente com a policia inglesa, em casos semelhantes). Mas há testemunhos dignos de crédito, pelo menos no que se refere à RSFSR, de acordo com os quais se sabe que todos os esforços são feitos afim de examinar imparcialmente os fatos relevantes, quer esclareçam ou não o crime cometido, quer sejam a favor ou contra a pessoa suspeita. O principio, ao que parece, é o de que, se um crime foi cometido, o mesmo deve ser "reconstituído" de acordo com os fatos, antes de se chegar a qualquer decisão em virtude da qual uma pessoa seja condenada como provavel autora do crime. Uma vez feita essa reconstituição, o Procurador decide se os fatos apontam certa pessoa como o provavel criminoso e, se tal se verifica, o caso é então remetido à Côrte para julgamento. Somente nessa

(*) O estudioso do assunto pode encontrar a descrição minuciosa da função do Procurador da URSS, no trabalho *Soviet Administration of Criminal Law*, por Judah Zelitch, 1931, cap. VI, página 153-196. Até o ano de 1933 o Procurador e seu amplo Departamento constituíam um ramo da administração da justiça em cada Republica federada, enquanto a URSS propriamente não os tinha. Hoje existe um procurador da URSS, enfeixando em suas mãos os mesmos poderes e funções atribuidas ao Procurador da RSFSR. Além dessas, o novo Procurador (Akulov) é encarregado da "supervisão... da legalidade e da regularidade" das atividades do importantissimo departamento denominado *Ogpu*, a que já nos referimos.

fase é que se verifica a acusação que, pela primeira vez, especifica precisamente a infração da lei em que incorreu o acusado, podendo este contratar os serviços de um advogado, que fará sua defesa.

Se esse sistema de investigação oficial preliminar por meio da pesquisa interrogatoria, feita secretamente (processo que prevalece em todo o continente europeu), é ou não mais eficaz do que o processo inglês, tanto para firmar uma convicção a respeito do criminoso, quanto no sentido de proteger os inocentes, não nos sentimos na altura de julgar.

O Colegio de Advogados

E' muito instrutivo examinar as razões pelas quais a profissão de advogado desempenha, na URSS, papel menos importante do que nos demais países. "A simplicidade — informam-nos pessoas autorizadas — do processo; a maior perfeição dos trabalhos preparatórios antes do caso ser submetido a julgamento, a ausencia da exigencia de provas evidenciais e semelhantes detalhes técnicos; a não existência dos obstáculos com que a riqueza excessiva, desta ou daquela forma, pode impedir a livre manifestação da justiça; tudo isso tende a fazer com que não seja tão importante o papel do advogado. Apesar disso, entretanto, os advogados são frequentemente chamados a exercer a sua atividade, sendo muito interessante a sua organização profissional (*).

Depois de haver sofrido muitas vicissitudes durante os primeiros cinco anos da revolução, a profissão de cultores da lei na URSS (que abrange, quase sem distinção, advogados, solicitadores, juriconsultos, notarios ou tabeliães) foi organizada, por uma lei de 1922, passando a constituir o Colegio de Advogados (**). A admissão ao mesmo é facultada a qualquer pessoa

(*) *The Russian Legal System*, por D. N. Pritt, K. C., em *Twelve Studies in Soviet Russia*, editado por M. I. Cole, 1933, página 158.

(**) Lei n. 36, de 1922, depois ligeiramente modificada pelas leis de 1923, 1924 e 1926; *Soviet Administration of Criminal Law*, por Judah Zelitch, 1931, pp. 140-144.

(desde que não pertença à categoria dos priyados do direito eleitoral) qualificada: seja por dois anos de serviço nos órgãos judiciários soviéticos em cargo não inferior ao de investigador; seja por se haver graduado no Instituto de Leis Soviéticas; seja por haver estudado em cursos noturnos e haver sido aprovado nos exames respectivos. Desde 1926, o numero de membros do Colegio foi restringido. Uma vez admitida como membro do mesmo, a pessoa torna-se capaz de exercer a sua atividade. Os que necessitam de recorrer à advocacia, ficam dispensados de qualquer pagamento, desde que provem a sua "pobreza" (trabalhadores invalidos ou velhos pensionistas do Estado). Os trabalhadores da industria, os camponeses, os empregados de escriptorio e os artesãos devem pagar pequena quantia, o que pode ser feito em prestações. Os que se encontram em melhor situação pecuniária pagam uma certa quantia de acordo com uma tabela prefixada e que depende, em parte, da importancia dos serviços prestados e, em parte, da situação financeira do cliente. Essas contribuições, entretanto, sejam elas quais forem, são recolhidas à caixa do Colegio (*). Seus membros recebem salarios tabelados, variaveis de acordo com a capacidade de cada um e com a soma de serviços prestada pelos mesmos. O Colegio mantem a disciplina profissional, através do seu *presidium*, eleito pela assembléia de seus membros, sendo suas resoluções sujeitas a recurso, que pode ser interposto junto à Corte Provincial. Na URSS, tanto os advogados como os juizes são, pelo menos em teoria, passíveis de suspensão, desqualificação e até mesmo de processo criminal, por infração de seus deveres profissionais, ainda que seja uma pequena negligencia em virtude da qual um litigante ou cliente sofra qualquer prejuizo. E' de notar que a maior parte dos advogados, da mesma forma que os medicos e autores, não procuram pertencer ao Partido. Isso acontece, na maioria dos casos, não porque sua opinião e simpatia sejam contrarias ao comunismo, mas pela razão de pen-

(*) Ao que parece, qualquer pessoa, que deseje ou possa fazê-lo, tem a liberdade de combinar com o advogado pagar-lhe uma quantia adicional.

sarem que as exigencias da disciplina partidaria são incompatíveis com o pleno cumprimento de seus deveres para com os seus clientes e a sua profissão. Assim é que, segundo se diz, 85% dos membros do Colegio de Advogados não pertencem ao Partido. Muito embora se tenha afirmado o contrario, pelo menos um competente observador afirma que os advogados gozam de todas as garantias na defesa de seus clientes, nada tendo a temer quanto à sua liberdade (*).

O Problema das Minorias Nacionais

Precisamos ainda acrescentar à nossa descrição da pirâmide de Soviets uma exposição da maneira pela qual os bolshevistas acreditam ter resolvido o problema suscitado pela existencia, no vasto territorio da URSS, de mais de uma centena de nacionalidades diferentes e para as quais era necessario elaborar uma Constituição. Um dos problemas dificeis apresentados à ciencia politica pela vasta planicie eurasiatica foi sempre constituído pela enorme variedade das populações ali localizadas, todas elas diferentes pela raça, religião, lingua, grau de civilização e cultura, hábitos de vida e tradição historica. A continuidade desse territorio, estendendo-se desde o Golfo da Finlândia até o Oceano Pacifico, impediu sempre que o regime tsarista fosse considerado como um imperio colonial governado de S. Petersburgo por uma classe nobre, o que não deixava de apresentar certa analogia com o imperio colonial da Holanda, governado de Haia e com a Grã-Bretanha do século XVIII governando, de Westminster, as suas colonias heterogeneas. Para os bolsheviques, porem, tanto o sistema holandês como o britânico se assemelhavam ao da Espanha e ao da França. A "rus;

(*) "Um dos mais eminentes advogados, que tomou a si a defesa de varias pessoas acusadas de atividades contra-revolucionárias, afirmou que jamais encontrou a menor dificuldade ou embaraço no defender a sua causa com a energia que lhe parecia necessaria" (*The Russian Legal System*, por D. N. Pritt, K. C., em *Twelve Studies in Soviet Russia*, editado por M. I. Cole, 1933, página 159).

sificação "compulsoria, tentada pela autocracia russa, era não só impraticável, como também extremamente impopular.

Lenine e seus companheiros do Partido Social Democrata da Rússia notaram logo, desde o começo do século XX, quão forte e persistente era o descontentamento popular provocado pelas tentativas tsaristas de "russificação" das minorias nacionais encravadas no império (*). Desprezando as indicações do *Manifesto Comunista* de 1848, de acordo com as quais a supremacia da classe proletaria conduziria à eliminação das diferenças nacionais e combatendo o sentimento predominante na Europa em favor dos Estados nacionalistas unificados, Lenine insistia em que os bolsheviques deviam declarar-se a favor do direito de auto-determinação mesmo das mais insignificantes minorias, bem como da "autonomia cultural" para as minorias nacionais que fizessem parte dos diferentes Estados. E isso constituiu fator importante, no que se refere às minorias da Rússia tsarista, para a sua participação nas revoluções de fevereiro e outubro de 1917.

Como poderiam ser conciliadas as insistentes exigências das varias nacionalidades? O Governo Provisorio havia deixado esse problema, ao lado de muitos outros, para ser submetido à projetada Assembléia Constituinte. Dessa forma, em outubro de 1917, Lenine e seus companheiros encontraram-se no poder antes de lhes ter sido possível realizar um esquema de organização que satisfizesse as minorias nacionais sem comprometer a força e a unidade da autoridade central. Isso, entretanto, não impediu que o novo governo lançasse vibrante proclamação prometendo aquela autonomia em troca do apoio de que necessitava.

(*) Já na Conferencia de Londres, em 1903, Lenine conseguiu fazer aprovar uma resolução, segundo a qual "a Conferencia declara que é a favor do irrestrito direito à auto-determinação por parte de todas as nações". E o Segundo Congresso do Partido, em agosto de 1903, acrescentou à mesma as importantes palavras: "que façam parte de qualquer Estado". O Comité Central do Partido, na assembléia de 25 de setembro de 1913, punha em relevo a necessidade de garantir "o direito ao livre uso da lingua vernacula nas escolas e na vida social".

“Maometanos da Russia — dizia a mesma — tartaros do Volga e da Criméia; kirghises e sartos da Siberia e do Turkestão; turcos e tartaros da Transcaucasia: vossas crenças e costumes, vossas instituições nacionais e vossa cultura serão, daqui por diante, invioláveis e poderão ser livremente observadas. Tendes direito a elas. Sabei que vossos direitos, bem como os dos demais povos da Russia, estão sob a poderosa proteção da revolução e dos órgãos criados pelos Soviets de operários, soldados e camponeses. Emprestai vosso apoio à revolução e ao seu governo (*).

A solução do problema das minorias nacionais foi confiada a Stalin que, na qualidade de membro de uma das inumeráveis tribus que habitavam as montanhas do Cáucaso, vinha manifestando, desde muito, grande interesse pelo assunto. Em 1913, na verdade, havia ele publicado um panfleto em que tentava reconciliar a autonomia cultural com a supremacia da massa proletária considerada como um todo (**). Stalin foi, pois, nomeado comissário do povo para as Nacionalidades, tendo a possibilidade de concentrar todas as suas energias nessa tarefa.

Autonomia Cultural

Foram necessários quatro anos para que Stalin pudesse ver corporificadas suas idéias na Constituição. Foi-lhe preciso, em primeiro lugar, assegurar a confiança das minorias nacionais da Russia européia, tarefa que se tornou, no tumulto da guerra civil, impossível por muito tempo. “Durante os seus primeiros anos de existência --- foi dito com grande proprie-

(*) *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1920, p. 109. Uma tradução francesa existe sob o título *Le Bolchevisme e l'Islam*, por Castagne, na *Revue du monde musulman*, Paris, vol. XXXI, páginas 7-8.

(**) *Marxism and the National Question*, por Josef Stalin, 1913 (em russo).

dade (*) — o Commissariado para as Nacionalidades constituía uma especie de agencia para a propagação da ideologia comunista entre os povos não-russos". Por outro lado, era também "o arbitro das diferenças que surgissem entre os Estados autonomos e o guardião dos interesses das minorias nacionais, demonstrando grande atividade no promover a cooperação entre os varios povos independentes..." "Logo depois, em março de 1918, Stalin baixou um decreto instituindo a formação de uma Republica Bashkir-tártara. Mas, tendo sobrevivendo a guerra civil, a medida tornou-se letra morta. O primeiro grupo ethnico que, na ocasião, levou a efeito a sua autonomia foi o dos alemães do Volga que, mesmo sob o velho regime, gozavam de certos privilegios. Organizaram-se eles, em 1918, numa denominada "Comuna Trabalhista", posteriormente transformada em Republica autonoma. Seguiu-se, um ano mais tarde, o estabelecimento do Estado Bashkir. Este foi o primeiro Estado constituído de populações orientais, isto é, de turcos e muçulmanos. No territorio, outrora dominado pelos *khans* da Horda Dourada, foi proclamada, em 1920, a Republica Tartara. Os tartaros do Volga são a nacionalidade aí predominante, sendo o seu centro administrativo e cultural localizado na antiga cidade de Kazan. Aproximadamente na mesma epoca, foi constituída a Republica da Carelia, na fronteira finlandesa, enquanto que aos territorios ocupados pelos *kalmyks*, pelos *votyaks* e pelos *mari* foi concedida a condição de regiões autonomas. No decurso dos dois anos seguintes, surgiu a Republica da Criméia; aos *komi*, do norte, foi designada uma espaçosa região, e o territorio Chuvash, que já se transformara numa Republica, também conseguiu a autonomia. Assim, por volta de 1922, todos os grupos ethnicos mais importantes da Russia européia, tornaram-se donos de suas proprias casas" (**).

Na Lei Fundamental da RSFSR, aprovada a 10 de julho de 1918, estava prevista a possível combinação ou união dos So-

(*) *The Jews and other National Minorities under the Soviets*, por Avraham Yarmolinsky, 1928, pp. 131-133.

(**) *Ibidem*.

viets de "regiões que se diferenciasssem por qualquer característica nacional ou territorial". Era mesmo previsto pelo Art. II, que esses órgãos regionais autônomos podiam "incorporar-se à RSFSR sob uma base federativa". Mas, naquela ocasião, não existia nenhuma dessas regiões e (talvez porque sempre tivessem feito parte de um Estado unitário) nenhuma delas jamais "se incorporou à RSFSR sob uma base federativa".

Apesar de tudo, o trabalho, realizado por Stalin durante os quatro anos de exercício no cargo de comissário do povo para as Nacionalidades, foi de grande e duradoura importância. O que ele fez em relação à RSFSR não foi organizar uma federação (o que só se verificou em 1922-1923, quando as nacionalidades existentes fora da RSFSR se incorporaram a esta para dar lugar à URSS) mas conceder a "autonomia cultural" e ao mesmo tempo encorajar a admissão de membros das minorias nacionais nos trabalhos da administração local. As Repúblicas e regiões autônomas, estabelecidas no território da RSFSR, entre os anos de 1918 a 1922, parece não terem tido, em face da lei, nenhuma força ou direito, deveres ou funções essencialmente diferentes dos desempenhados pelas autoridades locais existentes em outras partes do território da RSFSR. Na prática, entre 1918 e 1922, foram elas, como até esta data, dirigidas pelas autoridades centrais de Moscou, como se fossem simples *krais* ou *oblasts*, com exceção do que diz respeito à autonomia cultural. E, se levarmos em conta que o mais importante desses territórios autônomos possuía menos de três milhões de habitantes; que a população total dos mesmos, naquela ocasião, não excedia de cinco milhões, enquanto que o resto da RSFSR contava com, aproximadamente, cem milhões de habitantes, não é possível tomar a sério a pretensão dos mesmos à condição de Estados federados.

O que fez o comissário do povo para as Nacionalidades, entre 1918 e 1922, foi ampliar a disposição contida no Art. II da Lei Fundamental, aplicando-a às "uniões regionais de Soviets" e transformando-as no que, em muitas comunidades importantes, passou a denominar-se "Repúblicas autônomas" e, noutros casos, "áreas autônomas". Aos seus congressos regio-

nais de Soviets foi concedida autoridade sobre todos os Soviets urbanos, de vila e de outros distritos compreendidos nos territorios dessas novas partes autonomas da RSFSR. As denominadas Republicas autonomas foi permitido, em flagrante contradicção com a Lei Fundamental (*), denominar seus altos funcionarios comissarios do povo e grupá-los num *sovnarkom* ou Gabinete de Ministros. Essa inofensiva concessão ao orgulho regional foi salvaguardada mediante a expressa estipulação legal de que a nomeação para todos os *narkomats* ou ministerios (**), só podia ser feita após consulta ao respectivo comissario do povo junto ao governo de Moscou. Não havia mesmo qualquer concessão de "autonomia cultural" explicitamente expressa no documento que criava as novas autoridades locais. A mesma era, entretanto, concedida no terreno administrativo. Stalin exercia uma influencia suficiente junto aos seus colegas de ministerio e junto ao Comité Executivo Central, de modo a induzí-los no sentido de não interferirem nessas areas autonomas em materia puramente cultural.

Até aqui a importante concessão referente à autonomia cultural não tem provocado quase nenhuma diferença entre a estrutura politica das areas ocupadas pelas diversas nacionalidades e as outras partes da RSFSR organizadas em congressos de Soviets por provincias (*gubernia*) condados (*uezd*) e distritos rurais (*volost*). É que as varias minorias foram, a fato, induzidas a adotar, em essência, a mesma estrutura cons-

(*) O art. 48 declara que "o titulo de comissario do povo pertence exclusivamente aos membros do *sovnarkom*, que administra os negocios gerais da RSFSR, não podendo ser aplicado a qualquer outro representante das autoridades locais ou centrais" (Lei Fundamental, de 10 de julho de 1918; *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1928, p. 88).

(*) Os Commissariados "unificados", *narkomats* ou ministerios compreendem os mais importantes departamentos sob administração local (ver o capítulo anterior, intitulado *O Conselho dos Comissarios do Povo*), tais como o das Finanças, Alimentação, Industria Leve e (até 1934) tambem o do Trabalho e o da Inspeção de Operarios e Camponeses. A esses foi acrescentado, em 1934, o Commissariado da Agricultura, encarregado dos *kolkhosi* e do campesinato independente.

titucional aprovada para a RSFSR. A concessão dessa autonomia cultural, entre 1918 e 1922, consistia apenas em que as autoridades da RSFSR não podiam, na pratica, impedir que as Republicas e areas autonomas adotassem a lingua vernacula em seus documentos oficiais; usassem-na em seus Conselhos e Côrtes de Justiça, nos seus collegios e escolas e nas relações entre os departamentos do governo e o publico. As autoridades locais podiam ainda dar preferencia aos naturais da região para os cargos de professores e funcionarios publicos, sendo mesmo estimulados a fazê-lo. Suas praticas religiosas não podiam sofrer interferencia do Governo Central. Podiam representar suas peças teatrais, bem como publicar seus livros e jornais na sua lingua nacional. Esses eram os pontos pelos quais a autonomia local se batia mais ardentemente (*).

Uma etapa posterior na solução do problema das nacionalidades é representada pela reorganização do proprio Comissariado de Stalin pelos decretos de 19 de maio e 16 de dezembro de 1920. Foi então criado (mas ainda com a parte integrante do departamento ministerial subordinado a Stalin) um "Soviet das Nacionalidades", composto dos presidentes das delegações das varias Republicas e areas autonomas e mais cinco

(*) E' preciso que fixemos os limites dessa "autonomia cultural". Excetuando a importante prerrogativa de ser a administração local exercida pelos seus habitantes naturais, consiste ela, principalmente, no uso da lingua vernacula em todas as atividades legalmente autorizadas na União Soviética, não sendo permitido exercer outras atividades consideradas como parte integrante da cultura vernacula. Assim é que não se deve supor que os ucrainianos, os georgianos ou os alemães, residentes nas áreas autonomas da URSS, tenham liberdade ilimitada, a ponto de manter ou entrar em relações com pessoas da mesma nacionalidade residentes fora da URSS, inclusive emigrados ou exilados. Para que seja concedida a autonomia cultural, é necessario que haja fidelidade ao regime predominante. Em poucas palavras, a autonomia cultural é exatamente o contrario da politica *tzarista* de "russificação". "O Governo Soviético — tem sido dito — não é russo, mas proletario: não visa russificar os povos da União, mas transformá-los em comunistas que participem, ao lado do povo russo, na construção do socialismo". (*Nationalism in the Soviet State*, por Ham Kohn, 1934, página 112).

membros escolhidos por Stalin, ficando todos sob a presidência deste. Esse órgão tinha apenas por finalidade aconselhar o ministro, cujos deveres foram novamente definidos como abrangendo "todas as medidas que garantissem a fraternal colaboração entre todas as nacionalidades e tribus da Republica Sovietica da Rússia". O fato desse novo órgão conter em seu seio os chefes das minorias nacionais compreendidas no território da RSFSR, constituiu um ato de sabedoria política. Mas a verdade é que essa "fraternal colaboração" estava longe de traduzir o espírito da legítima autonomia e do federalismo, o que se pode concluir do fato de que o comissário do povo para as Nacionalidades tinha poderes expressos para nomear um representante seu para a capital de cada região autônoma "afim de fiscalizar a execução dos decretos emitidos pela autoridade federal da RSFSR".

O advento do Federalismo

A mais importante tarefa de Stalin, como comissário do povo para as Nacionalidades, só foi realizada, no entanto, em 1922, quando foram dados os primeiros passos no sentido da união federal entre a RSFSR, de um lado, e a Ucrânia, a Rússia Branca e a Federação Transcaucasica, do outro. Nessa ocasião, conforme já referimos, as Republicas e áreas autônomas criadas por Stalin no território da RSFSR obtiveram o direito à representação (em bases semelhantes às das Republicas independentes) no órgão federal denominado Soviet das Nacionalidades, que constitui uma das duas Camaras de que se compõe o Comité Executivo Central (TSIK) da URSS (*).

(*) As funções do Commissariado das Nacionalidades incluíam: a) o estudo e a execução de todas as medidas que garantissem a fraternal colaboração das nacionalidades e tribus da Republica Sovietica russa; b) o estudo e a execução de todas as medidas necessarias para garantir os interesses das minorias nacionais existentes nos territorios de outras nacionalidades da Federação Soviética Russa; c) a solução de todas as questões litigiosas que pudessem surgir dessa mistura de nacionalidades". (Decreto n. 45, de 27 de maio de 1920; ver também o n. 99, de 25 de dezembro de 1920; *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, pp. 118-119).

É preciso dizer ainda que, durante os doze anos que se seguiram à formação da União Soviética, a situação de quase tôdas essas Repúblicas e áreas autônomas modificou-se grandemente. Isso não quer dizer que tenha havido qualquer alteração importante na estrutura política das mesmas, nas suas relações com as autoridades das Repúblicas federadas dentro das quais elas estão situadas ou com as autoridades da União Soviética. A situação dessas áreas e Repúblicas, no que diz respeito à autonomia cultural, tem sido fortalecida, não só quanto ao gozo desse privilégio, como também quanto ao escrupuloso cuidado observado por Moscou no modo de tratar as minorias culturais, mesmo quando certas aspirações contra-revolucionárias, de caráter nacionalista, tiveram que ser severamente reprimidas. Essa política, entretanto, só tem sido mantida à custa de lutas esporádicas. De tempos a tempos, recrudescem as queixas de que a manutenção de tôdas essas minorias nacionais e de suas culturas tem custado muito dinheiro e sido prejudicial à eficiência administrativa e educacional (*). E pior ainda: têm havido acusações de que, em certos casos, se tem lançado mão das mesmas como instrumento para maquinações separatistas. O Partido Comunista, entretanto, manifestou-se contra êsse "chauvinismo pan-russo, considerando-o até mais subversivo do que o "nacionalismo local" (**).

O número de Repúblicas e áreas autônomas tem sido, de fato, aumentado. Até os judeus, que se encontravam dispersos

(*) O Banco do Estado, em 1925, enviou uma circular às suas numerosas agencias proibindo o uso das varias linguas vernaculas nos livros de contabilidade ou na correspondencia com Moscou ou entre umas e outras. Essa tentativa para "criar uma linguagem burocratica comum" foi combatida por um delegado ao Terceiro Congresso de Soviets da União, em 1925, o qual declarou que "tal projeto não podia ser aprovado". (Resumo taquigrafado do Congresso, p. 133; *Soviet Rule in Russia*, por W. R. Batsell, 1929, página 649).

(**) *Nationalism in the Soviet Union*, por Hans Kohn, 1934, pp. 103-107; ver também *How the Soviet Government solves the National Questions*, p. L. Perchik (Sociedade Cooperativa de Publicações dos Trabalhadores Estrangeiros na URSS, Moscou, 1932, 68 pp.).

através de toda a União, foram estimulados e amparados no sentido de formarem grupos autônomos, especialmente no sul da Ucrânia e na Criméia, tendo-lhes sido concedida permissão para organizarem uma *oblast* autônoma (a ser futuramente transformada em República autônoma) no Biri Bidjan (Sibéria oriental). Também os ciganos, que vagavam por toda parte, mereceram a atenção do Governo Soviético (*).

Seria excessivo examinar em detalhe a organização das vinte e sete Repúblicas e áreas autônomas (**). Doze das Repú-

(*) Em Moscou, existem ainda 4.000 membros dessa antiga e misteriosa raça. Noutros países, foram eles abandonados à sua própria sorte. O Governo Soviético, porém, organizou um clube, aproveitando os poucos elementos ativos da mocidade cigana. Nessa língua tem ele o nome de "Estrela Vermelha". Possui cerca de 700 membros, dos quais, até muito recentemente, apenas uns 5% sabiam ler e escrever. Esse clube exerce grande atividade no sentido de eliminar o analfabetismo, organizando conferências, excursões a fábricas e museus e editando o primeiro jornal mural escrito na língua cigana. Ao lado dessa atividade cultural, está sendo feita uma tentativa para a reorganização da vida econômica dos ciganos. Para isso, foi-lhes concedida certa porção de terras. Sob a direção do clube de Moscou, 7.000 famílias ciganas foram localizadas no campo; oficinas foram montadas; e foi iniciada uma luta obstinada contra as velhas tradições dessa raça. Em harmonia com os esforços do Governo Soviético a favor das culturas nacionais, as canções populares e danças dos ciganos foram aperfeiçoadas e libertadas dos elementos neles introduzidos em consequência de sua representação em lugares de divertimento público. A primeira peça representada pelo clube em língua cigana explorava o tema da transição para uma vida tranquila". (*Nationalism in the Soviet Union*, por Hans Kohn, 1934, p. 130).

(**) O primeiro dos grupamentos raciais a que foi concedida a autonomia cultural, como região (1918) e como República (1923), com o direito de dar preferência aos elementos nacionais no preenchimento de cargos públicos, foi a República Soviética Socialista Autônoma dos Alemães do Volga, colônia alemã existente desde 1764. Esta possui, hoje, 631.300 habitantes, na sua maioria camponeses, dos quais dois terços são alemães, pela língua e pela ascendência, um quinto é russo e um oitavo ucraniano. Quinze anos atrás, 15% das famílias possuíam 75% da terra, sendo mais de tres quartos da população total forçados a trabalhar como assalariados. Os 15% que se encontravam na posse da terra possuíam melhor educação

blicas autônomas acham-se dentro do território da RSFSR, abrangendo uma área superior a oito milhões de quilômetros quadrados, muito embora contem apenas com uma população de 16.500.000 habitantes sobre um total de mais de 100.000.000, que fazem parte da RSFSR (*).

e melhores lavouras, uma industria mais solida e gosavam de maior prosperidade que os seus vizinhos indigentes. Por muito tempo, esses elementos resistiram contra o trabalho cooperativo das fazendas coletivas, negando-se a reunir suas terras num só bloco contínuo afim de permitir a mecanização e repelindo os metodos de trabalho conjunto que permite um melhor aproveitamento das maquinas agricolas. Após haverem pleiteado, em vão, ser deixados em liberdade ou ser-lhes permitido emigrar em massa, os que não foram deportados como *kulaks* recalcitrantes (e cujos sofrimentos, em muitos casos, foram grandes), acabaram por aceitar o sistema *kolchosi*no, por meio do qual, aparentemente, obtiveram sucessos economicos. Existem hoje 361 *kolchosi*, 431 *soukhosi*, dispondo de 99 estações de tratores e maquinas e mais de 90.000 familias camponesas. A Republica, cuja área está hoje quase completamente coletivizada em *soukhosi* ou *kolchosi*, divide-se em 12 *vayons*, sendo que a lingua falada em 6 deles é o alemão; em dois, alemão e russo; em outros dois, alemão e ucraniano; e, em dois outros, alemão, russo e ucraniano. Conquanto, quinze anos atrás, houvesse apenas uns duzentos livros em toda a Republica, existem agora 82 bibliotecas, 178 salas de leitura nas vilas e dezenas de milhares de volumes. As leis da Republica dos Alemães do Volga são estudadas através de duas publicações em alemão, as quais fornecem tambem valiosas informações a respeito da política geral do Governo Soviético em relação às nacionalidades, embora não sejam essas informações perfeitamente imparciais. Essas obras são: *Die Grundzüge des wolgadeutschen Staatswesens im Rahmen der russischen Nationalitätenpolitik*, por Schulze-Molkau, Munich, 1931; e especialmente *Die Wolgadeutschen, ihr Staats und Verwaltungsrecht in Vergangenheit und Gegenwart, zugleich ein Beitrag zum bolschewistischen Nationalitätenrecht*, por Manfred Langham Ratzenburg, Berlin, 1929. Ver, em geral, *Nationalism in the Soviet Union*, por Hans Kohn, 1934, p. 125).

(*) A unica Republica autonoma da Ucraina compreende pequena parte da sua área total e as da Federação Transcaucásica uma área não maior. A Russia Branca não contem Republicas ou áreas autonomas. Por outro lado, as mais recentes Republicas federadas (o Turkmenistão, o Uzbekistão e o Tadjikistão) podem ser consideradas como sendo exclusivamente compostas de minorias nacionais.

A República Tártara

Devemos contentar-nos apenas com o exame de um simples caso em que o progresso foi, talvez, o mais notável de todos: a República Autônoma Tártara, que os autores tiveram ocasião de visitar em 1932. Vinte anos atrás, a sua área atual constituía parte insignificante da vasta província de Kazan, com uma população agrícola reduzida à pobreza e quase toda de raça tártara. Dessa população, 85 % eram analfabetos; as mulheres viviam escondidas sob o veu; o povo não possuía governo próprio; e, fora das cidades, não havia órgãos administrativos de qualquer espécie. Existiam umas doze pequenas escolas primárias, miseravelmente montadas e apenas três para uma educação mais elevada, nas quais se encontravam uns dez estudantes tártaros. Nenhum deles filho de camponês ou operário. Hoje, existem ali mais de 1.700 escolas primárias, absorvendo mais de 99 % das crianças em idade escolar, tanto de um sexo como do outro. Os colégios e institutos de educação superior são contados às dúzias e estão cheios de estudantes tártaros, a grande maioria dos quais são filhos de operários e camponeses, havendo ainda muitos outros que frequentam colégios noutras partes da URSS. Todas as mulheres deixaram de usar o antigo veu e estão participando de todos os departamentos da vida pública. Quando os autores entrevistaram o *Sovmarkom* de Comissários do Povo (todos da raça tártara) encontraram ali uma mulher desempenhando o cargo de Ministro da Educação. Os serviços de saúde nas vilas é uma criação inteiramente nova. Médicos (mulheres, na sua maioria) e pequenos hospitais existem hoje por toda a área rural enquanto, na capital, a cidade de Kazan, existem não só hospitais especializados, mas também uma escola de medicina, completamente reorganizada, repleta principalmente de estudantes tártaros. Mais de dois terços dos camponeses reuniram-se em fazendas coletivas que cobrem três quartos da área total cultivada e que, tal como aconteceu em 1932, 1933 e 1934, se colocaram entre os primeiros da União a completar as suas semeaduras, tendo suas colheitas atingido a mais de 100 % da produção planeada. Quinze anos atrás, a indústria tártara era, a

bem dizer, inexistente; nos anos de 1931 e 1932 a produção industrial planeada foi, respectivamente, de 239 e 370 milhões de rublos; e, durante os três últimos anos, o Plano foi sempre ultrapassado. O comissário do povo para a Saúde, evidentemente um médico experimentado, explicou-nos que a elevada taxa de mortalidade na República tem declinado ano a ano, ao mesmo tempo que a taxa de mortalidade infantil foi reduzida à metade. Existem ainda, conforme verificamos, umas poucas mesquitas maometanas funcionando em Kazan, mas a grande maioria da população parece ter abandonado o Islam, num movimento espontâneo da massa. Existe ali uma florescente casa editora do Estado, publicando uma corrente contínua de livros e panfletos, largamente vendidos. Há teatros e cinemas tártaros, bibliotecas públicas tártaras, museus de antiguidades tártaras e de modernos produtos da arte tártara. Sob todos os pontos de vista, a República autónoma tártara mostra-se orgulhosa de si mesma.

A situação dos judeus na URSS.

Não podemos deixar de mencionar uma importante minoria, mais racial e religiosa do que nacional, que constitui mais um problema com que se tem defrontado a União Soviética: a dos judeus. Sob o regime tsarista, a opressão contra a mesma era severa e permanente (*). "Quando caiu o regime auto-

(*) É manifestamente impossível citar a extensa literatura referente aos três séculos de história dos judeus na Lituânia, na Polónia e na Rússia tsarista. Durante 1.000 anos existem judeus na Ucrânia. O estudioso pode, entretanto, encontrar suficientes referências nas seguintes obras: *History of the Jews in Russia and Poland*, por S. M. Ebnov, traduzida do russo por I. Friedlander, 3 vols. Filadélfia, 1914-1920; *A History of the Jewish People*, por M. L. Margolis e A. Marx, Filadélfia, 1927; *Economic Conditions of the Jews in Russia*, por I. M. Rubinov, Washington, 1908; *The Jews of Eastern Europe*, por A. D. Margolis, New York, 1926; *The Jews of Russia and Poland*, por I. Friedlander, Nova York, 1915. No que se refere às condições dessa raça, depois da revolução, ver o admirável estudo *The Jews and Other National Minorities under the Soviets*, por Avrahm Yarniolinsky, Nova York, 1928, 194 pp.;

crático, o estrépito da queda soou aos ouvidos dos judeus como o bimbalar dos sinos da liberdade. Com uma penada, o Governo Provisório aboliu a complicada rede legislativa organizada contra os judeus. Súbitamente, foram eliminadas as correntes que os prendiam. Desapareceram tôdas as restrições... Os judeus podiam agora manter a espinha dorsal verticalmente e olhar para o futuro sem receio" (*).

Infelizmente haveria ainda três ou quatro anos de guerra civil e de fome, durante os quais, à mercê dos exércitos invasores, a massa das populações judias haveriam de sofrer os maiores excessos. De um modo geral, os Exércitos Brancos eram extremamente brutais, enquanto que o Exército Vermelho fazia o possível para proteger essas pobres vítimas, apesar de, por esta ou por aquela razão, a maioria dos judeus não serem simpáticos, por algum tempo, ao Governo Bolshevista. A condenação do comércio baseado no lucro, que foi classificado como usura, feriu profundamente os judeus da Rússia Branca e da Ucrânia, cujas famílias haviam sido, durante séculos, excluídas da agricultura e de outras profissões, ficando confinadas em certos bairros das cidades. Em 1921, a Nova Política Econômica tornou possível a muitos deles voltar aos seus negócios. Mas, por volta de 1928, a campanha coletivista desencadeada por todo país através dos trustes e cooperativas, secundados por penalidades em dinheiro e medidas policiais, liquidaram praticamente todos os pequenos empreendimentos financeiros a que se dedicavam as famílias judaicas. Só os artesãos ficaram em condições um pouco melhores e os jovens, por sua vez, podiam pelo menos obter emprego nas fábricas do governo.

The Slaughter of the Jews in the Ukraine in 1918, por E. Heifetz, Nova York, 1921; os documentos do Comité Judaico de Distribuição, 1921; os da Sociedade de Colonização Judaica da URSS (OZEIT) 1928-1935; *On the Steppe*, por James N. Rosenberg, Nova York, 1927; *Les Colonies Juives de la Russie meridionale* por E. Despreaux, em *Le Monde Juif*, junho de 1927; *Biro-Bidjan*, por Lord Marley, em *Soviet Culture*, de março de 1934.

(*) *The Jews and Other National Minorities under the Soviets*, por Avrahm Yarmolinsk, Nova York, 1928, p. 48.

O problema judaico apresentava-se ao Governo Soviético sob dupla modalidade. Tornava-se necessário libertar da miséria e encontrar trabalho para as famílias dos negociantes arruinados e lojistas das pequenas cidades da Rússia Branca e da Ucrânia. Além disso, era evidentemente desejável obter o apoio leal ao regime bolchevista por parte dos três milhões de judeus existentes na URSS. Afim de realizar a reabilitação econômica dos judeus (excetuados aqueles cuja educação e capacidade os tornava capazes de obter nomeações para cargos oficiais ou de exercer profissões liberais) o recurso principal foi o estabelecimento de colônias agrícolas judaicas, primeiramente no sul da Ucrânia e na Criméia e, posteriormente, num território maior, escolhido para esse propósito, em Biro-Bidjan, no rio Amour, Sibéria oriental. Devido, em grande parte, à ajuda do governo em terras e créditos e à assistência de uma série de associações filantrópicas organizadas pelos judeus dos Estados Unidos, bem como pelos da URSS através da grande sociedade voluntária de Colonização Judaica (OZET), umas quarenta mil famílias judias, compreendendo cento e cinquenta mil pessoas, foram incorporadas, nos últimos quinze anos, à população agrícola da União Soviética (*), sendo que um quarto das mesmas se encontra no Biro-Bidjan, elevado já à categoria de "região autônoma" e que será transformado em "República autônoma judaica" logo que possua a população suficiente (**).

(*) Estas cifras representam um numero pelo menos duas vezes maior do que o de judeus localizados na Palestina durante o mesmo período e provenientes, principalmente, da Polónia.

(**) Para fazer-se uma idéia do Biro-Bidjan (território do tamanho de metade da Inglaterra, atravessado no seu centro pela ferrovia transiberiana; praticamente destituída de habitantes indígenas; oferecendo boas condições para a colonização agrícola e, ao que parece, dispondo de grandes recursos minerais ainda inexplorados, ver um artigo de Lorde Marley em *Soviet Culture*, de março de 1934. "Afim de estimular os colonizadores, o Governo Soviético ofereceu transporte gratis, habitação e terra gratis a famílias judias saudáveis e treinadas em assuntos agrícolas ou em outras profissões e industrias uteis à nova Republica e que se manifestassem desejosas de localizar-se no Biro-Bidjan e quisessem participar da vida comunal daquela área" (*Ibid.* p. 5). Já existem

A todos os agrupamentos de judeus, conquanto não reconhecidos como nação, o Governo Soviético concede a mesma espécie de "autonomia cultural" que faz em relação às minorias nacionais propriamente ditas. "Existem Soviets de judeus em toda parte onde se encontra um grupo considerável de elementos dessa raça. Eles têm sido organizados na Criméia bem como na Rússia Branca. Nesta última, existem dezoito pequenos Soviets, sendo quatro rurais. Na Ucrânia, um mínimo de 1.000 ucrainianos ou 500 não-ucrainianos podem organizar um Soviet. Pelo menos 25.000 ucrainianos ou 10.000 não-ucrainianos têm o direito de eleger um Soviet regional. A 13 de abril de 1927 havia 115 Soviets judaicos da categoria mais elementar, tanto rurais como semi-urbanos, e um Soviet regional judaico no distrito de Kherson. A sede deste último é na velha colônia de Seidemenukka, hoje denominada Kalinindorf. O mesmo foi convocado, pela primeira vez, a 22 de março de 1927 e a sessão realizada nessa ocasião foi muito festiva... A área do *rayon* é de 57.636 *dessiatines*, 27.000 dos quais são ocupados por colonos judeus; e a sua população de 18.000 habitantes compreende 16.000 judeus, todos agricultores. Os delegados a esse Soviet regional são enviados por sete Soviets rurais, sendo que seis são constituídos por judeus... Há um comissário de polícia judeu, dispondo de uma força de três homens sob o seu comando, além de uma cadeia com duas salas arruinadas... É de esperar que maior número desses Soviets sejam criados, num futuro próximo, nos distritos de Krivoi-Rog, Zaporoshie, e Mariupol... No Soviet judaico, praticamente, todos os atos oficiais, tanto orais como escritos, são praticados em *yiddish*; é esta a língua usada nas sessões, nos documentos oficiais e na correspondência... Há também certo número de côrtes baixas (36 na Ucrânia e 5 na Rússia Branca) onde as sessões se realizam inteiramente em *yiddish*... Esta é, naturalmente, a língua em que as crianças judias aprendem suas lições na escola, sendo usada também en-

ali cerca de cem escolas primárias, umas cinquenta granjas coletivas, dezessete pequenos hospitais e cerca de cinquenta médicos, para uma população total de 50.000 pessoas, na sua maioria de judeus.

certo número de instituições judaicas que se encarregam de cuidar das crianças judias... Pouco mais de 10 % da população judaica da Ucrânia elege os seus Soviets" (*).

A política da União Soviética, em relação à sua população judaica, não tem sido universalmente aprovada pelos líderes dessa comunidade existentes através do mundo. A situação de milhares de famílias judaicas na Rússia Branca e na Ucrânia é ainda de pobreza, sendo necessário que seus correligionários as auxiliem financeiramente. Os velhos, principalmente, não podem dedicar-se a novas atividades. Mas a verdade é que essa gente sofre, não por sua qualidade de judeus, mas por serem comerciantes e usurários, atividades consideradas ilegais. Em compensação, no entanto, são protegidos contra a violência como nunca o foram dantes. Podem frequentar suas sinagogas e fazer uso de sua língua vernácula. Seus filhos e filhas têm todas as facilidades para educar-se e podem seguir qualquer carreira. Muitos milhares de famílias têm recebido todo o apoio do governo que as conduz e localiza em colônias agrícolas. Onde quer que haja um grupo de famílias judaicas, é-lhes permitido organizar seu governo local, sendo-lhes concedida a autonomia cultural. Não lhes é proibido conservar seus costumes raciais. Mas tudo isso é ainda pouco em face dos ideais acalentados por muitos judeus, tanto na URSS como noutras partes do mundo. "A República Soviética Judaica — disse alguém (**) — imaginada pelos comunistas ortodoxos, difere fundamentalmente da concepção estatal de Herzl em Sion e da idéia de um território pátrio defendida por outros. Não se pretende conceder à raça judaica, através de todo o mundo, os direitos a uma vida política que, por tanto tempo, lhe tem sido negada. Nem a finalidade dessa República é a de tornar-se a sede da civilização de uma raça... Presentemente, o Estado concede às massas judaicas a mesma coisa que oferece as outras minorias: instituições governamentais e culturais nas quais é permitido usar a língua

(*) *The Jews and other National Minorities under the Soviets*, por Avraham Yarmolinsky, Nova York, 1928, pp. 105-106.

(**) *Ibidem*.

nacional. Apesar de tudo quanto se refere à religião ser excluído dos programas escolares, as crianças continuam imbuídas do espírito judaico. A experiência racial é transmitida às mesmas por intermédio dos escritores judeus, cujas obras são por elas estudadas e cuja língua elas usam não só em casa como também na escola”.

Não se pode negar, no entanto, que os benefícios decorrentes da segurança contra os *pogroms* e da liberdade para seguir qualquer profissão, benefícios êsses que a URSS concede aos judeus, concorrem para que, na prática, os mesmos aceitem o regime soviético e contribuam, ao mesmo tempo, para a assimilação da raça. Em consequência disso, a política da União Soviética defronta uma persistente oposição e até mesmo uma campanha difamatória por parte da organização sionista, espalhada por todo o mundo, e para a qual a idéia da criação de uma “pátria nacional” na Palestina não admite substitutivos.

A Solução do Problema

Devido à sincera adoção dessa política, baseada na concessão da autonomia cultural, bem como no fato de permitir que a administração local seja exercida, principalmente, pelos “nativos”, é que, segundo pensamos, a União Soviética, tal como nenhum outro país da Europa oriental, pode proclamar, com muita razão, haver resolvido o difícil problema criado pela existência de minorias nacionais dentro de um Estado fortemente centralizado (*). E essa solução foi encontrada, não como a França o fez, adotando o processo de absorver as minorias nacionais por meio da criação de uma superpoderosa unidade civilizadora através de todo o seu território; nem como tentou fazê-lo a Rússia czarista, procurando suprimir pela força todas as outras nacionalidades, em favor de uma raça dominadora; mas por meio de um processo inteiramente novo: *separando as*

(*) Ver, para ter uma idéia do problema em seu conjunto, *National States and National Minorities*, por W. C. Macartney, 1934.

idéias de raça e de nacionalidade da idéia de organização estatal. A despeito da predominância numérica da raça russa no conjunto da União Soviética e da sua indubitável preeminência cultural, a idéia de constituírem um Estado russo foi por estes definitivamente abandonada. A própria palavra "Rússia" foi deliberadamente retirada da denominação União Soviética. Todas as partes componentes da comunidade (excetuados os que foram privados da cidadania por motivos que não têm a ver com a raça ou a nacionalidade), gozam, de acôrdo com a lei, de iguais direitos e deveres, iguais privilégios e iguais oportunidades, através de toda a URSS. Essa igualdade não é apenas formal, isto é, estabelecida pela lei e pela Constituição federal. Em nenhuma parte do mundo existe mais perfeita igualdade em matéria de hábitos, costumes e opinião. Através de toda a área entre o Oceano Ártico, o Mar Negro e as montanhas da Ásia Central, compreendendo raças e nacionalidades extremamente diferentes, homens e mulheres, sem que seja levada em conta a sua pele (inclusive até o próprio negro provindo dos Estados Unidos), podem associar-se livremente com quem lhe aprouver; viajar nos mesmos veículos públicos e frequentar os mesmos restaurantes e hotéis; sentar-se lado a lado nos mesmos colégios e locais de diversão; casar-se desde que haja uma inclinação mútua; dedicar-se, nas mesmas condições, a qualquer profissão para a qual possua qualificações; frequentar as mesmas igrejas e outras sociedades; pagar os mesmos impostos e ser eleitos ou nomeados para qualquer cargo sem exceção. Acima de tudo, esses homens e mulheres, cidadãos da URSS, seja qual for a raça ou a nacionalidade a que pertençam, podem participar e, de fato, participam (dizendo-se até que as menores nacionalidades o fazem numa proporção maior do que a devida) dos mais altos cargos do governo e da organização destinada à formação de líderes (Partido Comunista). O mesmo se dá em relação aos *sovnarkoms* e comités executivos centrais das várias Repúblicas federadas e nos da URSS; também quanto ao Comitê Central do Partido Comunista (e seu *presidium*) e até mesmo quanto ao todo poderoso Politbureau. Os bolshevistas têm, pois, certa razão para lançarem o desafio desta pergunta: poder-se-á

fazer semelhante afirmação a respeito de outro qualquer Estado em que existam tantas raças e nacionalidades diferentes?

Essa política de autonomia cultural e de auto-governo exercido por nativos é, na verdade, levada muito longe. Não fica adstrita às minorias mais importantes, nem aos grupos de certa magnitude. Em toda a parte onde se encontra um suficiente *minimum* de pessoas de uma raça ou cultura determinadas, as necessidades das mesmas são providas pela administração local (*). Difícilmente, qualquer das diferentes raças e culturas, nem mesmo os russos que dispõem de tão larga maioria, vivem fora de suas minorias locais. Por outro lado, algumas raças vivem completamente espalhadas, sendo encontradas em toda a parte. Por isso mesmo, a autonomia tem que ser concedida em bases muito amplas de forma a assegurar, mesmo ao menor dos grupos, completa autonomia em relação às escolas primárias e ao funcionalismo local, contrariando embora a cultura da minoria dominante.

(*) "Há poucos povos na União Soviética cujos nacionais não sejam encontrados formando minorias em outras regiões do país. Em vista disso, a União Soviética elaborou uma cuidadosa legislação a respeito de minorias, assegurando às mesmas o direito de ter suas escolas e de fazer uso de sua língua vernacula. Onde quer que se encontrem essas minorias são elas organizadas em unidades administrativas nas quais as suas línguas e características nacionais podem manifestar-se livremente" (*Nationalism in the Soviet Union*, por Hans Kohn, 1934, pp. 69-70). "Os graus mais baixos da escala de Soviets na organização política nacional são representados pelos dez circuitos (ou *oblasts*) nacionais (minorias) por 147 *rayons* nacionais (minorias) e cerca de 3.200 Soviets de vila e de cidade. Essas unidades representam pequenos grupos nacionais (minorias) localizados no seio de unidades maiores e que têm o direito de desenvolver a sua cultura nacional. Para fazer justiça aos Soviets é necessário declarar que são concedidas às minorias nacionais todas as oportunidades para cuidar de seus interesses culturais". (*The Soviet State*, por B. W. Maxwell, 1934, p. 26). "Na RSFSR, por exemplo, há dez distritos nacionais, 147 regiões nacionais e 3.200 Soviets nacionais de vila. Na República da Ucrânia, entre 380 regiões, há 25 constituídas por minorias nacionais: 8 russas, 7 alemães, 3 bulgaras, 3 gregas, 3 judaicas e 1 polonesa. Entre o grande número de Soviets de vila nacionais, localizados na Ucrânia, há 16 de moldávios, 10 de tchecos, 4 de rus-

A Manutenção da Unidade

Conquanto o Estado, como um todo, mantenha uma perfeita unidade e tenha até, tal como outros Estados federados, aumentado essa centralização da autoridade, a URSS é o único país em que essa mesma centralização não acarreta nenhuma diminuição da autonomia cultural das minorias e que até ocorre concomitantemente com o fortalecimento das várias culturas regionais. Essa unidade inquebrantável e essa crescente centralização da autoridade são asseguradas por meios que se irão tornando claros à proporção que formos desenvolvendo a nossa exposição. Por enquanto, será suficiente assinalar, em primeiro lugar, que, legal e formalmente, os poderes das autoridades superiores, no sentido de desaprovar e anular, são exercidos, da mesma forma, tanto sobre as Repúblicas e áreas autônomas como sobre as *oblasts*, *rayons*, cidades e vilas; e que a autonomia cultural, conquanto seja estabelecida por lei como um princípio geral, constitui, essencialmente, matéria de prática administrativa. Em segundo lugar, a grande influência niveladora resultante das relações econômicas (o que pode ser exemplificado pelo amplo incremento da industrialização e do coletivismo), que se processam sem levar em conta a raça, a nacionalidade ou limites geográficos, constitui um fator silencioso mas persistentemente

soz brancos, 1 sueco e 1 francês. Na Republica do Abkhazian ha até um Soviet de negros". (*How the Soviet Government Solves the National Question*, por L. Perchik, Moscou, 1932, p. 27). Afirma-se que, em 1935, havia na URSS 5.000 Soviets constituídos por minorias nacionais. A existencia de uma vila de negros com um Soviet, constituído de elementos dessa raça é, ao que parece, um fato único na Europa. Os descendentes de africanos, conquanto não existam na URSS em grandes proporções, vivem ali em número maior do que supomos geralmente. Ao lado dos trabalhadores de varias profissões provenientes dos Estados Unidos e de um pequeno numero de especialistas negros, de elevada educação, contratados para dirigir a cultura do algodão, existem ainda, distribuídos em grande número pelas praias do Mar Negro, descendentes de escravos, africanos. Estes eram comprados antigamente pelos potentados do lugar no mercado de Constantinopla. Pushkin, o primeiro grande poeta russo, era descendente de negros.

unificador. Finalmente, a liderança onipresente e o poder de persuasão do Partido Comunista, organismo essencialmente unitário, mas composto de membros de tôdas as raças e culturas da URSS, asseguram não somente a unidade, mas também a necessária centralização.

Paralelamente a essa conservação e fortalecimento das culturas minoritárias, tem havido uma indisfarçável elevação do nível de civilização. Como primeira e talvez mais importante característica é de notar, entre as minorias nacionais, um aumento considerável do respeito a si mesmas. Na verdade, foram as numerosas populações retardatárias, que tanto sofreram sob a repressão czarista, as que mais lucraram em consequência da política de autonomia cultural adotada pelo Governo Soviético. As diversas minorias nacionais eliminaram já, em grande parte, o seu "complexo de inferioridade", adquirindo assim confiança e coragem. As mulheres, tendo-se alfabetizado, tornaram-se efetivamente livres, abandonando o veu e repelindo o controle do pai ou do marido. As crianças foram quase tôdas providas de escolas e têm à sua disposição institutos e colégios universitários, onde podem fazer uso de sua língua vernácula. A saúde de toda a massa popular foi melhorada. Dispondo de hospitais e de serviços médicos, o povo libertou-se das epidemias e a taxa de mortalidade diminuiu por toda a parte. Tudo isso foi levado a efeito pelas administrações locais, em sua maior parte dirigidas por "nativos", mas sob a constante orientação dos vários Comissariados de Saúde e Educação, bem como do Partido Comunista e recebendo sempre o estímulo e a assistência financeira de Moscou, tudo dentro do princípio de "autonomia cultural". Mais notável ainda foi o desenvolvimento econômico. As tribus nômades, em grande parte, tornaram-se tranquilas colônias agrícolas, agrupadas em granjas coletivas; os camponeses são apoiados em seus novos empreendimentos; as granjas coletivas foram mecanizadas; os trabalhadores excedentes foram absorvidos em grandes empresas industriais, em manufaturas e na mineração, quase tôdas com sede nas próprias localidades; ferrovias adicionais foram construídas; e dezenas de novas cidades surgiram por toda a parte. Tudo isso, em grande parte, verificou-se em

consequência do Primeiro e do Segundo Planos Quinquenais de 1928 e 1933.

Novas bases estatais

Tudo quanto fizeram os bolshevistas e que, por longo tempo, Stalin procurou realizar, é representado por uma coisa que parece não haver ocorrido, como sendo possível, aos estadistas ocidentais. Ao empreenderem a organização federal que examinamos, eles subverteram, definitiva e completamente, a concepção de que a máquina estatal só pode ser montada sobre a base de uma determinada raça ou nacionalidade. A ciência política havia, em grande parte, chegado à conclusão, durante o século XIX, de que a organização estatal nada tinha a ver com a cor da pele ou com a confissão de uma determinada crença. Chegou-se mesmo a admitir a possibilidade de não ser necessária uma língua nacional. Mas, justamente na ocasião em que se fazia o reajustamento das fronteiras européias, de acordo com o Tratado de Versalhes, em 1919, os estudiosos da ciência política permitiram que os estadistas estabelecessem, como base de uma perfeita organização estatal, o princípio da unidade de raça. Essa concepção está ligada, senão conscientemente baseada, sobre uma outra: a da superioridade de uma raça (geralmente a nossa própria) sobre as outras; e está ligada também à crença (que não encontra fundamento nem na história nem na ciência biológica) de que a denominada "pureza de sangue" constitui um elemento do mais alto valor. Os bolshevistas, porém, basearam-se na concepção de uma perfeita igualdade de direitos, como coisa completamente desligada dos atributos de raça, língua, cor ou religião (*). Nem subestimaram, nem superestimaram a cultura

(*) "A maneira pela qual tratam as questões do Governo Nacional e o problema das nacionalidades constitui uma obra prima de simplicidade e elegância. Nenhum dos mais eminentes estadistas hoje existentes noutros países poderia rivalizar com eles em seus métodos para satisfazer os desejos dessas minorias". (*Russia To-day and To-morrow*, por E. J. Dillon, 1928, p. 228).

das minorias nacionais. O que têm procurado fazer é desenvolver cada uma delas de acôrdo com as suas peculiaridades e respeitando a sua língua vernácula. Recusam-se a aceitar a presunção de que existe qualquer inferioridade inerente ou necessária de uma raça em relação a outra. Declaram que a antropologia científica não conhece nenhuma raça, quer seja branca ou preta, cujos indivíduos não possam aperfeiçoar-se extraordinariamente por meio de uma educação apropriada e desde que seja elevado o seu nível econômico e social. De acôrdo com esse ponto de vista, os bolshevistas lançaram a idéia de um Estado não-nacional. Abandonaram a palavra "Rússia". Organizaram a União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, na qual tôdas as raças se encontram no mesmo pé de igualdade. E, justamente por não ser um Estado nacional, pertencente a uma raça superior, a União Soviética começou a tratar as minorias raciais não só com equanimidade, mas também reconhecendo que o seu atraso era devido a séculos de pobreza, recalques e escravidão, deliberou gastar consideráveis somas na educação, empreendimentos industriais e reformas agrícolas que beneficiassem essas raças atrasadas ao invés de proteger as mais avançadas. O que foi conseguido pela URSS, nesse terreno, durante os últimos dezoito anos, constitue um contraste frizante com o que fizeram em relação às suas respectivas raças inferiores os governos da Holanda, da França e até o do Reino Unido, que tem sido o responsável pelo govêrno da Índia e muitas das ilhas das Índias Ocidentais, bem como de grande parte da África, durante mais de um século.

É muito interessante observar que a absorção de povos tão heterogêneos como os da União Soviética foi muito facilitada pelo sistema de Soviets que adotam a eleição indireta ao invés de instituírem um Parlamento eleito diretamente pelo voto das massas. Nenhum grande império conseguiu estabelecer um Parlamento que represente, de fato, a totalidade dos povos que o constituem (*); da mesma forma por que nenhum deles tentou

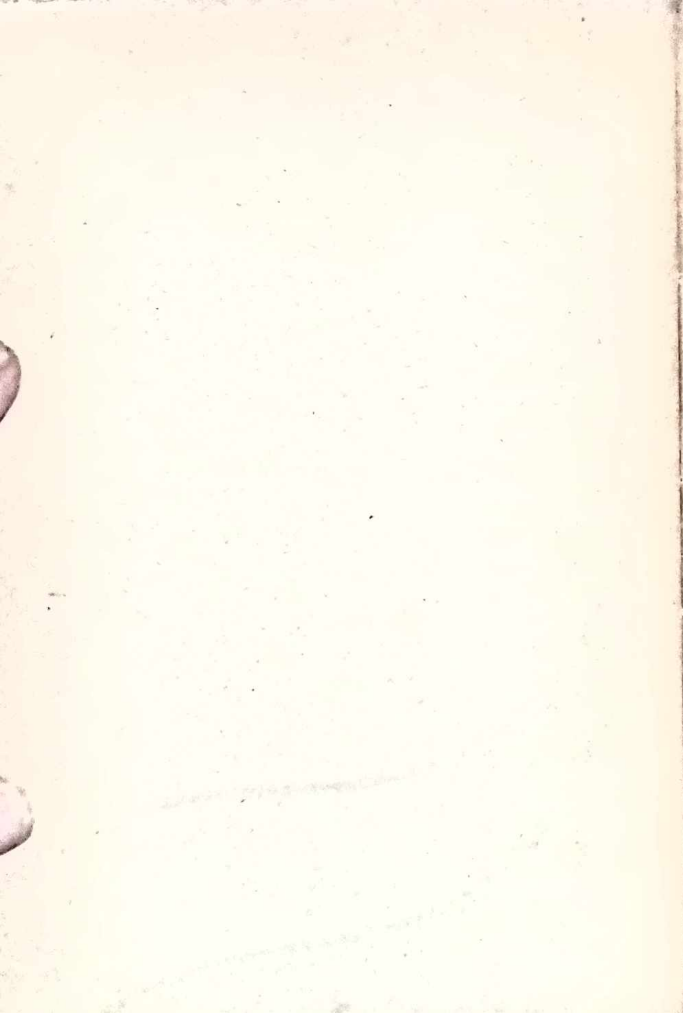
(*) Ninguém pode admitir seriamente que o problema fosse resolvido se os povos da Martinica, de Guadalupe, da Reunião, de

ainda organizar a sua produção e realizar a distribuição das utilidades através de um gabinete responsável perante uma única assembléia popularmente eleita. Mas a URSS considera perfeitamente praticável e eficiente permitir que qualquer vila, em Kamchatka ou na Sakalina, bem como no Círculo Ártico, eleja o seu congresso de Soviets do *rayon* e, indiretamente, ao congresso de Soviets da *oblast* ou da República autónoma e, finalmente, ao Congresso de Soviets da União, com os mesmos direitos e da mesma forma por que o faz uma vila nas províncias de Moscou ou Leningrado. Essas mesmas vilas, remotas e atrasadas (não devemos esquecê-lo), que podem usar a língua vernácula em suas escolas e Côrtes de Justiça, gozam, além disso, do privilégio de preencherem os cargos públicos vagos, mesmo os mais elevados, com elementos da população local. E, o que tem ainda maior importância, seus residentes são elegíveis para o Partido Comunista, organização que superintende a formação de líderes. Assim é que os elementos mais ativos são estimulados e até mesmo compelidos a fazer parte do Partido, onde, como descreveremos mais adiante, recebem um treinamento intensivo e necessário, que os capacita para o desempenho de funções locais e até para a promoção aos mais altos cargos da União. A URSS tem muita razão, portanto, ao proclamar que o sistema soviético, no caso de um vasto império, apresenta vantagens sobre o de uma assembléia parlamentar diretamente eleita.

Na precedente análise da organização soviética, no que diz respeito à representação do "homem como cidadão" e à sua participação na administração dos negócios públicos, o leitor pode ter presumido que a Constituição da URSS foi completamente examinada. É desnecessário dizer que essa impressão será errada. Nem a solidez da base dessa pirâmide de Soviets (com toda a variada especialização de suas sucessivas ordens de Con-

Pondicherry, da Guiana, do Senegal ou da Conchinchina (excetuando-se a Algeria, Tuniz, Madagascar, etc.), egresses representantes seus ao Senado e a Camara francesa ou fossem nomeados, ocasionalmente, para os departamentos ministeriais de menor importância.

selhos e os órgãos administrativos às mesmas ligados), nem a direção e supervisão centralizadas nas mãos de pequenos grupos de estadistas, seriam suficientes para que a União Soviética levasse a efeito com sucesso quer a rápida e extensiva industrialização de um país tão heterogêneo, quer a extraordinária transformação da agricultura, agora em pleno progresso sobre uma sexta parte da superfície terrestre. Para tanto, foi necessária, também, a organização igualmente cuidadosa do "homem como produtor", na hierarquia sindical onde se agrupam tôdas as espécies de trabalhadores assalariados e nas várias associações de produtores particulares, não elegíveis para os sindicatos. Mas, além disso, foi necessária alguma coisa mais: a representação, através das cooperativas de consumo, do "homem como consumidor", afim de assegurar o perfeito ajustamento da produção nacional às necessidades e desejos de todos os membros da comunidade. Além de tudo isso, porém, achamos que mesmo essas três formas em que se desdobram as forças democráticas e através das quais, conforme se proclama, todos os adultos da URSS, com pequenas e crescentes exceções, manifestam a sua vontade, mesmo essas três formas de organização não seriam suficientes para levar avante a extraordinária tarefa empreendida pelos bolshevistas: a transformação, de cima abaixo, da vida econômica, social e cultural de tôda a coletividade que constitui a URSS. Era necessário ainda mais: a formação de líderes, sem os quais não é possível haver continuidade e consistência de governo em qualquer país, por mais democrático que seja o seu espírito e o seu caráter. Foi o que fez a Constituição, por meio de medidas até aqui desconhecidas da ciência política: estabelecendo o exercício contínuo da vocação política. Para que o leitor possa apreciar devidamente a parte da Constituição da URSS que encara o "homem como cidadão" é necessário que examine as outras partes que o encaram como "produtor" e como "consumidor"; e ainda, por último, a que o encara como líder político. Tôdas elas serão examinadas nos capítulos seguintes. O que temos feito até aqui não é, portanto, um resumo da Constituição soviética: será isso o que faremos no capítulo final da I Parte (2.^o volume), intitulado *Democracia ou Ditadura?*



CAPÍTULO III

O homem como produtor

Através de toda a URSS, o homem, no setor da produção, está organizado em dois grupos distintos, que diferem profundamente em suas características políticas, econômicas e sociais. Há, em primeiro lugar, as organizações sindicais, com suas associações profissionais baseadas na concepção que prevalece na Europa ocidental, especialmente na Grã-Bretanha e na Alemanha. Em segundo lugar, estão as associações de produtores particulares que (alheias por enquanto a certos agrupamentos mixtos) (*), podem ser manufatureiras ou agrícolas, podendo ser consideradas como remanescentes do antigo mir ou artel russo. Esses dois tipos de organização das massas trabalhistas, conquanto mantenham relações cordiais e se ajudem mutuamente, são ambas exclusivistas: os membros de qualquer organização de produtores particulares não podem fazer parte das organizações sindicais.

SEÇÃO I

Sindicalismo Soviético

O importante papel desempenhado pelos sindicatos no organismo governamental da URSS foi claramente definido por uma grande autoridade soviética: o próprio Stalín. Essas várias

(*) Tais como as de pescadores e o grupo especial de cooperativas integrais, no Extremo Norte, bem como alguns grupos de "inválidos de guerra" (ex-soldados parcialmente incapazes), a serem estudados numa das subsequentes seções deste capítulo.

associações foram por ele classificadas como "círculos", "alanças" e "forças orientadoras", tôdas elas essenciais à existência do que Lenine considerava "uma organização apoiada em amplas bases e extremamente poderosa", que tornava a Constituição ao mesmo tempo flexível e eficaz. "Quais são essas organizações?" — continuava Stalin. Antes de tudo mais (mesmo antes dos Soviets), estão os sindicatos, com suas ramificações locais sob a forma de associações de produção, educacionais e culturais. Nelas, reúnem-se todos os trabalhadores do comércio e da indústria. Não são, porém, organizações do Partido (Comunista). Nossas uniões sindicais podem ser hoje consideradas como o tipo geral de organização da classe trabalhista, detentora do poder na Rússia soviética. Constituem as mesmas uma escola de comunismo. Delas provêm as pessoas mais capazes de ocupar as posições de liderança em todos os ramos da administração. Representam o traço de união entre os mais avançados e os mais atrasados setores da classe trabalhista, porquanto é dentro delas que as massas trabalhistas estabelecem contacto com as suas vanguardas.

"Em segundo lugar (é preciso notar: apenas em segundo lugar), temos os Soviets com suas múltiplas ramificações locais e nacionais, que se apresentam sob a forma de organizações administrativas, industriais, militares e culturais, ao lado de uma quantidade de grupos espontâneos de trabalhadores, que se agrupam ao redor dessas organizações, ligando-as com o povo em geral. Os Soviets são organizações de massa, agrupando todos os que trabalham no campo e nas cidades.

"Em terceiro lugar, temos as cooperativas de tôdas as espécies com suas múltiplas ramificações. As cooperativas desempenham um papel especialmente importante após a ditadura do proletariado, durante o período de amplas construções. Elas constituem um laço entre a vanguarda proletária e as massas camponesas por toda parte onde estas são chamadas a partilhar da construção socialista.

"Por último, chegamos ao partido do proletariado (o Partido Comunista), a vanguarda proletária. Sua força é prove-niente do fato de atrair para suas fileiras os melhores elementos

de tôdas as organizações da massa proletária. Sua função consiste em *unificar* o trabalho de tôdas as organizações proletárias, sem qualquer exceção, e *orientar* suas atividades para um único fim: a libertação do proletariado. Essa unificação e essa orientação tornam-se absolutamente essenciais. É preciso haver unidade na luta proletária; as massas proletárias precisam ser guiadas na batalha pelo poder e pela construção socialista; e somente a vanguarda proletária, somente o partido do proletariado, é capaz de unificar e orientar o trabalho de organização das massas trabalhistas" (*).

*A História do Sindicalismo na URSS (**)*

Não nos é necessário descrever o lento despertar do sindicalismo russo nas últimas décadas do século XIX, sob desfavo-

(*) *Leninismo*, por Josef Stalin, vol. I, 1928, pp. 29-31. E' necessario não levar muito a serio a posição relativa em que Stalin coloca os varios blocos da estrutura constitucional da URSS, quer quando põe os sindicatos em primeiro lugar, quer quando põe o Partido Comunista por ultimo.

(**) A literatura sobre o sindicalismo soviético, em livros e panfletos, durante os ultimos dezesseis anos, tem sido enorme. Podemos citar, em primeiro lugar, as publicações do Departamento Internacional do Trabalho, da Liga das Nações, tais como *The Trade Union Movement in Soviet Russia* (1927, xii e 287 pp.); e *Wages and Regulations of Conditions of Labour in the URSS*, por S. Zagorsky (1930, VIII e 212 pp.); A essas pode ser acrescentada *Selection of Documents Relative to Labour in Force in the URSS* (British Government Stationery Office, 1931, 200 pp.). O livro, talvez, mais informativo, publicado depois de 1927, é a admiravel monografia intitulada *Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn (1928, Nova York Vanguard Press, ix e 238 pp.); e depois de 1931, *The Soviet Worker*, por Joseph Freeman (1932, vii e 408 pp.); *Die russischen Gewerkschaften; ihre Entwicklung, ihre Zielsetzung und ihre Stellung zum Staat*, por Michael Jakobso (Berlim, 1932, 188 páginas). Ver tambem *Wages Policy in Soviet Russia* por S. Lawford Childs e A. A. Crottet, em *Economic History*, janeiro de 1932; *The transformation of Soviet Trade Unions*, por Anny Hews, em *American Economic Review*, dezembro, 1932; *The Trade Unions, the Party and the State*, por M. Tomskey (Moscou, 1927, 22 pp.); e *The October Revolution and the Trade Unions*, por A. Abolin, 1933, 64 pp.). Muito se pode aprender tambem através de *After Lenin*,

ráveis condições ilegais e constantes perseguições policiais (ü). Será suficiente fixar que, no movimento revolucionário de 1905, surgiram espontaneamente organizações industriais de trabalhadores assalariados em tôdas as áreas industriais. Essas organizações, bem como os Soviets de "operários camponeses", foram os órgãos daquêle levante popular. Em 1905 e, depois, em 1906, uma Conferência Sindical Pan-russa realizou-se em Moscou, representando umas 600 uniões distintas, com um número aproximado de 250.000 membros. Em 1907, uma segunda Conferência estabeleceu relações com o movimento sindical da Europa ocidental, tendo enviado uma delegação ao Congresso Internacional de Trabalho, reunido em Stuttgart. Tôdas essas atividades foram sumariamente reprimidas pela polícia tzarista, em 1908, quando foram dissolvidas 107 uniões por meio de um simples *ukase*. E nos anos seguintes o movimento sindicalista foi praticamente destruído (**). Vários centros industriais man-

por Michael Farbman, 1924; *Civic Training in Soviet Russia*, 1929, e *Making Bolsheviks*, ambos pelos prof. S. N. Harper; *Soviet Russia*, por William G. Chamberlin (1930, viii and 453 pp.); e *The Economic Life of Soviet Russia*, por Calvin B. Hoover, 1931. E' também de valor incalculável *The Report of the Nith All-Union Congress of Trade Unions* (em inglês, Moscou, 1933). Varias das obras acima fornecem extensas listas de documentos e publicações russas.

(*) As mais recuadas tentativas de sindicalismo na Russia parece que datam de 1875, quando Zaslavsky "um organizador e propagandista de talento" estabeleceu em Odessa a União dos Trabalhadores do Sul da Russia, tendo objetivos politicos e industriais e que foi prontamente dissolvida com medidas severas de punição, não sendo permitido aparecer uma palavra nos jornais a seu respeito. Em 1879, uma organização semelhante, a União dos Trabalhadores do Norte da Russia, foi estabelecida em S. Petersburgo por um carpinteiro de nome Stevan Khaltourine, cujos esforços foram reprimidos em 1881 (*Histoire du Parti Communiste de l'URSS (parti bolshevik)*, por E. Yaroslavski, Paris, 1931, pp. 24-25; ver também *From Peter the Great to Lenin*, por S. P. Turim, 1935, pag. 34).

(**) "Os Sindicatos eram proibidos de dar assistência aos grevistas; foram fechados por tentarem intervir no grande movimento grevista; membros de seus órgãos executivos foram presos e exilados para a Siberia; seus fundos confiscados e seus livros recolhidos à polícia; a polícia assistia a todas as reuniões, sendo essas

tiveram, entretanto, grupos "subterrâneos" de propagandistas "ilegais". "A fase de prosperidade industrial — diz-nos Trostky — que se iniciou em 1910, entusiasmou os trabalhadores, dando um novo impulso às suas energias. Os números (referentes a greves) de 1912-1914, eram quase os mesmos de 1905-1907. mas no sentido oposto: de baixo para cima e não de cima para baixo. Sobre uma base histórica nova e num plano mais elevado (há hoje mais trabalhadores e estes têm maior experiência), iniciou-se uma nova ofensiva revolucionária. A primeira metade do ano de 1914 aproxima-se claramente, no número de greves políticas, do ponto culminante do ano da primeira revolução. Mas a guerra irrompeu, tendo interrompido esse processo. Os primeiros meses de guerra foram caracterizados por certa inércia política das massas trabalhistas; mas, já na primavera de 1915, esse torpor começou a dissipar-se. Um novo ciclo de greves políticas iniciou-se, ciclo que haveria de culminar em fevereiro de 1917, com a insurreição de operários e soldados (*)

Foi estimado, entretanto, que, ao irromper a revolução, em fevereiro de 1917, o número total de operários sindicalizados através de todo o império russo não excedia de algumas dezenas de milhares. Durante o intervalo entre as revoluções de fevereiro e de outubro o sindicalismo cresceu com grande rapidez, invadindo todas as áreas industriais. Dessa forma, por volta de junho de 1917 já havia 967 organizações distintas, com um total de membros que se elevava a um milhão e meio. Nessa ocasião, realizou-se a Terceira Conferência Sindical Pan-russa, sendo nomeado um comitê permanente afim de orientar a política do movimento. Assim, por volta de outubro de 1917, o número total de sindicalizados excedia já de dois milhões.

dissolvidas sob o mínimo pretexto e, as mais das vezes, sem a menor razão... O pulso de ferro da reação vitoriosa esmagava cruelmente, no seu berço, as organizações trabalhistas". (*Trade Unions in Soviet Russia*, por A. Losovsky, p. 15; *Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, p. 16).

(*) *History of the Russian Revolution*, por L. Trotsky, 1932, vol. I, p. 55.

Nesse ínterim, surgiu uma aguda rivalidade entre os sindicatos, baseados em organizações profissionais, dirigidas, principalmente, pelos mensheviques, e os Soviets de Operários e Soldados, baseados em organizações criadas nas fábricas e dominadas, então, pelos bolshevistas. Tanto os sindicatos como os Soviets ligavam-se intimamente aos comitês de fábricas, que se haviam organizado espontâneamente nos maiores estabelecimentos de Leningrado e de Moscou. Em junho de 1917, um líder sindicalista assim resumia a situação: "Na Terceira Conferência Sindical Pan-russa (a primeira depois da revolução de fevereiro de 1917, as uniões sindicais cindiram-se em duas alas, devido a dissensões surgidas em tôrno de uma das questões fundamentais do leninismo: a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Os mensheviques, os filiados ao *Bund* (organização independente de trabalhadores judeus) e os Social Revolucionários, que representavam, principalmente, os sindicatos não industriais bem como os pequenos centros urbanos (dos sindicatos industriais, o único que constituia forte núcleo menshevique, embora temporariamente, era a União dos Gráficos), essas três organizações baseavam seus argumentos na premissa de que a revolução, que estava em andamento, tanto no seu sentido político objetivo como em seu conteúdo, era uma revolução burguesa, e, por isso, sustentavam que a tarefa dessa revolução consistia apenas em realizar reformas democrático-burguesas. A premissa dos bolshevistas era exatamente oposta a essa. Sustentavam que a revolução em processo era proletária e socialista, embora pudesse, incidentalmente, realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa (*). Em seu admirável trabalho intitulado *Civic Training in Soviet Russia*, o prof. S. N. Harper descreve essa disputa doméstica e estuda suas conseqüências em relação à estrutura do sindicalismo soviético. "Uma Conferência Pan-Russa de Comitês de Fábrica foi realizada exatamente nas vésperas da revolução de

(*) *The October Revolution and the Trade Unions*, por A. Abolin, p. 7 (Sociedade Cooperativa Editora dos Trabalhadores Estrangeiros na URSS, 1934, 54 pp.).

cutubro. Foi ela convocada por iniciativa dos bolsheviques, a fim de competir com a junta executiva nomeada pela conferência sindical de junho (1917) e na qual os mensheviques dispunham de maioria. Essa luta, entre as duas facções rivais, pelo controle das organizações trabalhistas, foi decidida pela revolução de outubro. Após a vitória dos bolsheviques, os comitês de fábrica e os sindicatos fundiram-se, transformando-se os primeiros em unidades primárias dos últimos". Em janeiro de 1919, o Primeiro Congresso Sindicalista Pan-russo reuniu-se em Petrogrado e reivindicou para si uma autoridade superior à das conferências anteriores. Decidiu esse congresso apoiar a "ditadura do proletariado" estabelecida por Lenine e levar avante a construção do Estado socialista através de toda a URSS. "Com esse objetivo — declarou ele — os comitês de fábrica devem tornar-se órgãos locais da união sindical, não devendo exercer atividades políticas fora do sindicato" (*). O comitê central dos comitês de fábrica devia, pois, ser extinto. Algumas Uniões, assinala o prof. Harper, ou pelo menos alguns de seus ramos, tais como os gráficos de Moscou, "não quiseram reconhecer as decisões do congresso" continuando por algum tempo a sua existência independente como um protesto contra a tomada do poder pela facção bolshévista.

(*) Em aditamento à obra do prof. S. N. Harper *Civic Training in Soviet Russia*, o estudioso poderá examinar, a respeito dessa controversia, o valioso resumo de Michael Farbman, em *After Lenin*, 1924, p. 142; e o interessante panfleto de A. Abolin *The October Revolution and The Trade Unions* (Sociedade Cooperativa Editora dos Trabalhadores Estrangeiros na URSS, Moscou, 1933, 54 páginas). Esta última obra fornece os seguintes dados estatísticos, que mostram o triunfo gradual dos bolshévistas: "Na Terceira Conferência Sindical, realizada em junho de 1917, os bolshévistas e seus aderentes representavam 36,4%, enquanto que os mensheviques representavam 55,5%. No Primeiro Congresso Sindical, realizado em janeiro de 1918, os bolshévistas e seus aderentes representavam 65,6%, enquanto que os mensheviques e seus adeptos tinham apenas 21,4%. No Quinto Congresso Sindical os mensheviques e seus adeptos eram representados apenas por 2,2%, enquanto que os bolshévistas contavam com 91,7% (*ibid.* p. 13).

Durante a década seguinte, a situação e as funções dos sindicatos, dentro do Estado soviético, tornaram-se objeto de agudas controvérsias. Se levarmos em conta o lugar por eles ocupado, hoje, em face da Constituição, poderemos sumariar as fases sucessivas dessa longa disputa. Durante os primeiros poucos meses, que se seguiram à revolução de outubro de 1917, como examinaremos posteriormente, os trabalhadores imaginaram que lhes competia, por meio de seus comités nas várias fábricas, desempenhar as funções dos proprietários e gerentes das empresas em que eram empregados. Em alguns casos, o comité de operários nomeou, não só os chefes de serviço mas também o antigo proprietário, que foi feito gerente. Essa concepção não predominava, aliás, apenas em Petrogrado. Houve um breve período durante o qual o tráfego ferroviário entre Moscou e Leningrado era dirigido pelos funcionários das diversas estações. Até nos navios da marinha mercante soviética, os comandantes recebiam ordens do comité eleito pelas guarnições. Dentro de seis meses, entretanto, Lenine chegou à conclusão de que semelhante controle exercido pelos trabalhadores só podia conduzir à desordem e devia haver, em todos os casos, um diretor nomeado pelos órgãos governamentais e responsável perante esses. Mas, durante longo tempo, os comités operários mantiveram o controle das fábricas. Tinham que ser consultados pelo gerente em todos os assuntos em que tivessem qualquer interesse. Em muitos casos, nomeavam um assistente para atuar junto ao gerente. Até mesmo os comandantes de navio tinham esse assistente, encarregado de verificar todas as suas decisões. O controle mais efetivo dos trabalhadores sobre as indústrias exercia-se, porém, através das juntas ou comissões governamentais, pois nas mesmas havia uma grande proporção de líderes das organizações sindicais. Estas estavam fortemente representadas no Comité Executivo Central e no Supremo Conselho Econômico. Os sindicatos elegiam também o comissário do povo para o Trabalho. Dêles saía ainda a maior parte dos elementos que constituíam a Inspetoria Operária e Camponesa.

Nessa fase de confusão de poderes e responsabilidades, sobreveiu a guerra civil, pondo fim à controvérsia. Os sindicais

tos lançaram-se à luta vigorosamente, fornecendo ao governo a maior parte de suas forças combatentes. As sedes dos sindicatos tornaram-se, principalmente, centros de recrutamento, enquanto que os esforços de quase todos os estabelecimentos industriais se concentraram na tarefa de suprir as necessidades do Exército Vermelho. As uniões sindicais tornaram-se na substância, senão na forma, órgãos do governo. Por simples decisão da maioria dos trabalhadores de uma fábrica, tornava-se obrigatória a filiação do respectivo sindicato. As mensalidades eram descontadas nas folhas de pagamento. Qualquer deficit no orçamento das mesmas era coberto por meio de empréstimos que lhes eram feitos pelo referido governo (*).

Tendo-se verificado a expulsão total, do territorio sovietico, dos ultimos exercitos intervencionistas e sobrevivendo a grande fome, foi instituida, em 1921, como unico meio de prover às necessidades do país enquanto o governo iniciava a construção da industria pesada, a Nova Politica Economica (NEP), que permitia temporariamente certa atividade das empresas capitalistas privadas, tendo como objetivo o lucro individual. Qual viria a ser, então, a situação das organizações sindicais? Trotsky argumentava, de acordo com suas experiencias militares, que os trabalhadores da industria poderiam ser organizados como um exercito trabalhista e os sindicatos deveriam ser formal-

(*) "Durante o periodo de comunismo de guerra, atravessamos uma fase de inflação e depressão que não nos permitia recolher nossas receitas regularmente... e, nessa época, o governo nos emprestou dinheiro. O Estado subsidiava-nos. Hoje, porem, nossas finanças estão em boas condições, não sendo necessario o auxilio do governo, exceto no que é previsto pela Constituição e decorre, logicamente, da propria natureza do Estado proletario. O Código de leis trabalhistas, em seu parágrafo 155, estabelece: De acordo com o art. 10 da Constituição da RSFSR, todos os órgãos do governo devem prestar assistencia às organizações e sindicatos industriais, pondo à sua disposição edificios apropriados ao seu funcionamento, concedendo-lhes reduções nas taxas de serviços publicos tais como correios, telegrafos, telefones, ferrovias e companhias de navegação, etc. Esses são os privilegios e auxilios que nos são concedidos" (*The Trade Unions, the Party and the State*, por M. Tomsky, Moscou, 1927, p. 20).

mente incorporados à máquina estatal como órgãos governamentais. Através dos mesmos ficaria, assim, assegurada a ação comum e poderia ser mantida a disciplina industrial. Lenine, pelo contrario, opunha-se a isso, dizendo que semelhante organização acarretaria uma monstruosa extensão da burocracia. Entendia também que a NEP provocaria inevitavelmente as velhas disputas trabalhistas e, para enfrentá-las, tornava-se indispensavel um sindicalismo independente. Além do mais, nas grandes empresas, que deviam permanecer em mãos do governo, era essencial a presença de administradores e técnicos qualificados, que deviam ser indicados por órgãos do governo tais como os trustes. Achava Lenine que as uniões sindicais teriam muito que fazer, pelo menos durante certo tempo, entregando-se à tarefa de defender os interesses dos trabalhadores contra a exploração dos capitalistas amparados pela NEP, mais do que contra os males da burocracia nos trustes governamentais. De acordo com esse ponto de vista, foi oficialmente resolvido, em dezembro de 1921, que as organizações sindicais se manteriam independentes da maquinaria e do controle governamentais e, muito embora continuassem a ser, essencialmente, uma escola de comunismo, sua função especifica consistiria em melhorar as condições materiais de seus membros, já resistindo à exploração dos empregadores particulares, "já corrigindo as falhas e os excessos dos órgãos econômicos resultantes de uma perversão burocratica da maquinaria governamental". "A tarefa principal das uniões sindicais — segundo ficou estabelecido — é, de hoje em diante, salvaguardar por todos os meios possíveis os interesses da classe proletaria na sua luta contra o capitalismo. A essa tarefa deve ser dada proeminencia indistarcavel. Para esse fim, a maquinaria sindicalista deve ser reconstruida, reformada e tornada perfeita. Deverão ser organizadas comissões de resistencia, fundos de greve, fundos de auxilio mutuo, etc." (*).

(*) Relatório da comissão (de que fez parte Lenine) nomeada em dezembro de 1921 e que se encontra resumido em *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn (Nova York, 1927, pp. 26-27)

Haveremos de ver que as uniões sindicais, ao ser-lhes atribuída a tarefa de defensoras dos interesses materiais de seus membros, principalmente contra os empregadores particulares, ficaram em posição ambígua perante o governo considerado como empregador. Era perfeitamente natural que todos os sindicatos fizessem pressão no sentido de obter maiores salários para seus membros, sem que fosse levado em conta o efeito que daí resultaria sobre os trabalhadores de outras indústrias, bem como os interesses da coletividade em seu conjunto. Enquanto a NEP permaneceu em vigor, deixando viver em liberdade o capitalismo privado, continuou indecisa a posição das uniões sindicais em relação aos empreendimentos do governo. As organizações trabalhistas aprovaram o ponto de vista de acordo com o qual o dia de trabalho devia ser menor, ao mesmo tempo que a produção total tinha de ser aumentada. Concordaram, por isso, de muito boa vontade, com a adoção em ampla escala do trabalho por tarefa, regime sob o qual tanto a produção como os salários individuais seriam aumentados. Mas, quando a NEP foi revogada, passando ao governo e às cooperativas o controle total da produção, não foi fácil aos trabalhadores compreenderem que eles, como classe, não tinham mais inimigos a combater. Daí por diante, qualquer aumento em seus salários, sem o correspondente aumento da produção, não saía da bolsa dos capitalistas: representava um desfalque nas verbas destinadas a serviços sociais e à desejada multiplicação das fábricas, ao desenvolvimento da maquinaria e da eletrificação, o que, para o conjunto da comunidade trabalhista, era, afinal de contas, tão necessário como os seus salários.

Quando, afinal, foi adotada a política dos Planos Quinquenais, verificou-se uma crise. No VII Congresso Sindical da União (1928-1929), surgiu um grave conflito. Trotsky, que havia sido Presidente do Conselho Central das Uniões Sindicais (AUCCTU), órgão supremo de todo o movimento sindical, sem a menor compreensão do problema, entendia que a posição das uniões sindicais na URSS devia ser a mesma por elas assumida nos países capitalistas. Batia-se ele pela completa liberdade das uniões sindicais no sentido de fazer pressão, até onde possível,

pela melhoria cada vez maior das condições materiais de seus associados, baseando-se na presunção de que tais aumentos de salário em determinadas indústrias concorriam para a prosperidade do país. Não competia às uniões sindicais — declarava ele — bater-se pelo melhoramento da técnica, mesmo que isso acarretasse um aumento na produtividade industrial. Ele (ou um de seus adeptos) chegou mesmo a declarar que o governo ver-se-ia, na verdade, em grandes apuros caso quisesse aumentar a produção por meio da "competição socialista" entre os trabalhadores! Não via como as uniões sindicais poderiam controlar as indústrias na base de uma contabilidade comercial e, ao mesmo tempo, desempenharem o papel de representantes e defensores dos interesses de seus próprios membros.

Contra esse ponto de vista de Trotsky, a respeito da função (*) dos sindicatos, foi mobilizada toda a influência do Partido Comunista. Quando Lenine restabeleceu a independência das uniões sindicais, não visara com isso lançá-las nessa luta anárquica em prol de uma elevação de salários, que não levava em conta seus efeitos sobre o necessário aumento da produtividade industrial. A própria existência do Estado soviético estava na dependência do incremento em conjunto da produtividade industrial; e até mesmo, sob esse ponto de vista exclusivo de assegurar uma permanente melhoria de salários para seus membros, o dever das uniões sindicais era o de promover o aumento necessário da produção geral. Nesse mesmo con-

(*) A opinião de Tomsky, a respeito da missão dos sindicatos, era perfeitamente satisfatória para um observador americano muito competente: "Enquanto existir o trabalho assalariado em qualquer país — diz o presidente da AUCCTU, Tomsky — o trabalhador se baterá, naturalmente, por salários mais altos do que os que recebe. E' dever das uniões sindicais conhecer as possibilidades das indústrias e de cada unidade fabril, afim de satisfazer as exigências dos trabalhadores" (*Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, p. 82). Mas a teoria soviética sustenta que as exigências dos trabalhadores não devem ser consideradas em relação à produtividade "de cada unidade fabril" mas à das indústrias em seu conjunto; e não somente em relação a certo grupo de indústrias, mas também às indústrias de toda a URSS, avançando-se ao longo de toda a linha, tanto quanto possível, de maneira uniforme.

gresso, em dezembro de 1928, depois de haver Trotsky expressado seu erroneo ponto de vista, a maioria dos delegados elegeu para o poderoso *presidium* da AUCCTU, o secretario assistente do Partido Comunista, L. M. Kaganóvich, que se dedicou, durante os dois anos seguintes, a uma continuada campanha educacional entre os membros de comités e outros "ativistas" do movimento sindical, visando uma ampla reorganização dos executivos sindicais, tanto na sua orientação politica como no seu pessoal. A essas medidas seguiu-se, nos começos de 1930, uma depuração geral em todos os departamentos do Estado, em consequencia de suspeitas, que surgiram, a respeito da falta de uma cooperação cordial na politica sovietica por parte de pessoas que não provinham da classe de trabalhadores manuais. Verificou-se que "a 1.º de janeiro de 1930 apenas 9% do pessoal da AUCCTU eram constituídos de elementos provenientes das classes trabalhistas. A percentagem de antigos membros de outros partidos em relação ao numero de comunistas filiados ao partido era a seguinte: na AUCCTU, 41,9%; no conselho central dos operarios metalurgicos, 37%; no conselho central dos gráficos, 24%, etc. A "purga" deu em resultado a publicação dos nomes de 19 pessoas no jornal *Trud*, pessoas essas originarias de familias nobres, de comerciantes e clérigos. Havia 18 descendentes de nobres e de comerciantes no comité central da união sindical dos Soviets de empregados. Em 11 dos comités centrais de uniões sindicais foram encontradas 53 pessoas que, no passado, haviam sido ativamente hostis ao proletariado" (*). Todos esses elementos indesejaveis foram eliminados.

Ao reunir-se o IX Congresso Sindical da URSS, em 1931, já era outra a corrente de opinião entre os trabalhadores organizados. Nesse interim, Trotsky, por outros motivos, desentendeu-se com o Comité Central do Partido Comunista e foi afastado da liderança das uniões sindicais a pretexto de seu mau estado de saúde, sendo-lhe confiado outro cargo de menor influencia, conquanto muito honroso (**).

(*) *Report of Nineth Congress of Trade Unions, 1931*, páginas 25-26.

(**) Ele foi nomeado, em 1931, para o cargo de diretor do

Depois do Congresso realizado em fins de 1928, o Comité Central das Uniãoes Sindicais (AUCCTU), sob a influencia de Kaganovich, conceitou os trabalhadores a "lutar pela produção" não somente em sua fábrica ou mesmo na sua industria, mas em todas as industrias consideradas como um todo. O XVI Congresso Geral do Partido Comunista, em 1930, resolveu que era dever das uniões sindicais, naquela ocasião, encabeçar o movimento destinado a incrementar a "competição socialista", organizando "brigadas de choque" (*udarniki*), afim de elevar ao maximo a produção de toda a coletividade. Esse objetivo não foi facil de atingir. Foram necessarios dez anos, aproximadamente, para persuadir os mais extremados sindicalistas de que a sua função como "instrumento revolucionario" contra a autocracia dos empregadores capitalistas e como organização destinada a obter, para os trabalhadores, os salarios mais elevados possíveis, essa função havia cessado desde o momento que desaparecera o empregador capitalista (*). Um esforço educativo permanente foi preciso para convencer a todos os trabalhadores de que o seu interesse pecuniario dependia, não dos "lucros" obtidos por cada uma das empresas isoladamente, mas do produto liquido de todas as industrias da nação, tomadas

Gosidat (depois denominado *Ogiz*) o grande estabelecimento editor da RSFSR. Essa disputa está resumida em *Die russischen Gewerkschaften*, por Michael Jacobson, 1932, pp. 141-143.

(*) Esse fato deve ficar gravado no espirito tanto dos jovens como dos velhos sindicalistas estrangeiros que trabalham na URSS. "A tarefa primordial das uniões sindicais da URSS — declarou Shverník, secretario do Comité Central das Uniãoes Sindicais, em discurso feito perante 130 delegados de trabalhadores estrangeiros, no Palacio do Trabalho, em Moscou (*Moscow Daily News*, 12 de novembro de 1932 — é fazer os trabalhadores compreenderem que, como únicos proprietários dos meios de produção, precisam convencer-se da necessidade de assumir a responsabilidade da manutenção desses meios". "Eis porque — continuou ele — as uniões sindicais soviéticas não são um organismo estanque, mas parte integrante do sistema soviético, cumprindo-lhes prestar assistência à realização dos programas de produção, organizar a competição socialista e as brigadas de choque, bem como atender às necessidades economicas e culturais dos trabalhadores".

em seu conjunto; e mais ainda: aquilo que as organizações sindicais precisavam defender não era a elevação de salários num determinado setor industrial, mas a elevação do padrão de vida, tanto na fábrica, como fora dela, através de toda a URSS.

A estrutura do sindicalismo na URSS

Estamos agora em condições de examinar a diferença entre a estrutura das uniões sindicais na URSS e a das existentes nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Os sindicatos americanos e britânicos, organizados para lutar contra os empregadores industriais, impedindo que os mesmos reduzam os salários de seus filiados, lançam mão, para atingir esse propósito, de contratos coletivos por meio dos quais ficam a coberto da perigosa competição entre os operários sem-trabalho. Por esse motivo, apresentam-se eles sob a forma de uma união de trabalhadores de uma determinada espécie ou de uma determinada indústria, os quais aproveitam todas as oportunidades para exigir dos empregadores o aumento dos salários de seus associados. Cada grupo de operários ou cada fábrica, desesperadamente ansiosos por livrar os seus membros das garras do desemprego, luta por sua própria conta, sem se preocupar com os efeitos daí decorrentes sobre o custo da produção, quer num determinado estabelecimento industrial, quer no conjunto das indústrias. Os sindicatos soviéticos, pelo contrário, não são organizados para combater quem quer que seja e não visam neutralizar a competição entre operários. O interesse pecuniário de seus membros baseia-se na produtividade da indústria soviética, considerada como um todo, e isso resulta, em última análise, da produtividade de todas as fábricas em que eles trabalham. É claro, pois, que o seu padrão de vida não depende do lucro de quem quer que seja mas dessa produtividade conjunta. Mas, além dos salários em dinheiro, as uniões sindicais visam proteger os seus membros contra os acidentes no serviço e interessam-se pelo conforto e salubridade de seus locais de trabalho; discutem e fazem sugestões a respeito das tarefas atribuídas à fábrica; orientam os trabalhos dos tribunais populares onde são julgadas as pequenas faltas cometidas pelos seus membros, verificam a quantidade de

alimentos e outras utilidades que, na "cooperativa de fabrica" (inclusive as novas granjas de fabrica), podem ser adquiridos pelos operarios; administram os fundos de assistencia aos doentes, acidentados e pensionistas, por meio de um comitê eleito pela fabrica; mantêm um "bureau juridico" para a defesa dos direitos de seus membros; providenciam sobre o alojamento do pessoal; instalam clubes destinados à recreação e educação dos seus associados; interessam-se pela organização de locais de ferias; promovem viagens e fornecem entradas para o teatro e para a ópera a seus membros. E' preciso notar que, nessa ampla e sempre crescente esfera de ação dos sindicatos, estes atuam não como uma organização de produtores, uma vez que seus membros não produzem esses serviços, mas como consumidores igualmente interessados pela empresa em que trabalham.

Esse fato esclarece a mais importante diferença existente entre o sindicalismo da URSS e o de outros países: nas uniões sindicais soviéticas, não sendo necessario lutar contra os empregadores que vivem do lucro, mas compartilhando-os operarios na organização da industria em que trabalham, o que a estes interessa é o estabelecimento considerado em seu conjunto de todas as empresas que produzem a mesma especie de mercadoria. Não é, portanto, um determinado ramo de industria que constitue a unidade da estrutura sindical. Como todos os que trabalham numa empresa concorrem cooperativamente para a produção e não certos grupos de determinado grau, idade ou sexo, a união sindical abrange, logicamente, todo o pessoal do estabelecimento desde o gerente geral até ao menino do escritorio, desde o diretor ao aprendiz, desde o especialista cientificamente qualificado ao menos habil de todos os operarios (*).

(*) E' preciso notar que "o principio de unidade sindical" ficou assentado como axiomático na Segunda Conferencia Sindical de 1906, tendo aumentado, desde então, a sua força (*Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, pp. 13-14). A união dos trabalhadores ferroviarios (AZRG), que foi a primeira a estabelecer efetivamente uma união em todo o país, compreendia, desde o seu inicio, todos os graus de trabalhadores ferroviarios, de todos os distritos, desde o superintendente ao mais humilde foguista. (*Die russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 9).

Daí resulta que o sindicalismo na URSS não é nem uma associação, nem uma união industrial. Aproxima-se mais do que se denomina, na Inglaterra, uma união de empregados no seu sentido mais amplo, isto é, de organização nacional. Todos os que trabalham em determinado estabelecimento — o gerente, os técnicos, escriturários e guarda-livros, o diretor, os artífices e operários, os médicos e enfermeiros, bem como os cozinheiros e encarregados da limpeza — todo esse pessoal, em todos os estabelecimentos que produzem as mesmas utilidades ou prestam os mesmos serviços, através de toda a URSS, faz parte do mesmo sindicato, quer o objetivo dessas empresas de âmbito nacional seja a indústria extrativa, manufatureira, de transportes ou de distribuição de serviços, quer sejam organizações administrativas ou instituições culturais de qualquer espécie.

Um outro princípio, decorrente do de visar ao produto ao invés de visar ao lucro, é o da organização de âmbito nacional por estabelecimentos. Todas as dezenas de milhares de estabelecimentos da URSS estão reunidas, para fins de sindicalização, segundo seus diferentes produtos predominantes. Isso motiva que todos os assalariados de cada estabelecimento pertençam ao determinado sindicato em que se acha incluído o estabelecimento. Atualmente, não existem sindicatos locais, nem sindicatos de ofícios ou indústrias. O número de sindicatos separados, que tem variado de tempos a tempos, foi reduzido a 23; depois, em 1931, foi elevado a 47. Na compreensiva reorganização de 1934, foi elevado a 154, com quadros sociais variando entre menos de cem mil e cerca de meio milhão. Podemos acrescentar que, no fim de 1933, o número reunido de sócios contribuintes dos sindicatos elevava-se a cerca de 18.000.000 de pessoas, — muito mais do que em todos os sindicatos reunidos do resto do mundo — representando um total recenseado de 40 milhões, aproximadamente, pelo menos uma quarta parte de toda a população da URSS (*).

(*) Entre os assalariados, os não sindicalizados, que em qualquer ocasião podem chegar a quatro ou cinco milhões, abrangem principalmente: a) camponeses recém-chegados das fazendas, e outros recrutados, nos primeiros três meses de serviço; b) trabalha-

Em anos passados, foi o seguinte o total de trabalhadores sindicalizados:

1917	1.475.000
1918	1.946.000
1919	3.706.779
1920	5.122.006
1921	8.418.362

O total decaiu para 5.846.000, principalmente por causa da exclusão dos artifices independentes (*kustari*) e membros

cores por temporada, que regressam periodicamente às suas casas, no interior, embora parte deles, como os das docas de Leningrado, sejam solidamente sindicalizados; c) trabalhadores das fábricas recém-instaladas, isoladas e distantes de centros industriais, e até onde ainda não chegou a organização sindical; d) assalariados isolados ou em pequenos grupos, ao serviço de *artels* de *kustars* ou em unidades agrícolas particulares; e) uma proporção, rapidamente decrescente, de adolescentes de ambos os sexos, de menos de 16 anos, finalmente, f) um número incerto, pertencente às categorias "privadas" ou "destituídas", que a lei exclue da filiação aos sindicatos, mas que têm permissão para trabalhar como assalariados, pois em alguns casos seus serviços são particularmente úteis. Em setembro de 1931, ao propor o esquema de reorganização, Shvernik (secretário do Comitê Central Nacional dos Sindicatos), lamentou que estivessem fora dos sindicatos 22% do total dos assalariados da URSS. Disse ele que o sindicato dos trabalhadores agrícolas do Estado só tinha 49%; os da pecuária e os da turfa, somente 51% dos empregados, ao passo que os de construções ferroviárias não iam acima de 61%. Mesmo os trabalhadores das estações de tratores e máquinas só tinham 73%, os da construção civil 74%, e os mineiros apenas 77% em seus respectivos sindicatos. (*Moscow Daily News*, 10-9-1934). São as seguintes as regras de admissão, revistas em setembro de 1931 pelo Congresso Geral dos Sindicatos (AZRG): Todos os que trabalham permanentemente assalariados poderão ingressar num sindicato nos primeiros dias de emprego. Os trabalhadores por temporada podem ingressar logo que tenham completado dois meses de trabalho ininterrupto, podendo esse período ser posto de lado se os candidatos tiverem trabalhado nas mesmas condições no ano anterior. Os trabalhadores das fazendas coletivas, que se dedicarem a trabalhos industriais, de transportes ou de construções civis como assalariados, podem ingressar imediatamente no respectivo sindicato. (*Ekonomischekaja Zhizn*, 10-9-1931).

das associações cooperativas de proprietários-produtores, ou dos antigos artels. Continuou a declinar até 1923. Depois, tornou a subir:

1924	5.822.700
1925	6.950.000
1926	8.768.200
1927	9.827.000

A hierarquia sindical (como já explicamos, empregamos esta palavra sem que ela indique dependencia de autoridade superior), como os demais componentes da estrutura constitucional da URSS, é estabelecida, em cada sindicato, por uma serie de eleições indiretas, partindo da base da eleição popular direta procedida pelos membros do sindicato, quer tenham como remuneração salários ou vencimentos, independentemente de sexo, ofício, vocação, graduação ou valor da remuneração. Reunem-se em comícios relativamente pequenos, de homens e mulheres empenhados num mesmo trabalho, manual ou intelectual, em qualquer espécie de estabelecimento industrial ou não. Só gradualmente se transformou essa organização sindical numa piramide de base ampla, de constituição uniforme em todos os sindicatos da URSS. Até agora, porem, esta evolução não se acha terminada. A situação em 1933 foi bem exposta num discurso de Shverník, Secretário Geral do Comité Central Nacional dos Sindicatos (AUCCTU): "Temos atualmente 47 sindicatos, cada qual dirigido por seu próprio comité central. Os comités centrais... têm comités regionais... abaixo deles; seguem-se os comités de fabrica (*fabkom*) e os comités locais (*mestkom*) em instituições soviéticas; além deles, há os organizadores de grupos sindicais. Este principio de constituição dos sindicatos... permitiu-nos reunir na esfera da organização sindical todas as empresas, todas as instituições soviéticas e de negocios (comercio).

Existem atualmente 513.000 grupos sindicais, porém o nucleo basico... é o comité de fabrica (*fabkom*) e o comité local ou *mestkom* nas organizações soviéticas e comerciais. Exis-

tem 186.640... comités dessa espécie. Há 883 departamentos regionais... e... 47 comités centrais de sindicatos. Todos os ramos da economia nacional se acham abrangidos pelas organizações sindicais, que reúnem em suas fileiras 75% do total dos que trabalham, por salários ou vencimentos, em nossa economia nacional" (*).

A base da hierarquia sindical é constituída pelos comícios para escolha dos comités de fábrica (*fabkom*), que, nas repartições governamentais, estabelecimentos comerciais e todas as instituições não industriais, é denominado comitê de local (*mestkom*). A norma é um comitê abranger todo um estabelecimento. Mas nas grandes cidades há empresas tão pequenas que varias delas têm que ser agrupadas para a eleição de um comitê de fábrica. Unidade assim diminuta, porém, é mais característica de estabelecimentos não industriais, como hospitais e outras instituições médicas, escolas, faculdades e universidades, instituições de pesquisas e divisões locais de departamentos do governo. Como acontecia mesmo antes da revolução, o estabelecimento industrial típico da URSS tem milhares de trabalhadores empregados em seus diversos departamentos, em numerosos edificios separados, construídos em area extensa, frequentemente superior a dois quilometros. Assim é que as Usinas Rostselmash de Maquinas Agricolas, em Rostov sobre o Don, que não são as maiores porem empregam 13.000 trabalhadores, têm 32 oficinas separadas, nas quais existem não menos de 481 "brigadas" (**). Cada brigada realiza suas proprias reuniões para discussões e para eleger seus proprios organizadores, sindical e educacional, que geralmente não são remunerados. Deve haver tambem um

(*) *Discurso de saudação aos delegados estrangeiros*, por N. M. Shverník, pronunciado em 8-5-1933. (Moscou, Sociedade Cooperativa de Publicidade dos Trabalhadores Estrangeiros na Rússia, 1933, p. 6). O número de grupos sindicais é o indicado no discurso de Shverník ao Congresso Geral dos Sindicatos. Vide *A União Soviética no Limiar do Segundo Plano Quinquenal* (mesmos editores, p. 94).

(**) Uma brigada pode ser determinada turma ou grupo empenhado numa tarefa em conjunto.

cobrador de mensalidades, não remunerado, e um ou mais delegados do seguro. Realizam-se também em cada oficina as reuniões de seus membros, numa das quais se elege para o semestre seguinte um comitê de sete membros, com um presidente e um secretário (comitê de oficina). Para o comitê de fábrica deste grande estabelecimento, os membros do sindicato reúnem-se semestralmente em suas várias oficinas, cada uma das quais elege um delegado, ou mesmo dois ou três nas maiores, perfazendo o total de 51. O numero total de membros dos 186,640 *fabkoms* e *mestkoms* da URSS é avaliado em cerca de 2.000.000, aos quais devemos acrescentar aproximadamente um milhão dos varios sub-comitês ou comissões que funcionam sob os comitês. Assim, além dos funcionários, remunerados e gratuitos, pelo menos 15% dos membros dos sindicatos se acham ativamente empenhados nos trabalhos dos comitês (*).

(*) Pode-se observar que estes comícios populares para tratar de assuntos sindicais (incluindo as eleições de delegados junto a outros Conselhos e comitês) diferem dos comícios de operarios, também efetuados nas fabricas, repartições ou instituições, separadamente e em datas diferentes, e dos quais emana a hierarquia soviética. Assim procede o comicio sindical: a) admite trabalhadores abaixo de 18 anos, mas é limitado aos que contribuem para os sindicatos, não importando qual a sua idade; b) suas decisões, em sua esfera de ação, e desde que não contrariem as leis, só podem ser vetadas pelas autoridades superiores da hierarquia sindical, e não pelas da hierarquia soviética; c) não corresponde em coisa alguma aos comícios que não sejam de fabrica, nos quais podem votar para os Soviets os trabalhadores não organizados, quer sejam domésticos ou não assalariados. Os comícios sindicais são invariavelmente realizados no recinto da fabrica, repartição ou instituição, que, para tal fim, deve ser gratuitamente posto à disposição do sindicato, à noite ou em qualquer outra ocasião fora das horas de trabalho, respeitada a conveniencia dos participantes. Embora seja de 16 anos a idade minima para o ingresso no quadro sindical, só podem votar nas eleições os que completaram 18 anos. Os que empregam parte do tempo em mais de uma fabrica, repartição ou instituição podem comparecer aos comícios de todas, mas só podem votar uma vez, em qualquer das eleições.

As eleições sindicais na URSS

Não se deve imaginar que essas eleições sindicais se processassem com timidez ou indiferença. As resoluções do XVI Congresso Pan-Russo do Partido Comunista, repetidas em substância no Quinto Plenum do AUCCTU em 1931, ocuparam-se minuciosamente das providências a serem tomadas, em cada estabelecimento de cada sindicato de toda parte da URSS, para fazer da eleição um ensejo para uma campanha estimulante entre todos os assalariados, dos quais os "ativistas" — os que efetivamente tomavam parte nos trabalhos das campanhas — eram mais de 2.000.000. Só em Moscou havia mais de 160.000 (*).

A campanha eleitoral sindical de 1931 não foi absolutamente um esforço excepcional. Em 1933, encontramos o AUCCTU,

(*) Vide discurso de Shverník perante o IX Congresso Geral dos Sindicatos (*A União Soviética no Limiar do 2.º Plano Quinquenal*, 1933, p. 96). Como resultado imediato desta campanha por toda a URSS, foram apresentadas não menos de 1.200.000 propostas de filiação aos sindicatos, mais de 150.000 para a Liga da Juventude Comunista (*Komsomols*), e 160.000 para filiação ao Partido Comunista. "As fileiras dos trabalhadores de choque foram reforçadas pelo acréscimo de 920.000 novos militantes. Organizaram-se 130.000 novas brigadas de choque e de contabilidade. Foram apresentadas (às administrações) 250.000 recomendações de trabalhadores... Como resultado desta campanha, numerosas empresas começaram a reorganizar seus planos industriais e financeiros. Resumindo o trabalho dos sindicatos com relação à campanha eleitoral, devemos dizer de início que, em país algum, a não ser na Rússia Soviética, em nenhuma outra união sindical, a não ser na dos Soviets, existe uma democracia sindical tão elevadamente desenvolvida". (*Ibid.*) Na "campanha das convenções coletivas" de Dniepropetrovsk, em 1933, "preparatória do então próximo IX Congresso Sindical", "os 40.000 trabalhadores das usinas metalúrgicas de Dniepropetrovsk corresponderam... com grande entusiasmo. Durante aquele período, organizaram-se 282 novas brigadas de choque e 98 brigadas de contabilidade de custos. O Partido Comunista recrutou 286 novos membros; 60 ingressaram nos sindicatos. Mais de 75% dos trabalhadores frequentavam escolas técnicas" (panfleto de L. Kaufmann, publicado pela Soc. Cooperativa de Publicidade dos Trabalhadores Estrangeiros, 1932. Ver também *Moscow News*, edição semanal, de 23-3-1932).

que é o vértice da pirâmide sindical de toda a URSS, novamente emitindo instruções pormenorizadas para outra campanha, ainda maior (*). Ordena ele que, em 1933, se deve "fazer dessas eleições o ensejo para uma resoluta auto-crítica proletária, tanto por meio de brigadas voluntárias "de verificação", constituídas pelos trabalhadores para revisão dos trabalhos de seus representantes, como de comícios de "prestação geral de contas", nos quais todos os funcionários sindicais, desde os cobradores de mensalidades de grupos até os presidentes de comitês de fabricas ou de usinas, deviam relatar, aos sindicalizados e aos não sindicalizados, o que haviam feito durante o ano. A "campanha eleitoral" devia auxiliar na investida contra a abstenção eleitoral, no treinamento de novos operários e em fazê-los ingressarem nos sindicatos, propagando além disso conhecimentos sobre realizações construtivas. A campanha devia dar novo impulso à competição socialista e ao trabalho das brigadas de choque, assim como ao trabalho de melhoramento das condições de vida dos trabalhadores. Todo o trabalho da campanha eleitoral deveria basear-se na competição socialista entre os varios grupos sindicais do estabelecimento e entre estabelecimentos, para a melhor mobilização das massas operárias para a execução do Plano; para o maximo melhoramento das condições de vida; para o comparecimento de 100% aos comícios eleitorais; para o ingresso de novos trabalhadores no sindicato". Antecedendo os comícios eleitorais, deve haver outros, preliminares, "de prestação de contas", nos quais cada funcionario e representante teria que prestar contas de sua administração, assim como reuniões para discussão nos grupos formados por brigadas ou turmas. O relato do trabalho efetuado deveria ser apresentado nos "jornais murais", cuja renovação seria feita diariamente enquanto durasse a campanha. Deveria ser feito o máximo emprego do radio, do cinematografo, da imprensa local, de "noites de perguntas e respostas", de comícios de esposas e filhos de ope-

(*) Vide as extensas e detalhadas instruções para a "campanha eleitoral", publicadas no órgão oficial dos sindicatos, *TRUD*, que foram dadas em resumo no *Moscow Daily News*, de 12-12-1932.

rarios, e assim por diante, afim de "mobilizar as massas" para tomarem parte nas eleições e compreenderem os problemas. Para redigir o programa da campanha eleitoral e designar as datas dos varios comicios, juntamente com a publicação dos nomes dos candidatos e efetuar as eleições, haveria comissões eleitorais especiais em cada oficina e no estabelecimento em conjunto, escolhidas por membros dos sindicatos nos comicios de prestação de contas ou em outros, especialmente convocados, e confirmadas pela autoridade sindical imediatamente superior. As designações podem ser feitas oralmente, num comicio, ou por meio de uma lista de nomes, assinada. Cinco dias antes da eleição, a lista de candidatos deve ser afixada em todas as principais oficinas, nos departamentos, nos clubes, nas "esquinas vermelhas", nos acampamentos e nos trens de trabalhadores, mencionando-se nelas a experiencia de cada candidato quanto à produção e o trabalho social por ele desenvolvido, com o nome de quem o apresenta. No comicio eleitoral devem estar presentes 75% dos sindicalizados que na epoca estejam efetivamente trabalhando. A votação é por meio da mão erguida, sendo os votos contados por escrutinadores eleitos pelo comicio. Para ser eleito, o candidato deve ser aprovado por 60%, pelo menos, dos eleitores presentes. Não há eleição por simples maioria.

Não temos informações quanto à amplitude da "vivacidade" dessas campanhas eleitorais sindicais em todo o país. Bem pode ser que, numa vastidão como é a URSS, com eleitorados de mui diferentes habitos e capacidades, as bem intencionadas instruções expedidas pela mais elevada autoridade sindical nem sempre sejam plenamente obedecidas. Ficamos, porem, impressionados por varios testemunhos sobre o assunto. As reuniões de trabalhadores são frequentes e comportam 50 e às vezes 75% do seu total; nelas tomam parte pessoas de ambos os sexos. Apresentam elas ensejos para muitas discussões livres sobre personalidades, política industrial e condições locais de vida. Há o louvavel desejo de encorajar os participantes mais jovens e mais novos e de injetar sangue novo nas comissões. Parece-nos mui digno de nota que os postos não são monopolizados pelos membros do Partido Comunista, que indubitavelmente consti-

tuem a maioria dos "ativistas", intensificando as campanhas eleitorais. Pelo contrário, promovem abertamente a eleição de numerosos candidatos "não partidários", dizendo francamente que o fazem para torná-los participantes reais no trabalho da administração, o qual, para ser bem sucedido, tem que ser baseado na adequada representação de todo o povo (*).

Não se têm dados exatos relativamente ao total de comitês, na URSS, para a eleição de comitês de fabrica, mesmo em cada um dos 154 sindicatos. Evidentemente, porem, esse total é muito grande, chegando a dezenas de milhares em alguns sindicatos. Para o total de 18.000.000 de membros dos 154 sindicatos, deve chegar a perto de um milhão o numero de reuniões interessadas na eleição de nada menos de 513.000 grupos, brigadas ou turmas e cerca de 1/3 deste numero de membros de comitês. Visto que essas reuniões de sindicalizados se efetuam espaçadamente durante o ano — embora somente uma ou duas vezes para a eleição dos comitês de fabrica —, o seu total de comparecimentos, na URSS, deve ser aproximadamente de 5.000.000 em cada 12 meses, o que, sem duvida, é uma ampla base popular para a hierarquia sindical!

Essas reuniões, porem, são muito mais que a base de uma hierarquia. O estudante da ciencia politica não deve permitir que a excitação das campanhas eleitorais nos sindicatos obscureça o trabalho diario e mais solido dos diversos comitês e comissões, Conselhos regionais e comitês centrais de cada sindicato, nos quais, como vimos, afora os funcionarios remunerados, estão continuamente empenhados não menos de 2.000.000 de membros. Deve-se ter em vista que o *fabkom* e o *mestkom* têm grande parte a desempenhar na administração corrente da fabrica, repartição ou instituição. São frequentes e prolongadas as reuniões para esses fins, muitas vezes com trabalhosas ordens do dia, que

(*) Possuimos dados referentes à Usina de Máquinas Agrícolas de Rostov (Rostselmash). Dos 51 membros do comitê da fabrica, somente 24 eram membros do Partido Comunista, isso em 1932. Essa proporção mantinha-se em grande parte nos 32 comitês de oficina e entre os 400 funcionarios sindicais (gratuitos, na maioria).

diferem de uma empresa para outra. O gerente ou diretor, e os técnicos mais de perto interessados, reúnem-se, em pé de igualdade, com os representantes de todas as categorias do estabelecimento. Aos nossos olhos ocidentais, com frequencia, é mais surpreendente de que uma reunião de fabrica a administração de uma instituição não industrial por um desses comités (*mest-kom*). Nós mesmos tomamos parte, durante nossa viagem, numa reunião do "Soviet de navio", pertencente ao Sindicato dos Maritimos, na qual o capitão apresentou as contas de bordo a toda a tripulação, explicando as verbas respectivas. Quem presidiu foi um dos eletricitas, estando representadas todas as secções da tripulação, inclusive algumas mulheres. Como as contas indicavam um prejuizo na viagem, foram feitas algumas criticas às despesas. Um marinheiro indagou por que se ocupava para os navios um dispendioso trecho de cais no Tamisa. Respondeu o capitão que a despesa de cais era bem compensada pela proximidade do mercado de manteiga. Um dos dispenseiros perguntou por que se mantivera tão grande velocidade durante a ultima viagem; a resposta foi que se esperava melhor preço para a carga se ela pudesse chegar ao Tamisa antes de uma data marcada. Seguiram-se muitas outras perguntas e respostas. Era impossivel não se ficar impressionado com o valor educacional da discussão, assim como pelo completo sentimento de camaradagem entre todas as categorias e por se sentirem todos empenhados numa tarefa comum.

Damos um outro exemplo, relatado por uma enfermeira norte-americana, de uma reunião ordinaria do sindicato dos trabalhadores em serviços medicos, num hospital de Leningrado. "As reuniões ordinarias destes sindicatos podem tornar-se movimentadas, com uma pitoresca lavadeira de lenço vermelho na presidencia, secretariada por uma doutora graduada pela Sorbonne, e comités incluindo até o tolerante e bem humorado diretor da instituição, que pode ter sido famoso especialista há quinze anos passados, um inflamavel e jovem medico, que divide seu entusiasmo entre o comunismo e as pesquisas medicas, um sonolento encarregado do fogão, cujas botas altas rescendem a couro mal curtido e varias filas de murmurantes e impassiveis

enfermeiras e arrumadeiras. As reuniões prolongam-se pela noite adentro, pois que nelas se discute e decide grande parte da minuciosa administração do hospital ou clínica. Complicados detalhes técnicos têm que ser vagarosamente expostos em linguagem simples, sobrecarregando frequentemente a paciência dos médicos vivazes, porém, quando a sessão termina, em geral já se chegou a uma compreensão bastante clara da situação, com a cooperação inteligente dos diferentes grupos do pessoal. Estas reuniões sindicais são uma verdadeira escola da democracia" (*).

O Comité Sindical de Fábrica

O comité sindical (FZK) de fábrica ou de instituição (*fabkom* ou *mestkom*), de 5 a 50 membros, tem funções importantes, variadas e ininterruptas. As reuniões de seu *plenum* podem ter intervalos até de um trimestre (**), mas o *plenum* elege sempre, anualmente, um presidente e um secretário, que, em todas as unidades mais importantes, geralmente devotam todo o seu tempo ao trabalho sindical. Elege também um *presidium*, de seis a doze membros, que em geral se reúne uma ou duas vezes por quinzena (***). O comité assume, com relação a todos

(*) *Health Work in Soviet Russia*, por Anna J. Haines, p. 33.

(**) Nas grandes instalações industriais, os comités das várias oficinas, turmas ou brigadas, a que já nos referimos, reúnem-se geralmente três ou quatro vezes por mês, independentemente das reuniões do comité de fábrica (*fabkom*).

(***) Entre os sub-comités ou as comissões usuais, abaixo do comité de fábrica, estão os seguintes: 1) para proteção aos trabalhadores e cuidado com sua saúde, incluindo-se o cuidado com as máquinas para evitar acidentes, a habitação, as creches, as casas de repouso, etc.; 2) de "assuntos culturais e educacionais", incluindo aulas técnicas, bibliotecas, gazetas murais, entradas para teatros, etc.; 3) remuneração e litígios sobre salários; 4) produção, incluindo todos os melhoramentos possíveis dos elementos de produção; 5) exames de contas; 6) finanças; 7) assistência internacional aos trabalhadores; 8) sociedade cooperativa; 9) administração do clube. Frequentemente há muitas outras.

os que trabalham na fabrica, repartição ou instituição, a administração detalhada dos varios ramos do seguro social; providencia sobre o encaminhamento de trabalhadores às colonias de ferias ou de convalescença; dirige o clube da fabrica, a cantina ou os restaurantes, quaisquer empreendimentos culturais na fabrica, e até se encarrega de distribuir entre os trabalhadores os bilhetes de entrada em teatros ou concertos, postos à sua disposição. Pode haver comissões encarregadas de cada um desses trabalhos, separadamente, ou de todos em conjunto, para as quais sejam solicitados os serviços de sindicalizados não eleitos para o comité de fabrica (*). Os funcionarios e o *presidium* do comité mantêm relações constantes com a direção da fabrica, repartição ou instituição, sobre a qual não têm verdadeiro controle, devendo a direção, porem, informar sempre o comité de fabrica sobre as modificações propostas, discutir com ele quaisquer desentendimentos com os trabalhadores, ouvir suas sugestões e consultá-lo de modo geral quanto à possibilidade de incrementar a produção, reduzir os desperdícios e diminuir os custos. E' o comité de fabrica que organiza as brigadas de choque, e, em beneficio dos trabalhadores, entra em "competições socialistas" com outras fabricas, repartições ou instituições, para ver qual conseguirá maiores resultados num determinado periodo.

Convenções coletivas na URSS

Os sindicatos sovieticos desempenham tão grande parte na administração social e exercem tão variadas funções, que o observador estrangeiro está sujeito a subestimar o vulto e a importancia do seu trabalho nas convenções coletivas. Longe de haver, na Russia, menos convenções desta natureza do que na

(*) Os que empregam todo o seu tempo no trabalho sindical recebem do fundo sindical vencimentos iguais aos proporcionados por seu trabalho na fabrica. Aos demais, concede-se "tirar tempo", sem objecção por parte da gerencia e sem prejuizo de salario, para se desincumbirem de quaisquer encargos para que seus companheiros os tenham escolhido.

Grã Bretanha ou nos Estados Unidos, ou mesmo na Alemanha pre-hitlerista, há realmente muito mais convenções do que em qualquer outro país do mundo. Esclarecendo este ponto, adiantaremos um assunto, que explicaremos mais pormenorizadamente em capítulo posterior, intitulado *A Produção Planificada para o Consumo da Comunidade*.

Na URSS, como em todos os países em que o sindicalismo evoluiu da fase das pequenas combinações locais para a das uniões nacionais, abrangendo indústrias inteiras, os horários de trabalho em cada indústria são fixados, não pelos diversos estabelecimentos ou segundo as localidades em que a indústria se exerce, porem por negociações entre comités representando respectivamente o total dos trabalhadores e o das administrações no país. No que se refere às tarifas básicas das remunerações por tempo de trabalho em cada sindicato e ao coeficiente de aumento a ser aplicado a elas no ano seguinte em toda a indústria soviética, a convenção coletiva se concentra principalmente numa discussão prolongada e de múltiplos aspectos, nos primeiros meses de cada ano, entre o AUCCTU e os comités centrais de todos os 154 sindicatos, de um lado, e do outro os representantes do *Sovnarkom* (Soviet dos Comissários do Povo), juntamente com as administrações dos vários trustes e serviços públicos. A nota predominante nestas discussões não é de conflito nem luta entre duas partes hostis, cada uma empenhada em destituir a outra de alguma coisa a que se apegava em seu próprio benefício; é, antes, um exame objetivo dos fatos estatísticos e um estudo das normas do bem público, que ambas as partes concordam em atender.

Disse um representante sindical que “a feição característica das convenções coletivas soviéticas é a ausência do partido inimigo”. De fato, não é tanto uma nova tarifa de salários que se procura determinar, mas o “Plano Geral” da indústria soviética, para um ou mais anos a seguir. Nele, como explicaremos noutro capítulo, a quantia dos salários é apenas um dos fatores determinantes. A realização das convenções coletivas está longe de ser apenas uma série de rixas entre o “trabalho” e o “capital” quanto ao limite flutuante entre os salários e os lucros.

O que surge da discussão é a distribuição específica de todo o produto líquido da indústria da comunidade, à qual se chega pelo acordo quanto à natureza e à totalidade das quantias a serem destinadas a determinados fins de interesse comum. Embora não haja tributo de aluguel ou lucro a deduzir, reconhece-se que não é possível distribuir todo o resultado como "remuneração pessoal". Deve-se destinar, anualmente, parte considerável, não só aos consertos e à depreciação das instalações, como também à ampliação da indústria nacional e à construção e equipamento de novas minas, fábricas, estradas de ferro e embarcações. Reconhece-se em geral que essa expansão é necessária, não apenas para atender à clamorosa procura de mais utilidades por parte dos trabalhadores, mas também para tornar a URSS o mais independente possível da hostilidade dos Estados capitalistas. Não vemos limite para esta procura real de produtos mais abundantes e melhores, e, como se verá noutro capítulo, não há razão para se supor que surja limite em tempo algum. De fato, uma das condições essenciais da "Produção Planificada para o Consumo da Comunidade" é a de fazer que a procura por parte do povo seja sempre uma "procura real", quer quanto a utilidades e serviços, quer quanto a férias e redução das horas de trabalho. O incremento anual, porém, da indústria é necessariamente limitado pelas forças imediatamente disponíveis e sobretudo pela força de trabalho da sempre crescente população, congestionada pelos camponeses que a mecanização da agricultura está constantemente dispensando.

Neste ponto, pesam irresistivelmente as estatísticas elaboradas todo ano pela Comissão de Planificação do Estado. Não há interesse para ninguém em desperdiçar nenhuma parcela da força de trabalho que se torne disponível e permitir assim o ressurgimento do desemprego. A seguir, há as necessárias "despesas gerais" da nação, o custo de todos os departamentos governamentais, da defesa nacional e da administração da justiça, juntamente com um assunto em que os trabalhadores da URSS se interessam mais vivamente de que os de qualquer outro país: a exploração e as pesquisas científicas. Aí, também, o cálculo depende muito das estatísticas de quanto se pode empreender

imediatamente dentro do programa já aprovado pelos representantes do povo. Finalmente, há o custo total avaliado dos serviços sociais, amplos e em constante expansão, incluindo não somente todo o sistema educacional e “pre-escolar”, com todas as suas matriculas; o vasto serviço medico estatal, em suas inumeráveis formas; a interminável tarefa do saneamento e do re-alojamento de toda a população; o sempre crescente seguro social, para o qual não contribuem os trabalhadores; os meios de recreio físico e mental, de toda espécie, organizados com caráter publico, e assim por diante. Toda essa despesa — elevando-se atualmente a cerca de 50% do que o trabalhador retira em dinheiro como sua remuneração — é significativamente conhecida como “remuneração socializada”. Ela constitue sempre assunto de pressão por parte dos sindicatos, porém pressão no sentido de seu aumento, não obstante o fato evidente de cada *kopek* de aumento diminuir o saldo disponível para distribuição como “remuneração pessoal”. É o total do que resta, depois de feitos no produto avaliado para o ano os “cortes” que citamos, que os sindicatos aceitam como a soma global disponível para a remuneração pessoal de todo o conjunto de trabalhadores manuais ou intelectuais. É o total desse residuo, dividido pelo numero total de trabalhadores, que torna possível o calculo do coeficiente do aumento da remuneração por tempo, isto é, a porcentagem do aumento sobre as tarifas do ano anterior.

O modo exato pelo qual esse fundo global de remuneração será dividido entre todo o exercito de trabalhadores que recebem salarios ou vencimentos fica, em grande parte, a cargo dos comitês centrais dos 154 sindicatos, em consulta com a sua entidade unitiva, o AUCCTU (All-Union Central Committee of Trade Unions), Comité Central Nacional dos Sindicatos. Damos aqui apenas um ligeiro resumo do processo, fazendo no capitulo subsequente, *Em Lugar do Lucro*, uma exposição, mais completa, da teoria e da prática. Por agora, basta dizermos que os sindicalistas da URSS, depois de varias experiencias por meio de “tentativas e erros”, concordam num sistema comum de gradação, que se vai continuamente ajustando melhor às peculiaridades tecnicas e às circunstancias modificaveis das di-

versas localidades em que se leva a efeito cada industria. Por um lado, deve haver disposições especiais para a remuneração de aprendizes e outros principiantes e de outros trabalhadores indispensáveis porem não produtivos, como porteiros e escurituarios. Por outro, há estudo especial quanto aos tecnicos especialistas e aos administradores, os quais, como devemos lembrar-nos, são todos membros do sindicato interessado. Em todos estes casos, tornou-se claro aos interessados que o fator decisivo é a necessidade de atrair a cada industria e a cada localidade os indispensáveis "quadros" de pessoal habilitado e capaz.

O problema não consiste em apurar o minimo por que se pode obter o pessoal indispensavel, mas em descobrir os meios de atrair e adestrar gente para diminuir do modo mais eficiente possivel os claros existentes nos quadros. Depois disso, a maior parte dos trabalhadores manuais é dividida em oito ou mais categorias, como se julgar mais conveniente aos processos industriais; essas categorias não correspondem ao officio ou à função, mas aos graus de habilitação ou capacidade, baseando-se muito na escassez relativa. As categorias são, de fato, para fins de remuneração, fixadas de acordo com o denominado "valor social", que significa, na verdade, a relativa escassez de obreiros de determinada capacidade para executar as operações necessárias. Essa tarifa progressiva de remuneração eleva-se desde o indice 1 para o trabalhador sem habilitação até 2, 4 ou 8 vezes aquele indice, por mês, para diferentes graus de habilitação ou capacidade. Qualquer trabalhador pode ingressar em qualquer categoria cujo trabalho ele possa executar. O jovem zeloso e cheio de aspirações, que se encontra na graduação mais baixa, digamos 1, pode pedir, em qualquer tempo, sua promoção à categoria 2. "Muito bem", é a resposta. "Você pode ter uma quinzena de experiencia. Se, nesse tempo, Você se sair bem, satisfazendo à gerencia e ao funcionario do sindicato, ficará na categoria 2 e ganhará o salario correspondente. Se não, voltará à sua categoria inferior". Tempos depois, o trabalhador alega poder passar à categoria 4, submetendo-se ao mesmo processo. O resultado é que uma grande proporção dos trabalhadores jovens — só numa fábrica, segundo nos disseram, chegou

a 90% — se encontrar voluntariamente estudando em aulas noturnas (sem despesa alguma), empenhando-se em “melhorar suas habilitações”. Visto que não há perigo de desemprego e que todos os trabalhadores de cada industria estão num sindicato unico, não há questões de “demarcação”, isto é, de limite de numero de habilitados. Cada aumento de habilitações e capacidade corresponde a aumento de produção e decrescimento de “obras mortas” ou desperdícios, e, assim, a gerencia e o sindicato não têm senão bom acolhimento para os seus trabalhadores rudes que se transformarem em mecanicos habilitados e até em engenheiros cientificamente educados. O essencial é apenas que o aumento do rendimento liquido seja ao menos equivalente ao da folha da pagamento.

Até aqui expusemos os principios e metodos pelos quais se processam as convenções coletivas com relação às tarifas nacionais de remuneração. Em todas as industrias, porem, e em cada região, a esfera das convenções coletivas abrange muito mais que a escala nacional de salarios e vencimentos. Em todos os demais setores deste campo, são as organizações locais de cada sindicato da URSS que entram em prolongadas discussões com a gerencia de determinada fabrica em que trabalham seus filiados. Em primeiro lugar, está o perpetuo assunto da fixação das tarifas “por peça”, em cada processo ou tarefa. Aqui, a tarifa nacional de trabalho por tempo tem que ser convertida num pagamento equivalente ao trabalho de cada hora por tarefa, de modo que qualquer trabalhador aceito para emprego e que não tenha nenhuma incapacidade fisica, pode, com o esforço ordinario, ganhar por mês ao menos a importancia correspondente à tarifa por tempo. O que é indispensavel na determinação das tarifas por peça é a igualdade entre os diferentes processos ou tarefas. Os que trabalham com maior eficiencia ou rapidez de que o normal podem receber, com plena aprovação da gerencia e eventual vantagem para todos os da fabrica, maior pagamento, que é amplamente compensado pelo incremento de produção que resulta em beneficio de todos. Na URSS, é o proprio funcionario (delegado) do sindicato — o fixador de tarifas cuja experiencia na teoria e na pratica o sindicato tem pago com fre-

quencia — que tem a iniciativa e a maior influencia na fixação das tarifas por peça, na base da igualdade entre diferentes tarefas e da equivalencia entre a remuneração por tempo e por peça, para o operario comum e diligente. A gerencia tem seus proprios funcionarios, que podem fazer objeções a quaisquer tarifas propostas e, a seu ver, não se enquadrem nesses princípios. Se os peritos de ambas as partes não concordarem, o assunto é submetido a arbitramento. Na URSS, porém, as gerencias não têm atrativo pecuniario que as leve a “cortar” as tarifas de mão de obra!

Ainda estamos longe, porem, de terminar a exploração da esfera das convenções coletivas na URSS. Para o trabalhador, naquela terra da ditadura do proletariado, a fabrica não é somente o lugar em que ele ganha penosamente a vida. São frequentes os casos em que ela lhe proporciona a habitação e o clube, a creche-escola e o jardim de infancia para seus filhos, as aulas tecnicas para ele e sua esposa, facultando a ambos as excursões nos dias de descanso, suas ferias anuais e seu seguro social, amplo e de multiplos aspectos. De tudo isso e de muitas outras coisas trata o sindicato. O que é novo e inesperado é encontrarmos todos estes beneficios como assuntos de convenções coletivas com a administração da fabrica, para serem custeados no todo ou em parte pela propria administração, como parte das despesas gerais da empresa, embora administrados quase inteiramente pelos comités sindicais. O observador estrangeiro fica surpreso ante a segurança e a amenidade dos locais de trabalho, a existencia de leitos de hospital e sanatorio, as medidas tomadas para a prevenção de acidentes, o aumento ou a melhoria das acomodações para os empregados, o estabelecimento de creches e jardins de infancia para as criancinhas, as instalações do clube dos trabalhadores, as aulas tecnicas destinadas a habilitá-los a melhorar sua capacidade de trabalho. Muitos outros assuntos de importancia para a vida cotidiana dos trabalhadores são tratados na convenção detalhada (*kol-dogovor*) redigida, anualmente, em março, entre a gerencia e os diversos comités de trabalhadores, com tempo que permita à gerencia prover, no orçamento das operações da fabrica, aos necessarios aumentos na

despesa desta, os quais têm que ser todos encaixados no Plano Geral. Algumas vezes, esses aumentos são consideráveis. Lemos, por exemplo: "Foram concedidos 4.000.000 de rublos pela usina metalúrgica de Petrovsk e Lenine, no Dniepropetrovsk, para habitações dos trabalhadores, de acordo com o Departamento de Planificação do AUCCTU. Serão construídas mais duas creches. Os trabalhadores, por seu turno, concordam em aumentar de 38% a produção. Seus salários terão o aumento de 24%. Até agora, os metalúrgicos ocuparam o 19.º lugar na relação de salários. Com a revisão atual, passarão ao terceiro" (*).

Nestas discussões anuais com a administração de cada fábrica, é espantosa a enorme proporção dos trabalhadores que são convocados para tomar parte. Em março de 1932, declarou Shverník: "O comparecimento de operários e empregados às reuniões em que foram discutidos os projetos das novas convenções coletivas, chegou, em numerosas empresas, até a 95 e 100%. Na usina "Foice e Martelo", o número dos que tomaram parte na redação da convenção coletiva foi de 98,6%; na fábrica de tratores de Stalingrado, de 97%; na fábrica de freios para veículos, de Yaroslav, de 100%; na tecelagem de Shinsky, de 100% (**). Ainda mesmo que esta participação, na convenção coletiva, de quase todos os sindicalizados não seja mais que o comparecimento às reuniões, a atenção aos discursos, com uma ou outra interrogação e a aceitação final, sem protesto, de uma decisão unânime, devemos admitir que não representa pouca educação política e não é um mau sistema despertar entre a massa a "consciência do consentimento", que é necessária à verdadeira democracia. Além disso, o tratado nunca é bilateral. "Um acordo feito por trabalhadores soviéticos", escreve um representante sindical, "é, na realidade, uma promessa que eles fazem a si mesmos e aos seus companheiros, de cumprir certas condições que eles mesmos determinaram. Não existe for-

(*) Panfleto de L. Kaufmann (Soc. Cooperativa de Publicidade dos Trabalhadores Estrangeiros na URSS, 1932). Vide *Moscow News*, edição semanal, de 28-3-32.

(**) *Ibidem*.

ça coercitiva exterior... Nos países capitalistas, as convenções coletivas são termos de armistício entre duas forças hostis. Nas negociações, os empregadores empenham-se em impor aos trabalhadores as piores condições possíveis... Aqui, não há inimigos. Ninguém tenta dar o menos que pode em troca do máximo que obtiver" (*).

Além das discussões anuais, porem, processa-se durante o ano todo um grande trabalho de convenções coletivas. Novos trabalhos exigem novas determinações de remuneração por tarefa; pode haver bonus especiais a serem concedidos por serviços excepcionais ou determinadas tarefas. Acrescente-se a inevitável torrente de reclamações de trabalhadores, isoladamente, contra maus tratos reais ou imaginários, manifestações de descontentamento quanto à remuneração, por peça, ou apelos contra demissões ou outras medidas disciplinares. Atualmente, a suspensão do trabalho, por greve, é praticamente desconhecida, mas isso não quer dizer que não haja divergências entre a administração e grupos inteiros de trabalhadores. Como já dissemos, qualquer disputa dessa natureza é prontamente encaminhada ao "triângulo", denominação popular da corte de arbitramento da fábrica, repartição ou instituição, reunida na ocasião e composta de um representante da administração, um funcionário preeminente do sindicato no estabelecimento, e o funcionário local da célula ou do grupo do Partido Comunista, também do estabelecimento. Este tribunal doméstico, sem formalidades, quase invariavelmente regulariza a disputa segundo o bom senso, de um modo que é aceito pelos litigantes. Qualquer das partes, porém, pode sempre apelar para a RKK (Comissão

(*) Discurso de Shvernik, a pags. 64-65 do Relatório do 9.º Congresso Sindical, de 1933. Estes *kol-dogovor*, ou convenções anuais entre os empregados e a administração da fábrica, são documentos impressos, bem elaborados e extensos. O das usinas Arado Vermelho, de Moscou, para 1935, tinha 70 páginas in-16mo.; o da Electrocobinat, 59 pags.; o da Primeira Fábrica Estatal de Peças Avulsas, 44 pags., e o do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Ferroviários, 64 pags. No Apêndice deste livro, apresentamos uma tradução, ligeiramente abreviada, do *kol-dogovor* de uma grande fábrica de Gorki.

de Controle dos Trabalhadores), composta de membros dos sindicatos e funcionarios dos trustes, ou até mesmo para o Comissariado (ministério) do Trabalho da Republica em cujo território esteja situado o estabelecimento. Em ultima instancia, pode ir até ao comissario do povo para os Negocios do Trabalho, da URSS (*). Agora, que estes comissarios do povo, cuja nomeação sempre foi feita pelo AUCCTU, foram substituidos pelo proprio AUCCTU, é a esta suprema entidade sindical que deve ser feito um apelo dessa natureza.

Uma coisa, porém, é enfeixar-se num *kol-dogovor*, ou convenção por um ano, as obrigações reciprocas entre os trabalhadores e as administrações, e outra é obter-se o seu cumprimento exato e pontual. Conforme observou Shvernik no IX Congresso Geral dos Sindicatos, "ainda há numerosos defeitos reais no modo de praticar as convenções coletivas. O mais importante deles é a ausencia de um metodo sistematico de verificar o cumprimento das obrigações assumidas sob as convenções, tanto pelos trabalhadores como pelas administrações. Muitas organizações sindicais nada mais fazem, do começo ao fim do ano, senão registrar que ambas as partes contratantes têm falhado no cumprimento de suas obrigações, limitando assim suas atividades à campanha pela conclusão de uma nova convenção, campanha essa efetuada apenas uma vez por ano. Isso deve ter um paradeiro definitivo quanto antes. Deve ser tarefa diária de toda organização sindical fiscalizar o modo pelo qual estão sendo cumpridas as convenções. É necessário que tenhamos exito em fazer que tanto os nossos órgãos economicos como as nossas organizações sindicais cumpram todas as obrigações da convenção coletiva. Só então poderá a convenção coletiva tornar-se uma verdadeira arma na luta de toda a classe trabalhadora

(*) Em 1928-29 ainda se registaram 47 greves, submetidas à consideração do Comissario do Povo para os Negocios do Trabalho. Em 1929-30 houve apenas 7. (*Die russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 164). Em ambos os anos, o numero foi insignificante num territorio tão vasto como o da URSS e com tantos milhões de sindicalizados, empregados em dez ou quinze mil estabelecimentos separados,

pelo cumprimento do plano financeiro e industrial para elevar a produtividade do trabalho e melhorar as condições materiais e de vida dos trabalhadores" (*).

Assim é que o comitê de fabrica tem deveres amplos e importantes durante o ano todo. Para todos esses afazeres, incluindo o trabalho de escritorio e as entrevistas promovidas por seus funcionarios e as reuniões dos comités e dos filiados, a empresa a que ele serve tem o dever de proporcionar locais convenientes e bem equipados, com aquecimento e iluminação, tudo gratuitamente (**).

Por meio de "cobradores voluntarios", o comitê de fabrica arrecada as mensalidades devidas ao sindicato por todos os sindicalizados da fabrica, repartição ou instituição. Essas contribuições — que em algum tempo eram pagas pela administração como despesa a cargo da empresa —, são atualmente estipuladas pelo mais elevado congresso de delegados de cada sindicato e podem incluir subscrições extra para fundos especiais de atividades educacionais, varias modalidades de "auxilio mutuo" e diversas associações voluntárias, a que pertence apenas uma parte dos sindicalizados (***). Pelo novo regulamento do

(*) Discurso de Shvernik, no Relatório do IX Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, pp. 64-65.

(**) O Código do Trabalho, de 1932, em sua seção 15, determina que "a gerencia da empresa ou instituição assegurará gratuitamente ao comitê (*fabkom*) o uso de um compartimento, com o equipamento, a iluminação e o aquecimento necessarios, tanto para o trabalho do proprio comitê como para as reuniões gerais e de delegados."

(***) "Onde vigora o sistema de pagamento individual das contribuições (que é agora quase universal), em geral se considera necessario ter um cobrador (presumivelmente fazendo a cobrança depois de seu trabalho quotidiano) para cada 20 ou 30 socios, os quais ele procura uma vez por mês. Além das contribuições sindicais propriamente ditas, ele recolhe outras (para clubes, sociedades de auxilio mutuo, associações diversas) e dá um recibo provisório ao contribuinte, cuja caderneta ele leva e transfere ao comitê de fabrica interessado. Depois, o comitê fornece recibos oficiais dos pagamentos feitos. Em muitas organizações, porém, esses dispositivos funcionam mal; em certos casos, para simplificar o trabalho dos cobradores, fizeram-se propostas e experiencias para pagar

AUCCTU, a partir de 1 de setembro de 1933, a contribuição para o sindicato foi uniformemente reduzida à taxa fixa de 1% sobre a remuneração, ao passo que outras contribuições foram reduzidas ao mínimo, em quantidade e valor. Os sindicalizados podem pertencer a várias sociedades, porém não podem pagar mensalidades a mais de duas (*). Atualmente, todas as men-

as contribuições por meio de selos especialmente emitidos para tal fim. (*The Trade Union Movement in Soviet Russia*, I. L. O., Liga das Nações, 1927, p. 82). Foi preciso muito tempo para que ficasse em ordem, em todos os sindicatos e em toda a parte da Rússia, o sistema de pagamentos individuais das contribuições sindicais, em substituição ao antigo modo de dedução automática das remunerações. Só no VII Congresso Geral dos Sindicatos, em 1926, foi que se declarou completa a substituição. A tabela então adotada foi de 30 *kopeks* por mês para todos os que não recebessem mais de 25 rublos mensais, elevando-se gradualmente até 10 rublos, também mensais, para as remunerações superiores a 400 rublos por mês. O Sindicato pode, com o consentimento de seu próprio Congresso Geral (AZRG), lançar taxas suplementares desde que não eleve a contribuição total a mais de 4% das remunerações da categoria mais elevada. Frequentemente, esse suplemento é de $\frac{1}{2}$ a 2% da remuneração mensal, e é geralmente destinado às despesas do comitê de fábrica ou de oficina (*fabkom* ou *mestkom*). Das mensalidades normais, 10% são geralmente destinados às despesas das organizações colaterais ou inter-sindicais, ficando o restante para as fases superiores da hierarquia vertical, particularmente o Congresso Geral de cada sindicato e o comitê central (ZK) eleito por este. Frequentemente, há pequenos fundos especiais para atividades culturais, e (agora menos frequentemente) para o desemprego e as pequenas greves esporádicas (*Die russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 127; *Soviet Trade Unions*, por Robert W. Dunn, 1927, p. 70).

(*) Resolução do TSIK, do SONARKOM e do VTSSPS, de 16-8-1933. Vide *Izvestia*, de 17-8-33. As contribuições mensais dos sindicalizados para o Partido Comunista (ao qual pertencem um ou dois milhões deles), foram fixadas, naquela ocasião, do seguinte modo:

- 20 *kopeks* para os salários ou vencimentos até 100 rublos;
- 60 *kopeks* para os salários ou vencimentos de 101 a 150 rublos;
- 1 rublo para os salários ou vencimentos de 151 a 200 rublos;
- 1,50 rublos para os salários ou vencimentos de 201 a 250 rublos;
- 2 rublos para os salários ou vencimentos de 251 a 300 rublos;
- 2 por cento para os salários ou vencimentos de 301 a 500 rublos;
- 3 por cento para os salários ou vencimentos de mais de 500 rublos.

salidades são cobradas por meio de selos vendidos para serem afixados aos cartões dos socios.

Não é sem fundamento que um observador norte-americano declara que "o comité sindical de fábrica (*fabkom*) é um poder crescente na União Soviética. Ele conduz os operários, não só para os sindicatos como também para toda a actividade económica do país. É o principal órgão da democracia operária num governo e num sistema industrial posto em funcionamento por operários e para operários. Em nenhum outro país tem tamanho poder esse tipo de conselho de trabalhadores... Em nenhum outro país tem ele tão variadas e importantes funções. Em parte alguma, além da URSS, têm os seus membros tanta liberdade e responsabilidade. Ele atua como ponto fundamental de contacto pelo qual o trabalhador começa a tomar parte na vida fabril e social, a exercer na comunidade seus direitos de operário e a participar na construção das indústrias nacionalizadas (*).

O Conselho Regional dos Sindicatos

A fase imediata do comité de fábrica em cada hierarquia sindical, a não ser nos sindicatos menores, é actualmente o conselho regional, representando todos os estabelecimentos que numa determinada área, pertençam a determinado sindicato; em geral, a área é a mesma da *oblast*, ou mesmo de uma cidade grande, mas algumas vezes é demarcada de modo a corresponder mais convenientemente à distribuição geográfica dos estabelecimentos pertencentes ao sindicato (**). Existem, ao todo, entre os 100 sindicatos maiores, cerca de 900 conselhos regionais.

(*) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn; 1927, p. 45.

(**) Ficou estabelecido no 2.º Congresso Sindical, em 1919, que "o tipo de organização que melhor corresponde aos deveres do movimento sindical deve compreender Sindicatos Centrais de toda a Rússia, com secções e sub-secções nas províncias (inter-ligadas pelos conselhos inter-sindicais baseados na formação dos comités e conselhos de fábrica de toda a Rússia, ou dos comités de empregados das empresas não industriais). A divisão territorial em secções e sub-

O Conselho Regional do Sindicato é eleito por um comício de delegados representando os comités de fabrica de todos os estabelecimentos que na região interessada pertencem ao sindicato. Muito poucas vezes essa reunião toma o carater de *plenum*; em geral, isso acontece quando se processa a eleição do presidente e do secretario, que sempre devotam todo o seu tempo ao trabalho sindical, com um *presidium* de meia duzia de membros para cujos trabalhos burocraticos e reuniões o conselho regional de cada sindicato mantem seu proprio escritório regional.

A mais interessante função do conselho regional de cada sindicato talvez seja a de estabelecer relações com os demais sindicatos da região.

O Conselho Sindical de Republica

O mais elevado estagio das hierarquias sindicais no ambito das seis Republicas federadas menores (não na RSFSR) é o congresso de delegados eleitos, nos cento e poucos sindicatos maiores, por todos os conselhos regionais que determinado sindicato possui na area da Republica. Nos sindicatos menores, em numero de 49, que não possuem conselhos regionais, a elei-

secções deve ser determinada pelo órgão central do sindicato geral, interessado, devendo-se prestar toda a atenção à distribuição geográfica e à importancia numerica dos diversos grupos industriais. Ao mesmo tempo, a divisão em grupos deve corresponder tanto quanto possivel às areas administrativas do país" (*The Trade Union Movement in Russia* — Bureau Internacional do Trabalho, Liga das Nações, 1927, p. 57). Depreendemos que em todos os sindicatos foi abandonado o conselho sub-seccional, passando os conselhos seccionais à denominação de conselhos regionais, acima dos quais existem, nas Republicas federadas de menor vulto e para alguns sindicatos, conselhos de Republica, os quais (juntamente com os conselhos regionais da RSFSR) elegem um Congresso Geral do determinado sindicato (AZRG), escolhendo-se deste um comité central para o sindicato (ZK). Na reorganização de 1934, no que se refere aos 49 sindicatos menores, o conselho regional substituiu o conselho sub-seccional, pondo assim os comités centrais de cada um dos referidos sindicatos em contacto direto com todos os seus comités de fabrica ou de instituição (*fabkoms* ou *mestkoms*).

ção é feita pelos comités de fabrica ou de instituição. Tais sindicatos podem assim dispor de varios congressos "de Republica", ou, seja, um em cada uma das Republicas federadas de menor vulto, em que o sindicato interessado possua quadro social consideravel e completamente organizado.

O Congresso Geral de cada Sindicato ()*

Cada sindicato tem ainda que criar seu órgão central para administrar os assuntos do seu quadro social em toda a URSS, desde o Baltico ao Pacifico. Consequentemente, cada um tem seu proprio congresso "geral", constituído por delegados escolhidos por seus varios congressos dos graus superiores, abrangendo, na RSFSR, os das regiões, quer sejam cidades ou provincias (*oblasts*); nas seis Republicas menores, abrangem aquelas em que há membros de seu quadro social. Este congresso geral de delegados (AZGR), que varia de vulto segundo a magnitude de todo o quadro social do sindicato, só se reúne normalmente de dois em dois anos, para uma discussão que se prolonga por alguns dias e para a eleição de um conselho central permanente (ZK) e dos membros comuns: presidente, secretario e *presidium*, que desempenham praticamente a suprema administração do sindicato. E' por essa autoridade, em estreita cooperação com o órgão sindical de ambito nacional, que descreveremos adiante (o AUCCTU), que são determinados os dez ou vinte graus de remuneração da mão de obra, applicaveis a outras tantas categorias de trabalhadores, entre os quais, com algumas variações regionais e algumas exceções, trabalham todos os filiados ao sindicato.

Alem disso, é esta autoridade nacional para cada sindicato que, em cooperação igualmente estreita, verdadeiramente conduz, em beneficio de todos os seus filiados entre o Baltico e o Pacifico, as convenções coletivas entre o sindicato e os órgãos

(*) O termo "geral" (All-Union, de Toda a União), significa invariavelmente toda a URSS, não se referindo, em caso algum, a "todos os sindicatos".

que representam o *Sovnarkom* dos Comissários do Povo da URSS, em conjunto com o *Gosplan* e os varios trustes dirigentes das indústrias nacionalizadas, cuidando das tabelas de remunerações nos varios sindicatos, do coeficiente de aumento a ser adotado para o ano vindouro, e do conjunto de salarios e vencimentos em toda a URSS. Estipulou-se autorizadamente, em 1932, que "os comités centrais dos sindicatos devem concentrar primordialmente seus esforços nas questões de regulamentação de remunerações e de fixação de tarifas e categorias: na organização do trabalho e da produção; na construção de habitações; na melhoria das condições de trabalho e de vida de seus filiados" (*).

Embora, porém, essa hierarquia de Conselhos sindicais, desde a brigada, turma ou oficina, passando pelos comités de fabrica ou de instituição e os conselhos regionais, até as autoridades sindicais de cada Republica e as de toda a URSS, sirva indubitavelmente para unir todo o quadro social de cada sindicato e concentrar a sua influencia final, não se deve supor que exista qualquer dissipação relativa de autoridade no estabelecimento de normas. Ficou estabelecido com muita clareza pelo 9.º Congresso Geral dos Sindicatos que "os conselhos sindicais de Republica, regionais e distritais, embora não renunciando à responsabilidade quanto aos problemas de remunerações, produção, etc., devem abandonar a duplicação e a invasão de atribuições da organização sindical, e concentrar a atenção principalmente na fiscalização do cumprimento das diretivas do Partido, do governo e do Comité Central Nacional dos Sindicatos (AUCCTU) (**).

O Congresso Geral dos Sindicatos

Existe ainda uma entidade mais elevada e, sob certos aspectos, mais importante do que a autoridade suprema na URSS correspondendo a cada sindicato. Referimo-nos a um con-

(*) Relatório do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, p. 386.

(**) *Ibidem*.

gresso que atua não apenas quanto a um sindicato, porém, quanto ao conjunto dos 154 e de seus filiados em toda a URSS. Esse congresso geral, com autoridade sobre a sindicalização soviética em seu conjunto, é formado por uns dois mil delegados eleitos pelos diversos congressos aproximadamente em proporção ao numero de sindicalizados. Melhor diríamos que esta eleição se processa pelos comités mais elevados, eleitos pelos varios congressos regionais, de Republica ou gerais de cada um dos 154 sindicatos. Esse Congresso Geral dos Sindicatos reúne-se uma só vez de dois em dois anos, para discussões gerais e eleição do Comité Central Nacional dos Sindicatos (AUCCTU) e do presidente, do secretario e do *presidium*.

O Congresso Geral dos Sindicatos, porém, não é uma simples reunião; é um animado foro de discussão popular. Citamos a descrição feita em 1926 por um observador norte-americano: "Penetremos num congresso de trabalhadores russos; por exemplo, no mais recente deles, o 7.º congresso geral do AUCCTU. Notaremos a presença de cerca de 1500 delegados. Não são, como em muitos países, todos os representantes dos comités centrais dos sindicatos nacionais. Na verdade, foram todos eleitos em congressos provinciais e dois terços deles são de homens e mulheres vindos das provincias. Cerca de uma sexta parte veio diretamente do torno mecanico, do tear e do arado. Apenas outra sexta parte é de funcionarios das categorias mais elevadas dos sindicatos nacionais, escolhidos nos congressos provinciais. Estão representadas cerca de 33 nacionalidades e há entre os delegados quase uma centena de mulheres" (*).

Por mais importantes e influentes que possam ser as discussões no Congresso Geral dos Sindicatos, o fato dele se reunir apenas bienalmente entrega todos os seus poderes ao comité central (AUCCTU), eleito por ele. Embora o proprio comité central só se reúna em *plenum* com intervalos de alguns meses (*) os funcionarios, instruidos e superintendidos pelo

(*) *Soviet Trade Unions* de Robert W. Dunn, 1927, p. 162.

(*) Houve seis *plenums* do AUCCTU entre o 8.º Congresso

presidium e devotando ao trabalho sindical todo o seu tempo, estão quase continuamente ocupados durante o ano todo, principalmente tratando de assuntos de pequena importancia, que surgem entre os diferentes sindicatos e ajustando diferenças e divergencias suscetíveis de se tornarem graves ou prejudiciais. Entretanto, a mais importante função desses servidores inter-sindicais é centralizar e superintender as negociações coletivas entre os representantes centrais dos vários sindicatos e os comités e funcionarios representando o *Sovmarkom* (ou gabinete) dos Comissários do Povo, o *Gosplan* e os diversos trustes e outras empresas estatais, especialmente na liquidação anual do Plano Geral e no seu continuo ajuste de detalhes. Por exemplo, foi este órgão que efetuou o importante acordo coletivo com o Supremo Conselho Economico, em setembro de 1931, para a remodelação fundamental das tabelas de salarios nas industrias do ferro e do carvão. Pelo referido acordo, foram grandemente aumentadas as diferenças entre os salarios dos trabalhadores proficientes e os dos não habilitados, proporcionando-se melhor remuneração àqueles, de modo a incrementar a produtividade total (*). Na verdade, é o AUCCTU, como repositório do poder emanado dos milhões de comícios de sindicalizados em toda a URSS, por intermedio do conjunto da hierarquia dos conselhos de cada um dos 154 gigantescos sindicatos, que exerce de fato o governo do movimento sindical. Declarou-se autorizada-mente que "O AUCCTU deve basear todo o seu trabalho diretamente sobre o dos comités centrais dos sindicatos, prestando-lhes auxilio concreto, procedendo a verificações constantes e ori-

Geral dos Sindicatos, em 1928-9, e o 9.º, em 1931, durante um importantissimo periodo de reorganização. Em 1934, o *plenum* teve instruções para se reunir regularmente de dois em dois meses. Ao mesmo tempo, o numero de seus membros foi reduzido de 502 para 338, não obstante a divisão dos 47 sindicatos em 154.

(*) *New Methode of Work, New Methods of Leadership* (Novos Metodos de Trabalho, Novos Metodos de Orientação), por J. Grabe (Cooperative Publishing Soc. of Foreign Workers in URSS, Moscou, 1933).

entando de modo seguro a sua atividade..." "O congresso determina ao AUCCTU que tome todas as providencias necessarias para melhorar a disciplina financeira, insistindo quanto ao pronto pagamento das mensalidades dos sindicalizados, e para aperfeiçoar as relações financeiras entre os comités centrais dos sindicatos e o AUCCTU, no sentido de incrementar a independencia dos sindicatos industriais" (*).

E o AUCCTU não hesita em proceder energicamente quando necessario. Quando o Comité Central do Sindicato dos Trabalhadores da Industria Açucareira deixou desmantelar-se a organização do referido sindicato, mostrando tambem completa falta de capacidade para impedir toda sorte de erros e abusos nas fazendas estatais de Soyuzsakhhar, onde eram empregados tantos de seus filiados, o proprio AUCCTU descobriu o que se passava. O *presidium* do AUCCTU apresentou ao *plenum* do Comité Central do referido sindicato um relatorio terrivelmente acusador, no qual se exigia uma drastica mudança de orientação. Os membros do *plenum* do sindicato ficaram convencidos e puseram um novo *presidium* em substituição ao que fracassara tão lamentavelmente (**).

(*) Relatorio do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, p. 387. Uma recente criação do AUCCTU foi uma Repartição Estrangeira (*Insnab*), destinada a estreitar o contacto com os trabalhadores estrangeiros empregados na URSS e investigar as suas reclamações. Tal repartição tem existencia activa em Moscou e pressupõe-se a sua presenca em cada conselho sindical de distrito ou de cidade onde haja trabalhadores estrangeiros, com uma Comissão de Controle da *Insnab* eleita por estes. Não devem elas intervir nas funções de outras organizações sindicais, mas levar os trabalhadores estrangeiros a um contacto mais íntimo com as mesmas, providenciando para que todas as suas queixas sejam prontamente atendidas. (*Moscow Daily News*, 10-5-1932). Em 1934 o trabalho do AUCCTU foi reorganizado em 9 departamentos: 1 -- Instrutores ou Organizadores responsaveis; 2 -- Planificação dos salarios; 3 -- Repartição do Seguro Social; 4 -- Inspeçtoria do Trabalho; 5 -- Clubes e Obras Culturais; 6 -- Contabilidade; 7 -- Finanças; 8 -- Administração Geral; finalmente, 9 -- Cultura Fisica.

(**) Relatorio do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1933, pag. 27.

Estruturas Colaterais do Sindicalismo na URSS

Até aqui, descrevemos apenas a hierarquia vertical dos sindicatos, pela qual se encaminha a torrente do poder provindo dos 186.640 comitês de fábrica e de local de trabalho (*fabkom* e *mestkom*), eleitos nos inumeráveis comícios de sindicalizados. Esse poder vai diretamente para os 154 comitês centrais dos diversos sindicatos e para o comitê centralizador que os representa — o AUCCTU, onde se transforma na autoridade que governa o total de 18.000.000 de sindicalizados entre o Báltico e o Pacífico. Ainda nos falta, porém, observar as estruturas colaterais, igualmente bem elaboradas, em cada fase da hierarquia vertical, por meio das quais são coordenadas as atividades dos diversos comitês em cada área local e evitados os conflitos inter-sindicais. Os comitês de fábrica e de local (*fabkom* e *mestkom*) dos estabelecimentos pertencentes a um sindicato na área de uma cidade ou um distrito podem enviar delegados ao seu respectivo comitê de cidade ou de distrito. Tal organização, porém, só trata de assuntos referentes ao seu sindicato. O que se torna de caráter geral, em toda grande cidade e em cada distrito industrializado fora das cidades, é um conselho sindical distrital, constituído por delegados dos comitês de cidade ou de distrito dos sindicatos existentes, ou, mais geralmente, dos comitês de fábrica e de local (*fabkom* e *mestkom*) dos estabelecimentos situados na área, não importando os sindicatos a que pertençam. Parece haver na URSS perto de 3.000 desses conselhos inter-sindicais de distrito ou de cidade. Constitui-se desse modo algo de semelhante à organização dos conselhos locais de ofícios, do movimento sindical britânico, não, porém, para tratar de política municipal, que absorve tão grande parte da atenção dos conselhos britânicos de ofícios, mas quase exclusivamente de assuntos sindicais. Quando nos lembramos de que quase todos os 154 sindicatos soviéticos incluem trabalhadores dos mesmos ofícios ou ocupações — sejam trabalhadores em serviços diversos ou escrivães não especializados, ou carpinteiros, engenheiros e eletricitas, comuns a quase todas as indústrias, ou especialistas profissionais como enfermeiras

e medicos, — e que esses trabalhadores passam incessantemente de um estabelecimento para outro, transferindo-se, portanto, de sindicato, podemos compreender que devem surgir inumeras questões entre os sindicatos.

Estas ligações colaterais existem em cada fase da hierarquia sindical. Há cerca de 70 conselhos regionais ou de Republica, relativos aos varios sindicatos, cada um deles com seu proprio escritorio e seus funcionarios. Pelo menos em algumas Republicas (como a Ucraina), existe essa organização (OVWR), para combinar a atuação de todos os sindicatos que funcionam no ambito da Republica interessada.

Os funcionarios sindicais

Uma organização de tal amplitude, operando em territorio tão vasto, exige naturalmente um consideravel exercito de funcionarios. Como dissemos, a maior parte do trabalho de cobrança das mensalidades, dirigir as eleições e administrar os assuntos locais é executada voluntariamente, nas horas vagas, sem remuneração, por funcionarios e membros de comités, uns e outros devidamente eleitos, e cujo numero chega possivelmente a um milhão. Mas em cada estabelecimento industrial de certa grandeza o sindicalismo exige o tempo integral de um ou mais funcionarios experimentados, a quem o sindicato paga salarios mais ou menos equivalentes aos dos mecanicos peritos. As organizações laterais inter-sindicais, assim como o comité central de cada sindicato, empregam quadros completos de funcionarios com identicas atribuições. Entretanto, é o trabalho do órgão mais importante, o AUCCTU, que tem mais amplitude e responsabilidade. Foi nesta parte da burocracia sindical que o esquema de reorganização de 1934 efetuou as maiores modificações. Em suas relações com todos os sindicatos, o AUCCTU tinha produzido gradualmente um complicado "funcionalismo", tendo cada ramo do trabalho seus proprios funcionarios especializados; e com suas comunicações escritas e suas visitas pessoais, tais funcionarios atormentavam permanentemente os co-

mités de local e de fabrica. Em 1934, Shverník fez adotar uma reforma pela qual esses funcionarios especializados foram completamente substituidos por um unico serviço de "instrutores" — que na Inglaterra poderíamos denominar organizadores ou inspetores —, que para todos os fins devem ser o elo de ligação entre o órgão central, de um lado, e, do outro, os sindicatos, de per si, e os inumeraveis *fabkoms* ou *mestkoms*. Daí por diante, cabia a esses "instrutores" treinados a superintendencia ou a inspecção do trabalho dos 154 sindicatos e seus órgãos locais, assim como a transmissão das criticas ou "diretivas" do AUCCTU. Nos sindicatos maiores, os comités centrais terão, além disso, seus proprios corpos de "instrutores", auxiliando e controlando suas varias filiais e comissões locais em todos os detalhes de seu trabalho. Os colossais estabelecimentos industriais, cada um com dezenas de milhares de sindicalizados, podem mesmo chegar a ter "instrutores" permanentemente designados. Essa profunda reconstrução do serviço sindical, que, segundo se espera, reduzirá o total de funcionarios, tornará bem mais eficiente a influencia do órgão central representante dos 154 sindicatos, assim como a que sobre os órgãos locais exerce o comité central de cada sindicato. Pode-se esperar que a reforma traga em auxilio dos administradores locais a vantagem da coerencia de normas e as lições de uma experiencia maior de que possa ter qualquer deles. Devemos, porem, deixar que a pratica demonstre até que ponto será aumentada, em conjunto, a eficiencia sindical por esta crescente centralização de autoridade.

A transferencia do Commissariado do Trabalho aos Sindicatos

Com o desenvolvimento do numero de sindicalizados, chegando a dezoito milhões, tornara-se colossal o trabalho que recaia sobre as administrações dos sindicatos. E deveria crescer ainda mais. Em 1933, fez-se importante acrescimo aos deveres sindicais: por decisão e decreto do Comité Central do Partido Comunista e do Comité Executivo Central (TSIK) do Congresso Geral dos Soviets, foram sumariamente abolidos os cargos de commissario do povo para os Negocios do Trabalho da

URSS, assim como os seus equivalentes em todas as Republicas federadas e autonomas. Praticamente, todas as funções desses Commissariados foram transferidas ao Congresso Geral dos Sindicatos e ao seu Comité Central (AUCCTU), com a sua hierarquia subordinada de comités e funcionarios. Os deveres assim transferidos da parte sovietica da Constituição à parte sindical são de considerável magnitude e importancia. Abrangem eles a direção suprema de todos os setores do seguro social; toda a responsabilidade da inspeção das fabricas; a instalação e administração das colonias de repouso e de convalescença incluídas nos direitos dos sindicalizados, com suas empresas agricolas de "auto-abastecimento" recentemente criadas; e, substituindo as bolsas de trabalho, atualmente abolidas juntamente com o desemprego involuntario, a organização de todo o recrutamento da mão de obra para as industrias em expansão constante.

Esta modificação constitucional é uma notavel demonstração da posição do sindicalismo no Estado soviético. É impressionante o vulto dos recursos financeiros, além das contribuições sociais, que serão administrados pela organização sindical. O orçamento do seguro social para 1933 elevava-se a 4.432 milhões de rublos, provenientes de uma contribuição de 1½ ou 2% sobre o total das folhas de pagamento das empresas de toda especie. Assim estavam distribuidas as verbas:

Auxílios por enfermidade	814 milhões de rublos
Aposentadorias por velhice ou enfermidade	532 " " "
Colonias de repouso	203 " " "
Restaurantes dieteticos para doentes	35 " " "
Hospitais	930 " " "
Crèches	189 " " "
Habitações para operarios	600 " " "

Além disso, os referidos serviços estão crescendo prodigiosamente. O orçamento do AUCCTU para 1934 elevava-se a

5.050 milhões de rublos, *sem incluir os gastos dos 154 sindicatos com suas funções normais*. Foi a seguinte a distribuição:

Auxílios por enfermidade e aposentadorias por invalidez	1.514 milhões de rublos			
Pagamento do custo de serviços médicos e de hospitais	1.040	"	"	"
Dietas especiais para trabalhadores doentes	57	"	"	"
Colônias de repouso	215	"	"	"
Crèches-escolas e jardins de infância, para permitir às mães o trabalho na indústria	327	"	"	"
Educação	750	"	"	"
Habitações para trabalhadores	885	"	"	"
Inspecção de fabricas	41	"	"	"
Administração de Seguros	50	"	"	"
Reservas diversas	170	"	"	"

O orçamento correspondente para 1935 elevava-se a nada menos de 6.079 milhões de rublos.

A administração de tão amplos serviços, — nos quais se deve ver que os sindicatos atuam como organizações de consumidores ou utilizadores de serviços e não com produtores — lança sobre os membros ativos dos sindicatos uma tarefa importante, até mesmo mais onerosa e de mais responsabilidade do que os seus anteriores deveres quanto à administração dos acordos sobre remunerações (*).

Este enorme incremento do trabalho e da influencia dos sindicatos sovieticos tem sido curiosamente mal interpretado

(*) A transferencia foi acompanhada de uma grande modificação no mecanismo do pagamento dos beneficios em dinheiro. Cada sindicato possui agora suas proprias repartições de pagadoria e contabilidade, tratando com seus proprios associados, por intermedio de suas filiais. Consequentemente, existem mais de 150.000 postos de pagamentos. Ao mesmo tempo, cada sindicato se tornou

por alguns como uma degradação de sua influencia, que teria ficado reduzida à das sociedades amistosas! Os sindicatos, porém, conservam e continuam a exercer plena influencia e autoridade na administração da fabrica e na fixação de remunerações, do mesmo modo que nestes ultimos 15 anos. Dificilmente podem o novo controle do seguro social e a completa administração de fundos e serviços de tamanho vulto deixar de fortalecer os sindicatos em seu trabalho de elevar o padrão de vida dos trabalhadores e até mesmo de unir mais intimamente seu tão disseminado quadro social.

Por outro lado, pensamos que podem ficar tranquilos os criticos estrangeiros que se mostram apavorados com a idéia de confiar aos sindicatos tão enormes quantias, não decorrentes das contribuições de seus filiados. A modificação constitucional, importante como é, não fará tanta diferença na administração do seguro social como poderiam imaginar os que apenas conhecem as Constituições da Europa ocidental ou da America. Por exemplo, de modo nenhum se compara à abolição do Ministério do Trabalho do Reino Unido, com a consequente transferencia de suas funções, quanto ao seguro contra o desemprego e às juntas de remunerações, ao Congresso Sindical Britanico e seu Conselho Geral. Na verdade, o comissario do povo para os Negocios do Trabalho, em cada Republica e na propria URSS, era membro do *sovmarkom*, e, portanto, podemos dizer, ministro do gabinete. Mas há muito tempo ele vinha sendo nomeado por indicação do AUCCTU, com o qual mantinha as mais estreitas relações (*). Deste modo, po-

responsavel pela "inspeção" continua de seus membros em gozo de beneficios, para evitar abusos. Isso motivou a nomeação de 80.000 inspectores, dentre os sindicalizados, muitos dos quais ainda não se tornaram efficientes.

(*) Além disso, ha muito tempo, os funcionarios do Commissariado do Trabalho têm sido indicados pelos sindicatos. "Os conselhos sindicais das diversas Republicas escolhem o Commissario do Trabalho para a área correspondente aos seus respectivos congressos. Todos os funcionarios inferiores do Commissariado do Trabalho

der-se-ia até julgar que a modificação, sob um de seus aspectos, envolvia a exclusão de um representante direto do sindicalismo dos mais elevados conselhos de Estado. A atuação real do Commissariado do Trabalho, enorme quanto ao conjunto e pormenorizada quanto à natureza, vem há longo tempo sendo tratada por um amplo departamento oficial, que necessariamente deve continuar a existir. O que se transferiu foi a superintendencia e a direção de tal departamento, cujo chefe responsável é agora nomeado pelo AUCCTU, ao invés de ser apenas indicado por este para inclusão no *sovmarkom*. Nas diversas Republicas federais e autonomas houve uma correspondente transferencia de direção e autoridade, passando de um funcionario local parcialmente responsável perante o comisario do povo para os Negocios do Trabalho, em Moscou, para o mais elevado órgão de cada sindicato incluído na região, cujo funcionario principal, segundo cremos, terá igualmente dupla responsabilidade, perante seu proprio sindicato, que o nomeia, e perante o diretor, em Moscou, nomeado pelo AUCCTU (*).

são do mesmo modo escolhidos pelos correspondentes órgãos sindicais subordinados. O conselho sindical do local escolhe os inspetores do trabalho, que devem ser sindicalizados, escolhendo também os inspetores sanitarios e tecnicos empregados pelo Commissariado do Trabalho. Esses inspetores trabalham em estreita cooperação com os sindicatos e prestam contas aos congressos destes. Os sindicatos são bem representados nos departamentos de seguro social de todo o país. Toda a legislação trabalhista, incluindo-se as leis que, de qualquer modo, atinjam a mão de obra, é redigida mediante consulta aos sindicatos". (*The Soviet Worker* — (O Trabalhador Soviético) — por J. Freeman, 1932, p. 122).

(*) Vide *New Functions of the Soviet Trade Unions: The Merger of the People's Commissariat of Labour in the AUCCTU* (As Novas Funções dos Sindicatos Soviéticos: A Fusão do Commissariado do Trabalho com o AUCCTU), por N. Shverník, 1933. Um abalizado observador norte-americano assim se refere a essa modificação: "Com muito pouco ruído e quase sem comentários da imprensa, uma lei amalgamou o Commissariado do Trabalho e os Sindicatos Nacionais, de modo que o controle dos muitos bilhões de rublos do fundo de seguro social, dos sanatorios, das colonias de repouso, de todos os serviços medicos para os trabalhadores, e também a proteção ao trabalho, passaram das mãos do governo para

A modificação corresponde a um grande aumento de responsabilidade para o sindicalismo da URSS, necessariamente sem grande mudança na administração geral. A virtual abolição do desemprego involuntário na URSS, de que trataremos em outro capítulo, e a consequente cessação do auxílio por desemprego, provavelmente tornam a modificação menos sujeita à crítica do que se poderia imaginar em outros países.

O trabalho de escritório do sindicalismo da URSS

Ninguém poderá imaginar devidamente a amplitude, a ubiquidade nem a atividade desta complicada organização sindical, se ainda não houver observado alguma coisa do seu funcionamento em diferentes cidades da URSS. E' tão vasto, contudo, o campo, que ninguém lhe pode abranger senão uma vista parcial. Podemos avaliar algo do volume desse trabalho quando soubermos que o numero total de funcionários remunerados, com seu tempo integralmente devotado ao serviço dos 154 sindicatos e seus órgãos colaterais ou federais em toda a Rússia, vai além

os sindicatos. Assim, pelo menos formalmente, avançou mais um passo o processo pelo qual, no socialismo, o Estado morre lentamente pelo desgaste. Já em 1920, Trotsky patrocinava uma organização inversa: A supressão dos sindicatos e a instituição de batalhões oficiais de trabalho. Não obstante, como é habitual, alguns observadores estrangeiros denominaram de "movimento trotskista" o recente decreto soviético. Por outro lado, os anti-trotskistas profissionais, focalizando a controvérsia de 1920 entre Lenine e Trotsky, sobre o sindicalismo à luz do fascismo em seus aspectos italiano e alemão, encontram pontos ideológicos de contacto entre o Duce, Hitler e o sabio de Prinkipo. Enquanto fervem estas polemicas de salão, esperemos até ver se a mais recente modificação, que dá aos sindicatos funções mais amplas, também lhes dará maior independência. (*Russia's last Hard Year*, por Louis Fischer, em *The Nation* (Nova York, 12-7-1933). Ao estudioso do direito constitucional será interessante observar que este decreto foi assinado não somente por M. Kalinin, como Presidente do Comité Executivo Central (TSIK) e V. Molotov, como Presidente do *Sovnarkom*, como também por N. Shvernik, como Secretario do AUCCTU. Vide o texto no *Moscow Daily News*, de 17-9-1933.

de 30.000 não obstante o empenho do AUCCTU em reduzir o numero desses burocratas remunerados, ao passo que se avalia em cerca de dez vezes mais a quantidade de funcionarios não remunerados ou trabalhando parte do tempo, isso sem se mencionar os membros dos comités. Tornamos mais definida a impressão só ao observarmos as acomodações que têm que ser destinadas aos seus escritorios e pontos de reunião. Ao nosso ver, foi uma sabia providencia administrativa a que determinou que toda a organização sindical fosse decentemente alojada à custa do erario (*). Cada estabelecimento, seja fabrica, repartição ou instituição, tem que prover a todas as necessidades do trabalho sindical, como dissemos, livre de despesas, incluindo compartimentos para o serviço permanente de escritorio e outros, temporarios, para as reuniões de sindicalizados, com iluminação, aquecimento e mobilia comum. Mas todos os 200.000 comités e conselhos distritais, regionais, de Republica e centrais, assim como os congressos gerais, necessitam de escritorios e salões de reuniões. Uns e outros são proporcionados, livres de despesas, com serviço telefonico gratuito, pelo proprio Governo Sovietico, diretamente ou por intermedio de algum de seus departamentos.

Pensamos que, em geral, não se avalia devidamente o ponto a que pode ser aumentada a eficiência da sindicalização, elevando-se o seu carater à categoria de um serviço de utilidade publica, tudo isso apenas pelo fato de lhes serem proporcionadas acomodações equivalentes às de departamentos governamentais, nas quais podem ser condignamente alojadas em conjunto todas as organizações sindicais de cada localidade. O governo sovietico teve a boa sorte de encontrar, em cada cidade, numerosos edificios abandonados, convenientes para o fim em vista. Entre os primeiros atos da administração de Lenine figurou a designação de alguns dos melhores e mais importantes edificios abandonados pelos nobres e abastados em fuga, para ficarem ao ser-

(*) Excepcionalmente, no distrito industrial da bacia do Donetz, densamente povoado e onde poucas pessoas abastadas se haviam dignado de residir, o sindicato dos mineiros de carvão construiu para seu uso uma duzia de "templos do trabalho" (*Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, pp. 2-3).

viço do sindicalismo. Em Leningrado e Moscou, os esplendidos palacios dos clubes dos nobres e outras propriedades igualmente magnificas foram assim destinadas a novas utilidades, adequadamente consideradas de carater publico. Em outras cidades, grandes e pequenas, os melhores edificios disponiveis, até então utilizados para residencia de ricos industriais ou comerciantes, ou como clubes ou hoteis para seu uso, ou ainda como internatos para suas filhas, foram igualmente convertidos em sedes centrais dos sindicatos locais, isso entre 1918 e 1920. Nos arredores dessas cidades, encontramos residencias campestres, outrora ocupadas por familias capitalistas, e atualmente à disposição dos sindicatos, que as utilizam como colonias de convalescença, sob prescrição medica, ou como locais de repouso para suas dezenas de milhares de associados em seus dias de descanso semanal ou em suas ferias anuais. Não menos notavel é a acomodação destinada aos sindicatos nas cidades menores. Em Vinnitsa, obscura cidade, da Ucraina, com 11.000 habitantes, um observador norte-americano (*) encontrou as repartições sindicais ocupando todo o mais elevado edificio da cidade, o qual era o unico de seis andares e fora o melhor hotel; subseqüentemente, o referido observador verificou que o edificio "era bem o tipo da media dos Palacios do Trabalho em toda a União Soviética... Em cada aposento alojava-se alguma atarefada dependencia sindical, algum departamento da vida do sindicato, — os escritorios dos 23 sindicatos do distrito, assim como o conselho local de officios; o departamento distrital de seguro social, a cargo de funcionarios nomeados pelos sindicatos; um salão de refeições; a secção para trabalhadores-estudantes; o departamento educacional; uma biblioteca; salas de comites e um salão de reuniões. Encontramos sindicalizados que vinham ao edificio tratar de variadissimos assuntos concernentes à sua vida cotidiana: alugueis, empregos, mensalidades, seguros, ferias, cooperativas, permissões medicas, transportes, recomendações para colonias de repouso, matriculas escolares e as dezenas de necessidades e beneficios que de um modo ou de outro se ligam à sindicalização na URSS".

(*) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 2.

*Brigadas de Choque e Comitês de Contabilidade
de Custos*

O trabalho dos sindicatos é muito auxiliado por numerosas organizações subsidiárias. Em quase todos os estabelecimentos industriais de certo vulto há uma ou mais "brigadas de choque", cujos membros (*udarniki*) são recrutados entre os voluntários sindicalizados. Essas brigadas assumem a função de acelerar a produção, paralelamente com o aperfeiçoamento da qualidade e a diminuição do custo. Empreendem coletivamente tarefas especiais no estabelecimento em que se encontram, ou podem ir voluntariamente para algum outro cuja produção tenha decaído. Imprimem ao trabalho energia, aceleração ou perícia excepcionais; trabalham mais assiduamente do que o normal, ou voluntariamente em horas extraordinárias (*subotniki*). Fazem isso por dedicação, pela qual recebem honrarias e louvores. Raras vezes ou nunca têm salários mais elevados e geralmente não têm bonus extra, conquanto, ao trabalharem por tarefa, a sua produtividade aumentada motive automaticamente proventos maiores. Frequentemente, é-lhes dada preferência na concessão de lugares nas colônias de férias, e, quando necessário, nas de convalescença, assim como na distribuição de entradas de teatro destinadas aos seus sindicatos. São apresentados como candidatos ao comitê de fábrica ou ao Soviet local. Aos mais preeminentes pode ser concedida a Ordem da Bandeira Vermelha. E, como expressão das honras e dos louvores que espontaneamente lhes concedem, frequentemente fazem suas refeições em compartimentos separados do restaurante da fábrica, tranquila e confortavelmente, com alimentos da mais alta qualidade e pequenas regalias como toalhas de mesa e flores, e manjares delicados uma vez por outra (*). Consta-nos que há na URSS muitos milhões desses brigadeiros de choque, ou *udarniki*.

No princípio de 1931, surgiu uma aplicação especial do trabalho das brigadas de choque, quando um trabalhador de fun-

(*) *Die Russischen Gewerkschaften*, por Michael Jakobson, 1932, p. 147.

dição da grande fábrica Lenine, de Leningrado, em carta ao *Trud*, semanario do AUCCTU, com circulação de varias centenas de milhares, sugeriu que "era recomendavel limitar o trabalho da brigada a determinadas tarefas ou operações", com a intenção definida de reduzir os custos pelo aperfeiçoamento dos metodos, em conjunto com a adoção de exata contabilidade de custos. O projeto foi energicamente apoiado pelo *Trud*, sendo logo aprovado pelo AUCCTU (*). Propagou-se com a rapidez do fogo na campina. Em dois anos, já se tinham formado na URSS nada menos de 150.000 brigadas de contabilidade de custos, das quais se diz que efetuaram toda uma serie de melhoramentos nos metodos de trabalho, pelos quais foram apreciavelmente reduzidos os custos de produção de milhares de artigos diferentes (**).

Este espontaneo desenvolvimento de uma forma elementar de calculo de custos, por meio do qual uma determinada brigada descobre o custo do material e da mão de obra de cada parte de seu próprio processo e pode assim verificar onde se pode poupar tempo e diminuir a sucata, está, na URSS, como na maioria da industria capitalista, apenas começando a ser aplicado, por meio de calculos comparativos de cada processo, em todos os estabelecimentos que produzem um mesmo artigo. Estamos informados de que assim se está procedendo no setor

(*) *Moscow Daily News*, 23-6-1932.

(**) Em 1 de fevereiro de 1931, podiamos contar apenas com 10 brigadas de contabilidade na URSS, com 130 pessoas ao todo. Em 1 de abril de 1932, seu numero havia crescido para 155.000, englobando 1½ milhões de trabalhadores. Está crescendo continuamente o numero de usinas e ainda mais o de oficinas isoladas em que ha contabilidade com eficiencia de 100%. Leningrado ocupa o primeiro lugar. Foi ali que surgiu a primeira iniciativa de organização das brigadas de contabilidade, e atualmente nada menos de 70% dos trabalhadores daquela cidade estão incluídos nas referidas brigadas. No distrito de Moscou, ha 30.000 brigadas de contabilidade na Ucraina, abrangendo 300.000 trabalhadores". (9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1932, discurso de Shverník, Secretário Geral, p. 31). O trabalho dessas brigadas é pormenorizadamente descrito em *A Business Accounting Brigade*, por A. Nikolayev, trabalhador dos estaleiros do Baltico (Moscow Cooperative Publishing Society of Foreign Workers in the URSS, 1932, 40 pp.).

estatístico do *Glossan*, ora transformado num Departamento de Contabilidade de Custos.

Em janeiro de 1933 houve um Dia Nacional do *Udarnik*, em Moscou, reunindo-se cerca de 80.000 brigadeiros de choque, de umas 120 diferentes indústrias ou profissões de toda a URSS, para serem festejados e exortados, aproveitando o ensejo para conferenciarem uns com os outros quanto às deficiências que ainda caracterizavam a produção soviética e aos meios de remediá-las. Ao preparar esta grande comemoração, o AUCCTU havia determinado aos comités sindicais de toda parte que reunissem as várias brigadas de choque e os comités de contabilidade de custos de cada estabelecimento, devendo aquelas e estes não só apresentar o resumo de seus feitos e discutir seus planos para o ano vindouro, como também designar para honrarias especiais (inclusive a pintura de retratos e a exibição nos cinemas) os seus próprios *udarniki* preeminentes. O Conselho Nacional queria que fossem relatadas naquela comemoração em Moscou "a situação da produtividade da mão de obra, a disciplina do trabalho, a obra de competição socialista e de choque, e as brigadas de contabilidade de custos. Deveriam determinar se o plano industrial e financeiro de 1932 estava sendo executado tanto quanto à quantidade como quanto à qualidade; se os *udarniki* estavam cumprindo seus compromissos; se se havia extirpado a falta de responsabilidade e a igualdade de remuneração com desigualdade de trabalho. Deveriam experimentar se a empresa, com seus departamentos e unidades, restaurantes, granjas, cooperativa de consumo e administração, se achavam aptos a cumprir o programa de 1933" (*).

Associações profissionais no sindicalismo da URSS

Na organização sindical, todos os que trabalham numa mesma empresa e em todas as empresas da URSS com a mesma fi-

(*) *Moscow Daily News*, 28-12-1932. Vide o mesmo jornal de 3-1-1933, relatando a reunião dos brigadeiros de choque na Fábrica de Automoveis de Moscou (Amo), a qual tinha mais de 16.000 dos seus trabalhadores empenhados em competição socialista.

nalidade predominante, associam-se num sindicato unico, independentemente de officio ou profissão. Pelo menos quanto a certas profissões, porem, essa organização é secundada, até certo ponto, por uma outra, não baseada em estabelecimentos ou industrias, e na qual se unem os trabalhadores do mesmo officio ou profissão, em toda a URSS. Assim é que os medicos, empregados mediante remuneração em todas as fabricas e fazendas, em hospitais ou instituições, e que, com os internos e as enfermeiras, são quase todos membros do Sindicato Médico, ou dos Trabalhadores da Saúde Publica (do qual já descrevemos uma das reuniões), unem-se também numa organização exclusivamente medica, nominalmente apenas uma secção do referido sindicato, porem possuindo suas proprias filiais regionais e realizando um Congresso Geral, em que se discutem todos os assuntos em que os medicos têm especial interesse (*).

Do mesmo modo, os especialistas intellectuais dedicados à ciencia aplicada, quer sejam engenheiros ou eletricistas, quimicos ou biologistas — dos quais mais de 50% são agora "sovie-

(*) Antes da guerra de 1914-18, desde 1870, os profissionais dos serviços de saúde (medicos, farmaceuticos, enfermeiras, parteiras, etc.) constituíam sociedades profissionais de auxílio mutuo. Em 1905, havia perto de duas dezenas dessas sociedades, cuja maioria auxiliava a publicação do periodico da classe. Nos anos seguintes, em consequencia da repressão, essas organizações diminuíram, tanto em numero de filiados como em atividade. Em 1918, a maior parte das sociedades das categorias inferiores se dissolveu para constituir o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Medicos de toda a Russia. A ele se reuniu, em 1920, a associação dos farmaceuticos, assim como as dos veterinarios e dos inspetores sanitarios. Os medicos ficaram fora, insistindo em manter sua associação separada. Em 1920, o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Medicos de Toda a Russia, já então poderoso, apelou para o Conselho Central dos Sindicatos (que se transformou no AUCCTU), e este órgão dissolveu compulsoriamente a associação separada dos medicos, insistindo em que o Sindicato fosse reconhecido como autoridade única perante todas as categorias e secções da profissão. Muitos medicos se filiaram imediatamente, mas outros resistiram longo tempo resultando isso em consideravel indisposição. Esta desapareceu gradualmente ao ser formada no Sindicato uma secção especial para os medicos (*Health Work in Soviet Russia*, por Anna J. Haines, Nova York, 1928, pp. 30-32).

ticamente treinados" — empregados nas minas, fabricas, usinas electricas, refinações de petroleo ou fazendas, em qualquer parte da URSS, têm suas proprias associações, alem de serem filiados aos sindicatos em que se acham incluídos os estabelecimentos em que trabalham. Refere-se que esses intelectuais "são organizados em secções em todos os planos da estrutura sindical. No vertice, reúnem-se num órgão central denominado Repartição Inter-Sindical dos Engenheiros e Tecnicos do Conselho Central dos Sindicatos da URSS. A filiação é inteiramente voluntaria, e, das mensalidades dos socios, destinam-se quantias para financiar o trabalho de cada grupo. Usualmente têm suas proprias revistas tecnicas... Estes grupos ou secções realizam suas proprias conferencias, de amplitude nacional ou provincial; têm comissões executivas eleitas nesses congressos. A um dos congressos, convocado em 1927, compareceram mais de 500 delegados... Os relatorios então apresentados indicaram que havia mais de 105.000 membros nas secções" (*). Outro congresso, ainda mais numeroso e que alegava representar 125.000 membros, foi realizado em 1932, sendo saudado tanto pelos dignatarios governamentais como pelos da ciencia. E' significativo que o discurso principal fosse confiado a Shvernik, secretario geral do AUCCTU, o qual, em extensa oração, insistiu perante o congresso quanto ao estudo continuo da tecnica industrial, visando ao seu aperfeiçoamento ainda maior. "Os grupos locais dos sindicatos", disse ele, "devem fortalecer suas ligações com os engenheiros e outros especialistas, apoiando o trabalho destes e evitando que as pequenas coisas da rotina lhes absorvam a atividade, de modo que eles possam proporcionar verdadeira orientação. E os sindicatos devem providenciar para que estes orientadores intelectuais tenham melhores condições de vida" (**).

A mais antiga dessas associações de especialistas intelectuais, e a mais importante no mundo intelectual, é a Academia de Ciências, presidida pelo idoso Karpinsky, o qual tem atualmen-

(*) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 67.

(**) *Moscow Daily News*, 23-11-, 27-11 e 3-12-1932.

te mais de 80 anos. A Academia conta com o auxílio de mais de mil professores de ciências e pesquisadores em noventa institutos. Estes acham-se disseminados em toda a URSS, embora predomine o seu número em Leningrado, Moscou, Kiev e Kharkov. Quanto ao equipamento e aos recursos, muitos deles causam inveja aos cientistas de outros países. Além de suas numerosas reuniões científicas, nas quais são lidos trabalhos sobre todos os ramos da ciência, a Academia efetua presentemente certo número de recepções públicas, nas quais se fazem exposições menos técnicas sobre determinados assuntos de interesse geral. Como nos informaram, "Zaslavsky faz uma viva descrição do cenário. No salão, propriamente dito, está o proletariado, que acaba de vir das fábricas, usinas, escolas técnicas, docas. No espaçoso palco enfileiram-se os acadêmicos, sob ruidosos aplausos dos assistentes. Aqui estão nomes mundialmente famosos na astronomia, na fisiologia, na biologia, na geologia e em outras ciências. Vemos cabeças leoninas, encanecidas, largos ombros curvados, muitas das figuras tradicionais de cientistas de eras passadas. Alguns ainda envergam o antigo fraque de cerimônia, com o tradicional desprezo que os da sua categoria têm pelo traje" (*). A Academia de Ciências aceitou, não sem alguma relutância, o regime do comunismo soviético. Desde que seus membros recebam salários de seus institutos, como sucede com a maioria dos acadêmicos, podem filiar-se aos sindicatos a que pertençam os institutos. Muitos deles se sindicalizaram e alguns se tornaram membros ativos dos sindicatos com os quais a Academia não mantinha, em outros tempos, ligação alguma.

Existem, porém, outras academias. Assim, a Academia de História da Cultura Material reúne 10.000 arqueólogos (**), em sua maioria empregados em museus e universidades das várias partes da URSS, onde se filiam ao sindicato a que pertence a instituição de cada um. Além de reuniões locais e congressos nacionais periódicos para o desenvolvimento de seus estudos,

(*) *Moscow Daily News*, 27-11-32.

(**) *Idem*, 27-11-1932.

esta Academia equipa e envia expedições arqueológicas a várias partes da URSS e promove ou dirige excavações.

Não nos é possível dar uma relação completa destas associações profissionais de trabalhadores intelectuais; são, como na Inglaterra e nos EE. Unidos, paralelas às organizações sindicais e quase indiferentes a elas, mas integradas nas referidas organizações, nacionalmente superpostas, por assim dizer, na organização geral por estabelecimento. Existe uma associação central de professores; uma secção de redatores no Sindicato dos Graficos; uma secção de cientistas no Sindicato dos Educadores. Há uma secção especial para estatísticos e contabilistas no Sindicato dos Trabalhadores do Comercio. Os lentos e os intelectuais, que fazem trabalhos científicos nos museus, laboratórios e bibliotecas, têm sua propria secção, que, em 1927, tinha 14.000 filiados, achando-se organizada em 50 filiais em outras tantas cidades. Os autores literarios organizaram-se em diversas sociedades; uma delas limitava-se a membros do Partido Comunista, que tendiam a uma certa aspereza para com os escritores "fora do Partido". Por decisão do Comité Central do Partido, em abril de 1932, essa organização exclusivista foi dissolvida, para que todos os autores que apoiam o regime sovietico e tentam tomar parte na construção socialista, quer sejam membros do Partido, candidatos à filiação ou nenhuma das duas coisas, possam constituir uma associação unica de autores sovieticos (*). Há uma Repartição Seccional de Engenheiros e Tecnicos da URSS (YMBIT), a qual, instada por Shvernink, secretario do AUCCTU, resolveu tomar parte ativa na campanha de reparos dos maquinismos agricolas", nas 32 oficinas de consertos das estações de tratores, assim como na "investida em prol da educação tecnica dos *Comsomels*" (**). Há tambem uma Sociedade de Arquitectos Sovieticos, fundada em 1932, com 6 filiais na RSFSR e sua propria revista mensal (***). To-

(*) *Manchester Guardian*, 1-5-1932.

(**) *Moscow Daily News*, 28-10-1933.

(***) *Ibidem*, 17-8-1933.

das estas divisões de profissionais, formalmente autorizadas pelo 7.º Congresso Geral dos Sindicatos, em 1926, têm como objetivo incentivar as atividades culturais de sua especialidade; não olvidam, porém, a elevação dos salários de seus membros, o melhoramento de suas condições de habitação e a instituição de sistemas especiais de aposentadoria (*).

Na reorganização geral dos sindicatos, em setembro de 1934, Shverník reconheceu plenamente a utilidade e a importância dessas associações, que reuniam para fins específicos os membros dos diversos sindicatos. Prevvia-se, explicou ele aos autores do presente trabalho, que haveria diversas associações seccionais no âmbito da maioria, senão da totalidade, dos 154 sindicatos entre os quais estavam distribuídos os primitivos 47. Não havia sido possível, contudo, completar-se essa organização em setembro de 1934, e ela tivera que ser adiada até 1935.

Esta separação por especialidade dentro da organização sindical não se limita aos trabalhadores intelectuais. O fato de existirem, em 1931, 47 sindicatos motivou que em cada um deles se reunissem muitas espécies diferentes de artífices e trabalhadores não especializados. O Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, por exemplo, reunia operários de moinhos, matadouros, fabricas de doces, padarias, fabricas de conservas de peixe e manufaturas de consumo. Em muitos casos, foram criadas secções especializadas, por solicitação do Comité Central do Partido Comunista (CCCP), visando especialmente um estudo mais detalhado de processos de fabricação como meio de incrementar a produtividade, e também um modo mais esclarecido de efetuar convenções coletivas, em benefício de determinadas espécies de trabalhadores em toda a URSS. "Paralelamente ao estabelecimento dessas secções", declarou o CCCP, "devemos pôr em prática o sistema de reuniões especiais e conferencias de produção, de acordo com os officios e profissões (trabalhadores de fundições, modeladores, maquinistas, examinadores, mecânicos, escavadores, tratoristas, contra-mestres, estampadores de

(*) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, página 67-69.

tecidos, etc.); nas oficinas, além do delegado de oficina deve haver outro, representando o ofício nela predominante" (*). Vemos que o AUCCTU, embora obediência promulgue essa política de divisão em secções, não esquece o possível perigo que para o sindicalismo representam esses exclusivismos. Já em 1926 salientava o Boletim Sindical do AUCCTU que "as secções não devem ser consideradas como passos iniciais para o fracionamento dos sindicatos nem para fazer delas órgãos independentes. Elas devem ser criadas dentro do sindicato, como órgãos auxiliares que melhor podem examinar as condições de trabalho e de vida dos sindicalizados e servir mais satisfatoriamente a estes" (**).

De igual modo, no caso da Repartição Inter-Sindical de Engenheiros e Técnicos, de que já tratamos, ordenou-se que as decisões dos órgãos seccionais têm que ser examinadas e aprovadas pelo órgão dirigente do determinado sindicato a cujos membros se referem, antes de serem postas em vigor (***).

O Profintern

A descrição que fizemos da complicada organização sindical do comunismo soviético não completa a análise do conjunto. Como se viu no caso da hierarquia soviética, e como vamos descrever no caso do Partido Comunista, o que se tem em vista é a filiação numa ampla organização internacional, que eventualmente poderá ser mundial. Para o homem, como produtor assalariado, há possibilidade de uma sindicalização universal nos moldes soviéticos. Nessa conformidade, toda a organização sindical da URSS pertence ao Conselho Internacional dos Sindicatos "Vermelhos", comumente conhecido como o Profintern, o

(*) Relatório do 9.º Congresso Geral dos Sindicatos, 1933, p. 110 (Relatório de Kaganovitch). Escavador (*stoper*) é um mineiro que trabalha num veio de mineral.

(**) *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, p. 69.

(***) *Ibidem*, p. 67.

qual foi formalmente instalado numa reunião internacional convocada em Moscou pelo AUCCTU em 1921 (*). Já existia uma Associação Internacional dos Sindicatos, com sede em Amsterdã, a qual obtivera a adesão da grande massa do sindicalismo europeu, não importando a questão de opinião política. Com a propagação das idéias social-democráticas entre o operariado, essa Internacional Sindical se associara à Segunda Internacional, aliança das sociedades trabalhistas e socialistas, estabelecida em Paris, em 1889, à qual eram filiados os partidos socialistas da Europa ocidental. Em geral, estes partidos mostravam-se hostis ao bolchevismo, principalmente por causa da intolerância da oposição deste e por haver ele suprimido a secção menchevique do Partido Social Democrático. Consequentemente, logo que se estabeleceu em Moscou o Komintern em oposição à Segunda Internacional, surgiu ali o Profintern em oposição à Internacional de Amsterdã.

(*) Os relatórios e panfletos publicados sobre a Internacional Vermelha (Profintern) são muito numerosos, existindo muitos deles em inglês, francês e alemão. Em *The Trade Union Movement in Soviet Russia* (Movimento Sindical na URSS), da Repartição Internacional do Trabalho, da Liga das Nações, 1927, pp. 262-263, encontra-se uma lista útil, com uma bem elaborada crônica dos trabalhos (até 1926). No *Handwörterbuch des Gewerkschaften* há uma relação mais recente. Entre os existentes em inglês, francês ou alemão, vejam-se, especialmente: *Resolutions, Proclamations and Manifestos of the First Congress of Trade and Industrial Unions*, Moscou 1921; *Minutes of the International Council of Red Trade Unions*, Moscou, 1921; *The Red Trade Union International*, Moscou, 1921-26; *The World Trade Union Movement before and after the War*, 1924, e *Moscow or Amsterdam?*, 1924 (estes dois de autoria de A. Lozovsky); *World Communists in Action*, por G. Piatnitsky, 1931; e *Les Questions vitales du mouvement révolutionnaire internationale*, Paris, 62 pp., pelo mesmo. O Livro Azul do Governo Britânico (cmd. 2682 de 1926) contém uma heterogênea quantidade de documentos da Internacional Vermelha, apreendidos pela polícia de Londres em outubro de 1925. Muitos documentos semelhantes podem ser encontrados em qualquer tempo, publicados na *Inprecorr* (International Press Correspondence, Correspondência Internacional). Vide também *Soviet Trade Unions*, de Robert W. Dunn, 1927, pp. 222-252, e *Soviet Russia*, por W. H. Chamberlin, 1930, pp. 267-274.

O Profintern é declaradamente governado por um congresso anual de delegados das diversas organizações de sindicatos comunistas. Durante perto de uma década, esses congressos se realizavam em Moscou; as opiniões diferem, porém, quanto à importância que eles realmente hajam atingido, quer como internacionais, quer na qualidade de representantes de verdadeiros sindicatos. Por exemplo, no congresso realizado em 1927, quando a Internacional Sindical Vermelha proclamava falar em nome de 13.862.209 membros de organizações filiadas, 10.248.000 eram sindicalistas da URSS, e 2.800.000 eram componentes de sociedades chinesas de várias espécies, que foram prontamente dissolvidas ou simplesmente desapareceram. Os outros 3/4 de milhão incluíam alguns sindicatos comunistas, especialmente da Alemanha, da França e da Tchecoslováquia, porém se compunham, na maior parte, (como relatou o próprio Losovsky), não de legítimos sindicatos, mas de um amontoado de órgãos não discriminados, incluindo grupos de minorias, associações ilegais e comitês heterogêneos de uns quarenta ou cinquenta países, até da América do Norte e do Sul, da Austrália, Nova Zelândia, Índia e África (*), dos quais dificilmente se poderia dizer que houvessem enviado alguém a Moscou expressamente como delegado ao Congresso. Os congressos subsequentes foram da mesma espécie. Os delegados são os nomeados pelo AUCCTU da URSS, juntamente com um pequeno número de pessoas realmente enviadas para aquele fim por sindicatos do exterior, acrescido de outras procedentes dos grupos não discriminados a que nos referimos, assim como de sindicalizados comunistas, estrangeiros, residentes em Moscou, e até de visitantes avulsos de opiniões semelhantes. Esse congresso nomeia um conselho exe-

(*) O caráter das filiações foi descrito pelo presidente do Congresso de 1930: "Sabeis que o movimento sindical reunido no Profintern é variadíssimo no que se refere à estrutura do conjunto. Organizações independentes, sindicatos ilegais, organizações semi-legais, e, mais ainda, oposições sindicais ou minorias dentro dos sindicatos, todas fazem parte do Profintern. (Extrato traduzido do relatório de A. Losovsky à Conferência de Moscou dos Obreiros Ativos dos Sindicatos, de 9-9-1930, sobre *Os Resultados do Quinto Congresso do Profintern*).

cutivo, com *presidium*, presidente e secretario, em sua maioria residentes em Moscou. Parece-nos diminuta a validade de uma organização internacional dessa especie como representante de sindicatos estrangeiros, assim como a sua eficiencia pratica em outros países. Não queremos insinuar que o Profintern não represente o modo de ver de grande numero de comunistas de outros países, que têm comparecido às urnas eleitorais aos milhões e exercem influencia em seus países não só entre os desempregados mas também entre os sindicalizados e nas reuniões destes, embora ainda não tenham conseguido (a não ser em poucos casos) apossar-se dos sindicatos. O que se discute é a alegação da Internacional Vermelha, de representar sindicatos estrangeiros em sua legitima qualidade, e não o fato de representar eia as opiniões dos comunistas existentes na classe assalariada.

O Conselho Central do Profintern é um órgão que inclui quatro dos principais membros do Partido Comunista da URSS e duas pessoas provenientes de cada um dos grandes países industriais. O verdadeiro trabalho é feito por uma comissão executiva de sete membros, dois dos quais da URSS. Os trabalhos da referida comissão, embora sejam frequentemente falhos quanto ao conhecimento exato da situação do operariado em outros países, não têm carecido de vigor e habilidade. Há um secretariado poliglota, remunerado com as taxas cobradas pelo Profintern às associações filiadas, e, portanto, em grande parte aos sindicatos da URSS. Esse secretariado é organizado por departamentos segundo os países e inclui comunistas pertencentes a uma ou outra das principais nações interessadas. A sua ampla correspondencia com toda especie de organizações comunistas dos varios países costumava incluir frequentemente "diretivas" detalhadas para a atuação de tais órgãos. Essas instruções, cujo tom provoca certo ressentimento, eram antigamente acompanhadas, uma vez por outra, de apreciaveis remessas de dinheiro, sob varios disfarces, geralmente para auxiliar greves. Acredita-se, porem, que, desde 1929, esses subsidios se reduziram a quantias diminutas, destinadas mais a manter ligações do que à idéia de fomentar um levante mundial. Tornam-se maiores as remessas, porem, em alguns casos em que

funcionarios comunistas necessitam de defesa juridica em processos criminais.

A historia dos trabalhos do Profintern nestes ultimos doze anos ocupa-se em grande parte da permanente controversia com a Internacional de Amsterdam, a qual, em 1932, comandava a aliança de muitos milhões de sindicalizados em quase todos os países, exceto a URSS (e, por outras razões, os Estados Unidos). Com a referida Internacional vinham seus satélites, as 27 federações internacionais dos sindicatos das industrias separadas. O Profintern tem sido infatigavel em sua tentativa incessante de promover o que denomina de "frente unica" contra o capitalismo em todo o mundo. Ele não pode, porem, chegar a unir-se a uma organização formada na base do sindicalismo existente nos países capitalistas, o qual, de acordo com os atuais interesses de seus filiados como obreiros assalariados, decididamente repudia qualquer tentativa de derrubar pela força a ordem existente, dentro da qual os sindicalizados encontram seus verdadeiros meios de subsistencia. Por outro lado, a Internacional de Amsterdam recusa-se a fazer qualquer especie de aliança ou tomar parte em qualquer empresa em comum com uma entidade que se gloria de existir para finalidades julgadas criminosas segundo as leis dos países em que vivem os sindicalizados, entidade essa dirigida por Moscou e que universalmente se acredita estar sob o controle do Politbureau do Partido Comunista da URSS. Além das manobras geralmente infrutíferas no sentido de uma "frente unica", a Internacional Vermelha faz tudo quanto pode para estimular e apoiar greves e disturbios industriais em todos os países capitalistas e para a propaganda ativa do proprio comunismo onde quer que seja possível. Não é destituída de merito a sua visão de uma futura organização mundial dos sindicatos operarios, *sob um regime comunista universal*. Nesse interim, porem, com o sindicalismo enfrentando patrões capitalistas e governos inamistosos, não podemos deixar de pensar que, como no caso do Comintern, a decidida interferencia de Moscou nos assuntos internacionais de outros países, criando ressentimentos nacionalistas, milita contra o progresso do proprio comunismo.

*Comparação entre o Sindicalismo Soviético
e o da Grã-Bretanha*

Já teremos compreendido que o sindicalismo na URSS é uma organização grande e poderosa, mais extensa do que a de qualquer outro país, mais ativamente empenhada em funções mais numerosas, e mais intimamente ligada aos outros órgãos do Estado. Em nossa opinião, o sindicalismo soviético é sem par no intenso interesse com que incrementa a produtividade da indústria do país, na inclusão, em seu quadro social, dos diretores e gerentes que tomaram o lugar dos patrões capitalistas, e em seu persistente desejo de reduzir os custos. Em outro capítulo descreveremos a cordialidade com que foram aceitos, em substituição ao incessante desejo de aumento dos lucros por parte do capitalista, varios arranjos no sentido de se obter a maxima produtividade possivel com a minima despesa para a comunidade (*).

Pode-se perguntar, porém, em que se parece ainda o sindicalismo na URSS com o seu modelo da Grã-Bretanha. Resumindo, podemos responder que o sindicato soviético, como o britânico, é acentuadamente o órgão dos obreiros assalariados: baseia-se na filiação voluntária e individual, com a respectiva mensalidade; nomeia e remunera seus próprios funcionários e dirige seus negócios por intermédio de seus próprios comités eleitos; efetua, por meio de seus comités mais elevados e seus funcionários de jurisdição nacional, os contratos coletivos com as organizações empregadoras, estabelecendo por meio dêles o esquema geral e as tabelas padronizadas de remunerações; as obras por peça ou tarefa são ajustadas em cada fábrica, uma por uma, depois de discussão com os funcionários locais do sindicato, não sem o consentimento dêles; êsses funcionários podem ser verdadeiros especialistas "ajustadores de remunerações", para os quais o sindicato organiza treinamento especial;

(*) Vide o Capitulo IX, na II Parte, *Em lugar do lucro*.

toma parte, por seus representantes escolhidos e funcionários nomeados, em quase todos os órgãos do governo; finalmente, sua função essencial é a de manter e melhorar as condições de vida dos trabalhadores. — encarando-as, porém, do mais amplo ponto de vista e buscando o seu progresso apenas em comum com e de toda a coletividade operária.

O que não é tão fácil é explicar a relação entre o sindicato soviético e os outros órgãos do Estado Soviético. Em 1927, perguntava Tomsky: "Os sindicatos são dependentes ou independentes do Estado? Se se compreender, segundo a interpretação formal, que os sindicatos da Europa ocidental dão à pergunta, decerto somos independentes, porque os sindicatos são dirigidos por seus próprios órgãos democraticamente eleitos, têm seus próprios recursos financeiros e de maneira alguma estão sujeitos ao Estado. Na acepção mais ampla da palavra, no sentido da política de classe, os sindicatos são dependentes, como órgãos de uma classe unida, porque o Estado é nosso Estado. Essa dependência, porém, tem base recíproca, pois que de igual modo dependem dos sindicatos o Conselho dos Comissários do Povo e o Comité Executivo Central do Governo Soviético. Como podem eles ser independentes quando temos quatro representantes no *Presidium* do Comité Executivo Central do Governo Soviético e sessenta representantes no Comité Executivo Central dos próprios Soviets; quando temos voto consultivo no Conselho dos Comissários do Povo, em todas as questões nele discutidas; quando o Conselho dos Comissários do Povo não pode resolver uma só questão concernente à vida dos trabalhadores sem a nossa decisão final sobre o assunto; quando temos o direito de retirar da ordem do dia de qualquer alto órgão do Estado qualquer matéria que seja, por um simples telefonema, dizendo: "Um momento; vocês querem discutir tal e tal assunto, mas não consultaram nossa opinião. Temos alguma coisa a dizer sobre o caso; tenham a bondade de adiar esse ponto"? E não sabemos de caso algum em que não tenhamos sido atendidos. Os sindicatos têm o direito de solicitar a qualquer dos comissários do povo que compareça perante eles para apresentar um relatório, e nenhum dos comissários tem o direito de se recusar a isso

alegando não ser formalmente responsável perante os sindicatos em questão" (*).

Em nossa opinião, a relação entre o sindicalismo soviético e os demais órgãos do Estado dos Soviets não pode ser avaliada com precisão sem que conheçamos a posição e a influência do Partido Comunista. A êste dedicamos um outro capítulo, intitulado *Orientadores por Vocação* (Cap. V, na I Parte).

SECÇÃO II

As Associações de Produtores-proprietários

Era característico do gênio de Lenine o fato de êle atribuir um valor extremo ao princípio da multiformidade na organização social, não apenas em atenção à participação universal no governo, única que, como assegurava, podia criar uma verdadeira democracia, mas também como "uma garantia de vitalidade... um penhor de que o objetivo comum e único será atingido com bom êxito". Sòmente segundo êsse princípio, salientava êle, poderiam homens e mulheres de temperamentos, capacidades e antecedentes diversos, sob diferentes circunstâncias, reunir-se para a suprema tarefa de construir o Estado Socialista. Daí encontramos, na URSS, paralelamente ao sindicato dos assalariados a serviço das empresas e instituições cooperativas estatais, municipais e de consumidores, um tipo inteiramente diverso — quase poderíamos dizer contraditório — de organização, a oficina autônoma ou a fazenda coletiva. Nesta modalidade, os componentes não recebem remuneração sob a forma de salários ou vencimentos; de fato, não são empregados sob forma alguma de contrato de serviço. Individualmente ou em conjunto, são proprietários de parte ou da totalidade dos instrumentos de produção, como também do produto de seu trabalho. Êste método de organizar o homem como produtor vem sendo continuamente

(*) *The Trade Unions, the Party and the State* (Os Sindicatos, o Partido e o Estado), por M. Tomsky, Moscou, 1927, páginas 18-19.

patrocinado há mais de um século, na Europa ocidental, e frequentemente é praticado sob o nome de produção cooperativa, como alternativa conveniente e praticável da organização da indústria pelo capitalista aproveitador do lucro. Neste caráter, o método tem sido assunto de acalorada controvérsia: É ele uma alternativa desejável ou praticável do sistema do salaríato? De passagem, digamos que os autores desta obra responderam negativamente (*), pelo menos dentro da estrutura do sistema capitalista. Daí termos ficado ainda mais interessados ao descobrirmos que, na última década, sob a estrutura do Comunismo Soviético, as associações de produtores-proprietários, de uma ou de outra espécie, se tornaram realmente o tipo predominante na agricultura da URSS. Aparentemente, também demonstraram suas vantagens em vários ramos da indústria manufatureira, assim como em outros meios muito difundidos de ganhar a vida, como a caça e a pesca.

(a) A OFICINA AUTONOMA

Iniciamos nossa análise da estrutura constitucional das associações de produtores-proprietários da URSS, não pelo grupo maior e mais importante, sob todos os aspectos, isto é, o das fazendas coletivas, mas pelo que mais contrasta com o que descrevemos na secção anterior sobre o sindicalismo, ou, sejam, as associações de produtores-proprietários da indústria fabril, que na Inglaterra denominamos de "Oficina Autônoma" (**).

(*) Vide *The Cooperative Movement in Great Britain*, por Beatrice Potter, 1891; *Industrial Democracy*, por S. e B. Webb, 1898; *The Consumer's Cooperative Movement*, pelos mesmos, 1922.

(**) Para informações sobre o passado e o presente dos *kustars* (artífices independentes), seus *artels* e suas sociedades cooperativas, as fontes mais acessíveis são *The Cooperative Movement in Russia during the War*, Yale University, New Haven, 1929, 435 pp.); *Les voies du développement de la coopération de production en URSS*, por W. Tikhomirov, secretário do conselho central das sociedades cooperativas; vide também, do mesmo autor, *Die Genossenschaften in sozialistischen Aufbau* (Berlim), 1927, pp. 36; *The So-*

Na Rússia do século XIX, o “fabricante” típico não era o capitalista empreendedor nem o artífice assalariado, mas o operário manual, isolado, trabalhando, só ou num grupo de família, a madeira, o ferro, a lã, o linho, o osso ou o couro, que transformava em utilidades domésticas, as quais vendia para sua subsistência. Em tôdas as épocas, um grupo dêsses artífices se reunia num *artel* de trabalho (a palavra data do século XII). Segundo fomos informados, “o *artel* era uma associação temporária de indivíduos para um determinado empreendimento industrial, usualmente de caráter temporário, conduzida na base de administração e responsabilidade coletivas”. Não era reconhecido pela lei e não gozava de proteção legal ou oficial; habitualmente, porém, não sofria intervenção governamental. Formaram-se muitos *artels* para trabalhar na construção de edifícios ou para fabricação nas cidades. Outros existiam nas aldeias para produzir utilidades para venda. Muitos eram formados “anualmente para a campanha do período respectivo, dissolvendo-se logo após a liquidação das contas das mercadorias entregues e vendidas na temporada” (*). Mais tarde, uma pequena proporção deles assumiu modalidade mais durável, como sociedades cooperativas de produção.

viet Worker, por T. Freeman, 1931, pp. 238-240 apresenta um resumo útil. O modo pelo qual eram os *kustars* apreciados pelos economistas ortodoxos da Rússia (e pelo governo tsarista) é exposto no relatório da Comissão Imperial da Rússia à Exposição Universal de Paris, em 1900, sob o título *La Russie à la fin du 19.e siècle*, obra publicada sob a direção de M. W. de Kovalevsky (Paris, 1900, pp. 652-658). Existe uma útil coleção (em russo) de todos os decretos sobre a cooperação dos artífices e as indústrias *kustars*, por I. A. Sletsky e I. R. Koisky, editada pelo Professor D. M. Genkin, Moscou, 1928. Com ela deve-se ler o importante decreto e resolução de 23 de julho de 1932, do Comité Executivo Central e dos *Soyuznarkom* da URSS, reformando toda a organização. Existem outras obras em idioma russo, como a *Zakonodatelsvno o promkooperatzii* (Legislação sobre as *Incops*), por D. M. Genkin, Moscou, 1933; *Ten Years of Incops in URSS*, por Gnoussov e I. P. Chernyeshov, Moscou, 1933; *Pavlovo* (coleção de histórias e ensaios sobre *incops* em Pavlovo), por V. Korolenko e K. Pazhitnov.

(*) *The Cooperative Movement in Russia during the War*, por E. M. Kayden e A. N. Antsiferov, 1929, pp. 4, 367.

Por outro lado, já em 1914 grande parte delas havia perdido sua independência econômica e passado às mãos de intermediários capitalistas, que forneciam os materiais para serem transformados à custa de trabalho excessivo e mal pago (*), ou os vendiam a crédito aos artífices associados, recebendo de volta o produto: mobília, brinquedos, artefatos de couro, produtos têxteis ou peças de vestuário, a preços ruinosamente baixos (**). Em 1914, avaliava-se em 5.1/4 milhões o número total desses produtores-proprietários dedicados a empreendimentos industriais, constituindo uma população recenseável de uns 15 ou 20 milhões e representando 1/8 da Rússia czarista daquele tempo. Sua produção total era avaliada em 2.400 milhões de rublos, igual à metade da da indústria fabril organizada da época. Durante os sete anos da guerra e da revolução, de 1914 a 1920, embora algumas das uniões de *artels* "conseguissem resultados importantes ao serviço do país e do Exército (***) haviam desaparecido dois terços daquela população de artífices, encontrando-se a maioria dos sobreviventes, em 1921, nas aldeias mais afastadas, que haviam sofrido menos com as devastações das forças em luta.

Sob o governo soviético, a partir de 1919 e especialmente depois de 1932, esses produtores-proprietários independentes foram reerguidos e estimulados, como alternativa aprovada da produção (particularmente de artigos domésticos), em lugar do trabalho assalariado nas indústrias mantidas pelo governo, pelos trustes, pela municipalidade ou por sociedades cooperativas de consumo. Primitivamente, a política de Lenine era a de "manter e desenvolver enérgicamente a produção cooperativa", não

(*) Na lingua inglesa existe uma expressão característica, *sweated labour*, trabalho extenuante, (ao pé da letra), para qualificar o trabalho, especialmente o feito em domicílio, executado a toda pressa, em ambiente inadequado, e, sobretudo, pessimamente pago, trabalho explorado, enfim. (N. do T.).

(**) *Les voies du développement de la coopération de production en URSS*, por W. Tikhomirov, 1931.

(***) *The Cooperative Movement in Russia during the War*, por E. M. Kayden e A. N. Antsiferov, 1929, p. 366.

só como meio de aliviar a situação dos camponeses como também a maneira pela qual, segundo acreditava êle, a pequena indústria poderia "desenvolver-se para a produção em massa, na base de associações livres de trabalhadores" (*). Conseqüentemente, desde o início, puderam os artífices constituir cooperativas de produção, às quais algumas vezes se tem concedido crédito do Estado para a compra de materiais aos preços mais baixos possíveis. Em alguns casos, pequenas fábricas ou oficinas, abandonadas por seus proprietários, foram entregues a tais sociedades. Em outros casos, receberam auxílio para a compra de maquinismos e equipamentos da oficina. Uma vez por outra, os peritos de um truste ou de alguma usina modernizada têm auxiliado algum dos grandes *artels* na modificação de todo o seu sistema de produção, de modo a incrementar grandemente a mesma (**).

Durante a última década, os diversos departamentos do governo, central ou municipal, juntamente com os trustes de fabricação e sociedades cooperativas de consumo, têm, de bom grado, atendido às suas próprias necessidades, contratando receber das associações de produtores-proprietários (*incops*), a preços estabelecidos por acôrdo, grande parte da produção destas, assegurando-lhes por longo tempo mercado proveitoso para seus artigos. Não ficaram, também, inteiramente sem auxílio os artífices isolados, independentes. Foi solicitado às *incops* que

(*) *Les voies du développement de la coopération de production en URSS*, por W. Tikhomirov, citando trecho da pag. 466 do vol. XX do texto russo das *Obras* de Lenine.

(**) "Assim é que, por iniciativa do jornal (*Trud*), um estabelecimento que fabrique sapatos, por exemplo, empreende o auxílio a um *artel* de sapateiros para melhorar e incrementar a produção deste. Um *artel* é uma empresa cooperativa, que reúne até 500 ou 600 artífices que trabalhavam antes em suas próprias oficinas. Embora quanto ao numero esses *artels* representem frequentemente fabricas de consideraveis proporções, os metodos de trabalho são, com frequencia ainda maior, os de antigamente, fazendo cada homem uma obra completa sem tentar subdividir o trabalho. Sob a orientação de peritos, vindos de fabricas que utilizam metodos modernos de produção, tem sido possível organizar de tal modo o trabalho dos *artels* que o rendimento se multiplica". (*Moscow Daily News*, 23-6-1932).

fizessem tudo para trazê-los para a rede das organizações, auxiliando-os ao mesmo tempo pelo recebimento de sua produção individual de modo a lhes favorecer a colocação no mercado (*). Especialmente desde o estabelecimento do Plano Quinquenal, em 1928, têm-se multiplicado e desenvolvido essas associações de produtores-próprietários. O resultado foi não só o progressivo ressurgimento da grande massa da indústria *kustar* (**), como também a ampliação de seus objetivos, assumindo ela formas constitucionais definidas de acordo com o modelo predominante em todo o sistema soviético. Por um notável decreto de 23 de julho de 1932, do Comité Executivo Central e do *Sovnarkom* da URSS, todo o sistema foi ainda mais desenvolvido e drasticamente reorganizado (***).

(*) Quando houve o desemprego, as bolsas de trabalho exerciam pressão, esporadicamente, sobre alguma sociedade cooperativa que estivesse sendo bem sucedida na fabricação, afim de que recebesse como membros alguns artifices isolados que houvessem fracassado em se manterem pela produção independente, ou para que aceitasse jovens desempregados, como novos aprendizes e membros eventuais; algumas vezes, escolhia-se metade entre os filhos dos membros da sociedade e o restante entre os apresentados pelas bolsas.

(**) Tão grande foi o aumento da industria nacionalizada e municipalizada que o total da produção industrial dos artifices vai somente a 1/5 da produção industrial da URSS, ao invés de 1/3, como acontecia em 1913 na Rússia zarista.

(***) As associações industriais de produtores-proprietários (*Incops*) foram classificadas do seguinte modo, pela mais recente autoridade russa na materia (*The Legislation of Incops*, por D. M. Genkir, Moscou, 1933): 1) Associações de Suprimento e Venda, nas quais todos os membros trabalham em domicílio, vendendo, porém, o total ou parte de sua produção por intermedio da sociedade, da qual obtêm materia prima e aviamentos. Os associados, que devem trabalhar, gozam de redução no imposto de renda sobre a parte de sua produção vendida por intermedio da sociedade; 2) Associações de Produção em Conjunto, nas quais todos os membros trabalham em domicílio, porém os materiais e o produto pertencem à sociedade, e não individualmente a seus membros, e 3) *Artels*, que mantêm uma fabrica em comum, na qual os membros se associam em determinado officio ou ramo da industria (a lei proíbe o *artel* composto de operarios de officios diferentes).

No começo de 1932, além de uma legião não contada de artífices individuais e isolados que ainda existia nas cidades e nas aldeias, em número que chegava a um milhão ou mais, avaliava-se em cerca de 20.000 a quantidade de sociedades cooperativas desta espécie, definidamente organizadas, com 30.000 oficinas ou outros estabelecimentos, abrangendo como seus filiados 2.350.000 homens e mulheres, que representavam uma população censitária de 7 ou 8 milhões e uma produção bruta de utilidades avaliada em cerca de 4.500 milhões de rublos. Outro cálculo, posterior e incluindo maior variedade de sociedades, indica, relativamente a 1932, o valor do "rendimento das cooperativas de produção, incluindo as de inválidos e as de extração de madeiras" (a que nos referimos em outra parte), em "6.230 milhões de rublos, calculado aos preços do plano de 1932" (*). Ao passo que antes da guerra a grande maioria dos artífices trabalhava em casa, atualmente menos de 1/3 deles assim o fazem; quanto às sociedades cooperativas, está reduzido a menos de 1/8 de seus membros o número de trabalhadores em domicílio. Em meia dúzia de casos, essas sociedades exploram atualmente pequenos poços carboníferos, produzindo, ao todo, mais de 2.000.000 de toneladas por ano; em Rechesk, nos Urais, fazem funcionar até um alto forno (**). Em Kazakstan, há minas de chumbo administradas por *incops*; em outros pontos, o mesmo acontece com diversas pequenas fábricas de máquinas, muitas pedreiras, olarias e caieiras, e até pequenas usinas químicas produzindo sabão, ácido acético, iodo, nicotina e diversos produtos para rádio (***).

(*) *Sumário dos Resultados do Primeiro Plano Quinquenal* (Gosplan, 1933, p. 61).

(**) A usina de Rechesk, nos Urais, produz anualmente 15 mil toneladas de ferro guza, quase todo destinado às necessidades de outras *incops*. Em outros casos, existem usinas de laminação, que refazem o ferro e o aço de sucata obtidos das instalações sob a direção do Comissariado das Indústrias Pesadas. As minas de carvão das *incops* do Donbas e outros pontos da Ucrânia e da Sibéria oriental fornecem, indiferentemente, a outras *incops*, às indústrias locais ou a empresas da URSS.

(***) Grande parte do trabalho de derrubada de madeiras,

As *incops*, porém, dedicam-se principalmente, em mais de metade do seu trabalho, ao preparo de várias espécies de produtos alimentícios e ao fabrico e conserto de toda sorte de utilidades para uso doméstico, como sejam mobília e equipamento de cozinha, botinas e sapatos, barricas e cestos, toda espécie de artigos têxteis e roupas feitas, capachos e mantas de todos os feitios, brinquedos, artefatos de couro, obras artísticas de madeira e de ferro, vasos de cerâmica e até pinturas à mão sobre madeira, executadas pelos que antigamente produziam íconos religiosos. Para a venda ao público das cidades, essas sociedades cooperativas têm mais de 1.000 lojas e mais de 1.000 postos. De fato, seus membros têm-se constituído elemento importante da população urbana. Em 1926, os artífices das cidades chegavam apenas a meio milhão, ou 2,1 % da população, ao passo que em 1931 o registro urbano revelava que já chegavam a cerca de 2 milhões, ou 6,2 % da população (*).

As reuniões de associados

Em toda parte, a base da hierarquia constitucional em que são representados estes grupos organizados de produtores-proprietários industriais é constituída pelas reuniões de membros de suas várias *incops* ou sociedades cooperativas industriais, que podem incluir de umas poucas dúzias até 1.000 ou mais operários, sendo a média um pouco acima de 100. Nas *incops* menores, essas reuniões, que devem ter a participação de todos os membros acima de 18 anos, são realizadas com frequência, de acordo com as regras de cada sociedade, usualmente com intervalos de poucas semanas. A marcha dos negócios da *incop* é examinada pelo

como também do de prepará-las em pranchões, portas, folhas, etc., é feito por grupos de operários associados em *artels*. Estes não se acham, porém, incluídos das organizações de *incops*, pois têm um sindicato próprio (*Vsekhopromlessoyus*), que opera em conjunto com o recém-formado Commissariado da Madeira (*Narkomles*). Esses agrupam-se segundo as Republicas autonomas.

(*) *Sumário dos Resultados do 1.º Plano Quinquenal (Gosplan, 1933, p. 189).*

presidente, gerente ou outro funcionário, podendo ser discutido qualquer assunto que interesse aos membros. Uma vez por ano, são eleitos o presidente — que muitas vezes é também gerente — e meia dúzia de membros, constituindo o *presidium*, juntamente com o número determinado de delegados junto a outros órgãos. As *incops* de determinada localidade, fabricando artigos da mesma espécie, também podem reunir-se numa “união” especializada, para conveniência mútua, como para o suprimento em conjunto de ferramentas, matérias primas ou componentes auxiliares, ou para representação em conjunto nas transações com os departamentos estatais. A delegação principal, porém, fica junto ao conselho regional, a que devem agora pertencer tôdas as *incops* da região (geralmente uma *oblast* ou *krai*), sem atender ao produto especializado que fabriquem. A reunião de membros elege também, em cada caso, um comitê de revisão, cujo principal dever é examinar as contas. De acôrdo com a lei, êsse comitê deve incluir entre seus membros alguns de outras *incops*. É êsse comitê de revisão que decide as disputas que surgem esporadicamente na sociedade, com recurso para o conselho regional. Se o número de associados da *incop* não é superior a 300, é o comício de associados que elege os delegados. Se, porém, como está constantemente acontecendo nas grandes cidades, a *incop* conta muitas centenas de filiados, o comício geral só se realiza uma vez por ano, para eleger um conselho executivo, menor, de algumas dúzias de membros; o conselho é que escolhe tanto os próprios funcionários da *incop* como seus delegados ao conselho regional.

Segundo os dispositivos revistos em 1932, os conselhos regionais (Soviets) não têm nenhuma função material, conquanto auxiliem as *incops*, instruindo-as, preparando planos, aconselhando-as e regularizando disputas. Melhor dizendo, êles não se dedicam à produção nem a à distribuição (*), nem as *incops*

(*) Parece haver uma exceção. O *Vsekopromsoviet*, que tem jurisdição sobre um *metallpromsyus*, ou grupo de *incops* da indústria metalúrgica, executa “funções industriais” em conjunto com o referido grupo.

sofrem embaraço algum nas suas várias indústrias. Cada *incop* pode obter livremente os materiais de que necessite, com exceção de lã, algodão, linho, cânhamo, casulos de seda e couros, não incluindo os de porco. Os materiais podem ser obtidos como a *incop* desejar, porém somente nos distritos geográficos determinados pelo Comitê de Abastecimento do Conselho do Trabalho e da Defesa (STO). Cada *incop* pode obter igualmente de qualquer empresa estatal os resíduos industriais de que precisar (incluindo a sucata de metal, a estopa, os trapos, os materiais rejeitados e as sobras de madeira), e todas as empresas estatais têm instruções para fazer contratos com relação a tais resíduos, mediante preços a ajustar. As *incops* devem ter liberdade de obter do Banco do Estado o crédito de que necessitarem e de vender seus produtos como e onde escolherem, inclusive nos mercados abertos das cidades e em suas próprias lojas a retalho. Exceto ao trabalharem em materiais custeados com recursos do Estado, as *incops* não mais têm obrigação de dispor de parte alguma de sua produção em benefício de departamentos do Estado; estes, porém, têm instruções no sentido de encomendarem às *incops* tudo que for possível. As *incops* podem procurar e receber encomendas de produtos de sua fabricação, diretamente do movimento cooperativo de consumo, ou dos departamentos estatais ou municipais, ou ainda de qualquer dos trustes governamentais, assim como de compradores individuais. Em cada caso, os preços são ajustados por acordo ou contrato. A transação que se proíbe estritamente é a "especulação", isto é, a compra de utilidades com a intenção de vendê-las mediante lucro; em outros termos, as *incops* não se devem empenhar em simples mercantilismo. Deve-se notar que, embora as *incops* sejam baseadas no princípio da associação dos próprios trabalhadores, podem, excepcionalmente, empregar não-associados, como especialistas remunerados (engenheiros, p.ex.) ou como operários suplementares ou por temporada, até 1/5 do número de associados, ou 30 % do total reunido de membros e candidatos à filiação. Os não-associados assim empregados, que geralmente são membros de seus respectivos sindicatos, devem receber segundo as tabelas correntes em suas várias indústrias, conforme

aprovação dos sindicatos. Não se permite nenhuma redução de salários.

O Conselho Regional da "Incops"

O decreto de 23 de julho de 1932, conquanto abolisse vários órgãos federais intermediários e nacionais das sociedades cooperativas industriais (*), estabeleceu uma associação obrigatória das *incops* que se encontrem numa mesma região. Isso não visa controlar nem sujeitar à interferência os seus empreendimentos de negócios — nos quais elas deveriam gozar de maior independência — porém unicamente auxiliá-las no cumprimento das tarefas a que se tenham comprometido. Para êsse fim, a região devia ser cada uma das seis Repúblicas federadas, menores, ou, na RSFSR e noutros distritos de indústria altamente desenvolvida, a *oblast* ou *krai*, ou uma área especialmente definida. Cada uma dessas regiões tem atualmente um conselho de delegados das *incops* que as constituem, com representação aproximadamente proporcional ao seu número de filiados, segundo determina periodicamente o conselho. Este não mais decide sobre a taxa a lançar sobre os fundos de cada *incop*, para a administração regional e geral e para outros fins. Essas tributações devem ser reduzidas ao mínimo, e combinadas em reunião especial, na qual delegados especiais das diversas *incops* da região conferenciam com representantes do conselho regional. O conselho será responsável pela superintendência do exame das contas das socie-

(*) Desse modo, o decreto "liquida" peremptoriamente a Federação das Cooperativas das Indústrias da Alimentação da URSS, a Federação das Cooperativas da Indústria Pesada da URSS e a Federação das Cooperativas Industriais da URSS, e estabelece que, "sob circunstância nenhuma, será permitido criar nos conselhos regionais de *incops* órgãos de obstrução, uma vez que na estrutura da Federação de *Incops* da URSS se permitiu a organização de grupos especializados das formas fundamentais das *incops*. Em cada República, podem continuar as respectivas associações da indústria metalúrgica pesada; continuam também as Cooperativas da Indústria da Madeira da URSS, mas "sem criar nas diversas Repúblicas associações destas cooperativas".

dades, feito pelos próprios comités de revisão de cada uma, e, quando necessário, deve fornecer auditores competentes para auxiliarem qualquer sociedade. O conselho regional também é responsável pela superintendência da orientação geral das várias atividades das *incops*, mas apenas para o fim de assegurar o devido cumprimento das obrigações por elas assumidas. Deve-se deixar a cada *incop* a maior independência possível em sua administração, subentendendo-se que sua finalidade é, na maior parte, em primeiro lugar, fornecer as utilidades domésticas necessárias à comunidade rural, na proporção de 70 %, pelo menos, de sua produção. Declaram as *incops* que seu objetivo é elevar essa percentagem a 75 %, no mínimo, porém admite-se que essa proporção ainda não foi atingida.

O Conselho Geral das Cooperativas Industriais

Em substituição à Federação Central (*Vsekopromsoyus*), estabelecida em 1922 como centro dirigente e coordenador, existe agora um Conselho Geral das *Incops* (*Ssekopromsoviet*), com representantes de todos os conselhos regionais e funcionando também como conselho de República na RSFSR. O decreto determina expressamente que esse "Conselho das *Incops* da URSS e da RSFSR não efetuará operações materiais (isto é, de produção ou distribuição) de espécie alguma". É um órgão de superintendência e não executivo. O que se reserva expressamente a esse conselho é "o trabalho de organização e planificação da contabilidade, da direção e das perspectivas, assim como a representação das *incops* nas organizações governamentais (com relação a créditos, fundos de abastecimento, proteção das leis estatais, concessões às *incops* (*)".

Realizou-se em 1932 o primeiro Congresso Geral das Cooperativas de Produtores (*incops*), reorganizadas, a êle compa-

(*) Nos anos passados, a filiação à Federação Central era indicada pelos seguintes algarismos:

1922	84.000
1923	187.000

recendo uns 200 delegados. Presumivelmente, deve haver congressos com intervalos de poucos anos, porém até 1934 não houve outro. O Congresso elegeu um conselho executivo para se reunir como *plenum* com intervalos de poucos meses. Dêle fazem parte o presidente e outros membros de um *presidium*, ao qual compete o trabalho de superintender o total de 20.000 *incops*. Em 1933 e 1934, o conselho executivo convidou a irem a Moscou periodicamente, para consulta, os dirigentes da maior parte das *incops*.

Nunca houve um comissário do povo para a produção cooperativa, nem para o movimento cooperativo de consumo. A superintendência e a atenção que se tem prestado ao assunto por parte do Governo do Kremlin têm partido do Conselho do Trabalho e da Defesa (STO). É interessante observar-se que o presidente em exercício do Conselho Geral de *Incops* (*Vseko-promsoviet*) pode comparecer quando entender às reuniões do Comité Executivo Central (TSIK), do *Soznarkom* e do Conselho do Trabalho e da Defesa (STO); em cada caso, só o faz com voto consultivo. Talvez a mais importante relação em que entra o Comité Geral é a participação, em conjunto, com os funcionários do Gosplan, na elaboração anual e no quase contínuo ajuste do Plano Geral, no que diz respeito às sociedades que o compõem. O plano preliminar é organizado pelo próprio Gosplan, porém é baseado nos relatórios separados que o Comité Executivo obtém de cada uma das 20.000 *incops*, declarando o que produziram durante o ano precedente e o que julgam poder produzir no ano seguinte. A decisão provisória do Gosplan quanto à espécie e à quantidade da produção a ser empreendida pelas *incops*, tomada depois de consulta com o Comité Executivo

1924	248.000
1925	344.000
1926	457.000
1927	599.000
1928	1.004.000
1929	1.454.000
1930	1.944.000
1931/32	2.353.000

e tendo em vista as necessidades da URSS em conjunto, é então submetida aos diversos conselhos regionais, que transmitem cada parte dela, com sugestões e críticas, às diversas *incops*. Os funcionários e os comités destas têm que estudar seriamente o assunto, devolvendo-o com quaisquer objeções ou contra-propostas que surgirem. Se qualquer *incop* encontrar dificuldade em empreender a fabricação de alguma das utilidades que o Plano exige dela, o conselho regional pode providenciar quanto à instrução técnica de alguns de seus membros mais jovens numa escola distrital especialmente mantida para aquêle fim.

É avultada e cresce constantemente a verba destinada pelas *incops* à educação de seus filiados e das famílias destes, separadamente e além das despesas feitas pelos Soviets, por intermédio dos comissários da Educação nas diversas Repúblicas federadas ou autônomas. Em 1934, nada menos de 98 milhões de rublos foram destinados a tal fim pelo Comité Executivo. Todas as unidades maiores mantêm suas próprias escolas profissionais e classes técnicas noturnas. Em algumas das principais cidades há faculdades universitárias exclusivamente para membros das *incops* ou seus filhos. Em 1934, a de Leningrado tinha 2.400 estudantes, todos acima de 18 anos, matriculados em cursos de 5 anos. Além disso, são mantidos mais de 60 cursos técnicos. Três quartas partes dos estudantes são estipendiados, algumas vezes com liberalidade maior de que a dispensada aos das instituições estatais. Existem instalações especiais de clubes para membros das *incops*. Seu novo Palácio da Cultura, em Leningrado, custou dez milhões de rublos, passando por ser o melhor da cidade. As *incops* possuem também suas próprias colônias de férias e seus sanatórios.

Os membros das *incops* não são abrangidos pelo esquema geral do seguro social. Por isso, o Conselho Geral providenciou quanto ao seu próprio fundo, por uma taxação sobre as *incops*, na qual são incluídos todos os membros, até mesmo os assalariados que elas empreguem. Em 1933, êsse fundo tinha um capital acumulado de mais de 100 milhões de rublos, ou seja oito vezes mais que em 1929. O fundo fornece assistência médica e medicamentos e obtem internações nos hospitais e casas de con-

valescença, para todos os membros e suas espôsas e filhos em tôda a URSS. Todos os casos em que os doentes devam ficar acamados são tratados em hospitais, com salário integral até 16 semanas, como no esquema estatal. Isso se faz completamente independente dos comissários da Saúde, sendo, porém, o auxílio do serviço médico estatal obtido, mediante contrato que envolve o pagamento anual de 40 milhões de rublos, nos distritos em que o numero de membros das *incops* é insuficiente para justificar um serviço medico independente.

Vemos, na reorganização dos antigos *artels* de *kustars*, um desenvolvimento extraordinariamente rapido do que novamente se tornou um importante elemento da industria da URSS, paralelamente com as fabricas municipais e estatais. E' mais um exemplo da tendencia para a multiformidade, proporcionando oportunidade de participação cada vez maior na vida organizada da coletividade. O relatório da Comissão do Plano Estatal (Gosplan) de 1933 pode informar com justiça que "a industria cooperativa... na qual predomina a forma de associações de artifices... desempenha importante papel na vida industrial do país. Ela se liga à industria estatal, servindo-lhe de complemento por varios modos (fornece materia prima suplementar, produz materiais auxiliares, trabalha materias primas e artigos semi-acabados de procedencia estatal, produz artigos para o mercado geral, etc.) Ao mesmo tempo, a industria cooperativa se adianta como meio especial da remodelação socialista do pequeno trabalhador em domicilio, e, na base da organização cooperativa, o conduz para o caminho comum e socialista do desenvolvimento industrial" (*).

E' interessante observarmos, na União Sovietica, a bem sucedida adoção de uma forma de organização industrial que foi amplamente experimentada, durante um seculo inteiro, em varios países capitalistas, porem, raramente com exito consideravel ou duradouro. Nem na Grã-Bretanha, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, nem ainda em país algum de indus-

(*) *Sumário dos Resultados do 1.º Plano Quinquenal (Gosplan, 1933, p. 61).*

trialismo adiantado, conseguiram associações fabris de produtores-proprietários, possuidores em conjunto do produto real de seu labor diário, — em outros termos, oficinas auto-governadas — fazer progresso considerável contra sistemas de produção industrial nos quais os produtores (operários) não sejam donos da produção, recebendo remuneração apenas como salários ou ordenados. Por que essa diferença na URSS? Sugere-se que a resposta pode ser encontrada, em parte, no ambiente diverso, de um país em que foi completamente eliminado o capitalista aproveitador do lucro, e, em parte, na deliberada limitação e regulamentação da esfera destinada às associações cooperativas. É notável o fato de as *incops* da URSS raramente ou nunca entrarem no mercado em competição com os trustes estatais ou as empresas municipais. Pelo contrário, estas últimas têm com os *artels* e as *incops* as mais amistosas relações, considerando-os como função delas mesmas, devidamente reconhecida e especificada no Plano Geral, e, portanto, auxiliam constantemente aquelas organizações no sentido de cumprirem o Plano. Em outros países, os núcleos de trabalhadores associados sofrem desalmada concorrência e são solapados, até se extinguirem, pela produção em massa de gigantescos estabelecimentos avidos de obterem monopólio dos mercados. Mas a experiência demonstra que também por outro modo sucumbem as associações de produtores nos países capitalistas. Aqui e ali, mui excepcionalmente, em geral pela criação de alguma especialidade própria ou pela ligação com uma clientela especial, têm elas resistido à guerra que lhes movem seus rivais capitalistas, chegando algumas vezes ao ponto de conseguirem consideráveis proventos para os seus associados. Então, quase invariavelmente, mais tarde ou mais cedo, êstes limitam seu número e se retraem em pequenas sociedades comerciais, incluindo acionistas que não são efetivamente trabalhadores da sociedade, e empregando assalariados não-associados. Tentados pelos lucros, que são efetivamente elevados, chegam eventualmente a tornar-se indistinguíveis dos capitalistas caçadores de lucros. Na União Soviética, êste processo de degeneração é vigiado e eficazmente impedido. Quando uma *incop* mostra sinais de fechar seu quadro social

a elementos externos, é solicitada, sem alardes, a preencher as vagas, de modo a conservar pelo menos o seu primitivo número. Quando ela se torna demasiadamente próspera, de modo que seus membros possam chegar a dividir entre si proventos acentuadamente além dos salários obtidos pelos sindicatos para seus filiados da indústria estatal, é veementemente advertida de que isso é contra a lei sob a qual são formadas as *incops*.

Os excessos de lucros podem ser transferidos a um fundo de reserva, ou acrescentados ao fundo de seguro, porém não divididos entre os membros. Na maioria dos casos, procede-se a um novo ajustamento de preços, quer seja nas compras de materiais e aviamentos feitos pelas *incops*, quer nas vendas de sua produção. Quando uma associação fabril de produtores obtém do Governo a maior parte de seus materiais e vende grande parte de sua produção a algum ramo do Governo ou a um ou outro departamento do *Centrosoyus*, não é difícil impedir que as participações anuais dos membros nos lucros se elevem consideravelmente acima da remuneração de trabalhadores semelhantes das fábricas estatais ou nas cooperativas de consumo. Além disso, exige-se que os membros das *incops* trabalhem sempre mediante remuneração por tarefa, como base dos adiantamentos que recebem em lugar de salários, e não há dispositivo que permita o pagamento de juros ou lucros a não-trabalhadores. Assim protegidas e salvaguardadas, as associações fabris de produtores-proprietários da URSS não prejudicam as organizações coletivas em cujos interstícios vivem. Pelo contrário, beneficiam toda a coletividade, pelo positivo acréscimo, que trazem ao conjunto, de utilidades que produzem e serviços que prestam. E podem acrescentar, além disso, o benefício de uma variedade sempre crescente no abastecimento de utilidades e serviços para que contribuam. Durante o inverno, é um lucro líquido a filiação, como artífices, dos membros de uma ou mais fazendas coletivas, ou dos trabalhadores das docas de algum porto congelado. As *incops* não se limitam à produção pelo trabalho manual. Existem *incops* de trabalhadores artísticos de mais de uma espécie, incluindo pintores e escultores. Formam-se associações de escritores para produzir e publicar livros. Não nos parece que haja

razão para que esta forma de organização não proporcione um meio de vida socialmente útil aos membros das categorias "privadas", que são admitidos como filiados se estiverem dispostos a trabalhar lealmente em serviços manuais, e que poderiam, se quisessem, unir-se para formar novas *incops* para prestar algum serviço especial que exigisse gosto ou habilidade individual, ou ainda não executado por nenhuma empresa estatal ou municipal (*).

(b) A FAZENDA COLETIVA

No exame da organização do homem como produtor, passamos, com repentina aceleração, do "ritmo bolchevique", das associações de produtores-proprietários industriais para as suas similares agrícolas (**). Na indústria, como terá compreendido o

(*) Ha razões para crermos que ha, entre os membros das *incops*, de 4.000 a 5.000 pessoas pertencentes às categorias "privadas", embora ainda não tenham formado sociedades proprias. A "estrutura social" dos quadros das *incops*, que responderam a questionarios em 1 de abril de 1931, foi a seguinte, abrangendo 710.000 membros, ou 45% do total:

	"Incops" urbanas	"Incops" de aldeias
	%	%
Antigos operarios, ou camponeses sem terras .	26,2	6,25
Membros de <i>kolkhoses</i>	8,6	23,8
Camponeses pobres	12,7	23,95
Camponeses remediados e <i>kulaks</i> não empregando assalariados	45,3	44,4
Antigos empregados	5,4	0,6
Antigos <i>kulaks</i> , empregando assalariados	1,1	0,2
<i>Kulaks</i> , negociantes, patrões e "privados"	0,7	0,2
	100,0	100,0

Vide *Dez Anos de "Incops" na URSS* (em russo), por V. Gnoussov e I. P. Chernischer, Moscou, 1932, p. 24.

(**) As informações de que dispomos sobre a agricultura na URSS, até mesmo alem das escritas em russo, são tão grandes na quantidade como irregulares quanto à exatidão ou à relevancia. As condições historicas e geograficas da agricultura russa foram mui-

leitor, o tipo novo e predominante é o sindicato, incluindo tôdas as espécies e categorias de trabalhadores manuais ou intelectuais.

to bem descritas na erudita monografia de Vladimir P. Tomschenko, *Agricultural Russia and the Wheat Problem* (Leland Stanford University, California, 1932, p. 571), como também em *Rural Russia under the Old Regime*, por C. G. Robinson, 1932. Deve-se ler também *The Russian Peasantry*, de Stepniak, 1895. O problema e suas dificuldades estão bem expostos no capítulo *Agricultura Russa*, por R. G. Tugwell, em *Soviet Russia in the Second Decade*, edição de Stuart Chase, R. Dunn e R. G. Tugwell (Nova York, 1928). O trabalho *Russia, Market or Menace*, de Thomas D. Campbell, 1932, contém valioso relatório feito por um perito norte-americano no cultivo do trigo em larga escala. Quanto à psicologia do camponês, são inestimáveis os quatro livros de Maurice Hindus, *Broken Earth, Humanity Uprooted, Red Bread* e *The Great Offensive*. Vide também *The Russian Land*, por A. R. Williams (Nova York, 1928); *Collective Farm TRUD*, um comovente recitativo em que a camponesa Eudoxia Pazukhina relata como deu início a uma fazenda coletiva (Londres, 64 pp.); *Red Villages*, por Y. A. Yakolev (Londres, 1930, 128 pp.), e *Collective Farming in 1932* (Moscou, 1932), do mesmo autor. O relato do próprio Stalin quanto às normas seguidas de 1929 a 1931, juntamente com os "estatutos modelo", consta da obra *Building Collective Farms*, de J. Stalin (Nova York, 1931, 184 pp.). Em *Distribution of Income in the kolkhosi*, de N. Tataev (Partizdat, Moscou, 1932) figura uma valiosa descrição interna das fazendas coletivas, em russo. No capítulo sobre *Agricultura*, do professor Doutor Otto Auhagen, na obra *Soviet Economics* (ed. pelo Dr. Gerhart Dobbert, 1933) encontramos uma crítica bem informada e em geral desfavorável. Quanto a ligeiros exames recentes numa área extensa, vide o capítulo sobre agricultura, de John Morgan, em *Twelve Studies in Soviet Russia*, ed. por M. I. Cole (1933); *From Peasant to Collective Farmer*, por N. Buchwald e R. Bishop (1933); os 5 artigos escritos para o *Manchester Guardian*, de 17-21 outubro 1933, por W. H. Chamberlin, então seu correspondente, e *Reise durch 100 Kollektivwirtschaften*, por L. F. Boross (Moscou, 1934, 190 pp.). As publicações em alemão são volumosas e aparentemente de maior "perícia" e autoridade do que as inglesas, e talvez mais críticas do que estas. As do Dr. Otto Schiller, perito agrícola adido à embaixada alemã em Moscou, foram publicadas em *Berichte über Landwirtschaft*, sendo a última (Sondesheft 79), *Die Krise der sozialistischen Landwirtschaft in der Sowjetunion* (1933, 82 pp.). Vide também seus artigos anteriores, *Die Kollektivisierung der russischen Landwirtschaft* e *Die landwirtschaftliche Probleme der Sowjetunion, 1931-32*. Em nossa opinião, estes longos e valiosos relatórios, embora muito críticos, não apoiam as conclusões adversas

Na agricultura, embora estejam crescendo em número e variedade as fazendas estatais, com os sindicatos adequados, a parte central do conjunto é constituída pelos milhões de produtores-proprietários individuais, associados nas fazendas coletivas. Além disso, enquanto o desenvolvimento dos *artels* de *kutars* em sociedades cooperativas industriais (*incops*) se processou sem grave controvérsia nem vestígio de desordem civil, o advento da fazenda coletiva (*kolkhoz*), como organização modelo para as imensas hordas de camponeses cultivadores de uma sexta parte da superfície da terra foi acompanhado não apenas por acalorada desavença, pública e particular, como também, entre os próprios camponeses, por profundo e surdo ressentimento e não pequena relutância, que até agora (1934) não se pode supor haverem sido completamente dominados. De fato, quase se poderia dizer que a coletivização e mecanização da agricultura, parcialmente postas em vigor em 1929/34, representam a fase final, ainda não completa, dos levantes rurais de 1917, que na realidade liquidaram o proprietário particular (*). Inevitavelmente, surge a interrogação: Por que, em face de prolongada e acalorada discussão dentro do próprio Partido Comunista,

do panfleto intitulado *Collectivised Agriculture in the Soviet Union*, publicado pela School of Slavonic Studies (Londres, 1934, 32 pp.). Mais imparcial e, portanto, mais convincente, é o bem feito resumo histórico de W. Ladejinsky, publicado em dois números da *Political Science Quarterly* (Nova York, janeiro e junho 1934), intitulado *Collectivisation of Agriculture in the Soviet Union*. Ha outros trabalhos, recentes, como *Die Getreidewirtschaft in den Trockengebieten Ruslands*, por B. Brutzkus, W. von Poletika e A. Von Ugri-moff, e *Das Agrarexperiment Sowjetrusslands*, pelo Dr. H. Zorner. Em *Die Bilanz des ersten Fünfjahrplanes der Sowjetwirtschaft*, pelo Dr. Otto Auhagen (Breslau, 1933, 75 pp.) dedica-se muito espaço à agricultura.

(*) Devemos acrescentar tres substanciosos livros recentemente publicados, especialmente porque cada um dos autores tem o seu ponto de vista sobre o que um deles chamou de "primeira revolução na agricultura, onde quer que fosse, desde que a revolução industrial burguesa fez do servo camponês e fazendeiro". São eles *Russia's Iron Age*, por W. H. Chamberlin, 1935; *Soviet Journey*, por Louis Fischer, 1935, e *Economic Planning in Soviet Russia*, por Boris Brutzkus.

tentou o Governo Soviético de 1928 uma experiência tão drástica e, segundo parecia, tão arriscada? A resposta é que, dentro da estrutura existente, era tal a situação que não admitia outro caminho.

O Camponês Improdutivo

Aquêles que observaram com lealdade o *mujik* russo durante o meio século passado, conquanto divirjam em suas apreciações sobre as elevadas qualidades de alma do camponês, concordam em declarar que, como agricultor, êle foi, até aqui, de modo geral, *per capita* ou por hectare, o menos produtivo entre todos os campesinatos da Europa. Quer fôsse em consequência da natureza ou da educação, do clima ou da raça, de séculos de opressão e analfabetismo, de gerações de virtual escravidão e peonagem, ou ainda de uma religião que não impunha código de procedimento e se limitava a pouco mais que ritos propiciatórios, o *mujik* típico — quando não estava sob a coação do senhor da terra, do coletor de impostos, do usurário ou do patrão — não produzia bastante alimento, aceitando os anos ruins com os bons, até mesmo para manter sua própria família em plena saúde e fortaleza (*). E os “anos ruins” repetiam-se com fatal fre-

(*) Por equanimidade, recapitulemos ligeiramente algumas de suas dificuldades. Em geral, o sítio que arrendava era de tamanho minúsculo, e se tornava menor de ano para ano, em consequência das repetidas redistribuições. Geralmente, era constituído por numerosas faixas pequenas, frequentemente situadas à distancia de quilómetros entre umas e outras, tendo que ser cultivadas de acordo com a pratica usual de seus vizinhos. Quase não dispunha de nenhum equipamento adequado. Num terço de todas as terras arrendadas não existiam arados de ferro, que tinham em seu lugar simples estacas de madeira. O estrume de qualquer especie era em quantidades minimas, e os adubos artificiais quase não eram conhecidos. A eliminação das ervas daninhas dispensava-se o mínimo de tempo. A colheita era feita por meio da foicinha e as espigas debulhadas com o emprego do mangoal. A vendagem limitava-se às visitas do comerciante de trigo. Em suma, comparada ao camponês da França, da Flandres, do sul da Alemanha ou do Tyrol, a maioria dos *mujiks* russos estava, em 1900, ainda em pleno século XIV.

qüência. Durante a primeira metade do século XIX, de 1800 a 1854, registraram-se não menos de 35 anos em que o fracasso das colheitas foi mais ou menos grave. Nos 20 anos de 1891 a 1910, houve apenas 4 boas colheitas, com 13 deficientes e 3 anos de fome. Durante a primeira década do domínio soviético, de 1918/1927, houve apenas 3 anos de boas colheitas, 5 de deficiência e 2 de fome. Para o observador, não dotado de espírito de crítica, esta habitual improdutividade do camponês russo era mascarada pelo fato de que, enquanto o senhor da terra pudesse extorquir seus alugueis, o coletor de impostos fazer o mesmo quanto às taxas e o patrão e usurário de aldeia arrancar os lucros que pudessem espremer dos vizinhos sem recursos, sempre havia de ir algum trigo para o mercado, ainda mesmo que a aldeia passasse fome. Além disso, até 1917, uma grande proporção da área total era cultivada em grandes fazendas pelos senhores de terras, que melhoravam de situação, e também nos arrendamentos, menores porém freqüentemente consideráveis, dos *kulaks*, os quais "juntavam terra com terra" pela opressão que exerciam sobre os aldeãos mais pobres. Assim é que, enquanto perdurassem os senhores de terras, o coletor de impostos empregasse a força e continuasse irrestrita a "frugalidade" característica do *kulak*, sempre haveria, exceto nos anos piores, um suprimento adequado para as populações urbanas, relativamente pequenas, assim como para uma boa exportação, feita esporadicamente. Entrementes, o camponês pobre era cada vez mais "tangido para fora da terra". Nos anos ruins — que no século passado foram de dois em dois anos —, as crianças de tenra idade, os velhos e freqüentemente as lactantes morriam aos milhares, de inanição, tifo e moléstias intestinais. Em capítulo posterior (*) descreveremos a freqüência com que, no século atual, os camponeses se levantaram contra seus mais evidentes opressores, os senhores da terra. Essa *jacquerie* quase ininterrupta não era obra dos bolcheviques, que ainda não estavam no poder. Nem tão pouco resultava em melhoramento considerável ou duradouro das con-

(*) Vide II Parte, Cap. VII, *A Liquidação do Senhor da Terra e do Capitalista*.

dições da massa de camponeses pobres nem em aumento da quantidade de produtos alimentícios exposta no mercado. Nem ao menos aumentava a área da média dos arrendamentos de camponeses, nem dava a estes um arado de ferro, nem cavalo ou boi para puxar o arado. Em 1917, com os enxames de homens que regressavam dos exércitos e das fábricas, todos exigindo porções das terras das aldeias a que pertenciam, a redistribuição dos latifúndios apenas aumentou o número de sítios de camponeses esfomeados de uns 14 ou 15 milhões em 1916 para uns 24 ou 25 milhões em 1926.

A Crise de Produtos Alimentícios

Logo após a tomada do poder pelos bolcheviques, a constante preocupação do Governo Soviético foi a manutenção do abastecimento de alimentos para a população das cidades e os Exércitos Vermelhos. Esta perpétua ansiedade quanto ao modo por que se poderia evitar que o povo passasse fome, — assunto a que, em tempo de paz, os governos inglês e francês jámais dedicaram pensamento algum — não era diretamente motivada por nenhuma providência tomada por Lenine e seus companheiros. Pelo contrário, surgiu da impossibilidade, por eles sentida durante toda uma década, de lidar com o extremado individualismo e as condições por demais primitivas da agricultura camponesa da Rússia. Durante os anos do Comunismo de Guerra, todo o trigo que podia ser descoberto era simplesmente tomado à força para alimento dos Exércitos Vermelho e Branco, o que naturalmente fazia que os camponeses lhe limitassem o cultivo ao que bastasse para os alimentar ou ao que julgassem poder esconder. A situação tornou-se desesperadora a ponto de obrigar Lenine a adotar a Nova Política Econômica, de 1921, sob a qual um ressurgimento das emprêsas capitalistas, embora limitadas, com os preços do mercado em liberdade para se ajustarem segundo "a oferta e a procura", animou os *kulaks* a trazerem o trigo, que haviam escondido, em troca de utilidades que desejavam. Isso, porém, não pôde conjurar a grave fome de 1921, que resultou não somente de condições meteorológicas adversas como

também da desolação em larga escala proveniente das guerras civis. A subsequente abertura da "tesoura" — a disparidade entre os valores de troca de produtos primários e artigos manufaturados — teve graves conseqüências sobre a mentalidade camponesa (*). A maior parte do campesinato, quer fôsse pobre ou relativamente próspera, apoiara os bolcheviques na derrubada do Governo Provisório, porque êsse colapso da autoridade tornava possível aos camponeses, inclusive aos *kulaks*, enxotar os senhores da terra e dividir seus latifúndios entre os aldeãos. Com fundamento semelhante, havia o campesinato de toda parte prestado eventual apóio aos Exércitos Vermelhos contra os Brancos, porque êstes últimos ameaçavam reintegrar os senhores das terras em suas propriedades. Uma vez, porém, que desaparecera o perigo, os camponeses, pobres, médios ou *kulaks*, julgando-se então proprietários da terra que lavravam, se esquivavam de deixar que sua produção fôsse alimentar as cidades, embora a preços de mercado livre, enquanto êsses preços não lhes permitissem obter os artigos manufaturados de que necessitavam, a preços mais ou menos como os antigos. Além disso, os camponeses, mesmo os da considerável parte a quem a revolução dera terras em troca de nada, manifestavam ressentimento, igual ao dos camponeses proprietários de todo o mundo, contra a imposição de quaisquer taxas diretas. Nem a prosperidade geral, nem mesmo qualquer melhoramento comum nos métodos agrícolas, poderiam resultar do assinalado desenvolvimento, na aldeia, dos vícios característicos do camponês — a ambição e a velha-

(*) A obstinada divergencia entre o nível geral dos valores de troca das utilidades domesticas e do trigo — a persistente e grande abertura da "tesoura" — foi indubitavelmente agravada pela determinação do Governo Soviético, por boas e suficientes razões de politica geral, de forçar a montagem de novas fabricas e incrementar a maquinaria, de preferencia à immediata produção de mais roupas e artigos domesticos. Devemos, porém, recordar que o fenomeno dos valores de troca acentuadamente mais altos para os produtos fabris do que para os primarios foi comum em todo o mundo, desde 1921, sem que para isso influísse a politica comunista ou qualquer outra, nem mesmo os sistemas monetarios ou os dispositivos fiscais,

caria — intercalados de surtos de embriaguez e de períodos intermitentes de preguiça. O que se tornara bem visível era que o camponês, até então servil, se estava tornando rebelde (*).

O Sr. Maurice Hindus, que nasceu e foi criado na aldeia russa, descreve com vivacidade seu próprio assombro ao descobrir, num comício de aldeia, o tipo do *mujik* rebelado (**). O presidente do Soviet da aldeia estivera falando para um auditório que lhe prestava extasiada atenção. “Súbitamente, de algum ponto da orla do auditório, soou uma voz profunda, estarrecidora como um trovão. “Palavras, palavras, palavras — só palavras!” Era um velho *mujik* que falava. Descalço, cabeça descoberta, com a barba ondeada e a camisa de linho bastante suja, levantou bem os braços como para acalmar o murmúrio de protesto que sua interrupção provocara. “Tudo para benefício do visitante estrangeiro”, disse êle com voz pausada e zombeteira. “É só fachada. Olhe para mim, *inostranetz*, e bateu no peito com os punhos cerrados. “Eu sou a verdade, a única verdade pútrida nesta terra bestial”. De tôdas as direções choveram ameaças sôbre êle, que não lhes deu atenção alguma. “Tenho sessenta e cinco anos de idade. Os Soviets deram-me terra, mas que posso eu fazer com ela? Posso coner terra? Não tenho cavalo, e que posso fazer na terra sem um cavalo?” O próprio presidente e vários companheiros tentaram aquietá-lo, mas êle prosseguiu, rápida e imperturbavelmente: “No antigo tempo”, gritou, elevando a voz acima do tumulto que explodira, “tínhamos um tzar, senhores da terra, exploradores, e ainda assim eu sempre podia comprar um cavalo se o meu morresse, e botinas, e todo o pano de algodão que pudesse pagar. E, agora, não há tzar, não há senhores da terra, não há exploradores, e, entretanto — nem cavalo, nem botinas, nem algodão, nada. Lembre-se disso, estrangeiro”.

(*) Lidando no meio sindical do Rio, em 1932-33, o tradutor desta obra teve diversos ensejos de dizer a companheiros: “Vocês estão adquirindo os defeitos dos patrões antes de adquirirem as poucas virtudes que eles manifestam...” (N. do T.).

(**) *Humanity Uprooted* (A extirpação do sentimento humano), de Maurice Hindus, 1929, p. 149,

"Fitei o *mujik*, o perturbado presidente, a multidão agitada. Parecia tão incrível que alguém na Rússia ousasse levantar a voz com tão insolente desdém, em tão incandescente desafio aos ditadores proletários — e muito menos um *mujik*. Eu me lembrei tão bem d'êlé, no velho tempo, dessa criatura tão miserável e aviltada que era o *mujik*. Como parecia meigo na presença dos funcionários. Como se curvava humildemente diante de um homem fardado, ou às vezes apenas em traje de cidade. Com que alacridade êle tirava o chapéu diante de qualquer um que julgasse seu superior. E era tímido, o *mujik* sem asseio, de cabelos compridos, ossudo; e era cauteloso, na escolha das palavras, ao exprimir uma queixa, para que não ofendesse o homem que representava o *prizivletstvo* — o governo —, e, quando observava na fisionomia do funcionário algum sinal de aborrecimento ou desaprovação, recuava, implorava perdão. No íntimo, êle pode ter nutrido apenas ódio ao funcionário, mas, frente a frente com êste, era todo meiguice e docilidade. Mas agora, nesta aldeia desolada, presenciei o extraordinário espetáculo de um *mujik*, salpicado de lama, dirigindo a palavra e fazendo acusações a funcionários — todos do governo — sem mais cerimônia ou pena do que se estivesse repreendendo o filho ou chicoteando o cavalo. Parecia tão terrivelmente irreal, tão incrivelmente heróico!"

Êste *mujik* tornou-se típico de muitos outros nos anos seguintes.

As coisas não melhoraram; pelo contrário, ficaram piores, pela crescente prosperidade dos mais frugais e industriais membros da aldeia, mas que eram também os mais velhacos e opressores dentre os camponeses e aos quais foi aplicado o nome aviltante de *kulak* (punho cerrado) (*). A desigualdade de condições, a que tinham dado impulso as reformas de Stolypin, não foi afastada pela multiplicação de sítios de camponeses esmoeados nem diminuída pelo monopólio de recursos por parte

(*) "Unha de fome", entre nós. Os tais de quem dizem os norte-americanos que "espremem tanto um dolar que a águia chega a gritar". (N. do T.).

de uma minoria de usurários odiados. Embora os *kulaks* se estivessem firmemente transformando em capitalistas, crescia rapidamente o exército dos sem-terra. O que, porém, era mais grave que tudo o mais era que o abastecimento nacional de alimentos se ia tornando, por isso, não somente menor porém mais precário de que dantes. Sempre que a colheita fôsse relativamente boa, quase todos os camponeses consumiam parte maior e levavam ao mercado menor proporção. Nos anos em que havia a ameaça da escassez, os *kulaks* tinham as cidades à sua mercê.

Aperfeiçoamentos Experimentais

Seria, porém, injustiça para com o *mujik* e imprecisa descrição do dilema que se apresentava ao estadista desprezarmos as várias experiências na organização agrícola, que, numa ou noutra localidade, haviam sido feitas com bastante amplitude, entre 1917 e 1927. Em primeiro lugar, houvera, entre os camponeses mais prósperos, extensa cooperação agrícola do tipo comum. Eram numerosas as associações cooperativas voluntárias de camponeses independentes, chegando, em 1927, ao que se dizia, a umas 80.000 sociedades com várias dúzias de finalidades diversas e milhões de membros (*). Esse movimento voluntário, que fôra poderoso, havia cessado quase por completo. Seu lugar

(*) Segundo as reformas de Stolypin, este progresso agrícola tinha-se iniciado mesmo antes da revolução, porem ampliou-se grandemente depois de 1917. Perto de 1927, já havia na URSS não menos de 80.000 sociedades cooperativas agrícolas, de cerca de 50 espécies diferentes: de credito, de venda no mercado, de laticínios, de compras de maquinismos, e quarenta espécies diferentes de sociedades especialistas no desenvolvimento de determinadas colheitas ou de produtos animais. Essas 80.000 sociedades cooperativas, inteiramente voluntárias, reuniam o total de 10.000.000 de membros (muitos deles fazendo parte de mais de uma). Havia perto de 10.000 *kolkhozes* do tipo de trabalho em conjunto, umas 10.000 do tipo de *artel* e mais de 1.000 comunas. Mas todo esse empreendimento, atualmente substituído em boa parte pela organização sistemática de *soukhoses* e *kolkhozes*, deixava quase intactos dois terços da população camponesa,

havia sido tomado pelas denominadas *kolkhosi*, ou fazendas coletivas, nas quais os membros reuniam parte ou a totalidade de seus recursos em capital e trabalho, afim de distribuírem entre si, como coparticipantes, um rendimento crescente. Destas fazendas coletivas, das quais algumas mil haviam surgido espontaneamente entre 1918 e 1927, com varias proporções de exito, podemos distinguir tres tipos. Havia, em primeiro lugar, a associação, cujos membros apenas combinavam sua força de trabalho para lavrar a terra em conjunto. Trabalhavam reunidos, arando, semeando e colhendo determinada cultura nos diversos sitios de que eram posseiros, dividindo entre si os lucros. O segundo tipo, geralmente denominado de *artel* (*), era o da associação na qual se uniam não apenas as forças de trabalho como também a propriedade do capital empregado (os titulos de posse da terra, os instrumentos e os edificios agricolas), porem somente no que se relacionava com a produção de cereais ou outras colheitas determinadas, tendo algumas vezes um rebanho em comum. Individualmente, faziam-se a ocupação, a administração e a utilização das casas de residencia, das hortas, das aves, dos apiarios, do porco domestico e algumas vezes de uma vaca, para utilidade e proveito das diversas familias.

O terceiro tipo era a comuna. Nesta, não só os canipos e edificios ligados ao cultivo dos cereais como também todas as

(*) Ao que nos parece, a forma de *artel* foi usada pela primeira vez, para associações cooperativas agricolas, mais ou meros em 1895, por N. V. Levitski, na provincia de Kherson, de onde se propagou a Simbirsk e a algumas partes da Siberia. Nem sempre se destinava ao cultivo em conjunto, mas principalmente à compra conjunta de instrumentos e outras utilidades, assim como para a utilização do credito cooperativo. (*La Russie à la fin du 19.e siècle*, por M. W. de Kovalesky, 1900, p. 656). Em sua mais simples forma, a associação para lavrar em conjunto lembra-nos a "ubelha" voluntaria das fazendas dos pioneiros norte-americanos, sendo que esta ultima trabalhava sucessivamente em sitios individuais, no invés de o fazer simultaneamente em todos. (N. do A.).

Pelo menos, em alguns trechos do Nordeste brasileiro e do Estado do Rio, ha o costume, que naqueles setores alguns denominam de "mutirão", de se reunirem trabalhadores rurais para "dar um dia" ou uma temporada de trabalho no roçado de um deles, que depois retribue quando chega a sua vez (N. do T.).

outras empresas rurais eram possuídas e administradas em comum, dividindo-se todo o resultado, juntamente com as casas de habitação e todos os melhoramentos e divertimentos que para gozo comum a pequena povoação pudesse sustentar. Em varias partes da URSS, algumas dessas comunas já tinham apresentado resultados notavelmente satisfatórios durante alguns anos, atingindo um nível de produtividade, e, algumas vezes, de amenidade, equivalente ao que no mundo ocidental se chamaria de civilização, superior não só à média do campesinato como até mesmo à maioria das fazendas coletivas do tipo *artel*. Parecia, porém, que, para ser permanentemente bem sucedida, a comuna exigia, da parte de seus membros, necessariamente voluntários, um nível consideravelmente mais elevado de caráter pessoal, assim como de capacidade administrativa, de que o de outras formas de povoamento de aldeias, nível esse que não se poderia razoavelmente esperar que se tornasse universal, nem mesmo atingido, dentro de uma geração.

Se era necessário obter-se, na URSS em conjunto, qualquer aumento considerável da quantidade do trigo exposto ao mercado, até mesmo nos anos bons — e ainda mais, se era imperativo, no interesse de toda a coletividade, assegurar-se que não haveria efetiva carencia nos anos ruins que viriam com certeza — não parecia possível que o governo ficasse de braços cruzados aguardando a lenta e gradual extensão, a todo o campesinato, das sociedades cooperativas agrícolas ou das fazendas coletivas, qualquer que fosse o seu tipo. Tinha-se que encontrar algum meio de acelerar o ritmo e ampliar o campo do aperfeiçoamento agrícola. Por outro lado, as fazendas estatais (*sovkhoses*), que o Governo Soviético tinha conseguido conservar sob sua própria administração e por perto de uma década lutara para cultivar exclusivamente com trabalhadores assalariados, não tinham até então produzido, isso depois de seu pessoal haver consumido, mesmo nos anos bons, mais trigo de que seria necessário para um pequeno acréscimo à quantidade entregue ao mercado. Parecia impossível transformarem-se, em futuro próximo, essas “fábricas de cereais” em fonte de abastecimento nacional, eficiente em tempos normais e certa nos anos ruins.

A Prolongada Discussão quanto às Normas a Adotar

Para os estadistas soviéticos, o problema era desesperadamente difícil. Poderá surpreender, aos que aceitam a existência de uma ditadura e negam a da liberdade de palavra, o saberem que, durante perto de três anos (1925/28) o caso foi assunto de acalorada controvérsia pública em artigos, panfletos e livros, circulando largamente em vultosas edições, assim como de prolongados debates de comitês no Conselho Executivo Central e no seio do Partido Comunista. Havia os que, como Trotsky, declaravam que o crescimento e o desenvolvimento dos *kulaks* (significando, neste caso, apenas a minoria mais próspera dos camponeses que empregavam mão de obra assalariada), reconstruindo o capitalismo, estava ameaçando, senão destruindo, tudo quanto a revolução conseguira. Esta facção exigia as mais drásticas medidas para a supressão dos *kulaks*, mas não conseguia esclarecer por que meios se propunha incrementar o rendimento agrícola dos minúsculos sítios da maioria dos camponeses pobres, a não ser pela vagarosa disseminação de uma ou outra modalidade de cooperação voluntária. Havia os que davam maior importância à multiplicação de fazendas estatais (*soukhoses*), empregando trabalhadores assalariados como os das fábricas do Estado, o que, segundo se dizia, provaria ser o único meio eficiente e seguro de se obter os alimentos necessários. Mas ninguém demonstrava como se iam desenvolver as fazendas estatais numa proporção que afastasse o perigo da fome em massa. Nessa situação, aqueles de quem Bukharin e até A. I. Rykov foram por algum tempo os porta-vozes insistiam em que, levando as fazendas estatais longo tempo para se desenvolverem ao ponto exigido e não havendo esperança de se conseguir aperfeiçoamento agrícola para a grande massa das minúsculas propriedades, só os mais energicos e esclarecidos camponeses (que já tinham conseguido a utilização de sítios consideráveis, com equipamento superior e sistemas agrícolas aperfeiçoados) poderiam contribuir apreciável e prontamente para o incremento da produção tão urgentemente necessário. Estes, portanto, embora se tratasse frequentemente de *kulaks* opres-

sores, deviam ser encorajados e auxiliados para ampliarem suas empresas, como unico meio de segurança nacional, embora isso custasse a redução de muitos outros camponeses pobres à situação de assalariados (*).

A Política da Coletivização Universal

Por fim, o Comité Executivo Central do Congresso Geral dos Soviets (TSIK), juntamente com o Comité Executivo Central do Partido Comunista, elaborou, durante 1927, uma alternativa, cuja maior parte, segundo cremos, é devida a Stalin. Como proclamou este em 1928, a decisão dos comités prescrevia, para imediata execução, nada menos que uma segunda revolução agrária, na qual a totalidade do campesinato individual seria transformada dentro de menos de uma década. Essa revolução abrangeria: (a) o desenvolvimento mais rapido possível das fazendas estatais (*soukhoses*), com (b) uma combinação gradual muito mais ampla dos camponeses medios e pobres, sob persuasão governamental, em fazendas coletivas (*kolkhoses*) do tipo *artel* (**), afim de que, em ambos os casos, (c) a agricul-

(*) E' interessante observarmos que Stepaniak (*The Russian Peasantry*, 1895), embora odiasse o *kulak*, não podia encontrar melhor perspectiva para o campesinato, em seu todo, senão a de ser expulso da terra pela classe dos *kulaks*, para que, em futuro remoto, fossem inspirados à revolução, como proletarios sem terras. Esta foi virtualmente a diretriz das grandes reformas agricolas de Stolyпин, em 1907-1910, embora este não cogitasse de revolução alguma, nem mesmo futura.

(**) Vide, por exemplo, as explicitas descrições dos tres tipos em *Dizzy with Success*, transcrito do *Pravda* de 2-3-1930 no *Leninismo*, de Joseph Stalin, vol. II, pp. 283-4, 1933. "São as Associações para Lavar em Conjunto? Não. Essas associações, nas quais os meios de produção ainda não se acham socializados, representam um estagio já passado do movimento das fazendas coletivas. Serão, porventura, as comunas agricolas? Não; não são as comunas agricolas. As comunas ainda são fenomenos isolados no movimento das fazendas coletivas. As condições ainda não são propicias para as comunas agricolas como a forma predominante, na qual são socializadas não só toda a produção como toda a distri-

tura pudesse ser universalmente mecanizada por tratores e conjuntos de colheita, a serem fornecidos pelo governo; enquanto isso, (d) o rendimento das fazendas ampliadas poderia ser ainda mais incrementado pela rotação das culturas e pelo emprego de adubos. Praticamente, todo o campesinato individual deveria desaparecer, passando seus componentes a trabalhar em áreas reunidas, relativamente grandes, como produtores-proprietários cooperadores (em *kolkhoses*) ou como trabalhadores agrícolas assalariados (em *sovkhoses*). Sugeria-se que só por este modo poderiam os 25 ou 26 milhões de pequenos sítios ser fundidos, no prazo necessário, formando algumas centenas de milhares de fazendas relativamente grandes nas quais fosse praticável o emprego de maquinaria. Frisava-se bem que só por este modo poderia toda a população camponesa (e não uma excepcional minoria dela) ser elevada à compreensão de sistemas aperfeiçoados de agricultura. Entrementes, o *kulak* deveria ser mais rigorosamente taxado, sendo-lhe negado o uso dos novos tratores do Governo; sofreria ainda todas as pressões possíveis, visando sua completa "liquidação", como classe, dentro de poucos anos. Eis a política que, desde 1928, cobriu toda a URSS de fazendas coletivas, formadas por camponeses que fundiram seus pequenos sítios em unidades maiores, das quais são proprietários em conjunto em vez de o serem individualmente. Essa fusão foi nominalmente voluntária, mas muitas vezes só foi conseguida depois de intensa propaganda e algumas vezes mediante considerável pressão local. À custa da expulsão dos *kulaks*, universalmente odiados, e dos recalcitrantes ucranianos ou cossacos do Don, às dezenas ou mesmo centenas de milhares de famílias, criou-se para a agricultura algo de análogo aos *artels* de *kustars*, ou cooperativas de produtores proprietários da indústria fabril, a que já nos referimos.

bução. O elo principal no movimento das fazendas coletivas, sua forma predominante no momento presente, que temos que apreender agora, é o *artel* agrícola... E' sobre este que se baseia o "Estatuto Modelo" para as fazendas coletivas, cujo texto final está sendo publicado hoje."

Detenhamo-nos para considerar a grandeza e a dificuldade dessa transformação. Converter, em menos de uma década, até dois terços de uma população de 120 milhões, de campesinato saturado de ignorância, desconfiança e obstinação, acostumado, durante séculos, ao cultivo individual dos pequenos sítios que agora consideravam seus, com toda a velhacaria e cobiça geradas por semelhante sistema, — transformá-los em cooperadores animados de espírito público, trabalhando segundo um plano determinado para uma produção comum, a ser compartilhada entre eles, era uma tarefa que bem poderia ter sido julgada irremediavelmente impraticável. Pelo menos, quem quer que conhecesse bem uma população camponesa diria que tal transformação — a “verdadeira revolução agrária da Rússia” (*) — exigiria esforço persistente durante uma geração inteira.

A Luta pela Eficiência das “Kolkhoses”

A verdade é que se observou nestes últimos cinco anos, em quase toda parte da URSS, uma luta incessante para induzir os filiados às *kolkhoses*, em gigantesco número, a permanecerem lealmente nos postos em que, em muitos casos, só se encontravam mediante considerável pressão governamental, e a trabalharem honestamente e com adequada eficiência em suas empresas co-

(*) “A realidade é que a verdadeira revolução agrária na Rússia ocorreu perto do fim de 1927, como consequência das disposições do 15.º Congresso do Partido (*Agriculture*, pelo Prof. Dr. Otto Auhagen, em *Soviet Economics* edição do Dr. Gerhard Dobbert (1933), p. 212). De fato, o 15.º Congresso do Partido aprovou um relatório do Comité Central, contendo a seguinte passagem: “Qual a saída? A saída é passarmos das pequenas fazendas desintegradas, de camponeses, para as fazendas amalgamadas em grande escala, na base da lavoura comunal; na passagem à lavoura coletiva na base de técnica moderna e mais elevada. A saída é amalgamarem-se os pequenos e insignificantes sítios, gradual porém constantemente, não por meio da coação, mas pelo exemplo e pela convicção, formando empresas em larga escala, na base da lavoura comunal, fraternal, fornecendo maquinaria agrícola e tratores, aplicando métodos científicos para a intensificação da agricultura. Não há outra saída”.

operativas. A principio, por enorme propaganda e ousadas promessas de tratores e máquinas para colheita, arados aperfeiçoados e sementes escolhidas, o processo da conversão foi, em conjunto, demasiadamente rapido. Conquanto se previsse apenas 20% de coletivização no primeiro ano, atingiu-se perto de 55%. O Governo Sovietico não estava preparado para tão rapida transformação e mais da metade das novas fazendas coletivas não pôde receber o auxilio dos tratores. Por um lado, o zelo dos agentes governamentais havia resultado em algo semelhante à coação aos camponeses hesitantes para que se filiassem às coletivas; por outro lado, lançava tributos indevidamente grandes e repetidos sobre os que eram bem succedidos, sob a alegação de se tratar da parte do Governo na colheita. Em 1929/30, os camponeses medios, sentindo-se condenados a uma fusão que lhes repugnava, mataram, em muitos casos, seus bois e cavalos, carneiros e porcos, de preferencia a trazerem esse gado para os rebanhos coletivos (*). Tão grande foi o clamor, que os co-

(*) São poucos os que compreendem a enormidade desse holocausto de gado. Na tabela abaixo, verificamos que só num ano, 1929-30, foram mortos mais de 60.000.000 de animais, ou seja, uma quarta parte do total. Nos tres anos seguintes, 1931-33, foram sacrificados mais de 80.000.000. Em 1933, o total de cabeças era inferior a 4/9 do existente em 1929.

GADO EXISTENTE NA U.R.S.S.

(Em milhões de cabeças)

	1916	1929	1930	1931	1932	1933
Equinos	35,1	34,0	30,2	26,2	19,6	16,6
Bovinos	58,9	68,1	52,5	47,9	40,7	38,6
Ovinos e caprinos	115,2	147,2	108,8	77,7	52,1	50,6
Suinos	20,3	20,9	13,6	14,4	11,6	12,2
	229,5	270,2	205,1	166,2	124,0	118,0

(Relatorio de Stalin sobre o trabalho do Comité Central do Partido Comunista na União Soviética, em *Proceedings of the Seventh Congress of the CPSU*, 1933, p. 30). Para confirmação, vide *Die Krise der sozialistischen Landwirtschaft in der Sowjetunion*, pelo Dr. Otto Schiller, 1933, e *Economic Planning in Soviet Russia*, por Boris Brutzkus, 1935, p. 211. Essa colossal matança, repetida em

mités centrais foram levados a dar instruções a Stalin para que lançasse seu manifesto intitulado *Dizzy with Success* (Aturdidos pelo Êxito), no qual foi censurado o ardor dos agentes governamentais; salientou-se o caráter voluntário da filiação às fazendas coletivas; concedeu-se permissão para os pedidos de desligamento; finalmente, insistiu-se quanto à necessidade de se tomar em consideração a quantidade de gado trazida pelos diferentes filiados. Não obstante, os animais continuavam a ser sacrificados e o número de filiados diminuía constantemente. Os fracassos parciais das colheitas de 1931 e 1932 acentuaram o descontentamento. Assim aconteceu especialmente em algumas partes da comunidade dos Cossacos do Don, outrora favorecida, onde ainda provocava ressentimentos a perda dos privilégios de que gozava grande parte da população no tempo do czar. A desobediência assumiu o mais grave aspecto em algumas partes da Ucrânia, onde as aspirações de alguns intelectuais quanto à independência nacional tinham sido mantidas vivas pela contínua insuflação e por esporádicos emissários secretos dos exilados ucranianos de Paris e Praga. Fomos informados de que, de 1928 em diante, todo o movimento organizado em prol de uma Ucrânia independente foi orientado para estimular os camponeses a resistirem à coletivização. Declarou francamente um emigrado ucraniano que as formas assumidas por essa resistência "têm variado grandemente. A princípio houve distúrbios em massa nos *kolkhoses*, ou, então, foram mortos os funcionários comunistas e seus agentes; mais tarde, porém, favoreceu-se um sistema de resistência passiva, *que visava a sistemática frustração dos planos bolcheviques para a semeadura e a colheita*. Os camponeses e operários, vendo a desumana exportação que os seus senhores bolchevistas faziam de todos os produtos alimentícios, começaram a providenciar no sentido de se protegerem da fome no inverno e a se apegar a todos os meios de luta contra o odiado domínio estrangeiro.. É esta a prin-

anos sucessivos, foi posteriormente explicada com o pretexto de ter sido causada pela falta de trigo ou aveia para forragem por causa das requisições governamentais. Mas por que mataram carneiros e porcos e até cabras?

cipal razão para a sonegação em massa do trigo e para os furtos nos campos, crimes que, se descobertos, são puníveis com a morte. Os camponeses praticam a resistência passiva em toda parte, mas na Ucrânia a resistência assumiu o caráter de luta nacional. *A oposição da população ucraniana motivou o fracasso do plano de armazenamento de trigo em 1931, e, mais que isso, também do de 1932.* A catástrofe de 1932 foi o mais duro golpe que a Ucrânia Soviética suportou desde a fome de 1921/22. Falharam as campanhas de sementeira de outono e da primavera. Campos inteiros ficaram sem sementeiras. Além disso, quando a colheita estava sendo feita, no ano passado, aconteceu que, em muitos trechos, especialmente no sul, ficaram nos campos 20, 40 e até 50% do trigo, que absolutamente não foi colhido ou foi inutilizado na debulha" (*).

No fim do ano de 1932, quando se tornara manifesta a extensão dessa continua e decidida sabotagem, quando as chuvas de verão, demasiadamente prolongadas, haviam arruinado as esperanças de uma colheita abundante, até mesmo onde haviam sido lealmente executadas as operações agrícolas, e, quando se compreendeu que as reservas tinham sido particularmente esgotadas em consequência das medidas tomadas para sustar uma invasão japonesa, a situação quanto a alimentos tornou-se novamente desesperadora. Há razões para crermos que as autoridades não sabiam para onde se voltar. Finalmente, em janeiro de 1933, Stalin anunciou uma campanha administrativa, destinada a atingir os centros nervosos de cada uma das 225.000 fazendas coletivas, campanha essa que nos parece sem paralelo nos anais de qualquer governo em tempo de paz, tanto pela ousadia de sua concepção e pelo vigor na execução como pela magnitude de suas operações. A desesperadora situação tinha que ser conjurada. E, com o feliz auxílio de boas colheitas em 1933 e 1934, ela foi salva. Nas páginas seguintes diremos como isso foi conseguido.

(*) *Ukrainia under Bolshevik Rule*, por Isaac Mazepa, na *Slovak Review*, janeiro 1934, pp. 342-43. Este autor foi Primeiro Ministro da República Ucraniana em 1919, e é atualmente professor na Faculdade Ucraniana de Agricultura, em Praga.

A Magnitude do Problema

Em primeiro lugar, devemos salientar a magnitude do problema. A corrida de uns 70 milhões de pessoas para as fazendas coletivas não havia sido acompanhada de providencias suficientes quanto a maquinaaria agricola, sementes nem adubos, ao menos para os que fossem leais; com certeza tambem não se providenciou quanto a meios de fiscalizar os desleais ou recalitrantes. O numero total de fazendas coletivas de todos os tipos na URSS, que era inferior a 20.000 em 1927, chegara a 211.000 no 1.º trimestre de 1933, cultivando efetivamente cerca de 85.000.000 de hectares, ou sejam, em media, mais de 400 hectares (1.000 acres) por empresa (*). O numero total de fa-

(*) A revista mensal do Moscow Narodny Bank (vol. VI, abril de 1933, n. 4) publica um bom resumo das estatisticas, mostrando o numero de familias camponesas unidas em fazendas coletivas e a percentagem que constituem do total de familias em cada uma das principais areas agricolas da URSS, no 1.º trimestre de 1933:

<i>Região</i>	<i>N.º de familias camponesas</i>	<i>Percentagem sobre o total</i>
Áreas produtoras (que produzem em excesso de suas necessi- dades):		
Ucraina	3.100.000	70
Norte do Caucaso	960.000	70
Baixo Volga	660.000	80
Volga Central	930.000	78
Urais	700.000	68
Siberia Ocidental	750.000	63
Região central das terras negras	1.300.000	68
Bashkiria	350.000	68
Criméia	65.000	80
Áreas consumidoras (que não pro- duzem o bastante para suas necessidades):		
Província de Moscou	650.000	55
Províncias ocidentais	530.000	47
Gorky (Nijni-Novgorod)	600.000	45
Republica da Russia Branca ...	330.000	45

"A media da area cultivada por fazenda coletiva é de mais de 400 hectares, comparando-se favoravelmente com a dos camponeses

mílias era de 14 a 15 milhões, segundo informações de fontes diversas, perfazendo uma população de uns 70 milhões e dando uma média de 65 a 70 famílias por fazenda coletiva. Podemos comparar estas estatísticas de fazendas coletivas com as dos Soviets de aldeia. Na URSS, o numero destes é de cerca de 70.000, governando umas 600.000 aldeias e povoados; há, portanto, em media, três fazendas coletivas na circunscrição de cada Soviet de aldeia. Mas, como em alguns distritos as fazendas coletivas ainda são poucas, a media por Soviet de aldeia no resto da URSS deve ser muito acima de três; e como algumas das areas dos Soviets de aldeia têm mais de 10 vezes a população de outras, deve haver areas sob a jurisdição de um unico Soviet contendo seis ou até doze fazendas coletivas. A agricultura coletiva "é mais completa nos ricos distritos de cereais do sul e do sueste da Russia, e menos adiantada nas provincias setentrionais, de solo mais pobre, e em algumas das Republicas autonomas, habitadas por outras nacionalidades que não a russa".

A Engrenagem Estatal para o Controle das Fazendas Coletivas

(a) O Novo Commissario do Povo

A nova politica da coletivização universal motivou profunda reorganização do aparelho governamental (*). O pri-

remediados, que antigamente costumavam cultivar de 15 a 20 hectares por familia. O numero total das fazendas coletivas é atualmente superior a 211.000".

(*) Esta "radical mudança na administração agricola" foi descrita por Kalinin na 3.^a Sessão do Comité Executivo Central da URSS (TSIK), em janeiro de 1933. "Antigamente", disse ele, "tinhámos apenas os Commissariados Nacionais da Agricultura (um em cada uma das sete Republicas federadas), os quais estavam adaptados às peculiaridades locais de uma esparsa economia rural que auxiliavam a aperfeiçoar. Tudo se inverteu com a coletivização (nas fazendas coletivas e estatais), que elevou as mais baixas camadas do atrazo rural pelo fortalecimento da agricultura e a vinda dos tratores e máquinas combinadas. A velha estrutura tinha sobrevivido demasiadamente a si mesma quanto à utilidade além do que, durante

meiro passo foi o estabelecimento do controle federal. Até então, a agricultura fora assunto da alçada das Republicas da União ou federadas, em cada uma das quais, como também nas Republicas autonomas, houvera, desde 1923, um comissario do povo para a Agricultura, responsavel unicamente perante seu proprio *sovmarkom* (gabinete ministerial) e o respectivo comité executivo central. Foram, então, nomeados pelo Governo da URSS dois novos comissarios do povo para tratar dos Negocios da Agricultura em toda a União. Um deles, o Comissario das Fazendas Estatais (*sovkholes*), assumiu a integral direção destas, onde quer que estivessem ou pudessem vir a ser estabelecidas. O outro, o comissario do povo para os Negocios da Agricultura, deveria tratar das fazendas coletivas (*kolkholes*) de todos os tipos, assim como do campesinato individual ainda sobrevivente. Os comissarios do povo para a Agricultura das diversas Republicas federadas ou autonomas não foram removidos, nem foram extintos os seus cargos. O que aconteceu foi que, de um só golpe, todos eles foram despojados de grande parte de sua autonomia, passando subitamente de dirigentes *ad libitum* de departamentos "não unificados" (como o da Saúde), com responsabilidade unicamente perante si proprios, a dirigentes de departamentos "unificados" (como o das Finanças), nos quais tinham que seguir os planos e receber todas as ordens emanadas do comissario do povo da URSS, sendo o funcionalismo local obrigado a prestar leal serviço tanto ao comissario local como ao seu superior, o comissario do povo da URSS.

(b) Os Nove Departamentos da Agricultura

Em cada uma das Republicas federadas existira um Departamento de Terras, evolução dos diversos Comités de Terras aos quais cabia dirigir a divisão, entre os camponeses das terras dos

a Revolução, um ano vale por dez. A produção de artigos agricolas foi rapidamente mecanizada, o que exigiu direção mais centralizada, de carater geral, isto é, abrangendo toda a União". (*Moscow Daily News*, 26-1-1933).

mosteiros e da família do *tzar*, assim como das que foram confiscadas aos latifundiários. Esses órgãos haviam caído em letargia depois de completarem a divisão e suas funções eram realmente poucas. Assim, foram reorganizados como Departamentos da Agricultura, encarregados de superintender tanto o campesinato como as *kolkhoses* de vários tipos, que se desenvolviam rapidamente. Esses departamentos tiveram muito que fazer quanto ao ajuste dos limites das diversas *kolkhoses* e à regulamentação de questões. Todo o seu trabalho era feito sob a superintendência e as ordens do comissário do povo para os Negócios da Agricultura de cada República, porém com a obrigação de executarem lealmente quaisquer ordens e instruções emanadas do respectivo comissário da URSS.

Nas Repúblicas autônomas, assim como nas *oblasts* ou *krais* da RSFSR e da Ucrânia, também havia Departamentos da Agricultura subordinados aos das diversas Repúblicas federadas. No caso, porém, das *oblasts* ou *krais* muito extensos da RSFSR, como os da Sibéria oriental e ocidental e dos Urais, assim como nas Repúblicas autônomas de maior território, adotou-se a comunicação direta entre seus Departamentos da Agricultura e o comissário do povo em Moscou, onde houvera um centro especial de *kolkhoses*, obtendo informações estatísticas e outras a respeito das *kolkhoses* de toda a URSS. Esse centro passou a fazer parte do novo Comissariado da Agricultura da URSS.

Abaixo da *oblast*, do *krai* ou da República autônoma, havia também um Departamento de Terras para cada distrito (*rayon*). Ao que parecia, estes haviam adormecido por completo, tendo sido rudemente despertados por Kaganovitch no 17.º Congresso do Partido. “Nossos Departamentos de Terras dos distritos”, disse ele, “estão em situação de negligência; acham-se num interregno, como poderíamos dizer; não parecem capazes de compreender quais as suas funções. Mui frequentemente, o trabalho de planificação do Departamento de Terras do distrito limita-se a distribuir mecanicamente as quotas de produção entre as fazendas coletivas, sem tomar em consideração as facilidades destas quanto a tratores, mão de obra e pos-

sibilidades economicas. Os Departamentos de Terras dos distritos (*rayons*) têm que ser organizados de tal modo que conheçam a situação de cada fazenda coletiva" (*).

(c) A Fiscalização pelos Soviets de Aldeia

A seguir, fez-se compreender aos Soviets de aldeia (*Selo-soviets*) que era parte importante de seus deveres observar a administração de todas as fazendas coletivas em sua jurisdição, de modo a impedi-las de cometerem tantos erros, que chegassem a comprometer a produção, ameaçando um fracasso. Salientou-se que a *kolkhos*, mais que o camponês individual, tinha um dever positivo perante o Estado, sob a forma da maxima produção de alimentos nas terras nacionalizadas, que haviam sido confiadas em usufruto a cada pequena comunidade, e que era necessario forçar o cumprimento desse dever. Lembrou-se ao presidente de cada Soviet de aldeia que ele era pessoalmente responsavel pela conduta apropriada de cada fazenda coletiva dentro da area a seu cargo, pelo menos quanto ao emprego de toda a sua influencia pessoal, com instruções para informar sem demora logo que percebesse que havia alguma coisa errada.

A Hierarquia Sovietica domina a Fazenda Coletiva

Nesse ponto, a hierarquia sovietica tomou conta da administração das fazendas coletivas. De um a outro extremo da URSS, cada *kolkhos* teve que ser dominada com firmeza — para ser apenas superintendida, auxiliada e elogiada se sua agricultura fosse bem sucedida; para ser admoestada, advertida e ameaçada se a sementeira, limpa, colheita, debulha e armazenagem dos cereais não fossem efetuadas com lealdade e eficiencia. Em qualquer caso, cada fazenda era auxiliada, orientada e abastecida de sementes, adubos e maquinaria. Já em 1930, salientara Kaganovitch que o problema consistia em aproximar a engre-

(*) *Proceedings of 17th Congress CPSU*, discurso de Kaganovitch, pp. 67-69.

nagem estatal tanto quanto possível das aldeias e povoados, que, como dissemos, não eram menos de 600.000. "Atualmente", prosseguiu ele, "o centro de gravidade da construção das fazendas coletivas foi transferido para o *rayon* (distrito). Nele se reúnem todos os fios da organização das fazendas coletivas e de todo o restante trabalho econômico das aldeias da cooperativa e do Soviet, do crédito e do abastecimento. Estão as organizações distritais suficientemente providas dos trabalhadores necessários para toda essa variada obra? Não há dúvida que, quanto a trabalhadores, é extremamente inadequada a lotação. Como sair dessa dificuldade?"

O que se fez em 1930 foi decretar a abolição do *okrug* (conselho intermediário, entre a *oblast* (provincia) e o *rayon* (distrito), distribuindo-se o seu pessoal entre os congressos de Soviets daquelas e destes. Além disso, enviaram-se uns 25.000 membros escolhidos do Partido para a "frente agrícola". Isto, porém, ficou demonstrado ser insuficiente para fiscalizar a administração de cada fazenda coletiva, mesmo de 1931 e 1932, quando se podia contar com o auxílio ativo do Soviet de aldeia.

As Estações de Máquinas e Tratores

As Estações de Máquinas e Tratores (MTS) constituíram uma eficiente alavanca para elevar à prosperidade toda a fazenda coletiva que não estivesse propositadamente arruinando sua agricultura. Nelas havia sido gradualmente concentrado o suprimento de maquinaria às fazendas. Entre 1930 e 1933, foi aumentado para mais de 2.600 o número dessas estações, com perto de 700 oficinas de consertos e 80.000 tratores (*).

(*) Vide *What are MTS (Machine and Tractor Stations)?*, por L. Valershtein e A. Leontiev (Moscou, 1932, 24 pp.). "Durante os últimos três anos foram criadas 2.600 MTS, incluindo 1.306 servindo a fazendas de cereais, 329 a fazendas de beterraba e 217 a fazendas de algodão. Atualmente, o valor do seu equipamento é superior a 600.000.000 de rublos. Consiste ele de 80.000 tratores, operados por cerca de 200.000 tratoristas; 2.000 máquinas combinadas; milhares de outros aparelhos aperfeiçoados, incluindo segadoras, etc.

Suas oficinas de consertos foram elevadas a um alto grau de eficiência, e de sua administração se fez o meio de persistente fiscalização de todas as fazendas de cada zona, que iam de 50 a 100, numa área de cerca de 20 quilômetros quadrados, em média, servida por uma estação. Suas atividades foram descritas por um crítico adversário nos seguintes termos: "A montagem das Estações de Maquinas e Tratores, das quais a primeira foi instalada em 1927, na região de Odessa, teve significativa influência nos progressos subsequentes. Cada estação pode ter 100 ou mais tratores, com todos os acessórios necessários, bem como maquinas debulhadoras, oficinas de consertos e pessoal tecnico. Cada estação encarrega-se de redigir acordos com as comunidades das aldeias ou *kolkhoses* proximas, na base de uma participação na colheita, em troca da assistencia tecnica. Hoje, essas estações constituem a chamada "artilharia pesada" para a coletivização "compulsoria". São estabelecidas por ordem do Governo, com instruções para que a elas sejam ligados os camponeses dentro do raio de operações de cada uma. Dispuseram-se as coisas de modo que o campo maximo de cada estação é de 50.000 a 60.000 hectares. No ano de 1930, havia 313 estações em funcionamento; em 1931, o seu numero chegara a 1400, e para 1932 projetava ter 3.100. Um terço das sementeiras de verão e de inverno de 1932, mais ou menos uns

Em ligação com as MTS, foram instaladas umas 685 oficinas de consertos, para manter em boas condições os tratores agrícolas". (*Revista Mensal do Moscow Narodny Bank*, vol. VI, N. 4, abril de 1933). Os dados acima ficam muito aquém da realidade após a grande campanha de 1933. Stalin anunciou ao XVII Congresso do Partido Comunista, em 26-1-34, que havia nos campos "204.100 tratores, com a capacidade de 3.100.000 H.P.; 25.000 maquinas combinadas; 30.101 motores e maquinas de tracção; 58.000 maquinas debulhadoras; 1.505 instalações eletricas para debulha; 24.400 autocaminhões e 4.600 carros". (Isso representa, aproximadamente, uma quadruplicação da quantidade de maquinas de todas as especies, feita em tres anos). "Ao mesmo tempo", continuou Stalin, "o Governo havia treinado e mandado para a agricultura 111.000 tecnicos e agronomos, mais de 1.900.000 tratoristas, operadores de maquinas combinadas, motoristas, etc., e mais de 1.600.000 homens e mulheres para postos de direção e administração."

48.000.000 de hectares, será executado com o auxilio dessas estações" (*).

Durante 1933, as relações entre as Estações de Maquinas e Tratores e as fazendas coletivas de seus distritos foram reorganizadas à luz da experiencia dos anos anteriores. Conquanto os milhares de tratoristas e mecanicos que chegavam às aldeias exercessem necessariamente consideravel efeito missionario, suas relações com as fazendas coletivas deviam ser estritamente na base de um contrato comercial decorrente de mutuo acordo. Além da orientação e do auxilio do preparo de planos, uns tantos tratores ou outras maquinas, constantemente mantidos em bom funcionamento e com seu proprio combustivel, devem executar determinado trabalho, arando, semeando, ceifando e debulhando, fazendo tambem as sementeiras de inverno e das terras em repouso. Tudo isso mediante percentagens especificadas e fixas do rendimento, segundo acordo mutuo, sendo as percentagens de cada grupo de fazendas coletivas fixada com alguma relação à sua colheita em perspectiva. Daí por diante, a percentagem em compensação da debulha deve ser calculada não sobre a quantidade de trigo trazido para essa operação, mas sobre o verdadeiro rendimento em grão. E, ao completar-se o trabalho em cada fazenda coletiva, a junta diretora desta, juntamente com a MTS, redige um protocolo especial, registrando exatamente o trabalho executado e seus resultados em quantidade e qualidade, assim como a importancia a pagar. Combinações semelhantes às das 1192 MTS ao serviço das fazendas de cereais devem ser feitas pelas 348 das regiões da beterraba, 246 do linho, 238 do algodão, 151 das verduras e 85 das batatas (**).

A Hierarquia Sovietica é reforçada pelo Partido Comunista

Não bastou, entretanto, reorganizar-se de cima abaixo o departamento sovietico responsavel pela agricultura, nem colocar-se ao seu dispor a alavanca constituída pelas 3.000 a 4.000

(*) *Agriculture*, pelo Professor Dr. Otto Auhagen, em *Soviet Economics*, edição do Dr. Gerhard Dobbert, 1933, p. 130.

(**) *Moscow Daily News*, edição semanal, 5-2-1933.

estações de máquinas e tratores, com um "parque de artilharia" no total de 200.000 tratores e máquinas combinadas, servido por milhares de tratoristas e mecânicos competentes e abastecido por ilimitada quantidade de combustível. Na URSS, talvez mais que nos países ocidentais, há sempre um imenso retardamento, tanto no tempo como no espaço, entre a criação ou reorganização de um departamento governamental e a verdadeira execução da tarefa a que ele se destina, integralmente e em toda parte. Em assunto de vital importância como o abastecimento de produtos alimentícios, Kaganovitch, plenamente apoiado por Stalin, não queria aventurar. Voltou-se ele para os membros zelosos e de confiança do Partido Comunista, para que vissem que não somente a imensa organização soviética, desde o Commissariado do Povo da URSS até o mais remoto Soviet de aldeia e a mais longínqua estação de máquinas e tratores, como também as 225.000 fazendas coletivas com suas várias juntas administrativas e seus 15.000.000 de famílias, cumprissem todos o seu dever. O Comité Central do Partido Comunista decidiu criar uns 3.000 novos órgãos locais, denominados *politodeli*, que eram secções ou comités especiais de membros escolhidos do Partido, encarregados de verificar, nas diversas regiões que lhes foram designadas, que a política do Governo estava efetivamente sendo posta em prática pelas pessoas imediatamente responsáveis pelas diferentes partes dela. Essas "secções de execução de normas", como decidimos chamá-las — estamos informados de que a tradução usual "secções políticas, ou de política" não é bem precisa e presta-se a confusões — representam uma projecção isolada, de Moscou, do Partido Comunista, altamente centralizado.

O Trabalho das Secções de Execução de Normas

Este "segundo exército" de uns 25.000 membros do Partido Comunista, dignos de confiança e escolhidos a dedo entre um numero muito maior de candidatos à tentativa, lançado à luta em toda a URSS e secundado por toda sorte de departamentos e fabricas para este serviço especial, e, particularmente, a sua

organização numas 3.000 secções, constituiu um magistral golpe político, o qual, conforme documentação que lemos, contribuiu mais que qualquer outro fator para o assinalado exito das campanhas agrícolas de 1933 e 1934. Os membros dessas secções foram cuidadosamente instruídos quanto aos seus deveres pelo proprio Kaganovich, e despachados de Moscou, em grupos, para uns 3.000 centros escolhidos de toda parte da URSS. Cada Secção de Execução de Normas consistia de cinco pessoas, no minimo, e às vezes mais. Havia um diretor, um organizador do trabalho do Partido, outro do trabalho dos *Comsomols*, uma mulher para organizar as camponesas, e um editor, encarregado não somente dos cartazes e folhetos como também do jornalzinho local que se começou a publicar em toda parte (*).

O dever de cada secção, auxiliada por todos os membros do Partido e *Comsomols* da zona, era, acima de tudo e especificadamente, verificar que cada um cumprisse o seu dever — fosse do pessoal das estações de maquinas e tratores, ou a serviço da provincia ou do distrito, de um Soviet de aldeia ou de uma fazenda coletiva. Muitos membros do Partido assim mandados para a “frente agrícola” encarregavam-se também de outros serviços, nas estações de maquinas e tratores, nos Soviets de aldeia ou na administração de fazendas coletivas. Essa atitude de inspeção e controle, reunida ao real preenchimento de cargos determinados, naturalmente colocou os membros das secções em relações delicadas e um tanto ambiguas com os funcionarios dos Soviets locais, de um lado, e, do outro, com as facções do Partido e os agentes provinciais deste, resultando daí não pequenos atritos e algumas contendas bem positivadas, que tiveram que ser acomodadas. Podemos avaliar as dificuldades e os perigos enfrentados por aqueles missionarios ao examinarmos a cor-

(*) Soubemos que todos os membros dos *politotdeli*, — algumas dezenas de milhares — foram cuidadosamente escolhidos pelo funcionalismo oficial da comissão especial do Partido Comunista, e até que foram todos pessoalmente entrevistados pelo proprio Kaganovich (talvez apenas o diretor de cada *politotdel*), que rejeitou aqueles cuja capacidade e fidelidade não foram por ele julgadas satisfatorias.

respondecia de um dos que foram na primeira turma, em 1930. Gregor Injevatkine, depois de elevar a um alto grau de organização o distrito do Turkestão do qual foi encarregado, foi morto por um grupo de camponeses recalcitrantes. Suas cartas à esposa, aos companheiros da fábrica de que fora empregado, em Moscou, e às autoridades do Partido apresentam um comovente quadro da vida desses devotados missionários do Partido (*). O estabelecimento das Secções de Execução de Normas e a escolha de um segundo exercito de membros do Partido para constituírem-nas, em 1933, surgiu diretamente da revelação feita ao Comité Central do Partido Comunista, a respeito da permanente relutância e sabotagem ao norte do Cáucaso. As instruções que receberam resumiam-se na frase que dizia o que tinham a fazer: "bolchevizar as *kolkhoses* e proporcionar mais prosperidade aos seus membros" (**).

Podemos apresentar uma útil descrição dos métodos e resultados reais de uma *politotdel* em funcionamento, em conjunto, segundo o recente trabalho de um estudioso norte-americano que passou um ano entre as *kolkhoses*. "Logo que cada fazenda coletiva completa sua colheita, a Secção de Execução de Normas formula diretrizes relativas às entregas de cereais ao Governo e às atividades passadas, presentes e futuras da fazenda. Essas diretrizes resumem as realizações e os fracassos... discutem os problemas especiais da fazenda e dão instruções para o futuro... declarando se as diretrizes devem ser discutidas com a junta de *kolkhoses* do comité executivo do distrito, antes de serem executadas. As diretrizes começam por um relatório estatístico do cumprimento das entregas de cereais e outro sobre o êxito da fazenda com relação à sua própria história e as realizações de outras fazendas coletivas do distrito. Lembra-se à

(*) *One of the 25.000: The Story of a Shock Worker*, por A. Isbach (Moscou, 1931). "Un des 25.000: La brigade de choc de la collectivisation; documents rassemblés par A. C. Isbach (Paris, 1931, 72 pp.).

(**) *The Politotdel* (em russo), por M. Karavai (Moscou, Partizdat, 1934, 150 pp.).

kolkhos o seu contrato com a estação de máquinas e tratores, e que ela deve pagar à MTS, em espécie, uma percentagem da colheita pela utilização das máquinas. As diretrizes passam então a tratar das necessidades coletivas da fazenda, das dos grupos especiais nela existentes, e, por fim, estabelecem normas especiais quanto às famílias e aos indivíduos. Deve ser destinado um fundo para sementes e seguros; tomam-se providências quanto aos inválidos e aos orfãos, e cria-se um fundo social de *kolkhos*... Tomam-se medidas que assegurem a justiça para com os grupos de indivíduos. A fazenda coletiva, que tenha realizado trabalho notavelmente bom, recebe, às vezes, um trator ou um auto-caminhão da MTS, como prêmio. Numa fazenda em que havia urgente necessidade de consertos e não havia recursos financeiros suficientes para toda ela, a Secção de Execução de Normas determinou que fossem reparadas em primeiro lugar as casas que abrigassem as famílias mais numerosas. Os membros eficientes e leais das fazendas, ou uma brigada que tenha vencido grandes dificuldades, recebem a seu crédito um aumento de 10 a 20% em seus dias de trabalho. Os trabalhadores muito descuidados sofrem dedução semelhante. Quando um trabalhador de fazenda coletiva recupera sua boa reputação, a dedução que lhe foi feita pode ser cancelada ou reduzida à metade. Os *udarniks* das *kolkhoses* que não possuam vaca são alistados para receberem do estabulo da *kolkhos* uma novilha. Num caso, uma família não recebera pagamento algum no ano anterior, por causa da sabotagem dos *kulaks*, que desmantelara a fazenda. Este ano, a Secção de Execução de Normas, ordenou um aumento de 15% nos dias de trabalho (acrescimento às suas unidades de participação) como restituição parcial. As diretrizes tratam de inúmeros outros detalhes em todas as fases da vida da *kolkhos*: amanho da terra, apicultura, avicultura, etc." (*).

(*) Artigo de F. E. Hurst sobre a Estação de Máquinas e Tratores "Ustiabinsk", no norte do Cáucaso, publicado no *Moscow Daily News*, de 15-10-1933.

Houve fome na Russia em 1931/32?

De um a outro extremo da URSS, temos que imaginar os Departamentos de Agricultura das provincias e dos distritos, com os Soviets de aldeia e as estações de maquinas e tratores, continuando a superintender e auxiliar as duas centenas de milhares de fazendas coletivas e toda essa organização guiada e dirigida pelas 3.000 Secções de Execução de Normas inspiradas e impelidas pela atividade incessante de Kaganovitch, à frente do Departamento de Agricultura do Comité Central do Partido Comunista. Quais foram os resultados dessa tentativa para enfrentar, de um lado, as dificuldades climaticas, e, do outro, a inercia, a ignorancia e a desconfiança do campesinato da imensa extensão de terras que se devia trabalhar? Houve ou não houve fome na URSS, nos anos de 1931 e 1932?

Os que julgam facil responder a esta pergunta já estarão provavelmente de espirito preparado, de acordo com quase todas as declarações de pessoas hostis ao Comunismo Sovietico. de que efetivamente houve fome da URSS e não hesitarão em dizer a mortandade por ela causada, em numeros precisos — ignorados por qualquer estatistico —, variando de 3.000.000 a 6.000.000 e até a 10.000.000 de vitimas (*). Por outro lado, um alto funcionario aposentado do Governo da India, falando o idioma russo e bem identificado com a Russia tzarista, e que administrara pessoalmente zonas dominadas pela fome, na India, visitou em 1932 algumas das localidades da URSS, cujas condições eram das piores, conforme constava. Informou ele

(*) De qualquer maneira se poderia justificar o ceticismo quanto às estatísticas do total de mortes pela fome, num territorio que se estende por uma sexta parte da superficie terrestre do mundo. Mas, quanto à URSS, parece não haver limite para o desvario do exagero. Citamos, a seguir, o interessante caso relatado pelo senhor Sherwood Eddy, experimentado viajante norte-americano na Russia: "Nossa comitiva, consistindo de cerca de 20 pessoas, ao atravessar as aldeias, ouviu boatos sobre a aldeia de Gravilovka, onde todos os homens, com exceção de um, haviam morrido de inanição. Partimos imediatamente para investigar e localizar o boato.

aos autores desta obra, naquela ocasião, que não vira prova alguma de existir ou haver existido qualquer coisa semelhante ao que os funcionarios da India descreveriam como fome.

Sem esperar convencer os espiritos preconcebidos, apresentamos, pelo que julgarem valer, a conclusão a que agora nos levam as nossas visitas de 1932 e 1934 e o subsequente exame das provas disponiveis. Que, em cada um dos anos de 1931 e 1932 houve um fracasso parcial das colheitas em varias partes da imensa extensão da URSS, é coisa indubitavelmente verdadeira. Verdadeira tambem é ela quanto à India Inglesa e aos Estados Unidos. O mesmo se deu na URSS e em todos os países, de tamanho que meêça comparação com ela, em cada ano sucessivo do presente seculo. Em países de tão grande area, com toda especie de climas, há sempre um fracasso parcial das colheitas em alguma parte. E' impossivel verificarmos com segurança a extensão e a gravidade do fracasso parcial das colheitas na URSS, em 1931 e 1932. Por um lado, pessoas, que raras vezes tiveram oportunidade de visitar as zonas sofredoras, afirmaram que, em toda a extensão de enormes provincias, houve

Dividimo-nos em quatro grupos, com quatro interpretes de nossa propria escolha, e visitamos simultaneamente o cartorio de registo de nascimentos e obitos; o paroco da aldeia; o Soviet local; o juiz; o mestre-escola e cada camponês isolado que encontramos. Apuramos que, de 1.100 (mil e cem) familias, tres (3) individuos haviam morrido de tifo. Haviam imediatamente fechado a escola e a igreja, inoculado toda a população e dominado a epidemia sem que se desenvolvesse outro caso. Não conseguimos descobrir uma unica morte causada pela fome ou pela inanición, embora muitos houvessem sofrido o amargor da necessidade. Foi um outro exemplo da facilidade com que se propagam boatos desvairados com relação à Russia." (*Russia To-day: What can we learn from it?*, por Sherwood Eddy, 1934, pag. XIV). Essa investigação foi-nos minuciosamente descrita por um dos interpretes que nela tomaram parte, e ao qual competia a tarefa nada facil de arranjar transporte para uma viagem a 100 quilometros de distancia da estrada de ferro, por estradas quase impraticaveis. O caso tornou-se bem conhecido entre os jornalistas russos, na ocasião, (ver por exemplo, *Reise durch hundert Kollektivwirtschaften*, de F. L. Boross, Moscou, 1934, paginas 161-163), mas não parece ter sido mencionado por nenhum correspondente inglês ou norte-americano.

uma completa carencia de alimentos, de modo que (como em 1891 e 1921) morreram de inanição varios milhões de pessoas. Por outro lado, funcionarios locais dos Soviets, em distrito após distrito, informaram aos autores deste trabalho que, conquanto tivesse havido escassez e fome, nunca houve, em tempo algum, completa falta de pão, embora a qualidade deste fosse prejudicada pelo emprego de outros ingredientes além da farinha de trigo, e que quaisquer aumentos da taxa de mortalidade decorrentes das doenças que acompanham a nutrição deficiente ocorreram apenas em numero relativamente pequeno de aldeias. O que pode ter mais valor do que o testemunho oficial são as declarações dos varios jornalistas ingleses e norte-americanos, residentes no país, e que viajaram em 1933 e 1934, pelos distritos em que se dizia ter sido mais intenso o sofrimento. Declararam eles aos autores desta obra que não haviam encontrado razões para supor que a perturbação havia sido mais grave do que se informara oficialmente. Nossa impressão pessoal, depois de estudarmos todas as provas disponiveis, foi que o fracasso parcial das colheitas se estendeu, sem duvida, apenas a uma fração da URSS, possivelmente não superior a um décimo da area geografica. Julgamos bem esclarecido que esse fracasso parcial, só por si, não foi suficientemente grave para causar inanição, exceto possivelmente nos distritos que mais sofreram, e que são relativamente pequenos. Parece-nos fantasticamente excessiva qualquer estimativa do numero total de mortes acima da media normal, baseada numa população total de 60.000.000 (o que significaria metade da população rural entre o Báltico e o Pacifico), segundo temerariamente afirmaram alguns, não nos parecendo servir de base nem 1/10 de tal população.

Por outro lado, parece provado que, tanto na primavera de 1932 como na de 1933, numerosas familias camponesas se acharam desprovidas de suficiente abastecimento de cereais e sensivelmente necessitadas de gorduras. Destes casos voltaremos a tratar. Imediatamente nos lembramos, porém, de que, em países como a India, a URSS, a China, e até os Estados Unidos, nos quais não existe sistema ubiqüo de assistencia à pobreza, morre todos os anos determinado numero de pessoas (chegando a ni-

lhares nessas grandes populações) de inanição ou das doenças que, em consequência desta, se tornam endêmicas; sem dúvida, o numero cresce consideravelmente sempre que há fracasso das colheitas, mesmo parcial. Não se pode supor que assim não tenha acontecido em trechos do sul da Ucraina, no distrito do Kuban e no Daghestan, nos invernos de 1931 e 1932.

Antes, porem, de descrevermos como "fome" essa escassez de alimentos em determinados lares de certos distritos, temos que apurar como veio ele a ocorrer. Observamos entre as provas examinadas que a escassez foi "salteada". Numa mesma localidade, sob condições meteorologicas aparentemente semelhantes, se não identicas, houve fazendas coletivas que fizeram naqueles anos colheitas acima da media quanto à excelencia, ao passo que outras, a elas adjacentes ao norte ou ao sul, experimentaram situações de miseria, chegando algumas à verdadeira fome. Com isto, não pretendemos negar que houve zonas inteiras em que a seca ou o frio reduziram seriamente a produção. Mas são evidentemente outros casos, cujo numero não pretendemos avaliar, em que o fracasso das colheitas não proveiu do firmamento, mas de alguma coisa de dentro da propria fazenda coletiva. E logo nos encontramos na pista para a descoberta. Como já dissemos, deparamos uma personagem preeminente na direção da revolta ucrainiana, proclamando que "a oposição da população ucrainiana *motivou o fracasso do plano de armazenagem dos cereais em 1931, e mais ainda do de 1932*". Jacta-se a referida personagem do exito da "resistencia passiva que visava a uma sistematica frustração dos planos bolchevistas para a sementeira e a colheita da safra". Diz-nos claramente que, por causa dos esforços dele e de seus amigos, "trechos inteiros ficaram sem sementeira", e "mais ainda, quando a safra estava sendo colhida, no ano passado (1932), aconteceu, em muitos casos, especialmente no sul, ficarem nos campos 20, 40 e até 50%, não tendo sido colhidos ou, então, tendo sido estragados na debulha" (*).

(/) *Ukrainia under Bolshevist Rule*, por Isaac Mazeppa, na *Slavonic Review*, de janeiro de 1934, p. 342-43. Informa-se que um dos nacionalistas ucrainianos levados a julgamento confessou ha-

No que se refere à Ucrânia, é claro que não é aos ceus que se deve culpar principalmente, pelo fracasso das colheitas, mas aos desencaminhados membros de muitas das fazendas coletivas (**). Que espécie de fome é essa, que não teve por motivo a seca, as chuvas, o calor, o frio, a ferrugem (ou alforra), as moscas, as ervas daninhas, nem os gafanhotos, mas a recusa dos agricultores a semearem ("trechos inteiros ficaram sem semente

ver recebido instruções taxativas dos chefes do movimento no estrangeiro, no sentido de "ser essencial que, a despeito da boa colheita (de 1930), a situação do campesinato se torne pior. Para esse fim, é necessário persuadir os membros das *kolkhozes* a colherem o grão antes de amadurecido; promover agitações entre eles, convencendo-os de que, por mais que trabalhem, o seu trigo será tomado pelo Estado, sob um pretexto ou outro; sabotar o cálculo dos dias de trabalho dedicados à colheita pelos membros das *kolkhozes*, de modo que estes recebam menos do que lhes cabe pelo seu trabalho". (Discurso de M. Postyshear, secretário do Partido Comunista da Ucrânia, no *Plenum* do Comité Central, 1933).

(**) Pode-se contestar definitivamente que a grave escassez de cereais colhidos nas regiões do sul da Ucrânia fosse motivada por condições climáticas. "Em numerosas regiões do sul, ficaram nos campos de 30 a 40% das safras. Isso não foi resultado da seca, que, em alguns trechos da Sibéria, dos Urais e do baixo e medio Volga, foi tão rigorosa e reduziu de 50% as safras esperadas. O que se passou na Ucrânia não foi pela vontade de Deus. As dificuldades experimentadas na campanha de sementeira, segadura e colheita de 1931 foram criadas pela mão do homem". (*Collectivisation of Agriculture in the Soviet Union*, por W. Ladejinsky, *Political Science Quarterly* (Nova York, junho 1934, p. 222). "É evidente", escreve um outro chefe dos emigrados ucranianos em Praga, o próprio Ministro das Relações Exteriores da efêmera República Ucraniana de 1919, "que esta fome não foi resultado de causas naturais... Os camponeses são absolutamente hostis a um sistema que vai de encontro a todos os seus hábitos de séculos passados... O camponês ucraniano sempre foi individualista... e não vê razão por que deva trabalhar em proveito alheio". (*Ukraine and its Political Aspirations*, por Alexander Shulgin, na *Slavonic Review*, de janeiro de 35).

Hoje, o próprio Sr. Chamberlain atribue pelo menos parte do relativo fracasso das colheitas de 1931 e 1932, não a condições climáticas, mas "principalmente ao resultado da apatia e do desânimo dos camponeses, que tornaram o rendimento "muito inferior ao que teria sido em anos normais". (*Russia Through Coloured Glasses*, na *Fortnightly Review*, outubro de 1934).

dura") e a colherem o trigo segado ("até 50% ficaram nos campos")?

Outro distrito, em que se diz, com mais persistência, que houve fome, é o Kuban e áreas adjacentes, habitadas principalmente pelos cossacos do Don. Não é fora de propósito lembrarmos que estes foram os primeiros a pegar em armas contra o governo bolchevista, em 1918, iniciando assim a calamitosa guerra civil. Como já dissemos, aqueles cossacos gozavam de privilégios especiais no tempo dos tzares, cuja extinção, sob o novo regime, ainda hoje em dia não foi perdoada. Eis aí a prova evidente de que grupos inteiros de camponeses, sob influências hostis, caíram em tal estado de apatia e desespero, ao serem compelidos a um novo sistema de vida cooperativa, que não podiam compreender e a cujo respeito ouviam dizer tudo quanto era ruim, que cessaram de se importar se seus campos eram lavrados ou não, ou do que lhes aconteceria no inverno se não produzissem safra alguma. Qualquer que fosse a razão, parece ter havido no Kuban e na Ucrânia aldeias inteiras que obstinadamente se abstiveram de semear ou colher, exceto em pequena fração de seus campos, de modo que, ao terminar o ano, estavam sem provisão de sementes, e, em muitos casos, sem cereais para sua alimentação. Houve muitos outros casos em que, agindo isoladamente e por despeito, determinados camponeses serra-teiramente "barbeavam" o trigo em maturação, isto é, descarravam as espigas os até as cortavam, carregando, para sonegação individual, esse desavergonhado furto da propriedade coletiva (*).

Infelizmente, não foi só nas regiões notoriamente adversárias, como a Ucrânia e o Kuban, que ocorreram esses peculiares "fracassos de colheitas". Por exemplo, as Estações de Ma-

(*) Essa prática motivou o emprego de crianças (membros das organizações de "Pioneiros") para guardarem contra os ladrões as culturas em desenvolvimento. Em alguns lugares, julgou-se imediatamente necessário instalar torres de observação, de madeira, e postar sentinelas noite e dia, afim de evitar o saque de toda a cultura. (Na China, é costume um membro de cada família vigiar o terreno pertencente a esta, logo que as plantas surgem acima do solo, afim de evitar que sejam furtadas).

quinas e Tratores mandadas para o longinquo Turquestão encontraram justamente a mesma relutancia por parte dos ignorantes e desconfiados camponeses, quer fosse por se matricularem apenas nominalmente nas fazendas coletivas, quer por obstruïrem persistentemente a sua formação (*). Viemos a saber isso pelas cartas intimas dos martires membros do Partido, a que já nos referimos (Vide *One of the 25.000: The Story of a Shock Worker*", por A. Isbach, Moscou, 1931) Esses camponeses eram vitimas e titeres das incessantes maquinações dos kulaks e de outros, cujo dominio estava ameaçado de extinção. Podemos apreciar como Kaganovich considerou grave a situação, pela sombria denuncia que dela fez em janeiro de 1923 (**). Declarou ele: "Os elementos anti-sovieticos das aldeias estão fazendo encarniçada opposição a qualquer cultivo bem sucedido de modo geral. Economicamente arruinados, po-

(*) Relutancia muito semelhante a esta manifestara-se em 1927-28, quando a grande abertura da "tesoura" fez que os camponeses relativamente abastados deixassem de remeter ao mercado seus cereais. "Travou-se verdadeira e grave luta de "cabo de guerra" entre o Governo Sovietico e os camponeses mais prosperos, durante o inverno de 1927 e a primavera de 1928, parecendo proseguir indefinidamente, talvez de modo mais brando. Logo no outono de 1927, tornou-se evidente que os camponeses estavam retendo os cereais a tal ponto que, não somente destruiam qualquer possibilidade de exportá-lo, como também *chegavam até a ameaçar seriamente o abastecimento de pão às cidades*. Como se originou essa "greve do trigo"? E' muito difficil respondermos a esta pergunta. Sem duvida, não existe entre os camponeses organização secreta de larga envergadura que pudesse coordenar suas atividades ou dar-lhes instruções para fazerem todos a mesma coisa simultaneamente. E, contudo, eles demonstram algumas vezes uma capacidade misteriosa de ação espontanea e inconciente, como quando desertaram de toda parte da linha de frente, em 1917, dirigindo-se em massa para as propriedades dos latifundiarios. Alguma coisa dessa capacidade deve ter entrado em cena no outono de 1927, quando se manifestou, na Siberia, na Ucraina, na Russia Central e no norte do Caucaso, o mesmo fenomeno da relutancia dos camponeses na entrega dos cereais". (*Soviet Russia*, por W. H. Chamberlin, 1930, p. 195).

(**) Relatório de Kaganovich sobre a Decisão do Plenum Reunido do Comité Central e da Comissão Central de Controle do Partido Comunista, no *Moscow Daily News*, (edição semanal), de 20-1-1933.

rein não tendo ainda perdido por completo a influencia, os *kulaks*, os antigos oficiais "brancos", ex-sacerdotes, ex-latifundiarios governantes e donos de usinas de açúcar, ex-cossacos e outros elementos anti-sovieticos das elites burguesas-nacionalistas, social-revolucionarias e partidarias de Petlura, instalados nas aldeias, estão tentando por todos os modos corromper as fazendas coletivas, procurando frustrar as providencias do Partido e do Governo no setor da agricultura, e, para tais fins, estão aproveitando o atrazo mental de parte dos membros das fazendas coletivas contra os interesses da agricultura socializada e os do campesinato das fazendas coletivas.

"Penetrando nessas fazendas como contadores, gerentes, almoxarifes, brigadeiros, etc., e, frequentemente, como trabalhadores destacados, os elementos anti-sovieticos se empenham em organizar a sabotagem, avariar maquinas, semear sem as precauções necessarias, furtar artigos das fazendas, solapar a disciplina de trabalho, organizar o furto dos depositos de sementes e daqueles onde secretamente se guardam os cereais, sabotar as colheitas já recolhidas — e algumas vezes conseguem desorganizar *kolkhoscs*.

Por mais que reduzamos as proporções dessas denuncias feitas com tão vivas cores, não podemos deixar de notar a exatidão com que coincidem as declarações quanto à sabotagem da colheita, feitas pelo Governo Sovietico, de um lado, e pelos chefes nacionalistas dos recalcitrantes ucrainianos, de outro. Citemos novamente o chefe ucrainiano: Foi "a opposição da população ucrainiana" que "motivou o fracasso do plano de armazenamento de cereais em 1931, e mais ainda em 1932". Isso, que, por um lado, é motivo para jactancia, é, por outro, base para acusação. Por nosso turno, concluimos que, mesmo que ambas as partes tenham provavelmente exagerado, a sabotagem a que se referem ocorreu efetivamente, em proporções maiores ou menores, em varias partes da URSS em que se estabeleceram compulsoriamente fazendas coletivas. A deficiencia parcial motivada por condições climaticas, que se podem esperar todo ano num ou noutro ponto, foi assim agravada em proporções que não podemos avaliar, tornando-se muito mais extensa não somente

pela debulha do trigo ainda em crescimento e pelo furto da propriedade comum, como também pela deliberada falta de semeadura, limpa, debulha e armazenamento de todo o grão debulhado (*). Isto, porém, não é o que se classifica usualmente como "fome".

O que o Governo Soviético teve que enfrentar, de 1929 em diante, não foi efetivamente uma "fome", mas uma greve geral do campesinato, de grandes proporções, em resistência à política da coletivização, fomentada e encorajada pelos elementos desleais da população, não tendo faltado o incitamento dos exilados de Paris e Praga. Começando pelo calamitoso massacre do gado de muitas regiões, em 1929/30, os camponeses recalitrantes desafiaram, nos anos de 1931 e 1932, todos os esforços do Governo Soviético para que a terra fosse adequadamente cultivada. Deste modo (**), muito mais de que pelo fracasso parcial das culturas em consequência da seca ou do frio, produziu-se, numa incontável quantidade de aldeias de muitas regiões da URSS, um estado de coisas tal que nos invernos de 1931/32 e de 1932/33 muitos camponeses se viram sem provisões suficientes para sua alimentação. Isso, porém, nem sempre motivou inanição. Foram inúmeros os casos em que, não havendo falta de rublos, notadamente na Ucrânia, os homens viajavam até o grande mercado mais próximo e (como não havia deficiência

(*) "Os camponeses resistiam por meio de fraudes, exagerando suas necessidades de sementes e forragens e subestimando suas colheitas. Lutavam tenazmente contra as medidas compulsórias. Além disso, ao verem que tinham de entregar grande parte da produção, diminuíam-na, resultando daí que houve imenso massacre do gado e gravíssima diminuição das colheitas. A felicidade do regime foi a grande colheita de 1933. Antes dela houve fome em grandes trechos do país." (*An Economist's Analysis of Soviet Russia*, por Arthur Feiler, nos *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, julho de 1934, pp. 153-57).

(**) Em geral, os processos de colheita e debulha foram efetuados pelo campesinato coletivizado da Ucrânia de maneira tal que ficaram perdidos nos campos 34 a 36 milhões de quintais de grão. Esta quantidade, por si só poderia ter abrangido dois terços da cereia que a Ucrânia tinha que entregar ao Estado". (*Collectivisation of Agriculture*, por W. Ladejinsky, *Political Science Quarterly*, p. 233).

no país, considerado em conjunto) voltavam muitos dias depois, com a necessária quantidade de sacos de farinha. Em outros casos, especialmente entre os camponeses independentes, a própria família privada de alimentos mudava-se para as cidades, em busca de trabalho assalariado, deixando vazia e desolada sua tosca habitação, para ser citada por algum observador incauto como prova de morte por inanição. Em outros casos, cujo numero é desconhecido — podendo, como parece, ser contado em centenas de milhares —, as famílias foram removidas à força dos sítios que tinham deixado de cultivar, sendo levadas para locais distantes onde pudessem ganhar sua subsistência.

O Governo Soviético tem sido severamente criticado por causa dessas deportações, que inevitavelmente causaram grandes vicissitudes. A critica irresponsavel perde, porém, muito da sua força pela imprecisão com que é relatado o caso. Por exemplo, tem-se quase invariavelmente como certo que o Governo Soviético se recusou desalmadamente a prestar qualquer auxilio aos distritos atingidos pela fome. Uma investigação superficial demonstra que repetidamente foi prestado auxilio onde não havia razão para se supor que a escassez não fora motivada pela sabotagem nem pela deliberada falta de cultura. Para começar, houve amplas remissões nos pagamentos em espécie devidos ao governo (*). Mas houve também toda uma serie de transferencias de cereais dos depositos do governo para as aldeias necessitadas, umas vezes para consumo e outras para reabastecer o fundo de sementes, que havia sido consumido para alimentação (**).

(*) O decreto basico, promulgado em 6 de maio de 1932, estipulava que os recolhimentos de cereais das fazendas coletivas e individuais deviam sofrer a diminuição de 43,2 milhões de quintais em comparação com o programa de 1931 (*Collectivisation of Agriculture in the Soviet Union*, por W. Ladejinsky, em *Political Science Quarterly*, Nova York, junho de 1934, p. 231).

(**) Assim foi que "em 17 de fevereiro de 1932, quase seis meses antes da nova safra, o Conselho dos Commissarios do Povo da URSS e o Comité Central do Partido Comunista determinaram que as fazendas coletivas da parte oriental do país, que haviam sofrido os efeitos das secas, recebessem por emprestimo mais de 6.000.000

Quanto às remoções forçadas, foram de duas espécies. Em 1929 e 1930, foram tomadas providências drásticas contra os elementos das aldeias, que estavam interferindo gravemente na formação de *kolkhoses*, frequentemente pela violência e pelos danos propositadamente causados a edifícios e culturas. Em muitos casos, esses perturbadores da paz foram retirados de suas casas à força. "Fora da União Soviética," escreve pessoa que testemunhou os processos de 1930, "a suposição usual é que esses banimentos ocorreram pela atuação drástica de uma GPU misticamente onipotente. O verdadeiro processo diferiu muito; foi efetuado por comícios de aldeia, de camponeses pobres e trabalhadores rurais que faziam listas dos *kulaks* que "impediam pela força e pela violência a nossa fazenda coletiva", e pediam ao Governo que os deportasse. Nos dias agitados de 1930, compareci a muitas dessas reuniões. Havia discussões asperas, anárquicas, analisando uma por uma as "melhores famílias", que se tinham apossado das melhores terras, explorado o trabalho para se fazerem possuidoras dos instrumentos de produção, como normal e historicamente procedem as "melhores famílias", e que estavam agora combatendo o advento das fazendas coletivas pelo incendio, pela matança do gado e pelo assassinio. Os comícios a que compareci pessoalmente tinham aspecto mais seriamente judicial, eram mais equilibrados, em suas discussões, do que qualquer julgamento a que assisti nas Côrtes da América; os camponeses sabiam que estavam lidando com graves castigos, e não os aplicavam levemente. Os que julgam que a revolução, que terminou pela coletivização das fazendas, foi uma "guerra entre Stalin e os camponeses" mostram apenas que não estavam presentes quando se desencadeou o vendaval. Sua

de quintais de cereais, para o estabelecimento de fundos de sementeira e de alimentação (*Idem*, p. 229). Mais adiante, lemos: "Certas regiões, como a Ucrânia e o norte do Cáucaso que... tiveram que consumir todos os cereais disponíveis, ficaram com pouco ou sem nenhum para o fundo de sementeira. Neste caso, o Governo Soviético emprestou às fazendas coletivas da Ucrânia quase 3,1 milhões de quintais de sementes, e mais de 2 milhões às do norte do Cáucaso (*idem*, p. 243).

principal característica era a desordem de uma subversão fundamental; a tormenta foi assinalada por grandes extases e terrores; os chefes locais nas aldeias, nas pequenas cidades e nas províncias faziam o que lhes parecia certo e defendiam apaixonadamente suas convicções. Moscou estudava os terremotos locais e tomava parte neles, e, do que recolheu da experiência em massa, fez, um pouco tarde para salvar o gado, leis gerais para dirigir o movimento. O conflito foi atroz, arduo e pronunciadamente sangrento. As comissões das cidades do interior e das províncias reviam e reduziam as listas de *kulaks* a exilar, para impedir excessos locais" (*).

Mais tarde, quando a sabotagem assumiu a forma de "greve geral" amplamente propagada, até mesmo contra o cultivo das fazendas coletivas, o Governo Soviético se achou entre as pontas do mesmo dilema que tornara perplexos os administradores da Lei da Pobreza, na Inglaterra. Prover à subsistência de homens sadios, cuja recusa ao trabalho reduzira à penúria, seria simplesmente estimular a eles, às suas famílias e eventualmente a inúmeros outros a que repetissem a infração. Entretanto, deixá-los deliberadamente morrer à mingua era alternativa inaceitável. Na Inglaterra, no começo do século XVIII os curadores dos pobres inventaram o sistema, repetido em 1834, de auxiliar os homens válidos e suas famílias apenas sob a condição de entrarem para a casa de correção e ali executarem quaisquer tarefas que lhes fossem determinadas. O Governo Soviético não possuía casas de correção disponíveis, nem tinha tempo de construí-las. Sua providência foi recorrer à força os camponeses encontrados sem alimentos, das aldeias que eles estavam desmoralizando, para lugares distantes onde pudessem ser postos a trabalhar construindo estradas de ferro, canais ou rodo-

(*) *The Soviet Dictatorship*, por Anna Louise Strong, no *American Mercury*, de outubro de 1934. Numa narrativa singela feita por uma camponesa e publicada por Eudoxia Puzukhina no *Collective Farm Trud* (Moscou, 1932, pp. 60-61) descreve-se o modo pelo qual uma aldeia decidiu, em 1930, suprimir a pequena minoria, que procurara insistentemente arruinar a *kolkhos* local, por atos criminosos de toda espécie.

vias, derrubando arvores ou em serviços de prospecção ou mineração, — tudo isso tarefas de desconforto e ocasionalmente de vicissitudes, nas quais eles podiam ganhar o magro salario de subsistencia inerente ao trabalho proporcionado como auxilio aos necessitados. Foi um toco e pronto expediente de "auxilio contra a fome", que, sem duvida, causou muito sofrimento a inocentes victimas. Os que estudaram lealmente as circunstancias, porem, podem não chegar seguramente a concluir que, ao surgir a crise de fome em estado potencial, resultante, em sua maior parte, da sabotagem deliberada, difficilmente poderia o Governo Sovietico ter procedido de modo diferente do que adotou (*).

Com o caracteristico habito bolchevista da "auto-critica", o Governo Sovietico censurou sua propria organização por haver deixado as coisas chegarem a tal ponto. "As organizações do Partido e da Juventude de aldeia", declarou Kaganovich em janeiro de 1933, "incluindo-se os grupos das fazendas estatais e das estações de maquinas e tratores, se ressentem frequentemente da falta de espirito e vigilancia revolucionarios. Em muitos lugares, não só eles não se opõem a essa obra anti-sovietica dos elementos hostis, por meio de vigilancia de classe e uma cotidiana campanha bolchevista para fortalecer a influencia sovietica sobre as grandes massas não-partidarias, constituídas por membros das fazendas coletivas e trabalhadores das fazendas estatais, como também eles proprios caem, às vezes, sob a influencia desses ele-

(*) Aos olhos dos criticos estrangeiros, a expropriação forçada de tais camponeses parece uma extrema injustiça. Limitando sua produção, não estavam os camponeses fazendo apenas o que bem lhes parecia, com aquilo de que eram donos? De fato, os camponeses da URSS não são donos da terra que lavram, mas apenas ocupantes de terras nacionalizadas, para o fim de cultivarem-nas. Mas, quer estejam eles na mesma situação que os camponeses proprietarios da França ou da Flandres, quer não estejam, não parece haver coisa alguma fora do razoavel ou da equidade, em vista de que, onde quer que a terra seja confiada pela comunidade a uma classe camponesa, é sob a condição primordial de que esta produza, tanto quanto for capaz, os alimentos necessarios à manutenção da comunidade. Qualquer recusa organizada quanto ao cultivo deve ser inevitavelmente correspondida pela expropriação.

mentos sabotadores. Alguns membros do Partido, que ingressaram para tirar proveito da carreira, reuniram-se aos inimigos das fazendas coletivas e estatais e do Governo Soviético, para organizar o furto das sementes na época da sementeira do grão na época da colheita e da debulha, esconder o grão em depósitos secretos, sabotar as compras estatais de trigo, e, na realidade, arrastar certas fazendas coletivas, grupos de *kolkhozniks* (membros de *kolkhozes*) e trabalhadores retrogradados das fazendas estatais à luta contra o poder soviético. Isso é particularmente verdadeiro quanto às fazendas estatais, onde, com frequência, os diretores, influenciados por elementos anti-soviéticos, passam por uma degeneração burguesa, sabotando as tarefas determinadas pelo Governo Soviético, traíndo por completo o Partido e o Governo, e tentando dispor dos produtos das fazendas estatais como se fossem sua propriedade pessoal".

Com persistência não menos caracteristicamente bolchevista, aproveitou-se a ocasião para intensificar a campanha, visando assegurar que os anos de 1933 e 1934 apresentassem resultados melhores de que os de 1931 e 1932. Reconheceu-se e confessou-se francamente que se havia cometido um grave erro, motivado frequentemente pelo ardor mal orientado de agentes locais, ao lançarem-se tributos sucessivos sobre as *kolkhozes*, que tinham bom êxito, quando se verificava estarem elas de posse de colheitas inesperadamente grandes. Muitos camponeses haviam perdido a confiança nas medidas financeiras do governo, receando sempre que os resultados de seu labor lhes fossem arrebatados. Por isso, modificou-se todo o sistema. O governo abriu mão de todo direito de tomar produtos por meio de contrato ou de requisição. Daí por diante, nada mais se devia exigir das fazendas coletivas, por meio de tributo agrícola (além do pagamento convencionado pelo uso dos tratores) a não ser o tributo único em cereais, carne, leite e outros produtos, claramente fixado com antecipação, em proporções exatas, quanto à produção das terras lavradas, sobre a colheita normal do número de hectares que tivessem de ser semeados, limpos e ceifados. Foram lançados tributos semelhantes quanto a outros produtos. Por maior que fosse o rendimento, o governo não exigiria mais que

o estipulado. Mesmo que fosse semeada uma area maior do que era preciso, o governo se comprometia a não aumentar suas exigencias perante a *kolkhos* por demais esforçada. Logo que estivesse pago, em todo o distrito, o tributo definitivamente estabelecido, cada *kolkhos* podia vender a estranhos o excedente, como bem entendesse, podendo mesmo vendê-lo no mercado livre, ao melhor ofertante (*). Ao mesmo tempo, reformou-se drasticamente toda a organização. Durante 1932, verificou-se que muitos funcionarios locais, em numero de varias centenas, eram culpados de crassa negligencia ou de absoluto desmazelo no emprego da maquinaria, dos suprimentos e das culturas. Foram severamente repreendidos, e houve numerosos casos de demissão dos cargos. Centenas dos que cometeram infrações mais graves foram sentenciados à prisão, e pelo menos algumas duzias ao fuzilamento. Com a mesma fidelidade, foram tratados os proprios membros das *kolkhoses*, inclusive os gerentes e contadores. O mais difficil de enfrentar foi a deploravel teimosia geral com que muitos camponeses (às vezes a maioria deles) haviam cessado de cuidar da colheita da safra normal. Nos lugares em que a aradura tinha sido executada mui descuidadamente, ou se deixara de fazer a limpa, ou ainda se furtara durante a noite a escassa produção de trigo, toda a *kolkhos* foi drasticamente abalada. Os sabotadores mais culpados, que, com frequencia, eram ex-*kulaks*, foram expulsos; os administradores negligentes e os contadores falsos foram demitidos dos cargos; às fazendas coletivas que voluntariamente relaxaram a lavoura ou a ela se recusaram foi rigorosamente negado auxilio quando a fome as atormentou, de modo a não se estimularem novas recusas. Em alguns dos piores casos, os habitantes de aldeias inteiras foram sumariamente removidos da terra que deixaram de

(*) Este imposto unico, como podemos chama-lo, foi lançado sobre os cereais em tres proporções: A tributação normal sobre as *kolkhoses* que utilizavam tratores do governo, pelos quais se devia pagar uma taxa separada; um tributo mais elevado quando não havia taxa de tratores a pagar, por não terem estes sido usados ou solicitados; um tributo ainda mais elevado sobre o camponês individual ou o *kulak*, cuja existencia se desejava desencorajar.

cultivar ou cultivaram com desmazelo, sendo deportados para outros lugares, em busca de trabalho de qualquer especie que lhes proporcionasse magra subsistencia e ao menos os salvasse da fome. Não se contesta que, nestas remoções sumarias, como nas de *kulaks* que se recusaram a obedecer às determinações governamentais, se infligiram grandes vicissitudes a grande numero de mulheres e crianças, alem dos homens. Alega-se que sem tanto sofrimento não se poderia ter efetuado a rapida reorganização da agricultura camponesa, que parecia o unico meio praticavel de se resolver o problema nacional da alimentação.

Quanto aos resultados, parece-nos que, durante 1933 e 1934, foi notavelmente eficaz este reforço da administração rural por meio de um exercito escolhido de membros do Partido, zelosos e especialmente instruidos, em comunicação direta com Kaganovich e o departamento especial de agricultura do Comité Central do Partido Comunista. Durante os dois referidos anos, o próprio Kaganovich percorria constantemente o país, observando tudo minuciosamente e dando ordens que tinham de ser obedecidas (*).

Por felicidade do Governo Sovietico, num ano critico (o de 1933), a colheita foi muito melhor de que as dos anos anteriores, mesmo que a sua abundancia tenha sido exagerada. Não teria, porém, havido sequer a semelhança de tão grande produção se essa extraordinaria atividade administrativa não tivesse

(*) "O congresso teve um momento de jovialidade quando o discurso de Tobashev, da provincia de Moscou, foi interrompido por Kaganovich, Secretario do Comité de Moscou do Partido. Quando Kaganovich esteve em nossa fazenda, declarou Tobashev, nosso presidente disse-lhe: "Eis o caminho para o escritorio". Kaganovich respondeu: "Muito melhor seria vermos os galpões para ter idéia de como estão vocês trabalhando aqui". Examinou tudo e apontou deficiencias em toda parte: nosso equipamento, por exemplo, estava num barracão, cuja porta não fechava bem". "Lembro-me disso", interrompeu Kaganovich, "e de que a neve penetrava pelo telhado" (Riso). "Justamente", replicou Tobashev, "mas já o consertamos". "Muito bem, rebateu Kaganovich. Voltarei em breve para verificar". "Sabiamos perfeitamente bem", concluiu Tobashev, "que você não se limitaria a acreditar em nossa palavra. Estamos aguardando a sua volta". (*Moscow Daily News*, 18-2-1933).

providenciado, praticamente em todas as 240.000 fazendas, para que: a semeadura fosse realmente começada e terminada na época própria; o gradeamento não fosse mal feito; em toda parte se fizesse a limpa muito mais sistematicamente de que em qualquer época anterior; quase todas as fazendas coletivas fossem servidas por tratores e colhedoras, de impecável eficiência; a colheita armazenada sem retardamento, e os cereais postos a salvo do roubo e armazenados em segurança. No ano seguinte (1934), a colheita não foi, em média, tão grande quanto a de 1933, mas era voz corrente que o comportamento dos camponeses havia melhorado consideravelmente. Algumas aldeias, que figuraram entre as mais recalcitrantes no cultivo em 1932 e tinham passado mais fome no inverno de 1932/33, apareciam entre as mais diligentes em 1934, e colheram abundantemente a recompensa de seu trabalho aumentado. Por consequência, informou-se que o governo obtivera, em conjunto, quase tanto cereal, em retribuição de suas sementes e maquinaria, como sua parte na colheita menos abundante de 1934, quanto havia recebido da extraordinária safra de 1933. E, agora, que foram drasticamente expulsos os piores membros das fazendas coletivas, enquanto se mostrou efetivamente aos outros como deveriam executar o seu trabalho, fazendo-se-lhes compreender que, mesmo depois de pagarem tudo quanto o governo exige, *ficam individualmente com muito mais do que conseguiram em qualquer outra época* obter de seus minúsculos sítios, pode-se talvez esperar que dispensem grande parte do estímulo pelo qual Kaganovich e seus fiéis auxiliares livraram a URSS de uma perigosa crise em 1933 e 1934 (*).

(*) Podemos citar o testemunho de um imparcial perito canadense: "Em razão do aumento da área das unidades agrícolas e do maior rendimento das fazendas coletivas, proveniente do incremento do emprego de tratores e modernos métodos e instrumentos de produção, os proventos por família, na média das fazendas coletivas, aumentaram de 150%, pelo menos, em escala nacional, e de mais de 200% em numerosas localidades." (*Russia, Market or Menace*, de Thomas D. Campbell, 1932, p. 65). Este autor, que o Governo Soviético chamou por duas vezes, em dois anos não conse-

A Vida numa Fazenda Coletiva

Deixemos agora de lado a animada campanha pela qual, segundo pensamos, conseguiu Kaganovich salvar a situação e aliviar o Governo Soviético de sua grande ansiedade quanto à alimentação das populações citadinas e do Exército Vermelho. Que vida levam, normalmente, 70.000.000 de pessoas da URSS que compõem as fazendas coletivas?

"Superficialmente", observou o falecido Michael Farbman, "uma aldeia coletivizada tem muita semelhança com a tradicional aldeia russa. Essencialmente, porém, é algo de inteiramente novo. A vida do camponês difere quase por completo da do antiquado *mujik*. Ao invés de se limitar a um pequeno mundo, no qual tinha que lavrar as diversas nesgas de terra que compunham sua propriedade, com o auxílio de um só cavalo, ele se tornou sócio de uma grande propriedade e tem que se adaptar aos métodos de cultivo em grande escala e ao emprego de máquinas de toda espécie, das quais nunca ouvira falar. Além disso, o camponês passou por uma modificação social, política e econômica. Sua parte no esforço em cooperação está-o envolvendo em novas relações com seus vizinhos. Destas, a mais importante é naturalmente a organização do trabalho (*).

A Reunião dos Associados

Como nas hierarquias soviéticas e sindicais, a base da administração da fazenda coletiva é a reunião periódica de todos os seus membros de idade superior a 18 anos. Nessa reunião, pelo menos uma vez por ano, ou mais vezes em muitos casos, são eleitos o presidente e vários outros membros da junta administrativa (*pravlenie*), que, para todos os efeitos, constitui o

cutivos, para dar pareceres sobre a maneira de enfrentar as dificuldades da agricultura, dirige com bom êxito uma fazenda de trigo, de 95.000 acres, em Montana, EE. UU.

(*) *Creating a New Agricultural System*, em *The Economist* (Londres), 15-10-32.

poder executivo real. E' nesse órgão, na atmosfera da discussão cotidiana entre todos os membros, sujeita a relatorio e debate periodico na reunião de associados, que são tomadas todas as decisões necessarias: Quais as culturas a fazer e em que trechos da fazenda; quando devem ser executadas as diversas operações da aradura, sementeira, limpa e colheita; quais os membros a designar para cada uma das inumeras tarefas, e todas as mil e uma providencias detalhadas que necessariamente exige até a menor das empresas coletivas.

A Administração de uma Fazenda Coletiva

Varia de fazenda para fazenda a organização do trabalho em cada empresa coletiva, assim como os arranjos para a divisão do produto entre os membros. Com efeito, diferem indefinidamente entre si as 240.000 fazendas, sob quase todos os aspectos, segundo as condições locais e a capacidade e honestidade dos membros dirigentes. A principio, tudo ia de modo o mais simples. Todos os membros trabalhavam como bem escolhessem, em qualquer das variadas tarefas. Presumia-se, frequentemente, que a produção do ano podia e devia ser partilhada entre toda a pequena comunidade, tendo por base o numero de bocas a alimentar, não importando idade, sexo, capacidade ou o trabalho realmente executado. Essa simplicidade foi gradualmente abandonada, em favor de uma atribuição definida de tarefas e cargos, por decisão da reunião de membros, porém segundo recomendação dos funcionarios responsaveis e da junta administrativa. Em todas as *kolkhoses* bem organizadas, os trabalhadores são lotados em brigadas, a cada uma das quais se designa uma tarefa determinada. Para fixar responsabilidades, cada brigada tem uma certa area de terra a cultivar, com seu proprio conjunto de instrumentos, devendo concentrar seu trabalho numa indicada cultura, seja ela de trigo ou de centeio, linho ou beterraba, algodão ou girasol, durante todo o ano agricola, na mesma area, nas operações sucessivas de aradura, sementeira, gradeamento, limpa e colheita. Do mesmo modo, outra brigada designada cuida, durante todo o ano, dos cavalos,

bois, carneiros ou porcos que a *kolkhos* possui em comum, de modo que não possa haver dúvidas quanto à responsabilidade pela sua conservação em bom estado sanitário.

A experiência demonstrou, em breve, a necessidade de mudar-se a base da repartição, de bocas a alimentar para dias de trabalho executado, frequentemente acrescidos de um abono para as crianças que ainda não estejam em idade de trabalhar. A parte relativa ao trabalho de cada dia teve que ser então diferenciada, não por sexo ou idade, mas de acordo com a tarefa, mais ou menos laboriosa ou desagradável (*). Logo, passou-se a reconhecer, cada vez mais, a importância das funções de administração e contabilidade. Para não elevar as despesas gerais, é estritamente limitado o número de membros empregados em trabalho que não seja realmente produtivo, como o de administração, secretaria, contabilidade e medições; estabeleceu-se que suas horas de trabalho devem ser computadas, na divisão, a uma média horária não superior ao de todo o conjunto de trabalhadores adultos.

Nos casos em que se verificou, no fim da colheita, haver um saldo considerável, depois de terem sido cobertos todos os adiantamentos aos associados e efetuados todos os pagamentos ou transferências solicitados pelo governo, — como aconteceu em anos sucessivos em muitas fazendas coletivas e pelo menos em muitas dezenas de milhares delas em 1933 e 1934, — a aplicação desse saldo foi assunto de prolongada discussão entre os

(*) "O valor do trabalho feito por membros de *kolkhoses* é computado em jornadas de trabalho. Que é uma jornada, porém? É o trabalho de qualidade e quantidade fixas, efetuado por um membro de uma *kolkhos*. (Tataev, *The Distribution of Income in the Kolkhosi*, Partizdat, Moscou, 1932, p. 24, em russo). "Nas instruções expedidas pelo Centro de *Kolkhoses* quanto à remuneração do trabalho estipula-se que este, se for igual em quantidade e qualidade, deve ser computado como número igual de jornadas de trabalho, devendo ser pago com uma parcela correspondente da renda, não importando saber quem o executou, se foi homem, mulher ou adolescente." (Idem, p. 28).

membros, motivando reuniões para resolvê-la (*). Quanto se deve destinar ao aumento de capital e quanto à distribuição como bonus em dinheiro ou em produtos; se se deve construir um novo galpão, uma vacaria ou um asilo; um salão de reuniões para a aldeia, uma sede de clube ou um cinema; uma crèche, um predio rudimentar de apartamentos para os homens solteiros, ou um consultorio para o medico visitador, — todos esses assumtos foram tratados, aqui e ali, um de cada vez, em qualquer ordem desejada.



Como se regularizam os litigios

Na vida real de uma comunidade dessa natureza, devem ocorrer disputas inevitaveis, que nem mesmo pelo voto podem ser harmonizadas. Nestes casos, como nas fabricas, recorre-se cada vez mais ao "Triangulo". "Todos nós já ouvimos falar do Triangulo das fabricas: administração, partido e sindicato", escreve um observador recente. Mas não há sindicato nas fazendas coletivas. E então? Esquecemos o Soviet de aldeia? Uma aldeia é ocupada por trabalhadores de fazendas coletivas, alguns artifices, os comerciarior das cooperativas, os professores primarios, etc. O Soviet de aldeia é o órgão do governo; a junta administrativa da *kolkhos* é o controle da economia e do trabalho da fazenda. Seus interesses jamais podem chocar-se, pois são complementares entre si. O Triangulo da *kolkhos* compõe-se do presidente da junta administrativa, do presidente do Soviet de aldeia e do secretario do Partido. Esta forma triangular de representação é mantida através de toda a estrutura da fazenda. Em cada brigada há tambem um membro do Soviet de aldeia, eleito entre os membros da brigada, e que, com

(*) Afim de se assegurar que nada é decidido sem o consentimento geral, a lei determina que a despesa proposta seja discutida no recinto da propria *kolkhos*, e que não se considere aprovada nenhuma proposta que não receber a maioria absoluta dos votos numa reunião a que tenham comparecido e em que hajam votado pelo menos dois terços dos membros.

o brigadeiro e o organizador do Partido, forma o Triângulo da brigada. Os brigadeiros são nomeados pela junta da fazenda, numa reunião geral, na qual essas nomeações podem ser discutidas, rejeitadas ou confirmadas" (*).

A Democracia na Agricultura

Não é possível a ninguém visitar todas as 240.000 fazendas coletivas espalhadas numa área imensa e nenhum visitante de uma dúzia delas pode formar idéia útil do ponto a que essa amostra, representando 1/20.000 do conjunto, constitui exemplo típico da massa enorme, seja quanto à eficiência, ou quanto ao volume da produção. O que mais impressiona o estudioso de política é a visão dessas 240.000 comunidades separadas, esparsas em toda a extensão e largura da URSS, cada qual trabalhando em prol de sua vida, dentro da estrutura das leis e regulamentos comuns a todas elas, não como famílias separadas, porém como membros de uma sociedade cooperativa na qual todos têm um interesse em comum (**). Quanto de educação deve existir nas infindáveis discussões das frequentes reuniões

(*) Artigo de Charles Ashleigh descrevendo as fazendas coletivas do norte do Cáucaso, no *Moscow Daily News* de 3-9-1933. O Triângulo, porém, ainda não se tornou universal às fazendas coletivas, embora possa estar tendendo a isso.

(**) Competentes observadores dão testemunho de sinais de uma revolução mental entre o campesinato. "Podem ser observadas tendências muito notáveis nas atividades aquisitivas dos camponeses das *kolkhoses*. Nenhum deles pensaria em comprar um cavalo. O camponês não tem o direito de comprar um cavalo. Eis aí um verdadeiro agricultor. Mas ele não pensaria mais em comprar um arado do que um operário de fábrica pensaria em economizar para comprar uma turbina. Por outras palavras, o camponês russo pode gastar na aquisição de capital uma quantia que vai decrescendo. Ao invés disso, ele utilizará esse dinheiro para comer mais, vestir-se melhor e viver mais confortavelmente. É outro fator, dizem os russos, do solapamento dos instintos capitalistas do *muik*. Eu desejava poder transmitir a outrem a importância de tais modificações psicológicas. Elas equivalem a uma revolução mental em proporções nacionais." (*The Evolution of Collectivisation*, de Louis Fischer, na *British Russian Gazette*, setembro de 1933).

de membros! Como deve ser revigorantemente nova a atmosfera em que crescem agora os 20 ou 30 milhões de filhos desses camponeses coletivizados!

Ao mesmo tempo, os camponeses, auxiliados por suas famílias, estão desenvolvendo também a parte da produção que fica em suas próprias mãos. Raramente se compreende bem a magnitude e a variedade das empresas individuais de membros das fazendas coletivas. A "Constituição Modelo", recomendada em 17 de fevereiro de 1936, estabelece que "cada família das fazendas coletivas dos distritos de lavoura que tenham indústria pecuária bem desenvolvida terá à sua disposição particular duas ou três vacas, além de bezerras; de dois a três porcos com suas crias; um total de 20 a 25 lanígeros e caprinos; até 20 colmeias e um número ilimitado de aves e coelhos... A área da terra, em volta da habitação, utilizada pelo conjunto dos prédios da fazenda (excluindo-se a terra ocupada pela habitação) pode variar entre 1/4 e 1/2 hectare, chegando a 1 hectare em certos distritos" (o hectare corresponde a 2,47 acres).

A Comunidade

Neste ponto, pouco precisamos dizer sobre o povoado completamente coletivizado que se conhece pela denominação de "comunidade". Aqui, a pequena comunidade tem todos os seus bens materiais em comunhão de propriedade e une todas as suas atividades sob administração comum, de modo muito semelhante ao que praticavam as numerosas sociedades formadas durante os últimos cem anos, na América e em outras partes, sob a influência de Robert Owen, Cabet e Fourier, ou entre certas denominações religiosas como os *shakers*. Na URSS, estabeleceram-se nesta última década, em vários pontos, pelo menos umas duas mil comunas, sem nenhuma base religiosa. Muitas delas têm agora vários anos de experiência bem sucedida. Como exemplo, podemos mencionar a comunidade denominada Seattle, no distrito de Salski, da província do norte do Cáucaso, a qual foi fundada em 1922/23 por um grupo de socialistas finlandeses, primitivamente centralizados em Seattle, no Estado de Washington (EE.

UU.). A URSS os atraiu, como país livre das opressões do capitalismo, no qual poderiam aplicar, em base cooperativa, a maquinaria agrícola americana que trouxeram consigo. Bem recebidos por Lenine, foram-lhes designados 5.291 hectares de estepe ininterrupta, a 37 quilómetros da estrada de ferro. Os membros da comuna, cujo numero chegava a cerca de 400 em 1935, com uma população total de perto de 1.000 pessoas, abrangendo atualmente umas 16 nacionalidades diferentes, construíram boas habitações, dotadas de água corrente, instituíram creches e escolas, abriram poços, construíram galpões, graneis e silos e mantiveram em constante cultivo mais de 10.000 acres, vendendo o trigo anualmente ao Truste Governamental dos Cereais (*). Em 1933, a comuna possuía mais de 100 cabeças de gado bovino e perto de 200 porcos. Mantem uma grande serraria e carpintaria e importantes fornos para tijolos, e com esses elementos vai constantemente aumentando seus edifícios. Uma oficina mecânica, eficientemente equipada, não só conserta as máquinas das fazendas vizinhas como fabrica novas peças e rodas de engrenagem. Os membros da comuna participam livremente da vida local do distrito, tomam parte nas eleições para o Soviet de aldeia (Selosoviet) e enviam delegados a todos os congressos e conferencias a que têm direito de comparecer. Em toda a URSS, os 250.000 habitantes de umas duas mil comunas tomam a mesma parte que as *kolkheses* na organização cívica local e nacional. Só o futuro nos dirá se as *kolkhozes* se

(*) Num interessante artigo de Richard Gerbacy, membro da comuna, no *Moscow Daily News*, de 20-10-1933, foi descrita a comemoração do 10.º aniversário da fundação do povoado. Quando o visitamos, em 1932, não só recebemos informações com inteira liberdade, como nos presentearam com um extenso panfleto (em russo), intitulado *Do País dos Capitalistas à URSS. A Comuna Americana Seattle*, de P. J. Thadeus (Moscou, Gosisdats, 1930), o qual, traduzido, nos permitiu uma visão animada das primeiras tentativas e da presente organização daquela prospera comunidade. O panfleto *Um Estudioso na Rússia*, por Paul Winterton (Cooperative Union, Manchester, 1929, 64 pp.) apresenta um atraente relato de uma comuna no sul da Ucrânia, que já contava alguns anos de prosperidade e crescente civilização, sob orientação esclarecida.

transformarão gradualmente em comunas como acreditam muitos, embora o Governo Sovietico não seja favoravel a isso. Atualmente, parece haver tendencia para o reaparecimento da propriedade individual no seio da comuna. Visando aumentar a quantidade de gado, o commissario do povo para os Negocios da Agricultura da URSS decretou que "todo membro de uma comuna agricola tem o direito de adquirir para sua economia individual gado miudo para pequena produção, uma vaca e aves domesticas" (*).

A Hierarquia dos Produtores-Proprietarios na Agricultura

Na agricultura, a organização do produtor-proprietario está em fase visivelmente mais rudimentar de que na industria. A esta ultima já nos referimos na secção anterior. A rigorosa crise destes ultimos anos prejudicou a adopção da forma hierarquica ou piramidal de centralismo democratico. Não existem conselhos representativos de *kolkhoses*, nem há indicio algum da instituição de um Congresso Geral dos Trabalhadores em Fazendas Coletivas. Consequentemente, não há comité executivo, que seria nomeado pelo congresso. A grande reunião de "brigadeiros de choque das fazendas coletivas" (*udarniki*), convocada em Moscou em fevereiro de 1933, pode ter sido uma fase preliminar do referido congresso. Nessa conferencia, constituída por mais de 1.500 orientadores locais de administrações de fazendas coletivas de quase toda parte da URSS, as dificuldades e as possibilidades daqueles produtores-proprietarios foram assunto de vibrantes discursos de ministros preeminentes, como Kaganovich, Molotov, Kalinin, Voroshilov e Yakovlev, alem do proprio Stalin. Essa conferencia de Moscou foi seguida de outras, na primavera de 1933, em determinadas provincias (**). Um Se-

(*) *Collectivisation of Agriculture in the Soviet Union*, por W. Ladejinsky, na *Political Science Quarterly*, de março de 1934.

(**) Vide relatorios dos discursos pronunciados nessas conferencias de *udarniki* no *Moscow Daily News* de 15-20-2-1933, e de fe-

gundo Congresso Geral de *Udarniki* de *Kolkhoses* realizado no fim de 1934, aprovou uma detalhada e bem organizada Constituição modelo, para todas as *kolkhoses*, que foi formalmente aprovada pelo *Sovnarkom* da URSS e pelo Comité Central do Partido Comunista, em 17 de fevereiro de 1935. Nas reuniões de membros de cada uma das 240.000 *kolkhoses* (atualmente perto de 250.000), foi calorosamente recomendada a adopção da referida Constituição.

A repartição central permanente de Moscú (*Kolkhoscentre*), que exercia alguma fiscalização sobre todas as fazendas coletivas da URSS (ou pela qual, de algum modo, eram recolhidas as estatísticas do movimento geral), foi absorvida pelo novo Commissariado, e é diretamente administrada pelo comissário do povo da URSS para os Negócios da Agricultura (*kolkhoses* e campesinato). Entre as mais importantes relações constitucionais, além das com a Comissão de Agricultura do Partido Comunista, estão as mantidas com o Gosplan, com o qual o Commissariado deve estar em frequente consulta quanto à indicação anual dos algarismos de controle do Plano Geral e às continuas modificações de menor vulto que têm de ser feitas e ajustadas.

No caso das fazendas coletivas, adia-se francamente qualquer organização hierárquica de conselhos que se eleve, de degrau em degrau, desde o comício de membros até um Congresso Geral de delegados eleitos. Nas fazendas que, dentre as 240.000, sejam imperfeitamente administradas, o regulamento autoriza-

vereiro de 1935; v. também *International Press Correspondence*, 2 de março e 26 de maio de 1933; *Discurso no 1.º Congresso Geral dos Brigadeiros de Choque das Fazendas Coletivas*, por J. Stalin (Moscú, 1933, 24 pp.); *The Great Offensive*, de Maurice Hindus, 1933, cap. VI, *Collectives*, pp. 95-116. Nessas conferencias, os convites aos delegados foram feitos pelo Comissário do Povo da URSS para as *kolkhoses* e o Campesinato, que custeou as despesas. Os convites, porém, foram expedidos em branco, mandando-se a cada provincia a proporção necessaria. A escolha foi realmente feita por votação entre o total dos *udarniki*. Declarou-se explicitamente que muitos delegados, senão a maioria deles, de sexo masculino ou feminino, não pertenciam ao Partido.

do se eleva atualmente acima de qualquer expressão organizada dos desejos e idéias dos 15.000.000 de famílias que constituem o total dos coletivizados.

Na realidade, a grande maioria das 240.000 fazendas coletivas ainda não é constituída de sociedades cooperativas dirigindo-se completamente por si mesmas (*). Aquelas que já conseguiram bom êxito na agricultura, ao ponto de sustentarem seus membros e suas famílias, contribuindo além disso com as taxas governamentais relativas à agricultura e ao uso dos tratores, das colhedoras, das sementes e dos adubos, dirigem realmente seus próprios negócios, pelas suas próprias reuniões de membros, e, além das máquinas que alugam, o governo só lhes proporciona fiscalização e conselhos. Quanto ao mais, teve-se que arranjar um bem elaborado sistema de administração, em que as reuniões de membros têm sido orientadas sobre o modo de conduzirem as coisas, por uma engenhosa combinação de processos educativos e persuasivos, pressão econômica, e, em último recurso, coação drástica.

Os Resultados em 1933

É possível que não haja utilidade em aduzirmos algarismos indicando a produção de trigo em toda a URSS em 1933, apresentando considerável aumento sobre qualquer ano anterior, como prova do bom êxito do sistema de fazendas coletivas. Este êxito não pode ser provado por exemplos isolados como também não se pode provar o fracasso tendo por base as mais agoniadas cartas de queixas e lamentações publicadas no exterior, muitas delas de duvidosa autenticidade. Completaremos, porém, o quadro pela apresentação do resumo do relatório de uma *kolkhos*,

(*) Entretanto, parece ridículo que um colaborador do panfleto da Escola de Estudos Eslavônicos, intitulado *Agricultura Coletivizada na União Soviética* (Londres, 1934, p. 30) um dos que não puderam visitar a URSS para verificar pessoalmente — declarasse “que a situação legal dos membros de fazendas coletivas é, para todos os fins práticos, equivalente à escravidão”.

denominada "Éxitos de Stalin", na região do médio Volga. Verificaremos que esta fazenda coletiva conseguiu grande êxito em 1932, sem esperar pela campanha da Secção de Execução de Normas nem confiar nos conselhos das Estações de Máquinas e Tratores. "Esta fazenda coletiva, abrangendo 234 famílias, acabara de completar a distribuição de sua renda do ano corrente, depois de cumprir o programa anual de entregas de cereais em 15 de agosto. Vendeu-se ao governo o total de 227 toneladas de cereais, da produção total de 619 toneladas.

"A renda bruta da fazenda no referido ano, avaliada na base dos preços oficiais de produtos agrícolas, chegou a perto de 95.000 rublos. Além de 235 toneladas de centeio, 337 toneladas de trigo, 26 toneladas de aveia e 19 toneladas de milho miúdo, a fazenda produziu 66 toneladas de batatas, 18 toneladas de semente de girasol e 1.000 toneladas de feno e palha. Depois de vender ao governo a determinada quantidade de produtos agrícolas, a fazenda passou a recolher sementes para a temporada seguinte. Além disso, fez-se um abastecimento de cereais para alimentar os cavalos, carneiros e porcos de propriedade da fazenda. Separou-se também certa quantidade de cereais para fornecimento aos camponeses que tinham ido trabalhar nas cidades, mediante acordos assinados com organizações industriais.

"O total da renda líquida em dinheiro que a fazenda obteve pela venda de cereais ao governo e de outras fontes foi de 50.000 rublos. Dessa quantia, a fazenda pagou 1.750 rublos de impostos agrícolas e 1.700 rublos de seguros. Pagou-se ao Banco do Estado um empréstimo de 3.300 rublos. Dez por cento da renda bruta da fazenda foram destinados a um fundo comum, que é utilizado principalmente para a constituição do capital da fazenda. Por decisão dos membros da fazenda, foram destinados mais 4% da renda bruta para fins culturais, pagamento de bonificações e despesas semelhantes. Empregaram-se 2.000 rublos em ações do Centro de Tratores e do Centro de Incubadoras, que fornecem à fazenda os tratores e as incubadoras de que ela necessita. Gastaram-se perto de 4.000 rublos em querosene e óleo lubrificante para os tratores, em consertos e em despesas administrativas.

"Depois de satisfeitas todas essas despesas, a fazenda ainda tinha perto de 27.000 rublos em caixa, além de 185 toneladas de trigo e consideráveis quantidades de outros produtos agrícolas.

"Até 20 de setembro, quando foi efetuada a distribuição, os membros da fazenda haviam prestado 26.000 dias de trabalho. Avaliou-se que seriam necessários mais uns 8.500 dias de trabalho, antes do fim do ano, para completar as tarefas em andamento. A média, portanto, do pagamento por dia de trabalho será de: 78 *kopeks*, mais 6,5 quilos de cereais, 2 quilos de feno, 14 quilos de palha e vários outros produtos agrícolas. *Estas quantidades são de quatro a seis vezes mais que o dinheiro e os produtos recebidos pelos membros da fazenda, por dia de trabalho, no ano passado.*

"Para estimular a melhoria do trabalho, as duas melhores brigadas de campo (os grupos em que trabalham os membros) receberam 10% acima da média por dia de trabalho, ao passo que outras duas brigadas, cujo trabalho não atingiu o nível estabelecido, receberam 15% abaixo da média... Os membros das fazendas coletivas cultivam suas próprias hortas e cuidam de seus bois e cavalos. Isso lhes proporciona um considerável acréscimo de renda" (*).

Finalizemos esta complicada análise da "campanha na frente agrícola" com a descrição de uma testemunha ocular de uma das reuniões de membros, quando terminou o recolhimento da produção. "Em 7 de setembro", escreve o estudante americano que já citamos, "a fazenda coletiva "Matvaeva" celebrava a distribuição da primeira metade das partilhas de cereais... As parcelas individuais do período completo variavam entre 100 e 500 *poods* (**). Mais tarde, durante a reunião... levantou-se um camponês após outro, para falar da colheita, dos problemas que haviam sido enfrentados e resolvidos pelo chefe da Seção de Execução de Normas... Ergueu-se uma senhora idosa, que, apontando para os camponeses reunidos, lembrou a

(*) *Moscow Daily News*, 15-10-1932.

(**) 1 *pood* = 16k,358 (N. do T.).

estes: "Quando liamos nos jornais como seria possível uma colheita assim, não acreditávamos; agora, ela é um fato consumado..." Como exemplo do que se conseguiu no breve período de sete meses em consequência do trabalho da Secção de Execução de Normas, podemos citar a fazenda coletiva "Bolshevik". Completamente desorganizada no ano anterior pela sabotagem dos *kulaks*, essa fazenda fracassara na colheita completa dos cereais, assim como nas entregas, e seus próprios membros estavam sem abastecimento. Este ano, a mesma fazenda é uma das principais do distrito, e foi inscrita na lista de honra de todo o norte do Cáucaso... -As aldeias estão com vida nova" (**).

Estas descrições, feitas por testemunhas oculares a respeito de fazendas coletivas, por mais precisas que sejam, não nos habilitam a chegar a conclusões dignas de fé quanto ao que está acontecendo no conjunto das 240.000 fazendas. Trata-se, indubitavelmente, de exemplos escolhidos; na verdade, não se apresentam como outra coisa. Iguais descrições podemos obter quanto a fazendas coletivas que fracassaram completamente, não obtendo colheita alguma. Não se contesta que isso foi motivado principalmente pela recusa combinada dos seus membros à execução de qualquer trabalho de aradura, limpa ou colheita, chegando mesmo ao ponto de ficarem sem sementes e até sem alimentos durante o inverno (**). Ainda é demasiadamente cedo para

(*) Artigo de F. E. Hurst sobre a Estação de Máquinas e Tratores "Ustiabinsk", do norte do Cáucaso, no *Moscow Daily News*, de 15-10-1933. No trabalho *Supply and Trade in the URSS*, de W. Nodel, 1934, pp. 95-100, encontram-se descrições interessantes de outras *kolkhoses* e seu funcionamento.

(**) Observamos que o Sr. W. H. Chamberlin, ora transferido de Moscou para Tóquio, continua a afirmar (em vários artigos de revistas em 1934-35 e no seu livro *Russia's Iron Age*, de 1935) que houve uma terrível fome em 1932-33, "uma das maiores catástrofes humanas desde a guerra mundial", que causou, pelas doenças e pela inanição, uns 4 ou 5 milhões de mortes acima do número comum. Depois de ponderarmos cuidadosamente as diversas afirmativas do Sr. Chamberlin, não podemos encontrar prova de ter havido nenhuma fome "natural" ou "climática", de 1931 a 1934. Há numerosas provas, de muitas origens, de que a escassez da colheita foi em grande parte causada "pela mão do homem".

juílgamos favoráveis, quando fôr aliviada a pressão oficial, os exitos de 1933 e 1934; ou, por outro lado, se as rigorosas medidas tomadas contra os que fracassaram no cultivo da terra que lhes foi confiada poderão sobrepujar o arraigado habito mental do camponês individual, incapaz de reconhecer seu proprio lucro em qualquer produto, por mais consideravel que seja, desde que tenha que ser partilhado com outros. Declaram peritos observadores alemães que as dificuldades agricolas da URSS ainda não estão passadas, e varios anos decorrerão antes que se possa dizer ser segura a situação quanto a alimentos. Existem dois fundamentos principais para esta conclusão. Quaisquer que sejam as medidas tomadas por uma administração drastica no sentido de compeler os camponeses obstinados a fazerem cultivo eficiente, não poderão restaurar os cavalos, bois, carneiros e porcos massacrados. Em 1933, ainda não havia cessado a diminuição do gado em pé (com exceção dos porcos), embora se declarasse que em 1934 a diminuição fora

De fato, não se contesta, com seriedade, que em 1932 houve em grande escala recusa a fazer a sementeira, negligencia na limpeza e falta de colheita, exatamente como nos anos anteriores houvera a deliberada matança de toda especie de gado, sendo destruidos nada menos de 150.000.000 de animais. E' essa escassez "produzido pelo homem" que o Sr. Chamberlin chama de "fome". Bem pode haver controversia quanto ao agravamento dessa falta de alimentos, pelas exações indevidas feitas pelos agentes governamentais a uma população manifestamente culpada de sabotagem. Nas declarações do Sr. Chamberlin e outros crentes de que houve fome, nada encontramos que se possa tomar como prova estatística de mortalidade anormal e amplamente propagada, embora se possa inferir que as vicissitudes em determinadas aldeias devem ter motivado, num ponto ou noutro, alguma elevação da taxa de mortalidade. Não parece haver sido interrompido o permanente crescimento da população total da Ucrania e do norte do Caucaso, nem o da URSS em conjunto, embora tenha continuado e até aumentado a migração dos distritos rurais para as cidades. A controversia é discutida no livro de Louis Fischer *Soviet Journey*, 1935, pp. 170-172, no qual diz ele de passagem: "Eu mesmo vi, em toda a Ucrania, em outubro de 1932, enormes amontoados de cereais que os camponeses se recusaram a armazenar, e estavam apodrecendo. Era, para eles, o alimento de inverno. Depois, esses mesmos camponeses passaram fome."

defida, exceto quanto aos cavalos. Ainda mesmo que o total geral comece a elevar-se durante 1935, ainda serão necessários alguns anos para que se tornem adultos os animais que agora estão nascendo.

O segundo ponto de vista dos que melhor conhecem a mentalidade do campesinato de qualquer país da Europa é a verdadeira impossibilidade de se persuadir os membros idosos das *kolkhoses* a mudarem de idéias ou de hábitos. O velho camponês ainda não dominou o ressentimento de haver sido deposto de sua situação de autocrata da família (*), nem perderá facilmente o hábito de procurar sempre fazer menos de que seus companheiros, sob o argumento de que só por este modo pode esperar quitar-se com eles, que, em sua opinião, procuram fazer ainda menos! Não basta, dizem os críticos referidos, que se deixe ao membro da *kolkhos* todo o produto de sua horta, suas aves, suas colmeias, seu porco e até sua vaca. Esta concessão ao individualismo pode chegar, segundo se diz, a tornar as coisas ainda piores, pois o camponês coletivo, se fôr desleal, poderá devotar toda a sua energia à sua empresa privada. Nós mesmos não pretendemos emitir julgamento. Sugerimos, porém, que o governo bolchevista pode não estar errado ao depositar esperanças, nas *kolkhoses* como em toda parte, na juventude, que constitui cerca de metade da população, fato nem sempre lembrado. Os

(*) Em muitas fazendas coletivas, encontrou-se um modo de enfrentar a apatia e a obstinação dos camponeses idosos, que eram com frequência encontrados em atitude triste, sentados em frente às suas casas, enquanto os jovens trabalhavam nos campos. Foram formalmente nomeados "inspetores de qualidade", com a tarefa de superintenderem o trabalho, informando quanto à qualidade da colheita efetuada. Usam um emblema e percorrem os locais de trabalho com ar de dignidade! (Vide os casos citados em *Reise durch hundert Kollektivwirtschaften*, por L. F. Boross, Moscou, 1934, p. 176). Levou-se ainda mais longe este engenhoso estímulo às pessoas de idade. Em vários distritos, realizaram-se congressos desses inspetores de qualidade, nos quais tomaram parte centenas de velhos camponeses das *kolkhoses* circunvizinhas; a eles foram dirigidos discursos por preeminentes estadistas, que os trataram como a pessoas no exercício de cargos importantíssimos na agricultura local!

jovens terão de ser educados, cada vez mais, numa atmosfera coletiva, e, segundo tôdas as narrativas e informações, apreciam-na muito mais de que a vida do camponês individual. O mesmo acontece, pelo menos aparentemente, quanto às mulheres. Se estas, as crianças e os adolescentes, que, reunidos, constituem três quartas partes da população, preferem a *kolkhos*, a *kolkhos* perdurará. É esta, pelo menos, a opinião do observador que provavelmente conhece o camponês russo melhor que qualquer outro escritor. “De uma coisa podemos estar certos”, declara o Sr. Maurice Hindus, “enquanto existirem os Soviets não haverá retrocesso à agricultura individual. Sinto que, mesmo que os Soviets chegassem a fracassar, a agricultura russa permaneceria coletivizada, ficando o contrôlo nas mãos dos camponeses em lugar do govêrno. São indiscutíveis as vantagens da coletivização como método de agricultura. Mesmo atualmente existem dezenas de fazendas coletivas com elevado grau de êxito, na região das terras negras e na Ucrânia. A coletivização tem em si o poder de transformar a Rússia, de atrasada que era, numa progressista nação agrícola, como jámais o poderia fazer o domínio individual da terra com suas dimensões inevitavelmente pequenas (*).

c) ASSOCIAÇÕES DIVERSAS DE PRODUTORES PROPRIETÁRIOS

É desnecessário dizermos que as vantagens da associação no trabalho da produção não estão limitadas aos cultivadores e artífices e outros produtores da agricultura ou da indústria em pequena escala. No capítulo a seguir, descreveremos a organização de consumidores, inteiramente distinta, para distribuição de utilidades, juntamente com os serviços de produção relativos a ela. Mesmo, porém, especificamente dentro da esfera da produção, onde os dois tipos principais do *artel* de fabricação e da fazenda coletiva reúnem a imensa maioria dos associados, deve-

(*) *The Great Offensive*, por Maurice Hindus, 1933, p. 114.

mos notar, como parte da estrutura social da produção, na URSS várias outras espécies de cooperativas, que são freqüentemente de tipo "mixto", raras vezes descritas, porém cuja existência não pode ser ignorada.

Primeiramente, porém, devemos eliminar quase toda a corte de sociedades cooperativas agrícolas independentes que existiam na URSS ainda em 1927 (*), visto que foram substituídas por outros dispositivos. Naquela época, existiam sociedades especializadas de assistência aos fabricantes de manteiga, queijos e outros laticínios; de avicultura e produção de ovos; de batatas; de úvas e vinho; de criação de gado cavalар, vacum e ovino; de produção de fumo; de algodão; de linho; de beterraba; de produção e distribuição de várias espécies de sementes; de apicultura, e variadíssimas outras. Havia numerosas sociedades de crédito mútuo. A maioria, porém, dessas sociedades ou as várias federações e uniões por elas constituídas combinavam a venda em conjunto, no mercado, da produção de seus associados, fazendo-se para a venda os preparativos que pudessem ser em-

(*) Além das alentadas fontes de origem russa, podemos citar as seguintes publicações, mais acessíveis: *The Cooperative Movement in Russia*, de J. V. Bubnoff (Manchester, 1917, 162 páginas); *The Cooperative Movement in Soviet Russia*, de Elsie Terry Blanc (Nova York, 1924); *The Cooperative Movement in Soviet Russia* (Repatrição Internacional do Trabalho, 1925); *Die Konsumgenossenschaften in Sowjetrussland*, por Lubinoff (Berlim, 1926, 20 pp.); *Consumer's Cooperation in the Union of Socialist Soviet Republics*, por P. Popoff (Londres, 1927, 46 pp.); *Die Genossenschaften in sozialistischen Aufbau*, por W. Tikhomirov (1927); *The Russian Cooperative Movement*, por N. Barou e E. F. Wise (1927); *Die landwirtschaftlichen Genossenschaften in der Sowjetunion* (Berlim, 1928, traduzida por G. Ratner, Londres, 1929, com o título *Agricultural Cooperation in the Soviet Union*); *The Cooperative Movement in Russia during the War*, por Kayden e Antsiferov (1930); *Les Voies du développement de la coopération de production en URSS*, por W. Tikhomirov (1931); *The Yearbook of Agricultural Cooperation* (Londres, 1933); e, quanto às sociedades de crédito, *Economic Survey* (Gosbank), novembro e dezembro de 1930; *Russian Cooperative Banking*, de N. Barou (Londres, 1931); quanto a todas as formas atualmente em vigor, vide *Consumer's Cooperation in the URSS*, de Leslie A. Paul (1934).

preendidos coletivamente. Assim é que havia milhares de fábricas de creme e de queijos; centenas de estabelecimentos cooperativos de beneficiamento do linho; centenas de fábricas e destilarias cooperativas para fabricação de alimentos e de álcool, provenientes das vastas culturas de batatas. Em quase todos os casos, a sociedade cooperativa fornecia a instrução técnica adequada à empresa, sementes escolhidas, instrumentos das melhores espécies, e planos e modelos de edifícios aperfeiçoados. Encarregava-se da colheita e da armazenagem da produção; combinava vendas em grosso às cooperativas de consumo ou aos trustes governamentais; abria novos mercados; organizava exposições nas cidades e convencionava com o comissário do povo para as Relações Exteriores quanto à ampliação do campo do comércio de exportação. Em 1927, grande parte de toda a produção agrícola da URSS, exceto os cereais, foi negociada por essas associações cooperativas independentes. As mesmas associações movimentaram de 60 a 90 % de toda a produção nacional de laticínios, linho, batatas, beterraba e tabaco.

Este enorme desenvolvimento de organizações voluntárias e independentes de produtores agrícolas, que em 1927 abrangia 80.000 sociedades separadas, reunindo uns 80 ou 90 milhões de camponeses em cooperação espontânea, desaparecera por completo em 1932. Tanto quanto foi possível chegar ao conhecimento dos autores desta obra, todas as 80.000 sociedades haviam deixado de existir como tais; suas numerosas associações federais haviam sido "liquidadas", tendo sido absorvidas pelos novos Comissariados da URSS para as Fazendas Estatais e para os Negócios da Agricultura todos os vários "centros" que elas mantinham em Moscou. Algumas das sociedades cooperativas locais (incluindo as fábricas de laticínios da Sibéria) se transformaram simplesmente em *kolkhoses*. Onde quer que se estabelecessem fazendas coletivas, tornaram-se desnecessárias as sociedades de crédito, pois que, individualmente, os associados têm pouca necessidade de empréstimos, ao passo que o Banco do Estado fornece qualquer crédito de que a própria *kolkhos* precise. O grande desenvolvimento dos institutos científicos, que atualmente põem a disposição dos camponeses os fatos e as sugestões de que estes

necessitam, pode haver tornado desnecessária grande parte dos serviços de consulta e instrução prestados pelas sociedades cooperativas especializadas e pelas uniões federais. Não se pode, porém, olvidar que a "liquidação" sumária de tão enorme desenvolvimento de tecido social trouxe ao campesinato um prejuízo que pode ainda não ter sido inteiramente compensado ao total dos 25.000.000 de lares pela organização mais sistemática de bancos e comissariados estatais, institutos e *kolkhoses*. Ainda temos que descrever alguns desenvolvimentos destas últimas.

As "kolkhoses" dos pescadores

Em nenhuma outra parte da estrutura organizada do comunismo soviético encontramos mais frisante exemplo do princípio de Lenine, quanto à multiformidade constitucional, de que na indústria da pesca, que tem atualmente na URSS maior produção anual do que a da Grã-Bretanha ou da Noruega, sendo superada, em todo o mundo, apenas pelo Japão (*). Esta indústria foi criada quase exclusivamente nestes últimos 15 anos. Antes da guerra, praticamente não havia na Rússia a pesca em alto mar; o único meio de conservar o peixe era salgá-lo; não se enlatava o produto. Havia uma vasta, porém desorganizada pescaria individual nas praias e nos rios, a qual chegou ao seu mais baixo ponto em 1921, perturbada pela guerra e pela fome. Em 1929, o Governo Soviético iniciou o estabelecimento da pesca de alto mar (inclusive a da baleia), desenvolvendo cada vez mais

(*) As mais recentes informações disponíveis a respeito da pesca na URSS encontram-se no artigo do Professor A. Petrov, intitulado *The Fisheries of the Soviet Union, a New and Efficient Industry*, no suplemento de *The Financial News* (Londres), de 5 de novembro de 1934. Esse trabalho, porém, pouco diz a respeito das *kolkhoses* de pescadores. Sobre estas, consultem-se os decretos e regulamentos de julho de 1931 e setembro de 1932, e um artigo de I. Ivanovsky, intitulado *The Collective Fishery System in URSS*, em *Voks Socialist Construction in the URSS*, Vol. VI, 1934. Vide também *Das Fischerwesen Russlands*, por William F. Douglas (Berlim, 1930, pp. 206).

a refrigeração e outros métodos de conservação; fez adotar processos diversos, várias fabricações relacionadas, e, por fim, o enlatamento em grande escala. O emprêgo de capital em modernas flotilhas de barcos-motores, depósitos e fábricas a beira-mar, assim como na indústria de conservas, foi de perto de 500.000.000 de rublos, de 1929 a 1934. Atualmente (1935), acham-se funcionando mais de 100 traineiras de alto mar, além de embarcações maiores; 8 estaleiros para consertos e aumento dessa frota; 21 estabelecimentos de refrigeração; 9 fábricas de gelo; 26 tancoarias; 250 estações radio-transmissoras e receptoras; 27 fábricas de produtos de resíduos de peixe, e muitos estabelecimentos secundários. A quantidade de pescado recolhido por esse departamento estatal de pesca eleva-se atualmente a perto de 500.000 toneladas, ou sejam cêrca de duas vezes mais que o total apanhado por todos os pescadores em 1921, constituindo isso uma notável realização de cinco anos, apenas, de trabalho construtivo.

Ao estabelecer esta grande indústria, na qual todos os trabalhadores são diretamente empregados remunerados, o Governo Soviético não tinha desejo nem intenção de estabelecer monopólio ou suprimir as colônias de pesca marítimas e fluviais, meio de vida independente de algumas centenas de milhares de pescadores. Pelo contrário, têm sido sistematicamente estimulados estes "produtores-proprietários" que dão emprêgo a si mesmos em toda a extensão da costa, dos lagos e dos rios da URSS. O governo auxilia-os quanto ao equipamento e à colocação no mercado e finalmente os reuniu numa rede de *kolkhoses* auto-governadas. Resultou disso que, paralelamente ao rápido desenvolvimento da indústria estatal da pesca, a produção das colônias auto-governadas também aumenta de ano para ano, de modo que os pescadores independentes proclamam que recolheram em 1935, em conjunto, uns 60 % mais, por pêso, de que em 1921, com maior resultado financeiro *per capita*, sendo maiores a segurança e a amenidade do trabalho.

Não podemos reviver tôdas as fases dessa amistosa cooperação entre o Governo Soviético e os pescadores independentes. Nos primeiros anos depois da revolução, houve diversas tentativas, sem muito êxito, visando ao soerguimento da indústria.

Em 1921, teve início uma organização aparentemente espontânea dos pescadores costeiros em *artels* locais, ou comunas, que logo estabeleceram uniões distritais e provinciais para fins comuns, fundando em 1923 a União Cooperativa Industrial dos Pescadores de Toda a Rússia, com um centro em Moscou (*Vsekpromrybaksayus*). Ainda havia, porém, intercâmbio relativamente pequeno entre os pescadores das diferentes costas da URSS, permanecendo muitas aldeias de pescadores inatingidas pelo novo movimento de idéias. Em 1931, em parte por causa do desenvolvimento das novas instalações de pesca do Estado, as várias organizações de *kolkhoses* de pescadores foram reorganizadas segundo um plano comum e reunidas a algumas outras que nesse meio tempo se haviam filiado às associações de caçadores, num Congresso Geral de *Kolkhoses* de Pescadores (*Rybakolkhossoyus*). Desde então, quase todos os pescadores profissionais da URSS cujo número era de cerca de 300.000 (além dos assalariados do departamento de pescaria do Estado) reuniram-se a uma ou outra das 1.500 *kolkhoses* de pescadores que ora constituem a associação federal (*).

O traço característico desta federação parece ser a considerável autonomia mantida pelas diversas *kolkhoses* de pescadores, assim como a deliberada limitação das funções confiadas aos seus delegados, que pouco mais podem fazer do que vender no mercado, suprir equipamento a preços de atacado e proporcionar instruções e recomendações técnicas. As 1.500 *kolkhoses* elegem delegados, mais ou menos em proporção ao número de associados, que as representam na sessão anual do congresso da determinada união regional a que pertence cada uma delas.

(*) Os assalariados a serviço da frota de pesca do governo são membros do Sindicato dos Pescadores (que se dividia, em 1934, em três: A dos mares do norte, a do oriente e a do sul). Ainda existem pequenas quantidades de pescadores independentes no norte e no oriente da Sibéria, os quais se unem principalmente em *kolkhoses* que fazem parte da federação cooperativa "Integral", que descreveremos adiante. Acrescenta-se que algumas cooperativas de consumo mantêm pequenas atividades de pesca de água doce, para suas próprias necessidades, empregando trabalho assalariado.

Os 42 congressos de uniões regionais (12 das quais representam exclusivamente as *kolkhoses* de pesca lacustre e fluvial) mantêm o número menor possível de funcionários de secretaria e contabilidade. O Congresso Geral, composto de delegados dos 42 congressos regionais, reúne-se anualmente para eleger sua Junta Executiva de 35 membros e discutir o relatório anual. Essa Junta Executiva, que não é remunerada, só mui esporadicamente se reúne em Moscou, deixando o trabalho cotidiano ao *presidium* de cinco membros por ela nomeado. Esses cinco membros remunerados, que dedicam aos seus deveres todo o seu tempo, consideram-se não como chefes ou administradores de uma grande indústria, mas como simples organizadores e consultores técnicos, estando dois ou três deles sempre em visita às *kolkhoses* distantes.

Assim sendo, em que consiste o auxílio da organização cooperativa aos seus membros? Em 1932, os autores desta obra tiveram ensejo de ver, intimamente, nas praias do Mar de Azov, uma dessas *kolkhoses* de pescadores. O *krai* do norte do Cáucaso abrangia diversas uniões regionais de pescadores, às quais pertenciam então 77 *kolkhoses* (*), com uns 18.000 membros, todos trabalhando no Mar de Azov ou nas praias vizinhas do Mar Negro. A organização federal provê às *kolkhoses* de pescadores equipamento, recomendações e instruções. Fornecia aos seus membros excelentes botas altas, rêdes e outros apetrechos, a preços de atacado. Proporcionava recomendações quanto aos métodos de pesca, informações sobre o tempo e outros fatores, e instruções sobre contabilidade. Como *kolkhos*, composta de 100 a 300 pescadores, possuía coletivamente as embarcações, as rêdes e outros apetrechos, incluindo-se algumas vezes uma junta de bois para puxar para terra as rêdes muito cheias. O trabalho era feito em brigadas de várias dúzias de homens e rapazes, que

(*) Em 1932, somente uma dessas *kolkhoses*, a de Anaba, era uma comuna completamente coletivizada. Algumas das *kolkhoses* de pescadores mantêm suas próprias empresas subsidiárias por meio de trabalho assalariado, como para tecer e consertar rêdes e até cultivar produtos alimentícios para as famílias de seus membros!

se uniam nas operações sob a direção de um orientador de sua própria escolha. Cada pescaria, representando o trabalho de uma ou duas horas, era imediatamente descarregada no cais pertencente ao truste estatal da pesca ou a outro comprador, onde o peixe era imediatamente limpo, salgado ou congelado, acondicionado e expedido. A administração era feita exclusivamente pela reunião de seus próprios membros, que elegia um presidente além dos delegados ao congresso regional (*).

A organização financeira era característica. Em 1932, cada *kolkhos* fazia seu próprio contrato para a venda de determinada proporção de seu pescado durante os três meses seguintes. A *kolkhos* podia vender como entendesse qualquer excesso da quantidade contratada. Naquela época, os contratos eram feitos simultaneamente em todo o distrito, numa reunião de representantes das *kolkhoses*, como vendedores, e do truste estatal da pesca, com algumas fábricas e cooperativas de consumo, como compradores. Informaram-nos que era comum elevar-se voluntariamente o preço por pêso do pescado nas estações em que a pesca é normalmente menos abundante. A *kolkhos* não pagava contribuições para as despesas da organização regional nem da repartição central nacional. O comprador era que pagava à organização regional uma contribuição fixa para tal fim (que em 1932 era de 7 1/2 % sobre o preço pago). Nestas condições, a *kolkhos* tinha liberdade de dispôr de todo o valor do contrato, como bem entendessem seus membros. O que se fazia geralmente

(*) Na Republica autonoma da Criméia existiam em 1932 13 *kolkhoses* de pesca, ao longo da costa entre Eupatoria e o Mar de Azov, com 4.500 membros, fornecendo aos habitantes da região esturjões, rodoválhos, mugens, enguias e sardinhas. "Não trabalhamos mais para patrões", disse o velho chefe, de 73 anos de idade; "nossas embarcações, nossas rêdes, nosso peixe, tudo é nosso. Discutimos nossas deficiências em reuniões de produção... Os nossos resultados deste ano decorrem de nossa propria culpa. Os jovens de nossa coletiva têm que aprender a pescar. Eu digo-lhe e repito que para o pescador não existe sorte. E' só saber fazer a coisa. E serviremos melhor à revolução quando soubermos fornecer as toneladas de peixe de que o país precisa." (Artigo sobre *Udarniks do Mar*, de Ed. Falkowki, no *Moscow Daily News*, de 15-10-1932).

era destinar 35 % da renda de cada pescaria a um fundo para renovação ou aumento do capital (incluindo amortização de algum empréstimo), e os 65 % restantes aos membros da brigada que houvesse realizado a pescaria. Essa importância global era partilhada de acordo com uma tabela fixa, entre cinco categorias de homens e rapazes, contando-se uma unidade para o aprendiz mais bisonho; cada categoria superior recebia $1/5$ acima da categoria imediatamente abaixo, contando-se, portanto, como duas unidades a mais alta. Da comissão de $7\frac{1}{2}$ % sobre o preço, pagável pelo comprador diretamente ao secretário do conselho regional, ficavam 4 % para as despesas do conselho; 2 % eram para o conselho local, sendo os restantes $1\frac{1}{2}$ % remetidos ao centro, em Moscou (*).

Remodelada a Federação em 1932, foram de tal ordem as modificações introduzidas nas disposições para a venda no mercado que deram ao governo a vantagem de um acordo sistematizado em todo o país. Presentemente, o governo faz todos os anos um acordo simples, para comprar de cada *kolkhose* associada uma determinada quota uniforme do produto total da pesca, quota essa convencionada por negociações entre o Comissariado dos Abastecimentos e o *presidium* da Federação Geral e que faz parte de um contrato geral ratificado pela Junta Executiva, especificando não só a quantidade como também o preço, as datas de entrega e o método de pagamento. Além disso, cada *kolkhes* negocia condições suplementares a respeito de pormenores, junto às fábricas estatais que devem receber o produto de cada pescaria.

O preço pago pelo governo, que, segundo se diz, é virtualmente fixado pela junta de pescadores, composta de 35 membros, quase sem interferência governamental, é mais ou menos de 20 % abaixo do que poderiam as *kolkhoses* obter se vendessem

(*) Desde então, foram modificadas essas combinações financeiras. O governo ou outro comprador paga somente o preço convencionado. Cobrem-se as despesas da organização por meio de taxas sobre as *kolkhoses*, geralmente não superiores a 3 ou 4% do produto das vendas.

sua produção a retalho no mercado livre. As *kolkhoses*, porém, pela quota governamental, têm a vantagem do preço fixo durante o ano todo, sem o incômodo de obter transporte, nem o risco das perdas, nem a despesa da venda a retalho, e, além disso, a regalia da obtenção de produtos das fábricas estatais de apetrechos, etc., a preços de atacado (*). Se a Junta Executiva não pode concordar com o governo quanto ao preço, este é estabelecido por arbitramento. Todo o pescado excedente da quota tem o destino que a *kolkhos* bem entender. Os suprimentos de peixe fresco são avidamente procurados por compradores independentes como as sociedades cooperativas de consumo e os departamentos de "auto-abastecimento" de fábricas, minas e estradas de ferro, e o pescado fresco acha pronta venda em qualquer mercado livre acessível. A esses compradores, as *kolkhoses*, geralmente cobram preço mais elevado do que o da quota governamental, para compensar o trabalho e os riscos inerentes a tais vendas em separado. Desde 1932, as *kolkhoses* associadas deixaram ao governo todos os métodos de preparo do peixe, pela refrigeração ou outros meios de conservá-lo, pelo preparo do caviar ou pelo enlatamento, pois tudo isso pode ser mais economicamente executado em grande escala.

A única taxa lançada pelo governo sobre os pescadores é de 3 % sobre o valor global de todo o peixe apanhado durante o ano, em retribuição pelo uso das águas públicas e pelo peixe delas retirado. As *kolkhoses* cooperam de boa vontade com o Co-

(*) Acreditamos que nem sempre a Junta Executiva tem facilidade em convencer as *kolkhoses* isoladamente de que o preço pedido pela cota governamental é tão elevado quanto se poderia razoavelmente pedir a um comprador tão grande. Nem sempre se recorda que o governo provê os motores e pertences dos barcos, botas altas e roupas especiais, além de muitos produtos alimentícios, tudo a preços especialmente reduzidos. Algumas vezes, determinada *kolkhos* é excepcionalmente bem sucedida na venda a outros compradores e reluta em tomar em apreço as frequentes perdas pela falta de transporte imediato, etc. Quando a pesca é excepcionalmente reduzida, dirigem-se apelos ao governo para que aumente um pouco o preço convencionado, o que, segundo nos informaram, é conseguido com frequência.

missariado dos Abastecimentos nas medidas para a proteção das zonas piscosas contra a exaustão, e atualmente devolvem às águas uns 15.000.000.000 de peixinhos por ano.

As 1.500 *kolkhoses* de pescadores possuem mais de 65.000 barcos de pesca, na maior parte construídos pelos próprios membros; uns 5.000 são equipados com motores de explosão, fornecidos pelo governo com pagamento facilitado. Agora, os homens estão procurando motores mais possantes, até de 150 HP, que lhes permitam pescar a maiores distâncias da praia. Enquanto isso, têm a assistência de estações de barcos de pesca, mantidas pelo governo em cerca de 30 zonas de pescaria, para serviço mediante pagamento, prestado a qualquer brigada ou *kolkhos* que deles necessitar.

Disseram-nos que os ganhos dos membros das *kolkhoses* se estão elevando constantemente. Em muitos distritos, variam entre 2.000 e 2.500 rublos anualmente por pescador médio; em outras zonas, porém, não se elevam a tanto. Registram-se consideráveis progressos "culturais". Em alguns distritos, centenas de mulheres tomam parte no trabalho e tornam-se membros das *kolkhoses*. Há clubes flutuantes, mantidos por algumas das *kolkhoses*, com bibliotecas e instrumentos musicais. Existem crèches para as crianças. Quase todos os membros se filiam às sociedades cooperativas locais, cuja recente e crescente procura de livros, gramofones, receptores de rádio e bicicletas indica margem crescente de ganhos não imaginados anteriormente.

Cooperativas integrais

Esta modalidade de associação, única na forma constitucional e na sua peculiar combinação de funções, só foi estabelecida em julho de 1934, como resultado de uma década de experiências com organizações de outros tipos (*).

(*) Não existem muitos trabalhos publicados sobre a Cooperação Integral (nem mesmo em russo, ao que sabemos). As informações que obtivemos são principalmente à custa de indagações pessoais. Num volume em russo, intitulado *The Far North, a Col-*

Atribuímos sua origem à hierarquia de associações locais estabelecidas em 1924, para o grande número de caçadores e apanhadores de animais vivos, ou por iniciativa própria da classe. Os quadros sociais incluíam caçadores de diferentes tipos, a saber: a) caçadores e apanhadores "profissionais", que viviam inteiramente dessas atividades e constituíam apenas 15 % dos quadros; b) semi-profissionais, que perfaziam mais 50 % e exerciam a atividade como ganho auxiliar, combinando-a com outra ocupação; finalmente, c) os "amadores", cerca de 1/3 do total, que caçavam apenas por divertimento. As associações locais e suas unidades regionais dispuseram-se a prestar os serviços necessários a cada classe. Em certos distritos, exerciam alguma vigilância sobre as florestas e a fauna. Forneciam aos caçadores os apetrechos de seu mister, a preços pouco superiores aos de atacado. Armazenavam e vendiam o produto da caça, se se desejasse. Mas, em alguns casos, as associações de caçadores de algumas regiões da URSS faziam mais que isso. Nas regiões escassamente habitadas do norte (como, p. ex., Tobolsk, Tomsk-Narym, Kirensk, Turukhansk e Priangarsk), onde havia poucas outras instituições, as referidas associações acumulavam as características de outras espécies de cooperativas. Desenvolviam a pesca; incentivavam a criação da rena; estabeleciam fábricas de conservas de carne e de peixe; abasteciam as aldeias de todo o necessário e colocavam no mercado sua produção disponível. Praticamente, toda a população adulta daquelas regiões pertencia às associações de caçadores, às quais forneciam várias centenas de milhares de membros. As sociedades cooperativas de caçadores de outras regiões da URSS eram mais ou menos 1.000, com uns 600.000 filiados, organizados nuns 6.000 grupos; cada sociedade era dirigida por seus membros em reunião geral, na qual era eleito o presidente, e às vezes um pequeno *presidium*. As sociedades eram agrupadas em 35 federações regionais, havendo conselhos de delegados das sociedades de cada região.

lection of Materials (Moscou, 1934, 176 pp.), que é a reimpressão de um suplemento especial do jornal *The Soviet North*, existem (na pág. 106, etc.) detalhes e estatísticas sobre a Cooperação Integral.

Essas federações regionais enviavam delegados a congressos esporádicos dos caçadores de toda a URSS, e mantinham uma ativa repartição central em Moscou.

Essa vasta organização cooperativa, entretanto, demonstrou falta de estabilidade. Tanto os seus componentes como as suas funções eram demasiadamente heterogêneas para uma unidade permanente numa enorme extensão geográfica tal como a URSS. A divergência de interesses entre os caçadores e apanhadores profissionais, de um lado, e, do outro, os amadores desportistas e os camponeses que caçavam uma vez por outra, motivou conflitos perpétuos. Em 17 de agosto de 1933, por decreto do TSIK e do *Soznarkom* da URSS, as sociedades "integrais" do Extremo Norte, consistindo principalmente de "minorias nacionais", foram estabelecidas como sistema independente, segundo o princípio da *kolkhos*. Por fim, a Federação Geral dos Caçadores foi dissolvida, estabelecendo-se em 25 de julho de 1934 um novo órgão federal, mais limitado, abrangendo apenas o norte e o extremo oriente da Sibéria, porém conservando uma repartição central em Moscou. Essa modificação foi feita por um congresso de delegados das sociedades cooperativas locais daquelas regiões.

No que se referia à caça, o novo órgão foi desde o início dominado por aqueles que faziam dela constante meio de vida, no qual empregavam pelo menos metade do tempo; ora, na maior parte, esses caçadores estão atualmente concentrados no norte e no oriente da Sibéria. Os amadores de toda a URSS suprem agora suas necessidades e têm seus interesses cuidados por meio das organizações voluntárias que tratam dos desportos de toda espécie. Os camponeses que caçam esporadicamente, como ganho auxiliar, são principalmente membros de fazendas coletivas, e vendem as peles dos animais diretamente aos agentes mais próximos do Commissariado do Comércio Exterior, ou ao Truste das Peles, do referido Commissariado.

A nova federação, porém, conserva filiada a massa principal das sociedades cooperativas "mixtas" da área geográfica por ela dominada, quer essas sociedades reúnam as atividades de produção e distribuição, quer tenham a forma de *kolkhosos* especializadas na agricultura, na pesca ou na criação da rena,

Estamos informados de que nesta região, habitada principalmente por diferentes tribus de ascendência não-russa, o povo está numa fase de desenvolvimento primitiva demais para lhe permitir filiar-se a diversos órgãos cooperativos ou outros, com finalidades separadas e distintas. Quaisquer sociedades cooperativas que se estabeleçam assumem quase invariavelmente a modalidade "mixta", ou "integral", que lhes permite incluir, numa mesma sociedade, a caça, a pesca, a agricultura, a pecuária, a venda da produção de qualquer espécie e a distribuição a retalho de todas as utilidades que seus membros desejem. Um curioso exemplo do sentimento favorável à multiformidade é que a enorme extensão geográfica em que predomina essa forma de cooperação (*) é deixada entregue às sociedades que a preferem. Igualmente, é uma demonstração da política de "autonomia cultural" o fato de nenhuma tentativa ser feita pelo governo da URSS para impor àquelas "minorias nacionais" o que em outras partes da URSS demonstrou ser uma forma superior de organização (**). Nem o *Centrosoyus*, que representa as sociedades cooperativas de consumidores, nem o *Vsekorybaksyus*, representando as *kolkhoses* de pesca, procura estender-se àquela região, nem se esforça por angariar filiados nela. O Commissariado das Indústrias da Madeira da URSS e o Departamento da Pesca do Commissariado dos Abastecimentos da URSS penetram naquele território sem competir com as sociedades "integrais", que veem pelas diretamente ao Traste das Peles do Commissariado do

(*) Descreve-se a área das atividades das Cooperativas Integrais com a seguinte composição: O *krai* setentrional, o *okrug* de Ostyak; *okrug* de Vogulsk; *krai* de Naryn; *krai* da Sibéria Oriental, Buriat Mongolia e *krai* do Extremo Oriente. Informa-se que cerca de metade dos associados, tanto das *kolkhoses* como das primitivas sociedades cooperativas de produção — perto de 300.000 adultos — é de "minorias nacionais" (*The Far North* — em russo — Moscou, 1934, p. 106 e segs.).

(**) Assim é que não se faz pressão sobre as *kolkhoses* do extremo norte para que assumam a forma em que todos os terrenos sejam reunidos num campo indiviso. Deixa-se que elas permaneçam na fase em que cada membro possui seus próprios instrumentos de produção e combina o trabalho apenas para determinadas operações agrícolas ou durante as estações de caça ou pesca.

Comércio Exterior da URSS e o pescado ao Commissariado de Abastecimentos Locais da RSFSR ou a quaisquer outros compradores que possam arranjar. O Commissariado do Comércio Local da RSFSR mantém na área, principalmente nos centros de mais considerável população, seus próprios depósitos para comércio (*Gostorgor'lya*), ao passo que o Commissariado do Comércio Exterior da URSS, pelo seu Truste das Peles, e o Commissariado dos Abastecimentos da URSS, por meio de órgãos como o Soyus Pushnina, Rybtrest, etc., contrata com tôdas ou quase tôdas as sociedades locais de produção a compra de uma quota especificada de seus produtos, a preços convencionados (*).

Em 1934, a Associação de Cooperativas Integrais incluía 869 sociedades denominadas simplesmente "integrais"; 610 sociedades de consumidores, na maior parte mais ou menos "mixtas" quanto às funções; 243 associações cooperativas de produção, muitas das quais também negociam em utilidades para consumo de seus membros, e mais 700 *kolkhoses*, principalmente de agricultura ou criação de renas, porém incluindo algumas de pesca. Essas sociedades separadas são tôdas governadas por meio de reuniões periódicas de seus membros, que elegem um presidente ou gerente e um pequeno *presidium*. Perto de 1.000 dentre elas, que negociam a retalho em utilidades domésticas, têm distritos comerciais designados, cuja grandeza varia de cerca de 3.000 quilômetros quadrados (*okrug* de Nenetsky) a perto de 23.700 km² (*okrug* de Chukotsky). Tôdas essas sociedades, porém, incluindo-se as *kolkhoses*, são enfileiradas em 263 uniões regionais de *rayons* (distritos), *okrugs*, *oblasts* (províncias) ou *krais*, havendo 239 de *rayons*, 21 de *okrug* e 3 de *oblast* e *krai*. Presumivelmente, são essas 263 uniões locais que elegem delegados ao Congresso de Sociedades Cooperativas Integrais, que pode ser convocado periodicamente.

(*) Em 1934, o Plano fixou para o pescado a quantidade de 698.000 quintais, e para as peles, etc., o valor de 9.929.000 rublos (*The Far North* — em russo — p. 106); *Acordo Modelo* (em russo) para o fornecimento e entrega de peles e couros, Moscou, Koiz, 1934.

A estrutura orgânica do extremo norte da Sibéria está claramente em estado incipiente; parece-nos, entretanto, que não perdurará muito sem modificações sensíveis, sobre cuja natureza não fazemos prognósticos.

Inválidos de Guerra

Os sete anos de guerra, de 1914 a 1920, deixaram na URSS incalculável número de homens parcialmente inválidos, cuja existência impunha ao Governo Soviético um problema que, pelo vulto e pelas dificuldades, era maior de que o de qualquer dos outros beligerantes. A URSS enfrentou-o diferentemente dos demais países. A ausência de quaisquer "direitos adquiridos" de empregadores empenhados na caça ao lucro, assim como de quaisquer objeções por parte do sindicalismo soviético, possibilitou ao Governo dos Soviets fazer trabalhar os homens parcialmente incapazes, por conta deles mesmos, em qualquer empresa produtiva dentro de sua capacidade. A forma geralmente adotada foi a do *artel*. Os "inválidos de guerra" capazes de algum trabalho produtivo foram convidados a formar uma ampla associação federal de produtores-proprietários, de mui pronunciado autogoverno, a qual tinha, em 1927, 2.861 pequenas sociedades locais, com mais de 38.000 associados trabalhando.

A associação tem sido liberalmente auxiliada com recursos governamentais, de modo a poder iniciar grande número de indústrias para seus membros, geralmente em pequena escala, porém que permitem aos inválidos ganharem parte da importância destinada à sua manutenção, sendo o *deficit* coberto por meio de recursos públicos. As empresas separadas, cujo número era superior a 7.000 em 1927, são das mais variadas espécies. Existem pequenos moinhos de trigo, fábricas de óleos, destilarias e queijarias, assim como hortas e pomares, produzindo para os mercados locais. Há padarias e confeitarias; sapatarias, alfaiatarias e marcenarias. Alguns encarregam-se de avicultura e apicultura; outros tomam conta das numerosas bancas de livros e jornais, à base de comissão sobre as vendas, ou dirigem carroças e auto-caminhões, executando numerosas tarefas de trans-

porte. Em 1925/26, a renda bruta da associação foi de 264 milhões de rublos, dos quais pouco mais de 1/3 era produto líquido do trabalho dos próprios membros, sendo o restante completado pelo Governo.

Oportunamente, à medida que diminuía gradualmente o número de inválidos de guerra capazes de trabalhar, utilizou-se a mesma organização para os "inválidos da indústria", homens ou mulheres parcialmente incapacitados por acidentes ou moléstias profissionais contraídas nas fábricas ou nas minas. Atualmente, êsses inválidos da indústria ultrapassam em número os de guerra ainda em atividade. De um total de cerca de 100.000 membros da federação trabalhando sob uma outra modalidade, cerca de 70.000 são membros de *artels* de fabricação, enquanto os demais estão em *artels* de prestação de serviços, fornecendo parte do pessoal dos hotéis, teatros, cinemas, grandes estabelecimentos varejistas e outros departamentos governamentais, clubes, hospitais e institutos educacionais. Todos os homens parcialmente incapacitados são estimulados a que ingressem em algum *artel*, continuando a efetuar o trabalho que puderem, pois para êles isso é muito melhor de que vegetarem na ociosidade sustentada por uma aposentadoria insuficiente. Frequentemente, êsses trabalhadores são treinados sem despesas, em instituições técnicas especiais para os inválidos. Em numerosos casos, possuem seus próprios clubes de recreio, assim como sanatórios e colônias de férias na Criméia ou em outros lugares. No interior, há escolas de verão especialmente para os filhos dos inválidos. Alguns dos *artels* de semi-inválidos tornaram-se completamente autônomos quanto à economia, e em situação de conceder aos seus membros uma pequena bonificação além da remuneração esti-

(*) As pensões aos inválidos de guerra e as das viúvas e dos filhos dos mortos na guerra, assim como as concessões aos cegos, surdos, mudos, mutilados, etc., são concedidas e pagas pelos Commissariados de Assistência Social das diversas Republicas. As provenientes de moléstias profissionais e acidentes no trabalho, como as decorrentes da velhice depois de longo serviço, são pagáveis com recursos dos fundos de seguro social, atualmente administrados pela organização sindical.

pulada. Seus filiados podem trabalhar neles recebendo ao mesmo tempo as pensões que lhes foram concedidas em atenção a se terem invalidado na guerra, as provenientes das moléstias contraídas na indústria ou nos acidentes do trabalho, ou ainda as concedidas por velhice depois de longos anos de trabalho. Argumenta-se que o acréscimo por eles trazido ao abastecimento agregado de utilidades e a prestação de serviços é evidentemente um lucro nacional, ao passo que os próprios aposentados se beneficiam física e mentalmente por continuarem a exercer a atividade compatível com as suas forças. Alega-se que essa dupla vantagem é mais de que compensadora do encargo sobre o erário nacional motivado pela possível superposição de aposentadorias e subsídios. Na URSS, segundo parece, não se vê razão para negar a trabalhador algum o salário que ele ganhar, simplesmente por gozar ele uma aposentadoria concedida por serviços anteriores, como também não é impedimento o fato de possuir o aposentado um saldo credor na Caixa Econômica.

d) ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ARTÍSTICOS E INTELECTUAIS

Trabalhadores artísticos e intelectuais

É difícil calcular-se o número das várias associações de produtores-proprietários, das quais há possivelmente muitas centenas na vasta extensão da URSS. Por mais incrível que pareça aos que acreditam estar a URSS gemendo sob uma tirania que tudo invade, esses órgãos formam-se, dissolvem-se e reformam-se à vontade de seus membros, com formalidades legais ou oficiais reduzidas ao mínimo. Igualmente difícil é descobrir-se quais delas permanecem fora da federação de *incops* de que já tratamos. Deste modo, para citarmos apenas alguns exemplos, os artistas (principalmente pintores, escultores e arquitetos) possuíam, em 131, uma associação de uns 1.500 membros, chamada *Khudozhnik* (O Artista). Essa sociedade provê aos seus membros determinada acomodação em estúdios coletivos, tem a seu serviço uma pequena porém eficiente fábrica de tintas, organiza

exposições para a venda de seus trabalhos e até lhes abre crédito quando eles se acham, anormalmente, sem recursos! Os fotógrafos, cuja arte é altamente desenvolvida na URSS, têm seu próprio *artel* em bases semelhantes. Os que se dedicam à parte artística do equipamento teatral possuem outro. Um grupo especial de produtores de trabalhos artísticos de madeira e laca, concentrado principalmente na pequena cidade de Palekh, onde viveram durante gerações esculpindo e pintando ídolos religiosos, reorganizou sua indústria numa sociedade cooperativa, para a produção de artigos atualmente mais procurados, como caixas de madeira, bandejas e medalhões, lindamente pintadas e laqueadas, sem finalidades religiosas.

Parece-nos que os autores literários têm tido, uma vez por outra, toda uma série de sociedades cooperativas de publicidade, de uma ou outra modalidade, além de suas associações profissionais de escritores e jornalistas. Há em Leningrado uma sociedade de cientistas, que publica trabalhos sobre ciências físicas e biológicas, não em rivalidade com a gigantesca empresa estatal de publicidade da RSFSR, porém como suplemento ao trabalho desta. Existem numa ou mais de uma das Repúblicas federadas sociedades de publicidade, do mesmo caráter da de Leningrado, expondo ao público trabalhos nas línguas respectivas. Empresa separada, existente em Moscou, é a da Sociedade Cooperativa dos Trabalhadores Estrangeiros da URSS, para instrução aos residentes ingleses, americanos e alemães, publicando uma série de livros e panfletos nos idiomas respectivos, cuja maioria descreve aspectos particulares da indústria, da agricultura e das instituições sociais dos Soviets (*).

(*) A publicidade é atividade auxiliar de muitas das outras organizações que descrevemos em outras secções, desde os sindicatos às universidades das varias espécies de sociedades cooperativas à multidão de associações espontaneas com sua extraordinaria diversidade de objetivos e finalidades, sem exceptuarmos o Exército Vermelho e o proprio Partido Comunista. Algumas possuem tipografias proprias. Têm sempre que obter o papel por intermedio dos comissarios do povo encarregados das fabricas estatais e de todas as importações do referido produto. Todas elas estão sujei-

O Mundo Trabalhista na URSS

Segundo pensamos, é de multiformidade a impressão dominante causada pelo estudo da organização do homem como produtor. Dificilmente poderia existir divergência mais ampla de estrutura constitucional do que entre os 154 sindicatos, altamente centralizados (com 18.000.000 de membros, em números redondos) e as 20.000 sociedades cooperativas frouxamente federadas, de produtores-proprietários da indústria (3.000.000 de membros); ou entre qualquer dos dois grupos e as 240.000 *kolkhoses* (30.000.000 de membros), de um lado, e as 1.500 *kolkhoses* de pescadores (300.000 membros), do outro. Para tornar ainda maior a multiformidade, temos mais que considerar a estranha criação de cooperativas "integrais" (300.000 membros), cuja principal peculiaridade parece ser a de amontoar muitas das características que diferenciam umas das outras as demais organizações. Isso sem mencionarmos também a excepcional variedade proporcionada pela federação de homens e mulheres parcialmente inválidos, que trabalham em tôdas as ocupações concebíveis, encontrando base para suas associações no aspecto comum da incapacidade física segundo a espécie.

Note-se que êsses cinquenta e poucos milhões de homens e mulheres que trabalham na produção de utilidades e na prestação de serviços são de atividades ou categorias diversas. Alguns podem ser classificados como trabalhadores intelectuais, outros como trabalhadores manuais. Varia consideravelmente a sua remuneração pessoal, e com ela seu padrão de vida; conquanto o nível dêste se esteja indubitavelmente elevando de modo geral não existe sinal visível de identidade ou da igualdade estigmatizadas como ponto morto. Mas, no meio de tôda a multiformidade da estrutura constitucional e de tôda a heterogeneidade de trabalho e de categorias, de salários e de padrões de vida, há um traço constante e onipresente em tôdas as organizações

tas à censura geral, como o estão as próprias casas de publicidade do Governo. Além disso, todas trabalham em amistosa cooperação com a *Ogiz* (a principal casa estatal de publicidade, em Moscou) e com as congêneres desta nas diversas Republicas federadas e autonomas.

“produtivas”. Não existe distinção quanto à riqueza, à classe social ou à posição na hierarquia. Em toda e qualquer empresa, grande ou pequena, urbana ou rural, os diretores e gerentes, os técnicos e especialistas, os guarda-livros e os porteiros, os mecânicos peritos e os trabalhadores comuns são membros de uma mesma organização, quer seja ela um sindicato, uma sociedade cooperativa industrial, fazenda coletiva, organização coletiva de pesca, cooperativa integral ou sociedade de inválidos de guerra. A base de seu agrupamento é o seu interesse comum na empresa na qual se sentem associados, e, semelhantemente, o interesse comum pelas demais empresas empenhadas no mesmo ramo de produção em toda a URSS. O interesse comum entre todas as categorias não existe apenas quanto ao trabalho cotidiano e o pagamento mensal, mas também quanto às demais condições de vida. As horas de trabalho; a segurança e a amenidade do local de trabalho; a provisão de serviços médicos e tratamento hospitalar; o seguro social em todas as suas modalidades; o fornecimento adequado e a conveniente manutenção das habitações; as providências quanto ao cuidado e à educação das crianças; os meios de recreio, as férias, os clubes e colônias de repouso, a música, o teatro e um infindável número de outros assuntos constituem objeto do interesse de trabalhadores de toda espécie.

Que aconteceu ao “contrôle pelos trabalhadores” (*) em todo esse desenvolvimento de organização coletiva, quase todo novo ou refeito depois da Revolução? Como se verá, menos da metade do conjunto dos “produtores” da URSS trabalha sob contrato de serviços (ou sejam os 18.000.000 de membros dos sindicatos, juntamente com os 4.000.000 de trabalhadores que, por um ou outro motivo, ainda não são sindicalizados). Muito mais numerosas são as diversas espécies de produtores-proprietários para os quais é imprópria a modalidade sindical. Esses

(*) Em capítulo subsequente, sobre *A Liquidação do Latifundiário e do Capitalista*, descreveremos como, logo após a revolução de outubro de 1917, a maior parte das fábricas de Petrogrado ficou sob a direção de comitês de trabalhadores, e como, em muito pouco tempo, se verificou não ser satisfatória essa forma de organização.

produtores-proprietários, quer sejam de *artels* industriais (3.000.000), de fazendas coletivas (30.000.000) ou de associações de pescadores (300.000), são os mesmos proprietários das utilidades que produzem, de cuja venda obtêm sua remuneração, depois de pagas as despesas e as taxas governamentais. Eles próprios dirigem, por meio de suas reuniões de membros, o trabalho individual e combinado, assim como as condições sob as quais trabalham e a rapidez e regularidade de seus esforços. Entretanto, não têm monopólio algum. Eles próprios têm que decidir, em reunião geral e em constante competição com outras formas de produção e outras espécies de utilidades, como satisfarão as exigências dos consumidores de seus produtos e dos utilizadores dos serviços que estão preparalos para prestar. A sua sujeição é perante os consumidores a quem diretamente servem.

Naturalmente, existe ainda a alternativa do trabalho assalariado, em produção independente, por parte de homens e mulheres individualmente, ou em grupos de família. Em geral, não se compreende que, em 1935, esta modalidade ainda proporcionava alguma espécie de sustento a cerca de 15.000.000 de adultos de ambos os sexos na URSS. Nas cidades, existem inumeráveis costureiras e lavadeiras; cocheiros de *droschkys* (*) e engraxates; trabalhadores avulsos de toda espécie; jornalistas "franco-atiradores" e literatos; artistas não assalariados e cientistas. Nas vastas zonas rurais entre o Báltico e o Pacífico, os camponeses independentes ainda constituem uns 6.000.000 de lares, abrangendo talvez uns 12.000.000 de adultos, isso sem tarmos dos pescadores independentes, dos caçadores, dos que se dedicam à prospecção de minérios e de muitos outros, além dos nômades que vão de uma pastagem para outra. Aquêles que julgam que o trabalho mediante contrato de serviços constitui necessariamente uma "escravidão assalariada" podem talvez imaginar que êsses 15.000.000 de produtores completamente independentes gozam de completo contróle sobre sua vida trabalhista no regime do Comunismo Soviético! Entretanto, por mais

(*) *Droschky* — pequena carruagem baixa, de quatro rodas, usada na Russia (N. do T.).

atraente que tal contrôle seja para certas naturezas e em determinados períodos de suas vidas, e por mais remuneradora que em alguns casos excepcionais possa ser essa produção independente, a experiência comum da humanidade demonstra que não é na existência isolada que se encontra a mais ampla liberdade! O trabalho combinado com o de outros quase sempre resulta em maior produção, e, portanto, permite mais larga margem de oportunidade de que o esforço isolado. A questão é saber-se qual a forma de trabalho associado que proporciona ao trabalhador o maior contrôle sobre sua vida de trabalho.

Parece-nos claro que, nos grandes estabelecimentos industriais, que caracterizaram durante um século a indústria russa, os 18.000.000 de sindicalizados, conquanto não estejam de fato encarregados da administração de suas várias indústrias, controlam, em mui grande proporção, as suas condições de emprego, por suas constantes consultas com a gerência e com todos os órgãos do governo, determinando assim as horas de trabalho, a execução da disciplina fabril, a segurança e amenidade de seus locais de trabalho e a partilha da proporção do produto que, segundo acôrdo, deva ser adjudicada à remuneração pessoal. De modo semelhante, os sindicatos não somente controlam como também verdadeiramente administram, por seus próprios comités, a parte da produção que se concordou em atribuir aos seguros sociais de toda espécie, à educação, à assistência médica, às férias e à recreação organizada em todas as suas modalidades. Esse "contrôle pelos trabalhadores", entretanto, não é exercido individualmente por qualquer trabalhador, mas, em conjunto, pelos comités de trabalhadores; em muitos casos, não só num estabelecimento isolado, porém em cada indústria em conjunto, podendo abranger toda a massa de produtores da URSS nos casos em que isso parecer mais conveniente. É imensuravelmente grande a influência exercida sobre cada órgão do governo pelos 18.000.000 de sindicalistas. É isso, na verdade, que se proclama ser a Ditadura do Proletariado (*)!

(*) No Capítulo VI da I Parte, intitulado *Ditadura ou Democracia?* examinamos até que ponto é verdadeira essa denominação, e a que outras influencias está ela sujeita.

Comparada à proporção de controle exercida pelos sindicalizados, torna-se ao mesmo tempo muito menor e muito maior a que exercem os produtores-proprietários de várias espécies. É muito menor quanto ao alcance e à área que abrange. É muito maior sobre determinada fazenda ou colônia de pesca, fábrica ou oficina, em que trabalham os produtores-proprietários associados. Não são os 30.000.000 de homens e mulheres das *kolkhoses*, nem os 3.000.000 de membros das *incops*, nem ainda os 300.000 pescadores associados, que dominam os conselhos do *Sovnarkom* da URSS ou o Comité Central do Partido Comunista, nem que pesam na Comissão do Plano Estatal; tem muito mais importância o número inferior de sindicalizados, sejam eles trabalhadores de fábricas, mineiros, ferroviários ou trabalhadores das *sovkhoses*. Mas a superioridade de controle de que goza em área mais ampla o trabalhador da grande indústria traz consigo menor proporção de controle sobre cada oficina isoladamente. O trabalhador que é, de fato, sócio de seus companheiros na propriedade e na administração da pequena empresa sente que funciona como sociedade cooperativa industrial que goza de mais liberdade para ceder aos próprios caprichos do que o trabalhador que tem de obedecer ao apito ou à sineta da fábrica. Na União Soviética, o trabalhador tem efetiva liberdade de escolher a forma de trabalho associado de sua preferência.

De nosso exame do Mundo Trabalhista na URSS, nada se salienta mais claramente do que a inverdade da suposição de que o Comunismo Soviético implica na propriedade universal dos instrumentos da produção por parte do Estado, ou a existência de um só possível empregador do trabalho, ou, ainda, de um único método de se ganhar a subsistência.

FIM DO 1.º VOLUME



INDICE

PARTE I — A CONSTITUIÇÃO

Prefacio	13
----------------	----

CAPITULO I — A Constituição como um todo

A Constituição da União Soviética difere	23
--	----

CAPITULO II — O homem como cidadão

Origem do sistema soviético	33
A base da pirâmide	40
As categorias de "privados"	41
Assembléias de vila	47
Debates políticos	49
Ação administrativa do <i>selosoviet</i> (soviét de aldeia)	54
Salvaguardas administrativas	57
A vila e seu Poder Executivo	58
O Soviet urbano	63
O processo de eleição	64
Como se realiza a eleição	68
Sugestões dos eleitores	71
Uma eleição em Moscou	74
A organização do Soviet urbano	82
Moscou	84
Leningrado	86
A cidade e seus <i>rayons</i>	90
Os <i>subbotniki</i> nas cidades	91
Eleições indiretas	92
Como foi construída a pirâmide	96
O <i>rayon</i> e a <i>oblast</i>	98
O <i>rayon</i>	99
A <i>oblast</i>	104
As sete Republicas Federadas	108
A R.S.F.S.R.	108
A Republica da Ucrânia	111
As Republicas da Rússia Branca e da Transcaucasia	115

Como se formou a União Soviética	116
A União Federal	120
O Congresso dos Soviets da URSS	121
Projeto de Reforma Eleitoral	124
Os Órgãos do Congresso	126
O Comité Executivo Central (TSIK)	128
O Presidium do TSIK	131
A Maquinaria Federal	132
O Conselho dos Commissários do Povo (<i>Sovnarkom</i>)	138
O Conselho do Trabalho e da Defesa	148
Os Commissariados	150
Os Commissariados encarregados da Produção e do Comércio ...	151
A Comissão do Plano Estatal (<i>Gosplan</i>)	153
O Commissariado do Povo para as Finanças	156
Bancos e Caixas Economicas	164
Seguros	165
O Commissariado da Defesa	169
O Exercito como Escola	170
O Commissariado das Relações Exteriores	175
O Commissariado dos Negócios Interiores	177
A OGPU	178
A Suprema Corte da URSS	179
O Procurador	183
O Colegio de Advogados	186
O problema das minorias raciaes	188
Autonomia cultural	190
O advento do Federalismo	195
A Republica Tartara	199
A situação dos Judeus na URSS	200
A solução do problema	205
A manutenção da unidade	208
Novas bases estatais	210

CAPITULO III — *O Homem como produtor*

SECÇÃO I — Sindicalismo sovietico	215
A historia do sindicalismo na URSS	217
A estrutura do sindicalismo na URSS	229
As eleições sindicais na URSS	233
O Comité sindical de fabrica	241
Convenções coletivas na URSS	242
O Conselho Regional dos Sindicatos	254
O Conselho Sindical de Republica	255
O Congresso Geral de cada Sindicato	256
O Congresso Geral dos Sindicatos	257
Estruturas colaterais do sindicalismo na URSS	261
Os funcionarios sindicais	262
A transferencia do Commissariado do Trabalho aos sindicatos ..	263

O trabalho de escritorio do sindicalismo na URSS	263
Brigadas de Choque e Comitês de Contabilidade de Custos ...	271
Associações profissionais no sindicalismo da URSS	273
O Profintern	279
Comparação entre o sindicalismo sovietico e o da Grã-Bretanha	284
 SECÇÃO II — As Associações de Produtores-Proprietarios	286
(A) <i>A Oficina Autonoma</i>	287
As reuniões de associados	293
O Conselho Regional da <i>Incops</i>	296
O Conselho Geral das Cooperativas Industriais	297
(B) <i>A Fazenda Coletiva</i>	303
O camponês improdutivo	306
A crise de produtos alimenticios	308
Aperfeiçoamentos experimentais	312
A prolongada discussão quanto às normas a adotar ..	315
A politica da coletivização universal	316
A luta pela eficiencia das <i>kolkhoses</i>	318
A magnitude do problema	322
A engrenagem estatal para o controle das fazendas coletivas	323
(a) o novo Comissario do Povo	323
(b) os novos Departamentos da Agricultura	324
(c) a fiscalização pelos Soviets de Aldeia	326
A hierarquia sovietica domina a fazenda coletiva	326
As estações de maquinas e tratores	327
A hierarquia sovietica é reforçada pelo Partido Comunista ...	329
O trabalho das Secções de Execução de Normas	330
Houve fome na Russia em 1931-32?	334
A vida numa fazenda coletiva	351
A reunião dos associados	351
A administração de uma fazenda coletiva	352
Como se regularizam os litigios	354
A democracia na agricultura	355
A comuna	356
Hierarquia dos Produtores-Proprietarios na agricultura	358
Os resultados em 1933	360
(C) <i>Associações diversas de Produtores-Proprietarios</i>	366
<i>Kolkhoses</i> de pescadores	369

Cooperativas integrais	376
Invalidos de guerra	381
(D) <i>Associações de Produtores artisticos e intellectuais</i>	383
Trabalhadores artisticos e intellectuais	383
O mundo trabalhista na URSS	385

FIM DO 1.º VOLUME

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS

Por

MAX BEER

Neste livro extraordinário, a História da Humanidade não é contada como nos livros clássicos, nos quais os guerreiros são endeuzados, os reis exaltados, a pompa, o luxo e as concubinas decantados. É a História do mundo vista por um ângulo diferente: o do esforço titânico das classes trabalhadoras, desde os primórdios da Humanidade até os nossos dias, em busca da justiça social.

Livro sincero e erudito, que revolucionou a interpretação dos fenômenos históricos de todos os tempos. Dois volumes. Preço de cada volume:

Nas Livrarias, Cr\$ 25,00 — Pelo Reembolso, Cr\$ 26,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA

Por

LAPIDUS E OSTROVIATINOV

Sabe como funciona o regime capitalista? Sabe como e por que ele apareceu no mundo? Sabe quais são as causas fatais, ineludíveis, que farão o capitalismo desaparecer, como desapareceram as primitivas sociedades comunistas, escravagista e feudal? Pode prever como será reestruturado o mundo de amanhã? Sabe que função lhe caberá na nova era econômica que se aproxima? Lembre-se de que **PODE MAIS... QUEM MAIS SABE!**

Leia este livro magistral e estará apto a enfrentar serenamente o complicado dia de amanhã. Dois volumes. Preço de cada volume:

Nas Livrarias, Cr\$ 25,00 — Pelo Reembolso, Cr\$ 26,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

10 DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

Por

JOHN REED

Este livro é a melhor reportagem até hoje escrita sobre a Revolução Russa. Os acontecimentos que então se desenrolaram, em pouco mais de uma semana, e que aos seus colegas significavam simplesmente um episódio a mais nas lutas dos partidos russos, foram considerados, por John Reed, decisivos para o destino da Humanidade. Por isso, registou tudo o que viu e ouviu nesses dias tumultuosos, tornando-se 10 DIAS QUE ABALARAM O MUNDO um livro mundialmente célebre pela sua sinceridade e exatidão.

*

No mesmo volume — A FILHA DA REVOLUÇÃO — coletânea de novelas do mesmo autor, que revelam o seu magnífico talento literário.

Nas Livrarias, Cr\$ 25,00 — Pelo Reembolso, Cr\$ 26,00

*

STALIN

Por

EMIL LUDWIG

Raramente se encontra concentrado num só livro soma tão grande de material e de revelações importantíssimas sobre a vida de um homem e do seu povo. Este livro explica, sobretudo, e claramente, as razões da ressurreição russa, a psicologia que se esconde atrás da atual resistência do povo soviético ante o invasor e sua inevitável e próxima vitória sobre as hostes nazifascistas. Este livro contém, como Apêndice, os textos completos das Constituições da URSS e do Brasil.

Nas Livrarias, Cr\$ 25,00 — Pelo Reembolso, Cr\$ 26,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RÚSSIA

Pelo

REV. HEWLETT JOHNSON

DEÃO DE CANTERBURY

Por que a Rússia é forte? Neste livro o Deão procura dar uma resposta à pergunta. A Rússia, segundo acredita ele, é forte porque sua organização repousa sobre bases morais e científicas. E é suficientemente forte para proteger a vida porque tem forças para alimentá-la. O livro examina os fundamentos morais e científicos da organização soviética, expondo as razões do seu progresso na agricultura, na indústria, na educação e na ciência, etc. Como apêndice deste livro convincente, encontra-se A CONDIÇÃO DO TRABALHO, a famosa e extraordinária crítica à Encíclica do Papa Leão XIII, *Rerum Novarum*, escrita pelo grande sociólogo Henry George.

Nas Livrarias, Cr\$ 25,00 — Pelo Reembolso, Cr\$ 26,00

*

O PODER SOVIÉTICO

Pelo

REV. HEWLETT JOHNSON

DEÃO DE CANTERBURY

"Li este livro comovidamente. Não só porque concordava com o que intimamente eu queria que a Rússia fosse, como porque a lealdade daquele homem (do Deão) era coisa insuspeita. De modo que, daí por diante, em matéria de Rússia, passei a jurar sobre o livro do Deão como os puritanos o fazem com a Bíblia. Já sei o que é a Rússia e nada mais abalará as minhas convicções e o meu entusiasmo. Entusiasmo que se viu confirmado da maneira mais categórica pela maravilhosa atuação da Rússia nesta guerra". — *Monteiro Lobato*.

Nas Livrarias, Cr\$ 25,00 — Pelo Reembolso, Cr\$ 26,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

BORSOI, Imp.
Ester de Melo, 88 — Benfica

25/5 125- ULTIMAS EDIÇÕES

HISTORIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume ... Cr\$25,00

PRINCIPIOS DE ECONOMIA POLITICA, por Lapidus e Ostroviatinov, 2 vols. Preço de cada volume ... Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Miraki ... Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) ... Cr\$25,00

A QUESTAO SOCIAL E OS CRISTAOES SOCIAIS, por Lisandro de la Torre ... Cr\$25,00

TRES PRINCIPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen ... Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMILIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") ... Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels ... Cr\$25,00

CAUSAS ECONOMICAS DA REVOLUCAO RUSSA, por M. N. Pokrovski ... Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZACAO, por Sidney e Beatrice Webb, 4 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

A MEDICINA NA RUSSIA SOVIETICA, pelo Dr. Lallie Zeno Cr\$25,00

EDUCANDO PARA A MORTE, por Gregor Ziemer, edição popular ... Cr\$12,00

EU FUI UM GUERRILHEIRO SERVIO, por Paul Sebascoen Cr\$25,00

JUDEUS SEM DINHEIRO, por Michael Gold ... Cr\$25,00

BIOLOGIA DA MULHER, pelo Dr. F. Hare ... Cr\$18,00

O PODER SOVIETICO, pelo Deão de Canterbury ... Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury ... Cr\$25,00

MISSAO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies ... Cr\$25,00

MISSAO EM TOQUIO, por Joseph G. Graw ... Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALCAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RUSSIA, por Mauricio Hindus ... Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTENCIA RUSSA, por Mauricio Hindus ... Cr\$25,00

A RUSSIA ESMACARA O JAPAO, por Mauricio Hindus ... Cr\$25,00

A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, por Anna Louise Strong Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, por Anna Louise Strong Cr\$25,00

ASIA SOVIETICA, por Davies & Steiger ... Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIAO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sergio e outros ... Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig. Cr\$25,00

PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA NA UNIAO SOVIETICA, pela Dra. Ester Conus ... Cr\$25,00

EU FUI MEDICO DE HITLER, por Kurt Krueger ... Cr\$25,00

FERAS HUMANAS, por W. Langhoff e Georg M. Karst ... Cr\$25,00

O INIMIGO QUE ENFRENTAMOS, por Pierre J. Hues ... Cr\$20,00

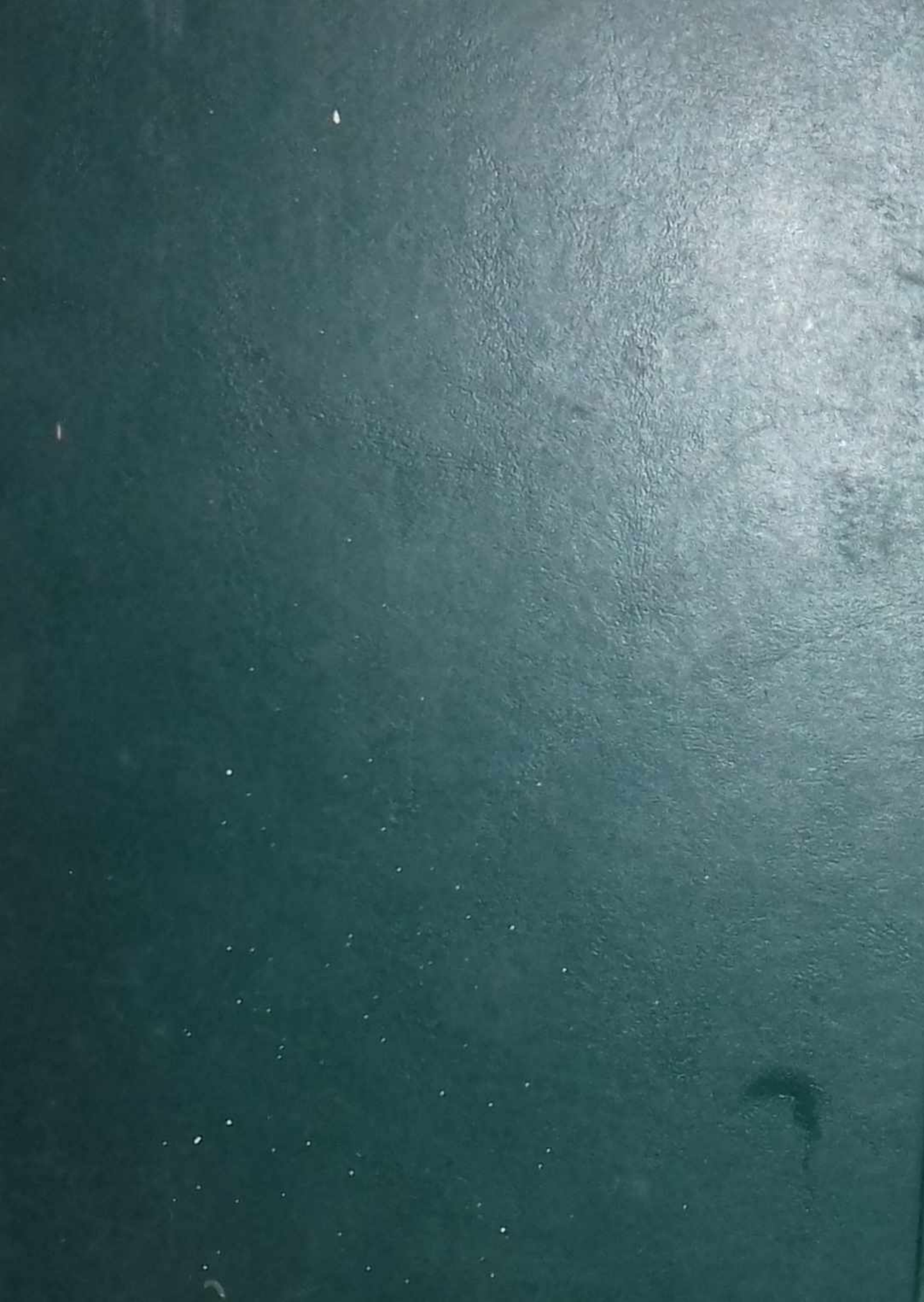
PARA ONDE VAI A INGLATERRA? por Danton Jabim ... Cr\$20,00

EDUCAÇÃO SEXUAL, pelo Dr. Jean Marcelan ... Cr\$12,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

Kaufmann dos





Tradução e Legendas do documentário - Stalin: A derrota da quinta coluna- Сталин: Разгром пятой колонны



Nós da Comunidade Josef Stálin estamos em busca de financiamento para tradução e criação de legenda em português de palestras e documentários históricos de matriz russa, sobre a história da União Soviética, que serão disponibilizados gratuitamente em nossa página Comunidade Josef Stálin (<http://comunidade Stalin.blogspot.com.br/>)

**Projeto em andamento, contudo precisamos
arrecadar 500, 00 para seu financiamento**



Faça uma doação de qualquer valor ao lado --->